

ERIKA PORCELI ALANIZ

**A política pública de formação para economia solidária no Brasil (2003-2011):
análise de um projeto PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha/RN e CFES
nacional**

**São Paulo
2012**

ERIKA PORCELI ALANIZ

**A política pública de formação para economia solidária no Brasil (2003-2011):
análise de um projeto PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha/RN e CFES
nacional**

Tese apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo, São Paulo, para
obtenção do título de Doutor em Educação

Área de Concentração: Estado, Sociedade e
Educação

Orientadora: Profa. Livre Docente
Lúcia Emília Nuevo Barreto Bruno

**São Paulo
2012**

ALANIZ, Erika Porceli. **A política pública de formação para economia solidária no Brasil (2003-2011):** análise de um projeto PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha/RN e do CFES nacional. Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

À amada Lana

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que colaboraram para a realização desta tese, em especial:

À Prof^a Livre Docente Lúcia Emília Barreto Nuevo Bruno pela orientação competente, crítica e esclarecedora e que muito contribui no processo da construção deste trabalho e aprofundamento deste estudo;

À Prof^a Livre Docente Neusa Maria Dal Ri pela amizade, esclarecedora e fundamental contribuição na qualificação, sem a qual não teria sido possível aprofundar muitos aspectos;

Ao Prof^o Dr. Maurício Sardá de Faria pela contribuição na qualificação, na disponibilização dos documentos e, principalmente, em todos os contatos para o trabalho de campo, fator que viabilizou a realização deste estudo;

A todos os gestores públicos da SENAES que me atenderam gentilmente e dedicaram seu tempo às entrevistas;

Aos membros do FBES e CFES nacional que gentil e prontamente me atenderam e permitiram a coleta de dados para a realização deste trabalho;

Ao Prof^o Dr^o Paulo Palhano que generosamente dedicou seu tempo e atenção para me conduzir em cada um dos locais de entrevista, sem esse auxílio não teria conseguido chegar aos territórios longínquos e aos sujeitos da Rede Abelha e realizar este trabalho;

Ao Prof^o Dr^o Henrique Tahan Novaes, por intermediar os contatos necessários a este trabalho e contribuir com suas reflexões sobre o tema;

Aos membros da Rede Abelha Nordeste, em especial, à Rede Abelha- RN e aos sujeitos entrevistados por mim, os quais me receberam com carinho e dispuseram de seu tempo para me atender em horários e locais imprevistos e os mais diversos;

À CAPES que financiou e tornou possível a realização deste estudo;

À minha amiga Anne, pela amizade animadora nos momentos difíceis e importante interlocutora crítica deste trabalho;

À amada sobrinha Lana que em muitos momentos me animou e, apesar de seus quatro anos, respeitou a necessidade de minha dedicação;

À minha família pelo apoio;

E aos demais amigos pelo incentivo durante o período de elaboração desta pesquisa.

RESUMO

ALANIZ, Erika Porceli. **A política pública de formação para economia solidária no Brasil (2003-2011):** análise de um projeto PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha/RN e do CFES nacional. 2012. 371 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Este estudo trata da análise da política pública de formação para Economia Solidária implementada a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003. O objeto de análise compreende dois programas de formação para Economia solidária: o projeto PROESQ/ PNQ (2003-2007) desenvolvido pela Rede Abelha-RN e o Centro de Formação em Economia Solidária Nacional (CFES Nacional) destinado à formação de formadores. Os objetivos desta pesquisa eram identificar a proposta de formação para Economia Solidária na política pública federal, assim como apontar os principais condicionantes dessa ação formativa. As experiências de trabalho associado tornaram-se expressivas no Brasil a partir de meados da década de 1980, em um contexto de retração dos empregos, precarização das relações de trabalho, acentuação da pobreza e fortes contestações dos trabalhadores. As estratégias de sobrevivência dos trabalhadores não inseridos nas relações formais de trabalho culminaram na emergência de diferentes formas de trabalho associado, sendo uma delas a vertente da Economia Solidária. Tais iniciativas para se desenvolverem em direção ao fortalecimento da organização democrática, às formas alternativas e autônomas de organização da vida social precisam do processo educativo. Entretanto, a educação deve orientar-se para processos de internalização opostos à lógica do sistema capitalista. Por isso, buscamos questionar em que medida as orientações destinadas à formação para a Economia Solidária contribuem para o aprofundamento das práticas de autogestão e subsidiam as organizações a desenvolverem ações concretas de enfrentamento do capitalismo. Os dados foram coletados com base em pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas aplicadas a: membros da Rede Abelha de Natal-RN; gestores(as) públicos da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária); coordenadores(as) do CFES nacional (Centro de Formação Nacional em Economia Solidária); membros do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária); e participantes do CFES. Os resultados obtidos indicaram que, tanto nas experiências do CFES como nas da Rede Abelha, as lutas vislumbradas encerram-se na conquista por política pública. Embora exista inovação nas metodologias de ensino, elas não estão atreladas à constituição das tecnologias sociais e a um processo de formação permanente, pois sequer essa formação consegue articular-se com a ampliação da escolaridade, ainda que apenas esse fator, por si só, não sinalize para o aprofundamento dos mecanismos autogestionários. Entre as razões que determinam a materialização da proposta de formação para Economia Solidária estão: a inserção na estrutura do Estado; os mecanismos de funcionamento da política pública em questão; a atuação das entidades sociais que incidem sobre a política; e a insuficiente destinação orçamentária para formação.

Palavras-chave: Economia solidária. Políticas públicas. Educação e Trabalho. Qualificação profissional. Formação profissional.

ABSTRACT

ALANIZ, Erika Porceli. **The public policy to provide background acquisition in solidarity-based economy in Brazil (2003-2011)**: analysis of a PROESQ/PNQ project developed by Rede Abelha/RN and the national CFES. 2012. 371 f. Doctoral Dissertation (Education) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

This study was carried out to analyze public policies for providing background in solidarity-based Economy implemented from the creation of the National Secretary of Solidarity Economy (SENAES) in 2003. The subject of our analysis were two programs for providing background in solidarity-based Economy, one of them in the project PROESQ developed by Rede Abelha; the other one is the Center for Providing Background in the National Solidarity-based Economy (National CFES) meant for providing background for specialists in the field. The research was carried out to identify the proposal for providing background in solidarity Economy within federal public policy, as well as for pointing out the main conditioning factors of that background developing action. Experiments with associated labor became outstanding in Brazil from the early 1980s on, within a context of job recession, unstable labor relationships, widespread poverty, and workers' strong contestation. The survival strategies of those workers not included in formal labor relationships will culminate in the emergence of different forms of associated labor, one of them the side of Solidarity-based Economy. Such enterprises meant for development with the purpose of strengthening the democratic organization, the alternative and autonomous forms of organizing social life need of the education process. However, it is necessary that education is oriented to internalization process opposed to the logic of the capitalist system. Therefore, we aim at questioning to what extent directions meant for providing background for solidarity-based Economy contribute to the deepening of self-management practices and subsidize such organizations in the development of concrete actions to confront capitalism. The data were collected based on documental research and semi-structured interviews held with members of the Rede Abelha branch in Natal-RN; with SENAES public managers; with coordinators of the national CEFS; with FBES members and CFES participants. The results achieved in it show that both in the CFES experiments and in Rede Abelha, the glimpsed fights come to an end in the achievement of public policy. Although there is innovation in the teaching approaches, they are not linked to the constitution of social technologies and to a process of permanent background acquisition since such acquisition can hardly be articulated with schooling enlargement, although this factor, by itself, does not signal the deepening of self-managerial mechanisms. Among the reasons which determine the materialization of proposals meant for providing background in solidarity-based economy, we mention: the insertion into the structure of the State, the design and the mechanisms for putting into operation the public policy of Solidarity-based Economy, the operation of social entities which fall on such a policy, and the insufficient destination of budget meant for such a background acquisition.

Keywords: Solidarity-based Economy. Public policies. Education and Labor.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos educandos inscritos nos cursos do PNQ por tipo de instituição executora (%)	124
Tabela 2 - Distribuição dos educandos concluintes nos cursos do PNQ por tipo de instituição executora -%	124

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCRED	Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Micro-crédito e Finanças.
ADS/CUT	Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores
ANTEAG	Associação dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
BM	Banco Mundial
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPINA	Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONCRAB	Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSM	Fórum Social Mundial
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas
IMS	Instituto Marista de Solidariedade
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social

MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não Governamentais
PACS	Projetos Alternativos Comunitários
PEA	População Economicamente Ativa
PICE	Política Industrial e de Comércio Exterior
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PLANSEQ	Planos Setorial de Qualificação
PLANTEQ	Plano Territorial de qualificação
PNQ	Plano Nacional Qualificação
PROESQ	Projetos Especiais de Qualificação
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
PT	Partido dos Trabalhadores
Rede ITCP	Rede de Incubadoras Tecnológicas Populares
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SRT	Superintendência Regional do Trabalho
UNICAFES	União Nacional de Cooperativas da Agricultura
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
UNITRABALHO	Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A POLÍTICA PÚBLICA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: A CONSOLIDAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E A REPERCUSSÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO	25
1.1 A Fragmentação do Mercado de Trabalho no Brasil e a Segmentação da Força de Trabalho	42
1.2 A Emergência do Trabalho Associado no Brasil	54
1.3 A Política Pública Brasileira de Formação do Trabalhador a Partir do Contexto de Modificação das Relações de Trabalho	61
1.4 Contexto de Criação da SENAES e do PNQ no Governo Lula	72
1.4.1 A continuidade da política econômica e o reforço à posição de periferia do capital	83
1.4.2 A política corporativa do governo Lula: a inclusão dos setores populares e de segmento do movimento dos trabalhadores no governo	97
2 O PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA DO GOVERNO LULA	107
2.1 A Institucionalização do PNQ no Governo Lula	107
2.2 A Economia Solidária: do PLANFOR ao PNQ	120
2.3 O PNQ Executado pela Rede Abelha	129
2.3.1 A Rede Abelha	129
2.3.2 O PROESQ do PNQ	136
2.3.3 Do discurso à execução: a execução do PROESQ/PNQ pela Rede Abelha	139
2.3.4 Adequações ao processo de trabalho: as tecnologias alternativas desenvolvidas pela Rede Abelha	169
2.4 O Atrrelamento ao Estado	179
2.5 O Sentido da Formação para Economia Solidária no PNQ	189
2.6 A Inserção da Economia Solidária na Reprodução do Capital	205

3	ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (CFES)	212
3.1	Contexto de Criação da SENAES e da Implantação de Política Pública para Economia Solidária	213
3.1.1	A política de formação para Economia Solidária da SENAES	223
3.2	A Política Transversal e os Desafios à Universalização	241
3.3	O Recurso SENAES e os Desafios Concretos para Expansão da Política de Formação	253
3.4	A Interlocução entre SENAES e FBES na Definição das Diretrizes da Política Pública de Formação da Secretaria	261
3.5	Entraves na Constituição do CNES como Instância Decisória da Política Pública da SENAES	275
3.6	O CFES Nacional sob a Coordenação da Cáritas Brasileira	283
3.7	Importância da Educação para o Trabalho Associado	294
3.8	Trajetória da Constituição dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES)	304
3.9	A Dificuldade de Contemplar as Tecnologias Sociais na Formação	323
	CONCLUSÕES	327
	REFERÊNCIAS	337
	ANEXOS	353

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa destinou-se a investigar o processo de formação para a Economia Solidária no Projeto Especial de Qualificação/Plano Nacional de Qualificação (PROESQ/PNQ) executado pela Rede Abelha e nos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES) nacional, a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003. No momento inicial da pesquisa, quando ingressamos no doutorado em 2008, pretendíamos investigar apenas a vertente para Economia Solidária prevista no PNQ. Porém, no decorrer do processo, a SENAES criou seis CFES, um em cada região, totalizando cinco e um nacional destinado a articular as experiências ocorridas nos demais centros e se constituir em espaço de referência na formação em Economia Solidária. Os CFES tinham em vista promover a formação de formadores para atuarem nos processos de Economia Solidária que estavam em curso. Essa tarefa extrapolava a proposta de formação no âmbito do PNQ, que não tinha como prioridade esta formação e se demonstrou insuficiente para atender a significativa demanda do público da Economia Solidária de modo compatível com a forma de organização desses empreendimentos. Ainda que na modalidade PROESQ do PNQ estivesse prevista a elaboração de materiais didáticos, bem como o desenvolvimento de metodologias formativas, a pesquisa e uma pequena carga horária de curso para validação do material criado, que incluiria a formação de formadores, o plano não atendia aos propósitos da SENAES de constituir um centro de referência de formação em Economia Solidária com base no desenvolvimento de metodologias, pesquisas, materiais pedagógicos e formação de formadores voltados especificamente a esse público.

Diante desses novos fatos, procuramos focalizar, também, a proposta de formação da SENAES nos CFES, especificamente, no CFES nacional, tendo em vista nossa preocupação em compreendermos as principais diretrizes orientadoras da proposta de formação para Economia Solidária no âmbito da política pública. Além disso, o PNQ é gerido pela Secretaria de Políticas Públicas e Emprego (SPPE) e as orientações que contemplam as particularidades da Economia Solidária estão previstas no Termo de Referência (2005) elaborado pela SENAES com base nas diretrizes do PNQ.

Partimos da compreensão de que a educação é central para as experiências de trabalho associado, porque dela depende a sobrevivência dos empreendimentos, uma vez que as decisões são tomadas pelo coletivo e não mais por um grupo seletivo de gestores, como nas organizações tradicionais. Além disso, em pesquisa anterior (2007), identificamos que a

educação é um instrumento fundamental para aprofundar o processo democrático. Sendo assim, queríamos compreender qual o alcance e o limite de uma proposta de política pública de formação para Economia Solidária. Identificar o rumo da política pública de formação para Economia Solidária é importante, principalmente, se considerarmos que no decorrer da história das experiências autogestionárias dos trabalhadores, ocorridas na Comuna de Paris, na revolução da Ucrânia, revolução Alemã e Húngara, na Guerra civil espanhola e na revolução dos Cravos, em Portugal, para citar exemplos, prescindiam a qualquer intervenção pelo Estado centralizado, pois os movimentos autonomistas o consideravam instância política de dominação.

Tendo em vista tais aspectos é que nos colocamos o problema de saber: Como se tem proposto e implantado a política pública de formação para Economia Solidária da SENAES com a criação do CFES e no PROESQ/PNQ? Em que medida as orientações e as ações destinadas à formação em Economia Solidária contribuem para o aprofundamento das práticas de autogestão e subsidiam as organizações a desenvolverem ações concretas de enfrentamento do capitalismo?

A importância dessa investigação deve-se, em primeiro lugar, ao crescimento do fenômeno da associação dos trabalhadores sob forma autogestionária nos países da América Latina, em especial, e em outros continentes. Compreender o sentido da formação veiculado pela política pública de Economia Solidária é indicar alguns rumos que esse movimento tem seguido. Além disso, consideramos a educação na perspectiva da autogestão e do trabalho associado – condição central na constituição de novos processos de internalização opostos àqueles que vigoram no capitalismo e podem contribuir no aprimoramento da organização democrática, das lutas e integração dos movimentos de trabalho associado –, no desenvolvimento de processos e tecnologias sociais adequadas às necessidades e vocação dos empreendimentos. Desse modo, é importante percebermos se a finalidade de construir mecanismos autogestionários autênticos, que se contraponham em essência aos parâmetros do capital, tem perpassado a formação em Economia Solidária na política pública vigente.

Em segundo lugar, a pesquisa demonstra os principais condicionantes que determinam as políticas públicas em Economia Solidária, permitindo vislumbrar o que representa a atuação do Estado nessas experiências de formação. Nessa perspectiva, possibilita avançar no debate acerca do alcance da relação entre trabalho e educação como políticas públicas do Estado. Em terceiro lugar, queremos ressaltar a originalidade do tema, considerando a ausência de estudos que explorem a temática e a considerem nesse momento histórico específico, bem como apreenda esse fenômeno, que no caso do CFES é recente, pela análise

das potencialidades de desenvolvimento em direção ao aprofundamento das lutas e processos autogestionários. Em quarto, permite apreender o objeto de estudo em movimento devido à atualidade da temática, o que é significativo para apontar tendências acerca da relação entre educação e trabalho no Brasil no que diz respeito à Economia Solidária. Por último, no caso do PNQ/PROESQ, a relevância desse estudo pode ser notada pela abrangência nacional do plano que ao se propor a corrigir desvios do PLANFOR é capaz de apontar a continuidade e a descontinuidade da política pública de qualificação em âmbito nacional.

A Economia Solidária torna-se política pública em 2003 com a criação da SENAES, mas temos que considerar, como indica Salazar (2008, p. 161), que desde os anos de 1990 o Estado passa a estabelecer parcerias com vários segmentos da sociedade, entre os quais estão os grupos de Economia Solidária. Salazar (2008, p. 161) acrescenta que a política de Economia Solidária, seguindo o modelo de políticas sociais descentralizadas, representa a desresponsabilização do Estado com essas experiências, uma vez que não atende às condições necessárias para a unidade se desenvolver. Nessa discussão, inserimos o nosso objeto de pesquisa, cujo desdobramento permite identificar a contradição presente no discurso do governo federal que, por um lado, contempla a demanda de alguns movimentos sociais quando cria a SENAES que se coloca em articulação com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), por outro, a determinação orçamentária, a captação de recursos via parcerias e o papel ocupado pela SENAES como órgão do governo colocam limites para o desenvolvimento dessas experiências. Outros elementos contraditórios irão pensar a atuação da SENAES com repercussão na política de formação. É provável que as contradições e ambiguidades vivenciadas na política pública de formação advenham do que Salazar (2008, p. 223) identifica como dois projetos societários em conflito – de um lado, a ofensiva neoliberal sobre o mundo do trabalho (e acrescentamos) da Educação, de outro, uma potencialidade de oposição ainda embrionária – que caracteriza algumas experiências de Economia Solidária quando intensificam a democracia.

Salazar (2008) investigou dez unidades de Economia Solidária no Estado do Espírito Santo constatou com a pesquisa que, ainda de forma embrionária e com ambiguidades, a dimensão educativa é um dos caminhos possíveis para que as práticas de Economia Solidária não se reduzam apenas a meras reformas. A autora adverte, ainda, que embora no plano imediato a retomada das cooperativas no cenário brasileiro signifique a manutenção da ordem capitalista, no plano mediato, a sua pesquisa revelou processos educativos na linha da mudança, ainda que embrionários.

Em pesquisa anterior (2007) que fizemos em uma unidade de produção autogestionária, constatamos que as ambiguidades e contradições vivenciadas no plano objetivo das relações da cooperativa não só perpassavam o processo educativo como, muitas vezes, os conflitos eram resolvidos neste campo e contribuía para o fortalecimento da democracia. Nesse sentido, investigar o processo educativo voltado para o trabalho associado na perspectiva da Economia Solidária é compreender qual projeto de sociedade está no horizonte dessas iniciativas e como se tem encaminhado as necessidades advindas do processo autogestionário que inicia.

Por se tratar de um fenômeno contraditório, no qual múltiplos discursos revelam parte do que ocorre na realidade, pois, por detrás dos documentos oficiais e dos discursos do governo federal, ainda que distinto do discurso dos membros da SENAES, há fatores subjacentes que precisam ser explicitados, uma vez que condicionam o processo. Cleaver (1981, p. 111), referindo-se à mercadoria, menciona que sua significação não é a mesma para cada classe, por isso é necessário destacar o duplo caráter de cada categoria para descobrir a perspectiva das duas classes. Kosik (1996, p. 16) aponta que a dialética trata da coisa em si e não como ela se manifesta no homem, pois as coisas não se manifestam no homem como são em essência, pois a humanidade faz um desvio para conhecê-las, isso porque as formas fenomênicas, com as quais a realidade se apresenta, são contraditórias com a realidade e a estrutura da coisa. O autor (KOSIK, 1996) menciona, ainda, que o método para conhecer a realidade deve considerar a aparência e a essência do fenômeno, pois é da junção dessas duas dimensões que se pode atingir o concreto. Dado o caráter inacabado e parcial com que a realidade se apresenta, há o imperativo de a compreendermos pela cisão entre fenômeno e essência. Por essa razão optamos por analisar os discursos e os documentos oficiais pela cotejamento com as ações da política pública que se materializa. Essa contraposição justifica-se pelo intuito de averiguarmos as contradições do processo. Sendo assim, assumimos, neste trabalho, a abordagem marxista para fundamentar a análise, entretanto, temos a pretensão de nos afastarmos das abordagens ortodoxas. Procuramos, neste estudo – assim como Cleaver (1981, p. 54) que propõe a leitura política de *O capital* em oposição à leitura como economia política e filosófica –, fazer a crítica com base no padrão de desenvolvimento do poder da classe operária, uma vez que esse é o meio de pensarmos nas potencialidades e limites das formas de resistência.

As hipóteses que nortearam a pesquisa objetivaram explicitar as contradições presentes na política pública de formação forjada no âmbito da SENAES, com participação de outros movimentos, em destaque citamos o FBES e a Cáritas brasileira. As hipóteses iniciais foram

modificadas no decorrer da pesquisa e muitos aspectos que considerávamos centrais tornaram-se complementares, como, por exemplo, a ênfase na carga-horária dos cursos. Contudo, mantivemos a estrutura fundamental que culminou nessa tese.

A primeira hipótese norteadora considerou que os fatores que influenciaram a criação da SENAES repercutem na forma como a Secretaria implementa a formação. De um lado, há o reconhecimento de que a Economia Solidária, movida pela ação dos trabalhadores, tem gerado trabalho e renda, bem como é meio eficaz para atender às orientações internacionais de superação da miserabilidade extrema, tendo em vista a inserção na esfera produtiva e de consumo. Assim, demonstra a incapacidade do Estado brasileiro neste aspecto devido, sobretudo, à prioridade que tem estabelecido na sua política econômica em continuidade ao governo anterior. De outro, o Estado utiliza-se dessas iniciativas para demonstrar a inclusão dos trabalhadores, em especial no que se refere ao PNQ. Entretanto, apesar de ter elegido a Economia Solidária como foco de política pública, contraditoriamente, as condições para que ela se efetive e se expanda não são viabilizadas, o que leva a política de qualificação veiculada pela PNQ a não atender sequer aos propósitos enunciados. Assim, embora no discurso a qualificação seja reafirmada como direito e como *construção social* a que todos teriam acesso em quaisquer circunstâncias, a sua operacionalização evolui no sentido contrário, ou seja, restringindo cada vez mais o público atendido. Além disso, a análise que apresentamos explicita que, embora a Economia Solidária seja considerada segmento prioritário das políticas no PNQ, a sua materialização pela SPPE/MTE aponta para a inadequação das necessidades reais desse público, bem como as formas de assessoramento e avaliação não objetivam a reorientação do processo.

A segunda hipótese considera o contexto no qual emergem as novas experiências de organizações geridas pelos trabalhadores e a diversidade de experiências qualitativamente distintas umas das outras. Isso significa que muitas dessas experiências demonstrem potencialidades vigorantes, ainda que embrionária, em direção ao aprofundamento da autogestão dos trabalhadores, embora outras tenham pouco alcance na oposição ao sistema capitalista, uma vez que não vislumbram a alteração de elementos fundamentais desse sistema, como as tecnologias, a lógica da concorrência e a intenção de expandir sua atuação no mercado capitalista. A Economia Solidária, imbuída dessa perspectiva, ao recorrer ao Estado para fazer seu processo de formação, tende a não avançar radicalmente nos processos de internalização opostos aos que vigoram no capitalismo e que tenham potencial real de enfrentamento à lógica do capital, ainda que haja críticas a esse sistema. Isso ocorre por duas razões: primeiro, porque a formação tal como está proposta, muitas vezes, não caminha em

direção ao aprofundamento da autogestão, pois não se encontra perpassada pelos mecanismos próprios desse processo, como por exemplo, a integração aos processos de trabalho, às tecnologias sociais e à perspectiva de integração das lutas que culminariam em potencial ampliado de resistência ao sistema do capital. Segundo, porque na nossa perspectiva a formação de uma suposta consciência crítica, sem o atrelamento aos processos de trabalho na perspectiva de revolucioná-los em direção ao aprofundamento das experiências autogestionárias, é algo bastante abstrato. Nesse sentido, Salazar (2008, p. 235) menciona que o resultado da sua pesquisa empírica indicou a necessidade do movimento da Economia Solidária articular-se a outros movimentos da sociedade civil pela luta a partir de uma dimensão política. Tudo indica que a formação ocorrida tanto no âmbito do PNQ quanto no dos CFES defronta-se com condicionantes impostos pela organização do Estado, cujo fator, combinado à vocação de preservar alguns fundamentos do mercado capitalista, impede a expansão em direção ao fortalecimento dos mecanismos autogestionários e o enfiamento à lógica do capital, ao contrário, reforça a dimensão de adaptação ao sistema.

Valendo-nos dessas hipóteses construímos nossos objetivos de pesquisa, que orientaram o roteiro de entrevistas, a saber: identificar a proposta de formação, as metodologias de trabalho e o material utilizado nos CFES nacional e no PROESQ/PNQ; verificar se a formação proposta e implementada pelos CFES nacional e PROESQ/PNQ tem contribuído para o desenvolvimento dos empreendimentos de Economia Solidária na perspectiva da autogestão; identificar a relevância da formação para Economia Solidária na política pública brasileira; verificar as continuidades e discontinuidades entre o PLANFOR e PNQ, no que se refere à formação para Economia Solidária; identificar nos documentos legais, programas de qualificação e no discurso dos atores o sentido atribuído às iniciativas de formação para Economia Solidária; verificar o montante de recursos destinados aos programas de formação, em especial, aqueles relacionados à dotação orçamentária da SENAES; identificar a atuação dos movimentos sociais, entidades e outros atores na definição de critérios e destinação de recursos da política pública em questão.

Os Passos Percorridos na Pesquisa

Num primeiro momento, pretendíamos priorizar a abordagem documental, por meio da análise dos documentos oficiais e a entrevista semiestruturada seria utilizada em caráter

complementar. Após procedermos à análise dos documentos oficiais, notamos identidade entre os documentos, entretanto, não conseguíamos identificar (nos documentos que serviam de subsídio para a elaboração das políticas e naqueles normativos) o processo de definição dessas diretrizes, as forças que impulsionavam a forma de atuação da SENAES, os sujeitos que assumiam protagonismo nessas ações e a implementação dessa política de formação. Esse fato decorria, também, da ausência de pesquisas que tivessem o propósito de analisar com tal especificidade a natureza da relação que a SENAES estabelece com os demais órgãos do governo e as entidades e movimentos sociais que dialoga. Embora tenhamos utilizado a pesquisa de Barbosa (2005) como referência para compreendermos os desafios enfrentados pela SENAES para implantar suas políticas no governo federal, o período mais importante para nossa pesquisa não estava contemplado, assim como este não remetia à especificidade das políticas de formação da Secretaria e nem permitia que visualizássemos sua implementação. Tendo em vista tais fatores, após realizar o levantamento bibliográfico preliminar e analisar parcialmente os documentos da Secretaria, realizamos a pesquisa empírica com base em entrevistas semiestruturadas.

Os documentos analisados para discussão da experiência do PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha foram: o Plano Nacional de Qualificação (2003-2007) (BRASIL, 2003); as principais resoluções que o regulamenta (BRASIL, 2010b; BRASIL, 2008b); o termo de referência do PNQ (BRASIL, 2008c, 2011) e as orientações para execução do PNQ e do PROESQ/PNQ; as cartilhas do PLANSEQ (Plano Setorial de Qualificação Profissional)¹ utilizadas pela Rede Abelha no processo formativo; o material formativo desenvolvido pela Rede Abelha no PROESQ/PNQ a que tivemos acesso, que inclui dois vídeos, um CD, duas cartilhas, sendo uma voltada para discussão sobre Economia Solidária e outra sobre o cultivo da apicultura, que é uma adaptação de cartilha já existente criada por um engenheiro agrônomo; e os materiais informativos como folders, rótulos e calendário.

No que se refere aos documentos analisados sobre a política de formação da SENAES e do CFES nacional, eles referiram-se, no caso da SENAES, a: I Conferência Nacional de Economia Solidária (2006); II Conferência Nacional de Economia Solidária (2010); I Oficina Nacional de Formação / Educação em Economia Solidária (2006); II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária (2007); IV Plenária Nacional em Economia Solidária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2008); Plataforma de Economia

¹ Embora o PLANSEQ/PNQ não constituísse nosso objeto de análise, o material forneceu dados a respeito da constituição da Rede Abelha e auxiliou-nos a compreender a direção do processo formativo no âmbito do PNQ.

Solidária (2003); Carta de princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2003a); I Conferência Temática do Comitê de Formação em Economia Solidária (2010); Termo de Referência para implantação dos CFES (2007); projeto pedagógico do CFES nacional (2008); documento de balanço do FBES sobre a atividade do CFES; Seminário Nacional de Sistematização do CFES nacional (2011); quadro demonstrativo do orçamento da SENAES; e relatórios de circulação interna das atividades desenvolvidas pela SENAES.

Após extrairmos conceitos e ideias centrais desses documentos, realizamos a pesquisa empírica. Com base nisso coletamos dados acerca da política pública da SENAES e do CFES nacional, que foi realizada em Brasília, no decorrer de uma semana. O local de entrevista foi a SENAES, o CFES nacional, o MEC, o escritório do FBES e o Instituto Marista de Solidarietà.

Naquele momento, entrevistamos: dois Membros do Conselho Nacional de Economia Solidária, entre eles, o secretário e o vice-secretário da SENAES; dois membros do Departamento de Estudos e Divulgação (DED), sendo que um deles não desempenha mais a função, mas esteve presente na definição das principais diretrizes e experiências da política de formação da SENAES; dois gestores públicos do quadro técnico da SENAES; uma gestora pública do quadro técnico da SECADI/MEC; duas coordenadoras do CFES nacional; dois membros participantes das ações formativas do CFES nacional; e três membros do FBES, sendo um deles também membro da Cáritas brasileira.

O outro conjunto de entrevistas destinou-se a coletar dados sobre a Rede Abelha-RN, que executou o PROESQ/PNQ. Realizamos cinco entrevistas direcionadas aos membros participantes do projeto, os quais foram formadores nos PLANSEQs, e uma entrevista por e-mail com a coordenadora do processo formativo da Rede Abelha- RN no PROESQ/PNQ. Essas entrevistas ocorreram em diferentes municípios do Estado do Rio Grande do Norte, como Lagoa Salgada, Macaíba e também em Natal, e apenas uma delas ocorreu na cidade de Tambaba, na Paraíba (PB). Dedicamos a essa coleta de dados oito dias e alguns aspectos merecem ser evidenciados.

Quando nos dirigimos a Natal para a coleta de dados, tínhamos em mente que a sede da Rede Abelha-RN localizava-se em um escritório e que havia funcionamento diário com alguém responsável pelo trabalho administrativo, como: atender telefone, agendar atividades, entre outras atividades. Ao chegarmos à cidade de Natal, a recepção se deu por um membro da Rede Abelha e descobrimos, naquele momento, que a sede não funcionava regularmente em períodos em que não se estava executando projetos governamentais, devido ao custo para sua manutenção. Em razão disso, o membro da Rede Abelha nos conduziu às cidades

vizinhas, e os demais membros viviam em território de reforma agrária. Assim, a coleta de dados aconteceu em lugares alternativos e diversos um do outro como, por exemplo, na residência de dois membros da Rede e em horários alternativo ao seu trabalho deles, neste caso as entrevistadas ocorreram à noite, na cidade de Tambaba-PB. Devido à falta de tempo do entrevistado, que estava em atividade de trabalho, houve a necessidade de reduzir o roteiro de questões e a entrevista ocorreu em um estabelecimento paralelo a uma rodovia; um dos membros concedeu a entrevista em uma feira agroecológica, que ocorre semanalmente aos sábados em Natal. Outro membro, que foi quem nos conduziu aos sujeitos de pesquisa, foi entrevistado no decorrer da viagem à Universidade Federal no Estado da Paraíba, onde é professor e nos demais percursos que fizemos, portanto, na maioria das vezes a entrevista foi realizada no automóvel. Essa espacialidade da Rede Abelha no Rio Grande do Norte e na Paraíba revela um pouco da identidade desses empreendimentos e dos sujeitos que a compõem. Notamos que os sujeitos da Rede Abelha-RN têm inserções sociais diversificadas, que vai desde aqueles que estão nos territórios de reforma agrária e dependem da produção rural para sobreviver, os quais predominam na nossa amostra, ao membro que tem no trabalho intelectual realizado na Universidade sua fonte de renda principal.

Nos territórios de reforma agrária estão os trabalhadores que se dedicam ao trabalho árduo e incessante e, concomitantemente, à apicultura e desenvolvendo outras atividades de trabalho para completar a renda, como exemplo, um deles trabalha como motorista na condução de alunos à escola, o outro, à noite em sua casa, debulha feijão para vender à merenda escolar.

Assim, a atividade de trabalho desses sujeitos é marcada pela heterogeneidade de quem procura a sobrevivência. Com o ingresso na Rede Abelha, esses trabalhadores objetivam, de alguma forma, formalizar suas relações de trabalho para expandir a comercialização, por meio das vendas às instituições públicas, pelo uso do rótulo da produção associada e do caráter agroecológico da produção, pela penetração nacional que têm os produtos em rede, entre outros benefícios, nos quais a formação para o aprimoramento da produção é um deles. Cruz (2006, p. 75-76) observa que a Economia Solidária não se inscreve exclusivamente no setor informal, pois a maior parte dos empreendimentos tem buscado e conseguido sair da informalidade. A Rede Abelha-RN é um caso de transição e ambiguidade nesse aspecto, à medida que muitas ações são formalizadas por meio do pertencimento à Rede, mas essa atividade não é suficiente para se tornar a única fonte de renda, sendo assim, os trabalhadores completam sua subsistência no mercado informal. Paralelamente à atividade de apicultura, esses trabalhadores situam-se no mercado de trabalho, muitas vezes, como

informais. Esse é o caso de um membro que apesar de não ter feito parte da coleta de dados, observamos que, diante de um arrefecimento da produção apícola na região, sujeitou-se à subcontratação em uma empresa itinerante que ficou por quatro meses na cidade.

Vemos como é tênue e frágil o limite que caracteriza a Economia Solidária, uma vez que apesar de se constituir como uma alternativa à precarização, alguns desses trabalhadores não escapam a algumas formas de intensificação e mesmo de precarização das relações de trabalho, portanto, continuam existindo como capital variável. São esses desafios concretos da luta pela sobrevivência que determinam suas concepções acerca da Economia Solidária como espaço de trabalho coletivo perpassado pela ajuda mútua que viabiliza a elevação da capacidade produtiva e a troca de produtos no mercado. Essas contradições objetivas perpassam a prática formativa na Rede Abelha-RN que apresenta características contraditórias.

A análise dos dados deu-se com base nas questões relevantes levantadas no decorrer da pesquisa, como resultado do confronto entre os documentos oficiais, os dados coletados tendo em vista os objetivos da tese e o referencial teórico utilizado. Em seguida, foram selecionados conceitos e temas relevantes relacionados aos problemas de pesquisa que permitiram maior focalização da análise. Esse processo culminou na afirmação de conceitos fundamentais para a condução da análise, entre eles destacamos a relação entre os termos *autogestão*, *Economia Solidária* e *trabalho associado*, *internalização* e *educação permanente*.

A terminologia autogestão tem sofrido ressignificação no decorrer do processo histórico, um exemplo disso é a utilização que alguns teóricos fazem do termo para se referirem à forma como está organizado o trabalho na *Economia Solidária*. Tendo em vista as experiências contemporâneas de Economia Solidária, a autogestão significa, segundo Singer (2002, p. 18), o oposto da heterogestão no sentido de que a empresa solidária se administra democraticamente, uma vez que a maior autoridade no poder de decisão é a assembleia, o que diminui a hierarquia na organização ao submetê-la ao coletivo. Nessa perspectiva, Cruz (2006, p. 69) aponta que a Economia Solidária caracteriza-se pelo conjunto de experiências nas quais o trabalho, a propriedade, os resultados econômicos, os conhecimentos e a decisão são compartilhados por todos os envolvidos nas relações de trabalho. Ao passo que Singer considera que a Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva e o direito à liberdade individual. Para o autor, o resultado natural desse processo é a solidariedade e a igualdade, e sua reprodução exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

[...] em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita para os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável. (SINGER, 2002, p. 10-11).

Assim, a presença do Estado como mediador da questão social é fundamental nessa compreensão de Economia Solidária e não está pressuposta sob alguma forma a extinção desse aparato. Nessa abordagem, a autogestão localiza-se intramuros dos empreendimentos e, quando extrapola, é para reivindicar participação na política pública. No que se refere à política pública de Economia Solidária, esta compreensão encontra certa hegemonia, como veremos.

Outra perspectiva de tratar a *autogestão* está relacionada a um processo que remete à tradição de lutas do movimento dos trabalhadores que ocorreu em diferentes momentos históricos e tinha, na implementação do autogoverno nas unidades de produção, a arma de resistência ao capitalismo. Todo processo de autonomia e, portanto, de autogestão, na tradição do movimento socialista, envolve a luta operária contra a exploração do capital e, por isso, ela é instituinte de uma nova ordem de relação social, uma vez que a classe trabalhadora dirige a si mesma. A esse respeito Bruno (1990) coloca que não são os objetivos em si mesmos que fazem uma luta revolucionária, mas quando os trabalhadores criam relações sociais que permitem sua união. “Quando viabiliza a associação dos homens livres que é, ao mesmo tempo, forma de luta e condição da transformação social” (BRUNO, 1990, p. 25-26). Tragtenberg (1986) também compreende o termo nessa perspectiva, quando afirma que autogestão significa que o proletariado em geral gere por si mesmo as suas lutas, por meio das quais se conscientiza de que pode colocar em prática a democracia operária, sendo o socialismo o regime no qual a autogestão extingue o Estado como órgão separado e acima da sociedade. No decorrer da pesquisa, ao nos referirmos à necessidade de formação na perspectiva da autogestão a compreendemos nesse sentido, ou seja, auto-organização do trabalho criada no processo de luta proletária que culmina com a oposição radical aos mecanismos hierarquizados do capital, porque sua base constitutiva é o autogoverno dos trabalhadores. Ainda que as experiências contemporâneas do trabalho associado, muitas vezes, sejam embrionárias nesse sentido e tragam novos elementos para compor o conceito, como por exemplo, a união pela sobrevivência e não necessariamente pela luta, entendemos que pensar na formação para autogestão requer uma concepção ampla de Educação que tenha como horizonte atrelar-se a um projeto socialista radical nos seus fundamentos.

Entendemos que o conceito de trabalho associado introduzido por Vieitez e Dal Ri (2001) busca compreender o movimento de autogestão contemporâneo e apontar suas

ambigüidades. Vieitez e Dal Ri (2001) utilizam o termo *trabalho associado* para se referirem a algumas experiências contemporâneas de autogoverno dos trabalhadores na produção e o compreendem como um fenômeno que demonstra certa potencialidade de desenvolvimento em direção à oposição ao capital, mas na sua evolução precisam integrar outros componentes necessários a uma nova forma de regulação pelo trabalho, como por exemplo, a integração das lutas e a reformulação da tecnologia existente. Porém, salientam que essas experiências estão perpassadas por contradições em decorrência da sua inserção no sistema capitalista e, por isso, contribuem para sua reprodução em muitos aspectos.

Outro conceito, que remete especificamente à Educação, e perpassa nossa análise sobre a formação em Economia Solidária é o de *internalização*. Mészáros (2005) considera que a educação, tal como ela se constitui no capitalismo, é um instrumento na sua reprodução e, por isso, é necessário reformular significativamente. Contudo, adverte que isso não se fará sem a correspondente transformação “[...] no quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importante função de mudança” (MÉSZÁROS, 2005, p. 25). Imbuído da crença de que é central para o capital assegurar em cada indivíduo a adoção das metas de reprodução do sistema, Mészáros (2005) compreende a educação no sentido amplo, como processo de internalização pelos indivíduos com base na a posição que lhes foi atribuída na hierarquia social. Sendo assim, uma educação que se coloque para além do capital deve conjugar-se à transformação do conjunto da sociedade. Vygotski (1997), educador russo do período revolucionário, referindo-se ao desenvolvimento infantil, considerou que qualquer função psicológica superior manifesta-se duas vezes; num primeiro momento, como uma conduta coletiva advinda da inserção do sujeito no meio social e com base nas suas formas de colaboração na organização desse meio; em seguida, torna-se uma função individual como uma capacidade interior da atividade em nível psicológico. Assim, a internalização é um processo em que o mundo externo no qual o sujeito estabelece suas relações transforma-se em processos internos de caráter intrapsíquicos. Essa compreensão é importante para vislumbramos o papel da educação numa nova organização social entre os homens, uma vez que toda apropriação subjetiva é resultado de processos coletivos de organização social. Nessa perspectiva, é insuficiente opor-se ao sistema pela contestação simples, mas é necessário mudar os mecanismos da internalização, portanto, os mecanismos sociais de organização da relação entre os homens de modo que a educação desenvolva meios adequados para esse fim. Por isso, Mészáros (2005, p. 56) diz que necessitamos, urgentemente, de uma atividade contra a internalização, que seja coerente e sustentada numa alternativa ao sistema do capital que não se esgote apenas na negação a ele.

Numa perspectiva anarquista, Santillán (1980, p. 202) identifica a eficácia dos processos de internalização, embora não se utilize desse termo, ao dizer que não é suficiente a supressão do capitalismo e do Estado para haver transformação social, pois a autoridade é incorporada nos que mandam e naqueles que obedecem. Portanto, deve-se ensinar a não obedecer e esta é a tarefa para as próximas gerações. Santillán (1980) aborda a necessidade de superar o sentimento de obediência incorporado nos homens para que se possa construir as bases de outra sociedade e, neste caso, a educação tem uma grande tarefa a desempenhar.

A educação, na perspectiva da internalização, deve ser uma educação permanente, ou seja, por toda a vida (MÉSZÁROS, 2005, p. 55) e que tenha como fundamento a autogestão dos produtores livremente associados e para ela se volte de modo a renovar e aprimorar seus mecanismos de oposição ao sistema vigente e subsidiar as novas relações sociais entre os homens.

Tais conceitos, ainda que não plenamente realizáveis nessa forma de sociedade, concebemo-los como horizonte das ações formativas para vislumbrar para onde elas se direcionam.

Tendo em vista os aspectos aqui considerados, organizamos esta pesquisa em três capítulos. No primeiro capítulo, discorremos sobre o processo de institucionalização e fragmentação do mercado de trabalho e sua repercussão na criação e reorientação das políticas públicas de emprego. Discutimos as políticas de qualificação profissional no bojo da reforma do Estado e a acentuada heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro, decorrente dos processos de remodelação do capitalismo em âmbito mundial e da forma subordinada de inserção do Brasil na divisão social do trabalho, em especial no governo Lula. Apontamos, ainda, a emergência do trabalho associado em contraponto à reorganização do capital com o intuito de resistir ao desemprego e à precarização do trabalho.

No segundo capítulo, tratamos da emergência do PNQ no governo Lula, bem como o sentido da formação para Economia Solidária neste plano. Apontamos os condicionantes que limitam a universalização e direcionam a política focalizada. Analisamos, ainda, a experiência da Rede Abelha-RN como executora de um projeto PROESQ/PNQ em Economia Solidária e indicamos o alcance e limite dessa experiência educativa.

No terceiro capítulo, discutimos a emergência de algumas experiências autonomistas para compreender o movimento de auto-organização do trabalho e suas formas de contestação. Em seguida, analisamos a experiência do CFES com a criação da SENAES no governo federal e discutimos a atuação do CNES, as interlocuções que definem as diretrizes da política de formação e a dotação orçamentária da Secretaria. Desse modo, apontamos as principais características da política pública de formação para Economia Solidária.

1 A POLÍTICA PÚBLICA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: A CONSOLIDAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E A REPERCUSSÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

Pretendemos tratar do processo pelo qual ocorre a consolidação e, a partir da década de 1970, a fragmentação do mercado de trabalho em uma perspectiva mundial e no Brasil. Neste percurso, focalizamos o papel assumido pelo Estado na regulamentação do mercado de trabalho a partir da formulação da política pública de qualificação profissional, com destaque ao Plano Nacional de Qualificação Profissional - PNQ (2003-2007)², no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. O objetivo é discutir o contexto sociopolítico e econômico em que foram construídas as principais referências desta política pública de formação profissional contemporânea.

A estruturação do mercado de trabalho ocorre em concomitância ao desenvolvimento do capitalismo e depende de como determinado modo de produção está operando em cada momento histórico. O desenvolvimento do capitalismo tem como vetor principal a luta de classe, assim a forma como se vão delineando as relações de trabalho e a configuração do mercado de trabalho depende da luta travada entre capital e trabalho.

É nesse sentido que a consolidação do mercado de trabalho nos padrões da sociedade salarial fordista foi possível somente após o período de homogeneização da força de trabalho, com a passagem do começo do processo de industrialização do final do século XIX (1870-1945) (GORDON; EDWARDS; REICH, 1986)³. O fordismo pôde se desenvolver nos Estados Unidos, possibilitando o *New Deal de Roosevelt*, que se difundiu como modelo de desenvolvimento pelo Ocidente. Na Europa, constituiu-se o *Welfare State* e houve a formação de trabalhadores em sua maioria semiquualificados, já que afastado do poder de barganha dos trabalhadores qualificados, o que se tornou mais fácil de serem generalizadas as condições medianas de seguridade social à classe trabalhadora.

Do lado do trabalho, Silver (2005, p. 31), Cleaver (1981) e Tragtenberg (1986, p. 5) advertem que a homogeneização dos trabalhadores gera profundas contradições. Se do lado do capital, o fordismo reduziu o poder de barganha dos trabalhadores ao implantar o fluxo contínuo, padronizar as habilidades e enfraquecer o poder associativo, do lado do trabalho, a

² O PLANFOR será objeto de análise comparativa com o PNQ no decorrer deste capítulo. Entretanto, o último, atualmente, é objeto de política pública e anuncia inovações em relação ao primeiro, por isso o focalizamos.

³ Cleaver (1981) critica a unilateral visão dos autores ao considerar o capital como onipotente e não retratar o poder da classe operária na conformação dos processos sociais.

própria homogeneidade constitui-se na força do movimento dos trabalhadores ao unificar a classe num mesmo espaço de modo que um pequeno número de ativista poderia interromper a produção em linha e a greve paralisar as demais fábricas em cadeia. Nesse sentido, o movimento do trabalho também é responsável por impulsionar a formalização das relações de trabalho, as conquistas de direitos trabalhistas e proteção social, melhores condições de trabalho e de vida pelo incremento do salário, ainda que, do lado do capital, esses sejam concebidos como mecanismo de controle da classe operária. Silver (2005, p. 50) demonstra, a partir da pesquisa em banco de dados especializado sobre os períodos de maior agitação operária, que em todos os locais onde a produção em massa de automóveis expandiu-se rapidamente também movimentos sindicais fortes, ondas de insatisfação dos trabalhadores de tipo marxista, surgiram e obtiveram ganhos consideráveis em termos de salários e condições de vida.

O fordismo⁴ deve ser compreendido como modo predominante de estruturar a base produtiva, que permite um maior alcance de produtividade sustentada na produção em massa e na crescente demanda para atender as necessidades de expansão do capitalismo. Harvey (1992) identifica-o como modelo de acumulação que integra os elementos acima apontados à ampla intervenção do Estado entre os anos de 1930 a 1973. Castel (2008, p. 432) observa que a nova relação entre o aumento do salário, o aumento da produção e o aumento do consumo conduz não apenas à motivação do trabalhador, mas ao fato de que o principal é que “[...] esboça-se uma política de salários ligada aos progressos da produtividade através da qual o operário tem um novo registro da existência social: o do consumo e não mais exclusivamente o da produção”.

No processo de luta, as concessões feitas ao trabalho no âmbito do modelo de acumulação vigente podem durar por um tempo e se destinar a uma parcela pequena da classe trabalhadora, mas ainda assim geram as crises sistêmicas do capital. De acordo com Silver (2005) há uma contradição fundamental no capitalismo histórico que decorre da luta de classe, uma vez que a expansão capitalista fortalece o trabalho e contrapõe o estado e o capital a movimentos trabalhistas fortes. As conquistas do movimento caracterizaram o Estado de bem estar social e os pactos sociais travados, empurram para a crise de lucratividade. Neste caso, para o capital se recompor quebra-se os pactos sociais estabelecidos de modo a gerar a crise de legitimidade e

⁴ O fordismo, assim como o taylorismo, surge enquanto resposta à crise do sistema capitalista “[...] particularmente em sua grande depressão dos anos trinta” (HARVEY, 1992, p. 123). As duas dimensões que abrangem o fordismo - modelo de acumulação e modelo organizacional - são complementares, uma vez que a produção só se organiza de uma determinada forma porque está inserida em um processo de acumulação econômica mais geral na sociedade, ou seja, a produção tem em vista o consumo em massa.

forte resistência, sendo que essas crises só podem ser resolvidas por medidas que geram outro tipo de crise. Por isso, para a autora a “[...] a crise de legitimidade e lucratividade definem a tensão que há no capitalismo histórico” (SILVER, 2005, p. 35).

O movimento de contestação do trabalho em cada momento histórico suscita que o capital reorganize o modelo de acumulação e, nesse sentido, as transformações processadas pela instauração do modo de organização do trabalho taylorista e fordista proporcionaram uma ruptura radical no patamar de produção anterior e, em especial, o fordismo possibilitou uma nova reorganização do capital a partir da produção. Tais mudanças na organização do trabalho integradas ao modelo de planejamento econômico proposto por Keynes ocasionou a redefinição do papel do Estado⁵, além das alterações na condição de vida operária pela inserção de quantidade vultosa de trabalhadores na sociedade salarial e pela melhor remuneração⁶. Isso faz Castel ⁷ (2008, p. 417) dizer que “[...] os trabalhadores braçais foram menos vencidos numa luta de classes do que ultrapassados pela generalização da condição de assalariado [...]” e, ainda, que a salarização da sociedade cerca o operariado e o subordina novamente sem que possa impor sua liderança, pois se todo mundo (82% da PEA em 1975) é assalariado, é a partir da posição ocupada nesta condição que se definirá a identidade social (CASTEL, 2008, p. 417).

Dentre os fatores que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo e sua reorganização, que culminou no fordismo, estão também as guerras. Luxemburgo (2005, p.53) observa que a guerra é um fator indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, assim como foi nos Estados Unidos do Norte, na Alemanha, Itália, Balcãs, União Soviética e Polônia. Todos esses países devem à guerra o surto de seu desenvolvimento, houve países que precisavam destruir a divisão interior ou o isolamento econômico, cujo militarismo desempenhou papel revolucionário. Para Silver (2005) junto com as guerras que suscitam o desenvolvimento capitalista, temos as forças do trabalho que evoluem de forma ascendente nesses períodos, de modo que se constituam em ondas de protestos do trabalho no pós-guerra.

⁵ John Maynard Keynes, em 1936, contrariou as ideias das teorias neoclássicas, ou seja, de que as economias capitalistas promoveriam automaticamente o pleno emprego sem a intervenção do Estado nesta área, ao dizer que o desemprego do período era evidente e que para saná-lo era necessária a intervenção do Estado na política econômica com o propósito de direcionar a economia rumo à utilização total dos recursos (LUQUE, 2004, p. 263). Cleaver (1981, p. 71) menciona que os críticos do Quaderni Rossi, revista italiana que se dedicou a analisar o movimento dos trabalhadores, advertem que a estratégia Keynesiana, como uma reação política do capital ante a crise de 1930 e 1940 causada em parte pelo crescimento do poder operário, deixou evidente que a divisão entre economia e política que orientou a II Internacional havia sido superada.

⁶ Ford implementa o salário de cinco dólares ao dia como forma de o operário moderno ter acesso ao estatuto de consumidor.

⁷ Castel não enfatiza o papel fundamental que o movimento operário desempenhou no agravamento da crise do capital ao instituir os pactos sociais por meio da regulamentação das relações de trabalho e das políticas de bem estar social.

A relação entre as guerras mundiais e o padrão temporal da agitação operária é mais impressionante no caso dos países-metrópole [...]. No entanto, mesmo no somatório das colônias/semicolônias, a ligação é clara: protestos dos trabalhadores aumentam às vésperas de ambas as guerras, e há breves, porém significativos, declínios dos protestos no início dos combates e grandes ondas ao término deles. A diferença mais evidente entre os padrões das metrópoles e das colônias/semicolônias é o tamanho relativo das duas ondas de protestos de trabalhadores no pós-guerra. Para a soma das metrópoles, a onda de protestos após a Primeira Guerra Mundial é mais alta, porém menos ampla do que a posterior à Segunda Guerra. Para a soma das colônias/semicolônias, no entanto, ocorre o oposto: a onda de agitação após a Segunda Guerra Mundial é bem mais alta e ampla do que a onda posterior à Primeira Guerra. (SILVER, 2005, p. 129).

Ao mesmo tempo em que as guerras promovem o desenvolvimento do capitalismo, com ele emerge intensas ondas de combate do movimento operário. Como sinal de contradição, o movimento se fortalece em termos de unidade de classe e se renova nos momentos em que o capital se reorganiza. Por essa razão, Silver (2005, p. 130) considera que a globalização do final do século XIX desestruturou os pactos sociais existentes e criou e fortaleceu novas classes trabalhadoras.

Integrada aos padrões de produção e de consumo do capitalismo do período de 1930 a 1970 é que se processa a mudança nos padrões culturais que envolvem o direcionamento do lazer operário, assim como a mudança no comportamento privado e nos valores e hábitos de vida. Neste aspecto, Gramsci (1984, p. 411) surpreende-se com as inovações que a implantação do fordismo deve introduzir, caso dissemine-se pela Europa do início do século. O autor diz que a Europa está sendo obrigada a mudar sua ordem econômica e social antiquada em função da nova organização da base material, o que conduzirá ao nascimento de uma nova civilização. Isso porque, para Gramsci (1984, p. 396), “[...] os novos métodos de trabalho estão indissolúvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito em um campo sem obter resultados tangíveis no outro”.

O autor se refere às formas objetivas de controle instauradas, como a instituição de inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos funcionários e a inspeção para controlar a “moralidade do operário”, mas também aos instrumentos de persuasão que são acionados de modo a adaptar o trabalhador à lógica de racionalização do trabalho, tais como: a inibição do álcool, a institucionalização da monogamia, o controle dos instintos sexuais e a instituição do alto salário. Trata-se de um novo tipo psicofísico de homem que deve estar entregue totalmente à atividade produtiva e ao consumo desejável. Forja-se a figura do homem trabalhador, critica-se veementemente a vadiagem e valoriza-se a “vocaçã laboriosa”.

Introduzir mecanismos de controle a serem interiorizados pelos trabalhadores, como é o caso da disciplina e dos valores puritanos, é importante nesse momento de intenso conflito de classe e de agitações operárias que indicam a ascensão do movimento do trabalho em pleno auge de expansão do capital.

Porque era necessário recompor as forças do capital, a passagem do começo da industrialização para um novo patamar de desenvolvimento das relações industriais requer um conjunto de elementos que alteram a vida econômica e social. Castel (2008, p. 418-434) menciona cinco deles: a nítida separação entre trabalhadores ativos e os inativos ou semiativos, que devem ser excluídos ou regulamentados ao mercado de trabalho; a racionalização do processo de trabalho imposta pela ACT (Administração Científica do Trabalho); o acesso do operariado às novas formas de consumo em massa a partir do salário; o acesso à propriedade social e ao serviço público; e a inserção do trabalhador nas regulamentações do direito coletivo e não mais individualizado.

Dos elementos citados, dois deles merecem destaque para indicar que as políticas públicas de emprego, dentro das quais se inserem as políticas de qualificação profissional, são formuladas conforme a composição do mercado de trabalho. Trata-se da separação entre trabalhadores ativos, inativos e semiativos e o acesso à propriedade social e ao serviço público.

Devemos considerar, ainda, que a própria forma de distribuição dos benefícios da política pública, como veremos no último item deste capítulo, ocorre em função da segmentação da classe trabalhadora no mercado de trabalho contemporâneo, embora, no discurso, mais próximo da social-democracia, apareça constantemente a busca pela homogeneidade ao se tratar da universalização dos direitos sociais.

O primeiro elemento se refere a uma das dimensões da política de emprego que surgiu na Europa, no final do século XIX e início do século XX, cuja função se restringia a contabilizar os trabalhadores ativos e inativos e não se caracterizava como política de emprego propriamente dita, pois “uma coisa é poder contabilizar os trabalhadores; uma coisa melhor seria regular este ‘mercado de trabalho’, controlando seus fluxos” (CASTEL, 2008, p. 420)⁸. Entretanto, as primeiras agências de emprego destinavam-se a traçar uma linha divisória entre os verdadeiros empregados em tempo integral e os que serão completamente

⁸ Neste aspecto, a Inglaterra, no início do século XX, institucionalizou sua política de emprego antes da França, pois já contava com a criação da agência de empregos e dos sindicatos dos trabalhadores enquanto que na França as negociações acerca das relações de trabalho davam-se na perspectiva individual. Situação semelhante a que o Brasil tem hoje, já que a busca por empregos, em sua maioria, acontece individualmente e não pela condução de agência pública de emprego.

excluídos do mundo do trabalho e passarão para a esfera coercitiva da assistência, o que propiciou controlar melhor a contratação dos empregos disponíveis, apesar de não ter controle sobre o desemprego endêmico do período (CASTEL, 2008, p. 422-423).

Todavia, as primeiras agências de emprego não eram tão eficazes quanto as políticas patronais do período, as quais misturavam “vantagens sociais’ com coerção”, além de regulamentações rígidas com o intuito de aniquilar a resistência. Além, é claro, das chantagens morais feitas pelos filantropos, reformadores sociais e porta-vozes do liberalismo: pediam para se adaptarem ao modelo de bom operário, disciplinado nos costumes, para não fazerem parte dos excluídos da sociedade industrial (CASTEL, 2008, p. 424).

É interessante observar como a categoria de trabalhadores sem emprego e excluída do mercado de trabalho constrói-se atrelada e paralela à história da configuração das relações salariais, pois há os que ficam à margem dessa forma de regulação e do contrato social para os quais serão direcionadas as coerções e, o que nos interessa aqui, as ações de caráter assistencialista e compensatória específicas, tendo em vista a contenção de uma miserabilidade social generalizada que venha perturbar sobremaneira a ordem social. E, mesmo aqueles que se inserem nas relações de trabalho formais estão sujeitas às ações coercitivas que caracterizam as políticas públicas do período no âmbito do Estado, como componente utilizado para a adequação disciplinar do trabalhador.

No caso dos trabalhadores excluídos da relação assalariada, mesmo que estejam à margem do mercado de trabalho, o lugar que ocupam na sociedade tem como referência as hierarquizações decorrentes da divisão do trabalho na produção. Neste caso, estes trabalhadores estão sujeitos à subordinação, ainda que por outras vias, uma vez que são usuários de uma estrutura de assistência social construída no âmbito do Estado para atender tal grupo. Nos países capitalistas centrais, o Estado social, em 1974⁹, inseriu-os na esfera do consumo, através da institucionalização de serviço de seguro-desemprego também para o desemprego parcial (CASTEL, 2008). Inclui-se entre os inseridos no consumo a população que participa de forma indireta na produção de valor, como trabalho doméstico e a escola, uma vez que a esses espaços é reservada a função de incrementar o valor da força de trabalho e discipliná-la conforme as necessidades de reprodução social¹⁰.

⁹ As expressões “Estado social”, “Estado de bem-estar social” e “Estado providência” são utilizadas como sinônimos.

¹⁰ Cleaver (1981), a partir de ampla revisão das correntes de influencia marxista, menciona que, para muitos dos autores marxistas, era reducionista a visão de focalizar apenas os trabalhadores inseridos na fábrica como trabalhadores produtivos, pois as instituições escolares, os hospitais e o trabalho doméstico, dentro outro também se inserem nos mecanismos de reprodução ampliada do capital.

No que se refere aos mecanismos de controle e de subordinação da força de trabalho própria deste período, Mészáros (2009, p. 71), ao vislumbrar que todo aparente “distúrbio” de uma economia particular nada mais é do que as modificações no sistema como um todo, observa que as medidas para evitar o enfraquecimento do capital nacional total, que se assenta sobre a intensificação das taxas específicas de exploração, só podem oferecer um paliativo porque a longo prazo aprofunda o antagonismo social. Para o autor, o discurso de integração da classe trabalhadora sob um capitalismo organizado, típico do pós-guerra, identificou mal que o remédio para a disfunção seria manipular a taxa diferencial de exploração.

Essa análise do autor revela que toda força de trabalho disponível ao capital, ainda que à margem da relação assalariada e que só o integre esporadicamente, está sujeita a níveis diferenciados de exploração. Acrescentamos que a subordinação às formas de controle ocorre porque os desempregados se encontram à disposição do capital e, ao estarem em condições vulneráveis devido à inserção esporádica no mercado, permitem que se aprofundem as formas de exploração, como, por exemplo, por meio dos baixos salários e da intensificação do trabalho. Entretanto, como traz Silver (2005, p. 39), é provável que a classe trabalhadora excluída dos contratos sociais em vigor tenda a contestar e romper fronteiras existentes.¹¹

A desconsideração completa dos desempregados e das populações vulneráveis não pode acontecer sob o capitalismo, pois há o perigo de cisão da sociedade do trabalho na medida em que se aumenta o desemprego. Por isso é que o Estado social construiu um sistema de assistência social e de políticas compensatórias que permitia ao trabalhador participar minimamente do estoque de bens disponíveis na sociedade.

[...] se o pauperismo foi o veneno da sociedade industrial em seu começo, o seguro obrigatório constitui seu melhor antídoto. Uma rede mínima de seguridades ligadas ao trabalho pode ser desenvolvida nas situações fora do trabalho para colocar o operário protegido da privação absoluta [...]. (CASTEL, 2008, p. 432-433).

A questão social, mobilizada neste período, “[...] é então, exatamente a tomada de consciência de que a fratura central, posta em cena através das descrições do pauperismo, pode levar à dissociação do conjunto da sociedade” (CASTEL, 2008, p. 416). Mészáros (2009, p. 68) diz que na medida em que a transformação predominante da sociedade se dava pela substituição do trabalho não qualificado pelo trabalho qualificado no processo de

¹¹ Silver (2005, p. 39) aponta que o capitalismo apresenta um problema de nível sistêmico que é a demarcação de fronteiras. A essa perspectiva do capitalismo, a autora contrapõe a premissa metodológica de que os trabalhadores e movimentos trabalhistas localizados em diferentes regiões e estados estão ligados pela divisão do trabalho em escala mundial e por processos políticos globais.

desenvolvimento industrial, todo tipo de desemprego e de exclusão do assalariamento podia ser ignorado e culpabilizado pela falta de qualificação e pelo subdesenvolvimento das regiões periféricas. Neste caso, cabia resignar-se a aceitar os serviços de caridade social e sobreviver em condições desumanizadas.

Isso demonstra o caráter compensatório das políticas de emprego e justifica sua existência em função do não rompimento de laços fundamentais na sociedade, inclusive essenciais para o funcionamento do sistema capitalista. Assim, um mínimo de coesão e de integração ao conjunto social é necessário, pois o aumento da população em condições de completa miserabilidade pode provocar uma fratura irreparável no todo social, principalmente porque a estrutura política prescinde de certo controle sobre os conflitos, bem como a estrutura econômica, que tendo como modelo orientador o keynesianismo, requer uma massa de potenciais consumidores. Nessa perspectiva, os excluídos do mercado de trabalho integram a estrutura social de produção e de troca de mercadorias, portanto, aqueles que se encontram em condições de vulnerabilidade são incluídos, via políticas sociais, ao mercado de trabalho, ainda que esporadicamente ou em condições adversas.

Sobre a institucionalização das políticas públicas de emprego, Pochmann (2008, p. 112) diz que as medidas pretéritas de serviços direcionados aos sem-emprego buscavam limitadamente ordenar e substituir os nefastos mecanismos de funcionamento do mercado de trabalho. Passaram a ser gradualmente institucionalizadas as antigas bolsas de trabalho, o fundo mútuo de solidariedade e as formas intermediárias de alocação da mão de obra, o que abre a possibilidade nacional de o poder público responder mais diretamente pelos problemas de emprego da mão de obra nos países de capitalismo avançado. O autor (POCHMANN, 1999, p. 111) aponta que a primeira experiência nacional de implantação do programa voluntário de subsídio ao desemprego ocorreu no início do século, em diferentes países da Europa, sendo eles: França (1905); Noruega (1906); Dinamarca (1907); Holanda (1916); Finlândia (1917); Bélgica (1920); Suíça (1924) e; Suécia (1934). A Inglaterra (1911) foi o primeiro país a instituir o programa compulsório de proteção ao desempregado com recursos financiados por contribuições tripartites. Em seguida, na Itália (1919), na Áustria (1920), na Irlanda (1923) e na Alemanha (1927) os fundos voluntários passaram a ser compulsórios.

A sistematização de uma política de emprego com medidas de intervenção no mercado de trabalho irá ocorrer com a segunda Revolução Industrial, no segundo pós-guerra (POCHMANN, 1999, p. 112). Neste momento em que se esboça a nova ordem social (CASTEL, 2008), o vagabundo se torna o grande modelo abominado e, por isso, há a formação do sistema público de apoio aos empregados e desempregados e, em decorrência

disso, a estruturação do mercado de trabalho ocorre no contexto das orientações emanadas do novo modelo de regulação econômica.

Em especial, no segundo pós-guerra, as medidas de intervenção no mercado de trabalho assumiram elevada centralidade nas políticas governamentais dos países desenvolvidos [...]. As **políticas ativas e compensatórias**, junto com os demais elementos chave de terminação do emprego, tiveram grande importância no padrão de uso e de remuneração da força de trabalho do pós-guerra [...]. Para os empregados existiam condições adequadas de vida e para os desempregados medidas de garantia de renda que impediavam o rebaixamento do padrão de vida. Com isso houve uma nova etapa da política de emprego com a legitimação econômica e política do serviço público. Assim, as instituições públicas estruturaram-se para dar conta do serviço de apoio à geração de emprego e de proteção aos desempregados por meio da função de intermediação, distribuição dos benefícios e qualificação e treinamento da mão de obra. (POCHMANN, 1999, p. 112-113, grifos nossos).

Entretanto, as medidas públicas direcionadas aos empregados e desempregados não advêm unicamente da busca por certa homogeneização da força de trabalho e da sua integração no planejamento econômico no âmbito do Estado, mas das conquistas de direitos pela classe trabalhadora desde o início do capitalismo¹².

No caso do Brasil, como muitos países de Terceiro Mundo, não houve a estruturação do serviço público de emprego com o desenvolvimento do capitalismo, apesar da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio desde 1930. A função da política de emprego de prestar assistência ao desempregado por meio da intermediação da mão de obra, formação profissional e assistência financeira aconteceu de modo parcial e recentemente. Pochmann (1999, p. 120) diz que, ainda hoje, o país possui alguns serviços que operam desarticuladamente e com baixa eficácia, buscando responder às necessidades de alocação de mão de obra, de educação profissional, do seguro-desemprego e de geração de emprego e de renda. Isso pode ser melhor explicitado se considerarmos que uma política mais sistemática voltada para a qualificação dos trabalhadores, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, irá ocorrer apenas na década de 1990, justamente no contexto de retração massiva do emprego. Acreditamos que isso se deve a duas razões: ao fato de que nos países de Terceiro Mundo não houve um Estado de bem-estar social que se preocupasse com as formas

¹² Pochmann (1999) diz que o ano de 1936 significa a mudança radical na relação social moderna ao romper com a organização do trabalho que vigorava até então. Para este autor (1999, p. 4), as reformas de 1936 marcam o reconhecimento da classe operária como força social determinante, por meio da luta pela instauração das férias remuneradas, sendo que se continuou a luta pela ocupação de fábricas e pela redução da jornada de trabalho (CASTEL, 2008, p. 438-439). Boito (1999, p.116) diz que a implantação do Estado de bem-estar social na Europa Ocidental dependera não só do crescimento industrial do pós-guerra e da pressão operária de cada país, mas também dos conflitos imperialistas. Como exemplo, ele cita o Plano de Beveridge do governo Inglês que elencou em um de seus princípios, em 1942, a consolidação de uma aliança entre a burguesia inglesa e os trabalhadores.

de garantir pleno emprego à população; e também à necessidade de o Estado direcionar políticas ao combate do desemprego estrutural, com base na compreensão de que a ausência de qualificação agravaria o desemprego¹³. Na verdade, a existência de desempregados no Terceiro Mundo foi encarada como ônus necessário ao desenvolvimento, principalmente porque tais países não haviam se inserido plenamente na modernização.

A partir da década de 1970 há, em especial nos países de Primeiro Mundo, onde a constituição de um Estado social foi mais efetiva¹⁴, o abandono da ideia de pleno emprego devido à proporção assumida pelo desemprego estrutural. À medida que a orientação da política macroeconômica muda de direção diante do desemprego generalizado, também a questão social, que esteve relacionada à criação de um sistema de proteção no âmbito do Estado com a finalidade de controlar as relações de trabalho, desloca-se para o abandono de várias conquistas sociais e institucionalização de políticas públicas voltadas para a classe trabalhadora. Neste contexto, cede lugar a políticas mais focalizadas em parcelas da população marginalizadas ou em processo de exclusão. Este é o caso, por exemplo, do que ocorreu na França, em 1990, com a política de qualificação da mão de obra. Houve o afrouxamento da regulamentação que previa o compromisso das empresas em relação à formação dos assalariados, ao transferir essa função ao indivíduo com a substituição da lei que vigorava desde 1971 pelo acordo CAP 2000¹⁵ (TANGUY, 1997, p. 173). Este fato é pertinente porque aponta que a responsabilidade pela qualificação estabelecida publicamente é substituída, em concordância com o Estado, por um acordo que isenta a empresa de obrigações com o trabalho. Demonstra também que os investimentos do Estado, no início de 1950 a 1970, nas indústrias de base, são superiores aos investimentos do setor privado, o que na França significou a elaboração de acordos interprofissionais obrigatórios em torno da formação profissional em julho de 1970 (CASTEL, 2008, p. 491). No caso do Brasil, na década de 1970, não há uma política de qualificação profissional sistematizada nacionalmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego, mas há a Lei n. 6.297 de 15/12/1975 que direciona recursos para a empresa privada empregar na formação.

¹³ Batista (2002) demonstra claramente que essa visão difundida pelo Ministério do Trabalho e Emprego no PLANFOR (Plano Nacional de Formação Profissional) é inconsistente porque desconsidera que o desemprego estrutural faz parte do movimento contraditório do capital neste período de expansão.

¹⁴ Draibe caracteriza um tipo específico de Estado de bem-estar brasileiro restrito e com limitados benefícios se comparado aos países centrais, mas contraria a ideia que nega sua existência. A autora aponta a influência do contexto centralizado e tecnocrático em que se completou o Welfare State brasileiro (1990, p. 9).

¹⁵ CAP 2000 é um acordo assinado em 1990 na França pelo grupo das empresas siderúrgicas e mineiras. Este acordo é referência no mundo das grandes empresas e serve para definir modalidades de organização do trabalho e de administração dos assalariados fundados em competência.

A partir dessas considerações notamos como a formação profissional no âmbito do Estado, nos momentos de maior agitação operária, tem se difundido amplamente enquanto política pública. Esse fato indica como as estratégias de formação inserem-se na luta de classe. É necessário considerar os espaços de treinamento e educação como meios de disciplinar e adequar a força do trabalho aos imperativos do capital. Nesse sentido, a institucionalização desses espaços em períodos de maior poder de barganha dos trabalhadores e desenvolvimento do capital se contrapõe à desinstitucionalização a partir da década de 1990, na qual o movimento do trabalho assumiu novos contornos, como por exemplo, a proliferação das experiências de trabalho associado, principalmente, na América Latina, como veremos.

A partir da década de 1970, a impossibilidade de o capital continuar seu processo expansionista a partir do modelo de regulação que vigorava até então suscitou a reorganização do modo de acumulação do capital, fenômeno que provocou mudanças profundas na esfera política e econômica do sistema capitalista mundial. Mattoso (1995, p. 70) aponta que este processo de mudança no mundo do trabalho não pode ser exclusivamente considerado como resultante da crise que se abre da segunda metade dos anos de 1960, nem apenas como decorrente de políticas neoliberais, mas trata-se de um processo com duas faces distintas. Ou seja, de um lado, tem-se o desprendimento dos padrões tecnológicos tayloristas-fordistas como paradigma de produção industrial para a produção flexível, o que aponta para a mudança na materialidade das relações de trabalho a partir, inclusive, da exigência de um novo perfil de trabalhador e, de outro lado, tais transformações no mundo produtivo ocorrem sob a lógica do que o autor denomina de “modernização conservadora”, pois desconsidera os efeitos macroeconômicos e sociais perversos dos novos arranjos produtivos flexíveis.¹⁶ Bruno (2001, p. 3-4) diz que a reorganização do capitalismo a partir de 1972 significou a crise de dois modelos de desenvolvimento, um representado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), no Ocidente, e outro representado pelo COMECON (Conselho de ajuda Econômica Mútua), sob a influência da União Soviética. Tais modelos foram substituídos com a emergência da nova fase do processo de internacionalização do capital calcado na reestruturação da produção e na remodelação das estruturas de poder do capitalismo. Cleaver (1981, p. 105) aponta que o caráter inovador da crise de 1970, se comparada à Grande Depressão da década de 1930 e recessões da década de

¹⁶ O autor desconsidera a luta de classes como um dos fatores fundamentais na reorganização do capital a partir da década 1970. Outro aspecto é que utiliza a expressão de Tavares para designar o caráter desigual e desequilibrado que assume a aplicação da tecnologia às diferentes regiões, empresas, países e indivíduos, sob a lógica da acumulação do capital. A isso o autor acrescenta a tendência de geração do desemprego e de precarização do trabalho, uma vez que as empresas flexibilizadas permitiram processos de terceirização em diferentes escalas de localização de regiões do mundo.

1950, está na inflação que acompanhou o desemprego e ao caráter global da crise. Para o autor (CLEAVER, 1981, p. 98) a luta de classe é o vetor principal que impulsiona a reorganização do capital, pois o fordismo defronta-se com a exigência contínua de uma parcela cada vez maior da riqueza social pela classe operária que, neste caso, aceita a condição mercadoria. Entretanto, com isso reduz o poder de acumulação do capital que ao se ver impedido de ampliar-se pela via da extensão da jornada de trabalho recorre ao aumento da produtividade por meio das formas de extração de mais valia relativa, o que significa o incremento da qualificação combinado à implementação tecnológica.

No plano econômico, uma reestruturação fundamental se refere às modificações da divisão internacional do trabalho (BRUNO, 2001, p. 5). O processo de internacionalização, até o início da década de 1970, era marcado pelas relações econômicas por meio do intercâmbio entre os Estados nacionais. Nessa lógica de desenvolvimento, os países periféricos exportavam principalmente matérias-primas e produtos agrícolas de pouco valor agregado. Já as tecnologias de alto valor, geralmente decorrentes de pesquisa e de desenvolvimento, eram comercializadas pelos países desenvolvidos. Atualmente,

[...] essa divisão internacional do trabalho encontra-se, hoje, bastante alterada com países desenvolvidos exportando e importando, sobretudo entre eles próprios, não só produtos acabados e que muitas vezes não se diferenciam substancialmente um dos outros, mas também um grande número de diferentes produtos intermediários que são, por si só, produtos acabados de elevado valor agregado, altamente especializado e não simples matérias-primas. A aquisição desses produtos embora ultrapasse cada vez mais as fronteiras nacionais, raramente inclui países em desenvolvimento ou emergentes, na medida em que sua produção requer altos investimentos em tecnologia, exigindo força de trabalho com qualificações complexas, assim como infra-estruturas adequadas. Isso altera as relações comerciais entre as nações desenvolvidas aumentando a sua integração e secundarizando a importância do comércio com economias onde predomina o trabalho simples, ainda que industrializados, e conferindo uma outra dinâmica ao mercado mundial. (BRUNO, 2001, p. 6).

A autora (BRUNO, 2001, p. 7) aponta ainda que dessa união estreita entre as economias mais desenvolvidas resultou a formação de blocos econômicos transnacionais, que se unem para realizar investimentos, explorar a força de trabalho e impor as formas de produzir. Essa nova forma de organizar a produção em escala mundial altera a configuração das organizações capitalistas que deixam de se distribuírem nos países do globo conforme o setor especializado de produção para desmembrarem as cadeias produtivas em forma de rede interconectada com as operações centrais - como o segmento de pesquisa e desenvolvimento - e as decisões estratégicas centralizadas na matriz. A lógica do espraiamento de segmentos das cadeias produtivas obedece às condições favoráveis à produção, como o custo reduzido de

mão de obra, as isenções fiscais e as condições de flexibilidade nas regulamentações ambientais (BRUNO, 2000, p. 7).

Entretanto, tais mudanças na organização da produção têm que contar com as condições materiais e institucionais favoráveis e, neste aspecto, a derrubada de fronteiras comerciais que demarcavam os estados nacionais cede lugar ao livre trânsito dos conglomerados econômicos para efetuarem o Investimento Externo Direto (IED), seja por meio da produção de mercadorias, como pela especulação financeira¹⁷, conforme mostrou Chesnais (1996).

Sobre as modificações ocorridas na forma de regulação do capital e que exigem uma remodelação dos espaços nacionais a partir da liberalização e desregulamentação, Chesnais (1996, p. 306) diz que sobrepuseram o controle sócio-político do Estado Nacional, no qual podia se realizar os efeitos de compensação, como

[...] antes, o combate ao desemprego podia ser beneficiado por medidas de proteção alfandegária e comportar medidas legislativas de efeito relativamente restritivo para as companhias, limitando sua mobilidade internacional. Hoje em dia, nada funciona assim. Pelo contrário, a mobilidade do capital permite que as empresas obriguem os países a alinharem suas legislações trabalhistas e de proteção social àquelas do Estado onde forem mais favoráveis a elas (isto é, onde a proteção é mais fraca).

Neste momento, observamos também um salto no desenvolvimento do capitalismo em direção à expansão da acumulação por meio das fusões e da formação de oligopólios. Marx (2000) menciona que o capitalismo em seu movimento expansionista tende a ampliar o número de unidades produtivas, dispersando-as por todo o continente. Em seguida, há a centralização e o fortalecimento dessas unidades através da formação de oligopólios. Embora o autor esteja se referindo ao desenvolvimento do capitalismo no contexto do século XIX, a preocupação do autor é apontar a tendência do capital como modo de organização social e, nesse sentido, podemos observar a tendência à centralização das organizações e dos centros

¹⁷ Mészáros (2009) aponta que o Estado-nação não foi suprimido enquanto força de poder político, o que significa que podem fazer resistência à introdução das orientações advindas dos grandes blocos de poder. Um exemplo para este caso pode ser observado nas mudanças de condução da política econômica de um determinado país, uma vez que a taxa de câmbio pode ser volátil, privilegiando a entrada e a saída de mercadorias, como fixa priorizando a produção no mercado interno. Mészáros (2009, p. 29) considera que “[...] um dos maiores fracassos históricos do capital, como o modo de controle social metabólico há muito estabelecido, é a contínua predominância dos Estados-nação potencialmente mais agressivos, e a impossibilidade de instituir o Estado do sistema do capital como tal a partir dos antagonismos estruturalmente arraigados do sistema do capital”.

Essa posição demonstra algumas divergências em relação à ideia exposta acima, na qual a questão central aqui é que o centro de poder de onde emanam as determinações que orientam a reorganização do capital parece dar-se em escala ampliada em nível mundial. Neste caso, houve a redefinição do Estado-nação, que passou a se constituir como mediador das modificações amplas do capital. Essa é uma questão que será aprofundada no decorrer da pesquisa.

de gerenciamento do capital, o que nada mais é do que a centralização do poder. Boito (1999, p. 48) menciona que no ano de 1995 “grupos econômicos estrangeiros compraram, segundo relato das empresas de consultoria, cerca de 300 empresas nacionais de diferentes ramos”. No Brasil, a quantidade de fusões que geraram oligopólios foram surpreendentes no decorrer dos anos 90. O autor cita vários exemplos elucidativos, tais como: a Brastemp, que incorporou a Whirlpool; a Continental, que foi comprada pelo grupo Bosh Simens; a Prosdócimo, que foi comprada pela Eletrolux; a Iochpe, que vendeu suas fábricas para a empresa de tratores Maxion; a Lacta, produtora nacional de chocolate, que foi vendida para a Philip Morris; a companhia Pilar, maior produtora nacional do nordeste desde 1875, que vendeu uma parte para a Nabisco, empresa norte-americana, e outra parte para a empresa argentina Bunge & Born, entre outras fusões mencionadas pelo autor (BOITO, 1999, p. 48).

Essa reorganização somente se tornou possível a partir da denominada “terceira Revolução Industrial”, que substituiu a base material da produção, alicerçada nos princípios elétricos e mecânicos, por sistema computadorizado de base microeletrônica, a qual permite a intensa comunicação e integração entre os setores da empresa localizados em diferentes regiões do globo, bem como conta com alta flexibilidade na sua implantação nos processos de trabalho e maximiza a produção, reduzindo dispêndio de trabalho humano conforme o setor implantado.

Essa nova forma de organizar a produção em rede foi viabilizada pelas inovações que o toyotismo implantou na organização do trabalho. Desenvolvido no Japão a partir do pós Segunda Guerra Mundial e ajustado às necessidades daquele país em período de recessão, o sistema Toyota, depois de ser sistematizado a priori e generalizado como um modelo pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology) (ZILBOVÍCIOS, 1997, p. 307-308), sustentou a reorganização do capital a partir de 1973, cujas necessidades eram: sair da crise do período, provocada pelo embargo do petróleo dos países árabes; competir com o Japão na conquista de mercado; eliminar o problema da não absorção da produção em massa para substituir por uma produção em pequenos lotes, mais flexível de modo a atender novos padrões de consumo; ampliar a extração de mais-valia que ocorrerá via intensificação e complexificação do trabalho a partir da automação e; promover a liberação do Estado de encargos sociais e extirpar as reivindicações operárias que se recusavam a rebaixar suas condições de vida. Pochmann (2008, p. 10) especifica que, no caso do Brasil, o desemprego conta tanto com variáveis endógenas (salário, custo do trabalho, qualificação, entre outras) e com variáveis exógenas (investimento, inserção internacional, inovação tecnológica, entre outras) para o funcionamento do mercado de trabalho.

É importante considerar ainda como a nova forma de regulação afeta o pilar central a partir do qual se construiu o Estado de bem-estar social, na medida em que o processo de mundialização incide sobre o consumo de modo a promover a queda de rendimento do trabalho assalariado e a destruição dos empregos, como aponta Chesnais (1996, p. 307). Desse modo, encontramos-nos em uma lógica de regulação qualitativamente diferente da anterior em que as alterações decorrentes da internacionalização do capital desta fase interromperam os mecanismos próprios da acumulação fordista. Chesnais (1996, p. 307) diz que:

[...] até o começo da década de 1970, o sistema soube gerar, por meio dos elementos constitutivos da relação salarial fordista, um nível de emprego assalariado suficientemente alto e suficientemente bem pago para preencher as condições de estabilidade social e, ao mesmo tempo, criar laços necessários a produção em massa (isto é, para assegurar o fechamento macroeconômico).

Além disso, o autor aponta a criação de um sistema monetário estável com taxa de câmbio fixa e moedas nacionais soberanas no mercado interno, o que permitiu a subordinação das finanças às necessidades da indústria e a existência de estados nacionais fortes que impunham ao capital privado disciplina em seu funcionamento. Para Chesnais (1996, p. 297-299) uma das características marcantes e posterior à recessão de 1974-1975 foi a taxa de crescimento do IED (Investimento Direto do Exterior) muito superior ao investimento doméstico e com objetivo completamente diferente do que tinha na década de 1950, pois antes voltavam-se para a difusão das normas fordistas no mercado interno e agora, nessa nova fase de internacionalização do capital monetário e produtivo, volta-se à libertação de todas as instituições que enquadravam e regulavam suas operações. Em contraponto, Silver (2005) menciona que muitos dos investimentos em IED estão nos países centrais e a busca de localidades mais favoráveis à acumulação do capital, em decorrência da ausência de direitos trabalhistas e incentivos fiscais, tem se defrontado com forte pressão do movimento do trabalho, inclusive, na América Latina. Estes fatos questionam a unilateralidade das teses de deslocamento para as regiões onde a força de trabalho e as condições de produção são mais baratas.

É neste momento em que o desemprego ocorre de modo generalizado nos países centrais e nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento e que atinge toda a classe trabalhadora, pois não se localiza apenas no trabalhador desqualificado da periferia da capital, mas assola, inclusive, aqueles com alto grau de especialização nos grandes centros. No bojo dessas alterações profundas é que emerge uma nova questão social, como apontou Castel (2008), caracterizada pela desfiliação das referências construídas no período entre 1930 a 1970.

A questão que nos interessa é indicar que nesse momento a configuração do mercado de trabalho se caracteriza pela maior heterogeneidade da classe trabalhadora em que, como demonstra Antunes (2003), a processualidade é contraditória, pois, de um lado, reduz o operariado fabril e, de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e assalariado do setor de serviços. Incorpora trabalho feminino em situações de precarização ao mesmo tempo em que excluiu os jovens e mais velhos: “Há um processo de maior “heterogeneização, fragmentação, complexificação da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2003, p. 50).

Castel (2008, p. 526) chama a atenção para o fato de que o problema atual não é a constituição de uma “periferia precária”, que sempre se mantém nas sociedades capitalistas, mas a questão atual é a desestabilização dos estáveis. Para a pesquisa em questão é interessante perceber como a política pública brasileira de qualificação profissional contemporânea foi construída em torno da exclusão do mercado de trabalho. Sendo assim, é fundamental questionar o alcance e a efetividade que tais políticas têm como verdadeiro instrumento de integração¹⁸ dos trabalhadores.

[...] é legítimo e até mesmo necessário, do ponto de vista de democracia, atacar os problemas das baixas qualificações [...]. Mas é ilusório deduzir daí que os não-empregados possam encontrar um emprego simplesmente pela elevação do nível de escolaridade. A relação formação-emprego apresenta-se num contexto totalmente distinto daquele do início do século. O tipo de formação e de socialização promovido pela escola facilitou a imigração para a cidade dos jovens do meio rural e a formação de uma classe operária instruída e competente: os jovens escolarizados pela República encontravam postos de trabalho à altura de suas novas qualificações. Hoje, nem todo mundo é qualificado e competente, e a elevação do nível de formação continua sendo um objetivo social. Mas, este imperativo democrático não deve dissimular um problema novo e grave: a possível não-empregabilidade dos qualificados. (CASTEL, 2008, p. 521).

Embora o desemprego caracterize o mercado de trabalho atualmente e seja a forma mais visível da ruptura que sofreu a sociedade alicerçada no Estado social, Castel (2008) afirma que a precarização do trabalho é um traço ainda mais importante. Nas palavras do autor, “o desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e o desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização” (CASTEL, 2008, p. 517).

Se na França, onde se localizou o objeto de estudo de Castel (2008), o fenômeno da precarização pode ser percebido pela substituição dos contratos por tempo indeterminado na

¹⁸ Kuenzer (2006) menciona que a sobrevivência na sociedade capitalista pressupõe a exclusão. Entretanto, depois de passar por um processo de “redução ontológica” ao ser excluído pelas inovações tecnológicas, expressão utilizada por Oliveira (apud KUENZER, 2006), há a inclusão em novos processos precarizados de trabalho, onde a extração da mais-valia absoluta é intensificada.

mesma proporção que aumentou aqueles com tempo determinado e parcial, no Brasil essa realidade também acontece.

Pochmann (2008, p. 20) traz dados que apontam os canais pelos quais vão se destituindo os direitos sociais característicos de décadas anteriores, a partir da década de 1990, período de política neoliberal e de mudança de orientação da regulamentação em torno do emprego e do predominante regime contratual por tempo determinado (TI - Tempo Indeterminado), estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Desse modo, o Brasil passa a conviver com a diversificação do regime assalariado através da redução do custo do trabalho, favorecida por diversos mecanismos que desoneram as empresas de gastos com o trabalho, como a terceirização, o contrato assalariado especial e o contrato temporário de trabalho¹⁹.

Ficam evidentes as *brechas* na legislação que permitem reduzir o custo sobre o trabalho e viabilizar a maior flexibilização nas suas formas de utilização: tempo parcial, contrato por período determinado e a desoneração fiscal que incidem sobre esse componente da produção, além da possibilidade de demissão por excesso de pessoal instituído em 1999. De acordo com Pochmann (2008, p. 21), “[...] cada vez mais flexível e desregulamentado, o custo do trabalho revelou-se ativo no processo de competição intercapitalista [...]”.

É interessante notar que a desregulamentação do trabalho neste período é um traço comum do capitalismo em âmbito mundial. Assim, fica evidente o modo pelo qual as referências construídas em décadas anteriores aos anos 1990 foram sendo desconstruídas e substituídas por outras formas flexíveis de empregar a política de emprego a partir da redução do custo do trabalho.

Devemos considerar ainda que as políticas de qualificação da classe trabalhadora constituem-se em uma faceta das políticas de emprego e se há uma prática de reduzir o custo do trabalho para as empresas cabe pensar qual é o alcance de tais políticas, gestadas a partir do rompimento com a questão social, na integração em um mercado adverso. Além disso, tem-se que questionar qual é a possibilidade efetiva, o que inclui a disponibilização de recursos que o Estado tem para assumir esse papel diante do conjunto de fragmentação da política de emprego, em especial, aquelas propagadas no discurso para atender o segmento marginalizado e pauperizado da população que está e que tende a ficar à margem do consumo.

¹⁹ Em 1995 uma portaria do MTE favoreceu a proliferação das terceirizações e, em 1996, foi introduzido o contrato de trabalho assalariado especial para as microempresas e pequenas empresas (CLT-SIMPLES) e o contrato temporário de trabalho reformulado (CLT-PT). “Enquanto a Lei Simples definiu a unificação dos impostos e contribuições, com a redução de parte dos custos da contratação e sua transferência para o valor da produção - e não mais para o custo do trabalho-, o contrato de trabalho temporário possibilitou o menor custo da contratação do emprego assalariado” (POCHMANN, 2008, p. 20).

Tais políticas se qualificam de modo a viabilizar a inserção do sujeito na esfera da produção e do consumo? Ou ainda, como questiona Castel (2008, p. 497) sobre as políticas ditas de inserção, “[...] estarão elas à altura das rupturas que se aprofundaram? Trata-se de modernizar as políticas públicas ou de dissimular sua derrota?”.

Essas são questões que merecem ser analisadas quando pensamos sobre a função que cumpre a política de formação na contemporaneidade para que possamos compreender a ideologia e as orientações subjacentes a ela.

1.1 A Fragmentação do Mercado de Trabalho no Brasil e a Segmentação da Força de Trabalho

No Brasil, o mercado de trabalho típico do capitalismo da segunda Revolução Industrial teve formação tardia, impulsionado pelo engajamento no padrão de desenvolvimento norte-americano no alinhamento ao modelo prosistêmico do pós-Guerra Fria²⁰, e se constituiu, desde a sua formação, de modo bastante heterogêneo, como é característico das regiões semiperiféricas do capital, mesmo na fase em que o país contava com um projeto de desenvolvimento pautado na industrialização via substituição de importação e mediação do Estado para empregar na produção o capital estrangeiro. Ainda neste momento, parcela significativa da força de trabalho migrava do campo para se inserir em atividades nos centros urbanos laborais que, na maior parte das vezes, caracterizavam-se pela exigência de pouca qualificação pautada no trabalho, na maioria de natureza física, e por serem informais devido à ausência de um padrão de seguridade social nas relações trabalhistas.

A compreensão da formação da heterogeneidade da força de trabalho brasileira requer a análise específica da história social e econômica das relações de produção na periferia do capitalismo. Contudo, para o nosso objeto de estudo interessa-nos apenas apontar que a heterogeneidade da força de trabalho tem como substrato as relações de produção que são vivenciadas em determinado momento histórico do modo de produção social. O período se

²⁰ Neste momento inicia-se o que se convencionou chamar de “segunda Revolução Industrial”, pois há a remodelação das bases de produção do capitalismo em âmbito mundial pela introdução do sistema fordista de produção e a implantação mais completa em alguns países centrais de Estado de bem-estar social. Esse processo é o que dá emergência à configuração espacial de um novo delineamento do sistema político e econômico mundial, definindo um processo que culminará em um novo *locus* de poder, com hegemonia do Estado norte-americano sobre o Ocidente, bem como propicia o surgimento do que Arrighi (1997) denomina de “semiperiferia do capital”.

relaciona ao de institucionalização das políticas públicas de qualificação do trabalhador e coincide com o momento de maior fragmentação do mercado de trabalho brasileiro.

Gordon, Edwards e Reich (1986, p. 43)²¹ apontam que embora os processos de trabalho representados pelas organizações produtivas sejam separados dos processos de acumulação externos, conectam-se a eles porque cada capitalista organiza seu processo de trabalho dentro de um contexto social específico, que contém uma organização do processo de trabalho socialmente representativa e constitui um componente da estrutura social de acumulação. O processo de desenvolvimento das organizações produtivas, das instituições e da força de trabalho ocorre em um mercado de trabalho que funciona sob a lógica totalizante do capital e obedece às coordenadas de deslocamento desigual e, portanto, de formação heterogênea desse mercado de trabalho. Para ilustrar essa dinâmica do capital, Silver (2005, p. 83) mostra como a indústria têxtil, principal ramo da indústria moderna localizada na Inglaterra no século XIX, já no século XX se desloca para as regiões periféricas em razão da centralização do inovador complexo automotivo de produção em massa que se concentra nos Estados Unidos. O processo indica um novo setor principal em termos econômicos, com padrões sociais e culturais assim como com repercussões no poder de barganha dos trabalhadores de sua época²².

A heterogeneidade histórica do mercado de trabalho brasileiro influencia a sua condição nos dias atuais, apesar de o deslocamento do trabalho atualmente percorrer novas direções. A busca por condições de reprodução da força de trabalho reduzidas ao mínimo, de um Estado com nenhuma ou com pouca segurança no trabalho e condição de vigilância das regulamentações trabalhistas tende a impulsionar os deslocamentos em direção à periferia do capitalismo. Entretanto, Silver (2005) menciona que tais deslocamentos levam consigo os conflitos da tradição trabalhista do segmento e criam novas regiões de forte resistência contra os avanços agressivos do capital. Neste terreno contraditório, as organizações capitalistas recorrem às estratégias de subcontratação para avançarem na disputa pela competitividade entre as empresas, que se enfrentam na mesma condição de concorrência. Por gerar uma rede

²¹ Cleaver (1981, p. 132) critica a abordagem dos autores pela visão unilateral do processo de segmentação da classe ao conceber o capitalismo como onipotente. Em lugar disso, o autor argumenta que o padrão real da estratificação e da segmentação do mercado de trabalho é resultado da luta de classes real dos trabalhadores que, com frequência, é violenta. Para o autor a questão é descobrir como a classe desenvolve sua própria unidade, suas forças e fraquezas.

²² Silver (2005) menciona que também se deslocam as lutas trabalhistas, o poder de resistência de uma determinada classe de trabalhadores, com determinado perfil de qualificação conforme o grupo e o segmento da produção.

de organizações interligadas sob a forma de terceirização²³ ou até mesmo quarteirização, algumas se utilizam de formas perversas de gestão da força de trabalho porque bastante precarizadas, conforme o segmento da produção²⁴, optando pelo trabalho informal e intensificando a exploração via extração da mais-valia absoluta²⁵. Nessa medida, estamos diante de um mercado de trabalho que se caracteriza por elevada segmentação e heterogeneidade.

Além disso, a composição dos diferentes setores produtivos em determinado espaço social também é um fator que estimula a heterogeneidade do mercado de trabalho na medida em que, no caso específico das indústrias, cada segmento de produção organiza suas relações de trabalho de modo bastante diferenciado, no que diz respeito: à contratação da mão de obra; ao patamar tecnológico vigente; à faixa salarial; ao nível de controle sobre a força de trabalho e; à exigência de qualificação. Todos estes fatores dependem da inserção do segmento no mercado mundial.

Neste caso, a pesquisa de Invernizzi (2000) traz os condicionamentos que os setores de produção exercem sobre a qualificação do trabalhador e é elucidativa porque pesquisou seis segmentos diferentes no Brasil²⁶ e demonstrou como a qualificação da força de trabalho não é condicionada apenas pela introdução de novas formas de organização do trabalho no segmento, mas que a inovação da técnica se atrela às formas de controle sobre a força de trabalho que define o conteúdo da qualificação. O controle que se exerce sobre a força de trabalho em determinado segmento se relaciona a diversos fatores ligados ao ramo de atividade, como a história de luta e de resistência dos trabalhadores, a região em que se localiza e os salários auferidos, o gênero, a educação formal, a idade, além do grau de complexidade demandado pela atividade de trabalho no setor. Invernizzi (2000) observou diferenças na composição da qualificação em cada segmento investigado, o que refuta a

²³ No setor de telecomunicações, segundo Pimentel (2008, p. 63-64) há um processo, desde o ano de 1998, de reestruturação dos serviços prestados pelas empresas. Essa reestruturação praticamente extermina todos os postos de trabalho dos instaladores e reparadores de linhas telefônicas em um período de seis anos na empresa de telefonia privatizada, a Telemar. Mas o serviço, produto fundamental do processo de produção da telefonia fixa, passou a ser prestado por empresas interpostas, que precarizaram as condições de trabalho no setor, sendo que houve diminuição de postos de trabalho e aumento da produtividade. Ou seja, observou-se na pesquisa que houve uma intensificação da exploração da mão de obra, seguida da precarização das condições de trabalho nas empresas interpostas.

²⁴ Conforme o segmento da produção, a exploração intensifica-se ainda mais. Kuenzer (2006) investigou o ramo coureiro-calçadista e se deparou com o processo de terceirização e de quarteirização. Neste último, encontrou forte presença de trabalho infantil e feminino, submetidos a longas jornadas de trabalho e sem condições adequadas de trabalho, sem nenhuma proteção social e garantia trabalhista. A extração da mais-valia absoluta ocorre na sua forma bastante primitiva.

²⁵ Por mais-valia absoluta entendemos o grau de exploração a que o trabalhador está submetido no processo de trabalho. Em geral, essa exploração ocorre por meio da extensão da jornada de trabalho ou pela intensificação do trabalho simples. Aprofundaremos essa discussão no próximo capítulo.

²⁶ A indústria automobilística, de eletrodomésticos de linha branca, do complexo petroquímico, a indústria têxtil, a de calçados e a de telecomunicações.

concepção de que há um determinismo tecnológico nos processos de reestruturação produtiva que passam a requerer cada vez mais o emprego do componente intelectual em decorrência da complexificação das novas formas de organização do trabalho, bem como demonstra que a qualificação agrega um conjunto de elementos hierarquizados conforme a relação de produção vivenciada em uma determinada organização. Neste sentido, também Bruno (1996, p. 92) compreende a qualificação profissional a partir de um conceito amplo atrelado a determinado patamar de desenvolvimento social e da tecnologia capitalista, que demonstra ser flexível e capaz de abarcar as transformações do capitalismo contemporâneo e a segmentação própria de sua organização. Assim, a qualificação do trabalhador compõe-se de atributos comportamentais, intelectuais, físicos e ideológicos próprios exigidos ao trabalhador em cada momento histórico e da hierarquização estabelecida no mercado de trabalho.

Algumas considerações de Invernizzi (2000) explicitam que nos segmentos em que houve remodelação a partir da automação com a maior implantação de sistemas computadorizados e mudança de *layout*, acarretando maior complexidade ao processo de trabalho – realidade do setor automobilístico, que ainda conta com tradição combativa e movimento trabalhista minimamente organizado – o conteúdo da qualificação referiu-se aos conhecimentos técnicos da produção em novas linguagens informatizadas e os atributos comportamentais ligavam-se à necessidade de execução do trabalho, como por exemplo: saber trabalhar em equipe para viabilizar o trabalho nas células de produção, de comunicação e de criatividade. Já nos segmentos com pouca inovação tecnológica ou ainda quando a introdução da tecnologia reduzia a atividade à função de vigilância da máquina, como é o caso do segmento têxtil, os atributos comportamentais de assiduidade, responsabilidade e adaptabilidade ganharam maior importância do que os relacionados aos aspectos intelectuais. Isso ocorre porque a atividade técnica do trabalho não agregou em complexidade, mas a polivalência tende a adquirir o sentido de adição de tarefas simples.

Outro aspecto da segmentação do mercado de trabalho está na análise que Barbosa (2008) faz da história da constituição do mercado de trabalho no Brasil desde o período colonial²⁷. Ele diz que a informalidade se sedimentou na estrutura do mercado de trabalho em consolidação não apenas por uma necessidade do capital de expansão, mas o principal fator foi a ausência de uma regulação social nos moldes de uma sociedade salarial.

²⁷ Na análise que faz desde o período colonial até a década de 1930, traz dados significativos sobre a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro ao longo do período. A título de ilustração, o autor aponta que a população sem trabalho que formava o exército industrial de reserva na periferia referia-se a 105 mil pessoas, 43% da PEA, com base no Censo de 1920, além dos trabalhadores que possuíam uma inserção eventual e precária no mercado de trabalho e que se transformavam em verdadeiros andarilhos à procura de trabalho (BARBOSA, 2008, p. 217-218).

Para o autor, a questão fulcral da fragmentação do mercado de trabalho brasileiro está na não observância da proteção social como universalizante, já que o regime de assalariamento se restringiu à integração da reprodução do trabalho ao capital produtivo e o consumo popular, assim como a informalidade, era irrelevante para a valorização do capital, sendo que esta última foi considerada legítima, sem contestações estruturais sérias graças ao excedente estrutural da força de trabalho. A ausência das garantias sociais de uma sociedade salarial é o principal obstáculo para a constituição de um mercado de trabalho menos heterogêneo.

De fato, segmentos expressivos da classe trabalhadora brasileira vivenciariam mesmo no auge dos anos 1970 - a inatividade disfarçada, a alta rotatividade, o baixo acesso ao padrão de duráveis, o alcance segmentado às políticas sociais e a necessidade permanente de correr atrás dos direitos, postos que não universais. (BARBOSA, 2008, p. 257).

A ênfase do autor está na não constituição de um sistema de regulação social que abarcasse a população marginal ao sistema produtivo e que constituísse condições para o consumo próprio de uma sociedade salarial. Mattoso (1995, p.28) diz que a constituição do mercado de trabalho dos Estados Unidos embora contasse com o crescimento da estrutura industrial, somente a partir de 1930 é que teve a intensificação da adequação às normas salariais e de consumo, o que ocasionou maior limitação de *Welfare State* no país. Esse processo provocou maior heterogeneidade produtiva e tecnológica assim como maior segmentação do mercado de trabalho. Na maioria dos países avançados da Europa, como o sistema de *Welfare State* foi mais amplo e desenvolvido a partir do desenvolvimento do segundo pós-guerra, isso teria favorecido maior homogeneização²⁸ do mercado de trabalho. Como apontaram Barbosa (2008) e Mattoso (1995), é muito provável que a constituição da

²⁸ Nota-se que os termos “heterogeneização” e “homogeneização” estão sendo utilizados para se referir à característica do mercado de trabalho segmentado, em especial da forma de inserção da força de trabalho neste mercado. Entretanto, Gordon, Edwards e Reich (1986, p. 31) têm como objeto de análise a transformação do trabalho nos Estados Unidos e observam o período de maior homogeneização, entendido por eles como o período justamente em que predominaram as inovações fordistas, pois permitiu maior padronização da força de trabalho e, conseqüentemente, menores diferenciais entre as qualificações, dispondo de trabalhadores qualificados como artesãos, ferramenteiros com elevado poder de barganha. Nota-se que aqui o termo “homogeneização” adquire sentido distinto, pois não se vincula ao Estado de bem-estar social, mas à padronização própria da produção em massa. Neste sentido, também Silver (2005, p. 31) entende que o fordismo contribuiu para a redução do poder de barganha dos trabalhadores no local de produção ao homogeneizar e diminuir as habilidades necessárias ao trabalho industrial e ao abrir a possibilidade de se contar com um exército industrial de reserva vasto com pouca ou com nenhuma qualificação profissional. Essa posição difere da ideia de que o fordismo por ter se complementado com a política Keynesiana de bem-estar social tenha contribuído para a ampliação do poder de barganha do trabalhador.

seguridade social minimize a heterogeneidade do trabalho, entretanto, a própria dinâmica de totalidade que coordena os deslocamentos do capital a partir da constituição de um *lócus* de poder organizado em centro, periferia e em semiperiferia, não viabiliza a generalização da homogeneização das formas de inserção no mundo do trabalho, já que o mercado de trabalho global é uma totalidade multifacetada.

A partir da crise do capitalismo mundial no início da década de 1970, intensifica-se a problemática da constituição do mercado de trabalho pautada na exploração da força de trabalho na periferia e na semiperiferia do capitalismo. O Brasil é um dos exemplos na América Latina, que embora tenha assimilado características particulares os impactos da crise, os efeitos da precarização sobre as condições de trabalho assumiram novas proporções e configurações a partir da década de 1990.

Para termos maior clareza desse processo, iremos reconstituir sinteticamente as principais características do período da crise do início dos anos 1970 até a década de 1990 para indicar a repercussão na nova conformação (redefinição) do mercado de trabalho brasileiro.

Bruno (2001, p. 4) aponta que a crise dos anos 1970 se apresentou como a primeira crise realmente mundial, provocando a reestruturação geral e em nível global do capitalismo como modo de produção. A crise emerge da insuficiência do modelo societal anterior, que redundava em uma crise de superacumulação, em que integra, neste contexto, a insuficiência de sustentar a produção pautada no consumo em massa em um mercado cada vez mais competitivo, a partir da concorrência de novos pólos estratégicos de produção e de desenvolvimento tecnológico, como o Japão reconstruído do pós-guerra, juntamente com a forte pressão do movimento trabalhista. Isto faz com que Silver (2005) defenda a tese de que a crise do capital se tornou uma crise impulsionada pelas forças do trabalho. Soma-se isto às dificuldades nas transações econômicas que a economia norte-americana, então hegemônica, passa a vivenciar com o embargo árabe ao petróleo. Esse conjunto de fatores irá culminar na crise do capitalismo, marcada pela combinação de baixa taxa de crescimento e de inflação elevada (estagflação) que leva os países coordenados pelo centro de poder da OCDE a buscarem uma reestruturação de suas instituições e do modelo de acumulação. Por essa razão, Bruno (2001, p. 4) diz que somente no final da década de 1980 o “Ocidente Livre”, cujo centro de poder é a OCDE, reconheceu oficialmente a crise dos países do COMECON, quando o modelo por eles gestado já estava suficientemente estruturado para servir como a única alternativa possível.

É a partir desse reconhecimento da crise que os esforços expansivos do capital ganham novos vultos, com a reestruturação da base material da produção e a remodelação dos modelos políticos dos países centrais e da periferia do capitalismo com repercussão sobre a gestão da força de trabalho e sobre a segmentação do mercado de trabalho mundial.

Dentro da perspectiva que já apontávamos de oligopolização das organizações, temos um processo, de um lado, em que muitas empresas de porte grande e médio são suprimidas por fusões, tendo como objetivo se transnacionalizarem, uma vez que as barreiras que demarcavam os Estados nacionais estão mais fluidas, e, por outro lado, temos o papel desempenhado pelos organismos internacionais que assumem o papel de coordenação dessa fluidez junto aos governos locais. Aqui se inicia uma nova direção do deslocamento do capital, em que um conjunto de organizações produtivas de alguns segmentos é direcionado à periferia e à semiperiferia, sendo que alguns ramos dessas organizações continuam centralizadas. Boito (1999, p.3 4) indica um pouco dessa nova configuração mundial a partir dos deslocamentos das empresas globais:

As empresas globais representam uma parte insignificante das grandes empresas que operam em escala internacional- as empresas globais, que dispersam suas instalações, suas ações e sua pesquisa tecnológica por diversos países são principalmente as empresas originárias de países pequenos da Europa Ocidental. O que domina amplamente são as empresas multinacionais que embora operem em diversos países, tem a maior parte dos seus ativos e do seu mercado no próprio país de origem para o qual repatriam seus lucros e no qual concentram suas atividades de pesquisa e desenvolvimento. Ademais, essas grandes empresas que operam em escala internacional pertencem, na sua quase totalidade, e investem na periferia apenas nos setores que deixaram de constituir atividade de ponto do capitalismo. Não investem em setores como bens de equipamentos, aeronáutica e espaço, indústria de defesa e telecomunicações etc. Por mais que o salário boliviano seja baixo a indústria aeronáutica francesa não vai transportar-se para a Bolívia, apesar dos altos custos fiscais e elevada carga fiscal vigente na França [...].

Outros autores (POCHMANN, 2001, 2004; BRUNO, 2001; MATTOSO, 1995, 1996; BOITO, 1999; MACHADO, 1995; CARDOSO, 2003, p. 82-83) têm apontado esse movimento de centralização das decisões e de inovações em centros estratégicos assim como de descentralização dos custos das organizações²⁹ de produção e financeira do capital.

²⁹ Este movimento das empresas de internalizar inovações e de externalizar custos é uma prática usual das organizações sob a alegação de modernização por meio de enxugamento. A empresa Yahoo, de serviços de *Internet*, em dezembro de 2010 anunciou corte de cerca de 600 funcionários, o que representa 4% de seu quadro de funcionários, em um esforço de melhorar as finanças e aumentar sua margem de lucro (YAHOO!..., 2011).

Concomitante a isso, há o processo de periferização³⁰ de alguns tipos de indústrias que, muitas vezes, destacam-se pelo alto nível de desregulamentação das relações de trabalho e intensificação da exploração, como já apontamos, embora seja uma forma do Estado fixar as unidades de produção em seu território e evitar a desindustrialização³¹.

Tal configuração mundial conduz a segmentações amplas do trabalho em nível global. Wallenstein (1974) menciona que a divisão da economia mundo “supõe uma hierarquia de tarefas ocupacionais na qual as tarefas que exigem maiores níveis de qualificação e uma maior capitalização estão reservadas às áreas mais bem posicionadas”. O autor salienta a aproximação das maiores qualificações do *locus* do poder, onde deve se concentrar a totalidade da acumulação do capital, sendo que na semiperiferia e periferia estariam as qualificações mais reduzidas, isso porque “[...] uma economia mundo capitalista recompensa essencialmente o capital acumulado, incluindo o capital humano, em maior medida que a força de trabalho <em bruto>, a má distribuição geográfica destas qualificações ocupacionais envolve uma forte tendência para a auto-manutenção” (WALLENSTEIN 1974, p. 339).

A discussão acima aponta para a configuração da distribuição das qualificações no processo de acumulação do capital e torna mais explícitas as estratégias de deslocamento utilizadas pelo capital ao localizar nos países centrais os pólos de pesquisa e de desenvolvimento responsáveis pelos setores nucleares das organizações transnacionais para onde, inclusive, migra grande parte da mão de obra especializada, principalmente da semiperiferia, pois inserida nesta localidade, como diz Wallenstein (1974) seria subutilizada, uma vez que teria apenas a função limitada de automanutenção. Ainda nesta mesma perspectiva, completa o autor:

O trabalho livre é realmente uma característica definidora do capitalismo, mas não o trabalho livre em todas as empresas produtivas. O trabalho livre é a forma de controle do trabalho utilizado para o trabalho especializado nos países centrais enquanto que o trabalho coercitivo é utilizado para fontes menos especializadas nas áreas periféricas. A combinação é assim a essência do capitalismo. Quando o trabalho for sempre livre teremos o socialismo. (WALLENSTEIN, 1974, p. 129).

É evidente que mesmo as formas de trabalho mais intelectualizadas, complexas e autônomas, não sujeitas à precarização e à exploração via extração da mais-valia absoluta,

³⁰ De acordo com Pochmann (2001, p. 24), a periferização da indústria ocorreu, em grande medida, sob a liderança do Estado, por meio da expansão e da proteção do mercado interno, o que permitiu rápida passagem da fase agrário-exportadora para a fase de desenvolvimento industrial.

³¹ Fenômeno que ocorreu em alguns países latino-americanos, entre eles a Argentina, o que significou a fuga e a falência do parque industrial, mas não foi um fenômeno típico do parque industrial brasileiro (MATTOSO, 1995).

também não são plenamente livres, na medida em que são produtoras de valor de troca sob a lógica do processo de valorização do capital. Ao contrário de liberdade, o que temos é a intensificação da exploração via extração da mais-valia relativa, cujo processo de acumulação, muitas vezes, combina-se com outros de extração da mais-valia absoluta³². O incremento da capacidade de trabalho com elevado nível de qualidade, decorrente do investimento em educação, lazer, vivências culturais e experiências em linguagens diversificadas oferece ao trabalhador um *plus* que é agregado ao processo produtivo que requer trabalho complexo. Imbuídos dos atributos oferecidos pelas qualificações complexas, que cada vez mais demanda capacidades e habilidades cognitivas e comportamentais articuladas, os trabalhadores passam em um mesmo espaço de tempo a executar mais trabalho complexo. Além disso, no processo de mais-valia, tais atributos da qualificação são combinados com a inovação tecnológica, o que permite ainda mais a intensificação do trabalho pelo incremento da produtividade a serviço da reprodução do capital.

São essas alterações no cenário mundial que fincam as bases da terceira divisão social do trabalho, pois as trocas das mercadorias sofrem intercâmbio em um espaço social onde as relações entre capital e trabalho foram profundamente redefinidas e reestruturadas sob uma nova configuração; do lado do capital, deram-se sob o vetor da reestruturação produtiva e da expansão dos investimentos diretos no exterior a partir da transnacionalização da economia que congrega a centralização do poder estratégico de decisões em corporações multilaterais cada vez menos territorializadas nos espaços nacionais com a dispersão das atividades de execução; do lado do trabalho, como têm apontado Silver (2005) e Mattoso (1995), a partir da organização de movimentos trabalhistas de luta, inclusive em países semiperiféricos que apresentam experiências *sui generis* de resistência que, no caso do Brasil, inclui o surgimento de diferentes frentes do movimento trabalhista, sejam aqueles que nascem no bojo do processo de redemocratização com as greves do ABC e que fundam o movimento do “novo sindicalismo” em que uma das correntes dá origem ao Partido dos Trabalhadores, sejam aqueles movimentos de primam pelas formas de auto-organização dos próprios trabalhadores, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e a emergência do que denominamos neste trabalho de “Trabalho Associado” na década de 1980, que discutiremos em seguida, embora existam outros.

³² O autor tem uma visão polarizada das qualificações, que se daria em conformidade com a divisão social do trabalho, entretanto, apesar de haver na periferia e semiperiferia mais incidência de exploração absoluta, esse fenômeno também estaria assolando os países centrais em decorrência da generalização da precarização das relações de trabalho com a reestruturação da produção e reforma do Estado. Sendo assim, as ondas de migrações e informalidade passam a compor cada vez com maior intensidade o cenário das relações de trabalho desses países.

O Brasil começa a sentir os efeitos mais diretos da crise de 1973 na década de 1980, quando deflagra a crise da dívida externa³³ nos países de Terceiro Mundo. De acordo com Rodrigues (1997), no Terceiro Mundo a industrialização pôde continuar a se desenvolver por mais tempo porque ela não se inseriu nos esquemas de acumulação fordista no padrão dos países industrializados. A partir da década de 1980, o país adentra um período de intensa recessão e interrompe o ciclo de crescimento econômico pautado na industrialização das décadas anteriores e, somado ao cenário global de remodelação do capitalismo, faz com que os efeitos da crise logo escoem para o Brasil. Rodrigues (1997, p. 205-206) menciona os efeitos sociais avassaladores da recessão, para os países em desenvolvimento, decorrentes da onda deflacionária, em que o dinheiro, antes fruto de empréstimo barato, passou a custar muito caro devido às altas taxas de juros no mercado com deterioração generalizada do comércio exterior, “[...] mas a queda das importações foi maior em certos países exportadores de produtos manufaturados (como Brasil, México e Coreia), em razão da acuidade do problema do endividamento[...]”.

Essa conjuntura se agrava na década de 1990, pois o cenário brasileiro do período caracteriza-se por políticas de caráter liberalizante de matriz conservadora tanto em seu aspecto político quanto na dimensão econômica, tal como Draibe (1993) diz que podemos interpretar a política neoliberal do período. A política neoliberal³⁴ integra as reformas do Estado no bojo do processo de reestruturação econômica do capitalismo mundial e nas décadas de 1980 e de 1990 a ortodoxia dessa política é empregada primeiro na Inglaterra e nos Estados Unidos, países estratégicos do ponto de vista da remodelação do capital, e, em seguida, o modelo se espalha para os demais países centrais da Europa, incluindo mesmo aqueles com governos de esquerda que, em um primeiro momento, resistiram a sua implantação. Quando, na década de 1990, no governo Collor, o Brasil adentra mais incisivamente na lógica neoliberal³⁵ sob o argumento de que a abertura comercial seria condição imprescindível na modernização do país, bem como seria necessária a ampla

³³ “A ‘crise da dívida’ desencadeia com a forte crise financeira experimentada pelo México em 1982, que levou aquele país a decretar a moratória de sua dívida externa, ocasionando um abrupto corte da entrada de capitais externos e desatando uma crise econômica e financeira de grandes proporções entre os países subdesenvolvidos, em especial os da América Latina [...]” (RODRIGUES, 1997, p. 213). Diante da impossibilidade de financiar suas dívidas, esses países recorreram ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional que condicionaram os créditos às políticas de ajustes estruturais (RODRIGUES, 1997, p. 213).

³⁴ Draibe (1993, p. 88-89) aponta que o neoliberalismo não é propriamente um corpo teórico coerente e autônomo dada a reinvenção do liberalismo e muitas das proposições práticas, as modificações do conceito no tempo e a muitas das proposições que pertencem ao ideário social-democrata ou socialista.

³⁵ Cardoso (2003, p. 84) menciona que o Brasil foi provavelmente o último dos países “emergentes” a empreender reformas econômicas pautadas na abertura comercial e reforma do Estado, principalmente via privatização e ajuste fiscal, que sinaliza a desobrigação do Estado para com a sociedade civil.

reforma no Estado para equalizar as contas públicas, já em curso desde a década de 1980³⁶, há o agravamento dos problemas sociais. A combinação desse quadro recessivo conduz ao crescimento do desemprego de contornos estruturais, que amplia a população marginalizada e a informalização nas relações de trabalho³⁷ pela redução de custos que passam a orientar as políticas públicas no período, como iremos apontar adiante. Pochmann (2008, p. 59-67) traz dados que mostram que a partir de 1980 houve o decréscimo do assalariamento, especialmente daquele com carteira assinada, bem como aumentou o trabalho sem carteira assinada, portanto, precarizado em seus direitos sociais.

Para Cardoso (2003, p. 85), a lógica que passa a vigorar nesse período impacta a realidade social brasileira por meio da contração dos empregos, principalmente nas indústrias de transformação, uma vez que

A abertura comercial, lastreada em taxas de câmbio valorizada, expõe as empresas autóctones à competição internacional e, ao mesmo tempo, dificulta a penetração externa competitiva de seus produtos em razão dos diferenciais de produtividade, desfavoráveis aos parques produtivos construídos nos anos de substituição de importações. Condenadas a vender no mercado interno, tem que aumentar a produtividade para reduzir preços diante do competidor externo (no caso brasileiro, crescentemente o Mercosul) e seguir aprofundando a reestruturação[...].

Neste caso, o problema da abertura desconsiderou as condições de competitividade reais do parque industrial brasileiro e com isso levou inúmeras indústrias à falência. Mattoso (1999) já havia mencionado que a abertura deliberada do mercado às multinacionais e à livre circulação do capital financeiro não havia sido sustentada por nenhum projeto estratégico de desenvolvimento ou por políticas setoriais de defesa da produção e do emprego nacional. Tanto Collor como FHC que, ao entenderem a globalização como sendo benéfica ao país, viam os projetos nacionais acima mencionados como desnecessários.

No caso do setor de transformação, embora não tenha havido no Brasil o processo de desindustrialização, como foi o caso de outros países latino-americanos, de modo geral houve a perda de dinamismo do parque industrial nacional. Nos setores mais tradicionais, como

³⁶ Cardoso (2003, p. 84) diz que “[...] as fronteiras nacionais, que poria uma pá de cal nas políticas desenvolvimentistas de substituição de importações, ocorre a partir de 1988, mas é apenas depois de 1994 que a essa fórmula juntou-se a âncora cambial como mecanismo mais importante de estabilização da moeda nacional (em conexão com altas taxas de juros e controle da base monetária) e fio condutor do chamado “choque de competitividade na economia”. Cacciamali (2001, p. 3) menciona que os países da América Latina, desde meados dos anos de 1970, mas em maior número a partir de 1980, vêm se ajustando à nova ordem mundial, sob os eixos político, econômico e social.

³⁷ Cacciamalli (2001, p. 2) menciona que na América Latina, especialmente a partir dos anos de 1990, ampliam-se as formas de inserção do trabalho por conta própria, sob a forma de microempresário e de trabalho doméstico.

parte da cadeia têxtil, Invernizzi (2000) menciona que o quadro de estagnação gerado a partir da década de 1980 e a abertura em 1990 fizeram com que muitas pequenas e médias empresas, que já haviam perdido o mercado do ramo para os países europeus e, em seguida, para os asiáticos, não puderam concorrer na década de 1990 com os padrões internacionais de competitividade e decretaram falência de muitas pequenas e médias empresas. Além disso, em outros segmentos ou pontos da cadeia produtiva, como no caso do ramo de confecções e do setor calçadista, com o parque de máquinas ainda mais degradado, recorre-se às formas de subcontratação e de tercerizações, intensificando a exploração sobre o trabalho.

No que se refere às alterações específicas acarretadas no mercado de trabalho latino-americano, Cacciamali (2001, p. 3) aponta que além do desemprego e do subemprego decorrentes da diminuição dos postos de trabalho nas indústrias de transformação na maior parte dos países devido à abertura comercial e à reestruturação produtiva e técnica das empresas, a intensidade do trabalho aumenta mesmo nos empregos associados ao novo modelo econômico, bem como há a expansão do setor de serviços e maior participação das mulheres por razões de necessidade econômica e de definição de novos papéis sociais.

Diante desse quadro decorrente de baixa expansão da economia nacional, como assinalou Pochmann (2008, p. 55-56), em que os problemas sociais se tornam maiores e mais complexos, tem-se que: de um lado, o mercado de trabalho apresenta sinais de desestruturação, com forte elevação do desemprego aberto e do desassalariamento da mão de obra, cada vez mais envolvida pela informalidade; de outro lado, o avanço da polarização social resultou no esvaziamento dos tradicionais postos de trabalho de classe média como também no aumento simultâneo das ocupações de baixa renda com estancamento da evolução renda *per capita* acompanhada das medidas voltadas ao ajuste das finanças governamentais³⁸.

Tendo em vista essa evolução do comportamento geral do mercado de trabalho é que o Pochmann (2008) aponta que nos últimos setenta anos pôde ser percebido o movimento de estruturação que vai até 1980, ainda que incompleto, dada a heterogeneidade e o padrão das relações de seguridade social vigentes na sociedade salarial brasileira e, a partir de 1980, observou-se um movimento acentuado de desestruturação que prevaleceu até o ano 2000, sendo que:

³⁸ Pochmann (2008, p. 57) menciona que o ajuste das finanças públicas representou o aumento da carga tributária, o que afetou proporcionalmente os mais pobres, havendo a contenção relativa do gasto social, a desvinculação das receitas fiscais sociais e as despesas focadas em ações de natureza muito mais assistencial em detrimento da universalização de bens e dos serviços públicos a toda a população.

Por estruturação compreende-se a predominância do segmento organizado do mercado de trabalho urbano, tendo em vista o avanço das ocupações mais homogêneas, com base nas empresas tipicamente capitalistas, na administração pública e nas empresas estatais, ocupações estas representadas pelo emprego assalariado regular e regularizado. Já o movimento de desestruturação caracteriza-se pela manifestação do segmento não organizado, cujas formas principais de ocupação são heterogêneas e sobretudo não pertencentes às organizações tipicamente capitalistas, à administração pública e às empresas estatais, geralmente peculiares das economias subdesenvolvidas. (POCHMANN, 2008, p. 59).

Interessa-nos apontar que é neste contexto adverso que surgem as primeiras experiências de trabalho associado no Brasil.

1.2 A Emergência do Trabalho Associado no Brasil

Ao tratarmos do trabalho associado partimos da premissa de Marx (apud SILVER, 2005, p. 28-29) de que a experiência histórica tem demonstrado a capacidade da classe trabalhadora refazer-se constantemente em função de cada período de avanço do capitalismo. Para Silver (2005, p. 28-29) essa percepção contesta as teorias do fundo do poço, para as quais a hipermobilidade do capital teria enfraquecido o poder de barganha dos trabalhadores, e aponta as transformações que tem sofrido o movimento operário, inclusive, em direção à transnacionalização, como as novas ondas de contestações similares a Seattle, cujo resultado representou o recuo do capital, e também as contestações na América Latina³⁹.

³⁹ O avanço do capital em direção ao rompimento com os pactos sociais em decorrência das políticas neoliberais implantadas, bem como a degradação das condições de vida e sobrevivência da população latino-americana, que nos interessa, suscitam diversos movimentos sociais em oposição à lógica do capital. O trabalho associado surge permeado de diversos movimentos sociais de diferentes tipos. Novaes (2011) sintetiza as manifestações populares que se direcionam ao confronto com capital e sua lógica de mercadorização da vida, tais conflitos situam-se em defesa da água, sementes, energia elétrica, petróleo e gás natural, etc. O autor cita: a avalanche neoliberal na Argentina e a resistência do povo e da classe média; a oposição, na Bolívia e Venezuela, à expropriação dos seus recursos naturais e, na Bolívia, há a insurreição indígena pela contestação dos acordos de exploração do gás e culmina com a renúncia do então presidente em 2003 para em 2005 eleger o Evo Morales de origem indígena; as lutas no México pela soberania na produção e comercialização do milho no contexto de criação do Nafta e, ainda neste país, as lutas de Chiapas, Guerrero e Oaxaca contra os produtos transgênicos; no Brasil, na Amazônia, há luta contra a instalação de usinas hidrelétricas; a luta da via camponesa pela socialização de sementes crioula como patrimônio histórico em oposição às sementes geneticamente modificadas introduzidas por multinacional; no Acre, a luta pela terra e pela vida manifestando-se em torno da figura de Chico Mendes; no Nordeste, a luta pelo babagaçu livre; em Santa Catarina, em 1980, surgiu o movimento dos atingidos pelas barragens no rio Uruguai, além das ligas camponesas do nordeste (NOVAES, 2011, p. 53-64).

Todas as manifestações explicitam as novas formas de luta do trabalho e se pautam na organização dos trabalhadores sem intermediários como o partido, o sindicato, o Estado. Um traço comum dessas lutas é que são geridas pelos próprios trabalhadores, portanto, traz enquanto embrião seu potencial revolucionário.

É no bojo dessas agitações populares e concomitante a elas que surgem as experiências de trabalho associado a partir da recuperação de fábrica na Argentina, na Venezuela e no Brasil, entre outros, e em outros setores da atividade laboral, como o de serviços e agricultura. Para Silver (2005, p. 29) o maior poder de barganha dos trabalhadores pode se referir à capacidade deles saírem do mercado de trabalho formal e sobreviverem de outras fontes de renda. Podemos perceber que esse parece ser um traço bastante marcante do movimento do trabalho a partir das décadas de 1980 e 1990 na América Latina.

Sob diferentes formas de organização, sejam cooperativas, ONGs, associações têm proliferado experiências de alcances distintos no Brasil. Nas áreas metropolitanas, predominam as cooperativas populares em setores intensivos em trabalho, como a reciclagem, artesanato, costura e confecções, serviços diversos, pesca, hortifruticultura, mel e derivados, panificadoras e confeitarias, produção de alimentos, etc. No caso das fábricas recuperadas especializam-se em algum segmento específico da antiga linha de montagem (CRUZ, 2006, p. 241) e, por essa razão, é comum encontrá-las sob a forma terceirizadas.

No caso brasileiro, as primeiras experiências de recuperação de fábricas pelos trabalhadores surgem, de modo mais contundente, a partir da crise de 1981-1983 (SINGER, 2002, p. 87), quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, pedem concordata e entram em processo falimentar. Este é o caso da Wallig Sul, em Porto Alegre (SILVA, 1999), a Cooperminas, que explora minas de carvão em Criciúma, no estado de Santa Catarina e as cooperativas da antiga tecelagem Parayba, em Recife e em São José dos Campos. Tendo em vista os setores em que se inserem e a condição dos processos de trabalho que herdaram, Cruz (2006, p. 241) constata que operando em pequena escala os empreendimentos autogestionários que ultrapassam o ciclo da consolidação permanecem em situação de instabilidade crítica.

Em geral, essas experiências inserem-se no que se tem denominado de economia Solidária. Cruz (2006, p. 69) se propõe à definição do conceito a fim de melhor balizar as experiências que a integram:

O conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito, etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referente são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes.

O autor (CRUZ, 2006, p. 69) inclui diferentes iniciativas e exclui as formas flexíveis nessa definição, assim como não se reporta às experiências dos países centrais porque são substancialmente distintas. Contudo, tal conceito expressa uma compreensão acerca da realidade que se tem denominado de Economia solidária, que longe de ser consenso, há diferentes leituras desse fenômeno. Novaes (2011, p. 27) diz que a visão mais radical sobre autogestão não ganhou espaço nos debates teórico-práticos de Economia solidária e organiza o debate nas seguintes abordagens: a) Adeptos à Economia solidária socialista⁴⁰; b) Outros pertencentes à vertente socialista, sendo que muitos não utilizam o termo e têm ressalvas a ele⁴¹; e incluímos a c) Tendência hegemônica da Economia solidária liderada no Brasil por Paul Singer.

Tendo em vista as diferentes orientações teóricas das abordagens acima, ao nos referirmos a essas experiências, optamos por utilizar o termo trabalho associado⁴², em identificação com o segundo grupo pertencente à vertente socialista. Ao utilizarmos a terminologia trabalho associado temos como propósito, de um lado, aglutinar a diversidade de fenômenos de natureza bastante distinta do ponto de vista da sua constituição produtiva, organizativa, do atrelamento político e ideológico e das potencialidades vigorantes que se ensejam enquanto perspectiva futura de desenvolvimento. De outro lado, rejeitar a opção pelo conceito Economia Solidária para evitarmos a identificação com a abordagem hegemônica e porque o termo assume um sentido específico quando compreendidos a partir das apropriações institucionalizadas feitas pela Secretaria Nacional Economia Solidária, que nos interessa nesta pesquisa. Esta questão será melhor problematizada nos capítulos seguintes, entretanto, vale apenas apontar que o termo “solidariedade” liga-se à ideia de preocupação de distribuição justa de resultado, com meio ambiente e bem-estar dos consumidores (MTE;SENAES;SIES, 2006 apud MELLO, 2006, p. 67). Podemos notar subjacente a esse conceito apresentado pela SENAES a presença da ideia de que é possível viver no capitalismo e utilizar as mesmas categorias do seu modo de produção para organizar uma sociabilidade distinta da que vigora nas relações hierarquizadas das organizações comandadas pelo capital, ou seja, a ideia do convívio “harmonioso” com diferentes modos de organização social nesta sociedade de trabalho segmentado.

⁴⁰ Novaes inclui os trabalhos de Cruz (2006), Nascimento (2011), Tiriba (2001; 2007), Faria, M. (2005); Schmidt (2008) e Novaes (2007). (NOVAES, 2011).

⁴¹ Inclui Bernardo (1975, 1986); Faria, J. (2004); Guimarães (2004); Vieitez e Dal Ri (2001, 2008); Pinassi (2005); Antunes (2008). (NOVAES, 2011)

⁴² Essa denominação é utilizada por Vieitez e Dal Ri (2001). Além dessa denominação, os autores utilizam OTAs - Organizações de Trabalho Associado.

Vieitez e Dal Ri (2009, p. 55) assim como Novaes (2011) dizem que um traço distintivo do movimento de economia solidária é a crença de que se constitui em alternativa radical ao capitalismo e que seu desenvolvimento por si próprio é suficiente para transformar a sociedade. Além disso, apontam (VIEITEZ; DAL RI, 2009, p. 55) que os empreendimentos do movimento de economia solidária no Brasil se encontram mais inclinados a estimularem empreendimentos novos, embora também se caracterizem pela apropriação de empreendimentos que eram propriedade capitalista e acrescentam, ainda, que em geral apresentam militância no âmbito do trabalho associado, embora essa postura não propicie a participação das organizações de trabalho associados nas lutas mais amplas da sociedade.

Do ponto de vista econômico e social, a reestruturação do capital a partir do início de 1970 provocou o rompimento do pacto social construído entre capital e trabalho no pós-guerra, devido ao rompimento com o processo que Silver (2005) denominou de “desmercadorização do trabalho” pela elevação da seguridade social nos países centrais. Os efeitos da reestruturação eclodiram na periferia mais claramente a partir da década de 1980, como apontamos acima. Do ponto de vista da organização dos trabalhadores, o agravamento da conjuntura recessiva com efeitos sociais deletérios provocou movimentações em diversas partes do continente e, na América Latina, em especial no Brasil, algumas vertentes dos movimentos sociais se fortaleceram e algumas se renovaram, como o ressurgimento do “novo sindicalismo” a partir das greves da região do ABC, do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) e de outras frentes novas que vieram à tona, como o surgimento do Trabalho Associado na década de 1980.

Quando pactos sociais se desfizeram, conforme Silver (2005, p. 131), no final dos anos 1980, os protestos nos países centrais cresceram e logo decaíram. Esse fenômeno de insatisfação declarada dos trabalhadores apareceu no mundo pós-colonial no início dos anos 1990, com atraso. Esse movimento do trabalho, em que Silver (2005) capta os maiores picos, representa a resistência dos trabalhadores dos países centrais à “desmercadorização do trabalho” e, na periferia, ocorre com a destituição das poucas referências construídas no âmbito dos direitos sociais, apesar de praticamente serem ausentes os benefícios advindos dos pactos sociais.

Concordamos com a afirmação de Vieitez e Dal Ri (2009) de que o trabalho associado por si só não pode ser considerado como solução para o desemprego, uma vez que este tem dimensões estruturais. Marx (1974, p. 723) diz que não é o aumento ou o decréscimo da classe trabalhadora que torna excessiva a oferta da força de trabalho para o capital, ao contrário, é a expansão do capital ou a sua retração que torna insuficiente ou abundante a

força de trabalho, assim como influencia seu preço. Essa concepção de Marx decorre da compreensão do autor sobre a composição orgânica do capital, do ponto de vista do valor e da técnica,⁴³ pois no curso do processo de acumulação ocorrem modificações nesta composição orgânica. Entendemos que as novas formas de organização do trabalho alteram justamente a composição orgânica do capital, pois cada vez mais o capital constante é utilizado e aperfeiçoado para aumentar a produtividade em detrimento do capital variável (tendência progressiva da queda da taxa de lucro). Ocorre que não se pode acumular capital sem o aumento contínuo e generalizado da capacidade de trabalho. No processo de acumulação, a força de trabalho é a mercadoria fundamental, pois não há como o capital se expandir sem acréscimo da força de trabalho, ainda que ela troque de mãos de capitalista e de localidade, encontra-se na esfera da circulação de mercadorias e sua reprodução é fator de reprodução do próprio capital (MARX, 1974, p. 717). Com a tendência progressiva a baixar a taxa de lucro, a qualificação da força de trabalho assume centralidade na discussão, uma vez que é por meio do incremento na formação que se pode auferir maiores patamares de extração de mais-valia relativa, decorrentes da exploração sobre o trabalho de natureza complexa. Desse modo, tenta-se contrabalançar a queda tendencial da taxa de lucro, à qual o capital está fadado no seu processo de acumulação.

Entendemos que o desemprego da década de 1990 é de novo tipo porque apesar da natureza estrutural, ocorre em determinado contexto histórico do processo de acumulação capitalista com efeitos específicos para a classe trabalhadora, como já abordamos. No Brasil, tanto a crise da década de 1980 como a abertura comercial do governo Collor se constituem no pano de fundo em que eclodem as organizações de trabalho associado a partir de empresas que se encontravam em processo falimentar, bem como surgem as organizações que se destinam a assessorar tais organizações. Dentre as razões que impulsionaram a formação das organizações de trabalho associado, Dal Ri e Vieitez (2008, p. 49) apontam: o desemprego estrutural; a precarização do mercado de trabalho; a ideologia⁴⁴ e; a autonomização do trabalho.

Das organizações que abarcam a economia solidária existem diferentes setores produtivos, categorias informais e organizações econômicas populares constituídas por grupos marginalizados de diversa natureza, pois são bastante abrangentes os tipos de

⁴³ A composição do capital (MARX, 1974, p. 715) tem que ser apreciada sob dois aspectos intimamente imbricados e atrelados: do ponto de vista do valor, divide-se em capital constante e variável; do ponto de vista da técnica, divide-se em relação entre meios de produção e força de trabalho.

⁴⁴ Embora os autores advirtam que é mais raro encontrar tal fator, pois em pesquisa realizada em 2001 (VIEITEZ; DAL RI, 2001) das vinte OTAs pesquisadas apenas uma se devia a este fator, qual seja, a Bruscor.

empreendimentos que se aglutinam sobre essa denominação e o elemento que os aglutinam refere-se à organização autogestionária e a propriedade coletiva, segundo Singer (2002). A título de ilustração há o movimento de catadores e de reciclagem de lixo, as empresas recuperadas em sistema de autogestão e de cogestão e cooperativas de produção de diferentes portes, os empreendimentos cooperativistas rurais de diversos ramos: na apicultura, piscicultura, etc.

Gaiger (2004, p. 374-377) atribui o surgimento recente dos empreendimentos econômicos solidários à conjunção de cinco circunstâncias na mesma proporção: a) presença de setores populares com experiências em práticas associativas, comunitárias ou de classe, dentre os exemplos cita o Rio Grande do Sul em que os empreendimentos mais avançados líderes e militantes de lutas sociais, rurais, urbanas, e sindicais; b) existência de organizações e lideranças populares genuínas, vincadas nos movimentos de ação direta e nos sistemas de representação dos interesses coletivos; c) chances favoráveis para que as práticas econômicas associativas sejam compatíveis a economia popular dos trabalhadores, amoldando aos arranjos que lhe asseguram subsistência, neste caso, a economia solidária reorganiza os fatores produtivos, materiais e humanos do tipo de produção já existente muitas vezes informal; d) presença de entidades capazes de canalizar os trabalhadores para alternativas autogestionárias; e) Redução das modalidades convencionais de sobrevivência devido a seletividade do mercado e a ineficácia das políticas públicas; f) formação de um cenário político ideológico favorável ao reconhecimento dessas demandas sociais de modo a penetrar em amplas frações dos movimentos sociais e na institucionalidade política.

Deste último aspecto apontado pelo autor, podemos dizer que a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego, que será objeto de discussão no capítulo 3, decorre deste cenário político e ideológico favorável a sua institucionalidade política decorrente, inclusive, da disseminação dos empreendimentos populares da pressão exercida pelos movimentos sociais que aderiram à Economia Solidária.

Dal Ri e Vieitez (2008, p. 21) indicam as entidades e os movimentos que atualmente prestam assessoria técnica e política às empresas de autogestão, sendo elas:

- a) Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG);
- b) União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL);
- c) Confederação das Cooperativas de Trabalho (COOTRABALHO);
- d) Cáritas Brasileira;
- e) Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e pela Vida (ACCMV);
- f) Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP);
- e) Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB);

A Cáritas Brasileira, atualmente, é responsável pelo Centro de Formação Economia Solidária (CFES), em âmbito Nacional..

De acordo com a caracterização de Dal Ri e Vieitez (2008, p. 21) é uma instituição da igreja católica e pertence à rede Cáritas Internacional. Está ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Singer (2002, p. 117) diz que Cáritas passou a apoiar milhares de PACs (Projetos Alternativos Comunitários) por todo o Brasil desde 1984 contando com ajuda da Cáritas Suíça, *Miserior*, *Cebemo*, *Entraide e Fraternité* e Cáritas Alemã. Dos PACs existentes 100 dos 252 eram associações ou cooperativas solidárias (GAIGER apud SINGER, 2002, p. 118-119).

Outra instituição que desenvolveu ações de qualificação profissional para Economia Solidária no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) por meio dos Projetos Especiais de Qualificação (PROESQ) foi a ANTEAG. De acordo com Martins (1998) a ANTEAG formou-se com o episódio de recuperação de Markeli, fábrica do ramo têxtil e calçadista, em que um grupo de sindicalistas do Dieese inicia a discussão sobre os trabalhadores assumirem a fábrica sob a forma de autogestão, diante da alarmante situação de desemprego. Para Dal Ri e Vieitez (2008, p. 21) a ANTEAG desde a sua criação em 1992 coloca-se a tarefa de salvar e criar postos de trabalho numa situação de desemprego alarmante, no entanto seu projeto é mais ambicioso ao acreditar na possibilidade de expandir relações de trabalho não assalariadas. Para se referir a essas novas relações de trabalho utiliza-se do termo autogestão.

Com diferentes projetos e em diferentes espaços, essas entidades desempenham atividades relacionadas ao suporte técnico tendo em vista a sustentabilidade dos empreendimentos solidários, dentre essas ações está a educação que, em geral, ocupa grande parte do tempo despendido por essas instituições. Tendo em vista essa integração, ao se discutir a política pública de formação para a Economia Solidária dos CFES, no Comitê Temático de Formação e Assistência Técnica (CTFAT) do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), na SENAES, compreendeu que a assistência técnica deve estar integrada à Educação (CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE FORMAÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010, p. 1).

1.3 A Política Pública Brasileira de Formação do Trabalhador a partir do Contexto de Modificação das Relações de Trabalho

Os efeitos da crise do início da década de 1970, ao impulsionarem uma reestruturação da produção, também conduzem à reforma política da gestão do Estado. Nos países centrais, a retórica neoliberal se defronta com padrões de *Welfare State* mais alargados⁴⁵ do que aqueles que vigoraram nos países periféricos, porém, naqueles países o projeto neoliberal foi incisivo até porque encontraram menor resistência de movimento trabalhista na sua implantação, como ocorreu nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Nova Zelândia. Guardadas as diferenças nos padrões de seguridade social entre eles, todos apresentaram flexibilização do mercado de trabalho, depreciação salarial e principalmente fragilização do sistema de proteção social por meio da focalização de clientelas, uma vez que eram incapazes de aprimorar e de generalizar os benefícios, conforme identificou Azeredo (1998, p. 10).

Além disso, no que se refere às reformas neoliberais nos países latino-americanos é preciso considerar a proporção que estas políticas tiveram sobre as reformas dos programas sociais. Segundo Draibe (1993, p. 92-93), o neoliberalismo vem alterando suas proposições ou pelo menos a ênfase e a prioridade no que se refere às políticas sociais. Draibe diz que foram poucos os programas sociais efetivamente reformados, tendo como referência o Chile e alguns foram no sentido inverso ao preconizado pelo neoliberalismo. Isso faz a autora defender a ideia de que a alteração parcial da agenda neoliberal de reforma dos programas sociais está relacionada aos desafios da modernização e da melhoria da competitividade sistêmica das economias na busca da integração internacional e do crescimento sustentado. Desse modo, o investimento em recursos humanos e, como consequência disso, o reforço às políticas sociais de educação, voltaram a fazer parte da agenda de reformas e do redirecionamento do gasto social mesmo do neoliberalismo, o que em parte se reverte às teses de diminuição do Estado e de focalização e de seletividade neste caso (DRAIBE, 1993, p. 93).

De acordo com Draibe (1993), não é apenas o Primeiro Mundo que tende a se ajustar às novas exigências de formação do capital humano pautado pela nova configuração mundial e pelas novas tecnologias e a valorizar as instituições que promovam este perfil de força de

⁴⁵ Draibe (1990, p. 6) utiliza a tipologia elaborada por Ascoli para diferenciar tipos de *Welfare State*, isso porque a autora entende que mesmo em países como o Brasil, semiperiferia do capital, houve um determinado padrão de *Welfare State*. O *Welfare State* que vigorou nos países centrais nesta classificação é “*Welfare Institucional – Redistributivo*”, cujas principais características são: o *welfare* é parte constitutiva das sociedades contemporâneas, voltado para a produção e distribuição de bens e de serviços sociais extramercado, os quais devem ser garantidos a todos os cidadãos. O mercado é incapaz por si só de alocar os recursos de modo que elimine a insegurança e reduza a pobreza atual e futura.

trabalho, no caso de privilegiar a educação básica e secundária, mas também na América Latina novas estratégias de crescimento vêm se desenhando. Para a autora há razões de ordem econômica e política que propõem a eliminação da pobreza; de um lado, porque a pobreza é um entrave à modernização e as reformas estruturais prescindem de reformas sociais; de outro, porque o acesso aos benefícios do crescimento das camadas menos desfavorecidas é condição de estabilidade política.

Em outros termos, a estabilidade dos ajustamentos estará comprometida se os piores desequilíbrios sociais forem eliminados, antes mesmo de se transformarem em desequilíbrios políticos. E uma das formas mais eficientes de investimento social, principalmente em países como os da América Latina, se faz através de políticas públicas de crescimento e de políticas ativas de emprego. (DRAIBE, 1993, p. 93)

Essa tese da autora coaduna-se com a tese defendida pelo Banco Mundial aos países latino-americanos na qual a educação é um instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico e social porque é uma estratégia fundamental do Banco Mundial para ajudar a reduzir a pobreza e melhorar os níveis de vida mediante o desenvolvimento sustentável e o investimento em capital humano (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 21).

É justamente neste contexto de contração massiva do emprego que pela primeira vez no Brasil sistematiza-se no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE), o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) em 1995, custeado com o recurso do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT)⁴⁶ administrado pelo CODEFAT⁴⁷, com implementação descentralizada em nível estadual através dos PEQs⁴⁸. Neste momento, o MTE se torna protagonista da política de qualificação profissional na gestão do PLANFOR que até então desempenhava um papel pequeno com ações esparsas através do Sistema Nacional de Emprego (SINE). A pouca atuação do MTE deve-se ao fato de não haver um sistema de relações de trabalho no qual a qualificação profissional fosse debatida e definida no país e, conseqüentemente, fosse alvo de políticas (ALMEIDA, 2003, p. 137; GUILHON, 2005, p. 134). Essa realidade começa a se apresentar quando a problemática do emprego e do desemprego passa a ser o centro das

⁴⁶ O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foi instituído pela Lei n. 7.998 de 1990, regulamentando o artigo 239 da Constituição Federal de 1988. Conforme o art. 11 da Lei n. 7.998-90 são fontes de recursos do FAT o PIS-PASEP, além de multas sobre encargos devidos, multas, correção monetária e empréstimos. Os recursos do FAT deverão ser administrados pelo CODEFAT a partir de um conselho tripartite e paritário, com representantes do governo, dos empresários e dos trabalhadores.

⁴⁷ Conselho Deliberativo do Fundo Amparo ao Trabalhador de caráter paritário e tripartite com representação do governo, dos empresários e dos trabalhadores. Compete ao CODEFAT a gestão dos recursos do FAT.

⁴⁸ Os PEQs eram mecanismos de implantação do PLANFOR em nível Estadual, havendo outras parcerias em nível nacional e regional (LEITE, 1999, p. 4).

preocupações do governo. Então há o redirecionamento das ações do governo no sentido de uma focalização para atingir os segmentos mais frágeis do mercado de trabalho (GUILHON, 2005, p. 153).

Azeredo (1998, p. 242), ao mencionar que o que existia até o momento em termos de políticas públicas de emprego no Brasil eram ações desarticuladas e não sistêmicas, diz que “[...] quanto ao Plano Nacional de Qualificação Profissional, não há como deixar de saudá-lo pelo fato de que, pela primeira vez, se está diante de uma tentativa de criação de um sistema de formação profissional”.

O PLANFOR realmente é importante porque materializou uma proposta de política pública de qualificação profissional para diferentes públicos de trabalhadores antes inexistente no país. Para Azeredo (1998) é a partir da criação do FAT que fica clara a responsabilidade do Estado no oferecimento e da defesa da formação profissional em financiar as políticas ativas de emprego, experiência ímpar inclusive se for comparada aos países desenvolvidos.

Experiência muito diferente de momentos históricos da década de 1940, em que prevalecia o processo de desenvolvimento industrial e a substituição da importação, sendo que o Estado de certa forma obrigou a classe patronal a se responsabilizar parcialmente pela formação dos trabalhadores, como demonstrou Cunha (2005, p. 31) ao tratar da formação das instituições do sistema SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial).

Desse modo, o PLANFOR significa o rompimento com o padrão de formação profissional que se tinha até o momento no país, oferecido pelas escolas técnicas federais e estaduais, por poucas escolas particulares e pelos sistemas “S”⁴⁹, os quais atendiam a um público mais restrito. Além disso, também sofrem remodelações a partir da década de 1990, como, por exemplo, o SENAI, que era voltado à aprendizagem técnica e passa a se adequar à concepção de treinamento voltado para as modificações contemporâneas no mundo do trabalho (CUNHA, 2005).

A necessidade de superação dessa visão de formação profissional fica mais evidente quando o próprio Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e sua respectiva Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) explicitam que havia no país uma “antiga institucionalidade” no modelo de educação profissional antes do advento do PLANFOR, com uma visão tradicional que visava o adestramento do trabalhador para o exercício de ocupações

⁴⁹ Instituições de formação subordinadas à Confederação Nacional das Indústrias: SENAI, SESI (Serviço Social da Indústria), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SESC (Serviço Social do Comércio), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), SEST (Serviço Social do Transporte), SEBRAE (Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas), SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo). Disponível em: <www.senai.br> Acesso em: 01 jun. 2011.

simples. A partir do desencadeamento da reestruturação produtiva no país, introduzem-se novos métodos de racionalização da produção e modificam-se as exigências quanto à qualificação do trabalhador, portanto, requerendo uma “nova institucionalidade” (BATISTA, 2002, p. 110-111).

O discurso que irá demandar um novo tipo de educação profissional e que está presente no documento oficial que regulamenta o próprio PLANFOR também é identificado em outros veículos de circulação, entre eles Cunha (2005, p. 216) o reconhece no programa de governo de FHC, em que no capítulo sobre emprego, em um item destinado à “qualificação da mão de obra”, o programa dizia que a força de trabalho barata e os recursos naturais abundantes já não representavam vantagens comparativas no novo modelo produtivo mundial. O programa trazia a seguinte ideia: no Brasil, uma economia dual, havia falta de mão de obra qualificada, preparada para executar tarefas de maior complexidade, ao mesmo tempo em que existiam trabalhadores desempregados e subempregados recebendo salários muito baixos. Para fazer frente a essa situação, o governo FHC adotaria duas estratégias: 1. A primeira seria em relação à educação básica, com ênfase no ensino profissionalizante e; 2. A segunda seria a reorientação das políticas de capacitação da mão de obra (CUNHA, 2005, p. 216).

[...] de forma a permitir maior adaptação dos trabalhadores às tecnologias modernas. Em virtude da heterogeneidade da força de trabalho, seriam adotados tanto métodos de capacitação em massa, destinados aos trabalhadores de baixa renda, quanto programas destinados aos trabalhadores de baixa renda, quanto programas destinados a aperfeiçoar e desenvolver a iniciativa e a capacidade gerencial dos pequenos e médios empresários e dos trabalhadores por conta própria.

Diante da nova conjuntura, proliferou na educação à ideia de que para o país se inserir na terceira Revolução Industrial de modo competitivo era fundamental uma educação geral que fosse a base da formação à qual deverá crescer o conhecimento complexo próprio do mundo tecnológico advindo da linguagem informacional, do conhecimento de diferentes línguas, dentre outros que pudessem agregar-se conforme o contexto. Tal discurso está presente também no relatório do Banco Mundial de 1996 que, embora visualize que o mercado de trabalho demande uma força de trabalho cada vez mais complexa, o discurso de formar o capital humano recai, contraditoriamente, sobre a educação básica como prioridade do financiamento (BANCO MUNDIAL, 1996).

La inversión en educación lleva a la acumulación de capital humano, que es un factor clave para el crecimiento económico sostenido y aumento de los ingresos. La educación, y especialmente la educación básica (primaria y secundaria de primer ciclo), contribuye también a reducir la pobreza al aumentar la productividad del trabajo de los pobres, reducir la fecundidad y mejorar la salud, y al equiparar las personas para que participen plenamente en la economía y en la sociedad[...]. (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 21).

É nesta problemática que se insere a institucionalização do novo plano de qualificação profissional. Ele nasce portador de questões bastante contraditórias: de um lado, no plano formal, seu documento busca atender ao discurso de preparar a força de trabalho para o contexto de reestruturação produtiva, com o intuito de “aumentar a probabilidade de obtenção de trabalho e de geração ou elevação de renda, tendo em vista reduzir os níveis de desemprego ou subemprego” (BRASIL, 2000); de outro lado, na prática, muitos dos cursos ministrados não ofereceram condições mínimas para que se efetivasse uma formação profissional que preparasse para um contexto de trabalho que demandasse complexidade.

Batista (2002, p. 152) traz dados que demonstram que a carga horária média nos cursos do PLANFOR por treinando foi de 100 horas entre os anos de 1996 e 1997 e que caíram para 87 horas em 1998. Além disso, o percentual de treinandos com escolaridade abaixo do Ensino Fundamental completo representou 34% em 1996; 47% em 1997 e; 43% em 1998. Tendo em vista tais dados, o autor já apontava a impossibilidade de se formar a força de trabalho para atuar em contextos produtivos complexos devido aos processos de reestruturação da produção. Uma das razões levantadas para a redução da carga horária dos cursos, segundo relatório do MTE e SPPE, esteve relacionada à má administração dos recursos do FAT, devido, sobretudo, às fraudes identificadas no processo de implementação do plano que, ao primar pela descentralização, não dispunha de mecanismos suficientes para fiscalizar a transparência na aplicação dos recursos pelos estados. O problema só foi sanado com a criação de critérios mais rígidos e com a criação de uma ouvidoria no âmbito do MTB.

A partir do confronto entre as intenções anunciadas e a insuficiência de mecanismos para que tais enunciados concretizem-se na prática, o autor adverte:

Evidentemente que não é possível operar um milagre na alfabetização, ou seja, desenvolver as habilidades básicas (saber ler, interpretar, calcular, e raciocinar) em cursos de oito, vinte e cinco ou cinquenta e cinco horas, principalmente se considerarmos as dificuldades de jovens e adultos analfabetos ou semi-analfabetos para operar com símbolos. Mas, o MTE-SPPE quer mais do que isso, já que pressupõe que além das habilidades básicas, os cursos relâmpagos permitirão aos treinandos incorporarem atitudes e conhecimentos técnicos das diferentes ocupações profissionais, ou seja, habilidades específicas e também, o desenvolvimento de competências de autogestão, de empreendimentos e de organizações associativas, enfim, as denominadas habilidades de gestão [...]. (BATISTA, 2002, p. 153).

Além da insuficiência da carga horária dos cursos e do perfil dos treinandos, outro agravante que se soma a este conjunto de fatores se refere ao próprio conteúdo dos cursos

ministrados, pois como indicou Almeida (2003, p. 141-151), o PLANFOR comporta uma variedade de situações que incluem desde certificações de conclusão de Ensino Fundamental e de Ensino Médio até mera expedição de atestados de participação em cursos que podem não envolver nenhuma avaliação de desempenho, situação agravada pelos objetivos amplos do plano, que permitem abrigar uma variedade de ações díspares que, para a autora, poderiam ir desde a qualificação em ocupações específicas até cursos voltados para o estímulo à cidadania, cujos ganhos não podem ser mensurados tendo como horizonte o mercado de trabalho. Além disso, a autora menciona que a divisão formal entre habilidades básicas, específicas e de gestão não representa uma garantia de que se esteja propiciando o tipo de qualificação almejada no plano, que seria definida como a capacidade de ação e de reação diante de eventos imprevisíveis.

Diante desses primeiros indicadores, podemos notar que a impossibilidade de o plano concretizar uma das proposições que veicula, que é a capacitação para inserir pessoas em um mercado de trabalho em transformação, ocorre em decorrência do processo de reestruturação da produção.

Essa questão se torna ainda mais polêmica se juntarmos a ideia de que a qualificação e a requalificação pautadas no novo perfil de formação requerido pelos contextos flexíveis conduziram à inserção no mundo do trabalho e/ou a sua permanência. Pesquisas já foram feitas demonstrando a falsidade da tese em questão, como a de Batista (2002) e alguns documentos (A EVOLUÇÃO ..., 2007, p. 15) que indicam a baixa efetividade na redução do desemprego e na melhoria do mercado de trabalho brasileiro. Embora não seja nosso objetivo adentrar essa discussão, cabe apenas apontar que nem mesmo o MTE e SPPE parecem ter de fato investido nesta tese para além dos pronunciamentos, pois sequer viabilizam condições para que a qualificação e a requalificação em massa da força de trabalho possam ocorrer, tendo em vista a sua atuação nos contextos de produção que demandarão habilidades complexas.

Kuenzer (2010, p. 254; 2006, p. 880) define a pedagogia do trabalho na acumulação flexível, conceito que nos parece muito apropriado para compreendermos a insuficiência dos cursos de qualificação do PLANFOR para preparação para os contextos reestruturados onde em tese deveria predominar o trabalho complexo. Diz que, pelo ângulo do mercado, ocorre um processo de exclusão da força de trabalho dos postos reestruturados, para incluí-la de forma precarizada em outros pontos da cadeia produtiva.

Já pelo lado da educação, estabelece-se um movimento contrário, dialeticamente integrado ao primeiro: por força das condições materiais que regem o capitalismo e de políticas públicas professadas, mas não materializadas, na direção da democratização, tem aumentado a inclusão nas diversas modalidades de educação disponibilizada para os que vivem do trabalho, mas precarizam-se processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação, o que apenas favorece a inclusão subordinada ao longo das cadeias produtivas. Em resumo, do lado do mercado, um processo de exclusão includente que tem garantido diferenciais de competitividade para os setores reestruturados a partir da combinação entre integração produtiva, investimento em tecnologia intensiva de capital e de gestão e de consumo precarizado da força de trabalho. Do lado do sistema educacional e de educação profissional, um processo de inclusão que, dada sua desqualificação, é excludente [...]. (KUENZER, 2010, p. 254).

Os planos de qualificação são ambiciosos quanto à quantidade do público que pretende atingir, sendo que o PLANFOR tinha como meta atingir 20% das PEA anualmente, meta que não conseguiu cumprir. O PNQ também prevê ações estendidas a uma diversidade significativa de entidades, embora não indique com precisão o percentual. Aparentemente, estamos diante de uma estratégia includente no campo da Educação, como bem apontou Kuenzer (2010), contudo, as mediações que viabilizaram a operacionalização do plano de qualificação não parecem contribuir para uma formação que ao menos ofereça as possibilidades anunciadas: desenvolver conhecimentos necessários às novas formas de organização do trabalho.

Para compreendermos o caráter restritivo que se aplica às políticas sociais brasileiras é importante considerar as dimensões específicas dessa realidade. A começar, é preciso considerar duas ordens de fatores: 1. A construção tardia da política de emprego⁵⁰ no Brasil, de forma que algumas dimensões desta política se iniciaram somente a partir da década de 1970 e; 2. A ausência de aspectos redistributivos e igualitários que torna frágil a relação Estado-mercado, predominando o padrão de seguridade brasileiro de tipo meritocrático-particularista⁵¹, com algumas modificações a partir da década de 1980 (DRAIBE, 1990, p. 10-15).

O Estado brasileiro caracterizou-se por ações tímidas no que se referiu ao oferecimento generalizado dos direitos sociais, pois, como apontou Draibe (1990, p. 10-15), as políticas sociais brasileiras tiveram forte traço assistencialista ao invés de caminharem em

⁵⁰ Este é o caso, por exemplo, tanto da criação do SINE (Sistema Nacional de Emprego), criado em 1975 pelo Decreto n. 76.403 com a função precípua de fazer a intermediação dos trabalhadores aos postos de trabalho, tarefa que até hoje não tem sido devidamente efetivada, conforme dados do próprio Ministério (A EVOLUÇÃO..., 2007), como também do seguro-desemprego, que foi instituído no Brasil apenas no ano de 1986 e ainda não se constituiu em efetiva proteção ao desempregado devido a sua cobertura (A EVOLUÇÃO..., 2007). Estes são apenas indicadores da prematuridade da trajetória das políticas públicas brasileiras para o emprego.

⁵¹ Neste modelo, cabe ao indivíduo, por mérito, resolver suas próprias necessidades e ao Estado, junto com as instituições econômicas e sociais, complementar o auxílio na correção parcial das grandes distorções geradas pelo mercado ou por desigualdade de oportunidades.

direção a mínimos sociais e à cidadania. Exceto no tocante à saúde e à educação básica, empiricamente a proliferação de diversos programas suplementares mostram isso. Os princípios e as características mais marcantes da política pública brasileira são sintetizados pela autora:

- A extrema centralização política e financeira em nível federal das ações sociais do governo.
- Acentuada fragmentação institucional.
- Exclusão da participação social e política dos processos decisórios.
- O princípio do autofinanciamento do investimento social.
- O princípio da privatização.
- O uso clientelístico da máquina social. (DRAIBE, 1990, p. 15).

Mesmo antes da década de 1990, período da reforma do Estado brasileiro, podemos perceber que muitas das características que estão presentes na atual política de qualificação profissional do país, materializada no PNQ, contemplam princípios da política pública brasileira desde 1980.

Tais características e princípios apontam traços fundamentais para a compreensão da política de qualificação profissional, tanto no PLANFOR como no atual PNQ. Estes são elementos fundamentais a serem percebidos nesta análise por se tratarem de aspectos que se perpetuam nos planos de qualificação e, ainda, quando são equacionados no plano do discurso, sua operacionalização prática não supera tais problemáticas, como iremos demonstrar.

Neste caso, temos como hipótese de que se trata de uma questão mais estrutural da sociedade brasileira e que está alicerçada na sua forma de inserção na economia mundial do que em uma dimensão mais circunscrita ao território nacional, refletindo-se na forma como tradicionalmente tem oferecido a política pública. Em outras palavras, a política pública apenas reflete um tipo de desenvolvimento característico da semiperiferia do capital ao se inscrever na economia mundial demarcada pela divisão social do trabalho.

Neste caso, embora a política de formação profissional tenha sido forjada em tempos neoliberais⁵², entendemos que ela ultrapassa essa temporalidade porque está inscrita nas

⁵² É importante situarmos o surgimento das políticas de qualificação no bojo da reforma da educação profissional que se inicia a partir da LDB, especificamente com a regulamentação do decreto 2.208 de 1998 que separa a formação profissional do ensino geral e, com isso, incide diretamente nas escolas técnicas federais consideradas pela qualidade da formação. Vale ressaltar que a educação profissional foi dividida em básico, técnico e tecnológico fator que evidenciou que a formação de maior complexidade se localizaria no nível superior com a articulação dos fundamentos científicos, sendo que o nível básico voltar-se-ia para cursos rápidos fundamentados no conceito de empregabilidade e sem nenhuma articulação com a educação formal. Foi nessa modalidade de educação profissional que o PLANFOR focalizou suas ações de qualificação. Após inúmeras críticas a reforma introduzida no governo de FHC, o governo Lula a partir do decreto 5540 de 2004

contingências políticas e sociais da sociedade brasileira. Com isso, não se quer desconsiderar o papel que assume a reforma do Estado nas redefinições das políticas públicas no Brasil, mas apenas indicar as condições em que se constitui e sobre quais aspectos incide a reforma.

Desse modo, soma-se a baixa carga horária dos cursos do PLANFOR com a pouca articulação com o Ministério de Educação ou com as Secretarias da Educação, no caso dos PEQs, e com a educação de jovens e adultos, a fim de que se amplie o nível de escolaridade do público-alvo atendido. Este é o caso que Draibe (1990) denominou de “acentuada fragmentação institucional” da política social brasileira. A tentativa de superação dessa fragmentação pode ser vista no plano de qualificação profissional subsequente ao PLANFOR, ou seja, no PNQ (BRASIL, 2003).

O PNQ prevê sua integração com as demais políticas públicas de geração de emprego e de renda, de educação e de desenvolvimento econômico (BRASIL, 2003). Entretanto, Kuenzer (2010, p. 258) traz dados de uma pesquisa empírica que mostra a pouca articulação entre a política pública de emprego e de educação e demonstra que a dificuldade de operacionalização dos cursos permanece, apesar de ter havido a ampliação da carga horária para 200 horas no último plano.

O que na prática tem mostrado, contudo, na opinião de gestores públicos e membros do Conselho Estadual do Trabalho (PR) entrevistados, é a dificuldade de efetivação dessas políticas a partir de vários fatores, com destaque para a perda de interesse das agências formadoras, que não consideram atrativo o investimento para cursos mais extensos e que integrem conhecimentos básicos; o que não tem feito parte de sua experiência; e para o desinteresse do público-alvo, que busca alternativas que viabilizem inclusão a curto prazo, com o que é difícil integralizar turmas [...]. A articulação com a Educação Básica por meio de convênios com as Secretarias Estaduais também não têm sido viabilizada, por entreves burocráticos, particularmente no tocante ao uso dos recursos financeiros.

Outro aspecto que merece ser observado porque fundamenta os planos de qualificação profissional é a focalização no público-alvo. Tanto o PLANFOR como o PNQ dirigem-se à clientela mais vulnerável social e economicamente, que é, preferencialmente, constituída por aqueles alijados do mercado de trabalho. Ambos os planos assim se expressam:

Art. 8º- A população alvo do PLANFOR, prioritária para fins de aplicação de recursos do FAT, compreende os seguintes seguimentos da PEA urbana e rural:

- I- Pessoas desocupadas, principalmente as beneficiárias do seguro-desemprego e candidatas a primeiro emprego;

abre a possibilidade de atrelar novamente o ensino profissional com a educação geral, embora muito se tenha discutido acerca da insuficiência dessa ação, pois não avança em direção a uma integração propriamente dita.

- II- Pessoas sob risco de desocupação, em decorrência de processos de modernização tecnológica, privatização, redefinições de política econômica e outras formas de reestruturação produtiva;
- III- Pequenos e microprodutores, agricultores familiares e também pessoas beneficiárias de alternativas de crédito financiadas pelo FAT (PROGER, PRONAF e outros);
- IV- Pessoas que trabalham em condições autônoma, por conta própria ou autogestionada, e em atividades sujeitas a sazonalidades por motivos de restrição legal, clima, ciclo econômico e outros fatores que possam gerar instabilidade na ocupação e fluxo de renda.

§ 1º Em qualquer das categorias indicadas, terão preferência de acesso aos programas do PLANFOR pessoas mais vulneráveis economicamente e socialmente, definindo-se o grau de vulnerabilidade em função da combinação de atributos que possam implicar desvantagem ou discriminação no mercado de trabalho, bem como dificultar o acesso dessas pessoas a outras alternativas de qualificação ou requalificação profissional. (BRASIL, 2000).

Art. 8º- A população prioritária do PNQ para fins de aplicação de recursos do FAT compreende os seguintes seguimentos: [...]

§1º Em quaisquer segmentos-categorias indicados no caput desse artigo, terão preferência de acesso aos programas do PNQ, pessoas mais vulneráveis economicamente e socialmente, particularmente os-as com baixa renda e baixa escolaridade e populações mais sujeitas às diversas formas de discriminação social e conseqüentemente, com maior dificuldade de acesso ao posto de trabalho (desempregado de longa duração, afro-descendentes, índio-descendentes, mulheres, jovens, portadores de deficiência, pessoas com mais de 40 anos e outras), tendo como referência a proporção destas populações na População em Idade Ativa-PIA. (BRASIL, 2003, p. 15).

Focalizar significa direcionar o gasto ao público-alvo específico, seletivamente escolhido, pela sua necessária urgência e se apoia em dois tipos de justificativas, de acordo com Draibe (1993, p. 97). A justificativa de Friedman é a de que o Estado deve entrar apenas residualmente no campo da assistência social e; de que os mais necessitados não são necessariamente os que mais se beneficiam dos gastos sociais, por isso os programas devem canalizar recursos aos mais pobres.

É importante perceber que esse tipo de política focalizada em um público-alvo é próprio desse período em que se amplia a pobreza da população em razão do desemprego alarmante e, por essa razão, os planos se construíram sob o discurso de minimizar essa problemática, desconsiderando inclusive as razões estruturais do desemprego. Ligado ao fenômeno do desemprego estrutural está o aumento da pobreza, principalmente nos países de Terceiro Mundo, nos quais a questão social já se encontra bastante tensionada pela má distribuição de renda, o que passa a demandar políticas sociais direcionadas a compensar essa desvantagem de condições conforme o ideário neoliberal.

Descentralizar, privatizar e concentrar os programas sociais públicos nas populações ou grupos carentes, esses parecem ser os vetores estruturantes das reformas de

programas sociais preconizadas pelo neoliberalismo, principalmente quando suas recomendações se dirigem a países latino-americanos em processos de ajustamentos econômicos. (DRAIBE, 1993, p. 97).

A polêmica que é gerada em torno da política focalizada muitas vezes é transformar a discussão no binômio universalização das políticas sociais *versus* focalização. Draibe (1993, p. 98, grifos da autora) entende que esses são falsos dilemas, pois para ela os dois processos estão em curso, há a “possibilidade a ampliação do direito social, *através da universalização dos programas e multiplicação de políticas não contributivas*”. A questão é de outra ordem, como nos parece também, ou seja, refere-se ao montante de volume de recursos, pois se trata de escolher a quem destinar os recursos que devem ser distribuídos. Não há como fazer justiça social e beneficiar os dois lados, principalmente em tempos de racionalização do Estado sob a lógica de ajuste estrutural, então se tem que optar para onde irão os recursos, ou seja, para as políticas tendentes à universalização ou para os segmentos mais pobres da população.

Para melhor visualizarmos na política pública em questão como essa tendência se expressa, basta considerarmos que no caso do PLANFOR a quantidade de recursos destinados decaiu no decorrer dos anos de vigência do Plano.

Lessa (2010) que tomou como referência o Estado do Rio de Janeiro e constatou a baixíssima abrangência do PNQ, apesar do discurso do PLANFOR de universalização da educação profissional e da profissionalização em massa. Lessa (2010) verificou que a proporção da população atingida pelo PNQ é muito inferior a PEA cadastrado no SINE, por exemplo, em 2006 havia uma demanda de 5.148.710 inscritos no SINE frente a 123.645 usuários do PNQ. “[...] reafirmamos que a abrangência do PNQ está bastante aquém de suas intenções e das necessidades nacionais” (LESSA, 2010, p. 111-113). Esse fato indica a pouca veracidade que há no discurso da universalização do PNQ.

Um aspecto a considerar no PLANFOR, neste caso ao focalizar a população desempregada ou em risco de desemprego, refere-se a não utilização da terminologia “empregabilidade” nos documentos posteriores à primeira versão de 1996 (ALMEIDA, 2003, p. 139). Para alguns autores (PEIXOTO, 2008), a concepção de empregabilidade continua implícita na ideia de que a qualificação poderia contribuir para minimizar a problemática do desemprego, seja pela inserção formal seja pela geração de trabalho e de renda. Contudo, ela é suprimida do plano. Para outros (ALMEIDA, 2003, p. 139), esta postura reflete um amadurecimento da política que se desloca de uma posição inicial mais centrada na obtenção do emprego para o reconhecimento de qualificação, o que não muda o fato de que não há emprego, sendo que isso para a autora faz a política pública se deslocar para a integração com outras políticas públicas de geração de emprego e de renda.

É a partir deste momento que ações voltadas para a Economia Solidária ganham maior destaque na política pública de qualificação profissional no âmbito do PNQ, tendo alguns tratamentos diferenciados dos demais programas no âmbito da execução do plano, como, por exemplo, o fato de as licitações concorrerem em separado somente com instituições com perfis semelhantes e não mais indistintamente como no plano anterior.⁵³

1.4 Contexto de Criação da SENAES e do PNQ no Governo Lula

Para aprofundarmos a análise das políticas de formação para Economia Solidária tanto do PNQ (2003-2007) como do CFES Nacional, é fundamental compreendermos as principais orientações políticas, econômicas e sociais que definiram as ações direcionadas à formação para Economia Solidária no governo de Luis Inácio Lula da Silva (doravante Lula).

Abordaremos duas dimensões do governo Lula que ajudam a compreender o caráter não-prioritário que tiveram as políticas voltadas para Economia Solidária, em especial, as de formação dos trabalhadores, sendo elas: a) a prioridade que deu à continuidade da política econômica neoliberal em reforço à posição de periferia do capital; e b) a cooptação de alguns segmentos dos movimentos sociais. A partir disso, indicar o perfil dos empregos gerados no bojo das determinações macroeconômicas que definiu o rumo da política em questão.

Em um primeiro momento, reconstituiremos um pouco da história do partido dos trabalhadores (PT) com o objetivo de indicar a pouca condição que um partido, qualquer que seja ele, tem de situar-se como um movimento gerido pelos trabalhadores, pois tem como pressuposto a necessária liderança da classe. E, por ter como horizonte o acesso ao Estado, muito menos se coloca a questão do autogoverno da classe e dos mecanismos que a reproduz. Assim, ao retratarmos os conflitos internos que perpassam a constituição do PT e a sua evolução, que culmina na vitória de Lula à presidência, temos a intenção de explicitar os mecanismos internos de hierarquização dessa instituição que definem a identidade dessa instituição.

A análise do governo Lula tem dividido opiniões na imprensa oficial e na academia, entre as quais, na academia, encontramos, de um lado, os que dividem o governo em dois períodos distintos (2002 a 2003-2006 e 2007-2010) sob a crença de que houve uma evolução significativa no segundo mandato e uma nova condução da política governamental, como apontam Baltar e Santos et al. (2010) e, ainda, intelectuais reconhecidos na análise crítica do

⁵³ Relato da técnica da ANTEAG no momento da pesquisa exploratória realizada em 16 de abril 2009.

neoliberalismo e seus impactos no mercado de trabalho, como Pochmann (2010) que define o governo Lula como social desenvolvimentista e Sader (2007) que não compreende o governo Lula como neoliberal devido a modificações no campo social e ruptura com aspectos do modelo; de outro, aqueles que, em linhas gerais, ressaltam que o governo não só representou a continuidade com o projeto neoliberal, como também aprofundou as reformas provenientes desse modelo, como indicam Sampaio (2012, 2006), Oliveira F. (2010b), Tautz et al. (2010), Oliveira A. U. (2010). Braga (2010, p. 2) não classifica o governo Lula como mais um “neoliberal”, pois, para construir o consenso popular, responde as demandas represadas dos movimentos sociais, por isso emprega o conceito de *social-liberalismo*.

Sem nos preocuparmos com uma definição categórica do governo Lula, nossa análise identifica-se com a última perspectiva apontada acima. Salientamos, ainda, que para além das orientações políticas e ideológicas que definem as posições dos analistas, há, no período do governo Lula, o ofuscamento dos determinantes da política empregada devido à aparência progressista do governo. Isto se apresenta quando: se atrela aos movimentos sociais, muitos deles, com lugar na estrutura corporativa do Estado; promove políticas compensatórias de grande abrangência sustentadas no discurso de inserir a camada mais pauperizada da população na esfera do consumo⁵⁴; e eleva os indicadores de desemprego e formalização das relações de trabalho.

É necessário considerar a trajetória do PT⁵⁵ para compreender como se deu o diálogo e a incorporação de alguns movimentos sociais na estrutura corporativa do Estado⁵⁶, bem como entender o pano de fundo da construção das políticas de desenvolvimento voltadas para o consumo⁵⁷.

⁵⁴ Referimo-nos ao programa Bolsa Família, que atinge parcela significativa da população miserável e, muitas vezes, constitui-se na única fonte de renda de expressiva parcela da população. Entretanto, é preciso considerar o caráter emergencial do programa que, no governo Lula, caracterizou-se como uma política social, de fato, ao percorrer os dois mandatos sem uma alternativa de inserção no mundo do trabalho da população atendida que superasse o programa. Além das características pontuais do programa, como o montante reduzido dos recursos recebidos por cada família dentro da estrutura tributária brasileira, que direciona 50% dos recursos recebidos ao pagamento dos impostos a serem pagos pelo consumidor final, como indicou Pochmann (2010). O modelo brasileiro caracteriza-se pela carga tributária regressiva na medida em que incidem sobre os trabalhadores, visto que são remetidos ao consumo, com isso promove-se a concentração de riqueza e não a redistribuição da renda, conforme apontam Behring e Boschetti (2010, p. 165).

⁵⁵ Algumas análises separam as orientações do PT dos caminhos percorridos pelo presidente Lula enquanto Presidente da República. Outros apontam que a gestão efetivada representa à orientações políticas e econômicas de uma ala do PT, que já era majoritária quando da primeira eleição de Lula como presidente.

⁵⁶ Podemos citar o Ministro do Trabalho como ex-sindicalista, além de, nas Secretarias dos Ministérios, como a própria SENAES, haver vários representantes de movimentos sociais como Cáritas, etc.

⁵⁷ Iasi (2006), baseado na análise dos Encontros Nacionais do PT, demonstra como a identidade do partido sofre metamorfose e muda gradualmente suas posições políticas, fato por ele identificado nos documentos dos encontros com mais ímpeto a partir da década de 1990. Fiori (2007) compartilha da posição de adesão dos intelectuais e partidos políticos considerados de esquerda latino-americanos ao ideário neoliberal na década de 1990, o que para o autor não é um fenômeno localizado, mas compõe o cenário de metamorfose também das

A criação do PT decorre da mobilização dos trabalhadores nas greves do ABC paulista entre os anos de 1978 e 1980 e configura-se, conforme Iasi (2006), com uma identidade classista inegável ao compor-se de trabalhadores dos diversos segmentos da atividade laboral, movimentos sociais⁵⁸, intelectuais e classe média representada pelo trabalho autônomo com pequenos empreendimentos⁵⁹. Podemos notar que, desde a formação do partido, no momento em que sucedeu a greve, há insuficiente aprofundamento na crítica fecunda ao capital que decorre da própria estrutura dos partidos que preservam a hierarquia e a ideia de vanguarda. Não há a prioridade das discussões sobre a forma de se organizar a produção em uma lógica socialista, principalmente nos momentos em que o partido se volta para a conquista das eleições. Iasi (2006) também aponta o caráter de pouca densidade teórica⁶⁰ na perspectiva de superar as concepções que já vigoravam na esquerda brasileira, apesar de considerar que havia uma massa crítica de intelectuais que compunham o partido naquele momento⁶¹. Para o autor, este é um dos fatores que conduziu o partido pelas mesmas orientações político-ideológicas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), embora quisesse negar, como, por exemplo, a concepção do nacional desenvolvimentismo.

Fiori (2007) menciona que a relação política e intelectual dos comunistas no Brasil e Chile com o “nacional-desenvolvimentismo” foi mais fecunda e duradoura que com os demais países da região⁶². No Brasil, manifestou-se desde a Aliança Nacional Libertadora

esquerdas europeias que exerceu grande influência nestes países. No bojo dessas mutações, é que a pauta política do PT altera-se para a defesa de um mercado de massas que teria o papel de dirigir a economia para a produção de bens de consumo, que se traduziriam em ampliação do salário a partir da aquisição de serviços de moradia, alimentos, vestimentas, moradia, saneamento e transporte e, com isso, incluiria na esfera do consumo e da cidadania milhares de brasileiros. “Ao mesmo tempo em que essa direção da economia favoreceria as massas trabalhadoras, o crescimento econômico daí derivado atenderia aos interesses de setores empresariais produtivos, o comércio, os pequenos agricultores e outros selando as condições de um bloco popular em defesa do programa de reformas contra os monopólios” (IASI, 2006, p. 500).

⁵⁸ Iasi (2006) aponta que uma das características fortes do PT na sua fundação foi a capacidade que demonstrou de aglutinar diferentes identidades na militância, advindas da condição de exploração e da vivência da injustiça social, seja como trabalhadores assalariados, seja em movimentos sociais de diferentes orientações ideológicas e lugares do Brasil, entre os movimentos estão aqueles vinculados à teologia da libertação, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

⁵⁹ Iasi (2006) menciona que o caráter inicial classista do PT será, no processo de metamorfose do partido, transmutado. O PT passa a abranger, já em 2002, o segmento empresarial, inclusive agrobusiness e empresas que representam o grande capital produtivo, a única exceção era ao capital financeiro.

⁶⁰ Fiori (2007, p. 96), ao se referir à esquerda europeia, aponta alguns fatores que indicam a importância da fundamentação teórica no materialismo histórico, isso porque menciona: a) que a identidade da esquerda europeia foi desmontada no século XX, pelas sucessivas revisões doutrinárias e estratégicas de sua matriz, de inspiração marxista; b) com a progressiva erosão da unidade teórica e lógica do materialismo histórico, vem aumentando a divisão interna da esquerda; b) as sucessivas revisões doutrinárias foram criando, no século XX, um verdadeiro remendo teórico, suscitando decisões e convicções pragmáticas cada vez mais contraditórias que se transformaram numa camisa de força para esquerda do século XXI; c) e levanta a hipótese de que, talvez por isso, a esquerda europeia não tenha sido original e inovadora em relação às políticas dos conservadores.

⁶¹ Entre eles Iasi (2006, p. 442) cita Florestan Fernandes, Francisco Weffort, José Álvaro Moisés, Francisco de Oliveira, José de Souza Martins, Otávio Ianni, Jacob Gorender.

⁶² Fiori (2007, p. 102-103) fala da esquerda brasileira referindo-se especificamente ao partido PCB.

(ANL) diluída em 1935 e no golpe do Estado Novo (1937), quando se transferiu para os conservadores a liderança do projeto de industrialização desenvolvimentista e as primeiras políticas industriais e trabalhistas. Apenas na década de 1980, posterior à estratégia nacional desenvolvimentista adotada pela ditadura militar, a esquerda brasileira, que já havia sofrido profundas críticas de intelectuais marxistas da USP, volta à cena com forte viés antiestatal, antinacionalista e antidesenvolvimentista. Neste momento, muitos dos novos militantes, movimentos e partidos direcionaram-se aos movimentos sociais e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em uma retomada da crítica feita pelo socialismo utópico, outros se situaram na esquerda tradicional com a opção estadista. Deste último período, início da década de 1980, várias experiências emergirão das CEBs, muitas delas coordenadas pela Cáritas brasileira que, de acordo com Gaiger, constituir-se-á nas primeiras experiências de Economia Popular Solidária (FIORI, 2007, p. 202-203).

Entretanto, para além das questões que apontam para a insuficiência das formulações teóricas da política vigente no PT e das determinações do cenário político e macroeconômico do capitalismo mundial que suscitaram o alinhamento do partido às posições próximas aos fundamentos ao liberalismo político⁶³, há um elemento fundamental que denota a falta de condição do partido avançar na luta de enfrentamento à lógica do capital, a saber: a tendência a hierarquização interna e o objetivo de atrelar-se à estrutura do Estado⁶⁴. Del Roio (2004, p. 70) salienta que, desde as suas origens, o PT esteve estruturalmente disposto a esse

⁶³ À medida que o PT adéqua-se gradualmente às orientações neoliberais, os princípios que fundamentam o liberalismo político (e também o neoliberalismo) vão tornando-se mais explícitos na linha política defendida pelo partido, entre elas, podemos citar a defesa da liberdade individual na posse da propriedade e da função do “Estado de Direito” como responsável por proteger os direitos fundamentais. Bobbio (2005, p. 17), ao referir-se ao “Estado de Direito” para caracterizar os limites do poder do Estado no liberalismo, acentua a oposição dessa forma de Estado ao Estado Absoluto. O “Estado de direito” deve ser regulado por normas gerais (leis fundamentais) e ser exercido de acordo com as leis que o regulam, caso haja abuso de poder que infrinja, o cidadão deve recorrer ao juiz. “Assim entendido, o Estado de direito reflete a velha doutrina [...] da superioridade do governo das leis sobre o governo dos homens [...]”. No 12º Encontro do partido (2001), de acordo com Iasi (2006, p. 510-511), esse conceito é evidenciado a fim de ser a garantia ao “capital produtivo” para que as mudanças possam ser previsíveis, transparentes e aconteçam no âmbito do contrato social. Essa afirmação é exemplo da transmutação do PT, porque um partido que se dizia recusar fazer aliança com a burguesia, agora, apresenta o contrato social para resguardar os direitos individuais, em especial, o de propriedade dessa classe social.

⁶⁴ O Estado, historicamente, tem se caracterizado por um instrumento de controle da vida social por meio da centralização das ações e imposição das regras que determinam o modelo de acumulação capitalista, por essa razão, utiliza-se da força de polícia sempre que percebe que a ordem social do capital com seu respectivo modelo de acumulação encontra-se ameaçada, como exemplo, podemos citar a relação que os Estados Unidos estabelecem com o Oriente Médio, destinados a proteger sua apropriação do petróleo na região e, para isso, utilizam-se das agências privatizadas de segurança que capta soldados nos países periféricos. Mézaros (2002, p. 19) ao se referir à impossibilidade de o Estado constituir-se como instituição organizadora das instituições reprodutivas particulares da sociedade, salienta que qualquer tipo de Estado é uma estrutura essencialmente hierárquica de comando e extrai sua “legitimidade” da sua capacidade de impor as demandas apresentadas a ele. Nessa mesma perspectiva, Gramsci (apud IASI, 2006, p. 487) é categórico ao definir o papel do Estado para os socialistas “[...] O Estado é a organização econômico-política da classe burguesa. O Estado é a classe burguesa na sua concreta força atual”.

movimento de inversão espetacular por ter sempre estado no campo ideológico do liberalismo, passando do economicismo sindical-corporativo ao defender os interesses materiais dos trabalhadores dentro da ordem capitalista ao social-liberalismo quando pleiteia o governo do Estado em nome da sociedade.

A esse respeito, Mészáros (2002) considera que os órgãos de luta socialista, pelo modo como foram constituídos, com uma estrutura institucional complexa, poderiam ganhar batalhas individuais e pontuais, mas não uma guerra contra o capital. Para que isso acontecesse, seria necessária uma reestruturação radical de forma que se completassem em vez de debilitar a organização pela reprodução da divisão do trabalho imposta pela “institucionalidade circular no interior da qual se originam”, isso porque:

Os dois pilares de ação da classe trabalhadora no Ocidente – partidos e sindicatos – estão, na realidade, inseparavelmente unidos a um terceiro membro do conjunto institucional global: o Parlamento, que forma o círculo da sociedade civil – Estado político e se torna aquele *círculo mágico* paralisante do qual não parece haver saída. Tratar os sindicatos, junto com outras (muito menos importantes) organizações setoriais, como se pertencessem, de alguma maneira apenas à *sociedade civil*, e que portanto poderiam ser usados contra o Estado político, para uma profunda transformação socialista, é um sonho romântico e irreal. Isto porque o círculo institucional do capital, na realidade, é feito das totalizações recíprocas da sociedade civil e do Estado político, que se interpenetram profundamente e se apóiam poderosamente um no outro. Por isso, seria necessário a derrubada de um dos três pilares – o Parlamento, por exemplo – para produzir a mudança necessária. O Parlamento, em particular, tem sido objeto de crítica muito justificada, e até hoje não há teoria socialista satisfatória sobre o que fazer com ele após a conquista do poder: um fato que eloqüentemente fala por si mesmo [...]. (MÉSZÁROS, 2002, p. 793).

Ao abordar o caráter circular da tríade Sociedade civil / Estado político / Parlamento como característica estrutural das organizações setoriais de luta, o autor indica que essa forma de organização social não tem para onde avançar, pois deve confluir para o mesmo lugar, a adequação à estrutura de poder vigente, caso permaneça com o propósito único de atingir o Parlamento.

Em seu livro *O que é autonomia operária*, Bruno (1990, p. 57) faz uma crítica radical aos partidos políticos argumentando que a idéia de que só através do partido político a classe trabalhadora teria condições de participar politicamente levaria ao imobilismo, pois significa que apenas os seus representantes – os competentes – são capazes de colocá-la na cena política. Ao proceder dessa forma, a classe é considerada como de *menor de idade*, incapaz de se apresentar e, por isso, é obrigada a se fazer representar. Bruno (1990) salienta que não se trata de reformar os partidos, tampouco de construir um partido *tal como deveria ser*, pois,

mesmo este é um órgão que se pretende substituto do poder da classe operária, uma vez que tende a substituí-la tanto na direção da luta, quanto na gestão da nova sociedade.

Por essa razão, partidos como o PT, além dos fatores mais conjunturais e macroeconômicos, tendem a manter-se no limite do Estado liberal, apesar das diferenciações nas ações mais específicas que desenvolvem no interior da estrutura. Isso se deve porque, contraditoriamente, reproduzem no seu interior os pilares fundamentais do sistema do capital que deveriam romper: a divisão do trabalho e a estrutura hierarquizada.

Ao considerarmos a trajetória do PT, observamos que tanto a divisão do trabalho como a hierarquização foram mantidas, além de focalizar as estratégias de luta do partido na conquista do parlamento.

A divisão do trabalho no interior do partido pode ser observada em dois aspectos de um mesmo momento. De acordo com Iasi (2006), no bojo do 8º Encontro Nacional, o partido vislumbra a eleição para um novo núcleo dirigente, em que o pleito foi disputado pelos dois campos opostos dentro do partido⁶⁵, sendo um deles o grupo identificado como mais à esquerda, o vitorioso⁶⁶. No entanto, apesar de vitorioso, na prática, não foi a posição desse grupo que prevaleceu decorrente do fato de a base partidária estar afastada da direção do partido e do momento real da base social ser de aprofundamento da postura defensiva, refluxo do movimento, crise na relação com as administrações e perplexidade diante o governo federal vigente, o que significou que:

Já se implantara de fato uma divisão de trabalho na qual cabia esta base social votar em Lula e fazer a campanha, enquanto a definição das linhas, a condução e direção efetivas eram tarefas cada vez mais de “profissionais”, seja no sentido partidário do termo, seja literalmente como contratados para funções consideradas técnicas. (IASI, 2006, p. 503-504).

⁶⁵ No momento do 8º Encontro Nacional do PT, em 1993, já era clara a cisão de grupos com posições e interesses diferentes dentro do partido, ao menos duas frações estavam bem demarcadas, a da ala majoritária, que tinha como objetivo primeiro as eleições presidenciais e defendiam posições mais moderadas dentro do partido com viés nacional desenvolvimentista com defesa do aumento do consumo de massa e elevação paulatina dos salários por meio de políticas negociadas como estratégia de viabilizar a cidadania; o grupo identificado como mais à esquerda insistia no papel combativo e radical que o partido deveria manter ao defender as ideias socialistas e fazer a crítica à forma de propriedade privada e atrelar-se à base pelo compromisso com os segmentos sociais pauperizados e explorados (IASI, 2006, p. 502).

⁶⁶ Embora o grupo mais à esquerda tenha saído vitorioso e não o grupo majoritário onde estava Lula, na prática, não houve alterações da linha político-ideológica moderada que o partido vinha seguindo, uma vez que a direção de campanha eleitoral já indicava um núcleo paralelo de poder porque estava apenas formalmente controlada pela direção partidária. Além disso, a hegemonia do grupo mais à esquerda na direção não correspondeu a uma real hegemonia na base social, já que a base encontrava-se bastante afastada das decisões tomadas pela direção (IASI, 2006, p. 504).

Além disso, a crítica à divisão do trabalho remete à crítica do modo de constituição das instituições no capital, uma vez que a capacidade de pensar, planejar e tomar decisões estratégicas sobre o rumo dos diferentes tipos de organização no capitalismo é localizada em uma minoria que detém o poder e a posse da propriedade, em detrimento daqueles despossuídos das condições objetivas de se situar no centro dessas decisões. Bruno (1996) aponta que, atualmente, o desenvolvimento dos processos de trabalho, muito mais complexos, o trabalho intelectual não pode mais ser identificado como gestão/administração. Hoje, um engenheiro ou um biólogo que trabalham como assalariados sem ocupar nenhum cargo de poder, são trabalhadores como outros quaisquer; eles produzem inovações ou produtos e processos altamente complexos. Ele produz mais-valia. A real divisão do trabalho hoje é entre concepção, controle e gestão do capital, de um lado, e execução do trabalho, de outro, independentemente do grau de complexidade que isto envolva.

O outro aspecto referiu-se aos procedimentos organizativos dentro do partido, mas que expressam de forma clara como se davam as relações de poder.

Conforme Iasi (2006), desde a fundação do PT nos encontros abertos aos filiados ocorriam as eleições para decidirem a linha política do partido e a eleição da direção. Essa forma de organizar o processo decisório permitia que a base do partido pudesse deliberar sobre o rumo a ser tomado, fato que impedia também que a posição de um grupo majoritário prevalecesse. A partir do 10º Encontro, em 1995, consolidado pelo II Congresso do Partido, houve uma mudança radical neste procedimento, substituiu-se a eleição direta com a participação dos filiados do partido pela eleição de delegados e direção que definiria, em um Encontro posterior, as linhas de ação delineadas no texto majoritário, assim ocorre que “[...] Antes a eleição da direção era precedida do debate da política, agora a eleição da direção precede o debate” (IASI, 2006, p. 514).

Cabe à direção do partido, aos quadros reconhecidos e legitimados pelo caráter representativo do processo, pensar e escolher o destino da organização partidária e, nessa medida, a tarefa da base é operacionalizá-la. Podemos notar a autonomia que os quadros assumem em relação à base, de modo a consolidar a gestão dos quadros⁶⁷. Esse fato citado por Iasi (2006) indica o processo gradual que o partido percorre em direção à adequação às formas de organização hierárquica e à centralização do poder que são típicas das organizações

⁶⁷ Por gestão dos quadros referimo-nos ao grupo que passa a assumir funções gestoriais em função da sua capacidade técnica ou política e, neste processo, automiza-se da base decidindo e respondendo sobre as questões que pertencem às funções gestoriais que definem o objetivo de uma organização ou projeto político.

capitalistas. E é no bojo dessas modificações estruturais que fica evidente a guinada do partido ao ideário próximo ao liberalismo político ou ao neoliberalismo⁶⁸.

Houve a cisão no partido que identificou um grupo como de esquerda e outro como majoritário desde 1995.⁶⁹ No decorrer do tempo, o segundo se fortalece paulatinamente a ponto de determinar a orientação da linha política do partido ao se constituir em um centro paralelo de poder (IASI, 2006). Tal fato demonstra o processo de hierarquização no interior do partido e a fragilização enquanto instrumento de luta dos trabalhadores, uma vez que os próprios filiados do partido encontram-se destituídos de autonomia, portanto, de condições para gerirem sua própria luta e, nesse sentido, a classe, que deveria estar unida, encontra-se profundamente fragmentada e dividida.

Outra característica é a prioridade que o PT deu ao objetivo pragmático de chegar ao parlamento *paripassu* ao abandono das concepções que, segundo Iasi (2006), o identificavam como sendo socialista⁷⁰. O partido passou a defender posições mais brandas, como indicou o autor, ao sustentar-se nas ideias de “promoção da cidadania pela inclusão no consumo e produção”, “construção do novo modelo de desenvolvimento dentro do Estado de direito”, inclusão do grande capital nas suas diferentes vertentes, exceto o financeiro e, nas eleições de 2002, o termo socialismo⁷¹ já havia desaparecido por completo dos documentos do partido.

Para demonstrar os fatores objetivos que conduziram o PT a mudar o discurso, Boito Jr. (2003, p. 2-3) salienta que o terreno social e político, representado pelas classes, frações de classes e camadas da sociedade brasileira com seus interesses, alianças e objetivos, mudou muito ao longo dos últimos anos, assim como mudaram os movimentos sociais e o panorama

⁶⁸ Fiori (2007, p. 94) salienta que essa guinada ao neoliberalismo ocorreu também nas esquerdas europeias a partir dos anos 1980, na Espanha (Felipe Gonzales), na França (François Mitterand), Itália (Bettino Craxi) e Grécia (Andreas Papandreu) no mesmo momento em que se diluía o socialismo real na União Soviética. Além disso, nos anos 1980-90 a experiência da Espanha foi o que teve mais influência na esquerda latino-americana.

⁶⁹ Há outras divisões no interior do PT, mencionamos esta porque nos parece mais significativa para demonstrar o abandono das posições iniciais restritas a apenas um grupo para a prevalência da posição liberal do grupo majoritário.

⁷⁰ Para Iasi, o socialismo petista apresentava-se em um sentido próprio, desde o início construiu-se numa perspectiva eclética e próxima às ideias da esquerda revisionista, como por exemplo, houve momentos em que prevaleceram a identificação com as ideias reformistas de Bernstein, outros, em que houve a aproximação com o gradualismo e de Kautsky ao acreditar que a mudança radical só seria possível depois de um longo caminho acumulado de forças (IASI, 2006, p. 479). Mesmo assim, apesar dessa linha socialista *de menor resistência* que parece orientar o rumo do partido desde a sua constituição, para utilizar o termo de Mészáros (2002), a crítica à propriedade privada do grande capital, às relações de produção, a defesa da reforma agrária e a oposição ao grande latifúndio, presentes nos primeiros documentos, agora, é substituída por outros termos, entre eles estão: *o sujeito democrático coletivo*; *a liberdade individual*; *a igualdade fundamental entre os cidadãos* e *o direito à diferença* (IASI, 2006). Conceitos que fundamentam o liberalismo político.

⁷¹ Iasi (2006) aponta que a posição da ala majoritária do PT era veemente contrária à ideia de socialismo que ainda encontrava apoio no PT nos componentes do grupo mais à esquerda.

político e ideológico do Brasil. Para o autor, essas mudanças da *infraestrutura* explicam as da *superestrutura* partidária e governamental.

Entre os fatores apontados acima, Del Roio (2004, p. 75) indica que a mudança na base material com a reestruturação da produção foi o fator objetivo determinante para explicar a metamorfose do PT⁷² e representa mudanças na infraestrutura política e econômica:

[...] uma razão mais forte foi a de que a ofensiva do capital na produção, incorporando a chamada revolução tecnológica e gerencial em fase de inexpressivas taxas de crescimento da riqueza social, promoveu uma verdadeira devastação daquela classe operária que fundara o PT, assim como de categorias profissionais importantes no contexto brasileiro [...].

O desemprego e a desqualificação rebaixaram consideravelmente o poder de contratação do trabalho fazendo com que os sindicatos passassem sempre mais a defender o emprego muito mais do que as condições de trabalho e o salário. Isso para não dizer que reivindicações mais avançadas como a da educação para o trabalho, o controle da produção e da inovação tecnológica nem chegaram a ser formuladas⁷³.

Entretanto, na nossa perspectiva de análise, a reestruturação produtiva apenas evidencia a pouca condição que um partido tem de se contrapor aos mecanismos de expansão do capital, em decorrência da sua própria organização hierárquica ao se sustentar na ideia de vanguarda da classe, indicando que os trabalhadores não podem gerir sua própria luta. Notamos que os movimentos autonomistas na história, como a Comuna de Paris, a Guerra Civil espanhola, a Revolução dos Cravos, entre outras, sustentam-se objetivamente na contraposição e negação de que a tutela seja do Estado como partido.

Diante desse quadro de dificuldades de ordem estrutural que se salienta nos desafios impostos pela reorganização do cenário produtivo mundial como dos demais fatores que repercutiram na orientação política da esquerda, como indicado acima, é que alguns autores falam em crise da política (MÉSZÁROS, 2003) ou da esquerda no mundo (FIORI, 2007). Para Mézáros, trata-se de uma crise de legitimidade que se explicita na opção por parte dos movimentos de uma *linha de menor resistência* que propicia a manutenção da ordem existente. Fiori (2007) aponta que essa postura de adequação da esquerda ao momento político vigente na década de 1990 não foi um fenômeno que ocorreu apenas no Brasil, mas, ao contrário, a esquerda latino-americana também havia se distanciado de seu projeto

⁷² No capítulo que trata da metamorfose do PT (1980-2002), Iasi (2006) não se reporta a esse fator. Entendemos que ele assume centralidade nos (des)caminhos tomados pelo partido.

⁷³ Para Del Roio (2004, p. 72), a partir do momento em que há um novo cenário na sociedade em razão dos processos de reestruturação da produção e das políticas neoliberais também outras instituições emergem em disputa com a CUT, como a Força Sindical que contribuiu para divulgar no seio da classe trabalhadora as ideologias neoliberais.

originário, substituindo a reforma agrária e as políticas estatais de infraestrutura e industrialização pelas políticas de desregulamentação, privatização e abertura dos mercados. No campo teórico diz que “[...] boa parte da esquerda substituiu o conceito de *sociedade de classe* pelo *sociedade em redes*, e trocou a crítica ao imperialismo pela defesa do *desenvolvimento associado* (FIORI, 2007, p. 105).

Além disso, temos que considerar o movimento em direção ao neoliberalismo ocorrido a partir da década de 1980 em vários países. Anderson (1995) indicou que em vários países da Europa onde a esquerda e a centro-esquerda assumiram o executivo⁷⁴ em contraposição à tendência neoliberal dominante na Inglaterra e Estados Unidos, com o decorrer do tempo, abandonaram muitas das posições de esquerda e promoveram as reformas do modelo.

A partir dessa guinada do PT rumo à adequação ao contexto das políticas vigentes no período, fica clara a posição que assumiu junto aos organismos internacionais na “Carta aos brasileiros”, durante a campanha eleitoral que culminou na eleição de Lula à presidência em 2002. Segundo análises já realizadas (DEL ROIO, 2004; SADER, 2007), a carta tinha a intenção de acalmar os organismos internacionais e cumprir os compromissos estipulados por FHC com o capital financeiro, para isso, o partido comprometeu-se oficialmente com as políticas de viés neoliberal em continuidade com o governo anterior⁷⁵.

O contexto das eleições presidenciais de 2002 foi bastante favorável à eleição de Lula à presidência da república⁷⁶ devido, sobretudo, à repercussão que a política de FHC teve na sociedade, principalmente, nos movimentos sociais que fizeram intensas reivindicações neste

⁷⁴ Anderson (1995) menciona a França, com François Mitterrand; a Grécia, Andreas Pampandreu; a Espanha, de Gonzáles; Portugal. E na América Latina, o Chile e o Peru.

⁷⁵ Sader (2007, p. 208-209) indica os aspectos salientados na “Carta aos brasileiros” e mantidos pelo governo Lula: 1. A não renegociação da dívida externa que culminou com o compromisso de pagá-la integralmente; 2. A importância da estabilidade monetária como objetivo estratégico assinalado desde 1994.

⁷⁶ Sader (2007) considera que a eleição de Lula é uma primeira iniciativa concreta de ruptura com o neoliberalismo, ainda que seu programa seja de saída gradual a essa lógica. Acredita o autor que Lula tem condições de promover essa ruptura porque conta: 1. com uma esquerda com força acumulada nas décadas anteriores em diversos planos: cultural, social, político e institucional; 2. com uma economia menos debilitada do que os demais países similares do continente, como Argentina e México, menos desnacionalizada e com maior capacidade de resistência; 3. com o desejo de modificação amplamente expresso na sociedade brasileira e a expectativa de mudança na opinião pública nacional; e 4. com a crise de legitimidade do neoliberalismo no plano internacional. Fica evidente a crença do autor de que o governo Lula é uma saída para o neoliberalismo porque para ele “[...] há sinais de recuperação de movimentos sociais e cívicos de resistência, há articulações importantes como o fórum social Mundial, mas o de Lula é, então, o primeiro governo que encara um programa de saída do neoliberalismo de forma articulada nos planos interno e externo [...]” (SADER, 2007, p. 186). Acima, indicamos as razões que impedem o PT, na prática, de se posicionar contra o neoliberalismo ou promover a ruptura com este modelo. Como argumentamos, a trajetória do PT tendeu à adaptação ao modelo evidenciada antes das eleições. Outro aspecto que a realidade contraria a afirmação do autor refere-se à maior capacidade de resistência do Brasil em relação aos países vizinhos, pois há movimentos sociais bastante vigorantes, em especial no México, como o movimento zapatista.

período.⁷⁷ Entre os fatores que contribuíram para uma conjuntura favorável à eleição de Lula estão: a) a insatisfação da população nacional com a política neoliberal de FHC que induziu à depreciação real dos salários, ao aumento significativo dos indicadores de desemprego, ao aumento da desigualdade social com proporcional concentração da renda na elite econômica e o não atendimento às reivindicações por reforma agrária. b) A América Latina havia, desde meados da década de 1990, mobilizações sociais em vários países em decorrência do descontentamento com a política neoliberal implantada nas várias regiões. Na Argentina, a população constituiu um movimento que ficou popularmente conhecido como *panelaço*; no Equador e Venezuela, houve a destituição de presidentes que culminou na eleição de representantes da esquerda; assim como na Bolívia a população elegeu um indígena, que representa um segmento da população historicamente excluída da gestão do Estado. c) A crise política de 1999 evidenciou a fragilidade e insuficiência do neoliberalismo como modelo político e econômico na manutenção da estabilidade propagada no país. d) Outro elemento fundamental foi o atrelamento da sua política aos interesses da burguesia brasileira e a garantia ao capital financeiro da continuidade dos rumos da política financeira, como discutimos.

É provável que todos esses elementos tenham incidido na população brasileira de forma a conceberem como alternativa um partido que, apesar da sua mutação, apresentava-se sob o discurso de oposição à política neoliberal mesmo que objetivamente já tivesse trilhado outros rumos. Ademais, contava com a tradição de ser um partido que aglutinava vários segmentos da classe trabalhadora e, nessa direção, construiu sua plataforma de campanha apontando, entre outros aspectos, para a formalização das relações de trabalho, a mudança do cenário político e econômico a partir da reversão do insuficiente desenvolvimento da industrial nacional com estímulo à exportação⁷⁸. Entretanto, como afirma Boito Jr. (2003, p. 3), a cúpula partidária fez acordos de todo o tipo para atrair a burguesia, mentiu ao eleitorado sobre a política de crescimento, a criação de empregos, sobre a reforma agrária e o respeito aos direitos previdenciários, mas ao chegar no governo traiu todas as promessas de campanhas.

⁷⁷ Referimo-nos, em especial, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Mas há outros movimentos sociais que surgiram em 1997, sob a gestão do governo FHC, devido ao agravamento das condições de vida urbana, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), entre outros.

⁷⁸ Estes assuntos podem ser encontrados nos debates realizados por Lula em 2002.

<http://www1.folha.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/candidatos/lula/programas.shtml>.

1.4.1 A continuidade da política econômica e o reforço à posição de periferia do capital

O modelo de política econômica vigente no governo Lula representou a continuidade com o de FHC, para Boito Jr. (2003, p. 1) “O novo governo, de modo surpreendente para muitos observadores, não só está mantendo os pilares do modo capitalista neoliberal dependente, como está aprofundando alguns aspectos desse modelo.” Podemos dizer que, na gestão Lula, houve alterações pontuais nas diferentes áreas que envolvem a gestão pública sem alterar o modelo neoliberal e seus efeitos perversos sobre a questão social. A continuidade da política econômica é reconhecida até mesmo pela literatura econômica menos radical na crítica ao capitalismo, pois muitas das análises desses autores têm como referência o desenvolvimento da produção nacional e o crescimento acelerado do mercado brasileiro⁷⁹. A respeito da orientação política deste governo há certa confluência de opiniões na literatura acadêmica mesmo entre correntes teóricas de diferentes matrizes, entre eles, podemos citar: Magalhães (2010); Figueiras e Gonçalves (2007); Sampaio Jr. (2012, 2006) Boito Jr. (2003).

A política econômica do governo Lula, assim como FHC, elegeu como prioridade dois aspectos principais: 1. Política voltada para o controle de metas da inflação e câmbio flexível com a autonomia do Banco Central, o que acarretou na elevação contínua da taxa básica de juros; 2. Prioridade ao superávit fiscal primário⁸⁰, regulado pelo Ministério da Fazenda, o que culminou no montante elevado de dinheiro público direcionado ao pagamento da dívida em detrimento de políticas sociais.

Preservados esses dois aspectos, as políticas públicas vão sendo elaboradas de modo a não comprometer tal prioridade do governo. Desse modo, iremos notar que sobra montante de recursos reduzidos em relação ao PIB para implementar políticas públicas nas áreas sociais e, por essa razão, essas políticas apresentam-se focalizadas nas populações mais pauperizadas. Um

⁷⁹ Utilizaremos autores dessa abordagem com o intuito de indicar dados específicos da política implementada pelo governo Lula, mas sem compartilhar com o referencial teórico que definem o alcance da crítica. Entre eles estão: Magalhães (2010); Figueiras e Gonçalves (2007). Além destes, utilizaremos autores que se aproximam mais das orientações contempladas neste estudo, pois têm como horizonte a crítica mais profunda ao sistema do capital, entre eles estão: Boito Jr. (2003); Sampaio (2007); Oliveira F. (2010a); Oliveira A. U. (2010); Rodrigues e Lima Filho (2011), entre outros. Florestan Fernandes expõe argumentos que caracterizam a insuficiência da ideologia do Nacional Desenvolvimentismo, e assinala que, ao tratar o atraso como resíduo do período colonial apenas, sem nenhuma funcionalidade para o processo de acumulação, essas teses partem do princípio de que o subdesenvolvimento seria superado pela intensificação do processo de acumulação, contudo, “[...] os problemas do Brasil não são problemas de crescimento” (*apud* SAMPAIO JR., 1997, p. 150-151), pois ele não conduz à participação da sociedade, ao padrão da civilização que satisfaça às necessidades de toda a população.

⁸⁰ Figueiras e Gonçalves (2007, p. 101) mencionam que, além da política de metas da inflação, ajuste fiscal e câmbio flutuante, o governo Lula conta com o agravante do aumento dos superávits primários para mais de 4,25% do PIB (4,3% em 2003; 4,6% em 2004; 4,8% em 2005; 4,3% em 2006).

exemplo abrangente a esse respeito encontramos em Magalhães (2010, p. 29)⁸¹, que considera que quanto mais cresce o Produto Interno Bruto (PIB) maior é o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e, a partir dessa equação, mostra que nas décadas de 1970-1980 o PIB cresceu 3,33% com o incremento de 2,75% no IDS. No período Lula e FHC, o PIB girou em torno de 2,74% e o incremento em IDS reduziu-se significativamente para 1,08%.

O impacto dessa redução na política social pode se percebido, como trazem Behring e Boschetti (2010, p. 164-168), no caráter regressivo da política para essa área, devido aos poucos recursos. De acordo com os autores, cai a qualidade das políticas substituindo aquelas universais por mecanismos compensatórios que não alteram profundamente a estrutura das desigualdades sociais. Entendemos que as políticas focalizadas são introduzidas e estimuladas dentro desse contexto de retração do gasto público diante da prioridade que estabelece com a orientação da política econômica.

Desde o acordo assinado entre o Governo Federal com o FMI, em 1998, o Brasil vem comprometendo significativas parcelas do orçamento público com a produção do superávit primário, atingindo percentuais crescentes do PIB, e superando as próprias metas estabelecidas pelo FMI nos acordos [...].

Em 2005, o Brasil pagou mais de R\$ 157 bilhões em juros da dívida. Esse valor é quatro vezes superior a todo o gasto da União com saúde em 2005 e dez vezes mais que o montante dos recursos aplicados na política de assistência social nesse ano. (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006 *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 165).

Tendo em vista a prioridade que o governo estabeleceu para destinar os recursos públicos, a contenção dos gastos com o setor social ocorre, segundo Behring e Boschetti (2010, p. 160), de um lado, pela política de privatização das políticas sociais, como há tempo acontece com a Saúde e também com a Educação, na medida em que usufruem de uma melhor qualidade de serviços somente aqueles que podem pagar por ele; de outro, acentua-se o oferecimento de políticas de focalização direcionadas àquela população pauperizada que não pode usufruir dos serviços sociais da iniciativa privada, portanto, devem ser minimamente atendidos pelo serviço público reservado a essa população. Nessa concepção, podemos notar que os direitos sociais destinados a todos os cidadãos proclamados pela Constituição Federal de 1988 esvaem-se de modo sorrateiro ao apresentarem-se enquanto política de atendimento aos pobres ou direcionada à população que mais necessita dela. Provavelmente, essa forma de incluir pela exclusão seja a forma mais acabada da concepção de inclusão no consumo, nos benefícios sociais e nos espaços públicos que vigora atualmente.

⁸¹ A única restrição feita pelo autor em relação às políticas sociais refere-se à limitada abrangência do programa Bolsa Família que para ele deve ser ampliada, o que para nós é insuficiente e não atinge o cerne da problemática das políticas públicas para o setor social.

O PNQ é gestado nessa conjuntura macroeconômica e política, na qual o ideário neoliberal tem sido amplamente difundido. Embora a educação profissional nas diferentes etapas seja compreendida nos principais documentos legais⁸² como direito de todo cidadão, no que se refere à qualificação profissional, em especial no PNQ, observamos a nítida focalização em determinado públicos-alvo, expressão cunhada apenas na primeira versão do plano para indicar os beneficiários (BRASIL, 2003).

No PNQ, as ações de qualificação social e profissional deverão ser direcionadas, prioritariamente, para as seguintes populações (BRASIL, 2008b, p. 2), Art. 4º:

- I. beneficiário do Programa Seguro-desemprego;
- II. trabalhadoras-es domésticas-os;
- III. trabalhadores-as em empresas afetadas por processos de modernização tecnológica e outras formas de reestruturação produtiva;
- IV. pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social; inclusive no programa bolsa família, de ações afirmativas de combate à discriminação; de políticas de integração e desenvolvimento regional e local;
- V. trabalhadores-as internos e egressos do sistema penal e jovens submetidos a medidas socioeducativas;
- VI. trabalhadores-as libertados-as de regime de trabalho degradante e de familiares de egressos do trabalho infantil;
- VII. trabalhadores-as de empresas incluídas em arranjos produtivos locais;
- VIII. trabalhadores-as de setores considerados estratégicos da economia, segundo a perspectiva do desenvolvimento sustentável e da geração de emprego e renda;
- IX. trabalhadores-as do setor artístico, cultural e artesanato;
- X. trabalhadores autônomos, por conta própria, cooperativados, em condição associativa ou autogestionada;
- XI. trabalhadores de micro e pequenas empresas;
- XII. estagiários;
- XIII. trabalhadores rurais e da pesca;
- XI. pessoas com deficiência.

Entre o público beneficiário citado acima, há os que não estavam especificados no PLANFOR e são incluídos no PNQ, seja por não haver o programa naquela ocasião, seja porque há a inclusão de uma população mais diversificada. Tal inclusão reflete a orientação transversal, como atesta a “vertente social”⁸³ do plano. Podemos perceber que foram acrescidos: os beneficiários de ações de primeiro emprego e ações de Economia Solidária; assalariados rurais empregados ou desempregados, os assentados ou em processo de assentamento; populações tradicionais; pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social;

⁸² Veja a Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996.

⁸³ Moraes (2005, p. 26) salienta que, em consonância com as discussões internacionais no âmbito da OIT, entende-se Qualificação Social e Profissional como direito e condição indispensável para a garantia de trabalho decente, permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho com significativo impacto na vida e trabalho das pessoas. Essa redação reproduz a do PNQ (BRASIL, 2003) ao definir a qualificação social e profissional no âmbito do PNQ. É importante destacar as orientações internacionais que adentram e definem o conceito nuclear do plano.

ações afirmativas de combate à discriminação, ações envolvendo segurança alimentar, políticas de integração e desenvolvimento regional e local; sistema penal e jovens submetidos a medidas socioeducativas e os itens IV, VII, VIII, IX e X acima citados.

Desse modo, o PNQ, mais que o PLANFOR, assume uma identidade focalizada na diversidade da população vulnerável e, para que as ações se realizem, conta com a transversalidade entre as áreas de política pública. Moraes (2005), em um texto com profunda sintonia com a Resolução do PNQ (BRASIL, 2003), esclarece que as políticas públicas de qualificação devem contribuir para promover a integração das políticas e para integrar as ações de qualificação profissional e social no Brasil “[...] em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, deve promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação [...]” (MORAES, 2005, p. 26).

Notamos a busca da transversalidade no plano, o que implica em esforço conjunto entre órgãos governamentais. Como poderemos observar no próximo capítulo, essa parceria tem como objetivo principal contar com adicional orçamentário para viabilizar as ações de qualificação. Entretanto, a insuficiência das parcerias é bastante evidente no que se refere às políticas do governo federal. A esse respeito, Kuenzer (2010) observou que a articulação de ações de qualificação com o aumento da escolaridade dos trabalhadores, parceria esta que deveria ser firmada com o MEC, não se efetivava nas experiências pesquisadas.

Além disso, há no PNQ o discurso da universalização da política de qualificação ao mesmo tempo em que, ao definir os beneficiários, focaliza em grupos específicos. Neste caso, não podemos dizer que há o abandono completo das orientações universalizantes, mas sim o direcionamento às populações prioritárias que, em caso de insuficiência de recursos, por exemplo, devem ser priorizadas. Esse é um dilema próprio das últimas versões das orientações da política neoliberal, como apontou Draibe (1990), pois não se trata de negar os direitos universais, mas de focalizar, tendo em vista a racionalização dos recursos.

A discussão em torno da racionalização, universalização e focalização da política agrava-se ao considerarmos o que representou a dotação orçamentária do PNQ, tendo em vista o conjunto dos recursos do FAT. O PNQ do governo Lula, ainda mais que o PLANFOR de FHC, contou com exíguos recursos a serem destinados às ações de qualificação dos trabalhadores e sofreram constante redução orçamentária no decorrer dos anos. Durante o governo FHC, a evolução da participação da qualificação profissional no total do FAT registra os seguintes índices: 4,0% (1996); 5,2% (1997); 5,3% (1998); 4,6% (1999); 4,9% (2000); 4,7% (2001); 1,3% (2002) e, no governo Lula, a queda abrupta e contínua foi progressiva: 0,3% (2003); 0,4% (2004); 0,5% (2005); 0,4 (2006) (DEPARTAMENTO

INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2007, p. 148). O percentual – que chegou em torno de 5% dos recursos deste fundo, ao sofrer queda a partir de 2002, durante o governo Lula – reduziu significativamente e atingiu 0,4%. Segundo Lessa (2010, p. 158), no último mandato de Lula o índice era de 1,3%. Lula, em seu primeiro mandato, indica o montante de investimento de 0,3% em 2003, apesar do destaque ao tema em seu Plano de Governo e no Plano Plurianual.

Concretamente, este valor médio investido permanece inalterado e ainda não chegou a um ponto percentual (o último índice divulgado é o de 0,4%, em 2007). Certamente, é um investimento mínimo para uma ação que tem status de programa essencial de governo e que é apontada como estratégia fundamental para o desenvolvimento. Além disso, o PNQ apresenta-se como a superação do PLANFOR de FHC e que na prática não vem se delineando. Em outras palavras, o governo FHC mesmo implantando a Reforma do Estado, disponibilizou mais orçamento para a qualificação inicial e continuada de trabalhadores do que o atual governo. (LESSA, 2010, p. 158).

Outros dados corroboram com essas informações (PORTES, 2003) ao apontarem que ainda no PLANFOR o MTE havia cortado 50% dos recursos do FAT que seriam aplicados nos programas de qualificação profissional e recolocação dos desempregados no mercado de trabalho, de R\$ 428 milhões anteriormente investido caiu para 270 milhões. Em 2003, o PNQ inicia, em seu primeiro ano, com um investimento de 52 milhões para treinar 170 mil trabalhadores até o final do ano, e em 2002 o PLANFOR havia recebido investimento no valor de 151 milhões e qualificou 480 mil trabalhadores (PORTES, 2003). É evidente como o corte de recursos repercutiu na redução do número de beneficiários atendidos, embora o PNQ (BRASIL, 2003) tenha diversificado e ampliado o perfil do público a ser atendido e as horas de cada curso.

Apesar do discurso de qualificação profissional como direito do trabalhador e da ênfase na qualificação social, cujo sentido discutiremos neste capítulo, deparamo-nos com uma questão bastante controversa que é a redução abrupta e expressiva da destinação orçamentária. O orçamento destinado às ações de qualificação no PNQ não evolui na mesma dimensão e direção do discurso difundido, ao contrário, amplia-se o público-alvo a ser atendido, mas reduz-se o montante de recursos destinado.

Há outro aspecto do governo Lula que contribuiu para a inscrição precária do Brasil na divisão internacional do trabalho e salientou seu caráter de semiperiferia do capital. Essa afirmação pode ser averiguada por diferentes estratégias políticas do governo, uma delas refere-se ao perfil de especialização retrógrada impulsionado nos anos Lula que conduz à

reprimarização⁸⁴ do mercado exportador brasileiro. Desde o período de campanha, Lula sinalizava para o incremento das exportações por meio da desoneração fiscal e subsídio à produção, entretanto se efetivou no país o processo de especialização retrógrada que reporta à tradição agrário-exportadora desde o início da colonização. Rodrigues e Lima Filho (2011), pautados em Caio Prado Jr., mencionam como o *sentido da colonização* deu-se de modo a haver o delineamento da economia e da sociedade para atender necessidades estranhas às nossas, ao se destinar “[...] a explorar recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. [...]” (PRADO JR. apud RODRIGUES; LIMA FILHO, 2011, p. 259). Distantes aproximadamente cinco séculos do processo de colonização, em um contexto histórico de acirrado desenvolvimento da tecnologia capitalista, estamos diante de uma tímida participação do Brasil na área de mercadorias com maior valor agregado, mas o contrário, o baixo crescimento médio da economia, como afirma Oliveira, F. (2010b, p. 373), tem baseado numa volta à “vocação agrícola” sustentada por exportações de *commodities* agropecuárias, de modo que

[...] o Brasil, um país de famintos,   hoje maior exportador mundial de carne bovina e de minério de ferro, graças às pesadas importa es da China. Com o simples arrefecimento do crescimento chinês, que de 10% ao ano regrediu para uns 8%, a queda das exportações brasileira já provocou uma forte retra o do PIB agropecuário. As exportações voltaram a ser lideradas pelos bens primários, o que não acontecia desde 1978.

Essa considera o   compartilhada por Figueiras e Gonçalves (2007, p. 36-38; p. 61) ao indicar que o crescimento do governo Lula, a partir da vultosa exportação, tem sido beneficiado pela conjuntura do mercado internacional⁸⁵, em especial a China e os Estados Unidos que, em decorrência do aumento da produ o, demandaram matérias-primas e produtos agrícolas. Porém, a atividade caracterizada pela produ o de bens primários e natureza agrário-exportadora, que impulsionou o desenvolvimento brasileiro nesse período, tem menor

⁸⁴ Reprimariza o   um termo utilizado por Figueiras e Gonçalves (2007, p. 78) para indicar que o Brasil tem se especializado cada vez mais na exportação de produtos primários, agrícolas e minérios, também os semi e manufaturados. Além de, concomitante a isso, o país decair na produ o e não dinamizar a exportação de produtos tecnológicos de maior valor agregado.

⁸⁵ Os autores (FIGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 36-38) mencionam que a taxa média secular de crescimento da renda mundial no período de 1890 a 2006 foi de 3,2% e a mediana   de 3,8%. Durante o governo Lula (2003-2006), essa mesma taxa foi de 4,9%, ou seja, 50% maior. Além disso, a rela o entre o melhor desempenho de alguns países e o aquecimento do mercado de exportação de *commodities* brasileiro demonstra que qualquer redu o da demanda compromete completamente o atual desempenho da economia do país exportador.

valor agregado, o que aprofunda a condição semiperiférica⁸⁶ do país na divisão internacional do trabalho. Em um momento que, no cenário mundial, a capacidade tecnológica – adquirida por meio do incentivo à pesquisa e desenvolvimento e à produção de tecnologia com elevado valor agregado – tem se constituído na principal estratégia competitiva dos países que se posicionam no centro da divisão internacional do trabalho, o tipo de atividade produtiva privilegiada no Brasil situa o país em uma condição pouco promissora, tendo em vista a participação no mercado mundial e a aquisição de excedentes. Nesse sentido, é demais otimista acreditar que o governo Lula tem contribuído para reverter a posição subalterna do país na divisão internacional do trabalho no mundo contemporâneo.

A organização da base produtiva do país mostra-se bastante heterogênea com predominância de alguns setores da economia nas atividades comerciais, como indicamos. Acreditamos que a heterogeneidade do perfil dos trabalhadores no mercado de trabalho no país reflete a heterogeneidade das relações de produção⁸⁷ travadas ao longo do processo histórico. Para Florestan Fernandes (apud SAMPAIO JR., 1997, p.154), a combinação de unidades produtivas em diferentes estágios de desenvolvimento deriva do fato de a heterogeneidade estrutural ser o único meio de contrabalançar a instabilidade do capitalismo dependente e de lhe dar um mínimo de estabilidade. O autor entende que as burguesias dependentes recorreriam à combinação de estruturas modernas e atrasadas para compensar sua debilidade de estrutura de capital e mercantil. Para o autor, a combinação entre o moderno e o atrasado ocorre dentro de um circuito de transferência de renda para os países do centro hegemônico, com dois objetivos: a) para que as economias dependentes assimilem as

⁸⁶ Utilizamos o conceito de acordo com Arrighi (1997, p. 145-147) para nos referirmos à posição de acordo com a divisão internacional do trabalho e nunca uma posição no sistema interestados. Para o autor, nenhuma atividade é típica do núcleo orgânico ou da periferia, mas pode se tornar em um dado momento, uma vez que as empresas capitalistas raramente envolvem-se em uma única atividade, mas as combinam de modo a inovar na busca dos lucros. Neste sentido, o que caracteriza a posição periférica da atividade produtiva estratégica do mercado brasileiro não é a natureza em si da atividade, mas onde em determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas ela se situa. Rodrigues e Lima Filho (2011, p. 263), em uma leitura histórica do processo de industrialização no Brasil, baseados em Caio Prado Jr., mencionam que o calcanhar de Aquiles da indústria brasileira era a dependência com relação aos saldos comerciais, “[...] já que a exportação de produtos primários era condição essencial para efetivar o desenvolvimento das forças produtivas do país. Dessa maneira, geravam-se os recursos necessários para a importação de máquinas e outros itens para as multinacionais que se instalavam”. Sobre a ligação do imperialismo com o sistema colonial Prado Jr. (apud RODRIGUES; LIMA FILHO, 2011, p. 264) assevera que “Considerada do ponto de vista geral do imperialismo, a economia brasileira se engrena no sistema dele como fornecedor de produtos primários cuja venda nos mercados internacionais proporciona os lucros dos trustes que dominam aquele sistema. Todo funcionamento da economia brasileira, isto é, as atividades econômicas do país e suas perspectivas futuras, se subordinam assim, em última instância, ao processo comercial em que os trustes ocupam hoje o centro.[...]”.

⁸⁷ Relações de produção aqui têm o sentido de reforçar o caráter integrado das forças produtivas e da luta de classes para diferenciar de abordagens economicistas que dão margem à compreensão de que o desenvolvimento das forças produtivas conduziria à posição de centro na divisão internacional do trabalho.

revoluções tecnológicas do centro; b) ao se assentar na superexploração do trabalho e na dilapidação dos recursos naturais, protege os setores atrasados da intensa concorrência econômica. Nesse contexto, a exploração dos trabalhadores por meio da sua inserção precarizada no mercado de trabalho é uma das estratégias competitivas mais utilizadas para compensar as condições de produção retrógradas e aumentar as taxas de lucro.

Desse modo, Sampaio (1997) afirma que os efeitos da inserção subalterna do país decorrem dessa configuração heterogênea e anacrônica combinada das atividades produtivas do país que, aparentemente incongruentes, estão articuladas internamente e integradas ao circuito do capital mundial, sustentadas na extrema exploração do trabalho. É fundamental salientar que não é a atividade econômica em si que caracteriza “atraso” ou “modernização”⁸⁸ de um país, já que no sistema capitalista elas são muitas vezes combinadas. É, sobretudo, a inserção no contexto mundial demarcado pela divisão internacional do trabalho que irá demonstrar o real papel ocupado por cada parcela das economias nacionais. Arrighi (1997) acentua o caráter de volatilidade das atividades de núcleo orgânico e periféricas, uma vez que, por um lado, essa caracterização tende a mudar com o tempo conforme hierarquia da ordem econômica mundial em cada período histórico; por outro, o comando econômico depende muito mais da capacidade inovadora na atuação da divisão internacional do trabalho do que da atividade que desempenha. Arrighi (1997) argumenta que, nas décadas de 1938-1948, as atividades produtivas típicas do núcleo orgânico eram industriais e, já nas décadas posteriores, entre 1950-1960, os Estados periféricos e semiperiféricos começaram a quebrar o monopólio do núcleo orgânico desenvolvendo grande parte destas atividades industriais. Entre 1960-1965, a distância de industrialização entre núcleo orgânico, periferia e semiperiferia continuava a diminuir, culminando no processo de desindustrialização do núcleo orgânico em razão da periferia e semiperiferia que passaram a se destacar nesta atividade. Para o autor, isso demonstra que “[...] as atividades industriais estavam sendo perifêricizadas – isto é, estavam perdendo seu status de núcleo orgânico anterior” (ARRIGHI, 1997, p. 185-186), assim a expansão da industrialização aparece não como desenvolvimento da periferia, mas como perifêricização⁸⁹ das atividades industriais.

⁸⁸ Sobre a combinação de atividades retrógradas e modernas vale remetermo-nos a Arrighi (1997, p. 154), ao discorrer sobre a combinação das atividades periféricas e de núcleo orgânico. Para o autor, é a capacidade de uma economia, seja ela periférica seja semiperiférica, de atrair vínculos com o núcleo orgânico que a leva a ter, em sua jurisdição, esse tipo de atividade. Mas, não significa que se torne núcleo orgânico por isso, ao contrário, a tendência à monopolização cada vez mais busca mercados de consumo em áreas periféricas e semiperiféricas, bem como centraliza a captação do excedente.

⁸⁹ Nessa direção, Caio Prado Jr. (apud SAMPAIO JR., 1997, p. 134) argumenta que “[...] o recurso à produção interna é um expediente oportunista dos grandes trustes internacionais para tirar proveito de conjunturas mercantis circunstanciais. A transferência de unidades produtivas para a periferia não significa maior

Com base nessa discussão, podemos notar que, no contexto do capitalismo contemporâneo, é insuficiente vislumbrar uma política que prime pela industrialização simplesmente sob o discurso de desenvolvimento da economia nacional, uma vez que essa atividade está plenamente integrada à hierarquia das atividades produtivas no capitalismo. Arrighi (1997, p. 217-220) aponta que o desenvolvimento no sentido de generalizar a condição de riqueza do núcleo orgânico é ilusão, pois se trata de um processo relacional de exploração que pressupõe a reprodução contínua da pobreza e, por isso, não pode ser generalizada⁹⁰. Neste contexto de especialização das atividades produtivas, a integração ao núcleo orgânico, bem como a participação competitiva⁹¹ no mercado ocorrem por meio do incremento das áreas de pesquisa e desenvolvimento.

Nessa direção, é preciso considerar que o governo Lula tem se ajustado à dinâmica de funcionamento do capital. Mineiro (2010, p. 157) relata que a partir de 2006 registra-se uma reconcentração empresarial no país com criação de enormes conglomerados setoriais e multisetoriais estimulados pelo BNDES. A concentração do grande capital na produção ocorre por meio das fusões ou *trustes* realizadas por grandes empresas multinacionais, mas também há concentração de propriedade nos setores rurais que no governo Lula cresceram significativamente. Oliveira, A. U. (2010) menciona os mecanismos legais sorrateiros utilizados durante o governo Lula para conceder o domínio das terras destinadas à reforma agrária para o agrobandidismo, bem como o atual governo introduz a contrarreforma agrária

autonomia do espaço econômico nacional porque o processo de valorização do capital permanece subordinado à lógica de valorização do capital em escala mundial [...].”

⁹⁰ Arrighi (1997, p. 217-220) ressalta que, caso intensifique-se a luta nos mercados periféricos e semiperiféricos contra a exclusão do núcleo orgânico e contra a exploração, haverá o aprofundamento das duas condições, pois os semiperiféricos tendem a ser relegados à periferia, bem como cresce a distância entre os periféricos em relação aos semiperiféricos, os quais se direcionam a uma maior especialização.

⁹¹ Caio Prado Jr. (apud SAMPAIO, 1997) alerta que as economias periféricas (incluímos aqui também as semiperiféricas) tendem a não participar das estratégias competitivas do mercado apesar da intensificação da exploração sobre a força de trabalho, isso ocorre devido à forma subordinada que se insere na dinâmica do mercado mundial. Creagh (2003, p. 8), um autor de orientação anarquista-libertária, menciona que sob o discurso dos economistas um país é *competitivo* quando regressa ao *status* de terceiro mundista, assim o *desenvolvimento* consiste em reestruturar o país para que as multinacionais possam maximizar seu lucro. “A ajuda do Terceiro Mundo dá o direito de decidir prioridades desses países, gerir sua classe dirigente, e reduzir sua autonomia econômica. Enfim, esta retórica afasta cuidadosamente toda a alusão às catástrofes provocadas pelo sistema – qualificadas de *riscos* – aos sem-teto, aos miseráveis etc. Quanto aos desempregados, eles só são assinalados como “indicadores” do estado da economia. Um exemplo que demonstra como a economia central capta o mais-valor por meio da articulação do sistema do capital que se utiliza da diversificação da produção é o caso, no governo Lula, do esforço brasileiro para se concluir a rodada Doha da OMC que trata da liberalização do comércio agrícola. Neste caso, os maiores afetados seriam os países desenvolvidos, mas o acordo só se deslanchará se o país fizer concessões no setor de serviços e no comércio industriais.” (FIGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 92).

para regularizar a grilagem nas terras públicas da Amazônia legal.⁹² Com isso, podemos perceber a predominância do grande capital e sua ligação no sistema do capitalismo mundial:

É interessante assinalar que mesmo a política internacional brasileira, que muitos reconhecem ter adquirido caráter proativo, responde principalmente às demandas de multinacionais brasileiras em termos da criação de ambientes externos favoráveis para seus investimentos. A agenda internacional do governo Lula, centrada na liberalização comercial e nos países latino-americanos e africanos, demonstra o quanto tal agenda está alinhada à multinacionalização de empresas, particularmente nos setores de infraestrutura e commodities. (TAUTZ et al., 2010, p. 253).

As considerações acima têm a intenção de problematizar a lógica de funcionamento da Economia capitalista, portanto circunscrevem-se neste limite⁹³. Notamos que é diante dessa problemática de funcionamento do capitalismo contemporâneo que deve ser analisada a repercussão da política industrial do governo Lula.

Figueiras e Gonçalves (2007, p. 63; p. 80-82) observam que durante o governo Lula o país tem sido incapaz de promover o *upgrade* no padrão de comércio exterior, ao contrário, tem havido perda da posição relativa de produtos de exportação com maior intensidade tecnológica, o que os autores denominam de especialização regressiva das exportações.

O retrocesso industrial é evidente, tendo em vista a redução da participação da indústria na economia nacional e o movimento de especialização regressiva – com menor diversidade e desarticulação de cadeias produtivas nos segmentos industriais mais dinâmicos, intensivos em capital e em tecnologia, e ampliação do peso relativo de ramos industriais de pouco dinamismo, intensivos no uso de recursos naturais e mão-de-obra [...] os setores mais afetados pelas importações e a valorização cambial (Plano Real) foram os mais intensivos em tecnologia e capital, e os menos afetados foram os intensivos em mão-de-obra e, principalmente, recursos naturais. (FIGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 88).

⁹² Ver o detalhamento dos mecanismos utilizados para legalização de situações ilegais dos grileiros e beneficiar o agronegócio em Oliveira, A.U. (2010, p. 287-327). Entretanto, alguns dados expostos por Oliveira, A.U. (2010) ajudam a visualizarmos melhor os efeitos da problemática em questão: “[...] 93% dos imóveis (minifúndios e pequenas propriedades) com área inferior a quatro módulos fiscais ocupam 40% das terras públicas; porém, outros 7% restantes, ou seja, 20 mil imóveis - médios ou grandes – declararam no cadastro do INCRA que se apropriam ilegalmente de 60% destas terras, o que equivale a uma área de 25 milhões de hectares. Inclusive, entre esses dois tipos de imóveis, os grandes, que são apenas 6,8 mil, apropriam-se ilegalmente de 42% da área, ou seja, 17,7 milhões de hectares de terras públicas do INCRA e da reforma agrária. É esse lado do programa Terra Legal que o MDA, propositalmente, não mostra à sociedade brasileira: a terra pública continua, desde o período colonial, sendo entregue aos latifúndios do país” (OLIVEIRA, A.U., 2010, p. 320). Dados comparativos sobre a concentração da propriedade da terra no país são elucidativos: a área acumulada pelos grandes hectares cresceu 104 milhões, equivalente a 48%, assim a participação da grande propriedade passou de 51% em 2003 para 56% em 2010, em contraponto as áreas de pequenas (de 17,7% em 2003 para 15,5% em 2010) e médias propriedades (21% para 19,9%) e minifúndios (9,3% para 8,2%) que decaíram significativamente no período.

⁹³ Fazemos tal afirmação porque entendemos que a Economia do capital não é a única forma de se organizar os espaços sociais, é apenas o modo atual predominante de organização societal. Portanto, entendemos que a crítica a esse modo não pode limitar-se apenas a problematizar o modelo do capital, mas tem que se colocar a difícil tarefa de considerar as alternativas de organização concretas que existiram e existem a ele no decorrer da história da humanidade.

Essa condição remete à política industrial no governo Lula. A partir da década de 1980, há o arrefecimento da política industrial, uma vez que, diante da crise e do péssimo desempenho da economia brasileira, como discutimos no capítulo 1, as diretrizes da política macroeconômica voltaram-se para o combate à inflação e a política industrial passou a se subordinar às necessidades de estabilização da economia (FERRAZ, 2009, p. 238). Na década de 1990, o governo Collor introduziu a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) que, apesar do discurso da necessária modernização da produção para tornar o país competitivo e da abertura comercial ao mercado internacional, os resultados não foram atingidos para a indústria e não cumpriram com as metas anunciadas no plano⁹⁴. Durante o governo FHC, o país não dispunha de uma política industrial e nem impulsionou a pesquisa e desenvolvimento dada sua prioridade no governo. Essa ausência de política industrial conduz muitos autores (CANO; SILVA, 2010, p. 201) a compararem com as décadas de 1960 e 1970 em que esta estava inserida no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) subordinada à lógica de substituição de importação⁹⁵. No governo Lula houve duas políticas industriais: a PICTE⁹⁶, formulada em 2003 e anunciada em 2004, e a PDP⁹⁷, divulgada em maio de 2008.

Ferraz (2009, p. 243) assinala que o desempenho da PICTE é difícil de mensurar pela exiguidade de estudos e levantamentos que permitam a análise e, também, pela característica bastante genérica do documento⁹⁸. Na realidade, podemos perceber o tímido desempenho da área de pesquisa e desenvolvimento explicitado, ao ressaltar apenas o segmento semi e manufaturado com produtos básicos no destaque à exportação e, também, como observou Ferraz (2009), pelo descasamento entre os investimentos em P&D e seus resultados. Os

⁹⁴ Ferraz (2009, p. 239) menciona que o PITCE foi construído em torno do objetivo de promover a competitividade. Entre as principais medidas estavam: revisão dos incentivos à produção, investimento e exportação; apoio à capacitação tecnológica da empresa nacional; e definição de uma estratégia de promoção de indústrias nascentes em áreas de alta tecnologia.

⁹⁵ Neste período, a política industrial esteve voltada à redução do coeficiente de importações e à expansão da capacidade produtiva do país por meio da redução de tarifas e da generosa concessão de incentivos fiscais e financeiros. Neste momento, o BNDES e o Banco do Brasil concediam créditos a longo prazo com juros reduzidos, aval aos empréstimos feitos no exterior, reserva de mercado a quem já possuísse comprovada produção no país e incentivo indireto vindo do Tesouro Nacional às iniciativas privadas. As áreas prioritárias eram: energia e transporte, indústria de base, alimentação e educação (FERRAZ, 2009, p. 235-236).

⁹⁶ A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) anunciou as seguintes linhas de ação: Inovação e Desenvolvimento Tecnológico; Inserção Externa; Modernização Industrial; Capacidade e escola produtiva; Opções estratégicas (FERRAZ, 2009, p. 242).

⁹⁷ A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), conforme Ferraz (2009, p. 244), é mais pragmática e se traduz em medidas concretas de aplicação imediata, cujos contornos foram delineados com o setor privado para superar os principais entraves que afetam o desenvolvimento. Assim, o PDI, em suas metas e programas, buscou centrar-se no incremento tecnológico dos setores já existentes na economia.

⁹⁸ De acordo com Ferraz (2009, p. 243), o documento expõe desde aspectos mais gerais como os desembolsos do BNDES até os bons resultados da balança comercial no setor de bens manufaturados, básicos e semimanufaturados, os quais cresceram, em setembro de 2007, 22,2%; 26,8%; e 8,9% com relação ao período anterior.

resultados observados na PICTE são pouco animadores, na medida em que foram encontradas grandes dificuldades na fase inicial de execução, devido à insuficiência do aparato institucional, à ausência de metas e instrumentos precisos para orientar a execução da política, como afirmou Salermo (apud FERRAZ, 2009) e às incompatibilidades entre os objetivos da política macroeconômica e o desenvolvimento industrial (KUPFER apud FERRAZ, 2009, p. 244).

De acordo com Ferraz (2009), o PDI acenou para avanços na política industrial em relação ao PITCE, entretanto, é visível a dificuldade que também este plano tem de se materializar e sofre dos mesmos impedimentos do plano anterior. O que o autor entende como sendo *zona de desconforto* são, na verdade, efeitos da inserção subordinada do país no cenário internacional que se traduzem em obstáculos profundos que impedem essas políticas de se efetivarem, como: a dificuldade de coordenação e implementação da nova política e falta de estrutura do Estado brasileiro; a dificuldade do MIDIC ser o articulador entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central; e a incompatibilidade com a política macroeconômica. Figueiras e Gonçalves (2007, p. 92) mencionam que a simples formulação e mesmo a implementação do PITCE não garante que os objetivos sejam atingidos e os problemas solucionados. Magalhães (2010, p. 25) argumenta em torno da ausência de uma estratégia econômica no país como mais grave que o crescimento lento do PIB e assevera que se trata de uma mudança estrutural que conduz o país gradualmente ao debilitamento e eventual desaparecimento de setores industriais mais refinados de vital importância em modelos de desenvolvimento. Cano e Silva (2010) mencionam que a combinação entre a política macroeconômica conservadora e a elaboração da política industrial criou um paradoxo porque, impedido pelos instrumentos clássicos de câmbio, como juros altos, não teria como soltar as amarras da política industrial. Baseados nessa constatação, concluem que “[...] as estratégias de desenvolvimento industrial não se fazem apenas com políticas industriais explícitas. Por melhor que sejam seu desenho devem contar com políticas macroeconômicas compatíveis [...]”, caso contrário, uma anula a outra (CANO; SILVA, 2010, p. 186).

Os rumos tomados pela política industrial no governo Lula e o destaque dado à exportação de *commodities* e importação de produtos com alto valor agregado incidem diretamente no perfil de emprego gerado e no papel da Educação na formação da força de trabalho. Consideramos que, em um contexto produtivo de elevada complexidade tecnológica pautado no incremento das áreas de pesquisa e desenvolvimento, passa-se a requerer qualificações mais complexas do conjunto dos trabalhadores, seja daqueles que estão diretamente ligados ao desenvolvimento de tecnologias e pesquisa, geralmente nas

universidades e outros centros de pesquisa, seja daqueles encarregados da sua aplicação. Tendo em vista que a qualificação profissional compõe-se de atributos vinculados às características da atividade produtiva, quanto maior for a intensidade tecnológica decorrente de pesquisa na área, maior tendem a ser as exigências colocadas para os trabalhadores que lidam com essas novas tecnologias, por isso Mineiro (2010, p. 156) faz a seguinte consideração:

A insistência em uma inserção exportadora de baixo conteúdo tecnológico deve ser vista também pelos efeitos que pode ter sobre as prioridades da Educação e do impulso ao desenvolvimento da geração de tecnologia e conhecimento no país, já que há uma baixa prioridade à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologia nesse padrão de inserção internacional, que requer poucos investimentos nestas áreas e gera poucas oportunidades de trabalho em uma área potencialmente nobre, que seria a de desenvolvimento de tecnologia e ciência.

Considerando que durante o governo Lula os indicadores de desemprego têm decaído juntamente com o crescimento da formalização e o emprego com carteira assinada, cabe questionarmos sobre o perfil dos empregos gerados diante do quadro de prioridades do governo exposto acima.

Pochmann (2010, p. 41-43), que identifica o governo Lula como social-desenvolvimentista, relata que o período do governo Lula acenou, ao romper com o neoliberalismo, para a retomada da construção de padrões próprios da sociedade salarial, processo interrompido desde a década de 1980. Pochmann (2008, p. 91) evidencia o crescimento do emprego no período 2003-2005 foi de 105 mil novos empregos formais, ao passo que em 1999-2002 foi de 34,5 mil e, para o período de 2008-2010, o governo estima 7,5 milhões de novas ocupações, quantidade muito superior ao período 1995 a 2002 com expansão de 769,9 mil empregos. Além disso, enfatiza o processo de formalização das relações de trabalho que corresponde à proporção de 8 a cada grupo de 10 novos postos de trabalho gerados no período (POCHMANN, 2010, p. 56).

Entretanto, se tivermos como referência o período 2003-2005, de acordo com o mesmo autor (POCHMANN, 2008, p. 120-129; 2010, p. 43 e 56), podemos notar que a maior parte dos empregos gerados ocorreu nos postos com baixa remuneração e que, portanto, exigem menor qualificação. Constata o autor (2008, p. 95) que “A recuperação do emprego formal no Brasil vem sendo mais favorável nos estados com uma base industrial de menor importância, sobretudo os mais associados às atividades primário-exportadoras e de comércio e serviços em geral”. O autor indica, ainda, que nos primeiros trinta meses do governo Lula, o total de novos postos de trabalho assalariado com carteira assinada caiu para pouco mais de um terço no setor

de serviços, diminuiu a participação da indústria de transformação no total dos empregos formais e aumentou, simultaneamente, o peso da ocupação na agropecuária, permanecendo inalterada a situação do emprego no comércio. Essa dependência da produção e exportação de bens primários promoveu o deslocamento do emprego para as regiões Centro-Oeste e Norte, com maior produção com esse perfil. Em período recente houve melhor desempenho no comportamento do emprego formal na região Nordeste, pois “[...] as demais regiões registraram perda de postos de trabalho formal nos trinta primeiros meses do segundo governo Lula em relação ao mesmo período do governo Cardoso” (POCHMANN, 2008, p. 93-94).

Apesar do número de empregos gerados e da formalização dos existentes,⁹⁹ o governo Lula não modificou substancialmente o perfil desses empregos, como podemos extrair do confronto dos dados acima com as profissões que estão entre as 15 que mais cresceram na década de 1990 no setor privado.¹⁰⁰ Notamos que há predominância dos empregos no setor de serviços, sendo apenas um deles na agricultura e nenhum na produção industrial. Desse modo, podemos dizer que há uma tendência em curso desde a década de 1990, apesar das variações de alguns elementos.

Com isso, a imprensa oficial tem apontado que o novo desafio em relação à geração de postos de trabalho é com a qualidade dos empregos gerados, com a respectiva melhoria da educação e formação dos trabalhadores, concomitante à elevação dos salários e da produtividade (MENDONÇA, 2011). Porém, esse é um problema que não se resolve apenas com política pública de qualificação profissional, mas diz respeito ao modo como o trabalhador insere-se na divisão internacional diante das opções políticas vigentes e do estágio de desenvolvimento da capacidade produtiva do país no contexto mundial.

⁹⁹ No período houve a formalização do trabalho de doméstica que entra no computo dos novos empregos gerados.

¹⁰⁰ São elas: trabalhadores de conservação de edifícios; professores de ensino médio; cozinheiros e assemelhados; trabalhadores do comércio e outros; trabalhadores de edifícios; garçons, barmen e assemelhados; recepcionistas; trabalhadores agropecuários e polivalentes; despachante e cobrador de transporte; professores não classificados; padeiros e confeitores; trabalhadores da construção civil e assemelhados; telefonistas e telegrafistas; professores de ensino pré-escolar; magarefes e trabalhadores assemelhados (POCHMANN, 2005, p. 73).

1.4.2 A política corporativa do governo Lula: a inclusão dos setores populares e de segmento do movimento dos trabalhadores no governo

Não temos dados objetivos para indicar as razões da aceitação do governo Lula ou mesmo inferir que sua reeleição e a vitória a presidência de Dilma Rousseff, ministra em seu governo e apoiada por ele, deva-se a algum programa de governo específico. Mas, podemos observar que a aceitação popular de Lula amplia-se com o decorrer do tempo. Se antes seu eleitorado compunha-se, sobretudo, de uma classe considerada intelectualizada e de diferentes frentes de movimentos sociais, agora, generaliza-se para a camada mais pauperizada da população¹⁰¹. Podemos citar ao menos três frentes de apoio a esse governo: a ala conservadora do capital financeiro que deseja a continuidade da política econômica; movimentos dos trabalhadores que se veem contemplados na estrutura corporativa do Estado; e a pobreza que se torna alvo de políticas focalizadas¹⁰².

A entrada de representantes do movimento dos trabalhadores nos órgãos de gestão do Estado provoca certa confusão na população sobre a atuação do governo junto aos movimentos devido, sobretudo, à forma peculiar de relacionamento introduzida no governo Lula. Antes de adentrarmos nessa discussão, é preciso relembrar a articulação do PT com esses movimentos¹⁰³ antes das eleições presidenciais.

Iasi (2006) apontou como o Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação que foi concomitante ao surgimento do *novo sindicalismo*, constrói-se pela aglutinação de diferentes frentes dos movimentos sociais e trajetórias de vida ligadas à defesa da bandeira de oposição às injustiças vivenciadas pelos trabalhadores brasileiros e ao autoritarismo imposto pela ditadura militar. Assim, “Na constituição deste amplo movimento e a culminação na criação

¹⁰¹ Braga (2010, p. 1) diz que o programa Bolsa Família garantiu a maciça adesão dos setores mais pauperizados das classes subalternas brasileiras ao projeto do governo. Oliveira, F. (2010a, p. 21) aponta que a mais óbvia interpretação para a vitória de Lula no segundo turno acentua a influência do Bolsa Família, que teria garantido a votação dos estratos mais pobres. Tanto que no Nordeste, região que recebe maior contingente assistencial do Bolsa Família, Lula ultrapassou 70% dos votos em quase todos os municípios. Entretanto, é preciso considerar o número de desinteressados pelas eleições presidenciais, segundo Oliveira, F. (2010a, p. 23), somam 31% do eleitorado. Para Oliveira, F. (2010 a, p. 23) essa porcentagem alta da indiferença significa que a política não toca no conflito de classe, mas o evita e trapaceia com ele, expresso na falsa divisão entre “pobres” e “ricos” proclamados pelo então presidente reeleito ao dizer que “os pobres haviam ganho as eleições”.

¹⁰² É provável que a aceitação popular do governo Lula decorra da inserção da camada pauperizada na esfera do consumo via política de transferência de renda e concessão de crédito consignado.

¹⁰³ Ainda que, como cita Oliveira, F (2010 a, p. 22), o segundo turno das eleições presidenciais mostrem o desprendimento de Lula do PT como indicador de que a política está centrada nas personalidades e que o partido nesta fase do capitalismo contemporâneo tem cada vez menos expressão, no que se refere à primeira eleição presidencial, é importante compreendermos a articulação que o PT havia construído com os movimentos sociais.

de um partido político, costuraram-se milhares de trajetórias particulares de vida que se chocaram com a ordem em diferentes pontos.” (IASI, 2006, p. 375)

No processo de redemocratização da sociedade na década de 1980, o PT não se limitou apenas à defesa da democracia no discurso, mas soube utilizar os mecanismos introduzidos pela constituição de 1988, que abria a possibilidade para a participação em diversos espaços da vida cívica: seja por canais formais como o voto, seja pela participação direta por meio da instauração de referendos, audiências públicas, iniciativas populares de leis, orçamento participativo e conselhos para se formular as políticas públicas. Nesse sentido, o PT foi um partido que inovou ao concretizar princípios presentes nesta constituição e, de forma bastante original, introduziu a experiência do orçamento participativo. Faria (2009, p. 156) salienta que o PT teve um papel ímpar como articulador institucional das demandas societárias pela ampliação destes novos espaços, como ocorreu com a implantação do orçamento participativo em Porto Alegre e com as experiências conselhistas, em que muitas contaram com membros do partido na articulação. Para a autora, o governo Lula nasce sob esse signo de apoio e ampliação dessa rede participativa que foi fundada e fundadora do partido.

Durante o governo Lula, novos espaços participativos foram criados como sinal de efetivação¹⁰⁴ de um discurso que fazia parte do repertório do PT¹⁰⁵, entre eles estão a criação de 11 conselhos e a estruturação de nove dos 64 existentes, a realização de 38 conferências nacionais e três internacionais pelo governo federal.¹⁰⁶ (FARIA, 2009, p. 165).

Para Faria (2009, p. 171), a confecção de um método participativo surge da intenção do governo Lula criar um tipo diferente de governabilidade, uma vez que este governo cria a Secretaria Geral da Presidência (SG-PR)¹⁰⁷ para efetuar o diálogo com os movimentos organizados da sociedade civil, enquanto a Casa Civil é encarregada de estabelecer o diálogo entre os poderes instituídos. Assim, afirma Faria (2009, p. 177):

¹⁰⁴ Assim como Faria (2009, p. 169), compreendemos que os novos canais de participação, embora relevantes, dizem pouco sobre a qualidade da prática democrática no seu interior, por isso, no capítulo 3, temos a intenção de explicitar as contradições que envolvem a atuação do CNES.

¹⁰⁵ Aspecto que era tradição do PT nas prefeituras dos vários municípios desde as primeiras experiências em funções executivas. Um exemplo que ficou conhecido internacionalmente foi a experiência com o orçamento participativo, em Porto Alegre, implementado pela gestão de Olívio Dutra do PT, que assumiu a prefeitura e, em 1998, o governo do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁰⁶ Entre essas criações, incluem o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e as Conferências Nacionais de Economia Solidária I e II (I e II CONAES), sendo a I CONAES convocada pelo governo federal.

¹⁰⁷ A Lei nº 10.683/2003 reza que a atribuição da Secretaria “[...] é assistir o Presidente da República no desempenho de suas atribuições no que se refere ao relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil e à criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do poder executivo” (FARIA, 2009, p. 171).

Ao assumir a presidência da República, o governo Lula, seguindo o discurso e a tradição petista de governar, construiu bases de um novo pacto com a sociedade civil organizada por meio da criação e institucionalização de novos espaços participativos. Exemplos dessas iniciativas encontram-se na criação do CDES, nas novas funções assumidas pela SG-PR, no incentivo à formação de novos fóruns participativos, na elaboração e revisão de um método participativo e na criação do Grupo de Trabalho paritário entre governo e sociedade civil organizado para discutir e aperfeiçoar este mesmo método. Tais iniciativas são exemplos inequívocos da disposição deste governo de ampliar suas bases de negociação e sustentação política para além dos atores politicamente instituídos como parlamentares, prefeitos e governadores.

Fica evidente a presença dos canais institucionais que se proclamam promotores da participação dos movimentos sociais organizados no governo Lula. A criação desses canais de participação indica o esforço do governo Lula em responder aos movimentos dos trabalhadores que fizeram parte da trajetória do PT e que compartilharam com o partido as teses de democratização dos espaços institucionais por meio da participação nas estruturas de decisão do Estado. Nesse sentido, podemos notar que a participação também é uma conquista e arma dos trabalhadores, como expressou Motta (1982, p. 15), ao reivindicar a tomada de decisão nas estruturas administrativas do Estado e consolidá-la na legislação, como na Constituição Federal de 1988. Contudo, o outro lado da questão é que, ao contemplar representantes desse segmento da população, consegue apoio que, caso contrário, poderia constituir-se em forte oposição.

Entretanto, o termo participação não se esgota em si mesmo, mas está condicionado aos arranjos sociais que expressam determinados conflitos, avanços técnicos, administrativos e também o aperfeiçoamento político. Motta (1982), ao discutir a cogestão na Alemanha¹⁰⁸, mostra como a introdução da participação na ideia de cogestão foi um meio de se exercer a dominação na estrutura fabril e contar com o apoio sindical para tornar legítimas as decisões necessárias às empresas, ainda que os trabalhadores tenham reivindicado por voz na tomada de decisões. Além disso, a preocupação com a participação pelos burocratas e capitalistas surge naquele país com a crescente impossibilidade de administrar o conflito apenas por meio da coação física e, por isso, as ideologias participacionistas proliferam após a II Guerra

¹⁰⁸ Motta (1982) refere-se, especificamente, às formas de participação instauradas no interior das empresas em diferentes países por meio de diferentes perfis de conselhos de trabalho e comitês de empresa. Mas, julgamos que as formas como se consolidam os canais de participação não diferem em essência daqueles constituídos no âmbito do Estado, por isso fizemos tal analogia. Quando o Estado institucionaliza a participação e constituiu seus conselhos de caráter tripartite e consultivo há uma similaridade à participação administrativa analisada por Motta no âmbito da empresa. Segundo o autor (1982, p. 15-16), alega-se que uma intenção da constituição dos comitês de caráter consultivo-administrativo é que eles se organizam por representação e reduzem a burocratização, em especial, a distância entre dirigentes e dirigidos ao buscar equilíbrio interno. Essas comissões existiram em diversos países da Europa Ocidental, como na França (*Comité Interprise*), Inglaterra (*Labor-Management Joint Committee*), Espanha (*Jurados de Empresa*), em Israel (*Histardrutt*), na Alemanha (*Betriebstrat*), entre outros lugares.

Mundial com o fim do totalitarismo nazista (MOTTA, 1982, p. 11). No caso específico do governo Lula, a participação na estrutura do Estado pode constituir-se em uma forma mais sutil de instaurar o controle, que é uma das funções do Estado capitalista moderno¹⁰⁹.

A criação de instâncias institucionais destinadas à relação com os movimentos organizados da sociedade civil não é um fato isolado, há outras formas de se contemplar frentes dos movimentos que foram bastante utilizadas pelo governo, como, por exemplo, a indicação de membros representantes de algumas frentes do movimento dos trabalhadores para ocuparem cargos na estrutura administrativa do Estado. Boito (2003, p. 6) menciona que o núcleo duro do novo sindicalismo – representado, principalmente, pelos trabalhadores do setor automobilístico – que conseguiu, por meio da luta, conquistar melhores condições de vida e trabalho quando comparado com a massa dos trabalhadores, compõe a equipe governamental como: Ministro do Trabalho (Ex-presidente da CUT); Previdência (sindicato bancário). Além disso, segundo o autor, uma centena de sindicalistas estaria ocupando cargos na administração e nas empresas públicas. Sampaio (2012, p. 1) assevera que o governo Lula foi nefasto porque cooptou e paralisou o movimento popular, ao cooptar as lideranças transformou o movimento em ONGs e terceirizou uma série de serviços que são do Estado como meio de passar dinheiro para as ONGs. Esta também é a posição de Oliveira (2010a, p. 25) ao dizer que, já no primeiro turno, o então presidente havia sequestrado os movimentos sociais, além do Ministro do Trabalho ser o ex-sindicalista influente na CUT, outros sindicalistas estão à frente de poderosos fundos de pensão das estatais, que ocasionou praticamente o desaparecimento de alguns movimentos sociais da agenda política. Carcanholo (2006, p. 34) destaca que o governo Lula tem conseguido reduzir a capacidade de oposição dos movimentos populares por meio da cooptação das lideranças e, ao mesmo tempo, dividindo-as; e que a CUT tem uma relação oportunista com o governo, além disso, aceita muitos aspectos das teses neoliberais.

Sobre a atuação dos movimentos sociais, há divergência entre a análise de Oliveira F. (2010a, p. 25) e Boito (2003, p. 15), pois, enquanto o primeiro fala sobre o arrefecimento dos movimentos sociais, incluindo o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra); o segundo salienta que o MST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), o MMC (Movimentos de Moradia no Centro) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) não têm servido de base de apoio ao movimento neoliberal do governo, ao contrário, o MST e

¹⁰⁹ Embora também consideremos, assim como Motta (1982, p. 15), que ela seja uma conquista dos trabalhadores.

o MTST exercem forte pressão sobre ele ao promoverem ocupações em todo o país, fato que tem alarmado o latifúndio, a burguesia e a imprensa.

A criação de instâncias de negociação com os movimentos sociais, a proliferação de conselhos e conferências, aqui também cabe acrescentar a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária,¹¹⁰ como expressão de atendimento às demandas dos movimentos sociais, e a incorporação de lideranças sindicais nos órgãos do governo são indicadores que podem ser utilizados para afirmar a expressão que os movimentos sociais tiveram no governo Lula. Entretanto, a esses acontecimentos precisam ser acrescentados outros elementos que permitam melhor avaliar a atuação dessas instâncias. Faria (2009, p. 170) alerta que, para que essa interlocução ocorra de forma inclusiva, no caso dos conselhos, é preciso averiguar como acontece a representação da sociedade, quem tem poder de agenda, como as decisões são alcançadas e quais os impactos dela na política pública, caso contrário, o ineditismo da proposta valorizado nos documentos oficiais será obscurecido pela ausência de impactos reais¹¹¹.

Outro aspecto que incide sobre a formulação de políticas públicas e diz respeito à estrutura de organização dos Conselhos em geral, como órgão colegiado de caráter tripartite, é a defesa pelo governo Lula do *Contrato social* como uma forma de se fazer política e contemplar as aspirações da sociedade civil pela busca do consenso. A concepção de contrato social é velha conhecida do liberalismo¹¹² e, no governo Lula, tem servido como instrumento de flexibilizar direitos dos trabalhadores, entre eles, podemos citar o projeto de reforma

¹¹⁰ Reivindicação dos movimentos sociais que compunham o GT brasileiro no Fórum Social Mundial atendida pelo presidente Lula.

¹¹¹ No capítulo 3, que trata da análise da política da SENAES, avançaremos para explicitar as contradições no caso do conselho desta Secretaria.

¹¹² Bobbio (2005, p. 15) assinala que a teoria do contrato social difunde a ideia de que o poder político apenas é legítimo se fundado sobre o consenso daqueles sobre os quais deve ser exercido, ou seja, um acordo entre aqueles que decidem se submeter a um poder superior e com aqueles a quem o poder é confiado. Neste caso, pressupõe-se que os indivíduos tenham direitos que não dependem da instituição de um soberano e que a instituição do soberano tem a função de permitir a explicitação desses direitos compatível com a segurança social. Uma leitura mais crítica a respeito do liberalismo encontramos em Brown (2009) que, numa perspectiva marxista de análise, considera que o liberalismo, cujo ideário é hoje predominante na economia e na política, é uma articulação entre o poder soberano e a economia que fundamenta as coordenadas da política moderna. O autor considera que ele não é produto de grandes rupturas históricas, como ocasionado pelas revoluções Francesa e Industrial, mas expressa a continuidade com o regime anterior que, antes de ser fundamentado na religião e nas explicações pela transcendência, estabelecia sua base na soberania. Assim, o autor não opõe absolutismo e liberalismo, ao contrário, argumenta que o liberalismo não surgiu do nada para se contrapor ao absolutismo, mas evoluiu deste: “*Al margen de estas ilusiones de eternidad y universalidad profundamente marcada por su época, el suelo en que o liberalismo echa sus primeras raíces es el del Estado moderno europeo y más em concreto, el de la monarquía absoluta. Por mucho que esto suene hoy a paradoja a unos oídos largamente educados por el propio liberalismo, el liberalismo é uma das grandes opciones históricas do absolutismo. No es, em modo alguno, como suele creerse, o liquidificador del antiguo régimen absolutista, teocrático y feudal es mucho más um elemnto de la mitología del próprio liberalismo que um reflexo de su realidad histórica*” (BROWN, 2009, p. 23).

sindical deste governo¹¹³. Além desse objetivo fundamental de flexibilizar direitos sociais, há o de cooptação dos sujeitos políticos e sociais. Del Roio (2004) coloca que o PT, ao chegar ao poder representando uma burocracia sindical que busca pontos de convergência com todas as frações do capital, difunde o contrato social para conquistar os sujeitos políticos e sociais.

“O novo ‘contrato social’ nada mais é do que a perspectiva de um novo corporativismo ensejado pela reestruturação do capital e pela política neoliberal, que vincula pequenas frações do mundo do trabalho diretamente e em rede ao capital” (DEL ROIO, 2004, p. 81).

A premissa de que há um consenso entre classes antagônicas depreende das políticas públicas ao salientar o caráter de concertação¹¹⁴, tripartitismo e paritarismo como suficiente na definição das diretrizes das políticas. Este é o caso das políticas de qualificação no Brasil, pois tanto o PLANFOR como o PNQ ressaltam essa característica como indicadora da participação dos diferentes segmentos na sua elaboração e do caráter democrático do processo, como podemos constatar:

Art. 2º A operacionalização do PNQ dar-se-á em sintonia com os planos plurianuais do Governo Federal e em observância aos seguintes princípios: [...]
III. Diálogo e controle social, tripartitismo e negociação coletiva; [...]
(BRASIL, Resolução nº 575, 2008)

O PLANFOR é implementado de forma participativa, descentralizada, fortalecendo a capacidade de execução local [...]. (BRASIL, 2001, p. 5).

Notamos o intuito dos dois planos em se constituírem com base em um processo democrático por meio da participação dos três segmentos (Estado, trabalhadores e

¹¹³ Druck (2006, p. 334-336) menciona que o projeto de reforma sindical (Projeto de Emenda Constitucional – PEC 369/05), enviado ao Congresso Nacional pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT), foi anunciado como fruto de consenso conquistado entre as bancadas representativas dos trabalhadores, dos empresários e do governo, contudo, a autora ressalta que nas Conferências estaduais não houve consenso e sim inúmeras discordâncias, como o caso do Estado da Bahia cuja posição defendida foi eliminada do projeto. A nova reforma sindical prevê modificações radicais no que se refere ao papel do Estado e sua relação com os sindicatos, algumas das mudanças a serem introduzidas referem-se: os sindicatos deverão ser legalizados, registrados ou cassados por um conselho tripartite cujos membros devem ser nomeados pelo MTE; haverá o reconhecimento das centrais sindicais por parte do Estado cessando sua autonomia de organização; a substituição da contribuição sindical por contribuição financeira compulsória a ser recolhida e distribuída pelo Estado; regulamentação do direito de greve em benefício da implantação da negociação coletiva, assim cabe implantar exigências e penalidades aos trabalhadores que desrespeitarem o contrato, como por exemplo, avisar 72 horas antes da greve e liberar o empresariado para contratar trabalhadores temporários como substitutos dos grevistas. Assim, a negociação coletiva entre trabalhadores e empresários baseada na negociação tripartite consiste em procedimentos fundamentais e obrigatórios para regulamentar a relação capital e trabalho no interior da própria organização dos trabalhadores.

¹¹⁴ O termo Concertação é uma tradução do espanhol *Concertación*, que não apresenta uma tradução para português. Nos documentos oficiais o termo é empregado no sentido de acordo tripartite com vista ao consenso.

empresários), o que reflete a estrutura do Conselho (Codefat) que, de acordo com a legislação, tem a função de elaborar, avaliar, fiscalizar e destinar os recursos para a execução dos planos.

Para vislumbrarmos o que significa o emprego destes termos na prática social e visualizarmos seu alcance, é necessário remetermos às orientações mais amplas advindas do liberalismo e de sua versão atual, o neoliberalismo. Desse modo, Brown (2009, p. 196) destaca que, se aplicarmos na política a teoria dos custos de transação e racionalidade econômica do modelo imperialista, um número cada vez maior de funções assumidas por entes públicos deve passar à sociedade civil e ao mercado, porque a transferência de competência e o voluntariado têm custos menores do que a gestão pública nesta área, por isso se proliferam as privatizações e terceirizações de funções nas empresas e na administração pública.

Neste sentido, para Brown (2009, p. 197), a governabilidade significa transferir para a sociedade civil a gestão dos assuntos públicos com a consequente redução do papel das instâncias políticas. Assim, a sociedade civil em âmbito municipal, regional, estadual e nacional passa a adquirir um papel preponderante na elaboração, aplicação e fiscalização das distintas políticas. *“Idealmente, a lo que a gobernanza debería conducir es a una desaparición del Estado como instancia de determinación del interés público y a la substitución de las normas legales por formas flexibles de regulación.”* Com isso, quer-se dar a impressão de que a substituição do Estado democrático por uma série de transações contratuais introduziria maior liberdade e capacidade de iniciativa de todos, o problema é que a concepção de liberdade assenta-se no estado de natureza, próprio do liberalismo que despreza a liberdade das condições objetivas da vida social (BROWN, 2009, p. 197). Se como defende o autor, o espaço público, ao menos em tese, seria a única e frágil garantia de igualdade dos cidadãos, notamos que a tendência em transformar espaços públicos, onde direitos dos trabalhadores foram duramente conquistados, em arena de negociação coletiva entre indivíduos representantes formais de algumas categorias profissionais direciona a privatização deste espaço¹¹⁵, como é o caso da gestão do Codefat. Essa tendência é concreta

¹¹⁵ Bobbio (2005, p. 15) explica que o une a doutrina do direito do homem e o contratualismo (ou contrato social) é a comum concepção individualista da sociedade, concepção segundo a qual existe o indivíduo singular com seus interesses e suas carências, que tomam a forma de direito conforme uma hipotética lei natural, e depois a sociedade, e não vice-versa, assim o contratualismo faz da sociedade algo não mais natural, mas decorrente da criação individual para satisfação de seus interesses e carências. A exacerbação do indivíduo como ator principal no Contrato social nos moldes do liberalismo desconsidera que o sujeito só pode ser compreendido no âmbito das relações sociais que estabelece com outros homens em espaço determinado e numa dada temporalidade. E, neste caso, a noção de indivíduo só pode ser uma abstração. É porque o sujeito constitui-se com base na relação com outros que a política torna-se elemento fundante de toda ação social ao longo de sua existência e da existência dos homens. A política refere-se ao estabelecimento de regras e condutas necessárias à vida coletiva e, nessa medida, constitui a cultura. A esse

na política pública vigente no âmbito do Codefat que regulamenta os planos de qualificação profissional na versão PLANFOR e PNQ.

Dizemos isso, pelos mecanismos flexíveis que se vão se instaurando sob o discurso de participação e negociação coletiva. Theodoro (2002, p. 19-22) menciona que, no caso do Codefat, órgão de suma importância dado que sua dotação orçamentária supera a do MTE, há grande dificuldade de se efetivar a gestão colegiada devido a: falta de legitimidade da representação dos trabalhadores, uma vez que há o predomínio de algumas centrais sindicais, como a CUT, em detrimento de outros órgãos; dificuldade em destinar recursos, supervisionar e avaliar política, tendo em vista que prevalecem os interesses dos grupos representados que, ao assumir a função de gestor e beneficiário, ao mesmo tempo, desvirtuam a função gestora do conselho; interferência do Ministério do Trabalho na escolha de centrais sindicais afinadas com a linha da ação governamental, como a Social Democracia Sindical. Além disso, o autor observa que a CUT¹¹⁶, num primeiro momento, mantinha uma postura crítica aos encaminhamentos do conselho e, com o tempo, adequou-se à estrutura corporativa por ter participação progressiva na utilização dos recursos do FAT, inclusive para desenvolver ações de qualificação. Theodoro identifica que o problema está no desenho institucional do conselho, que precisa ser revisto. Nossa posição a respeito é divergente, pois acreditamos que esses conflitos pontuais expressam a oposição entre as classes no interior da estrutura governamental, reflexo da luta de classe, e assinala para a impossibilidade de se estabelecer o consenso desejado pela democracia liberal. Ao mesmo tempo, observamos a adaptação em decorrência dos mecanismos de engajamento e o arrefecimento da oposição.

respeito, Bruno (2009) argumenta que o homem como ser político é o fundamento do homem como ser social. Vygotski (1997) assinalava que a constituição de todas as potencialidades subjetivas dá-se mediada pela cultura, compreendida como ação coletiva entre os homens no seu processo de transformação e apropriação da natureza. Por essa razão, o autor considera central a linguagem no processo de aprendizagem do homem, pois, ao criar formas conceituais de compreensão da realidade, aperfeiçoa a relação dos homens entre si e no mundo, modifica substancialmente essa relação ao ampliar a possibilidade de interferência na vida social e suas potencialidades humanas.

¹¹⁶ Castioni, Medeiros e Paulino (2012) observam que as centrais sindicais advogaram em causa própria ao se utilizarem dos cargos ocupados na gestão da política pública, no Codefat, para se beneficiar do PLANFOR. Os autores citam como exemplo a Resolução nº 197/1998 elaborada pelo CODEFAT que permitiu às Centrais Sindicais captarem recursos do FAT. Segundo os autores, foi isso que possibilitou a Força Sindical construir em São Paulo o Centro de Solidariedade do Trabalhador; a CUT a Central de Trabalho e Renda de Santo André; a CGT a Agência Integrada de Apoio ao Trabalhador (AGIT) em Belo Horizonte, a SDS no Rio de Janeiro e a Central de Apoio ao Trabalhador (CAT). Os autores estimam que 700 milhões foram transferidos para as centrais entre 1998-2002. E afirmam que o que mobilizou as centrais a desenvolverem ações de qualificação foi o fato de ser a formação profissional a nova fonte de financiamento da burocracia sindical, afetada com a redução das bases sindicais e o fim do imposto sindical. Complementam: “A questão da qualificação profissional também, foi uma forma dos sindicatos vincularem-se assistencialmente com a base sindical, a exemplo do que ocorreu no passado com o atendimento médico-dentário, clubes de campo, etc” (2012, p. 3-5).

Ao participar da estrutura da gestão do Estado, mecanismos são acionados para ocorrer a adaptação ou o consenso. Assim, as experiências de gestão colegiada e contrato social vivenciadas pelos diversos conselhos, ao transformarem as questões políticas em problema de gestão, estão mais próximas ao processo que Brown (2009, p. 198) denomina de despolitização e neutralização de todo o antagonismo político como condição para que se triunfe o governo das coisas.

Desse modo, a chamada dos movimentos sociais para o diálogo e participação na estrutura corporativa do Estado parece significar o que Oliveira (2009, p. 56) denomina de *hegemonia às avessas*¹¹⁷. O conceito caracteriza o consentimento da classe dirigente aos dirigidos para participarem da estrutura do Estado e deliberar sobre assuntos da vida pública, permitindo a direção moral da sociedade defendida nas lutas sociais contra a ditadura. Contudo, ao governo Lula assentar-se na estrutura do Estado, despolitiza e converte a pobreza e a desigualdade em problemas de administração, funcionalizando-as. Assim, desde que não alterem os rumos do modelo econômico predominante, entendemos que algum nível de participação seja possível na estrutura do Estado. Neste caso, faz sentido a afirmação de Bobbio (2005, p. 36), de que o liberalismo dos modernos e a democracia dos antigos (referindo-se à democracia grega) foram considerados antitéticos, em que um não pode evoluir sem limitar ou impedir o outro, bem como de que os modernos liberais nasceram exprimindo uma profunda desconfiança para com toda a forma de governo popular, embora saibamos que sejam defensores de um certo tipo de democracia.

Isso nos leva a questionar acerca do significado da democracia liberal desvelados ao contrapormos Bobbio a Brown. Bobbio (2005, p. 42-43) salienta que não só o liberalismo é compatível com a democracia, mas que a democracia pode ser considerada o natural desenvolvimento do Estado liberal, se tomada não pela dimensão da igualdade, mas se considerar a fórmula política da soberania popular. Acrescenta que:

O único modo de tornar possível o exercício da soberania popular é a atribuição ao maior número de cidadãos do direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões; em outras palavras, é a maior extensão dos direitos políticos até o limite último do sufrágio universal masculino e feminino [...]. (BOBBIO, 2005, p. 43).

Notamos a indiferença entre a opção pela democracia direta ou indireta, isso ocorre porque ela encontra-se despregada da sua fundamentação social e está subjacente, que ela

¹¹⁷ O autor reflete com base no conceito Gramsciano, invertendo-o para se pensar nas formas de dominação própria da era globalizada.

pode desenvolver-se até o limite que é não atingir o governo do povo para o povo sem representação. Para Brown (2009, p. 210-211), a fundamentação social da democracia no capitalismo e no governo liberal inerente a ele perpetua e reproduz a hegemonia do mercado dentro dos limites de adaptação das tensões sociais, por isso diz que “*Esta flexibilidad relativa hizo posible la realización de políticas reformistas a la vez que imposibilitaba toda forma de revolución social llevada a cabo dentro de um marco legal*”. Em contraposição à perspectiva da democracia liberal, o autor defende a ditadura do proletariado assentada em outro marco social caracterizado pela generalização das formas de cooperação direta no âmbito produtivo.

Há uma radicalidade necessária à democracia, dada pelo contexto social de transformação das relações de trabalho em direção à apropriação pelos produtores dos meios de produção de modo que possam organizar sua vida política e social. Este é um conteúdo da democracia que a diferencia em essência daquela vislumbrada pelo liberalismo, que ao reconhecer a luta de classe como fundamento desta sociedade, tem como horizonte a apropriação pelos trabalhadores da organização da vida social com novas relações sociais na produção em oposição às formas de controle e usurpação do trabalho alheio.

Neste sentido, cabe averiguarmos no PNQ as contradições explicitadas, bem como a compreensão e o tratamento direcionados ao incorporar a diversidade de experiências de trabalho cooperado com diferentes sentidos e objetivos.

2 O PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA DO GOVERNO LULA

2.1 A Institucionalização do PNQ no Governo Lula

Acreditamos que o PNQ no governo Lula, entre outros sentidos que possa vir a ter, um deles é promover a ideologia da inclusão social. Dizemos ideologia da inclusão, no sentido de inversão e falseamento da realidade¹¹⁸, já que se sustenta na ideia de redução da pobreza ao mesmo tempo que a efetivação do plano apresenta possibilidade de ação cada vez mais reduzida.

Em meio aos vários aspectos de continuidade entre PLANFOR e PNQ¹¹⁹, observamos nos objetivos dos planos a inclusão social com repercussão na redução da pobreza (BRASIL, 2000, 2003). Essa orientação, especificamente no PNQ, coaduna-se com a identidade que quer ser reconhecido: Plano de Qualificação Social e Profissional.

O reforço do caráter social na identidade do PNQ está amplamente difundido nos documentos legais de referência (BRASIL, 2003, 2008), no seu atrelamento ao novo Plano Plurianual (2004-2007)¹²⁰. Além disso, o termo é reconhecido pela literatura que discute o tema, concordando ou não com esse caráter. Na defesa desta perspectiva, Oliveira considera que:

Em primeiro lugar, a qualificação profissional é afirmada na perspectiva do direito social. Devendo, nesses termos, ser objeto de uma política nacionalmente articulada, controlada socialmente, sustentada publicamente e orientada para o desenvolvimento sustentável, para a inclusão social e para o desenvolvimento da cidadania. (OLIVEIRA, 2005, p. 26-27).

¹¹⁸ Não desconhecemos que o termo assume outros significados conforme a corrente metodológica e teórica de referência. Aquelas que se opõem à apropriação marxista do termo tendem a identificá-lo como visão de mundo que expressa o conjunto das representações sociais independente de sua filiação de classe. No sentido a que nos referimos acima encontra sustentação na perspectiva marxista já que a intenção é justamente demonstrar o falseamento que reveste a realidade ao difundir conceitos e ideias que não correspondem ao movimento histórico e social em curso no momento em que tais ideias proliferam-se.

¹¹⁹ Alguns foram abordados no primeiro capítulo, outros foram desconsiderados por entendermos não ser o foco deste estudo.

¹²⁰ O Plano Plurianual (2004-2007) traz mega-objetivos nos quais se insere a qualificação social profissional (QSP) do PNQ. São os mega-objetivos: a) inclusão social e redução das desigualdades sociais; b) crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; c) promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia (OLIVEIRA, 2005, p. 25).

“Sob tal perspectiva, mais do que uma ação formativa de conteúdo técnico, visando tão somente uma inclusão produtiva, a qualificação deve orientar-se na busca de uma inclusão cidadã. Trata-se, portanto, de uma qualificação social e profissional” (OLIVEIRA, 2005, p. 27).

Para Oliveira, essa orientação do PNQ sustenta-se em um conceito amplo de qualificação, entendido como práticas e significados socialmente construídos.¹²¹ Isso porque considera que a política pública de qualificação assenta-se em um novo ambiente institucional e sofre reorientação política, conceitual, institucional, ética e operacional, conforme indicado no próprio PNQ (BRASIL, 2003 apud OLIVEIRA, 2008, p. 58). Moraes (2005, p. 25) também salienta esse aspecto ao afirmar que o PNQ é uma das ações políticas do governo Lula que faz parte de um programa que concebe a qualificação como uma construção social, um direito, uma política pública de inclusão social e de desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e renda.

As afirmações acima apresentam apenas uma dimensão do plano: aquela como ele aparece para a sociedade, pois o PNQ e as resoluções baseadas nele confirmam esse caráter.

Art. 3º - Define-se como qualificação social e profissional as ações de educação profissional que colaborem para inserção do trabalhador no mundo do trabalho e que contribuam para: [...]

IV - A inclusão social do trabalhador, o combate à discriminação e a vulnerabilidade das populações; (BRASIL, RESOLUÇÃO nº 575, 2008)

Art. 1º § 2º - Define-se qualificação social e profissional, no âmbito desta resolução como aquela que permite a inserção cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para consecução dos objetivos descritos no Art. 2º; [...]

Art. 2º; IV - Inclusão social, redução da pobreza, combate a discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações; [...]. (BRASIL, 2003, p. 1).

Entendemos que essa orientação do PNQ encontra-se em sintonia com os demais programas que vigoraram no governo Lula que, em contraponto à política econômica adotada, direciona ações sociais via política compensatória à população em situação de extrema pobreza sob o discurso de inserção na esfera do consumo. Esse tipo de política teve ampla divulgação no governo Lula, mas não é obra do seu governo e nem do anterior como se expõe nas propagandas políticas e debates eleitorais, opinião também de alguns intelectuais¹²². Brown

¹²¹ Em especial na sociologia do trabalho que se destina ao estudo da qualificação é conhecida a discussão em torno do significado do termo. Oliveira (2005) fundamenta-se no conceito de Castro (1993 apud OLIVEIRA, 2005), que concebe a qualificação inserida na luta de classe entre capital e trabalho.

¹²² Almeida (2004) coloca que o governo Lula é marcado por misto de continuidade e mudança, entre as continuidades estão a política de transferência de renda como o Fome Zero e o Bolsa Família que unificou as ações do governo FHC, como: cartão alimentação, distribuição de cestas básicas de alimento, criação de restaurantes populares e banco de alimentos, compra de alimentos de agricultores familiares, educação alimentar, construção de poços artesianos e habitação popular, distribuição de leite e alfabetização.

(2009, p. 194-195) recupera muito bem essa orientação pragmática dos organismos multilaterais aos países do primeiro e terceiro mundo no processo de globalização, ao relatar que os programas monetaristas de ajuste estrutural, destinados ao combate à inflação e ao saneamento do gasto público nos setores sociais, são considerados pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional como estratégia de redução da pobreza e denominados *buena gobernaza* (lê-se boa governabilidade). Atender a esses imperativos demanda um conjunto de ações a serem empregadas pela sociedade civil, como indica Brown (2009, p. 194-195):

La buena gobernaza es en este contexto la disciplinada aplicación de los planes de ajuste estructural ahora radicalizados y orwellianamente denominados “estrategias de reducción de la pobreza”. Naturalmente, las sociedades también tienen un importante papel que desempeñar cuando el Estado ha abandonado sus políticas sociales y sus planes de desarrollo autocentrado: y los actores de la “sociedad civil” a los que constantemente se apela son Organizaciones No Gubernamentales que, intentando paliar los efectos más destructivos del sistema, se convierten en pilares del mismo, cuando no son directamente empresas privadas interesadas en el negocio humanitario.

A esta gobernanza que a escala nacional palia o más bien gestiona los efectos de las políticas neoliberales hay que añadir la gobernanza económica mundial flexiblemente articulada que coordina a nivel planetario estas políticas: entre sus principales agencias figuran el FMI, el Banco Mundial, la OMC, el Foro Económico Mundial y las instituciones de la Unión Europea. Junto a estas instituciones, hay que contar entre los nuevos gobernantes fácticos del planeta a las grandes empresas transnacionales, convertidas en poderosos actores políticos capaces de imponer su voluntad a los Estados colectivamente, a través de los organismos económico-financieros mundiales, o incluso de forma estrictamente individual: como Monsanto, que fue capaz de imponer la introducción masiva de cultivos transgénicos al gobierno federal brasileño (pero no al del Estado do Rio Grande do Sul) y al de los Estados Unidos.

Essa orientação para redução da pobreza materializa-se, no caso brasileiro, nos vários programas do governo federal, entre eles está o PNQ, que a contempla em um de seus objetivos. Esse aspecto não é acessório, mas se constitui fundamento que define o plano quando afirma sua identidade social, tendo em vista a inclusão da população mais vulnerável, conseqüentemente, aquela que se encontra ou está sujeita à situação de miséria.

A questão subjacente é que essa perspectiva de redução da pobreza ocorre em concomitância ao desmonte dos direitos sociais. Portanto, podemos notar que ela não é tão incluyente como difunde o discurso, bem como não pode ter como horizonte a eliminação da pobreza ainda que a longo prazo. Na verdade, são mecanismos para remediar a condição de absoluta miserabilidade que comprometeria o desenvolvimento do mercado produtivo e consumidor e impediria a reprodução ampliada do capital. Por essa razão, as políticas públicas que se destinam a reduzir a pobreza podem conviver com o desmonte dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores nos seus processos de luta. Cabe considerar, ainda, que a

consecução deste objetivo deverá ocorrer em crescente integração com outros programas do FAT, entre eles a Economia Solidária, conforme previsto no PNQ, art. 2º § 1º (BRASIL, 2003).

Além do controle da miserabilidade explicitado no Plano, temos que considerar a inclusão da Economia Solidária no PNQ perpassada pela luta de classe, pois o trabalho associado, em especial na América Latina¹²³, tem demonstrado potencial de organização em benefício do trabalho. Historicamente, a expulsão do trabalho das mulheres e crianças da fábrica foi compensada com o aumento do trabalho na escola (inclui-se outras instituições de treinamento da força de trabalho) e no lar como forma de disciplinar a força de trabalho (CLEAVER, 1981, p. 98). Com isso, queremos dizer que as forças excluídas do mercado de trabalho formal e que constroem formas de subsistência valendo-se da articulação dos trabalhadores entre si não estão isentas dos mecanismos disciplinares. A formação da força de trabalho, além do treinamento específico, também é um poderoso instrumento para disciplinar os trabalhadores.

Ao longo da discussão deste capítulo, pretendemos demonstrar como a dimensão social propagada pelo PNQ reflete apenas a aparência, pois, ao confrontarmos com a essência¹²⁴, aqui entendida como a inserção na realidade, verificamos a pouca condição que tem de promover a inclusão social. Neste item, discutiremos alguns aspectos gerais do Plano para, no próximo, aprofundarmos a discussão sobre a sua aplicação na denominada Economia Solidária, com base na experiência da Rede Abelha.

Selecionamos a universalização e a focalização com o intuito de argumentar que o previsto na legislação, na sua aplicação, toma rumos bastante diferentes.

¹²³ Vieitez e Dal Ri (2009, p. 99) trazem que, em reação ao imperialismo neoliberal, que atua como precarizador do mercado de trabalho e dos direitos sociais e políticos, contingentes de trabalhadores na América Latina vêm se associando com o propósito de obter o controle das unidades de produção. Para os autores o controle de unidades econômicas pelos trabalhadores pode ser uma maneira de salvar postos de trabalho sob ameaça imediata de extinção. Os autores discutem a experiência da Zanón, indústria de cerâmica situada na cidade de Neuquén na Argentina, e a consideram como uma organização com peculiaridades democráticas surpreendentemente inovadoras e avançadas. Além disso, acentuam que nos países em que o neoliberalismo incidiu de forma mais radical foi justamente onde as experiências dos trabalhadores têm sido mais autênticas do ponto de vista da sua auto-organização, como ocorre na Venezuela e Argentina. Novaes (2011) menciona que as experiências de trabalho associado proliferadas pela América Latina têm demonstrado alcances diferenciados, e em alguns países, como é o caso da Venezuela e da Argentina, tais experiências tendem a estabelecer um confronto mais incisivo contra o capital, ao passo que no Brasil o movimento de Economia Solidária tem sido menos incisivo nessa crítica, o que pode conduzir a adaptação à sociedade capitalista.

¹²⁴ Ao tratarmos da aparência e da essência, tomamos como base a discussão de Kosik (1996), ao afirmar que para apreendermos o fenômeno temos que considerar a aparência, porque é parte constitutiva dele, mas é necessário para compreendê-lo atingir a essência, pois o fenômeno só se revela na união das duas dimensões.

O PNQ, ao afirmar a qualificação social e profissional como direito, explicita também o caráter universalizante¹²⁵ dessa formação. Não há a referência do termo universalizante no PNQ, apenas na resolução que o regulamenta (BRASIL, 2008) e nesta não se encontra entre princípios e objetivos, mas se refere a um dos critérios para a destinação do recurso nos PLANTEQs.¹²⁶

Tanto a ideia de universalização como a de focalização estão presentes no PNQ, a primeira implicitamente. Uma leitura do PNQ e das resoluções que tivesse como objetivo compreender o emprego desses termos, a princípio, poderia inferir que eles remetem a dois processos distintos, opostos e que se repelem mutuamente, pois, enquanto a universalização traz a ideia de generalização, ao ser estendida como direito a todos que demandarem, a focalização restringe, delimita e direciona o público beneficiário. Entretanto, de acordo com o Termo de Referência, as ações do PNQ devem contribuir para a gradativa universalização do direito dos trabalhadores à qualificação (BRASIL, 2008c, p. 3). Assim posto, o plano não garante, hoje, o direito social à qualificação, mas o coloca como horizonte e, concomitante a isso, dá prioridade de acesso a determinados grupos já mencionados, indicando o caráter de complementaridade entre os termos. Essa seria a leitura oficial do plano, da sua aparência, mas para que possamos compreender o sentido dessa orientação em direção à universalização, é preciso confrontar com sua aplicação prática.

O primeiro fator que iremos considerar é o custo-aluno e relacioná-lo à dotação orçamentária. Como vimos acima, o PNQ tem empregado percentuais dos recursos do FAT bem menores do que todos os anos do PLANFOR e, quando consideramos o custo aluno-hora, notamos pouca variação no valor, mas a ampliação da carga-horária é quase três vezes maior, o que significa maior custo de cada curso do PNQ e menor oferta de formação em relação à quantidade do público atendido.

A ampliação do custo do curso demonstra-se positiva e atende a uma das diversas críticas sofridas pelo PLANFOR, inclusive pela resolução que institui o PNQ (BRASIL, 2003). A crítica referia-se à reduzida carga-horária dos cursos, fator que, quantitativamente ampliava a oferta, mas comprometia a qualidade pedagógica. Nossa intenção, aqui, é a de discutir como a ampliação da carga-horária do curso e, conseqüentemente, do seu custo ocorre

¹²⁵ Machado (2008) menciona que o direito à qualificação para o trabalho abstrai-se da Constituição Federal de 1988, embora a referência apareça de forma indireta. Além disso, a LDB nº 9394/96 acentua ainda no seu Art. 1º o direito à preparação para o trabalho.

¹²⁶ “Art. 21 Após a ponderação dos percentuais estabelecidos nos Art. 19 e Art. 20 desta Resolução, a proposta de distribuição de recursos a serem destinados aos PLANTEQs será elaborada pelo MTE e aprovada pelo CODEFAT, considerando os seguintes critérios: “[...] II. universalização da Política de Qualificação, por meio da ponderação do quantitativo da PEA de cada estado;” (BRASIL, 2008b).

em prejuízo da ampliação da oferta. Alguns autores (CASTIONI; MEDEIROS; PAULINO, 2012, p. 17) consideram que no PLANFOR, em 2000, o valor-médio da hora-aula/aluno praticada em São Paulo foi de R\$ 1,90 para uma carga-horária de 78 horas e, em anos anteriores, este custo havia sido de R\$ 2,22, em média, para carga-horária de 70 horas. Nas parcerias com as Centrais Sindicais o contrato previa R\$ 2,40 custo-aluno/hora para uma carga-horária de 76 horas. Se considerarmos o período de 2005-2006 no mesmo Estado, sob o governo Lula, o PLANTEQ praticou, em 2005, custo aluno/hora de R\$ 2,54 a 2,57 para 200 horas e, em 2006, a média foi de R\$ 2,56 e R\$2,57 também para 200 horas. A média nacional correspondeu a R\$ 2,54 para 191,10 horas em 2005, e R\$ 2,54 para 195,3 horas em 2006; e R\$ 2,68 para 195,3 horas em 2007 (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2006, 2007, 2008). No caso específico da Economia Solidária, o edital de chamada pública de parcerias SPPE/MTE (BRASIL, 2008a) menciona o valor de R\$ 3,95 a hora-aula e a carga-horária de 200 horas para atender a 30 beneficiários por curso. Tendo em vista que houve a redução da participação na qualificação profissional no total de recursos do FAT, a ampliação da carga-horária com pequena elevação do custo aluno hora-aula, certamente, indica a redução do público atendido pelo PNQ se comparado ao anterior. Oliveira (2005, p. 20) traz que, entre os anos de 1995-2005, 15,3 milhões da PEA fizeram o curso pelo PLANFOR, 88% dos 5.547 municípios brasileiros, com investimento de 2,3 milhões. No ano de 2005, 111.430 mil pessoas cursaram os cursos do PNQ, em 2006, 112.650; em 2007, 107.953 (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2006, 2007, 2008)¹²⁷. Notamos que se mantém a média de público atendido no PNQ ao longo dos três anos indicados, mas o volume do público atendido reduz-se massivamente quando comparado ao PLANFOR.

Esses dados quantitativos indicam que o PNQ não caminha para a universalização como prevê a resolução que o regulamenta (BRASIL, 2008b), mas ao restringir o público atendido, caminha em direção oposta à universalização. Nesse sentido, percebemos que o caráter de focalização do plano significa uma escolha para direcionar o recurso exíguo.

O segundo fator refere-se à avaliação e ao controle do PNQ sobre a qualidade pedagógica das ações desenvolvidas. Está previsto que a avaliação e o controle devem garantir a efetividade social, a qualidade pedagógica e a eficiência e eficácia das ações previstas (BRASIL, 2003).

¹²⁷ Não localizamos essa informação no Anuário Qualificação Social e Profissional 2009, por isso não apresentamos os dados dos dois anos seguintes.

O Termo de Referência do PNQ (BRASIL, 2008c, p. 6)¹²⁸ define qualidade pedagógica com base em alguns indicadores como: forma de oferecimento do curso (cursos presenciais, a distância, laboratórios, seminários, oficinas, assessoria, extensão, pesquisas, estudos, entre outras); conteúdos básicos, obrigatórios e específicos; carga-horária como instrumento de assegurar qualidade pedagógica das ações de 200 horas (sendo 85% de cursos ou laboratórios com carga-horária igual ou superior a 40 horas e até 15% com carga-horária igual ou superior a 16 horas em seminários, oficinas). Consideram, ainda, que na organização dos cursos:

[...] preferencialmente, serão tomados como base, tendo como referência as atividades humanas e o **desenvolvimento científico e tecnológico**, ou itinerários formativos, entendidos como possibilidades de percurso que compõem a **educação profissional e tecnológica**, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos; ou arcos ocupacionais, entendidos como conjunto de ocupações relacionadas, dotadas de base sócio-técnica comum, garantindo uma formação mais ampla e aumentando as possibilidades de inserção ocupacional. (BRASIL, 2011a, p. 7, grifos nossos).

Ao confrontarmos com a avaliação realizada em 2010 pelo DEQ/SPPE/MTE¹²⁹ de entidades de Economia Solidária que desenvolveram o PLANSEQ/PNQ, oficina de bordado e pintura do tecido, identificamos que a carga-horária sobressai-se como indicador da qualidade do curso.

Um dos indicadores utilizados como parâmetro de avaliação do programa, tanto para efeito de execução quanto para o fechamento da prestação de contas, é a qualidade pedagógica do curso. Nesses termos ressaltamos a importância de se observar/acompanhar toda a execução do curso se a carga-horária estabelecida está sendo devidamente cumprida (horário de realização do curso). Note-se ainda que um educando só pode ser considerado concluinte quando atingir 75% da presença total da ação. (RELATÓRIO..., 2010).

Podemos observar a importância atribuída à carga-horária como indicador da qualidade pedagógica. Entendemos que o indicador carga-horária e horário de realização do curso é insuficiente para averiguar a qualidade pedagógica de uma ação. Apesar de o documento assinalar que ele não é único indicador e que há outros, percebemos que os demais

¹²⁸ Este termo de referência sofreu atualização em 29.09.2011, aprovado pela Res. nº 679/2011, contudo no momento da redação deste texto tivemos acesso à versão anterior. Como estamos discutindo princípios gerais do PNQ não procedemos na atualização.

¹²⁹ Pautaremos-nos no relatório técnico de supervisão elaborado pelo DEQ/SPPE/MTE em 2010 (MEMO Nº 4561). O relatório apresenta linguagem bastante objetiva e demarca ponto a ponto as inadequações a serem revistas. A partir dele pudemos compreender com maior precisão o que se tem considerado como qualidade pedagógica nos cursos de qualificação social e profissional.

se referem, também, a aspectos relacionados a organização formal das ações e são pouco relevantes para se avaliar a qualidade pedagógica.

Neste caso, é importante indicarmos quais são os critérios valorizados na avaliação do DEQ/SPPE/MTE. A totalidade dos aspectos avaliados, mediante questionário padronizado, indica que os principais problemas encontrados na avaliação referem-se a: infraestrutura; ausência de logomarca do PNQ no local onde se realizava o curso; ausência de recebimento do vale-transporte com assinatura diária dos educandos; número de educandos em sala inferior ao planejado; ausência de lista de presença com assinatura dos educandos, portanto, fora dos padrões exigidos pelo programa; ausência de comprovante de recebimento de material didático; e ausência de lista de recebimento de lanche. A avaliação do conteúdo do curso é abordada de forma genérica: há uma questão relacionada ao grau de satisfação do educando, outra sobre a importância dos conteúdos para formação profissional e o cumprimento da parte teórica e prática nos cursos. Há, também, oito questões destinadas aos educadores que se relacionam ao cumprimento do programa, atendimento dos objetivos e metodologia adequada. Ao final, a equipe avaliadora sugere o cumprimento das normas de padronização dos instrumentos.

É evidente que a avaliação em política pública deva questionar-se acerca da execução das ações, tendo em vista a aplicação dos recursos conforme previsto, mas a avaliação da qualidade pedagógica não pode esgotar-se nesses aspectos pouco relevantes. É fundamental correlacionar os conteúdos ministrados com a inserção no mundo produtivo que se pretende viabilizar, para que a avaliação possa constituir-se em um instrumento para refletir sobre a adequação da política pública que se faz. Neste caso, notamos que as questões relacionadas especificamente aos conteúdos são questionadas de modo superficial ao voltarem-se apenas para as expectativas dos alunos, a compreensão das aulas e o trabalho do professor com ênfase nas técnicas de ensino utilizadas.

Notemos que o eixo tecnológico ou de base sociotécnica, bem como a continuidade e o aprofundamento dos estudos que devem ser o eixo da formação, sequer são questionados ou suscitam sugestões da equipe técnica a esse respeito. Esse seria um aspecto realmente importante, uma vez que, além de ser um eixo estruturante da formação, indicada no Termo de Referência, é também, na sociedade contemporânea, requisito importante para inserção do trabalhador em qualquer organização produtiva. Em especial, naquelas da denominada Economia Solidária, em que o desenvolvimento de tecnologias condizentes com os processos autogestionário é urgente. E não contemplar essa dimensão tende a ocasionar o arrefecimento dessas experiências e a reprodução das relações de trabalho típicas do capitalismo.

Esse curso não contribui para uma inserção tecnológica ou formação com base técnica e científica difundidas pelo plano, ao contrário, trata-se de uma adaptação às condições de vida da população atendida. Mesmo as tecnologias capitalistas não estão contempladas no curso de bordado e pintura sob a orientação do PNQ que, neste caso, seriam tecnologias do campo da moda e designer de produtos. Ainda que não atendesse às necessidades do trabalho associado, ao menos seria mais coerente com o desenvolvimento científico e tecnológico previsto no Plano e teria em vista agregar mais valor ao trabalho devido à característica de trabalho complexo. Neste caso, a avaliação que a SPPE faz do PLANSEQ/PNQ para Economia Solidária desconsidera por completo a adequação do plano às especificidades da organização do trabalho associado, autogestão, entre outros aspectos que se referem a um plano alternativo de comercialização e consumo, tendo em vista outro projeto de sociedade¹³⁰. Tais questões sequer são mencionadas no Relatório de avaliação, portanto averiguar se ocorre e o modo como é desenvolvida a formação sociotécnica não constitui preocupação por parte dos órgãos governamentais, ainda que esteja previsto no PNQ.

Essa forma de proceder na avaliação, cujo centro da preocupação é o cumprimento dos aspectos formais, sendo desconsiderados os aspectos que permitiriam investigar a relevância da ação desencadeada, reflete a operacionalidade da burocracia¹³¹ que, como diz Tragtenberg (2006), apesar de racional na área administrativa, torna-se irracional na área das decisões políticas. Isso porque o Estado burocrático fundamenta-se em interesses que são contrários aos direitos sociais da classe trabalhadora¹³². A burocracia consolida-se na linguagem técnica, nas credenciais que justificam os cargos nos órgãos governamentais e na objetividade com que procura coletar e analisar os dados obtidos da realidade, entre outros aspectos. Desse modo, a avaliação da política implementada, revestida de caráter técnico-administrativo, pouco informa sobre o alcance da formação viabilizada pelo PNQ e, na verdade, não problematiza aspectos fundamentais como a formação profissional dos trabalhadores da Economia Solidária e sua relação com a adequação sociotécnica decorrente do desenvolvimento de tecnologias sociais.

¹³⁰ Temos em vista ao falarmos em outro projeto de sociedade a perspectiva de Mészáros (2002, p. 628) quando menciona que é fundamental o controle global do processo de trabalho pelos produtores associados e não simplesmente a subversão dos direitos de propriedade estabelecidos. Apenas a “expropriação dos expropriadores” não é suficiente para realizar o feito de caminhar em direção a construção da sociedade socialista.

¹³¹ Tragtenberg (2006, p. 260) diz que para Weber a operacionalidade da burocracia, a impessoalidade, a objetividade, adstrita a um expediente, a hierarquia fundada em diplomas credenciados, o saber especializado, o cargo como profissão, a direção monocrática garantindo formalmente a rapidez, pontualidade continuidade e eficiência é uma burocracia tecnicamente funcional no plano administrativo, porém, inepta no plano político.

¹³² Aprofundaremos essa discussão ainda neste capítulo ao discutirmos a natureza do Estado moderno.

A ausência de uma avaliação de caráter qualitativo que pudesse acompanhar o processo de formação e suas implicações na sociedade é identificada por uma das entrevistadas quando questionada sobre os desafios enfrentados na formação de formadores para a Economia Solidária:

Desafios são avançar na discussão. E penso que a partir do momento em que estão em desenvolvimento esses projetos, se formos avaliar, ver o que foi produzido como material, quais as possibilidades, resultados, como que as pessoas do projeto perceberam, aproximaram-se, construíram conjuntamente algo. Penso que é a partir de uma avaliação disso é que podemos ver o que está faltando. O desafio é avaliar qualitativamente, capilarizar as ações, porque nós temos projetos, mas é pouco perto de um país dessa dimensão. Outra coisa, nós temos uma nova gestão, embora o PT tenha permanecido. (MEMBRO MEC, 2011).

Avaliar as implicações sociais das ações não se constitui em objetivo a ser perseguido nos documentos de avaliação dos projetos desenvolvidos no âmbito do PNQ, especialmente quando consideramos o que buscam captar com os instrumentos utilizados. Isso acontece, embora técnicos da SPPE¹³³ acompanhem a execução das ações com o objetivo de fiscalizar e avaliar o andamento, como podemos observar:

No Planseq II, o convênio foi feito diretamente com as entidades – num total de sete convênios – e quem acompanhou foi a SPPE e eu pela SENAES. Nesse Planseq já não teve pessoa pra sistematizar tudo em um documento, mas a gente teve um seminário, em dezembro de 2010 no Rio de Janeiro, e todas as redes participaram e cada rede tentou levar um educador, um educando e uma pessoa que coordenou a parte mais pedagógica, dentro do possível de três a quatro pessoas cada rede participaram [...] as redes apresentaram em *power point* os desafios e as dificuldades, os educandos colocaram também sua experiência. Teve esse momento de avaliação, mas não houve sistematização disso em um livro. (MEMBRO 1 SENAES, 2011).

No âmbito dos projetos PROESQ e PLANSEQ do PNQ desenvolvido pela Rede Abelha, entidade que pesquisamos, houve, no decorrer das atividades pedagógicas, avaliações das atividades desenvolvidas, e em alguns desses momentos até estavam presentes a SENAES e a SPPE, conforme indicam os entrevistados. Notamos que a forma de avaliar da SPPE desconsidera as avaliações processuais realizadas pelas entidades executoras do PNQ, como ocorre com a instituição que pesquisamos, sendo desconsiderados tais dados que poderiam servir de parâmetro para verificar a qualidade dos cursos. Este poderia ser um indicador importante porque a avaliação realizada pela Rede Abelha tinha como objetivo verificar “[...]”

¹³³ Tanto a SENAES como a SPPE acompanha a execução das ações de Economia Solidária, mas citamos apenas a SPPE porque é da competência dessa secretaria proceder na avaliação oficial.

a inserção dos educandos em atividades produtivas, em associações e grupos produtivos”. De acordo com uma das entrevistadas, estes critérios permitem dimensionar os impactos das ações educativas nas comunidades e na vida desses/as trabalhadores/as (informação verbal)¹³⁴.

A validação é algo fundamental porque o material didático para ser impresso, ele precisa ser conhecido, precisa ser testado para ser impresso e ser levado adiante [as avaliações no projeto Proesq] eram de avaliação do material didático, era um momento de avaliação do curso, da prática que tinham exercido [...]. É a mesma coisa das roupas, das vestimentas, então se produz uma vestimenta e depois o apicultor diz essa vestimenta é muito quente, então a vestimenta é colocada a prova, outros dizem o que é que podemos fazer? Então a gente pode criar ventilações, então vai ter ventilação para a roupa e ao mesmo tempo vai testando essa vestimenta, esse roupa com ventilação, até chegar em um tipo ideal, como diz os antigos, né? Até chegar num modelo que possa atender aos interesses do apicultor, ou seja, produzir com uma vestimenta que não absorva tanto calor [...]. Então é um pouco isso a metodologia: é fazer, mas ao mesmo tempo explicitar o que foi feito, oportunizar a outras pessoas a falar sobre o que foi feito e se produzir uma síntese do que foi feito, para aja a mudança social. Assim, a mudança social ela vem quando a gente é capaz de fazer esse processo de reconhecimento e os sujeitos falando desse reconhecimento. Porque enquanto o educador está falando, está falando do instrutor, está falando do professor, está falando de alguém que, teoricamente, já tem o saber. Mas quando a fala gira, circula, e as pessoas falam, interpretam, analisam, esse coletivo chega a síntese. É então essa síntese que a gente busca com esse processo. (MEMBRO 1 SENAES, 2011).

Teve várias avaliações dos educandos e dos educadores. Teve também [avaliação da SPPE e SENAES]. A gente foi para Natal, foi mês de setembro do ano passado teve uma avaliação em Ponta Negra foi muito proveitoso também. Foi o trabalho que foi feito, nessa avaliação, o que foi feito com o material didático, o que a gente tinha achado a gente levo pra discussão. O material didático foi bom isso, foi bom naquilo, a gente foi muito bem avaliado com todo esse material. (MEMBRO 2 REDE ABELHA, 2011).

As atividades são avaliadas por processos distintos, visto que cada comunidade possui particularidades que exigem procedimentos avaliativos específicos. No entanto, a inserção dos educandos em atividades produtivas, em associações e grupos produtivos certamente são critérios que nos permitem dimensionar os impactos das ações educativas nas comunidades e principalmente nas vidas desses/as trabalhadores/as. (MEMBRO 6 REDE ABELHA, 2011).

Essa dimensão qualitativa da avaliação, embora seja própria da prática pedagógica, é desconsiderada pela SPPE ao proceder suas avaliações, como abordamos acima, embora no PNQ esteja prevista a avaliação qualitativa por parte desse órgão (BRASIL, 2003, p. 22-23, grifos nossos).

¹³⁴ Informação fornecida pelo membro 6 da Rede Abelha, em entrevista concedida à pesquisadora em 15 nov. 2011.

Art. 17. O PNQ deverá ser avaliado e controlado, de modo a **garantir a efetividade social, a qualidade pedagógica, eficiência, eficácia** das ações previstas, além da transparência e lisura na aplicação dos recursos.

§ 1º O PNQ disporá de um sistema integrado de planejamento, monitoramento e avaliação (SPMA) envolvendo um **processo permanente de acompanhamento** de ações iniciadas na execução de projetos especiais de qualificação com o objetivo de: [...]

II- Sistematizar as **informações mais relevantes** produzidas por esses mecanismos e instâncias; [...]

IV- Construir um conjunto de **indicadores de Efetividade Social e Qualidade Pedagógica** para análise dos programas e projetos de qualificação; [...]

§ 2º O sistema PMA deverá promover o **constante aperfeiçoamento do PNQ** nas seguintes dimensões:

I- A dinâmica do Plano Nacional de Qualificação e seus impactos nos planos territoriais e projetos especiais;

II- A especificidades e iniciativas inovadoras dos planos territoriais e projetos especiais; [...]

IV- A gestão pedagógico-metodológica;

V- Os impactos do Programa Nacional de Qualificação para os trabalhadores envolvidos.

VI- A integração do Programa Nacional de Qualificação com políticas públicas de geração de emprego e renda, educação e desenvolvimento socioeconômico.[...]

§ 3º O SPMA contribuirá para que o planejamento no âmbito do PNQ seja participativo; capaz de integrar a dimensão estratégica com a operacional e a dimensão política com a dimensão técnica; orientado pelas oportunidades geradas pelas políticas de desenvolvimento e geração de trabalho e renda.

§ O SPMA contribuirá para que o planejamento no âmbito do PNQ seja voltado para orientar agentes e evitar ou superar problemas; permanentes e contínuo; orientado na qualidade social e pedagógica dos cursos e ações de qualificação.

§ 5º **O SPMA contribuirá para que a avaliação no âmbito do PNQ apresente enfoque qualitativo**, inserido em uma perspectiva transformadora das práticas e da realidade; comprometimento com o “direito à informação” para os participantes dos programas que estão sendo avaliados e demais públicos interessados. (BRASIL, 2003, p. 22-23, grifos nossos).

Diante dos compromissos firmados no PNQ fica ainda mais evidente a insuficiência dos critérios considerados na avaliação realizada pela SPPE. Mas, essa discussão em torno do que tem sido avaliado pela Secretaria não pode ser considerada descolada dos demais aspectos da operacionalização da política pública de qualificação, os quais serão abordados a seguir. Essa forma de proceder na avaliação, à primeira vista, revela as prioridades da política pública de qualificação profissional, mas é necessário ainda nos questionarmos sobre o que elas representam e qual é a lógica do Estado que materializa essa política pública.

Para aprofundarmos essa discussão é preciso termos clareza acerca do papel do Estado liberal. Marx (1993), em um belíssimo texto no qual analisa a “Questão Judaica”, explica que ocorre a emancipação política quando o Estado torna-se Estado político, a partir desse momento secundariza a teologia, torna-a independente do Estado e a transfere à vida privada. Mas, ao emancipar-se politicamente, o homem emancipa-se de modo desviado porque o intermediário da emancipação é o Estado, sendo assim, o homem é libertado da religião para

ser tutelado pelo Estado. A partir disso, reconhece a si mesmo por meio do Estado, pois “É o Estado o intermediário entre o homem e liberdade humana” (MARX, 1993, p. 43) a quem o homem confia toda sua liberdade. O Estado passa a ser o guardião da liberdade do homem considerado como indivíduo com prerrogativas de direito (MARX, 1993, p. 43). Surge, com o Estado de assuntos gerais da vida pública¹³⁵, a dissolução da sociedade civil nos elementos simples em que, de um lado, está o indivíduo egoísta, de outro, uma série de elementos materiais e culturais convertidos em direitos. Valendo-se dessa configuração do Estado político é que ele pode proclamar a universalidade dos direitos aos membros da sociedade civil, uma vez que as diferenças são delegadas à vida privada, portanto, preservadas. Assim, o Estado elimina a relação direta entre o usufruto do poder político baseado na diferença de posição social, no nascimento, na educação e na profissão¹³⁶, porque transfere tais diferenças à esfera privada da sociedade civil, na qual o homem se relaciona com outro ser social real. Feito isso, pode proclamar a universalidade: “Unicamente assim, por cima dos elementos particulares, é que o Estado se constitui como universalidade” (MARX, 1993, p. 46)

O homem, na sua realidade mais íntima, na sociedade civil, é um ser profano. Precisamente aqui, onde aparece a si mesmo e aos outros como indivíduo real, surge como fenômeno ilusório. Em contrapartida no Estado, onde é olhado como ser genérico, o homem é o membro imaginário de uma soberania imaginária, despojado da sua vida real, individual, e dotado de uma universalidade irreal. (MARX, 1993, p. 46).

Assim, embora a emancipação política tenha avançado em relação às formas anteriores, não é a emancipação real, pois se trata de uma abstração da ideia de universalidade, preservada as diferenças efetivas entre os homens. Por essa razão, os documentos legais podem pressupor a universalidade dos direitos, avançar em vários aspectos da regulamentação da vida política, já que se afasta e preserva as relações sociais concretas que os homens estabelecem entre si.

Essa discussão é importante porque mostra o descompasso entre a realidade material e a configuração do Estado político e, ao fazer isso, evidencia que não se trata apenas de fazer

¹³⁵ Há uma bipartição no homem, em que o indivíduo passa a ter uma vida pública regulada pelo Estado e uma vida privada, tratada independente da coisa pública.

¹³⁶ O Estado moderno é diferente do Estado considerado como totalidade no feudalismo, porque no feudalismo o poder político tem uma natureza individual e está ligado a determinados indivíduos conforme a posição que ocupa na hierarquia social. Esse lugar na hierarquia decorre de características pessoais e de classe social herdada. Por isso, há o suserano, de um lado, pautado no direito pessoal para exercer o poder político, e o povo, de outro, sem qualquer poder de interferência nos assuntos da comunidade. Diferente do que ocorre no Estado moderno onde o fato de pertencer à determinada origem, ter um tipo de educação e profissão não é prerrogativa para exercer o poder político (MARX, 1993).

cumprir a lei, o que já seria muito importante. Mas, de compreender que os direitos universais, que fundamentam os documentos legais no Estado liberal, são abstrações que não podem ser alcançadas na plenitude.

Retomando a discussão específica do PNQ à luz dessa fundamentação, podemos observar que o documento estabelece direitos além do que consegue, efetivamente, materializar; com isso, sinaliza a dificuldade de atingir tais prerrogativas. Por essa razão, a avaliação como um de seus instrumentos de controle, preocupa-se com os aspectos mencionados e não com o alcance e a execução qualitativa da política. Essa dificuldade de se materializar a orientação legal explicita-se também na discussão a seguir sobre o caráter social do PNQ para a Economia Solidária.

2.2 A Economia Solidária: do PLANFOR ao PNQ

No contexto político e econômico das décadas de 1990 e 2000, a Economia Solidária, paulatinamente, conquista destaque nos planos nacionais de qualificação profissional, em especial no PNQ, que veio à luz concomitante à criação da SENAES. Além das experiências estaduais de política pública para Economia Solidária, como no Rio Grande do Sul, no governo federal, pela primeira vez iniciam programas e projetos direcionados especificamente a atender esse público.

No PLANFOR (BRASIL, 2000), o art. 8º (IV; e § 2º, II) inclui as pessoas que trabalham sob forma autogestionada como público-alvo e uma das ações que terão prioridade no âmbito dos Planos Estaduais de Qualificação (PEQs) serão aquelas direcionadas ao encaminhamento ao mercado de trabalho, com a inclusão das formas associativas de produção. Ao objetivar o desenvolvimento das habilidades básicas, específicas e de gestão, contempla, nas habilidades de gestão, o desenvolvimento de competências e conhecimentos relativos à autogestão. Tendo em vista essa abertura às formas de trabalho associado, algumas empresas de assessoria desenvolveram ações de qualificação nos PEQs, uma delas foi a Anteag.

Embora no PLANFOR houvesse a possibilidade das instituições de trabalho associado executarem o plano, é no PNQ que esse público, identificado pelo termo Economia Solidária, ganha maior destaque devido, sobretudo, ao propósito de inclusão social anunciado. Essa orientação mais focalizada que irá predominar no PNQ, em certa medida, já vinha sendo

assimilada desde o PLANFOR em suas versões posteriores a 1996, como apontamos no capítulo anterior (ALMEIDA, 2003, p. 139), ao centrar-se no estímulo às alternativas de geração de trabalho e de integração entre as políticas que não passam pela obtenção de emprego.

No PLANFOR havia associativismo, cooperativismo e tal, mas não de forma integrada. A própria mudança do nome pra plano territorial, você tem algumas adesões como a abordagem territorial do desenvolvimento. Então pra Economia Solidária isso casa como uma luva. Porque a Economia Solidária ela se caracteriza como uma estratégia de dinamização econômica em processos territoriais de desenvolvimento. (MEMBRO 4 SENAES, 2011).

Embora seja no PNQ que a Economia Solidária ganha maior destaque, é importante ressaltarmos sua herança anterior, pois já havia o direcionamento para as políticas de emprego se voltarem à geração de trabalho e renda em abandono da ideia exclusiva de geração de emprego no mercado formal assalariado. A adesão às políticas de geração de trabalho e renda deve-se ao reconhecimento do caráter estrutural do desemprego¹³⁷ e, por essa razão, nas últimas versões do PLANFOR esse eixo da política pública já vinha sendo contemplado. A esse respeito, França Filho (2006, p. 261) expressa:

Neste sentido, a questão fundamental a ser abordada dizia respeito fundamentalmente ao aspecto da qualificação profissional. Tal política baseava-se fundamentalmente em uma disseminação massiva de cursos de capacitação técnica visando a um aumento das condições de empregabilidade da mão obra [...] Assim, a entrada em cena da idéia de políticas públicas de economia solidária, diante de um contexto apresentando sinais muito claros de um processo que Singer chama de “desassalariamento da economia”, parece refletir um salto (em termos de ênfase discursiva) da noção de políticas de emprego para a idéia de políticas de geração de trabalho e renda.

É a partir do momento em que as políticas de emprego se voltam para a geração de emprego e renda que o PNQ enfatiza o caráter social da qualificação no seu discurso e passa a priorizar os trabalhadores em relações de trabalho informais, cooperativadas e associadas, entre outras formas de trabalho que se denominam pertencentes à Economia Solidária. Essa política encontra-se articulada a de minimização da miséria, que tem abrangência em vários ministérios parceiros do MTE/SENAES.

¹³⁷ O desemprego tido como *friccional*, em que qualificação seria capaz de impulsionar novos postos de trabalho e gerar emprego, é substituído pela visão estrutural do desemprego, na qual se reconhece a impossibilidade de criar postos de trabalho assalariados em decorrência do modelo de desenvolvimento adotado. Por essa razão, recorre-se às formas alternativas e não formais de inserção no mundo do trabalho, uma delas é fomentar a Economia solidária.

A ênfase do PNQ (BRASIL, 2003, p. 23) no caráter social do plano é bastante evidente:

Uma Política Pública de Qualificação, que venha a se afirmar como um fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e distribuição de renda, deve nortear-se por uma concepção de qualificação entendida como *construção social*, de maneira a fazer um contraponto àquelas que se fundamentam na aquisição de conhecimentos como processos estritamente individuais e como uma derivação das exigências dos postos de trabalho [...]

Nesses termos, a qualificação social, como uma complexa construção social, inclui, necessariamente, uma dimensão pedagógica, ao mesmo tempo em que não se restringe a uma ação educativa, nem muito menos a um processo educativo de caráter exclusivamente técnico. Por outro lado, quanto mais associada estiver a uma visão educativa que a tome como direito de cidadania, mais poderá contribuir para a democratização das relações de trabalho e para imprimir um caráter social e participativo ao modelo de desenvolvimento.

Assim, a definição de qualificação social e profissional que norteia o plano é aquela que “[...] permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas” (BRASIL, 2003, p. 24). Ao sobressair no discurso o caráter social do plano busca, por um lado, afastar-se das noções de empregabilidade, que informava o primeiro documento do plano anterior, e de competência, ambas terminologias abolidas do documento¹³⁸; por outro lado, notamos o esforço de contemplar a população mais vulnerável e inseri-la no mercado de consumo de massa, em especial, pela geração de trabalho e renda, conforme indica o PPA (2004-2007)¹³⁹. Nessa medida, a Economia Solidária, juntamente com outros programas direcionados à população pobre¹⁴⁰ e vulnerável, ganha destaque nas ações focalizadas do PNQ, pois as iniciativas sob essa denominação destinam-se à geração de

¹³⁸ Uma das dimensões do conceito competência ainda continua muito forte no PNQ, que é a idéia de validação ou certificação das competências, ainda que a lógica da empregabilidade não tenha sido abolida e tenha sido transformada na idéia de inserção pela geração de emprego e renda. Tanguy (1997) apontou que esse modo de proceder a avaliação tem como objetivo individualizar os percursos de aprendizagem de modo que o indivíduo tome consciência daquilo que sabe e não sabe. A autora considera que o ato de formalizar corresponde à necessidade de tornar um discurso conveniente, aceito e reconhecido e, nessa perspectiva, adverte a respeito do uso que se fará nas escolas e relações de trabalho dessas competências formalizadas. Podemos observar que se trata de uma abordagem que busca a individualização dos processos de modo a responsabilizar cognitivamente o sujeito pela sua trajetória de aprendizagem. Tanguy (1997, p. 203-204) adverte que “[...] trata-se sempre de individualização: na formação, nas avaliações, nos balanços de competências [...]”.

¹³⁹ Ao menos no discurso, o PNQ apresenta-se como um novo Plano Nacional de Qualificação que pretende superar o plano anterior, uma vez que se orienta pelo PPA (2004-2007), cuja ênfase recai sobre o desenvolvimento econômico e social do país com a integração da população trabalhadora por meio do mercado de consumo de massa, a geração de trabalho e renda e distribuição de renda como objetos de planejamento público. Assim, o novo plano anuncia para uma nova postura diplomática de fortalecimento da competitividade que aposta na formação dos trabalhadores e nas atividades nacionais de inovação. “Tudo isso requer, no caso particular da Política Pública de Qualificação, a definição de novas diretrizes, nos campos político, ético, institucional, conceitual, pedagógico, operacional” (BRASIL, 2003, p. 1).

¹⁴⁰ O programa bolsa família integra as ações no âmbito do PNQ, assim como a saúde mental a partir dos projetos dos CAPS articulados ao movimento antimanicomial e inserção desse público no trabalho.

trabalho e renda; e grande parte do público que dela provém, talvez a maior parte, era composta de trabalhadores que se encontravam à margem ou estavam em condições precárias no mercado de trabalho.

Isso pode ser notado pela ideia difundida sobre o PNQ nos órgãos do governo e a entidade executora, no caso a Rede Abelha:

Eu não conheci o PLANFOR, mas o que eu ouvi falar foi que o PNQ veio mais atualizado, mais democrático, mais aberto do que o PLANFOR. Eu acho que pra Economia Solidária, a primeira vez que se acessou o recurso do FAT foi no Planseq (MEMBRO 1 SENAES, 2011).

[sobre a mudança da orientação dos cursos] da nossa parte o que muda é você acentuar, por exemplo, a Economia solidária, então todos os nossos cursos começam com um módulo sobre a Economia Solidária, isso fica muito claro para nós, porque a gente precisa divulgar o que a Economia solidária é, o que a Economia solidária pretende fazer, como as pessoas podem se inserir na Economia solidária fica claro também [...] porque com relação a outros aspectos permanece a mesma coisa, a questão da prestação de contas, a questão de avaliações. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011).

[Sobre a diferença entre PLANFOR e PNQ] Não tinha diferença não, era uma coisa só. (MEMBRO 2 REDE ABELHA, 2011).

Os dados acima apontam que, ao mesmo tempo que sobressai a discussão sobre a Economia Solidária no PNQ, o modo como os cursos são oferecidos e organizados não tem muita diferença do PLANFOR. De qualquer forma, notamos que a concepção de que o PNQ é um plano com direcionamento às questões sociais é enfatizado entre os gestores e executores da política pública. Entretanto, quando considerada sua aplicação, com base em dados qualitativos e quantitativos, notamos que o caráter social da qualificação no PNQ é pouco contemplado.

Primeiramente, consideraremos dados quantitativos extraídos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2008, p. 52) que trazem a distribuição dos educandos inscritos nos cursos do PNQ por tipo de instituição executora entre os anos de 2005-2007:

Tabela 1 - Distribuição dos educandos inscritos nos cursos do PNQ por tipo de instituição executora (%)

Tipo de instituição executora	2005	2006	2007
Associação comunitária ¹	6,7	9,2	7,6
Associação de produtores/ cooperativas	1,8	1,9	1,2
Empresariais ²	4,1	3,5	2,9
Escolas técnicas públicas	3,8	2,6	1,8
Especializadas em QSP ³	7,3	11,3	9,6

ONGs	19,6	21,5	23,3
Outras	10,6	13,7	11,3
Sistema S	32,5	25,5	31,5
Sindicais ²	8,3	8,0	7,3
Ensino Superior ⁴	5,3	2,7	3,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0

(1) Inclui instituições religiosas e grupos de afinidade

(2) Inclui centrais sindicais, escolas, instituições, fundações, confederações, associações e outros.

(3) Inclui fundações, instituições e escolas

(4) Inclui universidades, institutos, faculdades e fundações.

*Fonte: MTE/ Sigae. Base de gestão da qualificação.

Tabela 2 - Distribuição dos educandos concluintes nos cursos do PNQ por tipo de instituição executora -%

Tipo de instituição executora	2005	2006	2007
Associação comunitária ¹	6,8	9,3	8,0
Associação de produtores/ cooperativas	1,8	2,0	1,3
Empresariais ²	4,1	3,6	3,0
Escolas técnicas públicas	3,8	2,6	1,7
Especializadas em QSP ³	7,5	11,5	10,0
ONGs	19,9	21,6	23,2
Outras	10,7	13,8	11,6
Sistema S	31,6	24,6	30,0
Sindicais ²	8,4	8,3	7,7
Ensino Superior ⁴	5,4	2,8	3,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0

(1) Inclui instituições religiosas e grupos de afinidade

(2) Inclui centrais sindicais, escolas, instituições, fundações, confederações, associações e outros.

(3) Inclui fundações, instituições e escolas

(4) Inclui universidades, institutos, faculdades e fundações.

*Fonte: MTE/ Sigae. Base de gestão da qualificação.

Tomando por base as tabelas, não temos precisão sobre qual é efetivamente o público pertencente à Economia Solidária, uma vez que na categoria ONGs podem e devem conter empreendimentos dessa natureza, além das demais instituições. Neste caso, considerar apenas os dados quantitativos seria insuficiente, por isso iremos associá-los aos dados qualitativos para compreender o alcance do atendimento do público da Economia Solidária. Mas, vale observar que a Associação de produtores/cooperativas que, com certeza, representam o público da Economia Solidária, contam com um percentual de inscritos muito reduzido se comparado com outras instituições como as escolas do Sistema S. Isso ocorre apesar da Economia Solidária constituir o público prioritário no PNQ. Além disso, temos que considerar

que a demanda do público da Economia Solidária excede a capacidade de atendimento das políticas públicas, seja da SENAES seja da SPPE.

Existe a limitação, o fato de que a SPPE não consegue dar conta de todas as demandas da Economia Solidária, agora eu não saberia te dizer se isso tem a ver com o orçamento, com as vontades ou com o peso político, do que está em jogo. É complicado falar! Assim o diálogo não é muito fácil, foi bem difícil conseguir o Planseq e a mais de um ano estamos tentando o terceiro [...] a gente marcou três ou quatro reuniões e eles desmarcaram. É complicado sim! É até uma reivindicação dos empreendimentos acessar mais os recursos do FAT. Quem consegue acessar com mais facilidade os recursos do FAT é o Sistema S, que é todo formatado pro urbano, todo formatado pra outra lógica- que já tem salas com ar condicionado e computadores [...] E a prioridade política, a gente não tem a mesmo a inserção como deveria. A gente fica tentando construir, já tem um sinal positivo pro terceiro Planseq, esse mês agora vai ter uma audiência pública, vamos ver se vai até o final desse ano ou pro ano que vem [...] é difícil, mas a gente está conseguindo [...] não é que somos recebidos de braços abertos, não isso não, mas estamos tentando. (MEMBRO 1 SENAES, 2011).

Neste caso, a política focaliza apenas um dos grupos beneficiários e contempla de forma muito reduzida a Economia Solidária, apesar de difundir no plano a ideia de inserção no mercado de trabalho por meio da geração de emprego e renda e eleger esse público como prioritário. Esse fato é extremamente contraditório e revela a distância existente entre o discurso difundido pelo PNQ e o que realmente se efetiva na prática social.

Essa insuficiência das ações de qualificação para a Economia Solidária no PNQ é percebida pelos membros da SENAES, sendo até uma das razões que conduzem a Secretaria a formular um projeto próprio de formação, o CFES, para atender a um público que não estava devidamente contemplado nas ações de formação do PNQ, que são os formadores em Economia Solidária. Para a SENAES “[...] o que se viu é que o PNQ sozinho não dá conta, tanto que nós abrimos todas essas áreas [...]” (MEMBRO 15 SENAES, 2011).

Além do fato da Economia Solidária requerer formas de oferecimento de formação que extrapolam o previsto no PNQ, como a formação de formadores, são os poucos recursos financeiros e o modo como se opera o financiamento no Estado, os maiores limitadores na execução das ações de formação:

[...] obviamente nós fazemos planos e entram recursos próprios do orçamento das SENAES e entram recursos da SPPE, assim os dois lados decidem cada um o quanto podem dispor para esta atividade e pelo o que eu tinha percebido a demanda é muito maior do que nós conseguimos atender. Fizemos uma audiência no ano passado e apareceu grade número de pessoas com projetos de formação profissional em economia solidária, eles colocam os números de vagas que precisariam para que os seus projetos sejam executados, tudo somou 80.000, o que fica completamente fora das nossas possibilidades tanto nossas como as da SPPE, então existem intenções orçamentárias dentro do Ministério é inegável que exista, a maneira do orçamento

ser planejado e executado eu diria que é quase caótica no governo federal. (MEMBRO SENAES, 2011).

Com base na citação acima, notamos a dificuldade de se constituir o propósito de universalização expresso no plano, ao contrário, ele demonstra ser insuficiente no atendimento do público da Economia Solidária que tem solicitado por políticas públicas de formação. Além disso, a inadequação dele ao público prioritário é outro fator que demonstra os limites de expansão em direção ao cumprimento dos direitos sociais desse público anunciados no PNQ.

Outro aspecto que aponta o pouco direcionamento do plano para o público da Economia Solidária refere-se às orientações do PNQ na execução do convênio. O plano não prevê as condições de trabalho próprias do público da Economia Solidária e, dessa forma, as normas de execução do plano são construídas de modo a privilegiarem as instituições que apresentam melhor infraestrutura e são mais formalizadas. Por essa razão, muitas instituições, como o Sistema S, por exemplo, aparecem como os mais aptos a executar o PNQ, e aquelas que são próprias do trabalho associado tendem a ser excluídas do processo.

A esse respeito, os entrevistados dizem que o recorte do PNQ para Economia Solidária não contempla sua especificidade, pois não há diretrizes e orientações do PNQ que levem em consideração a forma de organização e necessidades do empreendimento, uma vez que a excessiva burocratização dificulta a execução das ações:

[...] porque tem isso também o PLANSEQ tem meta de inserção e nós temos dificuldade de mostrar isso porque os empreendimentos, às vezes, já estão meio que organizados e as pessoas não estão se qualificando pra se inserir no mercado de trabalho – e aí foi todo o debate, toda uma discussão. No SIGAE, eles tinham que escolher umas opções e aí o pessoal ligava aqui indignado porque tinha que escolher “trabalhador desempregado sem ocupação”, aí eles diziam: os meus apicultores não são desocupados, eles trabalham e muito! [...] Tiveram que ter mecanismos pra burlar pra se conseguir terminar o curso, colocar um X lá em qualquer lugar [...] agora já tem [...] falando dos casos de exceção, agora isso já tá mais ou menos contemplado. (MEMBRO 1, 2011).

Um dos problemas, das dificuldades foi assim, a questão do transporte, do deslocamento não foi muito fácil não [...] a gente pediu alguns apoios até de transporte porque as comunidades muito distante, mas mesmo assim não fomos muito atendidos, mas através do próprio recurso fizemos um esforçozinho, mas não deixamos não de dar as aulas[...].(MEMBRO 3 REDE ABELHA, 2011)¹⁴¹.

Agora o que não mudou foi o processo de exigência, e aí qual é a crítica que se faz: é que é necessário fazer uma revisão nas exigências para que a Ecosol tenha acesso a recursos públicos, porque os empreendimentos da Ecosol não podem ser tratados como os empresários são tratados no Brasil, e a Ecosol é tratada no Brasil, no caso

¹⁴¹ Informação fornecida pelo membro 3 da Rede Abelha, em entrevista concedida à pesquisadora.

dos financiamentos públicos para fazer formação, para elaboração do material didático do mesmo jeito, com os mesmos critérios, com o mesmo volume de documentos. Então as ONGs não têm a mesma estrutura que essas empresas entendeu? [...] na hora do acompanhamento que o Ministério deve fazer, não pode ser o mesmo acompanhamento que eles fazem para o Sistema S, então tem que ter uma diferença, porque a Ecosol é diferente da economia que o SEBRAE trabalha. (MEMBRO 1 DA REDE ABELHA, 2011).

Numa terceira fase que a gente vive, de 2009 pra cá, a gente fez mais um PLANSEQ, colocou mais um pé – agora é quadripé. Fizemos um PLANSEQ de 2007a 2009, colocamos outro pé que se chama comercialização, ou seja, colocamos a comercialização como eixo desse processo. O que os empreendimentos de fato precisavam era encontrar alternativas para melhorar o processo de comercialização dos seus produtos e serviços. A terceira fase é uma fase em que nós não demos continuidade aos PLANSEQs, é uma fase que a gente vivencia de muita dificuldade do ponto de vista de justificar essas metodologias, essas especificidades no atual PNQ. Por incrível que pareça se acumulou experiência, mas se tem dificuldades em justificar nossas especificidades e isso se deve a um choque de culturas. A cultura do PNQ é da empregabilidade, então assim, você qualifica, registra e comprova a empregabilidade [...] começa por isso as dificuldades, às vezes, não se consegue justificar, sobretudo, quando se muda a área técnica – os novos técnicos que acompanham têm dificuldade em entender essas especificidades; segundo, pela realidade das executoras. Uma coisa é o padrão SEBRAE, SENAC, SENA, normalmente você tem uma sala de aula com ar refrigerado, o aluno recorre ao curso porque é um atrativo de acordo com o curso oferecido. Em Economia solidária é totalmente diferente: você vai trabalhar com pessoas muito pobres, às vezes, muito desmotivadas, [...] como os recursos são pouco, você não pode simplesmente reservar um hotel ou uma sala, então vai se adaptar os locais, você tem a evasão que é normal, tanto que as nossas turmas dos PLANSEQs sempre começam com 20, 40% a mais de matriculados porque a gente sabe que com o decorrer do processo existe uma vulnerabilidade por parte das pessoas que participam dos processos. Pedagogia da alternância é outra coisa pouco entendida pelos técnicos, eles acham que é apenas diminuir carga horária, bom enfim, tem uma serie de fatores do que eu chamo de choque de culturas, do que é o PNQ na sua forma predominante, voltado para a inserção no mercado de trabalho e do que é o PLANSEQs da economia solidária. Durante algum tempo nós tivemos um choque de compreensão da nossa parte e de outros, sobretudo da área técnica que faz a visita e diz: ah isso aqui é fragilidade, ou então ah não está sendo bem executado – então esse choque a gente tenta resolver a partir de diálogos internos. (MEMBRO 4 SENAES, 2011).

Elencamos como principais dificuldades a operacionalização dos sistemas SIGAE e SICOV como a execução financeira, especialmente a aquisição de bens e serviços nos moldes da legislação vigente que norteia a utilização dos recursos públicos. Essa totalmente destoante à realidade da Ecosol. (MEMBRO 6 REDE ABELHA, 2011).

A questão que queremos evidenciar refere-se ao fato do PNQ não ter previsto as características de seu público prioritário, que deveria ser o foco privilegiado de financiamento.¹⁴² Desse modo, podemos notar a pouca adequação à realidade dos

¹⁴² Com isso, não queremos dizer que deve haver critérios que beneficiem um grupo em detrimento de outro ou de se fazer editais direcionados a determinado segmento da população, apenas indicar a pouca adequação das ações no âmbito do PNQ à Economia solidária, uma vez que o plano tem uma vertente para atingir esse segmento. Diante da inadequação dos critérios dos editais e do que se verifica na supervisão das ações é que inferimos a dificuldade de atingir a grande parcela do público a que se destina.

empreendimentos de Economia Solidária, ainda que a presença desse segmento sirva para reforçar o caráter social do plano. No Seminário Nacional de Sistematização do PLANSEQ Ecosol (2008, p. 1) há a afirmação de que o PLANSEQ indica a “[...] modalidade ‘social’ do PNQ e objetiva desenvolver processos educativos de qualificação social e profissional voltados para os trabalhadores das redes de cooperação econômica e solidária”. Essa contradição mostra como o discurso difere significativamente daquilo que se materializa pela ação.

Do ponto de vista do Estado, um plano de qualificação em massa que se identifique como social tende a ter grande penetração junto à população e mesmo nos movimentos sociais, além de ser instrumento importante na estratégia de governabilidade. Essa busca de aceitação ocorre justamente no momento em que houve expressiva redução de recursos para essa finalidade, como indicamos. E, também, num momento em que o trabalho associado ganha expressão no cenário internacional, em especial, entre os países latino-americanos. Trata-se de experiências originais dos trabalhadores em direção à sua sustentabilidade e auto-organização, independentes das formas clássicas de controle do capital. Parece-nos que o Estado recorre à estratégia que Souza (2010, p. 30) observa na dinâmica do capitalismo quando este assimila as ideias que desfrutam de prestígio e poder de persuasão para ganhar penetração social¹⁴³ em épocas hostis e perigosas para o capital.

No caso do PNQ, a utilização de terminologias e ideias com grande penetração social parece ter o propósito de garantir a governabilidade, tendo em vista as orientações dos organismos multilaterais de *buena gobernanza*, como discutimos. As intenções tornam-se ainda mais evidentes quando o consideramos como construção do governo Lula, o qual se difunde como um governo que priorizou a questão social, inclusive, sustentado na trajetória do partido.

¹⁴³ Souza (2010) diz que esse novo sentido que adquire alguns termos e idéias tem por objetivo servir à acumulação de capital. No caso que expusemos acima acreditamos que tenha o propósito de garantir a governabilidade, o que não se opõe a exploração, mas muitas vezes a complementa.

2.3 O PNQ Executado pela Rede Abelha

2.3.1 A Rede Abelha

A Rede Abelha do Rio Grande do Norte, entidade sede da rede e onde colhemos a maior parte dos dados, surgiu em 2003 conforme Silva (CADERNO..., s/d, p. 5),¹⁴⁴ posteriormente a Rede Abelha¹⁴⁵. O surgimento da Rede Abelha- Natal decorre das experiências acumuladas pelo Grupo Colméias, existente desde 1986, ONG de apicultores do Rio Grande Norte que desenvolvia ações educativas nas temáticas de apicultura, meio ambiente e cidadania. Compunham o grupo Colméias: educadores, profissionais liberais, apicultores, sociólogo, filósofos, médicos, pequenos proprietários e sem terra, alguns destes membros passaram a integrar a Rede Abelha (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011). Esse grupo contava com certa tradição em realizar encontros de apicultores por regiões e encontros estaduais.

E essa disponibilidade do grupo Colméias em ser o expoente da Rede Abelha e ter como foco muito o segmento da apicultura foi naturalmente, as coisas foram caminhando com uma naturalidade, digamos assim, do Grupo Colméias se tornar a secretaria da Rede Abelha. E também por aqui a gente também sempre gostou de sistematizar as práticas que a gente realizava e dar visibilidade a essa sistematização, então isso empoderou o Grupo Colméias na Rede Abelha como sendo a rede produtora de conhecimento. Então, essa condição eu tenho a impressão que foi bem vista pela Rede Abelha de outros estados e nós fomos conduzidos naturalmente a exercer essa atividade de secretaria no interior da Rede Abelha e também de fazer um diálogo com o governo federal. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011).

Desse modo, o grupo Colméias já apresentava certo acúmulo nas atividades de formação dos apicultores e também tinha alguma experiência na elaboração de materiais didáticos para se fazer a formação:

Porque esse processo de formação de educadores e material didáticos o grupo Colméias já vinha fazendo, outras ONGs do Nordeste já vinham também com

¹⁴⁴ Não encontramos precisão quanto a data de surgimento da Rede Abelha Nacional, Silva menciona que foi em 1990 (Caderno de formação PLANSEQ, s/d, p.5), já no documento do MTE (Edital da chamada pública, anexo II-B, p. 14) consta 1989.

¹⁴⁵ Em cada Estado a Rede Abelha conta com uma coordenação e forma de organização diferenciada. No caso da Rede Abelha-Natal, o grupo Colméias foi o impulsionador da articulação dos membros com a Rede Abelha, em outras localidades há outras entidades que assumem a coordenação. No caso da Rede Abelha da Paraíba a coordenação é feita pela PATAC, Capina Grande, Cáritas e outras.

práticas de elaboração de material didático. Mas a Rede Abelha foi pioneira como o grupo Colméias e esse *pool* de formadores, porque propôs uma sistematização coletiva, então, na verdade, a sistematização do material da Rede Abelha reúne um conjunto de outras experiências que vinham sendo produzidas em diversos espaços. Então ela é como se fosse uma sistematizadora de diversos processos de sistematização e a partir daí a gente pode, depois que o material foi impresso, a gente ficou sabendo que o material estava sendo muito utilizado. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011).

As atividades de formação desde o grupo Colméias-RN tornam-se centrais nas atividades da Rede Abelha-RN e ela acontece em função do aprimoramento das atividades produtivas. A formação é fundamental para se constituir enquanto rede, pois permite ampliar o número de unidades apícolas ao estimular a criação de novos apiários e apicultores porque entende que este é um meio eficaz de minimizar a miséria da população. Outro propósito é aprimorar a prática apícola já existente na região.

Notamos que as unidades apícolas de Natal não se inseriram desde o início da fundação da Rede Abelha-Nordeste e os membros do Grupo Colméia perseguiram certo caminho para se integrarem a ela. Após constituírem-se como membros da Rede Abelha tornaram-se Estado sede.

[...] começou fora daqui e nós passamos pelo menos uns três anos solicitando o ingresso. Eu lembro que eu conversei com o coordenador da Rede Abelha que era do Piauí e na seqüência a gente enviou cartas para ele solicitando o ingresso, mas eu não sei porque motivo, mas a gente não foi chamado para o ingresso. [...] No encontro de Remanso e eu soube que o coordenador da rede estava lá, que era o Eliel Freitas [...], então eu escrevi pra ele perguntando quais as condições de a gente participar e disse de todas as necessidades queria, solicitei uma carta de um técnico daqui chamando Mario Lemos, que já tinha feito parte da Rede Abelha quando trabalhava como técnico em Pernambuco e remeti a minha e essa outra carta [...] e eu sei que antes do evento nós fomos dialogando e fomos com diversos apicultores para Remanso. E no encontro da Rede Abelha nós fizemos a apresentação, apresentou o material didático que a gente já tinha, levamos amostras de mel que a gente já tinha, levamos fotografias que a gente tinha das nossas práticas e dialogamos muito com os apicultores que estavam no evento. Assim a gente criou uma grande amizade e pode entender mais qual eram as matrizes que a Rede Abelha estava ancorada, quais eram os fundamentos metodológicos da Rede Abelha e quais eram os horizontes que a Rede Abelha propunha [...] e a gente passou a ter essa relação com a Rede Abelha geral. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011).

Atualmente é considerada uma das redes de maior duração no Brasil (SILVA, s/d, p. 5) e aglutina experiências de diferentes origens e lugares relacionadas à atividade apícola. A característica comum entre os membros é serem todos apicultores, a partir daí diferem-se pela forma de organizar a unidade produtiva¹⁴⁶ e pela inserção no trabalho, pois alguns têm na

¹⁴⁶ Na nossa pesquisa identificamos pelos menos dois tipos de utilização da propriedade produtiva: alguns apicultores têm sua unidade de produção particular, outros pertencem a assentamentos de reforma agrária,

atividade apícola sua principal fonte de renda, enquanto outros desenvolvem atividade profissional paralela a essa prática. No segundo grupo, encontramos “[...] professores, técnicos, padres, engenheiros, profissionais liberais de diferentes áreas” (MEMBRO 3 REDE ABELHA, 2011). Enquanto no primeiro grupo há ONG’s, cooperativas, associações e grupos de apicultores, sendo que muitos deles pertencem ao assentamento de reforma agrária, no segundo grupo predominam os produtores individuais.

Silva¹⁴⁷ (s/d, p. 5) menciona um conjunto de fatores que impulsionam a entrada dos apicultores na Rede Abelha: 1. Capacidade de reunir grande coletivo de atores produtivos, sociais, comerciais, solidários, políticos e entidades da sociedade civil; 2. A diversidade de atores do território nordestino que atuam de modo formal, informal, em grupos de produção, associações, cooperativas, ONG’s, OCIPS com prática nos biomas da Mata Atlântica e Caatinga, etc; 3. Agregar experiências com matrizes teóricas e práticas diversas com proposições unificadas ao definir estratégia e almejar mudança social; 4. Eixo focalizado na dimensão ecológica e humana; 5. Privilegiar a apicultura de base familiar que aglutina maior contingente populacional do país; 6. Primar pelo desenvolvimento sustentável e tecnologias não agressoras ao meio ambiente; 7. Construção de laços de amizade, respeito, confiança e cumplicidade entre os produtores; 8. Capacidade de exercer o diálogo coletivo; 9. Produção de material escrito que permite a difusão da cultura entre os filiados; 10. As práticas educativas revolucionárias fundamentadas em princípios metodológicos, políticos e filosóficos.

Embora um dos membros saliente que a vivência no princípio da democracia seja um dos princípios da rede não consta dentre os fatores que impulsionam a entrada dos membros (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011). Assim como a impossibilidade do trabalho assalariado entrar na rede está como pressuposta na ideia de comércio justo e solidário reafirmada pelos membros, mas não é explicitada entre os princípios, apenas a ideia genérica de transformação social. A falta de destaque para esse fator suscita questionarmos acerca da importância que a distribuição do poder e auto-organização dos trabalhadores têm para a entrada das diferentes instituições que compõem a Rede e como essa forma de organização estaria contemplada no caso do trabalhador individual.

portanto a produção é coletivizada na unidade produtiva. Em alguns assentamentos há um movimento dos produtores para dividirem os lotes, se isso vier a acontecer, a produção e comercialização do produto torna-se individualizada por família.

¹⁴⁷ Silva é coordenador da Rede Abelha Nordeste e membro da presidência do Grupo Colméias. O autor possui textos no material de formação do Planseq Ecosol.

A integração à Rede Abelha, a princípio, depende da identificação do sujeito com os valores e objetivos da rede, como podemos perceber a seguir, embora não temos elementos para afirmar que esse fator seja o predominante:

No início as entidades escreviam uma carta solicitando a participação na rede. Inclusive, essa entidade pretendente teria de ser apresentada por outra que já participava. Com o passar do tempo, a composição da Rede Abelha mudou: passaram a integrar a rede pelo conhecimento que passaram a ter por conhecimento apícola, por ter conhecimento sobre a rede abelha. Isto porque foram realizados muitos cursos de formação, produção e material didático, que ajudou a disseminar os conceitos defendidos pela Rede Abelha. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011).

A partir dos aspectos apresentados podemos perceber que a incorporação de experiências de diferentes formas de organização do trabalho no âmbito da Economia solidária, tal como se autodenominam, pode significar que a “autogestão” no sentido de ser administrada democraticamente, tal como definida por Singer (2002, p.18), pode não ser necessariamente a realidade de muitos empreendimentos que compõem a Rede Abelha. Inclusive porque partilhar dos princípios da Economia Solidária não é condição para se integrar à rede (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011).

Os fatores acima mencionados sintetizam as características que devem compor a identidade da Rede Abelha. Entre elas, observamos a centralidade que a atividade formativa deve ocupar nas ações da rede, pois é compreendida como meio de viabilizar práticas produtivas pautadas no respeito ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável e, nesse sentido, é compreendida como revolucionária. Notamos que a dimensão revolucionária das práticas educativas encontra-se circunscrita à possibilidade de gerar trabalho e renda de modo ecológico e dialógico, bem como proceder em reivindicações por políticas públicas adequadas à realidade da produção em rede.

Assim, não observamos uma crítica mais radical que se oponha à organização da sociedade capitalista tendo como horizonte o rompimento com esse tipo de sociedade, embora a rede participe e apoie as lutas sociais¹⁴⁸ de diversas entidades e atue no movimento para reforma agrária por meio do assentamento de famílias produtoras rurais. Além disso, toda prática educativa que proponha revolucionária, como demonstraram algumas experiências pedagógicas na perspectiva socialista¹⁴⁹, tem de estar atrelada à organização do trabalho e da

¹⁴⁸ A Rede Abelha tem participado de diversas lutas nacionais, como: a marcha das margaridas, o grito dos excluídos, apoio ao Movimento dos Sem Terra (MST), entre outras marchas e movimentos mobilizados pelo FBES.

¹⁴⁹ Para citarmos alguns exemplos, temos as experiências pedagógicas dos educadores russos, entre eles, Pistrak (2005, p. 30) para quem a revolução e a escola devem agir paralelamente, porque a escola é uma arma

produção também sob forma revolucionária. No caso da Rede Abelha-RN não necessariamente temos a forma associada de produção, o que sinaliza para práticas inovadoras apenas na organização do trabalho pedagógico.

Embora a rede participe de lutas com propósitos e alcance distintos à crítica do capital, isso não significa que sua identidade e trajetória de atuação seja a mesma desses movimentos e que seu potencial de oposição ao sistema capitalista siga na mesma direção. Entendemos que o fato das intenções da rede e de suas práticas educativas não terem como horizonte a intenção de romper com o modelo societal do capital faz com que o objetivo maior da rede em termos políticos seja a conquista de políticas públicas específicas para o setor e em conformidade com sua identidade.

A ação da Rede vem se mostrando relevante na construção de identidade coletiva de grupo e ao mesmo tempo vem possibilitando o desenvolvimento nos grupos da noção de *ser capaz*, o que tem permitido que estes passem a dialogar com os gestores públicos cobrando ações e políticas públicas adequadas a suas realidades. O diálogo e a pressão da Rede serviu para que diversas demandas da Rede fossem assumidas- apoiadas- por essas instituições.

Essa intervenção ainda não possibilitou mudanças ou criação de políticas públicas específicas, mas vem possibilitando aos grupos de bases e a própria Rede o acesso a algumas destas políticas, o que anteriormente era praticamente impossível. (FREITAS JR, 2005, p. 358, ANEXO A).

O alcance da ação da Rede Abelha encontra-se em melhorar as condições de vida e de produção, bem como oferecer condições para que os produtores insiram-se diretamente no processo de circulação pela venda de produtos ecologicamente corretos e relações de trabalho coletivas sem a exploração direta do capitalista e do atravessador de produtos. Para isso se realizar as práticas educativas cumpre, objetivamente, o papel de aprimorar o modo de produção em respeito às especificidades da localidade e permite que o coletivo aproprie-se das atividades laborais, com isso há a ampliação e troca de saberes entre os membros e, na maioria das vezes, traduzem-se em melhora das condições de vida dessa população. Entretanto, é fundamental apontarmos o limite da ação da rede.

Por se tratar de rede, a Rede Abelha aglutina entidades dos diferentes estados e municípios brasileiros, como o estado da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco,

ideológica da revolução. Também os educadores de orientação anarquista, como no caso de Ferrer, fica claro que a educação cumpre papel fundamental na luta pela transformação dos padrões sociais e política facista de sua época. Contemporaneamente, o MST tem investido na educação paralelamente a sua prática de luta e de organização coletiva da produção em cooperativa como sinal de que compreendem que a construção de uma nova ordem social passa pela educação em uma perspectiva contrária a das escolas capitalistas onde impera o controle hierárquico e a disciplina. Em todos esses autores a educação e o trabalho encontram-se intimamente imbricados.

Piauí, Rio de Janeiro, Paraíba, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Amazonas (MA). Desse modo, há uma grande dispersão física dos membros pelo território nacional e mesmo dentro de cada estado há diferentes Municípios¹⁵⁰ longínquos um do outro que integram a rede, bem como grande heterogeneidade na organização das unidades apícolas, como indicado.

Apesar dos fatores geográficos que, muitas vezes, dificultam a reunião dos apicultores para realizarem os cursos do PNQ dentro de determinado estado, a constituição em rede permite maior acesso à política pública, principalmente pela expressão que passa a ter ao aglutinar grande quantidade de experiências:

A rede, apesar do curto espaço de tempo, conseguiu se consolidar como referência em seu campo de ação no Estado. Nesse sentido, ela tem se relacionado com diversos gestores públicos na construção de agendas específicas e de cobrança de políticas públicas adequadas para o setor. (FREITAS JR, 2005, ANEXO A).

Assim, a Rede Abelha tem estreitado o diálogo com várias frentes de políticas públicas, inclusive, no sentido de buscar alternativas produtivas às famílias que vivem no campo, muitas originárias de assentamento de reforma agrária, bem como aos demais homens, mulheres e jovens que carecem de uma atividade produtiva. Nesse sentido, o objetivo maior expresso pela rede é visar “[...] o desenvolvimento da apicultura e meliponicultura como alternativa de produção para o fortalecimento da agricultura familiar” (BRASIL 2008a, p. 14).

Nessa perspectiva, a Rede Abelha-RN compreende que as políticas públicas são canais profícuos para viabilizar a entrada de novos membros pelo cultivo da apicultura e meliponicultura:

Por reconhecer que o diálogo entre Rede e Governo se constitui como algo fundamental para o exercício da democracia brasileira [...] Por perceber que as políticas públicas poderiam ser uma alternativa para viabilizar a minimização dos impactos da miserabilidade vivida pelo povo. A apresentação de projetos de caráter social e produtivo propiciaria organização social e produção. (FREITAS JR, 2005, ANEXO A).

Desse modo, fica claro que uma das estratégias utilizadas pela rede para desencadear suas ações junto aos membros e possíveis membros tem no Estado um importante articulador. Podemos dizer que a reivindicação por políticas públicas para o setor apícola, bem como

¹⁵⁰ Os Municípios contam com experiências da Rede Abelha que desenvolveram o PLANSEQ 2008 são: na Bahia: Irece, Remanso; no Ceará: Tiangua, Croata, Maranguape; Amazonas: Rosário, Presidente Juscelino, Morros; Minas Gerais: Tombos; Mato Grosso do Sul: Bodoquema, Bonito, Bela Vista; Paraíba: Aparecida, Conde; Pernambuco: Mirandiba, Serra Talhada; Piauí: São Raimundo Nonato, Simplício Mendes; Rio de Janeiro: Teresópolis, Guarapimirim; e Rio Grande do Norte: Macau, São Paulo do Potengi, Lagoa Salgada, Pendências, Ceará Mirim. (MTE, EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA, 2008, ANEXO II-B, PLANSEQ ECOSOL, p. 14).

participar daquelas que já existem é um objetivo perseguido pela rede desde a sua constituição. Além disso, a rede procura ampliar cada vez mais o diálogo com o Estado:

Uma tática conseguinte era a cobrança por representantes da Rede a estes gestores públicos, seja na forma de projetos apresentados para concorrerem com editais públicos, seja na forma de cobrança por políticas públicas [...]

Essa intervenção ainda não possibilitou mudanças ou criação de políticas públicas específicas, mas vem possibilitando aos grupos de base e à própria Rede os acessos a algumas destas políticas, o que anteriormente era praticamente impossível [...]

Mas, na medida em que a rede Abelha continuar viva e atuante em sua trajetória, sendo propositiva, sendo crítica, falando a partir da expressão de um coletivo, a compreensão do que é Rede vai sendo transformada também no espaço governamental, especialmente, naqueles que ocupam as instâncias públicas que vão percebendo que a ação é de um ator coletivo que vem em nome da sociedade civil articulada em Rede coletiva. (FREITAS JR, 2005, ANEXO A).

O acesso às políticas públicas é um objetivo central para a rede e, por isso, este constitui em um dos fatores que a impulsiona a participar dos projetos no âmbito do PNQ, tanto do PROESQ como do PLANSEQ. A atuação da rede junto aos órgãos governamentais foi bastante ampliada, inclusive, fez parte da Comissão de Concertação do PLANSEQ Ecosol (SEMINÁRIO NACIONAL DE SISTEMATIZAÇÃO, 2008, p. 14). Ainda, a rede tem estreitado o diálogo com a SENAES, como podemos perceber na fala de um entrevistado sobre a interlocução entre rede Abelha e SENAES: “[...] Eu acredito que deve ter uma parceria nesse sentido, porque a Rede Abelha estava muito ligada a SENAES [...] aí a gente foi pra Brasília e tinha muito essa parceria, troca e daí chegava a um objetivo comum [...]” (MEMBRO 4 REDE ABELHA, 2011).

É importante apontarmos que a atuação da rede no campo político e econômico tem no Estado um importante articulador e mediador das ações que realiza, na medida em que conta com o financiamento de políticas públicas como fundamental para o desenvolvimento da rede. Neste caso, um dos desafios financeiros enfrentados pela rede que a levam angariar recursos públicos diz respeito às ações voltadas para o aperfeiçoamento dos apicultores e disseminação de novas tecnologias. Devido a essa necessidade a rede inscreve-se no PNQ para desenvolver os PLANSEQs e também o PROESQs. Sobre a ampliação das ações de formação podemos notar a importância do financiamento público para essas iniciativas:

Como é que a gente ia produzir o material didático se a gente não tinha condições de levar para a gráfica? Como é que a gente iria fazer um material que tivesse sistematização coletiva, que tivesse uma validação ampla. Uma cartilha sendo validada no território nacional só foi possível porque o PNQ propiciou as condições pra gente reuni os educadores do Brasil e produzir o material didático. [sobre a parceria no âmbito do PNQ] foi as principais, foi a que impulsionou. A gente teve

outras parcerias, posso até citar, mas foi muito importante porque essa política pública atendeu a uma lacuna existente na Rede Abelha, um material didático produzido com financiamento público, e um material que voltou para a população, material que foi levado para a formação; e aí muitos grupos foram formados por esse material didático, muitos grupos começaram a ter contato com esse material técnico sistematizado. Você tinha muitos grupos, mas grupos que não tinham formação; tinham formação cultura: como cultivar abelha eu aprendi com meu avô, com meus tios- diziam eles- por alguém que me ensinou, esse saber popular é muito importante. (MEMBRO 1 DA REDE ABELHA, 2011).

2.3.2 O PROESQ do PNQ

O PNQ é implementado por meio de PLANTEQs (Planos territoriais de Qualificação), PLANSEQs (Planos Setoriais de Qualificação) e PROESQs (Projetos Especiais de Qualificação e Certificação Profissional) (BRASIL, 2008b). Neste trabalho, enfocaremos o PROESQ, que se destina à elaboração e validação de materiais didáticos a serem utilizados na formação nos PLANTEQs e PLANSEQs, assim como prevê o desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas para os empreendimentos de Economia Solidária e a certificação profissional¹⁵¹.

Art. 11. Os ProEsQs – Projetos Especiais de Qualificação contemplam a elaboração de estudos, pesquisas, materiais didáticos-pedagógicos, materiais de divulgação, metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional, desenvolvidos em forma de projeto-piloto ou em caráter experimental e executados por entidades sem fins lucrativos de comprovada especialidade e capacidade técnica e econômico-financeira. (BRASIL, 2008b).

O PROESQs é uma inovação em relação ao PLANFOR, pois não havia essa modalidade de projeto. De acordo com um dos entrevistados (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011) o momento mais importante do processo de formação da Rede Abelha no PNQ foi viabilizado pelo PROESQs, pois permitiu a elaboração de materiais didáticos, sendo que o PLANSEQ não guardava significativa diferença com o PLANFOR.

A diferença [em relação ao Planfor] é sobretudo [...] um se destina à formação e o outro se destinava à elaboração de material didático [...]. Agora nós, em ambos, trabalhamos com essa questão, formação do educador com conhecimento popular, difusão de tecnologias alternativas e formar a pessoa para que pudesse intervir onde ela estivesse [...]. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011).

¹⁵¹ Art. 12 (BRASIL, 2008b) diz que a ação de certificação consiste no reconhecimento de saberes, habilidades e práticas profissionais, desenvolvidas em processos formais ou informais de aprendizagem.

As ações executadas a partir desses projetos são importantes porque são capazes de apontar a tendência na qualificação no PNQ, uma vez que as diretrizes metodológicas, políticas de formação e as tecnologias a serem disseminadas ao público da Economia solidária são pensadas nesses projetos, uma vez que “[...] § 3º os produtos e resultados dos PROESQs são de caráter público e devem ser disseminados e disponibilizados pelo MTE para utilização como referência no desenvolvimento de ações similares no âmbito do PNQ” (BRASIL, 2010b).

O MTE/SENAES (BRASIL, 2005, p. 13) objetiva que os PROESQs fortaleçam a Economia solidária por meio da:

- desenvolvimento de metodologias para a formação em autogestão;
- construção de metodologias para formação em mapeamento e bancos de dados da economia solidária;
- elaboração de materiais didáticos sobre temas diversos da economia solidária;
- estudos e pesquisas no campo conceitual da economia solidária, e seus desafios para a ação educativa;
- metodologia de intercâmbio entre experiências de formação em economia solidária;
- sistematização de experiências de formação e incubagem em economia solidária;
- estudos sobre os produtos e mercados em economia solidária.

[...] No âmbito do PNQ, deve ter como objetivo/resultados: [...]

- elaborar metodologias de qualificação e estudos voltados para as exigências de economia solidária; [...]. (BRASIL, 2005, p. 13).

Desse modo, os projetos PROESQs indicam o alcance das ações de formação no PNQ ao apontar suas diretrizes e estágio de desenvolvimento das tecnologias sociais. As metodologias e tecnologias desenvolvidas pelos PROESQs devem constituir-se em estratégias eficazes no enfrentamento do desemprego, precarização do trabalho e superação da pobreza conforme as diretrizes do PNQ (BRASIL, 2005, p. 8-12).

A necessidade que a rede tinha de desenvolver materiais de formação específicos para a realidade apícola da região, as formas coletivas de trabalho vivenciadas na produção e, sobretudo, a carência de formação dos agricultores familiares¹⁵² são fatores que incidiram positivamente na avaliação do PROESQs pelos membros da rede e da SENAES:

O PROESQ possibilitou a gente construir alguns instrumentos de intervenção na realidade com metodologias vinculadas à educação popular, vinculadas a uma busca de articulação do conhecimento científico com o conhecimento popular, para que as pessoas pudessem cada vez mais se apropriar de uma tecnologia que respeitava cada vez mais o saber tradicional, mas que ao mesmo tempo possibilitava a ele novas

¹⁵² Nawroski (2010, p. 96) também identificou que a boa receptividade da alternância devia-se a carência de formação dos agricultores familiares.

informações, aí a gente foi chamando aos poucos a formação ecológica da Rede Abelha. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011).

Era um material de primeira que a gente tinha [referindo-se ao material criado pelo grupo no âmbito do PROESQs]. A gente ia para os congressos né e nesses congressos era lançado o material e a gente trazia o material didático pra casa, estudava. Onde a gente nem sabia o que era rainha, depois disso nós aprendeu a definir o que era rainha, operária, zangão e fazer até melhorar os alimentos das rainhas nas Colméias [...].(MEMBRO 6 REDE ABELHA, 2011).

Hoje a Rede Abelha a partir desse plano [referindo ao PLANSEQ e PROESQ] se ampliou muito, tanto em formação quanto em fomento e esse é um resultado positivo. [...] Só a Rede Abelha que no caso já tinha passado por um plano especial - o PROESQ com construção de metodologia e tudo. Ficou uma referência importante para o trabalho que está sendo desenvolvido. (MEMBRO 15 SENAES, 2011).

A execução do projeto PROESQs permitiu à rede avançar no processo de formação a partir das metodologias apropriadas desenvolvidas pelos apicultores e de algumas adaptações nos instrumentos de trabalho que foram realizadas. Esse processo trouxe maior conhecimento técnico sobre o processo de criação das abelhas para uma população que tinha pouco conhecimento dessa prática. Assim, permitiu o aperfeiçoamento das práticas apícola na região. Apesar das contradições, que iremos discutir em seguida, na orientação e execução do PNQ, podemos evidenciar algumas contribuições do PROESQ para os trabalhadores relacionadas à ampliação do conhecimento sobre a atividade apícola.

Embora os PROESQs tenham sido considerados fundamentais para se consolidar a formação da Rede Abelha, se observarmos a Res. 575, Art. 19, notamos que no máximo 7% dos recursos devem ser destinados para o PROESQs, convênios de gestão e certificação profissional, montante inferior aos 70%, destinado aos PLANTEQs, e 20%, aos PLANSEQs. (BRASIL, 2008b)

É coerente que as ações de qualificação para abranger número maior de beneficiários requeiram montante de recursos maior, entretanto, cabe considerarmos a importância que o desenvolvimento de metodologias e tecnologias sociais adequadas tem para as ações de qualificação em Economia Solidária. Caso não haja investimento suficiente a ponto de possibilitar avanços nessas áreas, qualquer estratégia formativa para Economia Solidária replicaria práticas e modelos inadequados à estruturação dos empreendimentos.

2.3.3 Do discurso à execução: a execução do PROESQ/PNQ pela Rede Abelha

A partir dos dados coletados na pesquisa empírica com alguns membros da Rede Abelha, pudemos verificar que a materialização das orientações do PNQ envolvem controvérsias que nos levam a questionar a respeito de sua viabilidade efetiva. Nesta seção discutiremos alguns aspectos ressaltados pelos entrevistados, sendo eles: a) a descontinuidade na formação profissional no PNQ; b) a insuficiente articulação com a educação básica; c) as tecnologias sociais e metodologias de ensino desenvolvidas; d) atrelamento ao Estado; e) sentido da formação para Economia solidária.

Um aspecto recorrente nas falas dos entrevistados da Rede Abelha referiu-se a descontinuidade das ações formativas no âmbito do PNQ, como podemos observar:

Eu acho que uma primeira coisa é que a gente precisa ter programas de formação. E esses programas têm que ser contínuos, não podem ser pontuais. Porque vem um PNQ, ele acontece num tempo e num espaço, tudo bem [...] mas o movimento social não acontece num tempo e num espaço, se ele acontece num tempo e num espaço ele está fadado a sua liquidez. Então o movimento social ele tem um tempo muito maior do que o da política pública. Então o que ocorre são os espasmos, os hiatos entre um financiamento e outro financiamento. Porque você tem que manter uma equipe técnica permanente para elaborar, para ficar aguardando a aprovação do projeto, para ficar aguardando a publicação dos recursos, para ficar aguardando as diretrizes, então é um tempo muito longo e o movimento social ele perde muito porque ele precisa de uma política pública que seja contínua e não tenha hiatos. Infelizmente a política de Economia solidária ela é feita de hiatos, de vários hiatos. E esses vários hiatos trazem um prejuízo enorme para os sujeitos. Agora se você for aprofundar e dizer assim, mas o projeto que o governo lança tem uma data de início e uma data de fim, então para eles o projeto se realizou, tudo bem. Desse ponto de vista não há hiatos. Mas se você pensa a partir do movimento social, vc vai ver que há um conjunto de hiatos, começa um processo de formação, termina, até que venha começar um outro processo. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011).

Eu acho assim, não ta havendo aquele financiamento que tinha no início né, ta havendo esse distanciamento, mas eu acredito que com o trabalho que foi feito a gente deve levantar a cabeça e dar continuidade a esse trabalho. Não pode parar uma coisa que foi criado por a gente, com luta, as pessoas que veio de fora e a gente deixar morrer. (MEMBRO 2 REDE ABELHA, 2011).

Não teve continuidade, não houve, assim, não sei nos outros Estados, mas pelo menos aqui na Paraíba deu uma travada. Ele teve começo, meio e fim, certo [...]. Agora em relação a outros cursos vindouros não houve sequência de outros cursos que eu acho que seria interessante. Estou falando de um curso para outro. [...] Agora eu digo assim, após esse, um novo curso, então uma seqüência, uma nova capacitação, um acompanhamento do próprio curso que foi dado, porque hoje nós temos apicultores que não praticam mais [...] teve bastante jovens, não foram pessoas que já criava abelha, então tem bastante jovens que continuam criando abelha, outros não. Recebeu a capacitação, formou-se o grupo e depois desfez-se os grupos, hoje tem pessoas que não ta mais exercendo atividade de apicultura. (MEMBRO 4 REDE ABELHA, 2011).

Tinha que ter uma coisa pra gente se aperfeiçoar do mercado do mel no Nordeste, que tava crescendo cada vez mais e a gente tinha que produzir com qualidade, então tinha que ter continuidade, não só ensinar a produzir e montar apiário, tinha que ter continuidade. (MEMBRO 5 REDE ABELHA, 2011).

Eles avaliaram que não era suficiente, mas também depende porque os menores tiveram dificuldades e acharam que foi muito tempo essas 200 horas, porque eles tinham que deixar de estar produzindo pra estar assistindo aula. Agora, para o mais organizados, as 200 horas não dão conta de tudo, eles precisariam de mais e tipo, um básico, um intermediário, um avançado. É mais uma perspectiva da continuidade e não algo estanque do tipo: Ah, tive 200 horas e sabe-se lá quando vai ter outro curso. (MEMBRO 1 SENAES, 2011).

Essa descontinuidade das ações formativas é percebida pelos sujeitos da pesquisa apesar da entidade ter participado em mais de um edital. A lógica de edital revela a insuficiência de atender a todo o público demandante por qualificação profissional e procede-se na seleção daqueles considerados mais aptos a desenvolver tal atividade, trata-se de um procedimento padrão nos órgãos públicos e revela impossibilidade do Estado efetivar a universalização de alguns direitos sociais, entre eles, o acesso à qualificação profissional. A necessidade de se fazer a seleção das entidades e a disputa travada entre elas para concorrerem aos financiamentos públicos ficam mais evidentes se considerarmos a redução abrupta do montante de recursos do FAT destinados à qualificação profissional. Esse fato indica que a prática de editais e a dificuldade de se universalizar o direito à qualificação profissional tende a vigorar por muito tempo, caso não se amplie significativamente o orçamento público para essa atividade. Neste caso, se contrapusermos a ideia da qualificação social e profissional como direito que deve ser universalizado ao longo do tempo com o discurso difundido, percebemos que a política pública de qualificação não evolui nessa direção. Ao contrário, a análise da política de formação tem demonstrado a tendência de se caracterizar cada vez mais pela focalização de grupos considerados prioritários. Assim, a descontinuidade retrata a insuficiência do PNQ atender às populações a que se destina.

Desse modo, os programas de qualificação ofertados tornam-se pontuais ao se caracterizarem por uma série de cursos oferecidos sem a garantia de continuidade do processo formativo, com um espaçamento entre um curso e outro e ausência de acompanhamento contínuo do processo formativo. Todos esses fatores dificultam a constituição da qualificação como direito na prática.

Se considerarmos que os empreendimentos de Economia Solidária encontram-se muito dependente financeiramente do Estado e que as maiores possibilidades de ampliar a formação dos trabalhadores são por meio dessas políticas públicas, a repercussão dessa descontinuidade agrava-se, ocasionando, muitas vezes, o abandono pelos trabalhadores desse modo de organizar a produção, como pudemos extrair dos relatos. Nesta medida o objetivo do

PNQ no art. 1º, §2º, de “estabelecer uma articulação entre o trabalho, a Educação e o Desenvolvimento, considerando a qualificação social e profissional um direito do trabalhador e instrumento indispensável à sua inclusão e aumento de sua permanência no mundo do trabalho” (BRASIL, 2008b) encontra limites para se materializar.

Outro aspecto a ser considerado refere-se à insuficiência da articulação com a educação básica, conforme prevê o art. 3º, II, (BRASIL, 2008b): “[...] elevação da escolaridade do trabalhador, por meio da articulação com as políticas públicas de educação, em particular a educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica [...]”.

A articulação com as modalidades de educação básica é fundamental para a qualidade da ação formativa, principalmente se considerarmos que grande parte do público atendido, inclusive aqueles da Economia solidária, são analfabetos ou cursaram apenas o ensino fundamental. Caso não haja articulação entre formação geral e técnica, os cursos de qualificação tendem a se restringir ao pragmatismo do fazer sem fundamentação teórica aprofundada sobre as relações de trabalho.

Para os empreendimentos que se identificam autogestionários, a necessidade de formação sociotécnica com fundamento na ciência e tecnologia é urgente e fundamental. Uma vez que a organização do trabalho volta-se para o trabalhador, inclui-se entre os conhecimentos necessários: a busca de novas formas de organização do trabalho e do processo de trabalho, o funcionamento do mercado de trabalho e de intercâmbio das mercadorias para sobreviverem no mundo produtivo, bem como aqueles voltados à construção de coordenação ampla dos processos alternativos de produção destinada ao enfrentamento do capital. Esses conhecimentos vão além das exigências tecnológicas das organizações capitalistas tradicionais, pois para os trabalhadores é fundamental apropriarem-se da crítica da sociedade existente, bem como desenvolver ou aprimorar as formas alternativas de organização do trabalho, criar tecnologias apropriadas aos empreendimentos e contribuir para na construção do planejamento das iniciativas de produção associada capaz de congrega experiências similares de produção e integrar os demais movimentos sociais e de luta dos trabalhadores¹⁵³ em um projeto de enfrentamento do capitalismo que tenha como horizonte outra sociedade, a partir de outros mecanismos de controle societal submetido à

¹⁵³ Para Santos e Rodrigues (2002, p. 64) o potencial emancipatório e a perspectiva de êxito das alternativas de produção associadas dependem em grande parte da integração entre processos de transformação econômica, culturais, sociais e políticos. Gaiger (2004, p. 808) diz que, por um lado, a sorte da Economia solidária depende de um novo sistema de regulação, capaz de ordenar dinamicamente as regras do jogo econômico de modo a expandir as práticas de autogestão e ampliar a escala daqueles iniciativas que proliferam em pequena dimensão. Apesar de haver essa necessidade de integração, o mesmo autor (2004, p. 811) menciona que o enraizamento local, a dispersão de desarticulação da maior parte dos empreendimentos dificultam seu raio de ação e, segundo ele, apenas o Estado parece ter a capacidade de articular políticas abrangentes.

auto-organização dos trabalhadores, conforme define Mészáros (2005; 2009). Tais saberes complexos não se constroem nem são apropriados sem o fundamento da educação básica.

Pistrak (2005), educador russo que viveu entre os anos de 1888-1940, indica as grandes linhas que devem fundamentar a escola do trabalho na fase de transição para socialismo, as quais são válidas para pensarmos em que consiste uma educação que se proponha romper com a ordem do capital. O autor diz que a educação das massas, condição da consolidação da conquista e das realizações revolucionárias, devem permitir que se compreenda seus interesses e objetivos de classe, as questões vitais e urgentes que derivam dessa luta, neste caso “A revolução e a escola devem agir paralelamente, porque a escola é uma arma da revolução” (PISTRAK, 2005, p. 30).

Do ponto de vista da luta dos trabalhadores associados não há como apartarem-se da escola, mas é necessário apropriar-se dela e inverter sua lógica, modificá-la completamente e radicalmente em benefício da organização dos trabalhadores. Neste caso, rejeitar ou não se apropriar dos fundamentos científicos reforçariam a posição subordinada na condução das instituições sociais e fragilizaria a luta dos trabalhadores. Temos que considerar que, historicamente, o conhecimento dos fundamentos da ciência encontra-se a serviço do poder e por isso destinou-se aos membros das classes dominantes, enquanto as classes dominadas limitaram-se ao fazer prático. O ensino na sociedade capitalista foi cindido entre geral e técnico como decorrência da divisão do trabalho, no qual o capitalista não devia realizar qualquer tipo de trabalho manual, tarefa a ser delegada aos trabalhadores. A esse respeito Ponce (2003, p. 148-149) observa como a educação e a escola estiveram, no decorrer da história, atrelada a reprodução das estruturas sociais vigentes em cada período. Assim, em conformidade com o patamar de relações de trabalho predominantes em cada período histórico, a educação é organizada para atender aos propósitos de reprodução¹⁵⁴.

Como estranhar, pois, que, ao lado das escolas industriais e superiores, destinadas a preparar os capatazes e os técnicos do exército industrial, a burguesia tenha reservado para seus filhos outro tipo de ensino, inteiramente separado do trabalho, que considerava como único tipo de ensino verdadeiramente digno das classes superiores?

¹⁵⁴ Consideramos, assim como Bruno (1996), que, no capitalismo contemporâneo, a demarcação entre trabalho manual e intelectual não seja mais o fundamento das relações de trabalho e sim o lugar que cada indivíduo ocupa na estrutura produtiva. Sendo assim, o que demarca a divisão do trabalho na atual sociedade é o poder decisão, isso porque, cada vez mais trabalhadores intelectuais submetem-se a um processo contínuo de proletarização.

E nessa lógica, os trabalhadores que se encontram subordinados nas relações de produção capitalista só tem acesso ao conhecimento necessário ao mundo da produção, o que significa que na sociedade contemporânea pode-se exigir conhecimentos com maior complexidade e capacidade de abstração em razão das necessidades produtivas da reestruturação produtiva, mas isso não situa os trabalhadores em relações de trabalho mais democratizadas nas quais tenham poder decisão.

Contudo, contraditoriamente, muitas vezes, os trabalhadores utilizam-se desses conhecimentos complexos para resistirem de forma organizada à dominação capitalista e se oporem às determinações fabris. Lojiline (1990) menciona que os novos modelos de gestão, apesar dos limites definidos para a participação dos trabalhadores, encontram-se diante de uma contradição na medida em que a descentralização contém germes de uma contestação muito mais radical da dominação patronal. Para o autor isso leva ao desafio de enfrentar uma nova modalidade de integração entre os assalariados, tal processo desestabiliza as relações de poder que fundamentavam a autoridade patronal e, se os trabalhadores souberem aproveitar esse momento, pode emergir um novo movimento social autogestionário¹⁵⁵. Leite (1994) indica formas de boicote dos trabalhadores contra a expropriação de seus saberes a partir da incorporação de tecnologia na fábrica. Além das formas mais autênticas quando criam o movimento dos trabalhadores quando organizam processos educativos em suas organizações de luta. Esse é o caso do MTS, por exemplo, cujas escolas subvertem o modelo convencional hierárquico de organização e mesmo os conteúdos voltados para a perspectiva burguesa de compreensão do mundo, como mostrou Dal Ri (2004).

Limitar-se apenas ao conhecimento técnico sem fundamento da ciência não é suficiente para que a educação possa alimentar o movimento dos trabalhadores em direção ao projeto da sociedade socialista. Cabe perguntarmos: em que medida a formação profissional a partir do PNQ tem avançado nessa direção?

A formação desse coletivo passa pela apropriação de saberes que prescindem de educação geral afinada com os propósitos e discussão das formas associativas de produção. Ainda que inicialmente seja necessário apropriar-se da educação formal que temos, atrelada às concepções pedagógicas liberais¹⁵⁶ e apartada do mundo do trabalho, a apropriação dos

¹⁵⁵ O autor menciona que muitos trabalhadores nas empresas francesas, em processo de remodelação, têm utilizado da descentralização para fazer descer informações ao coletivo. Contudo, muitas pesquisas têm apontado o sentido limitado da participação no *toyotismo* sem indicar formas inovadoras de combate pelo trabalho.

¹⁵⁶ Referimo-nos às concepções pedagógicas liberais para diferenciar daquelas inspiradas na proposta socialista. Este conceito está sendo aplicado de modo amplo, pois concebemos como sendo liberais toda corrente pedagógica que não tenha em vista o ideal socialista e, em decorrência disso, encontre-se separada do mundo

conhecimentos básicos é essencial a qualquer iniciativa de qualificação profissional que se destine a formar para o trabalhador associado.

Em um momento histórico distinto, final do século XIX e início do XX, marcado por conflitos de classe específicos da história espanhola, um educador que nos ajuda a compreender o papel fundamental que a educação racionalista e livre¹⁵⁷ pautada no conhecimento tem na mudança social é Francisco Ferrer. Ferrer (apud TRAGTENBERG, 2004, p. 136-137) defende a educação livre¹⁵⁸ para construir a renovação social, nela não deve haver a violência refinada e simbólica e seu ideário pedagógico deve fundamentar-se na Ciência, liberdade e solidariedade. Ainda, para Ferrer (TRAGTENBERG, 2004, p. 150) as classes dominantes esforçavam-se para conservar as crenças que reforçavam a disciplina social, por isso adaptaram o conhecimento científico às instituições estabelecidas, levando a dominar a escola.

Essa discussão é importante para percebermos o desafio que os trabalhadores associados terão pela frente para se apropriarem e adaptarem a Ciência a suas necessidades de vida e revolucionarem *paripassu* esse processo da vida social. Entendemos que esse deve ser o desafio educacional dos trabalhadores associados, uma vez que a educação deve estar a serviço da forma de organização do trabalho e da luta social dentro de um projeto mais amplo de construção da sociedade socialista.¹⁵⁹

Sobre o PLANFOR é importante considerarmos que a articulação entre educação profissional e aumento da escolaridade do público beneficiário não foi atingida. Esse fato suscitou intensas críticas, inclusive do próprio MTE. A mais recorrente foi de que o propósito anunciado no plano de formar para reestruturação produtiva não foi atingido devido ao fato de muitos serem analfabetos ou possuírem apenas os anos iniciais do ensino fundamental (BATISTA, 2002; BRASIL, 2003).

do trabalho. Referindo-se aos modelos pedagógicos contemporâneos, Duarte (2004) inclui na abordagem liberal as correntes pedagógicas neo-constructivistas, o constructivismo piagetiano, e as abordagens que predominaram no movimento escolanovista (embora neste caso haja exceções devido à diversidade de experiências distintas e de diferentes orientações políticas, como no caso de Freinet, por exemplo) em oposição à escola de Vigotski com orientação socialista.

¹⁵⁷ Segundo Tragtenberg (2004, p. 141) a escola racionalista ou moderna procurava desenvolver nos alunos a análise crítica dos juízos (no sentido de submeter a crítica os costumes, a política, a religião, a arte e os costumes), a valorização do pensamento científico (fundado na observação e experiência), educando integralmente o homem, nos aspectos afetivos e racional (ensinar os fundamentos das ciências naturais).

¹⁵⁸ Educação livre em Ferrer significa sem influência de qualquer tipo do Estado ou religião. [...] “Esse é o verdadeiro espírito da obra educacional de Ferrer: nenhum sectarismo, nenhuma estreiteza partidária, a mais leve sombra de predileção por escolas ou filosofias, amplitude de vistas e o respeito consciente á liberdade individual e o desabrochar da razão da criança” (MOURA apud TRAGTENBERG, 2004, p. 137).

¹⁵⁹ Ainda que os planos de qualificação estejam completamente imersos na dinâmica do capitalismo contemporâneo e foram construídos para minimizar seus efeitos perversos, no caso o desemprego, ao incluir o trabalho sob outras formas de organização, denominada autogestionária, é importante que tenhamos como horizonte outra referencia do papel da educação que não o da escola estatal capitalista de hoje e outras práticas educacionais informais que não ultrapassem a perspectiva da adaptação. Isso ajuda a balizarmos o rumo que tem tomado a educação dos trabalhadores associados no Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

Introduzido para superar as deficiências do PLANFOR, o PNQ recai no mesmo dilema se considerarmos a experiência da Rede Abelha na execução dos programas: não consegue elevar a escolaridade dos trabalhadores atendidos por não articular a qualificação social e profissional do PNQ com as políticas públicas de educação.

[Sobre as dificuldades encontradas na formação do PNQ] Muitas dificuldades. As dificuldades que eu digo que foi muito difícil era porque esses cursos era dado e o pessoal era quase todo analfabeto e a gente tinha que trazer o jovem de dentro pra participar, porque o pessoal mais velho, mais idoso, que nem eu era, o pessoal que só escrevia o nome e isso era feito a cartilha que levasse para a casa pros filhos lê e começar a entender melhor. Aqui no nosso grupo tinha uma pessoa que tem um entendimento assim: o cara não sabe lê, mas se bota o que for de apicultura dentro de um apiário um doutor ainda sofre na unha dele porque ele destrincha tudo. Ele tem um conhecimento que você nem imagina e aprende com a vida [...]. (MEMBRO 2 REDE ABELHA, 2011).

Segundo os membros da Rede Abelha (MEMBRO 3 e 4 REDE ABELHA, 2011) houve vários casos de pessoas que a partir dos cursos sentiram-se estimuladas e voltaram a estudar no ensino formal, inclusive, um dos membros formou-se técnico agrícola. Outros, disseram que passaram a valorizar mais a educação dos filhos e que, atualmente, podem auxiliá-los a continuarem os estudos mesmo que fora do município. Neste caso, as estratégias de ampliação da escolaridade são trajetórias individuais e os cursos funcionam apenas como estímulo para voltar aos estudos, mas verificamos que a parceria MEC e SENAES destinada à ampliação de escolaridade ainda é limitada e, no caso da Rede Abelha-RN como executora das ações do PNQ, não se efetiva. Isso põe em evidência a dificuldade de se materializar as políticas transversais que, apesar do discurso de que a política pública se faz de modo transversal, em especial, a de Economia Solidária. O pouco trânsito da SENAES no MEC, cujo diálogo é intenso apenas em algumas secretarias do MEC, repercute negativamente na formação básica dos processos de qualificação em Economia Solidária.

Para o PLANSEQ, especificamente, eles não trabalham com essa questão de elevar o nível de escolaridade, o formato é mais voltado para a qualificação mesmo. Inclusive eu me lembrei de uma dificuldade que nós tivemos: o número de analfabetos entre os pescadores era bem alto, então como dar pra eles o kit com caderno, lápis, borracha, teve que se mudar toda a metodologia e aí como inserir essa pessoa? O que a gente tem como o MEC são outros programas, como o de Economia solidária e elevação da escolaridade, que é o PROJOVEM, Saberes da Terra, um programa bem grande, é do MEC, mas tem parcerias com outras secretarias também. (MEMBRO 1 SENAES, 2011).

A SENAES (SCHOCHET, s.d) menciona que construiu articulações com duas secretarias do MEC: a SECADI¹⁶⁰ e a SETEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) e a partir disso desenvolveram cinco projetos¹⁶¹, sendo apenas um deles, o Programa Escola de Fábrica, com a SETEC a partir de 2007. De acordo com a SENAES (SCHOCHET, s.d) “A parceria envolve Instituições Federais do Ensino Tecnológico e Escolas Agrotécnicas, articuladas territorialmente pelos empreendimentos econômicos solidários participantes da ação”. Ao todo concluíram a formação 700 pessoas, sendo 200 nos cursos de formação profissional inicial de 200 horas e 500 jovens da indústria Catende nos cursos de gestão ambiental, piscicultura, bananicultura, floricultura e autogestão.

A partir dessas informações consideramos que o número de programa que inclui a Economia solidária é extremamente reduzido (apenas um), bem como o número do público atendido. Isso se agrava se considerarmos a demanda por formação em Economia solidária que, como vimos acima numa citação de um membro da SENAES, em um dos PLANSEQS havia 80.000 solicitantes por formação. Desse modo, fica evidente a insuficiência desse programa em contemplar efetivamente o público da Economia solidária apesar de se ter estabelecido a parceria entre a SENAES e SETEC.

A articulação parece ser mais intensa apenas com a SECADI onde existem programas para o analfabetismo, a Educação de jovens e adultos e outros públicos alvo da exclusão social, mas mesmo estes não estão articulados ao PNQ. Abaixo está explicitado essa insuficiência:

No campo da educação eu creio que temos que avançar muito, mas, quer queira quer não, temos que reconhecer que a SENAES se articulou também com as várias áreas do MEC. Na verdade isso significa mais que escolher um instrumento, é uma decisão política: se os ministérios, as pessoas que estão à frente, as secretarias querem de fato isso ou não. Eu penso que em cada um desses lugares há um pouco, tanto é que eles conseguem e se articulam com a SETEC, a SESU, a SECADI no campo, a EJA, mas de fato precisamos avançar muito mais [...]

[Sobre atuação do MEC no CNES] Nesse ano houve só uma que eu pude ir [reunião do CNES], mas o que eu senti um pouco é que era trazer nessa discussão que se dá dentro do conselho, por onde o MEC pode atuar ou ampliar sua ação com foco na Economia solidária. Tudo depende também das pessoas e no momento em que eu estava lá tinha um interesse maior pela diretoria e tal, mas isso tudo muda! [...]

¹⁶⁰ A sigla SECAD (Secretaria da Educação continuada, alfabetização e diversidade) foi substituída por SECADI (Secretaria de Educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão). De acordo com o MEC, nela reúnem-se temas como alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação escolar indígena e diversidade étnico-racial, temas antes distribuídos em outras secretarias (BRASIL, 2012).

¹⁶¹ Os projetos foram: 1. Projeto piloto de formação inicial e continuada de trabalhadores integrada à Educação de jovens e adultos- ensino fundamental; 2. Projeto de qualificação profissional em gestão de Economia solidária e cooperativismo com elevação da escolaridade; 3. Projovem Campo- Saberes da terra; 4. Programa Escola de fábrica; 5. Resolução nº 51- EJA e Ecosol.

[a compreensão do MEC sobre Economia Solidária] Não dá pra se responder enquanto MEC, porque ele não está em todo MEC [...]. A escola formal mesmo ela não trabalha com conceitos da Economia solidária, isso não está dentro do currículo. Então a idéia é essa: como podemos fomentar esse tipo de formação para na prática de fato ela aconteça [...] Na área da diversidade, na EJA, no campo, há um movimento de reconhecer o ensino não formal para além da educação formal. Como podemos reconhecer isso? Ou seja, nós temos que reconhecer que há muitas experiências que não estão dentro do sistema regular de ensino e são importantes. Não posso dizer que o MEC cria isso, essas questões são mais discutidas na secretaria de Educação em diversidade, onde, está o campo, o analfabeto [...] **o pessoal estava tentando fazer um levantamento do que na educação não formal pode ampliar as políticas de educação, inclusive essas articuladas no mundo do trabalho, da qualificação profissional e que também traz essa dimensão da Economia solidária.** (MEMBRO 12 MEC, 201, grifos nossos).

Do relato acima alguns aspectos merecem destaque. O fato de a parceria localizar-se apenas em algumas secretarias, em especial à SECADI, como consta acima, indica a dificuldade que as demais têm de lidar com a educação não formal ou ainda com modelos de educação advindos dos movimentos sociais, pois, muitas vezes, fogem à forma tradicional com que os demais níveis de ensino são concebidos no ensino regular. Esse dado demonstra certo traço de conservadorismo do MEC e pouca abertura ao diálogo com as experiências e práticas educativas que se propõem alternativa à forma de organização da escola pública.

É provável que o fato da SECADI ter a maior quantidade de programas em articulação com a Economia Solidária não se deva apenas pelo fato de identidade no público mantido, mas também a essa pouca disposição das muitas secretarias que compõem o MEC em desenvolver políticas públicas em parceria com experiências alternativas de educação.

Outro fator a ser considerado é o que alguns autores têm denominado falta de institucionalidade na política. Concordamos em parte com essa ideia, pois entendemos que a falta de institucionalidade é apenas um efeito de uma condição estrutural determinante, que são as políticas formuladas pelo Estado liberal. A questão que devemos nos deter não é discutir o efeito como se ele fosse a causa, mas ao identificá-lo cabe perguntarmos o que conduz a esse arranjo.

Concordamos com a falta de institucionalidade nas políticas do Ministério da Educação e de outros ministérios, uma vez que a mudança dos quadros de gestores do ministério repercute na orientação das políticas e, essas se tornam vulneráveis aos desejos e preferências de determinado grupo de gestores ou pessoa. Sendo assim, tais políticas caracterizam-se mais por programas e projetos específicos ao invés de ações contínuas que respeitem os direitos sociais.

Adeptos às teses de falta de institucionalização estão Gaiger (2006) e Schiochet (2011). Gaiger (2006, p. 230) diz que no Brasil é necessário recuperar as funções específicas e

as prerrogativas da esfera político-institucional, revertendo de uma certa maneira a excessiva politização da vida pública. Para o autor, o Estado é objeto de disputa política, portanto, os programas de governo incorporam as posições das forças momentâneas no poder e, com isso, sufoca a sociedade civil e condenam as políticas públicas à descontinuidade e instabilidade conhecida em todo governo. Para Schiochet (2011, p. 450-451)¹⁶² é a falta de institucionalização da política, da participação e do controle social, que dificultam a articulação e integração da Economia solidária com outras políticas públicas. De acordo com o autor seria necessário criar as condições da chamada hegemonia da Economia Solidária sendo capaz de exercer certa direção cultural e moral sobre a sociedade e sobre os governos para execução de suas políticas, o que vai além do ato de apenas legalizar. Entretanto, devemos considerar que Draibe (1990, p.15) já apontava a acentuada fragmentação institucional das políticas públicas referindo-se ainda à década de 1980¹⁶³, então não se trata de uma característica das políticas recém implantada de Economia Solidária, mas revela um traço estrutural que caracteriza as políticas de Estado. Entendemos que este traço estrutural de fragmentação das políticas revela a própria natureza do estado liberal, cujo alcance em termos de políticas públicas limita-se à elaboração das políticas reformistas. A falsa separação no Estado liberal da esfera política e econômica demonstra que os assuntos sociais a serem tratados pelo Estado são concebidos como pertencentes à esfera política e recebem tratamento reduzido ao não se integrar aos determinantes econômicos. Nessa perspectiva, como demonstra Brown (2009, p. 210), o capitalismo e o governo liberal inerente a ele faz com que a democracia reproduza e perpetue a hegemonia do mercado dentro de certos limites de tolerância e adaptação social, por isso fica impossibilitada qualquer forma de revolução social dentro deste marco legal. Essa discussão é importante para sinalizarmos que não se trata da necessidade de integração e institucionalização de políticas apenas, uma vez que a constituição do Estado liberal obedece à orientações contrárias ao acesso efetivo aos bens sociais, sendo necessário uma revolução social que não é possível na estrutura do Estado liberal. E, nesse momento, da constituição do Estado neoliberal a orientação tem sido cada vez mais marcada pela restrição dos direitos sociais e transferência para a sociedade civil, o

¹⁶² Diferimos da concepção de Schiochet (2011, p. 451) para o qual a disseminação da Economia solidária pelos demais ministérios e órgãos públicos é possível a partir do momento em que se crie condições políticas para que qualquer governo fique constringido do ponto de vista social e moral a implementar um conjunto de ações e apoio. Entendemos que isso seria insuficiente dada à orientação do estado liberal como discutimos acima.

¹⁶³ A autora (DRAIBE, 1990, p. 26) diz que os governos de oposição eleitos em 1982 começaram a por em prática algumas medidas no campo social marcadas, dentre outras características, pela tentativa de integração de ações sociais face às clientelas específicas ainda que tímidas, reativas, parciais e fragmentadas. Interessamos aqui salientar esse traço estrutural das políticas de Estado e indicar que não se trata de algo

que reforça a fragmentação das políticas uma vez que cada ministério tende a centrar-se em suas políticas específicas.

A dificuldade na articulação entre o PNQ e as áreas do MEC deve-se também a pouca penetração que os temas relacionados ao mundo do trabalho têm nas políticas públicas de Educação e, neste caso, inclui a Economia Solidária. Esse é um indicativo de que as políticas de educação, mesmo a de formação profissional e tecnológica, encontram-se em certa medida afastadas do mundo do trabalho daqueles segmentos alvo da precarização e exclusão das relações formais de trabalho. Essa realidade coloca-se de forma imperativa tanto no PLANFOR como no PNQ, pois ambos não avançaram na elevação da escolaridade do público atendido embora estivesse previsto em ambas resoluções (BRASIL, 2001, 2008b).

Em relação à SENAES percebemos que a articulação com outros ministérios e secretarias é mais intenso como podemos perceber:

[...] nós temos dois ministérios com a interlocução mais forte: o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) por conta da política de desenvolvimento territorial, e o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) em razão da política da inclusão produtiva e agora pela coordenação do Brasil Sem Miséria. Agora, na área de saúde mental essa interlocução também é significativa. No Ministério da Justiça, nós temos na interlocução com um volume significativo de recurso no PRONASCI (Programa de Segurança por Cidadania). (MEMBRO 4 SENAES, 2011).

Dois aspectos merecem ser destacados. O primeiro diz respeito à ausência do MEC entre os maiores articuladores na implementação de políticas de formação para Economia solidária. Esse fato é bastante controverso porque a formação profissional desse público carece de ampliação da escolaridade, como indicamos. A princípio, o MEC incube-se dessa função que é combater o analfabetismo e concretizar o direito à educação fundamental em qualquer idade, conforme traz a Constituição Federal de 1988. Sendo assim, articular-se aos processos de qualificação profissional por meio da oferta de elevação da escolaridade desse público deveria constituir-se em um dos objetivos a ser perseguidos também pelo MEC.

O ônus que essa ausência acarreta é a fragilidade e insuficiência da formação oferecida e, no caso específico da Economia solidária, o prejuízo é ainda maior, uma vez que os trabalhadores deixam ter acesso a uma série de conhecimentos complexos imprescindíveis à gestão do empreendimento por não disporem do acesso à escolaridade, bem como sua ausência contribui para que os trabalhadores sintam-se inferiorizados e resignem-se em uma postura subordinada e contrária a prática da autogestão, como indicaram a pesquisa de Martins (1997) e Alaniz (2007). Com isso, os sujeitos que se organizam de forma associada,

denominadas por eles de autogestão, tornam-se menos autônomos e mais dependentes da informação a ser transmitida por outros. Essa é outra contradição evidente no processo de formação para autogestão, pois cabe questionar que tipo de saber pode ser veiculado sem a intermediação de conhecimentos básicos que o fundamente. E, ainda, qual o potencial desse conhecimento sinalizar para um outro modelo de educação em benefício às formas de organização da produção alternativas e de luta da classe trabalhadora. Esse é um indicador bastante grave sobre o tipo de formação que se veicula na política pública para Economia solidária no PNQ que compromete a construção de um projeto de educação alternativo ao modelo capitalista que reproduz nas instituições escolares a divisão do trabalho existente na sociedade e que tenha a mudança social como horizonte.

Além disso, temos que considerar a impossibilidade de se avançar no campo da construção de tecnologias sociais alternativas que façam frente àquelas que vigoram no mercado de produção capitalista. Se tivermos em vista que a elaboração de tecnologias prescinde do avanço das descobertas científicas e que aquelas a serem destinadas ao trabalho associado, ainda que agreguem outros elementos como será discutido à frente, também passam pela apropriação desses conhecimentos, então cabe considerarmos que a formação dos associados é condição essencial para a construção de novas formas de organização do trabalho.

Outro fator que merece destaque é o fato de as articulações mais intensas da SENAES ocorrerem com os programas de combate à pobreza e exclusão social.

Vou dar um exemplo pra você: o Plano Brasil Sem Miséria, que hoje é coordenado por uma Secretaria extraordinária, não é o CNES que tem uma forte influência sobre ele, pelo contrário, para o conselho é visto como uma oportunidade de estar inserido nesse plano. Então o Plano Brasil Sem Miséria tem uma incidência mais forte na economia solidária do que vice e versa. E a gente tenta reverter isso, mostrando que a economia solidária tem um diferencial estratégico. E à medida que você mostrar que isso não é simplesmente um discurso, que tem base real [...]. (MEMBRO 4 SENAES, 2011).

Além das políticas de Economia solidária ser considerada transversal¹⁶⁴, o fato de ela articular-se às políticas direcionadas a minimizar a miséria¹⁶⁵, bastante difundida pelo governo Lula, indica que a política pública brasileira de formação profissional para o público da Economia solidária é coerente com as orientações dos organismos multilaterais (Brown, 2009) e com a agenda neoliberal dos últimos anos para o primeiro mundo e América Latina. Draibe (1990, p. 93) diz que há razões de ordem econômica e política para se eliminar a

¹⁶⁴ Essa discussão pode ser encontrada em França Filho (2006) e também é ressaltada por membros da SENAES ao mencionar que as ações da economia solidária estão em vários ministérios

¹⁶⁵ No PNQ os beneficiários de programa bolsa família são considerados público prioritário.

pobreza e inseri-la na esfera do consumo, para isso é preciso que os destituídos sejam capacitados para produzirem e adquirirem certa independência do assistencialismo emergencial. França Filho (2006, p. 265) ao discutir o caráter indutivo¹⁶⁶ das políticas de Economia Solidária percebe essa orientação ao combate à pobreza e às desigualdades sociais, na medida em que tais políticas lidam com categorias marginalizadas da sociedade.

Além dos objetivos políticos, uma das preocupações no campo econômico é inserir cada vez maior parcela da população pobre na esfera do consumo.¹⁶⁷ Nesse sentido, ainda que não se almeje a uma mudança radical da condição de vida, sair da faixa da miserabilidade e passar a consumir determinadas mercadorias é necessário à acumulação do capital. Entendemos que a inserção da Economia solidária por meio das ações de geração de trabalho e renda no PNQ, assim como os demais programas de minimização da miséria, insira-se nesse objetivo de promover certo nível de desenvolvimento social e produtivo para fomentar o consumo dos pobres.

Devemos mencionar que a limitada articulação que se faz com alguns ministérios deva-se a própria característica de política transversal da Economia Solidária, como discutiremos no capítulo 3. A prioridade de muitos ministérios não são as experiências de Economia Solidária, uma vez que têm suas políticas específicas, como indica ser no caso do Ministério da Educação e, ao mesmo tempo, a maior articulação com outros ministérios decorre do caráter de política direcionada à pobreza. No MEC observamos que há articulação mais intensa com apenas uma secretaria enquanto as demais, vinculadas ao ensino formal, sequer abrem-se para os temas relacionados à educação e trabalho na perspectiva do trabalho associado, formas de autogestão e/ou Economia solidária, ainda que tais experiências possam ser úteis para auxiliar na construção de políticas para a organização e gestão escolar.

¹⁶⁶ O autor considera essas políticas indutivas no sentido de promover a auto-organização do coletivo para alternativas sustentáveis de desenvolvimento. Isso se dá pelas iniciativas de organização de grupos informais e redes sociais, associativismo e cooperativismo. Para o autor, essas políticas são capazes de promover a reprodução ampliada da vida em contraponto com a simples reprodução da subsistência. O autor não demonstra tal afirmação, mas a diversidade de experiências que se autodenominam pertencentes a Economia solidária e com diferente potencial de desenvolvimento e de inserção produtiva, desse modo julgamos incipiente fazer tal afirmação, uma vez que a forma como se insere nas relações de produção dentro da divisão social do trabalho é que situa tais empreendimentos quanto a suas possibilidades de desenvolvimento sob outra lógica que não a valorização do capital. Além disso, cabe questionarmos como se dará a reprodução ampliada da vida subordinada à reprodução ampliada do capital.

¹⁶⁷ Uma pesquisa em dez das principais regiões metropolitanas do Brasil indica que a proporção de pobres cresceu substancialmente na comparação entre 1995 e 2004 e, contraditoriamente, o aumento do consumo de bens e serviços por parte dos mais pobres apresentou aumento significativo, o que remete a um quadro de transformação dos conteúdos associados à pobreza.

Outro aspecto a ser discutido refere-se às metodologias de ensino desenvolvidas pela Rede Abelha e as adequações ao processo de trabalho¹⁶⁸ com base na contribuição do Proesq-PNQ.

Embora a Rede Abelha-RN agregasse às experiências formativas desenvolvidas pelo grupo Colméias, antes mesmo de adentrar à Rede, é com a participação no Proesq-PNQ, destinado ao desenvolvimento de metodologias formativas e elaboração de material didático, que a rede avança na sistematização e no aperfeiçoamento de seus processos formativos. A possibilidade de criar material didático próprio, que atendia as especificidades da produção apícola da rede e a realidade de vida da população local, é considerada fundamental pelos entrevistados no desenvolvimento das atividades formativas e aprimoramento da produção:

O Proesq possibilitou a gente construir alguns instrumentos de intervenção na realidade com metodologias vinculadas a educação popular, vinculadas a uma busca de articulação do conhecimento científico com o conhecimento popular para que as pessoas pudessem cada vez mais se apropriar de uma tecnologia que respeitava cada vez mais o saber tradicional, mas ao mesmo tempo possibilitava a ele novas informações, aí a gente foi chamado aos poucos à formação ecológica na Rede Abelha. [...]

Então com o material didático que a gente construiu com essa política pública ou que a gente melhorou dentro dessa política pública, foi possível fazer processos de formação tendo suporte de material pronto. Então acho que a gente conseguiu ter muito êxito nas ações nossas porque além da gente ter formado o educador, a gente tinha o material didático para apoiar as ações educativas [...]. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011)

Era um material de primeira que a gente tinha. A gente ia p os congressos né e nesses congressos era lançado o material e a gente trazia o material didático pra casa, estudava. Onde a gente não sabia nem o que era rainha, depois disso nós aprendeu definir o que era rainha, operária, zangão, e fazer até melhorar o alimento da rainha nas colméias, a produção de mel a gente continuo, começou a aumentar porque o trabalho da gente tinha aprendido [...]. (MEMBRO 2 REDE ABELHA, 2011)

Os processos e produtos pedagógicos desenvolvidos no Proesq-PNQ são considerados pela SENAES como uma das experiências mais avançadas em termos de formação para a Economia Solidária dentre aquelas que receberam financiamento para a mesma finalidade. Os resultados dos processos formativos a partir do PNQ, principalmente, pelo Proesq-PNQ repercutiram positivamente na ampliação da Rede Abelha, como veremos:

¹⁶⁸ Preferimos utilizar o termo “adequações ao processo de trabalho” porque acreditamos ser prematuro falar em adequação sociotécnica, que designa a construção de tecnologias sociais que venham atender as especificidades e objetivos políticos das práticas de autogestão a partir de processos que, como discute NOVAES (2007, 41), modificam o *software* (questões relacionadas à repartição do excedente e mudanças culturais); *orgaware* (organização do processo de trabalho, participação dos trabalhadores no conselho e decisões internas/ estratégicas da fábrica, concentração do poder nas mãos do (a) presidente, dos conselhos, etc.); *hardware* (adequação da tecnologia herdada (máquinas e equipamentos) aos propósitos autogestionários. A AST é definida como um processo e não como um resultado a ser obtido tal como concebia o movimento de tecnologia apropriada, “a AST substitui a idealização típica do laboratório pela prática concreta dos movimentos sociais”.

Hoje a Rede Abelha a partir desse plano se ampliou muito, tanto em formação quanto em fomento e esse é um resultado positivo [...] Só a Rede Abelha que no caso já tinha passado por um plano especial, o Proesq, com a construção metodológica e tudo e ficou uma referência importante para o trabalho que está sendo desenvolvido. (MEMBRO 13 SENAES, 2011).

[Sobre os benefícios ao desenvolver o PNQ/Proesq] Os benefícios que houve com a Rede abelha é assim, para uma rede, Rede Abelha, ela chegou a se tornar rede Brasil porque outros Estados também interessou muito na questão, tipo de prática que a gente da Rede Abelha criamos aqui no Rio Grande do Norte. O pessoal do Rio de Janeiro ficou tudo louco que a gente fosse lá pra fazer né. O pessoal de Minas Gerais, enfim né, muita gente de outros estados: São Luís do Maranhão chegamos ir lá também dar uma palestra né [...]. (MEMBRO 3 REDE ABELHA, 2011)

“[...] Ampliou a rede cresceu muito, decorreu desse processo quando começou o grupo Colméias que não era a rede abelha ainda, foi onde partiu para Rede Abelha, dentro do Rio Grande do Norte nós partimos de 10 comunidades nos partimos p 25 comunidades [...]” (MEMBRO 12 REDE ABELHA, 2011)

Desenvolver o PROESQ/PNQ foi fundamental para a rede sobreviver, aprimorar as técnicas de produzir e, principalmente, expandir-se pelo território brasileiro, seja pela financiamento obtido, sem o qual a rede encontraria dificuldades de executar ações formativas de maior abrangência territorial, seja pelo fato de que havia uma carência de aprimoramento na produção.

Antes não. [tinha acesso a livros, orientações de como produzir abelhas]. Trabalhava assim tirando abelha nativa no mato mesmo, mas não tinha nenhuma orientação, nenhuma cartilha, vídeo, essas coisas como trabalhar com a abelha, não tinha nenhum conhecimento direito com a abelha. Só sabia que dava mel e tirava mel e pronto, mas não sabia tanta coisa que a abelha produzia, a gente não sabia, achava que a abelha produzia só mel. Aumento o conhecimento da produção né. [...]. (MEMBRO 5 REDE ABELHA, 2011)

A importância atribuída ao PROESQ-PNQ, dentre outras razões, deve-se ao fato de que a população aqui referida faz parte daqueles que foram excluídos do sistema educacional e de qualquer possibilidade formativa ao longo de seu percurso de vida, então essa experiência é uma das poucas vezes que puderam ter acesso à educação.

[...] ajudaram, a gente sem os cursos a gente não ia a lugar nenhum né. Primeira coisa que a gente não tinha orientação, quase todos os apicultor é analfabeto, só sabe escrever o nome, se não tivesse esses cursos p gente sentir que a gente tinha valor e devia ser valorizado, daí os filhos da gente a partir disso daí o interesse foi maior, o respeito pela natureza nesse curso houve muito isso [...]. (MEMBRO 2 REDE ABELHA, 2011)

A importância das experiências formativas desenvolvidas pela Rede Abelha no projeto PROESQ-PNQ, conforme seus membros, deve-se, sobretudo, ao caráter inovador e coletivo do trabalho pedagógico desenvolvido. O caráter inovador do processo pedagógico pode ser observado pelo trabalho coletivo na elaboração dos materiais pedagógicos e metodologia empregada, pela formação de educadores da comunidade e, principalmente, pela repercussão que o acesso aos conhecimentos relacionados à apicultura teve na mudança de hábitos e práticas produtivas da comunidade pertencente a Rede Abelha.

A construção do material didático buscou contemplar a participação de todos os membros da rede, pois se preocupavam em retratar a realidade de vida e produção dos apicultores, bem como é útil no cotidiano da produção o coletivo apropriar-se desses conhecimentos e melhorar suas condições de produção. Sobre o trabalho coletivo assim se expressam:

[...] gente foi para os cursos teve os professores que vinha trazer para as comunidades ler com a gente e a gente pegou esse material quase que nem se fosse a sua enxada. De acordo com o que era discutido na reunião é que foi montando as cartilhas, monto todo o material. Os professor fazia o relatório, as discussões e montava a cartilha junto com todos os apicultores. (MEMBRO 2 REDE ABELHA, 2011)

Teve uma participação no todo porque os apicultores era quem vinha dar a contribuição e conhecimento do campo. Aí os articuladores, que estavam articulando o curso, copiavam o que estava dizendo, os interesses de cada região, pegava a região Agreste, a região do Óleo e cada uma região dessa era um problema diferente. Aí isso aí gerou um meio de qualificação e de trabalhar o material, ficou mais fácil, num ficou focado num canto só. (MEMBRO 5 REDE ABELHA, 2011).

Eu me lembro que debaixo desse pé de caju foi criado material didático até comigo. Eu e Rosa (esposa) temos material didático aqui. A história contada né, seu Manuelzinho e Dona Rosa né (risos). É eu tenho uma cartilha, era uma discussão que era feita aqui seu Manuelzinho muito assustado, mas uma história muito interessante. O galo cocó, o café da manhã e tem várias coisinhas contadas nessa cartilha que foi criado junto com a gente, junto com o Paulo. (MEMBRO 2 REDE ABELHA, 2011)

A elaboração dos materiais pedagógicos¹⁶⁹ e das metodologias de ensino ao ser resultado de trabalho coletivo permitiu que os educandos e formadores atribuíssem sentido ao

¹⁶⁹ A linguagem utilizada no material é de fácil compreensão e apresenta termos técnicos próprios da apicultura para se referir às plantas, mudanças do bioma e climáticas, os benefícios do mel à saúde, o processo de desenvolvimento das abelhas e a história da espécie, além de orientar as práticas de cultivo e montagem de apiário. Esses temas apresentam-se no material informativo e na cartilha a que os apicultores referem-se, com frequência, sobre sua importância cotidiana para sanar dúvidas a respeito do cultivo. O livro de história retrata a vida no campo dos membros da rede e a discussão em torno do que seja Economia solidária, cujos

processo educativo vivenciado e ao material pedagógico por entender que retratam as necessidades da produção apícola da região.

Essa característica do material formativo faz dele um importante referencial na construção de práticas pedagógicas da rede, que têm o trabalho como ponto de partida e fim da atividade formativa. Esse aspecto é importante porque a integração entre educação e o mundo do trabalho encontra grandes obstáculos para se efetivar na educação profissional veiculada pelo sistema regular de ensino, em decorrência da divisão do trabalho que marca a sociedade capitalista¹⁷⁰. Contudo, devemos considerar que todas as experiências educativas, bem como as ideias educacionais defendidas pela esquerda de diferentes orientações, seja pelo movimento anarquista¹⁷¹, seja pelos socialistas de orientação marxista¹⁷², os conhecimentos dos fundamentos da produção sempre se constituíram no objetivo principal de seu projeto educativo. Para esses movimentos o mundo da produção sob o controle dos trabalhadores associados é o fundamento de todo processo educativo.

No caso da experiência da Rede Abelha, as atividades formativas não se separam da atividade produtiva, mas são desencadeadas em função desta. Esse fato revela porque os apicultores, mesmos os analfabetos, não sentem dificuldade para compreenderem os cursos e

conceitos discutiremos mais à frente. Os materiais que tivemos acesso construídos no PROESQ/PNQ foram: a) livro de história “Fazendo Economia Solidária em sua comunidade”, 1 ed., 2010; b) material informativo “Os produtos da abelhas” que especifica as propriedades destes produtos e indica sua utilização; c) calendário anual com fotos do processo de formação ecológica dos jovens e embalagens com mel da Rede Abelha; d) CD “Cantando com as Abelhas” com 3 músicas sobre apicultura escritas pelos membros da Rede Abelha e propaganda informativa sobre “Os produtos das abelhas”; e) reedição da cartilha “Aprendendo com as abelhas”, sendo que a 3ª ed., de 2004, ainda não constava o apoio do projeto PROESQ/PNQ. Além desse material específico, há os textos elaborados por gestores da SENAES, cientistas que discutem a formação para Economia solidária, Políticas públicas do governo federal para Economia solidária e história e produção apícola. A cartilha foi construída pelo grupo Colméias antes da execução do PNQ pela Rede Abelha.

¹⁷⁰ No caso específico brasileiro, a educação profissional ao longo de sua história caracteriza-se pela separação entre técnico e propedêutico. Principalmente a partir da década de 1990, a reforma da educação profissional introduzida pelo Decreto 2208 de 1997 caracterizou-se por fragmentar ainda mais a educação profissional e apesar das alterações posteriores, sob o governo, introduzida pelo Decreto 5.154 de 2004 não foi suficiente para promover a articulação desse nível de ensino.

¹⁷¹ Um exemplo são as ideias e práticas de auto-organização defendida por Santillán (1980, p. 12-15; p. 173) e, muitas delas, implementadas no contexto da Guerra civil espanhola. Santillán, anarquista de grande influência no movimento operário espanhol, colaborou com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e produziu diversos textos e revistas antifascistas em defesa do pensamento anárquico. Influenciado pelas ideias de Bakunin, Santillán insiste na necessidade de um planejamento e coordenação mais coerente com a complexidade da vida econômica implantada pelas forças produtivas. Com a derrota da insurreição militar em grande parte da Espanha, os anarquistas põem em funcionamento em diversos locais a organização coletivista conforme as linhas defendidas por esse autor. A respeito do organismo da cultura, que se refere à Educação, o autor pressupõe que a cultura esteja estreitamente entrelaçada com os demais organismos da produção e da distribuição.

¹⁷² A formação na tradição marxista identifica-a com o projeto humano-genérico que objetiva a formação omnilateral, desenvolvimento de todas as faculdades do indivíduo *paripassu* ao desenvolvimento das forças produtivas de modo que satisfaça todas as suas necessidades por meio do trabalho (MANACORDA, 1986).

utilizam o material com frequência no cotidiano, uma vez que os conteúdos são extraídos da sua realidade de vida e estão voltados ao aprimoramento das condições de produção.

O processo formativo desenvolvido pela Rede Abelha a partir do PNQ traz contribuições em termos de atualizar os conhecimentos sobre os temas relacionados às técnicas de produção apícola, bem como incrementa a formação cultural dos trabalhadores no sentido de valorizar e sistematizar suas experiências e discutir conteúdos relacionados às questões ambientais e conjuntura política. Dos relatos abaixo, podemos identificar o tipo de contribuição que a formação no PNQ ofereceu aos membros da rede:

O PNQ na realidade agora achei melhor, veio mais coisas inovadas. Inovadas assim: despertou a gente para um momento mais educativo, mais prático [...] assim a questão dos conhecimentos que a gente não tinha, e através desses projetos do PNQ vem fazer de uma forma que nos desperte para desenvolver melhor, né. [...] A gente tinha um trabalho na Educação de apicultura, né. Criar a abelha com prazer, como criar as abelhas nativas, que não ferrua e também tem a questão do meio ambiente que foi muito importante também que sempre quem cria abelha tem que ter aquela relação com a natureza, meio ambiente, então isso não pode ficar de lado. [...].(MEMBRO 3 REDE ABELHA, 2011)

Pouca gente do assentamento participou [...] mas uns, quem participou hoje tem uma orientação muito maior e quem não participou só fez perde. (MEMBRO 2 REDE ABELHA, 2011)

O aprimoramento das formas coletivas de cultivo das abelhas e dos fatores ambientais relacionados a essa prática, bem como o fato dos apicultores beneficiados poderem participar de um processo formativo com discussões sobre as formas coletiva de produção e como acessar as políticas públicas foram as principais discussões no âmbito do PNQ. Esses temas constituem-se nos conteúdos dos materiais didáticos produzidos pelo PNQ/PROESQ e utilizados nos cursos PLANSEQs. Como indicou um dos entrevistados, essa formação tem um caráter prático, porque direcionada a gerar a curto prazo formas de subsistência a partir da exploração dos recursos naturais existentes na comunidade. Dizemos isso apesar de haver informações sobre a prática apícola provenientes de fontes teóricas nos materiais, contudo não parece suficiente para subsidiar a formação dos fundamentos da produção em uma perspectiva alternativa de organização do trabalho, iniciar a transformação dos meios e técnicas atualmente utilizados e promover a apropriação da cultura mais geral elaborada pela humanidade. Assim como Vygotski (BEATÓN, 2005) compreendemos que a apropriação da cultura está condicionada pela forma como a sociedade organiza suas relações sociais de produção, portanto, a existência de um sistema de exploração do ser humano, que é a base das desigualdades sociais, cria dificuldades para o pleno desenvolvimento humano. Por essa

razão, é fundamental nos perguntarmos sobre o avanço nas práticas educativas nas formas coletivas de produção, ou seja, se as relações sociais da produção associada têm viabilizado condições de apropriação da cultura de modo geral, bem como possibilitado avançar nas tecnologias condizentes com essa forma de organização. Nessa perspectiva, é que situamos a experiência da Rede Abelha no PNQ atrelada à forma de produção, afim de vislumbrarmos a potencialidade de sua experiência formativa.

Além dos conhecimentos difundidos circunscreverem ao universo vivido, ainda que proporcione melhores condições de manejo das técnicas de produção, um dos elementos que demonstram a dificuldade de maior aprofundamento da formação nessa direção está na ausência de ligação com conhecimentos básicos proveniente da educação formal. Embora a abordagem da educação básica e dos fundamentos do trabalho devam ser reformulados radicalmente¹⁷³, tais conhecimentos básicos são imprescindíveis para promover a autonomia dos sujeitos em relação ao processo de aquisição do conhecimento e o aprimoramento do processo produtivo, inclusive através do desenvolvimento de formas alternativas de produção e organização do trabalho com o intuito de superarem a replicação de técnicas.

¹⁷³ Ao dizermos isso temos em vista a discussão de Pistrak (2005), educador soviético, a respeito do propósito da educação necessária e a ser implantada no socialismo. Fazemos isso porque o trabalho em Economia Solidária, para alguns autores, como Singer (2005), significa alternativa ao capitalismo, sendo assim o propósito da formação seguiria esse objetivo. Na perspectiva marxista abordada por Pistrak, a relação entre ciência e trabalho, porém não se trata de associar educação básica e trabalho como dois núcleos distintos que se articulam artificialmente, mas se trata de mudar radicalmente o objetivo da educação ao voltá-la para o trabalho socialmente útil a partir de seus fundamentos científicos. A separação ensino e educação para trabalho não faz sentido na sociedade soviética, diz o autor, pois “[...] O trabalho é um elemento integrante da relação da escola com a realidade atual e, neste nível, há uma fusão completa entre ensino e educação. Não se trata de estabelecer uma relação mecânica entre o trabalho e a ciência, mas de torná-lo duas partes orgânicas da vida escolar, isto é, da vida social das crianças” (PISTRAK, 2005, p. 50). Assim, a própria escola é local de trabalho com objetivo social claro e definido socialmente. Desse modo, o objetivo da educação socialista dever ser oferecer os fundamentos científicos do trabalho ao mesmo tempo em que as crianças trabalham. Há na formação momentos de apropriação teórica, ainda que com certo nível de abstração, e outros de prática nos locais de trabalho e na escola de modo que ambos tenham como perspectiva o trabalho socialmente útil. Neste caso não há como cogitar a separação teoria e prática, tão discutida pela educação burguesa na escola capitalista, uma vez que todo o trabalho escolar volta-se para a atuação e compreensão da prática social. Essa discussão é importante para indicar o papel imprescindível da formação geral para compor a educação para o trabalho. Essa discussão mostra a inadequação da Educação que temos, no entanto, qualquer processo de formação para o trabalho associado, que congregue desenvolvimento das tecnologias sociais e a circulação das lutas, não pode prescindir da elevação do patamar de educação básica dos sujeitos. Com essa explanação pretendemos afirmar que não se trata de qualquer educação que atrele trabalho manual com intelectual, pois não seria suficiente. Mas, trata-se de educação que se oriente por objetivos radicalmente contrários aos mecanismos de reprodução do capital e esteja voltada para a emancipação humana em todas suas dimensões. Nesse sentido, Pistrak (2005, p.29) considera que, no contexto revolucionário, desenvolver a educação de massas é condição para a conquista e realização revolucionária, pois significa fazer os sujeitos compreender seus interesses de classes. Para o Pistrak (2005, p.31), a essência dos objetivos da nova educação deve considerar o homem como membro de uma coletividade internacional constituída pela classe operária em luta e contra o regime agonizante do capitalismo. “Em termos mais concretos, é preciso que a nova geração compreenda, em primeiro lugar, qual é a natureza da luta travada atualmente pela humanidade; em segundo lugar, qual o espaço que deve ser ocupado por cada adolescente; e, finalmente, é que cada um saiba, em seus respectivos espaços, travar a luta pela destruição das formas inúteis, substituindo-a por um novo edifício.” (PISTRAK, 2005, p.31)

Entretanto, uma educação que fortaleça as experiências de trabalho associado em direção à constituição de um planejamento amplo, orientado para o confronto com o modelo do capital, não é vislumbrada na formação no PNQ, mesmo quando este se dirige às iniciativas de Economia solidária. A formação veiculada tem em vista a adaptação às condições de produção vigentes no capitalismo, assim como se volta para a contenção da marginalidade na sociedade decorrente do desemprego e de outras formas de exclusão social. Um dos entrevistados capta muito bem uma das intenções implícitas na formação do PNQ quando se reporta à inclusão dos trabalhadores em situação vulnerável:

Em termos econômicos e cultural, era a intenção do curso manter as famílias no campo, era um dos objetivos ensinar a produzir e continuar todo mundo no campo, num ta vindo pra cidade porque aí a pessoa do campo dentro da cidade num vai saber produzir nada, só vai aumentar a marginalidade, produzindo lá no campo a coisa fica mais melhor. (MEMBRO 5 REDE ABELHA, 2011)

Embora os entrevistados apontem ter havido momentos de discussões teóricas, como consta nos conteúdos ministrados no PLANSEQ, podemos dizer que a formação no PNQ para a Economia solidária privilegiou saberes instrumentais a serem aplicadas na atividade produtiva. Dizemos isso porque não parece haver maior integração entre os momentos formativos destinados à formação teórica e à formação prática, mas ao carecer de conhecimentos básicos que ofereçam subsídios à apropriação dos fundamentos da atividade produtiva caracterizam-se como momentos justapostos. Fraga (2011, p. 177) ao se referir à formação dos engenheiros salienta que essa atividade se diferencia da artesanal por imbuir-se de saber teórico, sendo que para autora “Ensinar adotando a separação teoria e prática passa a ser então um modo de buscar essa diferenciação do saber empírico em relação ao saber científico”. Isso vale para os demais níveis de escolarização porque tal diferenciação é hierarquizada no mundo do trabalho e reforçada pelas diferenças salariais cujo efeito é a fragmentação da classe trabalhadora.

O entrevistado abaixo indica que a atividade prática carece de maior articulação com pressupostos teóricos:

Eu era mais apicultura mesmo, na prática mesmo, aí tinha outras pessoas que tratavam mais do meio ambiente. Tinha grupo de teoria, tinha grupo de prática, eu ficava mais nesse grupo de aula prática. Era como montar apiário, capturar enxame, observar a qualidade da flora nativa, ver qual era a flora mais principal que as abelhas gostavam de visitar as flores. Esse é o trabalho que nós fizemos [...]. (MEMBRO 5 REDE ABELHA, 2011)

Pistrak (2005, p. 69-70), ao se referir às escolas agrícolas, ajuda-nos a compreender a especificidade da formação no campo numa sociedade socialista. O autor diz que se quiser elevar o nível da agricultura, divulgar métodos aperfeiçoados de trabalho agrícola e economia rural, a escola deve ser colocada na vanguarda deste trabalho, porque ela é o centro cultural que influencia a criança e toda a população camponesa. Acrescenta que não se trata de especialização agrônômica, mas de uma escola que ensine (a criança)¹⁷⁴ a trabalhar racionalmente, fornecendo-lhe bagagem científica geral suficiente, sendo que o trabalho social principal da escola e do professor deve consistir na melhoria constante da agricultura, da economia rural, das condições de vida do camponês bem como divulgar no campo a influência da cidade. Notamos que a escola está completamente integrada à vida social e deve ser meio de promover a cultura social como um todo. Este é um exemplo autêntico de educação para o trabalho na perspectiva socialista que visa o desenvolvimento por completo do homem e do meio social em direção a construção de um mundo melhor para humanidade.

Embora o autor fale a partir de um contexto social e político propício para se pensar no planejamento da sociedade socialista, a Rússia revolucionária, é importante ressaltarmos a percepção do autor acerca da formação agrícola: cuja prática do trabalho deve ter como pressuposto os fundamentos científicos atrelados aos objetivos de emancipação humana e revolução das relações sociais. Desse modo, fica evidente a integração orgânica entre a formação prática com a científica.

Neste sentido, percebemos na formação viabilizada pelo PNQ para Economia Solidária orientações bastante pragmáticas em torno da atividade agrícola:

Aqui a mamãe tinha um trabalho sobre medicina popular e nesse trabalho que foi a medicina popular desenvolvido pra minha mãe que ela faz sempre garrafada muito tempo aí parece que caiu p mim né. Chegou o Noni e hoje nos tamo fazendo esse trabalho, eu to aqui graças a esse projeto também né. [...]. (MEMBRO 2 REDE ABELHA, 2011)

[...] além da apicultura e questão do meio ambiente era assim: todo apicultor defende o meio ambiente, não tem pra onde. É uma coisa que você tem que saber que tem que respirar ar puro, tem que cuidar da fauna, até do lixo, uma coisa que a gente não podia deixar o lixo a toa não, o lixo, o plástico que tinha uma durabilidade no meio ambiente né, que fica muito tempo pra se decompor. Tudo isso foi uma coisa que a gente, esse corpo da rede abelha despertou pra que a gente dentro disso aí começasse fazer esse trabalho pra que depois até gerar renda [...] essa coisa da reciclagem do lixo, que alguém não sabia, aí a gente junto nesses processos chegou a fazer isso. [...] Eu reciclo ainda, na semana passada eu vendi

¹⁷⁴ Embora Pistrak (2005) refira-se neste trecho especificamente à criança dada a prioridade urgente de atendê-las, em outro momento o autor considera importante realizar a formação a toda a população russa dada à condição de analfabetismo do país, porém com base na educação orientada por novos objetivos como discutimos.

uma porção de garrafa pet e cheguei a pegar até R\$ 50,00 que deu pra pagar a água e sobrou um troco ainda. (MEMBRO 3 REDE ABELHA, 2011)

As falas acima retratam como foram concebidos, apropriados e aplicados na Rede Abelha os conteúdos destinados à formação no PNQ. Tais materiais pedagógicos e os cursos aplicados pelos formadores ao público da rede¹⁷⁵ reforçam o aprendizado com a finalidade de aperfeiçoar os meios de sobrevivência dos trabalhadores de forma coletivizada.

É importante considerar que a inserção do trabalhador rural na divisão social do trabalho, em geral, caracteriza-se por elevada intensidade de trabalho com predomínio do trabalho manual e cujos produtos têm pouco valor agregado e baixa incorporação tecnológica. No capitalismo, os trabalhadores empregados na produção do ramo, em geral, possuem pouca ou nenhuma qualificação pelo fato deste setor caracterizar-se por atividades simples e são submetidos às formas de extração de mais valia absoluta. Juntamente com essa dimensão mais objetiva da inserção produtiva, plenamente integrada ao circuito do capital, temos outro fator fundamental: trata-se do fato da rede não se opor à lógica de mercado, ao contrário, desejar cada vez mais conquistar espaço nele. A adaptação ao mercado é uma das características observadas por Cruz (2006) ao retratar que o movimento de Economia solidária hoje é visto por seus atores como uma alternativa contra a exclusão e a fome, diferente de períodos anteriores que seu surgimento justificava-se por constituir-se como alternativa à exploração capitalista. Neste momento “[...] já não se trata de “salvar-se do capitalismo”, mas de salvar-se da “exclusão do capitalismo” (Cruz, 2006, p. 31).

É esse o limite no qual a rede se insere: a busca por salvar da exclusão e do espectro da fome no capitalismo de modo a buscar integrar-se a ele. Nesse sentido, as ações educativas desencadeadas refletem bastante os mecanismos de adaptação ao mundo produtivo, bem como as condições de coletivização do trabalho subordinam-se a este propósito. O trabalho coletivo e ajuda mútua na rede, bastante enfatizada pelos associados, diz respeito tanto aos laços de amizade e solidariedade quanto funcionam como capacidade produtiva total subordinada aos imperativos de concorrência estabelecidos pelo sistema do capital no processo de circulação¹⁷⁶.

¹⁷⁵ O PROESQ conta com 20% da sua carga horária direcionada à cursos aos formadores para testarem as metodologias desenvolvidas.

¹⁷⁶ Ainda que as formas de apropriação do valor sejam distintas da empresa capitalista clássica que é de usufruto exclusivo do proprietário. Nesta forma de organização do trabalho em rede com a articulação das propriedades coletivas e individuais, notamos que, na maioria das vezes, são os trabalhadores individuais que usufruem da mais-valia produzida. Neste caso, os demais trabalhadores que se oferecem ao trabalho de ajuda mútua não participam do beneficiamento da mais valia produzida nesta forma de cooperação. No caso das associações de trabalhadores, a maior parte do valor despendido na produção retorna ao trabalhador, como será discutido neste capítulo.

Sendo assim, a tecnologia produtiva da cooperação¹⁷⁷ continua sendo a base do processo produtivo na forma de organização do trabalho em rede, uma vez que:

O efeito do trabalho combinado não poderia ser produzido pelo trabalho individual, e só seria num espaço de tempo muito mais longo ou numa escala muito reduzida. Não se trata aqui de elevação da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força produtiva nova, a saber, a força coletiva. Ponde de lado a nova potencia que surge da fusão de muitas forças numa força comum, o simples contato social, na maioria dos trabalhos produtivos, provoca a emulação entre os participantes, animando-os e estimulando-os, o que aumenta a capacidade de realização de cada um, de modo que uma dúzia de pessoas, no mesmo dia de trabalho de 144 horas, produz um produto global muito maior do que 12 trabalhadores isolados, dos quais cada um trabalha 12 horas. (MARX, 2001, p. 379).

Nas palavras de um dos entrevistados percebemos essa dinâmica de trabalho coletivo e sua funcionalidade para ampliar a produtividade:

Trouxe contribuições importantes para a dinâmica da Economia solidária porque uma dinâmica mais interessante que a gente utiliza na questão da Economia solidária é exatamente aquela troca de mão de obra, isso aí contribui muito nesta questão. Então hoje o apicultor ele não trabalha solzinho, trabalha sempre em parceria com o outro e isso forma uma economia ao invés de eu ser empresário apicultor vou ter que ter empregados, vou ter que pagar pessoas para fazer aquelas atividades. Então eu trabalhando junto com o amigo ele vai trabalhar junto comigo, mesmo eu tendo o apiário individual, mas ele vai tá trabalhando em parceria. Isso é Economia. Vai fazer uma parceria aí que vai economizar a mão de obra, né, se tá tendo despesa com a mão de obra. (MEMBRO 4 REDE ABELHA, 2011)

A compreensão que se tem da Economia Solidária pelos demais associados assemelham-se muito a citada acima. Uma primeira consideração a ser feita é a respeito do caráter pragmático da cooperação entre os associados, o que demonstra a intenção de adaptação ao sistema do capital. Nessa perspectiva, o ato de se coletivizarem e solidarizem não supera por si mesmo à lógica de reprodução do capital, principalmente porque participam do processo de circulação nesse sistema produtivo. Desse modo, o fundamento da cooperação ainda que seja motivada por laços de ajuda mútua entre os trabalhadores, também se refere à necessidade de se constituírem em uma massa de força produtiva para aumentarem a produtividade e concorrerem com médios ou grandes produtores ao adentrar a esfera da circulação. A estratégia de associação e coletivização do trabalho, neste caso, funciona como meio de ampliar o mercado consumidor de modo que passem a difundir os produtos da rede pelas diferentes regiões do país. As condições para aumentarem a produtividade sem encarecer demais o produto é utilizar a força de trabalho coletivizada por meio da troca, sendo

¹⁷⁷ Em Marx (2001, p. 378) chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos.

que, na maioria das vezes, é a propriedade individual, como o caso mencionado, que capta o mais valor produzido pelos demais, ainda que esta não seja a intenção dos produtores explorarem o trabalho de outrem. Neste caso específico, estamos muito próximo da contradição identificada por Luxemburgo (2005, p. 81) nas cooperativas de produção que a levariam ao fracasso, na medida em que os operários viam-se diante da necessidade contraditória de governar a si mesmos com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel do patrão capitalista. Entretanto, não acreditamos haver um determinismo nesta questão, ao contrário, acreditamos que estamos diante da própria contradição gerada pelo capital nesse momento de crise estrutural de acumulação que suscita novas formas de controle social, ainda que escape ao controle completo pelo capital. Mészáros (2009, p. 55) menciona a mutação nas formas de controle social ao dizer que no decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, o qual aglutinou os indivíduos dentro do padrão hierárquico funcional conforme a maior ou menor participação no controle da produção e distribuição. Ironicamente, segundo o autor, os resultados gerados pelo desenvolvimento do capital foram diametralmente opostos ao esperado, levando o capital a uma crise de acumulação¹⁷⁸, o que tem suscitado a transferência novamente para o corpo social como um todo, mesmo que conforme a irracionalidade inerente ao capital. No entanto, esta transferência para o corpo social pode evoluir em direção às novas formas de exploração dos trabalhadores, bem como constituir-se em resistência às formas de exploração e inovar ao criar formas de organização autênticas dos trabalhadores em confronto direto com o capital. O limite entre essas duas possibilidades é tênue e, na maior parte das vezes, difícil de ser percebido.

Além disso, há outros fatores a se considerar nessa luta entre capital e trabalho diante da crise de acumulação do capital. Um deles, como discute Bernardo (2009), refere-se ao modo como o capital aprimora seus instrumentos de controle a partir da luta de classes na medida em que os confrontos com o trabalho conduz, num primeiro momento, a ceder às reivindicações

¹⁷⁸ De acordo com Mészáros (2009, p. 54-55) estamos diante de uma profunda crise estrutural do capital sem precedentes na história do capitalismo. Essa crise decorre do caráter totalizador do capital que necessita da ciência e tecnologia para expandir-se e, desse modo, torna anacrônica as formas tradicionais de enraizamento hierárquico-estrutural. Essa colocação do autor é extremamente importante para pensarmos as implicações na educação, uma vez que a divisão entre trabalho manual e intelectual deixa de ser o fundamento da organização do trabalho para ceder lugar a divisão entre quem tem o poder de decisão e quem executa. Por essa razão, defrontamos atualmente com a proletarianização do trabalho intelectual. Para Mészáros (2009, p.55), os indicadores da mudança são: a) a progressiva vulnerabilidade da produção industrial contemporânea; b) a inter-relação econômica entre os vários anos da indústria; c) Tempo supérfluo que questiona a tradicional demarcação entre trabalho manual e intelectual; d) o trabalhador como consumidor ocupa lugar de crescente importância para a manutenção da produção capitalista; e) capitalismo como sistema mundial coloca dificuldades para instaurar formas unificadas de controle.

dos trabalhadores para, posteriormente, criar formas mais sofisticadas de controle ao incorporar mecanismos presentes nessas lutas. Isso conduz a fragilização da classe operária pelo avanço tecnológico e modelos organizacionais, como ocorre na reestruturação produtiva. No caso específico do objeto analisado, as formas de coletivização e auto-organização dos trabalhadores podem constituir em meios para o capital avançar na luta contra o trabalho. Dizemos isso, porque a ajuda mútua e a solidariedade constituem-se também traços novos da cooperação entre os trabalhadores¹⁷⁹, como os laços de proximidade ideológica, afetiva e necessidades de subsistência. Entretanto, apenas essa característica isolada das lutas radicais contra o capital e desligada de um projeto amplo de constituição da sociedade socialista, por si só não é suficiente para romper com mecanismo de reprodução ampliado do capital e podem ser apropriados como forma de ampliar a exploração.¹⁸⁰ Com isso, queremos dizer que não é difícil que as organizações onde vigora o trabalho associado sejam utilizadas em benefício à acumulação do capital, ainda que não tenha surgido com esta finalidade.

Entendemos que os fatores objetivos de inserção da Economia solidária determinam o sentido e propósito da formação a ser desencadeada, a esses fatores combinam-se às orientações que advém do governo federal pelo PNQ. Sendo assim, as metodologias de ensino por mais avançadas que sejam, no sentido de pretender a transformação da realidade, não possuem condições de provocar uma mudança radical nas condições de produção rumo à constituição de estratégias de enfrentamento dos mecanismos de controle do capital, caso mantenha-se inalteradas as demais condições objetivas mencionadas acima.

Podemos perceber que as metodologias de ensino utilizadas pela rede e os materiais didáticos produzidos referem-se às abordagens de educação que utilizam metodologias ativas.

Então acho que a gente conseguiu ter muito êxito nas ações nossas porque além da gente ter formado o educador, a gente tinha o material didático para apoiar ações educativas. Nenhuma ação educativa acontece somente com a verbalização. Outra coisa que ao longo da vida a gente foi compreendendo, a verbalização é muito importante, aulas expositivas é muito importante, mas a gente foi aprendendo tbm que aula de campo é muito importante, e no meio dessas aulas expositivas é preciso ter um material visual, audiovisual. Então por isso a gente construiu vídeos, por exemplo. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011)

¹⁷⁹ Referimo-nos a cooperação conforme a abordagem marxista, no sentido de que a força de trabalho só pode funcionar se estiver em cooperação com outras constituindo, assim, massa produtiva global que homogeneiza o trabalho abstrato na produção. E nesse sentido em nada se aproxima à solidariedade de classe ou interação entre eles. Embora, na Rede Abelha, exista outra forma de cooperação identificada como ajuda mútua, afetividade e traços de solidariedade, como organização produtiva que participa da circulação mantém também a cooperação relacionada às condições objetivas do trabalho.

¹⁸⁰ Isso ocorreu com o participacionismo introduzido nas organizações capitalistas desde a escola de RH, pois se beneficiaram da reivindicação dos trabalhadores por poder de decisão para oferecer formas de pseudoparticipação nos denominados grupos informais, satisfação no trabalho e, atualmente, trabalho em equipe (MOTTA, 1982; TRAGTENBERG, 2006).

Tinha método sim, a dinâmica é o seguinte: não é uma coisa parada, o que é que o pessoal utilizava pra fazer a dinâmica: utilizava atividades de grupos, utilizava DVDs, utilizaram cartazes, painel. O pessoal ia lá no papel madeira colocar sugestões, a atividade. (MEMBRO 2 REDE ABELHA, 2011)

E no final de contas né chegava a uma conclusão de que não tinha como a gente não ter nada esvaziado do que pedia o método do curso e do projeto. [...] aí a gente tinha que seguir aquele método da conversa [...] isso não vinha pronto, aí junto com a professora da universidade decidia como ia ser [...] a gente decidia e eles vinham. (MEMBRO 3 REDE ABELHA, 2011)

As principais metodologias utilizadas para a formação na Rede Abelha foram a Pedagogia da alternância e a educação popular do método Paulo Freire como podemos inferir dos relatos, ambas coerentes encontram-se em conformidade com as orientações da SENAES no termo de referência (BRASIL, 2007).

É muito provável que essas abordagens metodológicas que já vinham sendo utilizada pela Rede Abelha no seu processo formativo tenha repercutido na incorporação delas no termo de referência da implantação dos CFES, uma vez que a discussão entre a SENAES e a rede tem tratado das metodologias apropriadas à Economia solidária:

Agora a gente tem falado firmemente para as SENAES e para a unidade do ministério do trabalho, a Pedagogia da alternância ela se aplica a economia solidária [...] olha eu tenho a impressão que o governo federal definiu a diretriz geral do PNQ. Agora quando falo das 40 experiências, quando a gente está falando da experiência juntos às SENAES, e como as SENAES participou de eventos que a Rede Abelha estava promovendo, então tenho impressão que essas intenções foram coletadas e devem ter influenciado na formação desse movimento de orientação [metodológica] [...] quando foram montar esse processo as redes foram convidadas para um diálogo. Então a partir desse diálogo foram construídas as proposições do governo. Agora, como é um governo democrático, digamos assim, democrático, popular e que escuta, então a gente foi lá dar opinião. Então nós demos opinião, nós defendemos que nós devemos trabalhar com a Pedagogia da alternância [...] então a gente foi falando isso e foi aceito, foi acatado, o que foi uma coisa extremamente nova no Brasil, apesar de já existir a muito tempo, em algumas áreas é novo essa Pedagogia da alternância. [...]. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011)

O conceito de Pedagogia da alternância é mencionado como referência para formação em Economia Solidária apenas no termo de referência dos CFES (BRASIL, 2007, p.5), pois no termo de referência do PNQ (BRASIL, 2005) não há menção direta da metodologia a ser seguida. De acordo com um dos entrevistados¹⁸¹, a evolução da discussão em torno da metodologia a ser empregada nos PLANSEQs com as entidades parceiras ocorre apenas na

¹⁸¹ Informação fornecida pelo membro 4 da SENAES, em entrevista concedida à pesquisadora em 29 ago. 2011.

segundo fase do PNQ¹⁸², em 2006 após a elaboração do termo de referência. Dentre o “tripé” (MEMBRO 4 SENAES, 2011) que deve priorizar as ações de formação está a Pedagogia da alternância, porém o mesmo entrevistado, na terceira fase de interlocução com a SPPE, salienta a dificuldade de justificar as metodologias próprias da Economia Solidária.

Por um lado, a ausência de definição metodológica no termo de referência para Economia Solidária no PNQ acarreta às entidades abertura para escolher a abordagem da metodologia (BRASIL, 2005), aspecto confirmado por alguns membros (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011) da Rede Abelha. Por outro lado, confirma que as orientações metodológicas mais específicas, como é o caso da Pedagogia da alternância, ocorrem nos projetos em que a SENAES é a principal articuladora e não a SPPE.¹⁸³ Isso reflete que a preocupação da SPPE é enfatizar o caráter “técnico”¹⁸⁴ da formação em Economia solidária a ser implementado por meio do PNQ. Esse fato coaduna-se com a avaliação que realiza das ações formativas, como discutimos. A dimensão do discurso pela qualificação técnica também é percebida por um dos entrevistados ao salientar a diferença com o projeto CFES:

Não sei ao certo, pode ser uma opção política. Porque eu vejo o CFES bem mais como uma centralidade, uma governabilidade, uma autonomia bem maior do que nossa relação com o PNQ. Eu vejo o CFES muito mais como uma hegemonia pra formar e qualificar, tem a parte técnica, mas é bem político também. E pode ser também que o CFES se propôs a fazer formação para formadores e não diretamente para os trabalhadores, enquanto o PNQ está todo voltado para a base, pra chegar ao empreendimento direto. Tem ainda o fato de que o CFES é uma política da SENAES de se reafirmar [...]. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011)

O relato acima capta bem uma das intenções subjacentes à criação do CFES, que é ser um espaço onde a SENAES pode orientar a linha política da formação e disseminar sua proposta de formação para Economia Solidária conforme sua concepção. Nessa medida, o CFES é um espaço de afirmação da existência da SENAES e das suas políticas. Se é a

¹⁸² O entrevistado divide em três fases o diálogo com a SPPE sobre a inserção da Economia solidária no PNQ. A primeira delas discutia-se como a Economia solidária iria integrar o Sistema Público de Trabalho em Emprego. A segunda fase, por volta de 2006, a iniciativa da SENAES era internalizar a Economia Solidária dentro do PNQ. A terceira, a partir de 2009 até o momento, caracteriza-se pela descontinuidade da SENAES na realização do PLANSEQS devido a dificuldade de justificar as metodologias da Economia Solidária. (Informação fornecida pelo membro 4 da SENAES em entrevista concedida à pesquisadora em 29 ago. 2011).

¹⁸³ Apesar de o termo de referencia do PNQ para Economia solidária ter sido feito pelo DED/ SENAES, evidencia-se o imperativo de seguir as linhas gerais do PNQ.

¹⁸⁴ Podemos dizer que a preocupação da SPPE refere-se ao desenvolvimento dos processos de trabalho coletivizados e não é central para a secretaria a preocupação com a autogestão.

formação política o alvo do CFES cabe questionarmos qual a perspectiva que tem sido compreendida e os pressupostos que a sustenta. Essa discussão será feita no capítulo seguinte.

Sobre a Pedagogia da alternância podemos perceber que os membros da rede julgam-na bastante apropriada à formação para os trabalhadores do campo:

Depois a própria utilização da pedagogia da alternância, acho que esse foi um indicativo muito bom [...] Porque a Pedagogia da alternância? Porque oportuniza que as pessoas tenham a formação de tempo presencial, mas tenham também a formação do acompanhamento técnico lá na região que ele está ele pode também trazer suas experiências, fazer os exercícios indicados durante o curso [...]. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011)

“[...] no entanto, foi pactuada a Pedagogia da alternância como metodologia para os cursos de qualificação profissional [...]” (MEMBRO 6 REDE ABELHA, 2011).

Mudou [em relação ao Planfor] assim porque nós participamos de aulas presenciais e aula não presenciais. Mudou da seguinte forma: porque as presenciais você tava fazendo, tava respondendo o questionário a viva voz com todo mundo e as não presenciais você tinha aquela possibilidade porque o que você fazia, como fosse uma avaliação, levava para o dia da aula com as outras pessoas [...]. (MEMBRO 3 REDE ABELHA, 2011).

A pedagogia da alternância tem sido difundida no Brasil basicamente no meio rural, assim como as primeiras Escolas Famílias Agrícola (EFAs) em 1969 no Estado do Espírito Santo. A proposta de alternância objetiva a organização do tempo e espaço de modo que se alternem tempos na escola para aprofundamento teórico e tempos na propriedade familiar, com acompanhamento técnico, destinado ao aprimoramento das formas de produção e desenvolvimento local de modo sustentável. Nawroski (2010) identificou que a proposta metodológica do ensino por alternância identifica-se com as propostas da Escola Nova, em especial, se forem consideradas as categorias da educação pela experiência, pela coletividade e pelo trabalho. A autora (NAROSKI, 2010) aponta a semelhança dos pressupostos metodológicos da Pedagogia da alternância com as ideias de Dewey, Montessori, Freinet, principais representantes desta corrente, além de Makarenco ligado às experiências educativas soviéticas. Os métodos de coleta de saberes na comunidade, as aulas passeios ou de campo, a experiência na sociedade como principal fonte da educação, bem como a relação trabalho com a escola são amplamente utilizados nesses modelos educacionais.

Enfim, conclui-se com este capítulo que, as três categorias investigadas nos três trabalhos sobre Pedagogia da Alternância demonstram que a Escola Nova serviu de

aporte para explicar as concepções de educação que a Pedagogia da Alternância procura estabelecer ao tratar das suas práticas pedagógicas. (NAWROSKI, 2010, p. 121).

Tendo em vista nossa preocupação nesta pesquisa interessa-nos apontar dois aspectos: o primeiro apenas indicar a semelhança metodológica das práticas apontadas acima com as atividades formativas vivenciadas pela Rede Abelha no PNQ; o segundo remete ao questionamento acerca da adequação das concepções da Escola Nova aos propósitos da Economia Solidária e questionar por que razão as experiências educativas em Economia Solidária têm se orientado por princípios liberais.

Embora o movimento da escola nova tenha sido importante na contestação da função e dos métodos da escola tradicional e tenha aglutinado intelectuais de diferentes orientações políticas e educacionais, em geral, as ideias defendidas pelos partidários do movimento escolanovista não tem como pretensão a transformação radical da sociedade capitalista, mas a construção de novas relações no interior desta. Este é o caso, por exemplo, de Dewey, para quem a finalidade da educação era preparar para vida democrática de modo a aperfeiçoar a democracia no seio da sociedade. Este é limite da concepção revolucionária do autor e, por isso, as experiências na escola deviam reproduzir de forma autêntica a sociedade. Neste caso, acredita-se no aprimoramento da sociedade que temos e transfere para o indivíduo a tarefa de construir novos espaços de sociabilidade, sem considerar a luta de classe como determinante na organização social.

Acreditamos que as experiências de trabalho associado só podem efetivar uma prática educativa que contribua para o enfrentamento da capital, caso nutra-se de experiências educacionais que tenha em vista a superação da sociedade capitalista de forma radical. Esses fundamentos escolanovista que tem se constituído em referencia pressupõem a adaptação¹⁸⁵ à sociedade capitalista, ainda que prefigurem seu aprimoramento. Nesta perspectiva, introduzir um ensino ativo não se aproxima de forma alguma de uma pedagogia revolucionária. A

¹⁸⁵ Embora haja ressalvas a crítica que Saviani faz a escola nova,¹⁸⁵ o autor aponta o psicologismo e biologismo que predominou nessa corrente, uma vez que explica-se a marginalidade não pelas diferenças sociais entre os homens, seja de classe, cor, sexo, entre outras, mas pelas diferenças no domínio do conhecimento, na participação do saber e no desempenho cognitivo, assim “marginalizados são os anormais, isto é, os desajustados e desadaptados de todos os matizes” (SAVIANI, 2000, p. 8). Neste caso, cabe à educação promover a integração social a partir dos da organização do trabalho escolar, das metodologias e técnicas de ensino apropriadas. Uma das críticas que podemos fazer a sua abordagem da Escola nova refere-se ao fato de Saviani (2000, p. 10) considerar que os métodos escolanovistas difundidos restritamente entre alguns poucos colégios elitistas foi amplamente difundido nas concepções dos educadores, fator que para o autor teria contribuído para promover o afrouxamento do ensino. A discussão colocada dessa forma desconsidera fatores determinantes, como o caráter de classe da escola capitalista, na precarização do ensino às classes populares.

adesão a pedagogia da alternância de forma acrítica, sem considerar as limitações dessa proposta pedagógica e dos desafios enfrentados pelas experiências concretas que a implementam confere superficialidade as apropriações metodológicas e tratam as técnicas de ensino como isentas de intencionalidade.

Cabe perguntarmos por que razão algumas entidades e a política pública de Economia Solidária não têm buscado suas referências educacionais nos autores e experiências de orientação socialista que são inúmeras na história? Ainda que essa metodologia não seja a única de referência para a rede nem pela política pública de Economia Solidária, porque há a Educação popular com base no método Paulo Freire, cujos materiais incorporam muito dessa perspectiva ao ser produzido em consideração com a realidade de vida da população da rede, porém este fato não exclui as considerações que fizemos.

No que se refere ao desenvolvimento de metodologias e materiais didáticos previstos pelo projeto PROESQ, podemos indicar que a rede avançou ao criar material pedagógico que auxilie a prática apícola e retrate a identidade das pessoas do campo envolvidas na sua elaboração, bem como busque fortalecer os laços de cooperação entre os associados. Os cursos do PROESQ/PNQ foram significativos para os apicultores devido, principalmente, às características desses materiais e do processo coletivo de elaboração.

Então o educador da RA se reconhece no material porque ele participou do processo de construção, de elaboração. Então essa vinculação, esse vínculo foi muito interessante. E também uma linguagem acessível, de fácil assimilação. Também um material didático que não apresentava apenas situações ou não apresentava somente conclusão, mas um material que fazia processos descritivos e que sempre fazia um convite de reflexão. Reflexão ou no campo técnico, digamos assim, da cadeia da apicultura, ou uma reflexão do campo da economia solidária ou da própria organização social; ou da conjuntura. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011)

Além do desenvolvimento de metodologias e materiais didáticos adaptados à realidade da Economia Solidária, o art. 11 do PNQ (BRASIL, 2008b) prevê a construção de estudos, pesquisas e tecnologias de qualificação social e profissional a ser desenvolvida enquanto projeto piloto. Sobre esse aspecto os membros da Rede Abelha consideram que avançaram na sistematização e validação do processo formativo empregado.

2.3.4 Adequações ao processo de trabalho: as tecnologias alternativas desenvolvidas pela Rede Abelha

Se no capitalismo os atributos que compõem à formação do trabalhador encontram-se condicionados ao estágio de desenvolvimento da tecnologia capitalista, como traz Bruno (1996), nas organizações de trabalho associado tornam-se transparentes que a tecnologia e a qualificação profissional sejam produtos das relações sociais estabelecidas. Por essa razão, os atributos que compõem à qualificação tendem a serem outros, conforme indicamos em pesquisa anterior (ALANIZ, 2007). Na medida em que as relações sociais desenvolvem-se em direção ao aprofundamento da luta dos trabalhadores e estes inovam ao introduzir formas de auto-organização do trabalho¹⁸⁶, todas as tecnologias¹⁸⁷ devem ser repensadas para atender aos propósitos desta auto-organização. Com isso, os atributos a comporem a qualificação relacionam-se às formas de auto-organização e à articulação da luta coletiva, bem como podem vir a proceder na adequação dos instrumentos de trabalhos que atendem aos propósitos do trabalho associado.

Centraremos, dentre as ações previstas no PROESQ/PNQ, art. 11 (BRASIL, 2008b), na elaboração de estudos, pesquisa, materiais de divulgação, metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional a serem desenvolvidas em forma de projeto piloto e de caráter experimental. Tendo em vista o atrelamento das tecnologias de qualificação social e profissional às demais tecnologias que integrarão a formação, julgamos essencial compreender o estágio de desenvolvimento delas na experiência em questão, bem como a busca pelas políticas públicas em fomentar tais ações no processo de formação no âmbito do PROESQ/PNQ. Caso o desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação desconsidere essa necessidade, ou ainda, limite-se às referências da tecnologia capitalista para pensar modelos de formação em Economia Solidária, teremos dificuldade em avançar radicalmente nas propostas de formação que ultrapassem aquelas que vigoram no sistema capitalista. Mesmo que na prática não se tenha mecanismos para romper com as tecnologias capitalistas ainda e, por isso, reproduzam-na, quando se propõe à elaboração de metodologias e tecnologias de formação adequadas à Economia solidária é necessário que se inicie a partir

¹⁸⁶ Bruno (1996) menciona que as formas de organização dos trabalhadores em si são criativas, pois criam pela luta formas de organização completamente inversa à hierarquia das organizações capitalistas.

¹⁸⁷ Com base em Novaes (2007), conceituamos tecnologia no sentido amplo, referindo à estrutura organizacional, às remodelações do processo de trabalho, as técnicas de aperfeiçoamento e formação implementada e aos maquinários e sistema informacional e operacional de hardware e software de uma organização e ou complexo de organizações, como em rede, entre outros.

de parâmetros e objetivos completamente distintos. Por essa razão trataremos das tecnologias sociais.

A discussão em torno das tecnologias sociais remete à discussão da natureza da técnica, no sentido de se questionar se há uma neutralidade tecnológica, a ponto da tecnologia ser empregada nos contextos de produção gerida pelos trabalhadores sem modificações substanciais, ou se é imprescindível vislumbrar outros meios de produção adequados ao trabalho associado, uma vez que não são neutros, mas se destinam a finalidade para a qual foram criados: à exploração do trabalho.

De alguma forma, os trabalhadores evidenciaram o caráter social da tecnologia destinada à exploração do trabalho. A luta dos trabalhadores repercutiu na oposição ao modo como os instrumentos de trabalho eram utilizados nas organizações capitalistas, principalmente em momentos em que o desemprego se agravava, como ocorreu com o movimento luddista no século XIX¹⁸⁸ que de acordo com Hobsbawn (apud NOVAES, 2007, p. 86) tem o efeito de atrasar o processo de mecanização. Contemporaneamente, algumas pesquisas (LEITE, 1994) indicaram que não registrar procedimentos de alteração dos processos de trabalho na fita a ser lida pelo departamento tecnológico, no sistema CAD/CAM, correspondia à atitude de resistência dos trabalhadores para se proteger das adequações nos equipamentos que levavam ao aumento do ritmo e à demissão. Isso indica que o fato da tecnologia materializar os propósitos e intenções do sistema social a que se destina não passa despercebida pelos trabalhadores. Silver diz que o impacto das transformações na organização da produção sobre o trabalho é menos unidirecional do que se pensa normalmente e argumenta que a produção *JIT* (*Just in Time*) na verdade aumenta a vulnerabilidade do capital a interrupções no fluxo produtivo e, assim, pode aumentar o poder de barganha dos trabalhadores sob a forma de ações diretas no local de trabalho. Para a autora “[...] quanto mais globalizadas as redes de produção, mais amplas são as potenciais ramificações geográficas das interrupções, incluindo aí aquelas causadas pelos trabalhadores” (SILVER, 2005, p. 23).

Nessa direção, assim como Cleaver (1981, p. 54), entendemos que a classe operária pode ameaçar o sistema do capital em contraponto a compreensão unilateral da dominação tecnológica na fábrica.

¹⁸⁸ Novaes (2007, p. 86-87) retoma Noble para mostrar as diferentes interpretações do movimento luddistas que ocasionou a destruição de máquinas em Wiltshire em 1802. Para Noble (apud Novaes, 2007, p. 87) os luddistas foram os únicos a perceberem a tecnologia como resultado de uma imposição e não de uma conquista, por isso lutavam destruindo máquinas. Esta visão é diferente dos revisionistas que diziam que os luddistas não lutavam contra a tecnologia em si, mas contra as mudanças sociais que a tecnologia produzia.

A esse respeito Mészáros aponta a insuficiência da tecnologia e da ciência que temos, para combater à lógica do capital e contribuir na construção de outro sistema social, já que não é neutra. Para o autor (2009, p. 53) é ingênua a crença de que a ciência e a tecnologia possam solucionar todos os nossos problemas a longo prazo, já que tendenciosamente omite-se o devastador enraizamento social da ciência e tecnologia atuais. A questão, salienta o autor, não é saber se empregamos ou não a ciência e tecnologia com a finalidade de resolver nossos problemas, o que é obvio que devemos fazer, mas saber se seremos capaz ou não de redirecioná-la radicalmente, uma vez que hoje ambas estão determinadas pela necessidade da perpetuação do processo de maximização dos lucros. Ao dizer isso, Mészáros adentra em um debate bastante polêmico que, inclusive entre os marxistas, que remete à discussão sobre a natureza da técnica e da ciência que lhe serve de fundamento. Novaes (2007, p. 315) diz que há na visão dos marxistas aqueles que consideram que o desenvolvimento das forças produtivas conduziram à emancipação humana, pois entendem as forças produtivas como o lado bom do capitalismo já que melhorou em absoluto as condições de vida da população. Sendo assim, pode ser transplantada para uma nova sociedade, inclusive a socialista. Para o autor essa é a visão de Singer, um dos intelectuais mais reconhecidos no campo da Economia Solidária no Brasil (NOVAES, 2011, p. 161-164). Outros, entre eles o próprio Engels (apud VIEITEZ; DAL RI, 2001, p. 49) e autores mais contemporâneos, críticos da tecnologia, como Feeberg, Chesneis, Serfatti, Bettelheim contestam os argumentos de que a contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção levaria mecanicamente ao socialismo. Noble (apud NOVAES, 2007, p. 313-314) diz ser necessário opor-se aos defensores da tecnologia capitalista e “[...] melhorar os meios de resistência para inventar um futuro alternativo que esteja fincado no presente e que transcenda *O Mito da máquina* (L. Mumford) e o fetiche da tecnologia, para abrimos à disputa política no plano da tecnologia e da ciência”. Marglin (apud VIEITEZ; DAL RI, 2001, p. 49) em parte destoa de ambas visões e diz que embora seja necessário a construção de outras tecnologias, neste momento não se tem conhecimentos disponíveis para se criar uma tecnologia radicalmente diferente da que temos para provocar mudanças nos processos de trabalho. Fraga (2011, p. 112-117) indica que o início da constituição da tecnologia social pressupõe o rompimento com visões cristalizadas em torno das ciências técnicas, como a engenharia, por exemplo, mas também de um massivo incentivo público em Ciência e Tecnologia orientado para este propósito. Para a autora é imprescindível que esta construção conte com a efetiva participação dos populares, pois sem isso não será compatível com a construção de soluções técnicas adequadas.

Assim como Novaes (2011, p. 161-165), entendemos que a visão que predomina na Economia Solidária não se coloca a questão da tecnologia social, pois acreditam numa superioridade da técnica quando defendem que a tecnologia capitalista pode ser reapropriada na perspectiva dos propósitos socialistas. Ao contrapor Mészáros e Singer, Novaes (2011, p. 161-162) observa que Singer desconsidera a luta capital e trabalho que deu origem a inúmeras máquinas quando resume o incremento da maquinaria como produto da competição capitalista, além disso, diz ele, Singer (1998 apud NOVAES, 2011) parece acreditar numa visão linear de “progresso”, de “avanço científico e tecnológico”. Essa abordagem de Singer (1998, p. 19-20) deriva-se da leitura a partir de Marx da qual abstrai que “De acordo com esta teoria, a revolução social é a transformação supra-estrutural, condicionada pela evolução das forças produtivas.” Contudo, no mesmo trecho Marx reforça que é a mudança da infra-estrutura econômica que revolucionará mais rápido ou mais vagarosamente a supra-estrutura.¹⁸⁹ Cleaver (1981) define o sentido dessa interpretação ao alertar acerca do perigo da leitura de Marx como economia política e ideologia. Essa compreensão, segundo o autor, ignora totalmente a maneira pela qual o poder real da classe operária força e contém o desenvolvimento capitalista, uma vez que procede na leitura mecânica como *monstro ativador*.

Esses economistas políticos não percebem: eles vêem a mais valia absoluta como conceito abstrato reificado. Marx viu como essa luta forçava o desenvolvimento de inovações que aumentaram a produtividade e a composição orgânica do capital. Considerou, por isso, a mais valia relativa como uma reação estratégica capitalista. Esses economistas políticos não o fazem: eles vêem apenas competição entre os capitalistas. Marx viu como as lutas dos trabalhadores pelos salários podiam contribuir para precipitar as crises capitalistas. (CLEAVER, 1981, p. 40)

Bernardo (2009) também aponta como o processo de reestruturação produtiva decorre da readequação capitalista às novas condições de exploração a partir da luta de classe, uma vez que os insumos conquistados pelo trabalho fazem reduzir a acumulação. Sendo assim, os capitalistas têm de responder a ela com novas estratégias para impulsionar a produtividade e beneficiar-se dos limites expostos nessa luta. Bernardo (2009, p. 97) diz que a resposta capitalista às pressões para a redução da jornada de trabalho mais as reivindicações por consumo¹⁹⁰ levam à introdução de inovações na maquinaria e a introdução de novos sistemas organizacionais de trabalho. Por essa razão, nos momentos em que o capital vê-se obrigado a

¹⁸⁹ Singer (1998, p. 20) refere ao prefácio “Para a crítica da Economia política.” Novaes (2011, p. 166) também faz a análise deste fragmento em que o autor constrói sua visão de revolução social e o contrapõe à Mészáros para indicar as distintas leituras de Marx e a crença de Singer na tecnologia capitalista.

¹⁹⁰ Quando a força de trabalho reivindica por maior consumo, mantendo inalteradas as condições de produção, ainda que só se importe com os efeitos úteis do trabalho, tende a haver um incremento de mais valor na força de trabalho reduzindo a mais valia produzida. Neste caso “[...] reproduz esse valor aumentado da força de trabalho e, diminui, portanto a parte do sobretalho, a mais valia” (BERNARDO, 2009, p. 94).

ceder às pressões do trabalho, num momento posterior à luta, ele avança a partir dela e revoluciona a tecnologia. Esse processo Bernardo (2009, p. 103) identifica como um avanço capitalista e não um recuo.

Fica claro que é a luta de classes que constitui o motor do desenvolvimento econômico e não a corrida dos capitalistas pela competitividade. Bernardo (2009, p. 103) diz que as variedades das formas assumidas pela luta de classe vigoram mesmo quando a deflagração do conflito é evitada e que a cessão representa um avanço, nesse sentido o reformismo pautado nas ideologias conciliatórias e não o totalitarismo torna-se a estratégia mais perigosa do capital. O que o reformismo denomina de *conciliação* ou *dissolução* das classes nada mais é, diz o autor, que a vitória dos exploradores nas lutas sociais na qual, por meio da introjeção de mecanismos que aumentam a produtividade, procura aumentar os *inputs* incorporados na força de trabalho ao mesmo tempo em que aumenta extorsão da mais valia.

Um dos entrevistados menciona que a rede procurou, além do desenvolvimento de metodologias, material didático e formação, difundir “[...] tecnologias alternativas e formar a pessoa para que ela pudesse intervir onde ela estivesse” (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011). A nossa questão aqui é compreender se através do PROESQ foi possível avançar na discussão sobre o desenvolvimento de tecnologias sociais adequadas à Economia Solidária.

Na Rede Abelha observamos que algumas adaptações foram feitas nos instrumentos de trabalho:

[...] em termos de produção, em termos de volume de produção, em termos da tecnologia da produção. Claro que a gente sempre procurou ter a nossa tecnologia, mas, por exemplo, os coletores de pólen a gente ia adquirir em MG, hoje nós temos coletores de pólen produzidos aqui, com mais eficácia do que os coletores que a gente inicialmente começou a trabalhar, então o nordeste hoje tem uma produção de pólen razoável e tem os instrumentos de coletar pólen construídos aqui. O que é isso? Isso foi as observações que os apicultores fizeram no seu cotidiano, que foram fazendo adaptações até chegar num coletor de pólen que pudesse ter maior rendimento, maior produtividade. Tá certo? E também por outro lado também um melhor relacionamento com a natureza. E eu digo isso, assim, por exemplo, pega aí um detalhe, o relacionamento com a natureza, porque a tela que recebe a abelha elas têm um furo para as abelhas passarem, então elas passam e deixa o grão de pólen, só que esses furinhos dos coletores iniciais nossos eram tão apertados que as abelhas não deixavam apenas o grão de pólen, deixa também a asa, a perna, a patinha, porque era adaptado para uma abelha de uma região, aqui é uma outra região possivelmente com outra genética, e leva tempo para você mexer no equipamento, não é fácil você mexer no equipamento, leva tempo de observação e consome um bom investimento de capital. [...]

[sobre as vestimentas do apicultor] [...] Então a gente pode criar ventilações, então vai ter ventilação para a roupa e ao mesmo tempo vai testando essa vestimenta, esse roupa com ventilação, até chegar em um tipo ideal, como diz os antigos, né? Até chegar num modelo que possa atender aos interesses do apicultor, ou seja, produzir com uma vestimenta que não absorva tanto calor, gere tanto calor. Então é um pouco isso a metodologia: é fazer, mas ao mesmo tempo explicitar o que foi feito, oportunizar a outras pessoas a falar sobre o que foi feito e se produzir uma síntese do que foi feito, para haja a mudança social. Assim, a mudança social ela vem

quando a gente é capaz de fazer esse processo de reconhecimento, e os sujeitos falando desse reconhecimento. Porque enquanto o educador está falando, está falando do instrutor, está falando do professor, está falando de alguém que, teoricamente, já tem o saber. Mas quando a fala gira, circula, e as pessoas falam, interpretam, analisam, esse coletivo chega a muitas sínteses. E então essa síntese que agente busca esse processo [...]. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011)

A gente teve momentos que achava que tava difícil né e procurava descobrir um meio mais fácil, na questão da compra do material. Teve um período que a gente comprava e as colméias vinha tudo pronta, feita e depois a gente viu que o frete que vinha de lá pra cá vinha caro e a gente trazia menos colméia, então a gente trazia as colméias desmontada e quando chegava aqui a gente mesmo fazia a montagem das colméias [...] ninguém produzia, a marcenaria daqui num produzia colméias e tinha que comprar em Santa Catarina, isso era através da rede que a gente conseguia, essas colméias chegava até aqui. Mas hoje já [produzem as colméias], como a produção de mel aumento, facilita mais [...]. (MEMBRO 5 REDE ABELHA, 2011).

É a qualidade do mel que a gente tinha, porque você passou a produzir um material de extrair o mel, todo material de inox, as colméias, que de primeiro você tinha uma colméia toda desorganizada e com esse material foi comprado material de primeira. Aí valorizou a quantidade de mel que se tirava, a extração do mel saia outra coisa muito diferente né. Porque você tem um mel de qualidade da rede abelha, dentro de natal, nem um produtor tem condição de vender outro mel a não ser da rede abelha porque ela ganhou um nome pela qualidade que você tira o mel, hoje você vê um mel lá. (MEMBRO 2 REDE ABELHA, 2011)

Dos relatos acima podemos extrair as modificações que os trabalhadores realizam no processo de trabalho resultado do saber que adquirem ao longo do tempo de experiência, os quais dão origem às adaptações nos equipamentos de modo a atender as suas necessidades de produção. Mesmo nas organizações capitalistas, diversos mecanismos de apropriação dos saberes tácitos dos trabalhadores são construídos no intuito de ampliar a produtividade e aumentar a taxa de extração da mais valia. Podemos notar de forma clara o atrelamento da tecnologia à qualificação do trabalhador, uma vez que incorporam os saberes deles. Neste caso, não é sobre o controle direto do capitalista que o saber é apropriado, mas, ao menos no caso das associações de trabalhadores da reforma agrária que compõem a rede, parte do valor decorrente da maior produtividade advinda dessas adaptações tecnológicas volta-se para o trabalhador, como discutiremos a frente.

No que diz respeito às técnicas de produção, os limites da denominada tecnologia alternativa restringe-se às adaptações aos instrumentos de trabalho já existentes, sem haver outra intencionalidade senão ampliar a produtividade e melhorar às formas de produção. Sendo assim, poderiam, inclusive, serem utilizadas pelas formas capitalistas de organização do trabalho. Tal como as tecnologias capitalistas, o propósito das adaptações nos equipamentos de trabalho devem-se ao aprimoramento do produto e ao aumento da produtividade. Na luta entre capital e trabalho aumentar a produtividade e reduzir o tempo de

trabalho despendido pela introdução tecnológica são estratégias utilizadas para conter o aumento da incorporação de valor pela força de trabalho, em especial, quando o capitalismo se vê obrigado a aumentar o salário e o consumo do trabalhador. A partir disso, podemos identificar a adequação das adaptações tecnológicas ao mercado capitalista sem haver ressalvas nesse sentido. Não se vislumbra, ainda que a longo prazo, a criação de tecnologias com o propósito de redução do tempo de trabalho despendido para se dedicarem a outras atividades de luta.

Os trabalhadores estão imersos na necessidade imediata de aumentar a produção para sobreviver e no objetivo de conquistarem mais mercado, ainda que dentro de princípios ecológicos e de colaboração em rede. Desse modo, o horizonte para se pensar em alternativas tecnológicas que fortaleçam a luta contra o capital torna-se bastante limitado.

Embora um dos elementos constitutivos da tecnologia social esteja presente, que é a incorporação do saber do trabalhador nos processos de produção cujos resultados melhoram suas condições de vida, esse aspecto isolado não é suficiente para se constituir a tecnologia social ou alternativa à organização do capital, tal como conceitua Dagnino (apud FRAGA, 2011, p. 109):

Ela [a tecnologia social] seria o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre o processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de um tipo voluntário e participativo), que permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo.

A tecnologia social destina-se ao fortalecimento da auto-organização dos trabalhadores, pois é pensada com esse propósito e criada para aprimorar as relações de trabalho associado.

A intencionalidade com que são construídas as tecnologias sociais, contando com a participação na política pública a que se destina, bem como sua funcionalidade ao movimento e produção dos trabalhadores são os fatores que determinam sua natureza. Ela pode se referir a novos modelos organizações, adequação de técnicas, metodologias de qualificação, entre outras características que diga respeito à organização dos trabalhadores. A Rede Abelha ao falar de tecnologias alternativas não se reporta às formas organizações da rede tendo vista a horizontalidade e democratização do poder, que são características fundamentais no trabalho associado, ao contrário, restringe-se às adaptações nos equipamentos.

A importância da tecnologia social para a Economia solidária é explicitada por Fraga (2011, p. 112) quando diz que “[...] se por um lado a tecnologia social precisa da Economia Solidária como um projeto de sociedade, como um projeto de longo prazo, por outro lado, a Economia Solidária precisa da tecnologia social para se tornar uma alternativa viável ao capitalismo [...]”. Há a necessidade de tecnologias que não reproduzam o modelo hierárquico da sociedade que temos e sim, tendo a autogestão como fundamento, sejam mecanismos eficazes na luta dos trabalhadores e na constituição infraestrutura a ser mobilizada na construção de outra sociedade.

Para isso não se pode restringir ao saber popular devido ao desafio de enfrentamento de da organização do trabalho capitalista, ainda que na constituição das tecnologias sociais este saber seja essencial. Também não se trata de adicionar o conhecimento científico que temos, imbuído da lógica de racionalização e obtenção do lucro, mas é preciso haver uma relação mais orgânica entre Universidade que se dedicam a pensar especificamente essas formas de organização e os trabalhadores que produzem sob essa forma de organização.

No PNQ há uma abertura para se estreitar a relação com a Universidade para desenvolver o PROESQ. No art. 17 da Res. nº 575 de 2008, consta a possibilidade dos convenentes, que executarão o PNQ, firmarem contrato com outras entidades sem fins lucrativos, dentre elas estão:

- [...] I. centros e institutos federais de educação profissional e tecnológica, escolas públicas profissionais e técnicas federais, estaduais e municipais, ou escolas de ensino médio integrado à educação profissional, empresas públicas e outros órgãos da Administração Pública, inclusive de administração direta no âmbito federal, estadual e municipal, incumbidos regimental ou estatutariamente do ensino, pesquisa ou extensão ou que comprovadamente executem ações de qualificação social e profissional;
- II. universidades públicas definidas na forma da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e outras instituições públicas de ensino superior, devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação, na sua área de especialidade, em especial por meio de suas pró-reitorias de extensão; (BRASIL, 2008b).

A experiência do PROESQ executado com a Rede Abelha contou com o apoio de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, localizada em Natal, mas nada foi mencionado acerca de se tratar de parceria sistemática que extrapole o tempo revista para os cursos que, no caso dos PLANSEQs, são de 200 horas. Esse apoio caracterizou-se pela presença de professores pesquisadores que auxiliaram na condução de algumas metodologias:

[...] mas elas que tava trabalhando a parte teórica que tinha toda essa informação da política pública. Era discutido com o Paulo, tinha Marta Pernambuco que fazia esse

trabalho da política pública na parte teórica [ambos professores de universidade e pesquisadores em áreas afins]. (MEMBRO 2 REDE ABELHA, 2011)

Teve uma professora da Universidade que também nos acompanhou nesses cursos também, mas era muito, tinha uma boa criatividade ela também, além do material didático, da formação pedagoga né. Era assim, eu achei que essa pessoa que nos acompanhou, ela sempre nos acompanhou, era assim: a gente participava dos cursos e ela era como uma pessoa que ficava fazendo a revisão de tudo. [...] E no final de contas né chegava a uma conclusão de que não tinha como a gente não ter nada esvaziado do que pedia o método do curso e do projeto. Diretamente não, mas tinha forma de seguir x para isso, aí a gente tinha que seguir aquele método de conversa, por exemplo, curso de apicultura, aí a gente tinha que seguir aquele método, se fosse de meio ambiente, uma hipótese que eu to colocando. Isso não vinha pronto, aí junto com a professora da Universidade decidia o que ia ser [...] a gente decidia e eles vinham [...] Esses temas de meio ambiente era assim: como na época o Paulo era o presidente, mas como a gente tinha um corpo técnico que ia fazer o acompanhamento da Rede Abelha [...] Teve material que a gente elaborou, até música, os próprios apicultor, tem um CD. Aí a gente criou esse material, não uma ata né, um rascunho do que a gente passava [...] Atende na realidade muito bem [...] a cartilha aprendendo com as abelhas, que foi feita por um engenheiro agrônomo, ex engenheiro agrônomo da Emater, mas depois a gente pediu autorização pra ele para que depois junto com ele a gente melhorasse mais, ele deu o ponta pé inicial, mas aí a gente diante desses cursos a gente melhorou cada vez mais. A cartilha aprendendo com as abelhas é muito importante, desde quando vc começa a criar, montar o apiário, a casa de mel, boas práticas sobre colheita. [...] ele é [engenheiro] também apicultor. (MEMBRO 3 REDE ABELHA, 2011)

Dos relatos acima podemos perceber a contribuição que alguns professores pesquisadores da universidade, bem como alguns técnicos deram ao projeto PROESQ. Mesmo que incipiente, tal processo é importante porque traz elementos necessários à construção de tecnologias de formação próprias para os apicultores, os quais percebem que é preciso adequar o material formativo aos seus propósitos e, a partir disso, procedem na alteração da cartilha *Aprendendo com as abelhas*.¹⁹¹

Alguns fatores objetivos parecem dificultar que este processo inicial amplie-se e avance em direção à constituição de tecnologias sociais. Além do sentido da Economia Solidária, que discutiremos a seguir, especificamente no que se refere ao incremento em ciência e tecnologia, podemos citar o não vínculo orgânico com as universidades e centros de pesquisas para aprofundarem a discussão e aprimorarem sistematicamente os processos de trabalho tendo em vista a auto-organização dos trabalhadores e a ausência de investimento público nessa direção. Neste sentido, o próprio PROESQ não sinaliza para o aprofundamento da relação entre a Rede Abelha e a Universidade, dada a descontinuidade característica do

¹⁹¹ Este material está aproximadamente na 8ª edição e, segundo alguns entrevistados, deve-se a sua adequação à realidade produtiva da região. Trata-se de um material técnico sobre o cultivo apícola e produção melípona e não faz qualquer referência ao trabalho associado, fator que impede de conceituarmos como tecnologias sociais.

PNQ e ao montante de recursos destinado ao desenvolvimento do PROESQ, apenas 7% do total dos recursos do PNQ a ser distribuído entre PROESQs, PLANSEQs e PLANTEQs, como discutimos neste capítulo. Para que seja possível construir tecnologias sociais, além da intencionalidade dos grupos sociais e alguns profissionais da Universidade e outros técnicos, é necessário uma relação sistemática e orgânica com diferentes áreas de pesquisa, sendo insuficientes ações pontuais e localizadas.

Se considerarmos que o incentivo em pesquisa e desenvolvimento no Brasil tem sido timidamente contemplado no âmbito do Estado, seja pela ausência de projeto de desenvolvimento com esse propósito, como ocorreu no governo FHC, seja porque quando ele existe, como é o caso do governo Lula, não consegue sair do papel, como discutimos anteriormente. Isso coloca um desafio muito maior às necessidades de pesquisa e desenvolvimento no campo das tecnologias sociais voltadas ao trabalho associado. Entre os desafios para se concretizar uma política voltada ao desenvolvimento das tecnologias sociais e Economia solidária, Fraga (2011, p. 118) menciona a inexistência de uma política nacional de ciência e tecnologia para o desenvolvimento social.¹⁹² A autora (2011, p. 118) diz que houve um movimento recente de inclusão da política de ciência e tecnologia na agenda pública, existe hoje uma Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social, além da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), de outros órgãos federais e de constar como um dos eixos da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica. Apesar desse esforço, ele não é suficiente porque se comparado com o orçamento geral para ciência e tecnologia, o gasto público com a ciência e tecnologia para o desenvolvimento social é de apenas 3%.

O valor destinado à ciência e tecnologia para área social somado ao percentual destinado no PROESQ/PNQ às tecnologias de formação em Economia solidária temos um cenário pouco animador das políticas para esse segmento.

¹⁹² Os demais desafios a que se refere a autora diz respeito às visões distorcidas da ciência e da tecnologia e o fato de engenheiros, tecnólogos e arquitetos não saberem produzir tecnologias sociais (FRAGA, 2011, p. 115-116).

2.4 O Atrelamento ao Estado

Tendo em vista a relação que a Rede Abelha estabelece com o Estado, é importante compreendermos a natureza e a organização do Estado moderno. O atrelamento desta instituição com o Estado pode ser percebido, principalmente, pela sua participação nas políticas públicas, como é o caso do PROESQ/PNQ.

Como já discutimos acima, diante do Estado político, em oposição ao religioso, o homem se comporta de forma limitada e numa esfera particular e se separa da comunidade, de si mesmo e dos outros homens, uma vez que é intermediado pelo Estado. Assim, os homens afastam-se de qualquer possibilidade de emancipação humana, pois estabelecem relação estranha consigo mesmo e com outros e transferem para o Estado a função de mediar suas relações na sociedade (MARX, 1993).

A segurança, o poder de polícia torna-se uma característica fundamental desse Estado porque se destina à preservação dos interesses egoístas. Entretanto, para Marx (1993, p. 44), é irrealizável qualquer universalidade no âmbito do Estado, pois o homem no âmbito do Estado é um membro imaginário dotado de soberania também imaginária. Por essa razão o Estado político, pela sua natureza, é o oposto à conquista da emancipação humana e seu objetivo limita-se à ideia de progresso. Nessa perspectiva, os direitos dos cidadãos calcados no ideário de universalidade são abstrações que não podem se efetivar em direção à emancipação da existência humana, por isso o autor assevera que “O estado político em relação à sociedade civil é tão espiritual como o céu em relação à terra” (MARX, 1993, p. 45).

Com base nessas características que assumem o Estado moderno, perguntamo-nos a respeito da sua função e dos interesses que o orientam.

Luxemburgo (2005, p. 46-49), ao criticar o reformismo de Bernstein, mostra como Estado encontra-se apartado da sociedade, uma vez que é representante legítimo da sociedade capitalista, portanto, um Estado de classe¹⁹³. Porque está em defesa dos interesses da classe capitalista é que a reforma praticada por ele não é uma aplicação do controle social¹⁹⁴ em direção ao processo de trabalho livremente controlado pelos trabalhadores, mas um controle

¹⁹³ Segundo Luxemburgo (2005, p. 50), com a vitória política da burguesia, o Estado passou a ser um Estado capitalista, sendo que o próprio desenvolvimento capitalista modifica o caráter do Estado ampliando suas funções na vida econômica.

¹⁹⁴ Berstein, em defesa da perspectiva reformista, defendia as formas de controle social pelo Estado, seja materializado na legislação operária, seja no controle das sociedades por ações, entre outros, como estratégia de construção da sociedade socialista, pois, para ele, os princípios socialistas já estavam ali presentes. (LUXEMBURGO, 2005, p. 49)

da classe do capital para explorar mais o trabalho. O papel do Estado é regulamentar essa exploração e não combatê-la.

Mas, doutra parte, este mesmo desenvolvimento capitalista realiza uma outra transformação na natureza do Estado. O Estado atual é, antes de tudo, uma organização da classe capitalista dominante. Se ele se impõe a si mesmo, no interesse do desenvolvimento social, funções de interesse geral, com os interesses da classe dominante. A legislação operária, por exemplo, é feita tanto no interesse da classe capitalista, como da sociedade em geral. Mas essa harmonia não dura senão até certo ponto do desenvolvimento capitalista [...]. (LUXEMBURGO, 2005, p. 50).

Ainda que a autora estivesse num momento bastante marcado pelos capitais nacionais, em que o capital não havia se transnacionalizado em corporações e monopolizado no nível de integração atual, é importante atentarmos ao fato de que a natureza de classe constitui o Estado moderno desde o seu surgimento. Os mecanismos de funcionamento e controle que decorrem desse fato levam a autora a salientar sua inadequação aos propósitos da emancipação socialista.

Mészáros (2002), em concordância com o caráter de classe do Estado, detém-se em demonstrar os mecanismos que o levam a se encontrar atrelado ao capital. Para o autor, o desenvolvimento do Estado moderno ocorre simultaneamente ao sistema do capital, demonstrando a interdependência dessas duas esferas¹⁹⁵. Porque estão intimamente ligados é que a crise da ascensão histórica do sistema do capital coincide com a crise do Estado moderno em todas as suas formas do estado liberal-democrático ao autoritário.

No caso do Estado moderno, isso ocorre quando ele se afirma como pré-requisito indispensável ao funcionamento permanente do sistema do capital e assume funções centrais em seu processo de expansão pelo aumento da produtividade, pois “[...] o capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado Moderno” (MÉSZÁROS, 2002, p. 106). Ainda segundo Mészáros, o Estado é estrutura totalizadora de comando político do capital destinado a complementar os elementos da reprodução material de acordo com a necessidade expansionista do capital (MÉSZÁROS, 2002). São efeitos desse caráter complementar do

¹⁹⁵ Mészáros assinala que é um equívoco considerar o Estado como superestrutura, como se ele decorresse estruturalmente da esfera produtiva, como interpretam muitos autores baseados em Marx. Na realidade, o Estado em si, como uma estrutura de comando abrangente, tem sua própria superestrutura legal e política. Mészáros aponta haver homologia entre as estruturas básicas sociometabólicas do capital e a do Estado, ambos estruturam-se sob forma hierarquizada e burocratizada e sob essa organização que exercem a dominação sobre o trabalho e ampliam o processo de acumulação do capital, cada um a sua maneira. Bernardo (2009) mantém a superestrutura porque deriva o Estado político, concebido por ele como superestrutura, da articulação entre o Estado amplo e o Estado restrito.

Estado as ações voltadas para o consentimento a fusões, isenções fiscais e até o estímulo à formação do indivíduo consumidor por meio de diversas políticas sociais que se destinam a regular o desequilíbrio gerado entre produção e consumo. Nesse aspecto, no Brasil, o governo Lula é emblemático porque destinou esforços no estímulo à constituição do consumidor, até entre os mais miseráveis.¹⁹⁶

Para Mézáros, o Estado é a única estrutura compatível com os parâmetros estruturais do capital porque se constitui de modo análogo a ele no que se refere às estruturas básicas de reprodução, qual seja: a hierarquia e o poder burocrático. Além da função reguladora ao implantar políticas sociais, a função principal assumida pelo Estado, segundo o autor, refere-se a alimentar a expansão do sistema do capital por meio de ações corretivas (MÉSZÁROS, 2002, p. 106-107).

Das funções corretivas básicas a que ele se destina, destacaremos duas baseadas em Mézáros (2002). A primeira refere-se ao fato do Estado proteger a relação de forças estabelecidas, fator que o faz conservar a tirania nos locais de trabalho, porque regulamenta, coordena e fomenta a propriedade privada separada de seus produtores, como também se destina a promover a integração entre os capitais fortalecendo a tendência monopolista. Mézáros (2002) observa que, como desdobramento dessa função, o Estado é chamado a coordenar a circulação na condição de empreendimento global das estruturas internamente fragmentadas e diferenciadas das unidades produtivas. Ainda que para isso pressuponha a atuação dos Estados nacionais, estes, de acordo com o autor, encontram-se plenamente integrados à reprodução do capital em nível global. Neste caso, o Estado moderno funciona como articulador das estruturas produtivas mais retrógradas e sua integração a complexos produtivos mais avançados destinados à extração da mais valia relativa. Nesse sentido, podemos dizer que ele exerce papel fundamental na remodelação da divisão internacional do trabalho a partir da sua adequação ao movimento expansionista do capital.

A segunda decorre do fato do Estado, enquanto estrutura totalizadora de comando político do capital, ser o protetor da extração da mais valia. Mézáros (2002, p. 121) explica que, sem a emergência do Estado moderno, o modo espontâneo de controle metabólico do capital não pode se transformar num sistema dotado de microcosmos extratores dinâmicos de trabalho excedente devidamente integrado e sustentável.

¹⁹⁶ Sobre a destinação de políticas sociais e a inserção no consumo dos mais miseráveis também são estratégias utilizadas pelo Estado no seu papel de protetor dos interesses expansionistas do capital, uma vez que oferece a garantia de que a resistência obstinada e a rebelião não escapem ao controle. Enquanto esses meios forem eficazes, temos a correspondência entre o Estado moderno e a ordem reprodutiva do capital.

Embora haja algumas diferenças entre a abordagem de Bernardo (2009, p. 218) e Mészáros (2002), acerca da constituição do Estado moderno, como indicamos, para o primeiro, o Estado globalmente considerado, na integralidade da superestrutura política, resulta da articulação entre estado amplo e estado restrito¹⁹⁷.

Exporemos brevemente alguns aspectos da teoria de Bernardo a fim de pensar na constituição do Estado político atrelado aos processos de exploração da força de trabalho e, com isso, indicar que o papel assumido pelo Estado contemporâneo é voltado aos propósitos de elevação da produtividade do capital.

Bernardo (2009, p. 218-219) menciona que há uma tendência histórica para a maior integração entre os capitalistas, próprio do Estado Restrito, na mesma medida em que ocorre a intensificação da exploração por meio da extração de mais-valia relativa.¹⁹⁸ O autor menciona que nos contextos onde a mais-valia relativa é restrita e predomina a mais valia absoluta tendem a haver pouca integração entre os capitalistas e, portanto, as formas de controle são a repressão aberta e o autoritarismo. Essa dinâmica é inversa quando predomina a extração da mais valia relativa. Neste caso, tende a haver maior e mais rápida concentração de capital e nível de integração entre os capitalistas (Estado Restrito), de modo a suscitar novas formas de controle pautadas na permissividade da política trabalhista e nas formas de cooptação que, segundo Bernardo (2009), passaram a presidir a totalidade das instituições e dos aparelhos de poder. Assim, as economias sustentadas na extração da mais-valia relativa tendem a optar por organizações com características mais democráticas, no âmbito das relações entre capitalistas (Estado Restrito) e daquelas que os capitalistas exercem sobre os trabalhadores (Estado Amplo). Sendo assim constituída a estrutura do poder, emana a partir dela a superestrutura política em conformidade com essas determinações. Embora o autor advirta que essa tendência não diz respeito a processos concretos¹⁹⁹, devido à multiplicidade de articulações que predominaram em momentos históricos específicos, Bernardo considera importante

¹⁹⁷ Bernardo (2009, p. 217-218) denomina Estado Amplo todo exercício de autoritário e de submissão que o capitalista pratica ao usufruir do seu poder absoluto e concentrado sobre o trabalho, constituindo assim os mecanismos de extração da mais valia. “Governante, legislador, polícia, juiz e carrasco - é esta a multiplicidade de funções do capitalista no interior da empresa [...]. A este aparelho tão lato quanto o são as classes dominantes, chamo de Estado Amplo. O Estado A é constituído pelos mecanismos da produção da mais valia, ou seja, por aqueles processos que asseguram aos capitalistas a reprodução da exploração [...]”. Enquanto o Estado amplo diz respeito à relação capitalista e força de trabalho, o Estado Restrito refere-se à relação entre capitalistas. Assim, entendemos que Bernardo ao compreender o Estado político como superestrutura derivada da articulação do Estado Amplo e Restrito difere da posição de Mészáros que compreende o Estado político constituído de estrutura paralela a dos processos produtivos.

¹⁹⁸ Mais-valia relativa está sendo compreendida aqui como a extração de mais valor por meio da intensificação dos processos de trabalho decorrentes da implantação tecnológica que conjuga tanto as inovações dos maquinários e organizacionais como também os investimentos em qualificação profissional.

¹⁹⁹ Houve momentos em que o Estado Restrito era mais democrático enquanto o Estado Amplo era repressivo e caracterizado pela extração da mais-valia absoluta (BERNARDO, 2009, p. 219).

apontar tal tendência porque há momentos em que um dos Estados assume a articulação do outro.

Bernardo (2009, p. 220-221) considera que, nas primeiras fases do capitalismo, diferente do que prevalece hoje, houve momentos em que cabia à superestrutura econômica a tarefa de coordenação e integração global entre os capitalistas, em decorrência da ausência ou insuficiência da mais-valia relativa. Assim, as condições gerais de produção²⁰⁰ dependiam da articulação entre os capitalistas (Estado Restrito).

A função central desempenhada pela CGP na integração econômica requer a sua relação, no nível superestrutural, com uma instituição política centralizadora e coordenadora. Numa fase em que a dispersão interna do Estado A o fragmentava, sendo, portanto impossível prosseguir no seu âmbito uma ação coordenadora, era ao Estado R que ela se servia. (BERNARDO, 2009, p. 221).

O principal fator que suscitava a colaboração intercapitalista é a luta de classes, uma vez que a assimilação e resolução dos conflitos ocorrem pelo reforço das instituições centralizadoras. Assim como o recurso à centralização, ocorre o aumento da produtividade, e ambos viabilizam o inter-relacionamento das empresas no nível dos processos de produção (BERNARDO, 2009, p. 221).

No Estado Amplo, em que a acumulação em escala mundial efetua-se em torno de uma pluralidade de polos interligados numa rede cada vez mais estreita e completados por outros polos secundários (inclusive aqueles polos produtivos onde predominam a extração de mais valia absoluta), temos a predominância da mais-valia relativa perpassando toda dinâmica produtiva mundial.

Portanto, a luta de classes, motor da mais-valia relativa, acarretando o reforço da integração econômica das empresas, permite-lhes prosseguir a centralização política na sua esfera própria. Quanto mais estreito o relacionamento recíproco dos pólos de acumulação do capital, tanto maior é a coesão estabelecida entre os capitalistas; por isso, quanto mais consistente se revela o Estado A, tanto mais é capaz de um funcionamento unificado, passando a desenvolver-se no seu âmbito as instituições políticas centralizadoras e coordenadoras da economia. É o que vem sucedendo desde o século 19 e a luta de classes, que sustenta esse processo, pauta o ritmo da remodelação fundamental das instituições estatais. Em conclusão, a superestrutura política evolui no sentido do reforço do Estado A e das suas funções centralizadoras, com a conseqüente redução da esfera de poder do Estado R e o enfraquecimento das suas instituições. (BERNARDO, 2009, p. 222).

²⁰⁰ De acordo com Bernardo (2009, p. 213-217), as CGP decorrem do imperativo do capitalismo exigir processos de integração e diversificação. São as CGP: a) Condições gerais de produção e reprodução da força de trabalho (inclui creches e estabelecimentos de ensino); b) Condições gerais de realização da exploração; c) Condições para que a exploração possa ocorrer materialmente (inclui os meios tecnológicos); d) Condições de infraestrutura dos processos de produção; e) Condições para realização social do mercado (inclui publicidade que instiga o consumo).

Fica claro na análise acima que o Estado político redefine seu papel valendo-se das alterações nas formas de exploração do trabalho no decorrer do tempo e das lutas de classe que emanam dessas relações de produção. Dessa forma, o Estado político está intimamente articulado às necessidades de extração de mais valia ao destinar-se a viabilizar os mecanismos necessários à integração entre os capitalistas e, principalmente, às formas de extração do trabalho excedente em escala global. Nessa medida, este Estado subordina-se aos interesses e imperativos das grandes corporações ao se constituir com base nela e para atender seus interesses.

Valendo-se do predomínio das formas de exploração do Estado Amplo é que o autor salienta que as empresas, na condição de componente estratégico deste Estado, passaram a manifestar mais claramente a característica de um aparelho de poder, e ainda dando origem à concentração das organizações transnacionais como *locus* de poder mundial. Essa nova organização do poder mundial baseado nas relações de produção, como expõe Bernardo (2009, p. 236-237), suscita, além do aperfeiçoamento das formas de controle com base na luta de classe²⁰¹, a integração ao ciclo da mais-valia relativa das unidades produtoras de mais valia absoluta. A inserção dessas últimas ao circuito de reprodução do capital global pela extração da mais-valia relativa deve-se aos mecanismos complementares e combinados acionados pela estratégia de integração entre os capitalistas e de homogeneização das formas de exploração do trabalho, com predomínio da extração da mais-valia relativa sobre a absoluta.

A respeito da integração das formas de mais-valia absoluta ao ciclo reprodutivo da mais-valia relativa, o autor cita que as empresas transnacionais especializadas na administração aduaneira são contratadas para verificar a qualidade, quantidade e preço dos bens importados indicando que “[...] na área onde prevalece a mais-valia absoluta, o Estado A [referindo-se ao Estado Amplo] [...] assimila instituições até então decorrentes do Estado R [referindo-se ao Estado Restrito] [...]” (BERNARDO, 2009, p. 238). Essa discussão aponta como as formas de trabalho simples são integradas no circuito de produção onde prevalecem as formas de trabalho complexas. Neste sentido, Luxemburgo (2005) diz que o desenvolvimento capitalista modifica o caráter do Estado e alarga sua esfera de ação de modo que ele passa a assumir novas funções no tocante à vida econômica e, neste campo, prepara-se a fusão do Estado capitalista à sociedade. Para a autora essa harmonia dura até certo ponto do desenvolvimento capitalista quando os interesses da burguesia, que se confundem com os da classe capitalista, começam a

²⁰¹ Bernardo (2009) considera que os instrumentos repressivos pautados na força de polícia utilizados pelas empresas por meio de capatazes e, depois evoluídos para formas de controle externo à fábrica, são substituídos por código de ética, formas de cooptação dos trabalhadores, entre outros instrumentos que repercutem na dimensão psicológica do trabalhador.

se chocar com as orientações do Estado. Este é o caso em que a proteção alfandegária não serve mais para o desenvolvimento das indústrias novas, mas sim para manter formas antiquadas de produção, como as da agricultura. Este é “[...] um meio de fundir e exprimir os interesses feudais numa forma capitalista [...]” (LUXEMBURGO, 2005, p. 50-52). É importante salientar como a autora, neste momento ainda inicial da integração dos capitais, visualiza a inserção das formas tradicionais de produção na reprodução do capital e o papel assumido pelo Estado para viabilizar esse processo. Nessa perspectiva que devem ser compreendidos as experiências localizadas de produção que, apesar de suas especificidades, tendem a se integrarem ao circuito do capital em nível global.

Antes de adentrarmos à discussão em torno dos determinantes do processo de circulação da mercadoria, cabe primeiro questionarmos a relação de sustentabilidade que a Rede Abelha estabelece com o Estado e como isso repercute na possibilidade dela se constituir como experiência dos trabalhadores com potencial de enfrentamento do capital.

Os relatos mostram o papel estratégico que o Estado tem na sustentabilidade de várias ações desenvolvidas pela Rede Abelha, entre elas estão às formativas, de comercialização e de infraestrutura para produção:

Mas a economia solidária vem exigindo uma política pública de financiamento, para que atenda as necessidades localizadas nos empreendimentos de economia solidária. A própria certificação dos produtos, há uma demanda para que haja um processo de selos para os produtos da economia solidária [...] Quem vem fazer pesquisa a gente mostra o material que foi produzido nessa época com as políticas públicas [...] Então, recuperar esses enxames, essas famílias de abelhas é muito difícil, isso o apicultor precisa entender que a ação dele hoje vai além do seu apiário, ele precisa ter uma relação com o seu vizinho que tem abelha, mais com outros grupos que tem abelha, com os organismos que estão no estado, os organismos que estão dentro da economia solidária. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011)

Então fomos nós [...] as SENAES e a RA foi junto às SENAES e falou numa plenária nacional e o professor Paul Singer solicitou que a gente fosse falar com a CONAB e a gente foi falar com a CONAB com o apoio da SENAES, então o mel passou a vigorar na lista de compra da política pública, só passou porque a Rede Abelha foi lá, entendeu? Agora todo o Brasil se beneficia de vender mel para a merenda escolar, vender mel para CONAB, a origem está aí. Então nós da Rede Abelha prestamos esse serviço ao Brasil.
[...] Então a gente passou a ser um organismo que tinha relações com o governo federal [...]. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011)

[...] eu acho que o primeiro foi a ampliação da rede. A RA aproveitou esse momento da política pública para, digamos assim, sedimentar a ampliação. Exemplificando, nós já havíamos conversado com os apicultores do Rio de Janeiro, numa cidade vizinha, Teresópolis, quando veio a política pública a gente montou um curso de formação de 200 horas lá, imagina o que é isso [...] então a RA foi se propagando com o apoio da política pública. Ela se propagou e ao mesmo tempo

aproveitou para se fortalecer, para formar educadores, formar pessoas, produzir material didático, tudo isso ajudou a rede ser ampliada, ser vista no Brasil inteiro. [...] o bom seria que tivesse o PNQ 1, 2, 3, 4 e etc... para que a gente poder continuar nesse contínuo aperfeiçoamento. A política publica tem esse poder, digamos assim, de esse poder empoderar o processo [...]. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011).

Eu acredito em vários objetivos, porque com a política pública e hoje no nosso mundo aqui o nordeste principalmente é muito desassistido, os políticos só pensa mais em si e a Rede Abelha pensava numa política que incentivasse o trabalhador e pra você preservar o meio ambiente tinha que ter esse trabalho de política pública que a pessoa tivesse uma condição de aumenta sua renda e a abelha num vinha pra tirar a produção de mandioca, de milho, de feijão, mas sim aumentar sua renda. E esse trabalho era feito, discutido na base lá, quem aderiu a essa política que a rede abelha fez se deu bem e vai se dando bem porque ele pega uma coisa daqui, mas junta a outra coisa com outra e vai dando certo [...] E quando a gente deixou de acompanhar ou de ter esses acompanhamento a tendência é cair, por isso que não pode deixar cair tem que dar continuidade. (MEMBRO 2 REDE ABELHA, 2011).

O que veio a melhorar foi assim: a questão dos projetos das casa de mel, porque dentro desse projeto não era para esse fim da casa de mel, mas o despertar para nós foi bom que hoje tá ai a casa de mel [...] essa foi uma das reivindicações feitas com os poderes públicos, a prefeitura de Macaíba concedeu-nos hoje uma casa de mel, foi reivindicação da gente, de minha pessoa, que como apicultor e das demais pessoas do município. (MEMBRO 3 REDE ABELHA, 2011).

Pelos relatos acima podemos notar a fragilidade econômica dos empreendimentos que compõem a Rede Abelha e, por isso, mantém-se dependente ao Estado para desenvolver suas atividades produtivas de modo que as mercadorias sejam produzidas em ampla escala, com infraestrutura adequada para atingir os padrões de qualidade indicados no mercado consumidor e, a partir disso, gerar renda aos trabalhadores.

Notamos também que a intervenção do Estado se faz de modo pontual, relacionado a ações específicas e, muitas vezes, a SENAES funciona como interventora nas reivindicações dos produtores da rede como pudemos verificar nas citações. Podemos falar de dependência das ações governamentais tendo em vista que a ampliação da rede, a mudança dos padrões produtivos, a conquista de infraestrutura adequada e a qualificação dos trabalhadores foram ações que permitiram o fortalecimento da rede, conforme os entrevistados, e ocorreram pela mediação do Estado. Sendo que, como apontou um dos trabalhadores, se não houver o acompanhamento, a tendência é “cair” o desempenho.

Os trabalhadores ao depositarem no Estado a tarefa de viabilizar suas condições objetivas de produção, considerando a natureza do Estado moderno, retiram de si a tarefa de avançar na sua auto-organização porque contam com a mediação desse instrumento de poder burocrático. O Estado contempla as formas de trabalho associado, mas, ao mesmo tempo, a classe fica impedida de avançar na emancipação humana porque se encontra intermediada

pelo Estado, como apontou Marx (1993, p. 53). Ainda que haja inúmeros benefícios aos trabalhadores contemplados pelas políticas públicas, principalmente se tivermos como referência a condição precária de vida e de produção, como é o caso da Rede Abelha, tal condição não encobre o alcance dessas ações. Na realidade, a emancipação dos trabalhadores depende, entre outros fatores, da emancipação em relação ao próprio Estado moderno.

Dizemos isso mesmo considerando que essas organizações sociais tenham que contar com o Estado inicialmente. A questão é que ao não vislumbrarem no seu discurso e ações a superação da relação com o capital pelas práticas de lutas, ao contrário, objetivar a participação nas políticas públicas também as formas de cooperação entre os trabalhadores se guiarão por este fundamento. Estes propósitos, muito diferente daqueles que orientaram os movimentos dos trabalhadores em outros momentos históricos, mostram-se incapazes de direcionar os trabalhadores ao embate contra o poder orgânico do capital. Aliás, essa luta não faz parte do horizonte da rede.

O Estado, por sua vez, alimenta essa relação com os organismos sociais integrando-os no limite de suas políticas públicas, o que a partir da análise do PNQ, ficou evidente o pequeno alcance em direção à universalização dos direitos. Sendo assim, o Estado concede alguns paliativos que ajudam no controle da miserabilidade extrema, os quais não se constituem em ações duradouras e eficazes para a inserção produtiva dessas unidades na competição capitalista com os grandes empreendimentos, caso restrinja-se a esse propósito, muito menos para se coloquem a tarefa de inversão dessa lógica. Diante disso, fica evidente que o Estado não pode como não tem proposto fortalecer os organismos sociais em direção ao rompimento com o modelo do capital a não ser pela crença de alguns de que isso ocorreria de modo gradual.

O fato de que os próprios organismos do Estado não tenham o propósito de confronto com a lógica do capital, como notamos, por exemplo, nas intenções do MTE/SPPE. E mesmo a SENAES cujo discurso de alguns membros que concebem a Economia solidária como alternativa ao capitalismo, sua atuação no âmbito do Estado encontra-se perpassada pelas determinações próprias dos mecanismos de funcionamento deste aparato e, com isso, suas ações não conseguem ultrapassar as perspectivas reformistas. Além disso, a SENAES tem um alcance pequeno se comparada a outros ministérios e mesmo entre as demais secretarias do mesmo MTE, inclusive em termos orçamentários. Esses são fatores que limitam o alcance das políticas da SENAES e fica explícito se considerarmos que a Rede Abelha desenvolveu outras modalidades da política pública da SENAES, várias etapas dos planos do PNQ e tem mantido estreito diálogo com a SENAES. Mesmo assim, transparece na fala de um dos

entrevistados certa incompatibilidade entre os propósitos e a estrutura de organização do Estado e as necessidades e características do trabalho associado:

Ao passo que se as SENAES produzissem os programas e tivesse uma relação com o movimento, com a sociedade, mas ela só faz depois de receber o aval do ministério do trabalho. Então isso leva um tempo, isso talvez atrase muito e isso de certa maneira respinga nos movimentos, que ficam elaborando os projetos, esperando que os projetos sejam aprovados, esperando, depois que é aprovado, que o recurso saia de Brasília e chegue aos empreendimentos, então um tempo grande. Aí é que aconteceu com a gente, no EAD, super importante, nós conseguimos aprovar e foram só seis no Brasil, e o recurso vai sair e disseram para nós, depois de muito tempo, depois de constituído essa base na instituição para elaborar, disseram que o projeto não ia ser implementado, então todo o planejamento que a gente construiu para que a rede pudesse estar bem durante dois anos, a partir do EAD e de outras instituições foi por água a baixo. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011)

Diante desses inúmeros fatores fica difícil situar a experiência de formação da Rede Abelha ocorrida dentro do PNQ para a Economia solidária como um processo de fortalecimento e integração das lutas dos trabalhadores em direção ao enfrentamento do capital. Isso ocorre ainda que o processo pedagógico tenha trazido inúmeros benefícios à ampliação do conhecimento dos trabalhadores e se constituído por intensa participação dos membros, o que culminou em metodologias inovadoras e adequadas à realidade social do público atendido. Além de outras mudanças nas condições de vida das pessoas envolvidas, como alteração do hábito alimentar, aprimoramento da produção orgânica e da relação com meio ambiente.

A incapacidade de o Estado expandir sua atuação e atender às necessidades das experiências de trabalho associado no sentido de universalização do direito à qualificação profissional, conforme prevê o PNQ, também é percebida pelo membro da Rede Abelha ao comentar que:

O que a gente reclama na Rede Abelha são os hiatos entre um programa e outro programa. Entre a liberação de recursos de um projeto e término do projeto e a liberação de um outro recurso, porque se nós estamos fomentando educação, nós precisamos de um recurso que seja permanente. A educação, isso fica muito claro no sistema formal, você não tem professor durante 6 meses, na educação formal você tem o professor o ano inteiro, inclusive ele é pago as férias. Agora porque é que a gente está fazendo formação informal, porque a gente está no mundo da informalidade? A gente faz um processo de escolarização de pessoas, inclusive com cursos regulados na secretaria de educação estadual, e porque que é que essa formação possui hiatos? É isso que não dá para entender, é isso que a gente reclama. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011)

Assim a atuação do Estado vai dando-se na medida em que se propõe a contornar as questões sociais que podem vir a gerar conflitos, aumentar a miserabilidade a ponto de impedir por completo o consumo de algumas populações. Essas são algumas formas de inserir esse segmento da população que se auto-organiza coletivamente na esfera da produção tendo em vista a reprodução do capital. Considerando os dados discutidos até aqui não parece que o PNQ tem caminhado em direção à universalização do acesso ao direito à educação profissional e, por essa razão, as ações de qualificação profissional para a Economia Solidária no âmbito do PNQ são esparsas, descontínuas e modulares.

[...] olha... na verdade... o bom seria que tivesse o PNQ 1, 2, 3, 4 e etc... para que a gente poder continuar nesse contínuo aperfeiçoamento. A PP (política pública) tem esse poder, digamos assim, de esse poder EMPODERAR o processo. Claro que a gente continua elaborando e sistematizando, mas se tivesse a continuidade do apoio da formulação de material é muito bom. A PP a gente continuou recorrendo a PP para fazer a formação de pessoal, isso a gente sempre esteve fazendo com recurso do FAT. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011)

2.5 O Sentido da Formação para Economia Solidária no PNQ

As ações desenvolvidas no PROESQ/PNQ foram caracterizadas por reuniões coletivas, processo de sistematização das ações formativas que focalizavam o acúmulo de experiência da Rede Abelha, além disso, havia cursos de formação com o propósito de testar metodologias e formar formadores para trabalhar com os instrumentos pedagógicos elaborados nos demais cursos do PLANSEQs.

Sobre o perfil dos formadores, a rede procurou formar seus próprios quadros a partir de seus produtores. Este é um aspecto importante porque é coerente com a demanda das organizações de trabalho associado em geral, uma vez que adquirir conhecimentos e democratizá-lo entre os associados passam a ser condição para que se aprofundem as práticas democráticas (ALANIZ, 2007).

Ao buscar qualificar os formadores valorizando os sujeitos da comunidade e apicultores da rede têm em vista:

Então eu fico assim imaginando que a política pública é importante para atingir a todos e para isso ela precisa ser pensada para atingir a todos; e não apenas um grupo seletivo [...]. Então o que foi feito nesse processo foi fazer formação de grupos escolhidos, então os educadores eram escolhidos pela rede e participavam do projeto de formação; num outro momento todo o pessoal da Rede Abelha

participou de um processo de formação também [...]. Porque a gente precisava valorizar o educador, isso é uma construção social também. Porque como é que você vai valorizar o filho de seu José? Porque como é que você vai valorizar a filha de D. Maria, como sendo educadora da comunidade. Você vai valorizar se você empodera essa pessoa, chama ela para curso, depois vai na comunidade, certifica ela na comunidade, apresenta ela como educadora, ela começa a realizar as práticas dela junto ao grupo e o grupo com ela, então ganha uma autoconfiança e isso faz com que o grupo possa solicitar dela os serviços dela quando necessário. Então eu acho que essa metodologia do empoderamento dos educadores é tão interessante. Isso porque, muitas vezes, a gente diz assim: o educador tal veio aqui explicou e foi embora. Mas quando o popular está dizendo isso, que ele foi embora, ele não está se referindo ao fato físico de ele estar lá e depois ter ido embora, ele está dizendo mais que isso, ele está dizendo que o educador foi lá e depois que ele foi embora o conhecimento desapareceu, porque foi volátil a ação dele, foi coisa que não teve praticidade. Então a idéia do educador ecológico é que eles, estando na região ele faz práticas mais sistematizadas. E fazendo praticas mais sistematizadas, mais contínuas, você vai sedimentando o conhecimento. Uma prática isolada não sedimenta conhecimento. Ela precisa ser repetida, sistematizada, ela precisa ter uma continuidade. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011)

Também no PNQ participei do processo de formação e depois participei sendo formadores. Esse foi o interesse e foi aquela diferença que eu achei do outro, porque do outro [referindo-se ao PLANFOR]. O primeiro a gente tava se formando, depois participei como formado pra desenvolver o novo trabalho educativo. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011)

A intenção ao fazer a formação de formadores é que o conhecimento seja partilhado por todos os membros e que isso constitua uma tecnologia de formação própria tendo em vista adequar-se à realidade do coletivo integrante da rede, bem como atender às necessidades específicas de formação e desenvolvimento produtivo desses grupos. Um fator importante é a percepção que tem acerca do papel central que ocupa as atividades formativas para sua sobrevivência produtiva e desenvolvimento na perspectiva do trabalho comunitário coletivo. Assim, a educação dos membros assume centralidade nas ações da rede, como podemos notar.

Para os apicultores membros, essa organização do trabalho pedagógico os valoriza como sujeitos da sua atividade produtiva e formativa, pois eles são formados a partir de estratégias definidas por eles em conjunto, assim como são os autores dos materiais didáticos. Essa realidade por si só já é bastante distinta da organização do trabalho pedagógico nas escolas regulares, nas quais a impossibilidade de organização do trabalho coletivo é evidenciada em diversos estudos. Contudo, também explicita como apenas a organização do trabalho pedagógico coletivo, descolado da modificação radical das relações de trabalho em qualquer organização, é insuficiente para se pensar outro modelo de formação, aqui compreendido como uma educação que tenha como pressuposto o rompimento com as práticas introduzidas no capitalismo e que contribua para a constituição de outro modelo de sociedade em oposição ao que Mészáros (2005) denomina de sócio metabolismo do capital.

Paralelamente à mudança das condições de materiais tem que haver mudança na forma de ser, portanto é necessário modificar radicalmente os mecanismos de reprodução do capital desde sua base material até a esfera da cultura e, neste caso, é fundamental a transformação da educação enquanto processo internalização do capital para forjar outros modos de existir.

Nas ações formativas da Rede Abelha no PNQ observamos a ampliação dos conhecimentos técnicos, das formas comunitárias de organização do trabalho²⁰² e, principalmente, tais sujeitos são elevados ao status de criadores de seu processo educativo e sistematizadores da cultura vivenciada pela comunidade em benefício de suas necessidades produtivas, de organização e desenvolvimento pessoal, tal como expressa as intenções nessa formação:

Uma orientação pedagógico-metodológica que valorize os educandos como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas, assim como reconheça e valorize a diversidade cultural, étnica, social, regional e de gênero. Um modelo de educação os participantes do processo sejam sujeitos da sua própria formação, onde o conhecimento compartilhado democraticamente extrapole a interferência da educação formal ensinado dentro da sala de aula, intercalando esse com momentos de prática na comunidade. (MEMBRO 6 REDE ABELHA, 2011)

A essa prática Nascimento (2011a, p. 112-113) denomina de Autogestão da Pedagogia, que deve estar articulada com a Pedagogia da autogestão²⁰³, porque trata da organização do trabalho pedagógico a partir da auto-organização dos trabalhadores. No caso da Rede Abelha, podemos dizer que apenas o primeiro elemento se fez presente na formação em rede no PNQ dada a característica do processo de organização do trabalho.

NASCIMENTO (2011a, p. 112) concorda com Tiriba e Fisher ao dizerem que as experiências históricas de autogestão revelam que a apropriação dos meios de produção não é suficiente para combater a fragmentação e exploração do trabalho, sendo fundamental a articulação dos saberes do trabalho fragmentado pelo capital e a apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitam compreender os sentidos do trabalho e prosseguir na construção de uma nova cultura do trabalho e um novo tipo de sociedade. Também a partir de Gramsci,²⁰⁴ Nascimento fundamenta o que denomina de Autogestão da Pedagogia e

²⁰² Referimo-nos a forma comunitária de organização do trabalho no sentido de que há o aperfeiçoamento da relação entre produtores para um determinado tipo de cooperação, não oposta às formas de cooperação capitalista. Dizemos organização comunitária porque entendemos que ela não signifique uma alternativa de auto-organização dos trabalhadores na perspectiva de confronto com o capital.

²⁰³ Pedagogia da autogestão diz respeito ao próprio processo de auto-organização do trabalho associado que, ao longo da sua experiência cria e recria práticas criativas de organização do trabalho pelos trabalhadores.

²⁰⁴ Gramsci analisa as experiências das fábricas controladas pelos trabalhadores em Turim em 1919 e 1921 como sendo uma escola maravilhosa de formação de experiência política e administrativa, uma vez que na escola do trabalho e nas vivências do trabalho associado (NASCIMENTO, 2011a, p. 113).

Pedagogia da Autogestão, processo no qual as pessoas atribuem sentidos ao vivido e realizado, sendo fundamental que transformem suas vivências pregressas e atuais em experiências propriamente formadoras (GRAMSCI apud NASCIMENTO, 2011a, p. 113). Nesta Pedagogia o formador é militante que tem um papel de mediador que permite ao grupo experimentar e reenviar ao grupo suas próprias análises para a validação.

No que se refere às experiências de formação, podemos dizer que a Rede Abelha avança nas práticas coletivização do trabalho pedagógico mesmo que isso tenha ocorrido de forma pontual em etapa específica do processo formativo, mas, por si só esse elemento não é suficiente para introduzir, ainda que de forma incipiente, outro processo de internalização em oposição aquele que vigora no capitalismo. Contudo, a forma como se organiza a produção material é o principal determinante nessa reprodução da prática formativa, uma vez que se destina aos propósitos desta e ao aprimoramento das formas de inserção no circuito de reprodução do capital, ainda que pelo incremento das formas de vida dos trabalhadores.

Entretanto as contradições surgidas nesse processo refletem as contradições de classe no capitalismo entre valor de uso e valor de troca. Cleaver (1981, p. 110-111) menciona que há duas formas diferentes de se conceber a produção de mercadorias, pois enquanto para o capital ela é simplesmente valor de troca, para os trabalhadores elas só são necessárias enquanto valor de uso. O problema é que sob a forma do capital o valor de uso subordina-se ao valor de troca. Sendo o valor de troca prevalecente nas relações sociais, o valor de uso, e aqui podemos inserir a educação, volta-se para a recomposição do capital. Por essa razão, a educação tem que se constituir a partir de outra organização da base material e ter claro sua tarefa de enfrentamento dos mecanismos que sustentam o sistema capitalista de exploração.

É necessário o enfrentamento do capital compreendendo-o como totalidade da organização da vida. Cleaver (1981) diz que as terias sobre a família, trabalho doméstico e escolar tornaram-se importantes a partir da expulsão das crianças e mulheres das usinas, assim como a partir da luta de classe travada na década de 1960 pelos trabalhadores, desempregados, estudantes, donas de casa entre outros, o Estado respondeu com a criação de políticas públicas destinadas à recomposição do capital. Nesse caso, foram acionados novos planos de reestruturação da educação, esquemas de auxílio desemprego, programas de assistência social mercado de trabalho aberto às mulheres e crescimento de programas de reciclagem e treinamento industrial. Diante dos propósitos de recomposição do capital tanto a educação pública como o trabalho doméstico são combinados como forma de disciplinar e treinar a força de trabalho. Para o autor a fábrica social surgiu dos esforços do trabalhador escapar da fábrica industrial e da engenharia social do capital, assim o capital tentou

“[...] converter o consumo individual em consumo produtivo, criando a fábrica social” (CLEAVER, 1981, p. 140). Com essa discussão queremos apontar como os aspectos sociais, culturais e econômicos da vida social condicionam-se à organização e reprodução do capital. Nessa medida a educação é um também um instrumento nessa luta de classe e está sujeita às totalizações do capital.

Por essa razão, ao longo do tempo, a educação constituiu-se em importante instrumento do capital na adequação da força de trabalho, como indica Mészáros (2005, p. 42-43) ao dizer que

[...] as instituições de educação tiveram de ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital. Deste modo teve de abandonar a extrema brutalidade e a violência legalmente impostas como instrumentos de educação [...] [e continua] As determinações gerais do capital afetam profundamente cada âmbito particular com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais. Não podem funcionar adequadamente exceto se tiverem em sintonia com as determinações educacionais gerais da sociedade como um todo. (MÉSZÁROS, 2005, p. 42-43).

A esfera da cultura, onde se encontra a educação, é também um *locus* submetido aos processos de valorização do capital, contudo a alternativa à reprodução na perspectiva do trabalho tende a advir da intensificação da luta de classes de modo que impulsionem outros processos de reprodução da vida social juntamente com outras formas de internalização articuladas. Os propósitos dessa oposição têm de se propor a tencionar e escapar aos determinantes totalizadores do capital, mesmo que num estágio inicial. Dal Ri e Vieitez (2008) trazem dados importantes sobre a educação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que parecem indicar outras formas de internalização, uma vez que integra o processo produtivo, pautado no trabalho associado nas cooperativas, com a luta mais ampla do movimento contra as formas de exploração do capital. Os autores mostram como as práticas educativas foram radicalmente transformadas pela auto-organização dos alunos como fundamento do trabalho pedagógico nas escolas do movimento.

Apesar da organização coletiva da metodologia de formação, entendemos que é bastante contraditório o fato da rede avançar no processo de formação apenas na medida em conta com o apoio do Estado, que se deve principalmente à ausência de recursos. Por essa razão, a experiência mostra-se incipiente e frágil ao não conseguir dar continuidade e organizar o processo formativo quando se vê independente do Estado.

Entretanto, há outros fatores que indicam o limite da formação política da Rede Abelha, os quais se sobressaem apesar da metodologia coletiva utilizada na formação. O principal deles refere-se à concepção de Economia solidária que perpassa a formação. Esta é concebida de modo pragmático em torno da ideia de solidariedade como sinônimo de ajuda mútua na geração de renda. Contudo, não necessariamente avança na discussão da inversão das relações de poder pela auto-organização dos trabalhadores, assim como na articulação com os demais movimentos dos trabalhadores tendo em vista o fortalecimento das práticas de luta na direção da auto-organização e de um planejamento das formas de resistência aos mecanismos do capital²⁰⁵. Sobre articulação entre as lutas dos trabalhadores, Vieitez e Dal Ri (2009) dizem que o trabalho associado, onde prevalece um vetor político e ideológico de forças democráticas igualitárias, pode oferecer uma base para o desenvolvimento da solidariedade de classe e não apenas de um coletivo individual. No entanto, acrescentam que em si própria esta base não é suficiente para que essa solidariedade ou identidade de classe se desenvolva. Para eles, esse fato decorre do fato de que a obtenção de trabalho e renda na condição de produtores de mercadorias é determinante e não a autogestão ou a luta contra o capital. Os autores apontam que a produção de mercadorias encontra-se em contradição com o exercício da democracia igualitária, o que a médio e longo prazo tende a solapá-la, assim, para eles “[...] medidas compensatórias advêm do desenvolvimento da solidariedade da classe trabalhadora o que, como indicamos, é praticamente indissociável da participação na luta política ou nos movimentos populares [...]” (VIEITEZ; DAL RI, 2009, p. 44-45). Novaes (2011, p. 63) acrescenta que a superação da alienação do trabalho em sua totalidade dificilmente virá através de um simples movimento econômico, mas o papel da política é decisivo, no sentido de luta, “[...] num longo processo histórico de convencimento e construção na prática de uma sociedade controlada pelos seres humanos, autogovernada, que não seja comandada por uma força estranha: o capital”. A partir desses autores percebemos a condição fundamental das experiências de trabalho associado ultrapassar a democracia interna as organizações, inclusive condição para mantê-la e não degenerar o movimento, e atrelar-se às lutas mais amplas do movimento operário nas suas diferentes expressões.

No caso específico da Rede Abelha não temos elementos para afirmar ou negar que a democracia interna seja um princípio praticado por todas as comunidades e membros,

²⁰⁵ Dizemos isso no sentido que traz Mészáros (2009, p. 117) ao dizer que seria inconcebível conciliar com o mundo existente a alternativa histórico que se requer para superá-lo. O planejamento social abrangente e inevitável do processo de reprodução sem superar qualitativamente de modo sustentável a então estruturalmente reforçada divisão hierárquica do trabalho por meio de uma organização conscientemente controlável no sistema orgânico comunal.

principalmente porque não é necessário que integrem ao movimento de Economia solidária para compor a rede. Assim há uma diversidade de práticas apícolas cuja organização da produção é bastante distinta uma da outra, como apontamos.

As concepções em torno do que seja Economia solidária dos membros da Rede Abelha entrevistados indicam que a geração de trabalho e renda é o vetor que determina seu significado e se constitui na razão pela qual os trabalhadores se aglutinam. Com isso, queremos apontar que a organização dos trabalhadores para a luta sequer perpassa a concepção do que seja economia solidária. Entendemos que a compreensão dos cooperados se constrói pela internalização de suas vivências na Economia solidária e a partir das quais atribuem significado, como a seguir:

Uma das coisas que significa Economia solidária é [...] primeiro a gente tem que ver o seguinte [...] a questão da formação de renda e também melhorar essa economia, porque assim diante desse contexto a gente começou a participar de algumas feira. Por exemplo, hoje, nós aqui, meu grupo familiar, no momento nós aqui no assentamento nos temos assim: minha esposa fez inscrição estadual, hoje ela já vende bolo para merenda escolar, nos criamos uma renda de forma que a gente vai melhorando. Também a gente não deixa de fazer parte da Economia solidária porque tem um feirinha agroecológica que a gente tá vendendo alguma coisa [...] tava-se surgindo aqui no estado no momento né e aí dentro desse projeto a gente viu uma coisa muito interessante, a questão de se trabalhar a economia solidária né, ser solidário na economia e houve até participação da gente mesmo na questão da Economia Solidária. Cheguei ser assim, participei muito de feira, houve feirinhas também né. Chegamos a até a fazer assim, eu tinha, por exemplo, mel aí você tinha porta guardanapos, mas o preço do seu portaguarnapos era 7 reais, por exemplo, então minha garrafinha de mel custava 7, eu não tinha dinheiro pra comprar seu guardanapo e você não tinha dinheiro pra comprar meu mel, aí teve a troca solidária, eu ficava com seu guardanapo e eu em troca dava meu mel. Isso foi uma das coisas que foi muito interessante. (MEMBRO 6 REDE ABELHA, 2011)

Foi orientado, inclusive eu já respondi que foi o Sandro Gomes que tá muito ligado ao fórum da Paraíba, ele foi o que ficou com essa parte de Economia solidária, então foi bastante enfatizado essa questão de Economia solidária essa formação da questão da autogestão, uma boa parte das pessoas que participaram dessa formação hoje participa da associação e a associação é autogestionária. A gente tem uma associação e uma cooperativa. Tudo o que vai se fazer é debatido, é ouvido e questionado, isso é autogestão. Ajudou bastante a fortalecer a associação, porque olhando assim o curso e a associação, esse curso veio fortalecer a associação, porque a associação vamos dizer assim: para o associado que tá lá no campo trabalhando, ele vai olhar para a associação com outro olhar, que a associação conseguiu um benfeitoria, uma coisa boa, que é a capacitação e a formação destas pessoas na área que trabalha, então foi muito importante sim. [...] aí eu me lembro que eu convidei o menino do banco e ele tinha a questão ligada ao banco, porque tem toda essa dinâmica porque ele acompanha aí no final ele faz financiamento [...]. Aí eu convidei ele pra dar uma fala uma tarde sobre essa questão, o que foi pra enfatizar a questão da economia solidária a gente fez. (MEMBRO 4 REDE ABELHA, 2011)

Economia solidária é o que a gente faz aqui né, não só o que a gente aprendeu, mas aqui nessa feira o que é Economia Solidária. É ser solidário com os outros, é vender

diretamente ao consumidor o produtor, ter um preço justo, é ser solidário com o cliente. [...] tanto que tinha no dizer assim Economia Justa e Solidária e a gente vê isso porque quando a pessoa começa a trabalhar com abelha a gente desenvolvia a mente da pessoa pra ter um trabalho não só com as abelhas, mas também com tudo, a Economia solidária, o desmatamento que era uma coisa que a gente também tinha de ter essa conversa porque a gente vê o mundo e se a gente não fizesse um trabalho em cima disso ia ser muito mais pior. (MEMBRO 5 REDE ABELHA, 2011)

A gente trabalhou assim, havia as trocas também, porque eu tinha um produto, eu podia vender ou trocar. Mel trocava mel por castanha, farinha, vendia farinha. Recebia em castanha p trabalhar em castanha, a gente fazia. Economia Solidária não é só você vender é vender ou trocar, fazer essa troca também. Umas pessoas queriam, outras não aceitava, mas foi bem trabalhado esse coisa sobre os valores, a discussão falava bem sobre os valores. E a gente vê porque economia Solidária não é só aquela que você só vende tem que haver essa troca também. (MEMBRO 2 REDE ABELHA, 2011)

Notamos que a concepção dos membros sobre a Economia solidária diz respeito à geração de renda, às trocas solidárias e à venda direto ao consumidor. Apenas um dos entrevistados salienta a autogestão no sentido de tomada de decisão na associação de produtores. Nesse sentido, também a formação política no âmbito do PNQ, conforme os entrevistados, reforçaram tais concepções. O enfoque no aprimoramento da produtividade e das condições de produção e comercialização em geral indica ser um traço característico da Rede Abelha desde a sua formação²⁰⁶, uma vez que o objetivo que permeou a criação da rede, a partir da coordenação da Cáritas, foi de propiciar sustentabilidade aos empreendimentos por meio da agricultura familiar (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 116). Dentro dessas orientações que estão também na gênese da rede não vislumbramos discussões que se propusessem a ampliar essa perspectiva para uma crítica mais fecunda à sociedade capitalista, tratar das possibilidades históricas de auto-organização dos trabalhadores e da articulação com o movimento operário, dentre outras questões que vislumbrassem subsidiar a construção de alternativa ao capital.

A Rede Abelha- NE tem participado de lutas junto a outros movimentos sociais, mas também realizado reivindicações junto às instâncias governamentais. Os entrevistados também reconhecem que os cursos realizados no âmbito do PNQ incidiram de alguma forma nas suas reivindicações, em especial, no que se refere a acessar os direitos públicos, tal como segue:

Tem várias orientações que nem essa terra, essa terra foi também um trabalho da Rede Abelha aqui muito forte de fazer e botar mil colméias dentro do assentamento. Houve um desfalque porque as pessoas não acreditavam do potencial da rede, mas já hoje num projeto do governo ai o CIC, eles vieram aqui no

²⁰⁶ Os autores focalizam a Rede Abelha Ceará e não a de Natal, pois foram as experiências pioneiras.

assentamento e disseram que o forte desse assentamento era a apicultura, que é o Recanto 1[...]

Nos reivindicamos, a gente ocupamos também, grupos para ir na câmara dos deputados, em Natal, reivindicamos a Mineiro. Mineiro foram grandes parceiros também para elaborar projetos, Mineiro, Fátima Bezerra. Mineiro é um deputado que ele é de Minas e foi deputado aqui em Natal e ele tinha um trabalho muito forte com o Paulo e com a gente. A gente reivindicamos a Mineiro, era para melhoria da apicultura né. A gente foi criando para os que trabalhassem com apicultura ter direito para quando chegasse a aposentadoria [...]

A idéia das políticas públicas nesse assentamento é muito fraca ainda, por parte das políticas e das pessoas que não tem noção das coisas ainda não teve essa orientação. Quem participou já tem essa orientação de política pública, como reivindicamos, como cobrar. Ajudaram muito [solicitar recursos públicos de financiamento] e se num fosse ter nesse curso, a gente nem ia cobrar, e eu e outros que já participamos dessas políticas públicas a gente vai cobrar mesmo. Qualquer canto nos vai e faz cobrança. É devagar porque quando chega aqui é demoroso, mas nos vamos sempre cobrando e vamos sempre cobrando. (MEMBRO 2 REDE ABELHA, 2011)

O curso ajudou as pessoas a abrir mais os olhos, reivindicar seus direitos, teve pessoas que realmente não sabia assim, se sabia ficava um pouco acanhado, esses cursos ajudou muito com isso. [...] O recanto, assentamento, [...] conseguimos a terra para produzir e para morar, mora 93 famílias. As pessoas vivem plantando roça, verduras e criando abelhas. Teve relação [com a formação], isso da criação de abelha iniciou nesse processo também, o primeiro apiário foi lá. Aí a gente começou reivindicar a terra, conseguimos a terra, não só esse, mas em todo Rio Grande do Norte teve vários assentamentos que a rede estava dentro. Foi 2000 a 2005 [período em que os assentamentos estavam em processo de formação] (MEMBRO 5 REDE ABELHA, 2011)

Essa formação política se deu em todo curso porque na medida em que você ia abordar um tema sempre tinha lá [...] todo projeto foi discutido essa questão política, foi enfatizado. Até pelo fato de que este projeto foi uma conquista de políticas públicas, então foi uma conquista do povo. A Rede Abelha hoje ela foi uma conquista da luta do povo através das reuniões, das atividades, das manifestações populares que a gente conseguiu isso aí, então isso é uma formação política, então de qualquer forma foi conscientizado nesse sentido, aquilo ali não tá vindo de graça, teve toda uma luta, toda uma dinâmica, toda uma história para conseguir aquele recurso, para poder conseguir aquela estrutura, para acontecer aquela capacitação. (MEMBRO 4 REDE ABELHA, 2011)

A Rede Abelha conseguiu por esses processos avaliativos de formação, por exemplo, ter representação na economia solidária nas instâncias, no município, na região, nos Estados e na representação nacional. Então isso foi graças a um processo de formação. Esse processo de formação foi, digamos assim, além do aspecto técnico. Isso ajudou aos grupos a perceberem que a Rede Abelha estava não só dentro de uma proposta dela, mas a rede se inseria num processo de economia solidária, que estava sendo construído no Brasil. Daí, porque a rede não tinha condições de participar de eventos nacionais, como as feiras de produção, como os encontros de formação ou encontros de discussão sobre a política pública. A rede sempre se inseriu nesses processos. E ao se inserir nesses processos a Rede Abelha vai crescendo, porque vai dialogando com outros segmentos sociais, vai crescendo, vai tendo informações. E vai contribuindo também para que outros a olhem as atividades e o jeito que a RA caminhava, tomava seu rumo as suas definições. Então eu creio que tivemos processos de formação e avançamos muito, esse processo ajudou a gente a avançar. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011)

A partir dos relatos observamos que as reivindicações da rede circunscrevem à participação nas várias frentes das políticas públicas e luta pelos direitos sociais dos membros. Nesse aspecto, a formação veiculada no âmbito do PNQ também reforçou esse caráter das reivindicações. Esses dados confirmam que o horizonte de luta e reivindicações da rede conflui na apropriação dos direitos sociais no âmbito do Estado. São várias as ações de luta da rede para conseguir políticas públicas e defender os direitos sociais dos membros, uma delas, que queremos dar destaque, devido ao papel central na vida dos membros é a conquista da terra pela integração dos membros no movimento por reforma agrária. Esse fato recebeu apoio da Rede Abelha, recém fundada, e de outras organizações de apoio²⁰⁷, como a Cáritas.

A Cáritas a partir de 1986 tornou-se a coordenadora dos PACs, cujo foco era apoiar as iniciativas comunitárias e combater à seca (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 112). Após avaliação das experiências dos PACs, a Cáritas chega à conclusão de que os PAC's e as Unidades Familiares isoladas não alteram a problemática sócio-econômica-político-culturais, sendo necessário a articulação desses grupos em rede, então iniciam-se as primeiras experiências da Rede Abelha no Nordeste (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 112).

Antes da rede abelha a Cáritas já dava assessoria a nossa associação, antes da rede Abelha, outros, a própria Cáritas nordeste foi que trouxe essa articulação a rede Abelha para o nosso meio para o produtor e apicultor, a Cáritas é uma das fundadoras da rede abelha. Porque a rede abelha na verdade é isso, é várias entidades, vários grupos, associações cooperativas, que tá ali tendo esse objetivo. Na verdade cada entidade tem uma forma, uma equipe né. (MEMBRO 4 REDE ABELHA, 2011)

É importante considerar que a articulação em rede tinha preocupação constituírem-se em instrumentos de proposição de políticas públicas, seja na área rural (semi-árido), seja nas periferias da cidade, especificamente na área rural devem voltar-se para o desenvolvimento sustentável local e ser instrumento de fortalecimento da agricultura familiar (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 113). A reivindicação por políticas públicas demonstra ser um traço que a rede mantém desde a sua formação e foi herdado das entidades de coordenação. A questão a ser ressaltada é que não se vislumbra no horizonte das lutas da rede outros embates que ultrapasse esse limite da inclusão na esfera dos direitos sociais.

Ainda que essa seja uma reivindicação importante e urgente para os membros que se vêem lesados dos direitos conquistados pelas lutas dos trabalhadores, o que suscita nosso questionamento decorre do fato de não ultrapassar o limite da inclusão nas políticas públicas. E,

²⁰⁷ Em alguns estados do Nordeste, como no Ceará e Paraíba, a Cáritas foi importante articuladora por meio da Implantação dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Ainda na Paraíba, faz parte da coordenação da Rede Abelha a Cáritas juntamente com outras entidades.

diante disso, fica claro que não há uma intenção de se confrontar aos determinantes do capital, mas, o contrário, há a perspectiva de melhorar o capitalismo por meio do acesso aos direitos sociais e com isso adaptar-se a ele. Movido por essa crença a rede vem praticando a denominada Economia solidária nesses termos. Tais compreensões e propósitos demonstram-se coerentes com a concepção de Economia solidária veiculada pela política pública de formação no PNQ e, por isso, a sintonia no que se refere ao tratamento do tema na formação.

Vieitez e Dal Ri (2009, p. 55) dizem que o movimento de Economia Solidária no Brasil tem propiciado impulso débil ou nenhum impulso nas lutas mais gerais da classe trabalhadora. Para os autores, essa postura deve-se, sobretudo, à crença de que o trabalho associado é uma alternativa radical ao capitalismo e que seu desenvolvimento supostamente ilimitado é suficiente por si próprio para a transformação da sociedade, posição que para os autores é equivocada e muito diferente da assumida pelo MTS.

É provável que a condição de luta demonstrada pela rede ao se limitar às reivindicações por políticas públicas tenha repercutido no estacionamento da sua forma de organização do trabalho nas associações onde, a princípio, deveria vigorar o trabalho associado. Dizemos isso porque se compararmos o MST com uma das associações da Rede Abelha-RN temos posições antagônicas. O primeiro formou cooperativas de produção agropecuárias por razões políticas, econômicas e ideológicas, ao defenderam a reforma agrária e terem uma visão socialista a respeito da sociedade brasileira; a associação que integra a rede apresenta dificuldade para formarem a cooperativa, o que se deve, dentre outras fatores, principalmente ao arrefecimento da luta:

Isso não decolou, onde parou foi ai, na criação da cooperativa, porque como nós não podemos escoar a produção, ai alguém começou a vender, os atravessadores. [Porque não avançaram?] O recurso diminuiu e as pessoas disseram não, nós não vamos participar, houve essa retraída, eu espero que um dia a gente levante a cabeça porque a gente vê a Podi. Esses dias nos estávamos lá em Brasília discutindo as cooperativas, a Podi tinha em torno de 2 milhões de reais de compra e venda junto com os associado, associação e cooperativa ela tinha um grupo de 300 mil reais em caixa, já nós não temos isso porque nos perdemos a cooperativa por falta até de nos mesmos num se junta mais, eu acredito que nós estudamos, nos cheguemos um ponto que não criava, cheguemos um ponto de produzir e na hora de vender a gente fracassou. Avanços foi muito, o que não avanço partiu mesmo da gente, que a gente ficou naquela onda de não querer abraçar mesmo e ir pra cima porque tem muitas coisas que foi feita tudo primeiro agora que não temos a disponibilidade e não quer aceitar a disponibilidade, aí ficou naquela eu vou ficar aqui e se nos ficar só aqui nos num vai a lugar nenhum, tem de abrir mais a perna pra caminhar. (MEMBRO 2 REDE ABELHA, 2011)

Ao não se dirigirem ao enfretamento do capital, não se colocarem a tarefa de construção do socialismo e restringirem suas lutas á conquista de políticas públicas, os membros da rede adequam-se à postura que Mészáros (2005, p. 62) denomina de reformista:

A estratégia reformista de defesa do capitalismo é de fato baseada na tentativa de postular uma mudança gradual na sociedade através da qual se removem os defeitos específicos, de forma a minar a base sobre a qual as reivindicações de um sistema alternativo possam ser articuladas. Isso é factível somente numa teoria tendenciosamente fictícia, uma vez que as soluções preconizadas, “as reformas”, na prática são estruturalmente irrealizáveis dentro da estrutura estabelecida de sociedade [...].

Desse modo, a Rede Abelha não avança na luta do movimento dos trabalhadores em geral e também adaptada à perspectiva reformista não conquista os direitos sociais reivindicados, uma vez que a estrutura do Estado capitalista não cumpre qualquer meta de universalização de direitos, ao contrário, estas são irrealizáveis. Além disso, limitar a luta a busca de políticas públicas é estar na contramão da auto-organização dos trabalhadores, pois historicamente, as lutas autonomistas rejeitaram a tutela do Estado e, muitas delas, colocaram-se objetivos voltados à emancipação dos trabalhadores. Para Mészáros (apud NOVAES, 2011, p. 38) o cooperativismo e associativismo devem ser inserido em um projeto mais amplo de transformação da sociedade, que passa pela revolução política, o que a Economia solidária não visualiza.

No que diz respeito ao atrelamento aos demais movimentos dos trabalhadores a Rede Abelha em alguns casos relaciona-se com eles de modo mais intenso que outros, pois esse atrelamento não se deve ao vínculo com a rede, mas sim a própria características das associações, sendo muitas de assentamento articulam-se também com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

O MST, a igreja católica tem um grande trabalho. A igreja facilitava uns aposentados que nem é lá em Parnamirim. [...] Os sindicatos também de trabalhadores rurais quase todos aqui que era do município de Lagoa Salgada, a gente tinha uma relação muito forte, quando o apicultor não tinha como se deslocar [...] só quando era bancado pela Rede Abelha, todos os deslocamentos era bancados [...] os sindicatos também apoiava, bancava alguma coisa, depois perdeu o sindicato ficou aquilo [...]. (MEMBRO 2 REDE ABELHA, 2011)

Teve esse entendimento com o sindicato e as cooperativas de produção que já tinha aqui dentro do RN, mas mais com os sindicatos, com o MST, porque tinha muito assentamento de MST e sempre tinha essa luta de levar jovens pra universidade [...] através disso a rede abelha e o MST tinha um objetivo com o jovem. (MEMBRO 5 REDE ABELHA, 2011)

Houve a participação de sindicato e das igreja [...] mas já pra mim aqui no Município [...] não foi muito boa não, tanto político como sindicato foi meio fraco, não sei se eles não se doaram de ficar nos ajudando não [...]. A contribuição deles foi muito fraca, sabe, não teve uma participação ativa não pra gente não. Nem

contato eles não tinham, à vezes, recebiam algum folder da Rede Abelha, cartazes, ia lá no sindicato enviava, deixava lá pra empregada, mas a influência deles não era aquela de nos ajudar cada vez mais a cativar nosso trabalho. Quanto a questão da secretaria de agricultura também no Município [...] também não foi, só de conversa. [...]. A gente participou alguns momentos de reivindicação, porque eu moro numa área de reforma agrária, é outras coisa que nos ajudou a despertar, quando a gente queria alguma reivindicação a gente tava lá no INCRA reivindicando, como os benefícios dessas casas, fomos lá em caminhada com as pessoas, dessa vez teve influência do sindicato, mas políticos não. Essa foi uma das coisas que foi muito importante também. Hoje aqui a gente não tem muita afinidade não [...] No assentamento foi mais via [...] INCRA, sindicato e trabalhador, aqui no assentamento José Coelho, o MST não foi muito não. Mas, outros assentamentos fomos dar apoio também a essas pessoas. (MEMBRO 3 REDE ABELHA, 2011)

Tem até porque a maioria dessas pessoas que participaram foram de assentamento, o curso foi num assentamento. No conde tem 9 assentamentos, então a maioria desses jovens era de assentamentos e eles participam da dinâmica, das reuniões do movimento porque a gente tem aqui todo mês reunião com a CPT que é a comissão pastoral da terra, que é ligada a igreja, instituição que fortalece essa questão da reforma agrária pra tá orientando o pessoal, os agricultores nesse sentido, então o pessoal já tem essa orientação nesse sentido, já tem essa experiência e tudo isso aí foi discutido, tá tudo ligado né, uma coisa a outra [...] Veja que a capacitação não foi só do pessoal desse setor, houve vários assentamentos, várias comunidades, o Guruji aqui que é uma comunidade quilombola também e tem pessoas que participaram, então cada comunidade dessa tem uma dinâmica, tem uma vivência política, tem um grupo de capoeira que tá sempre ligado nas discussões políticas, então o pessoal daqui da região é privilegiado no sentido de que está muito ligado às lutas, tá muito ligado às discussões políticas, entendeu? (MEMBRO 4 REDE ABELHA, 2011)

A própria dinâmica de organização em rede congrega uma diversidade de experiências que estabelecem diferentes níveis de relações com os movimentos sociais. A rede em si não é o elemento impulsionador da luta e da articulação entre os movimentos sociais, embora ela participe de movimentos como a marcha das margaridas, o grito dos excluídos, entre outros fomentados também pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Como podemos observar, a articulação com os movimentos sociais ocorrem apenas em alguns assentamentos de reforma agrária e decorrem da trajetória de constituição de cada coletivo, bem como de sua história de luta no decorrer do processo. No caso dos assentamentos pertencentes a rede geralmente isso se deu com o apoio de entidades de assessoria, como a Cáritas, entre outras.

Mas, no caso em que a maior articulação entre os movimentos sociais deve-se, sobretudo, a localização dos assentamentos em áreas cuja luta já estava posta, como nos assentamentos do MST e áreas de quilombolas. Contudo, a maior parte das experiências que tivemos acesso tem uma relação é tímida com os demais movimentos dos trabalhadores e naquele momento da pesquisa não demonstrava potencialidade de evolução em direção à luta coletiva. Também nas experiências onde se tem pouca articulação com outros movimentos sociais, notamos que quando ela se estabelece é por razões momentâneas de ajuda de custo

em alguma prática e descontínua, uma vez que essa relação não culmina numa articulação profícua em direção à objetivos comuns. É provável que existam razões de incompatibilidade na forma de organização dos diferentes movimentos dos trabalhadores, principalmente quando tomamos como referencia o sindicato, em geral pautado na hierarquização das relações, e as experiências de associação, como no caso dos integrantes da Rede Abelha. Contudo, não aprofundamos essa dimensão na pesquisa e também pelos dados coletados não é possível detalhar esse aspecto.

Cleaver (1981, p. 57, grifos nossos) referindo-se às lutas dos próprios trabalhadores e não de suas organizações oficiais (sindicatos e partidos) considera que as ações dessas organizações podem expressar ou não com precisão as lutas dos trabalhadores:

Com freqüência, estão em choque com eles. É por isso que devemos começar com **as lutas em si**, sem mediações. Como a classe não é monolítica, mas está dividida- **o capitalismo domina pela divisão**- o exame dessas lutas exige uma **análise dos diferentes setores da classe e suas inter-relações**, especialmente como as lutas de um setor circulam, ou não, até outros. Somente através da circulação das lutas, **na qual a dos vários setores da classe se interligam para se tornar complementares**, é que a unidade real contra o capital se realiza. Sem essa complementariedade, a “consciência de classe” é apenas uma ciosa ideológica, com ela torna-se suprléflua. É essencial, portanto, para uma avaliação do poder real da classe operária **compreender claramente as divisões dentro da classe**- que devem ser vistas, basicamente, como divisões hierárquicas do poder frente ao capital- e o grau em que essas divisões estão sendo superadas.

Ainda que haja diferenças quanto à estrutura das organizações de luta, ligar-se às demais lutas, dialogar em torno das estratégias e estabelecer formas de cooperação oposta ao capital é condição fundamental para a classe se fortalecer nesse processo e combater as divisões hierárquicas do capitalismo no interior da própria classe. É somente com a complementariedade das lutas que o trabalho se fortalece e pode, com isso, submeter à crítica as organizações dos trabalhadores que as intermediam, bem como as divisões dentro da própria classe de modo a lutar para superá-las. Assim, demarcar as lutas dos trabalhadores válidas daquelas consideradas não válidas e isolar suas organizações aprofunda, ainda mais, a divisão entre os trabalhadores vigentes no capitalismo na medida em que enfraquecem as lutas no seu enfrentamento da lógica do capital. Em um contexto no qual o sistema capital encontra-se cada vez mais orgânico interligando-se em diferentes planos e escalas da produção e da vida, as lutas também têm que se colocar essa perspectiva para sejam capazes de fazer oposição ao sistema e contribuir na sua superação. A articulação entre as lutas parece ser um grande desafio para o trabalho associado hoje, no qual se insere a rede pesquisada.

Interessa-nos apontar o ônus e o atrofiamento que o não envolvimento na luta mais ampla do movimento operário traz a essas experiências, mesmo que em rede. Mészáros (apud NOVAES, 2011, p. 36) diz que as cooperativas e associações dos trabalhadores como experiências práticas de auto-organização dos trabalhadores podem ser acionadas numa conjuntura de transformação social. Entretanto, se elas permanecerem isoladas de outras lutas, elas ou definharão ou sobreviverão as duras penas, mas dificilmente poderão avançar rumo ao controle global do processo de trabalho pelos produtores associados.

Temos que considerar que a fragmentação da classe trabalhadora são mecanismos de controle utilizados pelo capital, assim como, a homogeneização para que os trabalhadores se constituam massa de força produtiva total por meio da cooperação para ampliar a produtividade. Cleaver (1981, p. 127-128) demonstra bem essa contradição interna dos mecanismos de controle do capital quando diz que somente dividindo e lançando um grupo de trabalhadores contra o outro pode o capital impedir a sua perigosa unidade e manter a classe suficientemente fraca para que possa ser controlada. Assim, como sinal de contradição, o capital empreende esforços para unificar a classe como força de trabalho apesar do reforço a divisão hierárquica. A luta dos trabalhadores está em unir-se contra o capital para superar essas divisões dentro da sua própria classe. Do ponto de vista da classe operária, a criação cada vez mais homogênea não é resultado da manipulação do capital, mas das lutas da classe operária para alcançar a sua unidade. Podemos visualizar a partir de Debord (1997, p. 37) os mecanismos construídos em diferentes planos para boicotar a unidade de classe. O autor diz que o espetáculo como sociedade moderna constrói sua unidade sobre o esfacelamento e provoca, com isso, a inversão de sentido ao apresentar a divisão, aqui nos reportamos à organização do trabalho, como unitária, por meio da cooperação. Isso acontece ao passo que a unidade da classe trabalhadora no seu movimento de luta é mostrada dividida.²⁰⁸

Movido pela estratégia de dividir para conquistar (CLEAVER, 1981, p. 128), o capital utiliza-se das divisões historicamente dadas, como as existentes entre raças, homens e mulheres, idade, valores étnicos e nacionalidade. Além de introduzir e aprofundar outras, como as salariais, a separação entre campo e cidade, entre setores industriais e hierarquização das rendas de trabalho não salariais, como o doméstico e outras formas. A tarefa do trabalho associado que, muitas vezes, encontra-se demarcado por essas divisões, embora muitas delas nas experiências mais autênticas de organização sejam questionadas (VIEITEZ; DAL RI,

²⁰⁸ Devemos situar essa leitura na conjuntura do movimento situacionista que emerge com o maio de 1968. É um momento em que a unidade da classe em luta foi apresentada dividida pelos meios midiáticos, jornalísticos e acadêmicos ao compreender o movimento de modo pulverizado, como movimento feminista, de estudantes sem conectá-los ao movimento do trabalho, base que fez emergir todas as demais reivindicações.

2009), é constituir a unidade pela transformação profunda dessas divisões cujo objetivo é separar os trabalhadores. Neste sentido, a articulação entre os movimentos sociais coloca-se como fundamental porque são mecanismos que se orientam contra as demarcações construídas pela capital. Articular a luta é uma estratégia que reverbera na constituição de novas relações sociais entre os trabalhadores e são mecanismos essenciais na desconstrução da hierarquia posta pelo capital em diferentes planos da vida social.

Podemos dizer que na Rede Abelha-RN esta dimensão fundamental do enfrentamento do capital está secundarizada ou, ainda, não se constitui em preocupação estratégica dos membros.

Outro aspecto é que a Rede Abelha-RN define-se como autônoma em relação à igreja, partido, sindicatos. Ao dizer isso o entrevistado tem em vista as unidades de Natal-RN, uma vez que as demais, como por exemplo, na Paraíba, algumas entidades incumbem-se da coordenação da rede, como já mencionamos.

[...] agora uma coisa, eu só queria talvez registrar é que aqui a gente trabalhou com autonomia. Então a gente fez primor por ser autônomo. Autônomo das igrejas, autônomo dos partidos, autônomo dos sindicatos, autônomo dos grupos econômicos, sempre aqui a gente trabalhou com autonomia para termos nossa liberdade. Essa liberdade fez com que a gente em determinados momentos fazer a opção partidária que a gente queria, a opção sindical que a gente queria, a opção religiosa que a gente queria. Então na RA do RN há uma orientação para que a gente possa preservar essa autonomia para termos liberdade. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011)

A partir do exposto acima é preciso diferenciar o sentido da autonomia e as instituições dos movimentos de luta dos trabalhadores, uma vez que, como discutimos, a articulação é necessária. De acordo com o mesmo entrevistado, as localidades da rede que contam com uma coordenação exterior aos empreendimentos, como é o caso da Paraíba e Ceará em que há um conjunto de entidades na coordenação, as associações têm dificuldade de se colocarem na condição de criadora de suas metodologias formativas e adaptações tecnológicas porque quem se incumbem disso são as entidades que as coordenam.²⁰⁹ Nesse sentido, a Rede Abelha-RN ressalta que a organização dentro do Estado, apesar da influência do grupo Colméias, goza de autonomia.

Interessa a nossa pesquisa discutirmos a impossibilidade da rede ter sua autonomia apesar de propagá-la, principalmente porque se encontra dependente dos recursos do Estado

²⁰⁹ Não aprofundaremos essa discussão porque iremos nos centrar na Rede Abelha do Rio Grande do Norte, mas entendemos que esse é um dado importante para ser aprofundado em pesquisa posterior a fim de averiguar a natureza da relação e a função que tais entidades, de fato, têm estabelecido com os empreendimentos associados. Além disso, é importante considerar que muitos deles, como é o caso da Cáritas, participam nos órgãos do Estado.

para fomentar a produção e realizar suas atividades formativas. E o Estado longe se ser uma esfera autônoma de poder político é, como concebe Mészáros (2002, p. 119), a estrutura de comando político abrangente do sistema do capital. Nessa medida não se pode falar em autonomia da estrutura política e ideológica do Estado, mas ele está completamente integrado ao circuito de reprodução do capital. A Rede Abelha ao integrar-se ao Estado não pode isentar-se de participar dos processos de reprodução das bases econômicas que ocorrem no interior desse organismo político. Só se pode falar em independência da rede em termos ideais, mas não há sustentação concreta para isso.

Embora não mencionado pelo entrevistado, acrescentamos que a impossibilidade da rede ser autônoma também se coloca em outro plano, o das relações objetivas que os produtores estabelecem no mercado capitalista. Na medida em que os membros da Rede Abelha são produtores de mercadoria não podem ser livres. As relações que estabelecem para comercialização, bem como aquelas relacionadas à busca de sustentabilidade dos empreendimentos e ações da rede, como notamos nas entrevistas acima ao se referirem aos sindicatos, partidos e governos, deixam evidente que não há a completa independência propagada. Em oposição à Proudhon, para quem a oferta de mercadoria decorria da utilidade e a demanda da opinião dos consumidores, Marx (2009, p. 55) diz que produtores e consumidores não são completamente livres porque são determinados pela sua situação social que depende de toda a organização social. Mesmo que haja trabalho coletivo na propriedade privada e o resultado de seu trabalho retorne ao produtor, enquanto produtor de mercadorias adéqua-se às determinações da organização social que extrapolam suas vontades e desejos. Por isso, não se trata de livre arbítrio dos produtores em quaisquer dessas dimensões, mas de condicionantes que definem a função do produtor e do consumidor na relação social.

2.6 A Inserção da Economia Solidária na Reprodução do Capital

A Rede Abelha insere-se na divisão social do trabalho por meio da esfera da circulação de mercadorias. A atividade realizada pela Rede Abelha²¹⁰ integra o processo produtivo apícola na etapa de comercialização do produto e formação da força de trabalho. Assim, a comercialização constitui-se etapa subsequente ao processo destinado à criação das

²¹⁰ Neste momento separamos o processo de trabalho da Rede Abelha dos processos produtivos dos assentamentos e produtores individuais dos produtos das abelhas.

abelhas²¹¹, enquanto formação dos trabalhadores que antecede esse processo. Por entender que a rede integra uma parte do processo de produção apícola é que no decorrer deste capítulo nos referimos a ela como processo produtivo, embora ciente de que a natureza do serviço produzido guarde certa especificidade.

Por se tratar de uma rede, a Rede Abelha articula a produção apícola congregando diferentes formas de organização do trabalho. Identificamos, na amostra que tivemos acesso, ao menos dois tipos de propriedades: a) uma, de produção coletiva por meio dos assentamentos de reforma agrária, em que toda a produção é coletivizada e comercializada conjuntamente pela associação dos produtores; b) outra forma é a propriedade individual, onde um produtor é dono da terra e comercializa a mercadoria que produz sozinho e com colaboração de outros membros de outras propriedades. Nos dois casos, para produzir um maior volume de mercadorias, conta-se com o apoio recíproco dos demais produtores da rede sob a forma de ajuda mútua e sem custo. Os membros identificaram essa prática de colaboração mútua como sendo um traço da Economia solidária.

A função da rede é constituir-se em um espaço especializado na comercialização do produto e na formação dos produtores, portanto, cabe a ela aglutiná-los de modo a possibilitar que menos valor seja agregado em cada produto a partir do aperfeiçoamento dos métodos de produção e da qualificação da força de trabalho. Assim, o processo de produção em rede volta-se para o aprimoramento das formas de comercialização e desenvolve o serviço de elaboração de rótulos, propagandas e divulgação, bem como a formação de seus membros tem em vista o aperfeiçoamento da qualidade dos produtos produzidos, das formas de cooperação e incremento do processo de trabalho pelas adequações técnicas.

Se a produção apícola caracteriza-se por uma atividade de intenso trabalho manual, portanto trabalho simples, no que diz respeito à atividade desenvolvida pela rede, o trabalho é mais complexo, uma vez que há o predomínio do emprego de capacidades intelectuais e criativas no processo de formação a serem aplicados posteriormente na produção. Da necessidade de formação dos membros decorre o aumento da produtividade e a qualidade dos produtos produzidos, bem como amplia o conhecimento do coletivo sobre práticas apícolas e temas correlatos.

²¹¹ Tal como o setor de transporte pertence à determinada etapa do processo de produção no qual agrega valor adicional à mercadoria. A partir de Marx (2005, p. 65), entendemos que podemos fazer uma analogia com a indústria de transporte, embora de natureza diversa da rede enquanto espaço de comercialização, ambas têm um traço comum: é posterior à etapa produtiva de transformação da mercadoria, mas estão integrados ao processo de produção na medida em que esse serviço incorpora, a seu modo, valor ao produto. Com isso, queremos apontar que, apesar da natureza diferente de ambas atividades, elas se assemelham ao modo à *posteriori* como integram a produção da mercadoria.

A diferença entre a atividade realizada na rede e a despendida na criação apícola, embora intimamente conectadas, podem ser visualizada pelo relato abaixo:

Na Rede Abelha cada produtor é dono do produto. [...] A rede não é dona de nenhum produtor. O produtor é livre, autônomo, podendo realizar ou não a comercialização. A comercialização pode ocorrer de forma individual (quando é feita por um produtor) ou pode ser feita de maneira coletiva (vários produtores ou por vários grupos de produtores). A Rede Abelha é o espaço que propicia a realização da comercialização, pois o produtor ao decidir que irá realizar sua venda do produtor, ele tem referência na Rede Abelha. Qual é essa referência? A) A qualidade do produto; B) A procedência do produto; C) o selo do produto; D) a origem do produto. A liberdade de comercialização é fundamental para que a rede exista. Quando um produtor decide realizar a comercialização- individual ou coletiva- ele o faz com base em um conjunto de informações que obteve em sua formação cultural, mas também com base nas condições objetivas que conseguiu absorver e materializar no produto que está a comercializar. (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011)

Para compreendermos a integração entre os processos de trabalho (produção em rede e criação apícola) com a esfera da circulação temos que considerar tais processos como totalidade. A mercadoria só se realiza plenamente com a relação de troca na esfera da circulação, o que torna a esfera da circulação determinante no processo de valorização do capital e condiciona todos os demais processos de produção. Marx (2005, p. 75) define que a esfera da circulação é o elemento que serve de meio de reprodução periodicamente renovado do capital.

Ademais, temos que considerar que o processo de trabalho em questão, neste momento do desenvolvimento capitalista, encontra-se profundamente articulado entre si em decorrência, como traz Bernardo (2009, p. 237), da integração de vários setores da economia dos países, inclusive aqueles onde prevalece a mais valia absoluta, aos centros mundiais nos quais as transnacionais assumem o comando. Não temos elementos e parece insuficiente afirmar que a Rede Abelha esteja integrada aos centros econômicos mundiais, mas é fundamental sinalizarmos, assim como indica Bernardo (2009, p. 237), para as características integradoras do capital em relação na formação de processos globais de produção e comercialização, bem como apontar o interesse desses centros econômicos em inovar em técnicas de produção nos países onde prevalece a mais valia absoluta.

Também é fundamental termos em vista, como aborda Cleaver (1981, p. 93) e Marx (2005, p. 124), como o capital integra na sua dinâmica outras formas de trabalho que, a princípio, opõe-se à organização capitalista, mas na realidade nutre-as. Entre essas formas de trabalho os autores mencionam o caso do trabalho escravo no século XVI, mas

compreendemos que, caso o trabalho associado não evolua na luta contra o capital, podem integrar ao sistema e contribuir na sua reprodução.

No que se refere ao processo de produção de valor, o ciclo ininterrupto e integrado do capital²¹² faz da esfera da circulação fundamental para a reprodução ampliada, como demonstra Marx (2005, p. 52):

[...] naquele [D-M], o dinheiro adiantado funciona como capital porque, através da circulação, se converte em mercadorias de valor de uso específicos; neste [M-D], a mercadoria só pode funcionar como capital se o processo de produção já imprimiu esse caráter antes de entrar na circulação. [...]

[...] a relação de capital apenas surge durante o processo de produção porque ela já existia no ato da circulação, nas condições econômicas fundamentalmente diversas em que se defrontam comprador e vendedor em sua relação de classe. Não é o dinheiro que, por sua natureza, estabelece essa relação; é antes a existência dessa relação que pode transmutar uma simples função monetária numa função de capital.

É porque na esfera da circulação todas as mercadorias trocam-se mutuamente, cujo valor decorre da massa de trabalho abstrato nela incorporada em uma relação social na qual o produtor separa-se dos meios de produção, é que o valor de troca torna-se elemento determinante na composição da mercadoria no capitalismo, sendo o valor de uso condicionado a ele²¹³. Marx (2005, p. 63) menciona que o ciclo do capital só decorre normalmente quando suas diferentes fases se sucedem de maneira contínua e, nesse processo:

Todo capital individual constitui, portanto, em suas duas fases de circulação, D-M e M'-D', um agente da circulação geral das mercadorias, na qual funciona ou se encadeia como dinheiro ou mercadoria, participando assim da série geral de metamorfoses do mundo das mercadorias. Mas, além disso, percorre, na esfera da circulação geral, seu próprio ciclo autônomo, em que o domínio da produção constitui um estágio intermediário em que se volta ao ponto de partida na mesma forma em que se iniciou o movimento. Dentro de seu próprio ciclo, que abrange sua metamorfose no processo de produção, modifica-se também a magnitude, de seu

²¹² O ciclo ininterrupto de todo processo de valorização ocorre quando dinheiro é trocado pelas mercadorias força de trabalho e meios de produção (D-M: F+MP), cujas mercadorias advém de outro processo de valorização para ter o mais valor agregado neste processo, ao final deste ciclo particular de valorização (...P....) a mercadoria acrescida de mais valor (M') e trocada por dinheiro (D') no processo de circulação para, de novo, reproduzir o processo tal como nele entrou (D-M: F+MP...P... M'-D'). (MARX, 2005).

²¹³ Cleaver (1981) menciona que o trabalho útil guarda íntima relação com o trabalho abstrato, por isso não se pode compreendê-los separadamente. O autor diz que muitos marxistas fazem a crítica do trabalho abstrato e consideram a ultrapassagem do capitalismo como a abolição desta forma de trabalho, mas, ao mesmo tempo, professam o predomínio do trabalho útil. Para o autor, este é um equívoco, pois tem que haver uma refundação completa também do trabalho útil, isso porque o trabalho útil no capitalismo deve ser considerado o material do qual o trabalho abstrato é formado. “[...] Falar de ‘trabalho útil’ pós-capitalista é tão problemático quanto falar do Estado pós-capitalista, sua transformação deve ser ao mesmo tempo qualitativa e quantitativa” (CLEAVER, 1981, p. 149). Essa também é a perspectiva de Proudhon criticada por Marx, na qual se pode eliminar o lado mau e preservar o lado bom (CLEAVER, 1981, p. 148; MOTTA, 1981). Muitos críticos da Economia solidária, entre eles Singer, caminham nessa direção da eliminação do lado mau e conservação dos benefícios trazidos pelo capitalismo, entre eles a tecnologia e o trabalho como valor de uso.

valor. Retorna como valor em dinheiro, mas como valor em dinheiro aumentado, acrescido. (MARX, 2005, p. 66).

Ao adentrar a esfera da circulação o produto de seu trabalho, enquanto mercadoria, aliena-se do produtor para ser intercambiado sob a forma de massa de trabalho abstrato incorporado no produto²¹⁴. Esse determinante condiciona a atividade dos produtores, imprimindo-lhes o ritmo, o tempo, o custo da produção.

Na experiência da Rede Abelha estamos diante de um processo produtivo com duas etapas. A primeira refere-se à produção da mercadoria, cujo resultado volta em parte aos produtores na condição de trabalhadores associados e aos proprietários individuais associados à rede. O outro, atrelado a esse, é a organização em rede que se destina, principalmente à comercialização e formação.

Internamente ao processo produtivo destinado à fabricação da mercadoria, há uma diversidade na forma de propriedade, o que coloca a produção em rede numa situação diferenciada de outras experiências de trabalho associado. Se, por um lado, o produto pertence aos produtores, não havendo internamento a captação de mais valia, já que produtor não se separa dos meios de produção sob o comando do capitalista; por outro, a existência de produtor individual que também conta com o trabalho coletivo como sinal de colaboração e ajuda mútua, como vimos, faz com que a mais valia passe a existir internamente na produção e seja apropriada pelo detentor da propriedade e dono do produto. Dizemos isso, porque independente da intenção dos trabalhadores em oferecer ajuda mútua, o fato do resultado do trabalho nas propriedades individuais não ser coletivizado gera a apropriação de mais valia. Esses são os condicionantes ao se inserirem na produção de mercadorias. Neste caso específico, estamos diante da cooperação típica da forma de organização do trabalho nas organizações capitalistas. Este é fenômeno bastante contraditório, porque se na perspectiva dos trabalhadores a colaboração dos membros é condição para que elevem a produtividade e, com isso, os meios de subsistência agregando valor ao trabalho. Na perspectiva do capital, esse é um mecanismo para se capturar mais valor a partir da cooperação.

²¹⁴ Cleaver (1981, p. 134) enfatiza a necessidade de se compreender o capital como totalidade. Nessa compreensão o valor da mercadoria não é resultado do trabalho individual, mas da massa de trabalho abstrato sob a forma de cooperação capitalista. Não é o trabalhador individual que produz valor, mas a combinação deles no processo de valorização do capital destinado a produzir trabalho abstrato e valor de troca. O autor considera que a qualidade do trabalho varia de pessoa para pessoa, então qualquer homogeneidade só pode ser atingida pela média social do trabalho socialmente combinado.

No que se refere processo de trabalho em rede, aparentemente não há geração de valor, mas ele se destina a incrementar o valor do produto em outro processo de valorização, no caso a produção apícola.

Sobre o serviço de formação oferecido pela rede, temos que outras mercadorias, que sofreram valorização em outro processo de produção adentram ao processo de formação em rede, são eles os insumos despendidos na realização dos cursos: matéria prima para elaboração do material, a alimentação, transporte, trabalho na elaboração dos CDs, entre outros. A partir dessas matérias-primas são criados os materiais didáticos coletivamente, conforme discutimos acima, bem como é aprimorado os conhecimentos dos trabalhadores. Tais conhecimentos aplicam-se no aprimoramento do processo de trabalho apícola por meio da qualificação do trabalhador, que agora é capaz de agregar mais valor no processo ao produzir mais quantidade de mercadorias com maior qualidade e menor custo em cada uma delas.²¹⁵ Por meio da qualificação temos também certa complexificação das atividades de trabalho, o que, na perspectiva do trabalho, aumento o valor do trabalho e se reverte no aumento dos meios de subsistência.

O serviço de comercialização também dispõe de mercadorias que sofreram valorização em outro processo produtivo, a partir dos quais agregam valor ao transformar esses insumos em material de divulgação, bem como aprimorar as estratégias de vendas.

O recurso obtido com a venda dos produtos na esfera da circulação voltam-se aos produtores associados sob a forma de dinheiro a ser utilizado no consumo individual e produtivo, sendo o primeiro também convertido em produtivo quando o trabalhador despende suas energias no processo de trabalho tendo em vista agregar valor a mercadoria. No caso dos produtores da Rede Abelha, a parte produzida coletivamente volta-se a eles para que realizem o consumo produtivo e individual. A outra parte do trabalho coletivo, despendido na propriedade alheia não retorna e é destinado ao consumo individual e produtivo daquele trabalhador proprietário.

No caso da rede abelha entendemos que a extração da mais valia esteja ocorrendo de modo combinado, onde há a presença da mais valia absoluta, ao se referir ao trabalho simples que suscita jornada de trabalho prolongada, juntamente com a mais valia relativa²¹⁶, em que

²¹⁵ O fato de se tratar de um serviço educacional, portanto, trabalho imaterial, em nada modifica a geração de valor no processo de trabalho.

²¹⁶ Essa última é uma estratégia própria da mais valia relativa, uma vez que o aumento da produtividade decorre da implementação tecnológica e do incremento em qualificação profissional. O mais valor gerado nesta forma de extração da mais valia decorre do aumento da produtividade num mesmo espaço de tempo, assim, ao intensificar o ritmo de trabalho pela incorporação do trabalho complexo e equipamentos, menos valor é incorporado em cada produto porque, embora mais trabalho complexo esteja presente, ele é convertido na elevação produtividade.

se utilizam os conhecimentos decorrentes da qualificação e tecnologias apropriadas para ampliar a produtividade. Por outro lado, estamos diante, nos casos onde não há extração da mais valia, da superação da alienação interna à organização do trabalho, seja porque os produtos da propriedade associada retorna ao produtor, seja porque o produtor consome seus produtos.

Tendo em vista tais determinações objetivas é que a posse da propriedade por si só não é suficiente para questionar a forma de organização do capital, pois fios invisíveis contribuem na reprodução do sistema capitalista. Posição muito diferente de Proudhon que acreditava ser a propriedade privada o fundamento da exploração e sua abolição significaria o rompimento com a forma capitalista de produção (MOTTA, 1981; CLEAVER, 1981). Entendemos que a Rede Abelha para avançar em direção ao fortalecimento da produção associada deve rever a organização da produção e a forma como se dá a apropriação dos produtos, além das questões políticas como discutimos acima.

3 ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (CFES)

Esta parte da pesquisa destina-se a analisar a política de formação de formadores para atuarem na Economia Solidária, no Centro de Formação em Economia Solidária (CFES) nacional. Os CFES estão distribuídos nas cinco regiões do país: Norte; Nordeste; Sul; Sudeste; Centro-Oeste e uma sede nacional em Brasília, responsável pelas ações nacionais e pela articulação dos CFES regionais²¹⁷. Para isso, iremos tratar de sua recente fundação e apontar os elementos que contribuíram²¹⁸ para sua institucionalização.

Procuraremos, neste capítulo, discutir a constituição do projeto CFES nacional com base nos elementos contraditórios que apresenta na sua implantação e execução, uma vez que compreendemos tais elementos como os principais condicionantes da formação em Economia Solidária no âmbito do CFES. Dessas contraposições devem emanar as principais orientações político-pedagógicas que permearam a constituição do CFES nacional e que atualmente sustentam sua ação de formação.

Para isso, utilizaremos a documentação vigente e os dados empíricos levantados com base nas entrevistas semiestruturadas com: os gestores da política pública da SENAES, um ex-gestor quando da criação do CFES, um ex-membro da SECADI do MEC; a equipe de

²¹⁷ Tanto as falas dos entrevistados (Membro 3 da SENAES, em entrevista concedida à pesquisadora em 30 ago. 2011) como o termo de referência para implantação dos CFES (BRASIL, 2007) não abordam a existência de hierarquia entre os CFES, o que indica que o CFES nacional não centraliza ou define as diretrizes dos demais CFES. Em um primeiro momento da implantação, havia a expectativa de que o CFES nacional se constituísse em um Centro de Referência onde se aprofundariam os estudos, pesquisas e reflexões sobre formação para Economia Solidária previstos na função articuladora do CFES nacional, conforme alguns entrevistados (Ex-membro 13 da SENAES, em entrevista concedida à pesquisadora em 10 set. 2011). Contudo, essa não foi a direção assumida pelo CFES e, num segundo momento, o CFES nacional exerceu sua função de “[...] responsável pelas ações nacionais e pela articulação dos CFES regionais” por meio da presença dos demais CFES nos espaços colegiados e reuniões de formação e passou a desenvolver ações de formação em Economia Solidária tal como fazem os demais CFES regionais. Alguns entrevistados apontam que a expectativa inicial de que o CFES nacional fosse um centro de referência na formação de formadores, sistematização de experiência e produção de materiais pedagógicos não aconteceu, pois o CFES tem se caracterizado pelas atividades de sistematização e elaboração do projeto político pedagógico, que discutiremos à frente. (Membro 3 da SENAES, em entrevista concedida à pesquisadora em 30 ago. 2011; Ex-membro 13 da SENAES, em entrevista concedida à pesquisadora em 10 set. 2011).

²¹⁸ Destacamos, entre as organizações sociais, a contribuição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Entre os eventos, estão a I e a II Conferência Nacional em Economia Solidária (CONAES) e; a I, II, III e IV Plenária em Economia Solidária. Há contribuições de outras instâncias, como dos Fóruns Estaduais e Conferências Estaduais, entretanto, embora tenham autonomia de organização, estão articuladas às instâncias nacionais e os documentos finais retratam, em parte, conforme o processo de discussão e de deliberação em âmbito nacional, suas pautas de reivindicações. Para efeito de delimitação e, por entendermos que os princípios centrais que fundamentam a política do CFES estão contemplados nos documentos de âmbito nacional, é que os focalizamos.

coordenação do CFES nacional; o representante da entidade executora; e duas pessoas que participam do curso de formação de formadores do CFES nacional.

Antes de nos referirmos ao CFES, é necessário considerar o contexto social e político que permite a emergência dos centros de formação no âmbito da política pública do governo federal. Para isso, é preciso considerar a institucionalização da Economia Solidária como política pública, a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que permitiu e viabilizou a criação dos CFES.

3.1 Contexto de Criação da SENAES e da Implantação de Política Pública para Economia Solidária

Difundiou-se a ideia, na década de 1990, que os movimentos trabalhistas nos países centrais e também na semiperiferia haviam se recolhido dos confrontos mais combativos contra a forma de poder instituído, conforme indicaram Santos e Rodriguez (2002) para se referir, inclusive, a algumas leituras da esquerda. Silver (2005, p. 160-161) aponta que a maioria dos movimentos trabalhistas do Segundo e Terceiro Mundo, que tiveram uma força impressionante nos anos 1970 e 1980, estavam em crise na década de 1990. Para a autora, dois fatores explicam o enfraquecimento dos movimentos trabalhistas do período: as soluções espaciais de deslocamento do capital em busca de vantagens competitivas, embora contraditoriamente fortaleçam os movimentos para onde se deslocam; e as soluções ligadas à alteração radical da política dos USA que sugou a liquidez do restante do mundo, levando outros países à primeira fase da dívida.²¹⁹

Apesar de algumas instituições tradicionais dos trabalhadores indicarem fragilidade no seu potencial combativo contra as organizações capitalistas e mudarem seu perfil de atuação, como tem se discutido a respeito dos sindicatos²²⁰, outros movimentos dos trabalhadores emergem valendo-se de uma organização distinta daquela dos partidos e sindicatos. Esses

²¹⁹ A autora (SILVER, 2005) é contrária ao que denomina de teses do fundo do poço, segundo a qual não há alternativa, pois identifica nesse momento novas formas de contestação e agitação operária que se constitui a partir desse momento.

²²⁰ Vários estudos apontaram a mudança no perfil dos sindicatos no Brasil (ALVES, 2000; ANTUNES, 2003, 1988; BOITO JR., 1999), do movimento de renovação a partir de 1979, em que se apresenta combativo nas lutas trabalhistas, apesar de muitas de suas pautas primarem pelo eixo economicista, passa, diante do contexto de retração dos postos de trabalho, a aplicar a política neoliberal voltada para a reforma do Estado em meio ao deslocamento dos parques industriais²²⁰ e ao caráter propositivo dos sindicatos que buscam preservar os postos de trabalho.

movimentos vão desde a organização da população para destituir dirigentes políticos identificados como neoliberais e ditatoriais, como ocorreu em vários países da América Latina²²¹, até outros movimentos considerados mais globalizados que buscam contrapor-se à lógica de poder do capitalismo pela oposição aos organismos multilaterais. Neste caso, protestos, manifestações e fóruns aglutinam diferentes movimentos sociais e membros da sociedade, além do crescente movimento do trabalho associado que, em grande medida, assumem a forma cooperativa de produção e comercialização dos produtos, como é o fenômeno da difusão de fábricas recuperadas e iniciativas de organização horizontal do trabalho em outros setores produtivos. Fiori (2006, p. 105) observa que após uma década de experimentação neoliberal, cujos efeitos foram catastróficos para alguns países, como para a Argentina, fomentou a proliferação e o fortalecimento dos movimentos sociais antiestadistas e inovou a esquerda latino-americana com a vitória eleitoral de líderes da esquerda, apesar de não se ter nitidez quanto a essas inovações²²².

Com as lutas na Polônia, segundo Nascimento (2011b, p. 27), possivelmente encerrou-se um ciclo da hegemonia da velha classe operária centrada nos grandes centros industriais para assumir a forma de comunidade, aberta por uma série de novos movimentos dos trabalhadores, bem como o retorno de outros como o Zapatismo²²³ de Chiapas, em 1994. O autor observa, ainda, as ondas ou ciclos recentes de revoltas, rebeliões iniciadas a partir da década de 1980 na Polônia e que continuam na década de 1990 com a Rússia em 1992, a Venezuela e Bolívia até as mais recentes ondas dos países árabes na destituição de ditaduras.

²²¹ Na América latina surgiram vários movimentos de manifestação populares em oposição aos efeitos sociais gerados pela implantação das políticas neoliberais em que culminaram na destituição de presidentes e na eleição governos identificados com a esquerda, podemos citar: a Argentina após o governo neoliberal de Carlos Menem, o Equador onde vários chefes de Estado foram destituídos até as eleições diretas elegeram um representante que se identifica como esquerda pelo voto popular; a Colômbia que após intensas reivindicações e oposição popular e dos segmentos organizados dos indígenas elegem para chefe de Estado um representante de origem indígena; a Venezuela em que a entrada de Hugo Chávez como governo de Estado foi antecedida por várias ondas de manifestações populares, entre elas o movimento que ficou conhecido como *caracazzo*.

²²² Em Fiori (2006, p. 105), no mesmo momento em que há o fortalecimento desses movimentos sociais, observa que também boa esquerda, no campo teórico, substitui o conceito de “sociedade de classes” pelo de “sociedade em redes” e trocou a crítica ao imperialismo pela defesa do desenvolvimento associado.

²²³ Fiori (2006, p. 100) aborda que o líder camponês mexicano Emiliano Zapata propunha a coletivização da propriedade da terra e sua devolução aos índios e camponeses mexicanos por meio do Plano Ayla proposto em 1911. Acabou sendo derrotado e morto, mas seu programa agrário foi retomado por Cárdenas, um militar que governou o México na década de 1930 e criou o partido revolucionário Institucional (PRI). De acordo com Fiori, Cárdenas foi nacionalista, pois estatizou as empresas estrangeiras produtoras de petróleo, fez a reforma agrária, criou os primeiros bancos estatais de desenvolvimento industrial e de comércio exterior da América latina, investiu em infraestrutura, fez políticas de industrialização e proteção do mercado interno mexicano, criou uma legislação trabalhista e tomou medidas de proteção social; e manteve uma política externa independente e antiimperialista. Essa forma de fazer política influenciou os governos nacional-desenvolvimentista na Argentina com Perón, no Brasil com Vargas, Velasco no Equador, e Paz Estenssoro na Bolívia e também outros governos da esquerda reformista latino-americana nas décadas de 1950, 1960 e 1970, embora nenhum deles socialista (FIORI, 2006, p. 101).

Para Nascimento (2011b) essas experiências resgatam a trajetória de lutas autônomas dos trabalhadores que deram origem a organização comunal em diferentes países e com diferentes populações, mas todas tinham um traço comum que é o trabalho como campo existencial organizado coletivamente e igualitariamente pelos trabalhadores em seu processo de luta. A esse respeito, Bernardo (2009) menciona que, embora muitas experiências autonomistas tenham uma temporalidade reduzida, elas são instrumentos concretos de enfrentamento dos mecanismos do capital, principalmente porque mostram aos capitalistas em geral que sua forma de organização pode ser rompida, a qualquer momento, pela força do trabalho e instaura. De acordo com Nascimento (2011b) trata-se da utopia concreta que não se extingui, não morre e está sempre presente ao longo do processo histórico.

As experiências históricas de luta dos trabalhadores foram capazes de criar instituições autônomas ao poder capitalista e instaurar a autogestão como expressão da luta operária, na qual num movimento de ruptura radical com a ordem do capital constroem formas de organização horizontalizadas, igualitárias e coletivizadas. No decorrer do processo histórico, houve várias dessas experiências fundamentais de organização da luta dos trabalhadores de forma autônoma, como: a Comuna de Paris (1871)²²⁴, quando as fábricas passaram a ser geridas pelos trabalhadores e influenciou as lutas revolucionárias que a sucederam devido à forma original de organização operária (NASCIMENTO, 2011b, p. 26). Tragtenberg (1986) aponta que a classe trabalhadora cria embriões do socialismo pela prática da ação direta contra o capitalismo e situa nessas experiências a Comuna de Paris; a Revolução Russa (1917)²²⁵, que teve como palavra de

²²⁴ Beer (2006) aponta três fatores que culminaram no aparecimento da Comuna de Paris: 1. A guerra franco-alemã provocada pela França para impedir a unidade alemã; 2. A municipalidade de Paris desempenhou papel estratégico desde a revolução Francesa; 3. Os progressos realizados pela Internacional nas ideias socialistas em geral. A comuna foi eleita em 26 de março de 1871, quando o Comitê Central, na condição de governo provisório, apelou para o sufrágio universal para entregar o poder na mão da população. Era um governo de coalizão que englobava membros da Internacional comunista, blanquistas, proudhonianos, republicanos burgueses e patriotas exaltados. Marx criticou o excessivo respeito pelas normas democráticas na comuna, o qual levou inclusive a apelar pelo sufrágio universal (BEER, 2006, p. 554-556). Motta (1981, p. 62) considera que todas as medidas econômicas, políticas e administrativas adotadas pela comuna inspiravam-se em Proudhon, sendo as principais forças organizadas da comuna a seção francesa da Internacional e o comitê republicano de vinte bairros parisienses. A comuna, como primeira tentativa de organização autônoma do poder operário, durou 73 dias e tomou medidas de importante repercussão no movimento operário, entre elas, na educação, em que pais e alunos estabelecem as regras.

²²⁵ Tragtenberg (1986, p. 35) menciona que na Revolução Russa, no período de guerra civil, entre 1905 e 1917, os trabalhadores revolucionários instituem formas autônomas de organização e abolem a hierarquia nas fábricas, democratizando o poder de decisão, instaurando o controle dos meios e dos ritmos de produção pelos trabalhadores. Essa conquista é destruída pela Revolução Russa de 1917 sob o comando do partido bolchevique que recompõe a organização hierárquica do trabalho e o planejamento restrito aos especialistas sob a crença que o potencial revolucionário está na tomada do Estado pelo comando do partido. Apesar das diferenças entre Lênin e Trotsky, o autor considera que o poder esteve centralizado em prejuízo à autonomia dos trabalhadores.

ordem “todo o poder aos *soviets*”; a revolução na Ucrânia²²⁶; a revolução Alemã e Húngara (1956)²²⁷, em que houve a instauração de conselhos de trabalhadores, comitês urbanos e conselhos de bairros e profissionais contra a intervenção soviética (TRAGTENBERG, 1986, p. 46), a Guerra civil espanhola (1936-1939) que foi momento significativo de poder popular em territórios liberados com abolição da forma mercantil, moeda e aparelho estatal (NASCIMENTO, 2011b, p. 26); o movimento de maio de 1968²²⁸; e a Revolução dos Cravos (1974), em Portugal²²⁹.

Outro movimento de luta autônoma dos trabalhadores que se constituiu a partir da oposição de dentro do partido bolchevique, em 1940-1950, ao Trotskismo na União Soviética é a Tendência Johnson-Forest²³⁰. As lutas que constituíram essa tendência deram-se pelo reconhecimento da autoatividade dos trabalhadores e contra os conceitos do partido lenista, embora as precursoras tenham começado a partir do movimento de independência em Trinidad, dos negros americanos do sul e nas fábricas de automóveis de Detroit. O traço comum entre essas lutas e as discussões teóricas advindas delas²³¹ é o reconhecimento da

²²⁶ A revolução na Ucrânia entre 1918-1920 é um exemplo original de luta autônoma da classe operária contra o Estado bolchevique. A oposição ao poder de Estado do partido bolchevique deu-se pela oposição camponesa e dos marinheiros organizados autonomamente com objetivo de abolir o capitalismo e substituí-lo pela revolução social, desse modo os camponeses partiram para um movimento armado, organizado em milícias, a fim de garantir a democracia e realizar a autogestão social dos meios de produção, abolir com salários e a hierarquização das classes sociais. O Congresso de trabalhadores do campo em Alexandrovská, liderado por Gulai Pole rejeitou a legitimidade dos comitês comunais de coalizão de Kerenski (governo de transição entre Czar e Lênin) (TRAGTENBERG, 1986, p. 35).

²²⁷ De acordo com Tragtenberg (1986, p. 46-47), a revolução Húngara de 1956 foi marcada pela oposição operária ao controle da URSS, assim como ocorreu com a revolução de Krosbandt (dos marinheiros organizados) e a revolução camponesa autogestionária na Ucrânia em 1918-1921. Institui-se a autogestão nas fábricas com base na reivindicação dos trabalhadores pelo controle direto da produção e lutavam pela completa autonomia dos sindicatos em relação ao Estado e ao partido.

²²⁸ Sobre maio de 1968 tem-se difundido a visão distorcida e proposital, por correntes teóricas, de que se tratou de um movimento basicamente de estudantes, liberação sexual e movimento feminista, mas ignora-se o fato fundamental que fez eclodir a Revolução de 1968 que foi a contestação e organização dos trabalhadores com base na qual aglutinaram-se os demais movimentos. Cleaver (1981, p. 66) observa que na década de 1960 uma nova consciência da autonomia dos trabalhadores produziu muitas análises novas da importância e das implicações políticas desse fenômeno, sendo que, na França, o ponto de ruptura foram os dramáticos acontecimentos de maio de 1968 “[...] quando milhões de trabalhadores e centenas de milhares de estudantes ocuparam as fábricas e ergueram barricadas, num levante autônomo que [en]colheu o partido, bem como o governo, totalmente surpresa.”

²²⁹ Bruno (1982, p. 211) menciona que a partir do movimento revolucionário e autônomo dos trabalhadores na Revolução dos Cravos que suscitou a tomada de fábricas e sua organização pelos trabalhadores em processo de luta, emergiu o Combate, um jornal proletário que significava um novo campo teórico que nega a função tradicional do partido que se estrutura em torno da tomada do poder político pela vanguarda, mas ao contrário, o combate deu centralidade à autonomia operária, baseado nas relações igualitárias e coletivistas que se travaram na luta. Nesse momento, há o trânsito das relações sociais de luta autônoma para as relações sociais de produção realizada pelo conjunto do proletariado.

²³⁰ Cleaver (1981, p. 59) menciona que essa denominação refere-se ao pseudônimo J.R. Johnson e F. Forest adotados por James e Raya Dunayevskaya.

²³¹ Essa tendência será representativa na discussão teórica sobre as lutas autonomista, já nas décadas de 1930 e 1940 James e Dunayevskaya realizaram estudos intensivos sobre a natureza do sistema da União Soviética e as relações com o capitalismo e, a partir disso, observaram que, apesar da derrota dos trabalhadores no

autonomia da própria classe operária em relação ao capital e as suas organizações oficiais como o partido e o sindicato. Enfatizam, neste caso, o poder de romper com a velha ordem totalitária a partir da luta incessante dos trabalhadores e sua capacidade criativa para instaurar um novo organismo²³² (CLEAVER, 1981, p. 59-60).

Esses movimentos indicam que a luta autônoma dos trabalhadores em oposição ao Estado e à estrutura hierárquica e de exploração capitalista é o elemento mais autêntico que emerge da classe e projeta para o centro da vida social os trabalhadores, não mais na condição de simples mercadoria sob o controle capitalista, mas enquanto sujeitos na condução da vida social e política. Do ponto de vista das repercussões e efeitos que tais movimentos acarretam no sistema do capital, Cleaver (1981, p. 17) considera que são os ciclos de conflitos sociais no fim da década de 1960 que apontam para uma crise global do sistema capitalista e das ideologias planificadoras no interior deste. Em decorrência dessas lutas, Tragtenberg (1986) e Bruno (1996) compreendem a autogestão como resultado do confronto dos trabalhadores com a lógica de exploração e hierarquização do capital. Valendo-se dessas lutas, os trabalhadores instauram novos organismos econômicos de forma horizontalizada e cujo poder é do coletivo em processo de reorganização das relações de trabalho com intuito de minar com o capital.

Nesse processo histórico de luta de classe, na década de 1980, os elementos de natureza político-ideológica atrelados aos determinantes políticos e econômicos repercutiram nas discussões teóricas da esquerda, ainda que essa não seja a razão do abandono pelos intelectuais das posições anteriormente assumidas.²³³ Este foi o caso da derrocada do muro de Berlim, em que alas da direita, mídia e mesmo uma pseudo-esquerda difundiram a ideia de vitória do capitalismo sobre o socialismo, o que contribuiu para reforçar o discurso

período taylorista, a fase era passageira e os trabalhadores destituiriam o modelo, na medida em que desenvolvessem novas formas de espontaneidade disciplinada, o que também significaria a destruição do partido comunista. Essa discussão teórica nasce no seio do partido Trotskista pela oposição a sua perspectiva de análise e também a do marxismo ortodoxo e em apoio aos movimentos autênticos dos trabalhadores autônomos contra a intervenção soviética, entre eles os conselhos Húngaros.

²³² Essa tendência que retrata o movimento dos trabalhadores em luta foi responsável por impulsionar a discussão teórica sobre autonomia operária em uma perspectiva bastante original pois se diferenciam radicalmente ao compreender que a dominação não se faz de modo unilateral, mas está atrelada ao poder de luta incessante dos trabalhadores “[...] a resposta da classe operária está inseparavelmente ligada à tendência totalitária [...]”, pois o proletariado sempre rompe a velha organização com um impulso criativo e espontâneo capaz de gerar o novo organismo dessa livre atividade criativa (CLEAVER, 1981, p. 61).

²³³ Mészáros (2004, p.14-15) traz para essa discussão importantes considerações que nos levam a desconfiar das razões professadas por aqueles que abandonaram a esquerda, pois essa perspectiva de análise, segundo o autor, minimiza os colapsos institucionais e levam a descrever erroneamente as conversões institucionais. Menciona o caso da Inglaterra em que o partido trabalhista implementou profundamente as reformas neoliberais e que as primeiras medidas drásticas do monetarismo neoliberal foi implantada por uma autoridade econômica do velho trabalhismo Denis Healey, sob o regime do primeiro ministro Harold Wilson, identificado como esquerdista. Para o autor essa conversão é produto do consenso neoliberal que precedeu a vitória eleitoral dos conservadores.

conservador e disseminar a ideia no imaginário da população de que não havia alternativa ao capitalismo, já que a experiência do projeto socialista de sociedade havia fracassado. Santos e Rodrigues (2002, p. 24) relatam que nas duas últimas décadas do século XX, as elites políticas, econômicas e intelectuais conservadoras impulsionaram com tal agressividade e sucesso as políticas e o pensamento de que não havia alternativa ao capitalismo neoliberal que ganharam credibilidade até mesmo entre intelectuais e políticos progressistas. Silver (2005) demonstra a insuficiência das teorias do “fundo do poço” mostrando que o movimento do trabalho tem ocorrido em novas espacialidades, inclusive como sinal dos deslocamentos do capital e resistência a eles. Por essa razão, o capital em seu processo de revigoramento é em si contraditório, pois sua expansão depende do trabalho o qual se opõe radicalmente ao sistema em vários momentos da história.

Diante dessa adversidade que se instaura em diversos planos da vida social emergem, por diversas partes do mundo, movimentos sociais com novas características de resistência ao modelo de capitalismo contemporâneo, ainda que não tenham as mesmas configurações das lutas autonomistas. Em Seattle²³⁴ (1999), ganha expressiva atenção midiática o movimento antiglobalização²³⁵, que deu início a uma série de protestos cujo alvo era a cúpula do poder que representa o capital mundializado. O movimento impulsionou amplas redes sociais, entre elas, a formação do Fórum Social Mundial (FSM). De acordo com Bringel e Muñoz (2010, p. 29), o movimento de Seattle, embora não seja o precursor dos movimentos antiglobalização, foi o que ganhou maior destaque no plano internacional e estimulou movimentos sociais, ONGs e sindicatos a organizarem novas formas de mobilização política baseadas nas dinâmicas internacionais e transnacionais, superando a ideia de movimento calcado no Estado-nação. Cruz (2006, p. 227), da análise comparada que fez em quatro cidades das iniciativas de Economia Solidária, salienta que as iniciativas são praticamente as mesmas e são caudatárias dos novos movimentos sociais, os quais iniciaram com o golpe militar e depois lutaram pela redemocratização. O autor observa que esses novos movimentos sociais estão mais vinculados aos excluídos do que à classe trabalhadora tradicional, vinculada ao mercado formal. Na realidade, os setores sociais que participam dessa iniciativa são os excluídos, são os trabalhadores em risco de exclusão, é a classe média pauperizada e,

²³⁴ Bringel e Muñoz (2010, p. 32) assim se expressam acerca da heterogeneidade do movimento: “Em Seattle quase 100.000 pessoas de diferentes procedências (nacionais, culturais, militantes, etc) saíram às ruas e conseguiram colocar no ponto da mira uma organização chave na regulação do comércio global, até então bastante esquecida pelos movimentos sociais, mas que, desde Seattle, não pode realizar nenhuma cúpula sem protestos e pressões dos movimentos”.

²³⁵ Bringel e Muñoz (2010) destacam seis características do movimento antiglobalização, sendo elas: 1. enorme heterogeneidade; 2. caráter espetacular; 3. utilização de novas tecnologias de informação; 4. horizontalidade como forma de organização política; 5. conexão global e; 6. radicalidade reivindicativa.

sobretudo, são as mulheres que, longe de se emanciparem economicamente, foram impulsionadas à entrada no mercado pela desestruturação das relações familiares tradicionais (CRUZ, 2006, p. 228).

Bringel e Muñoz (2010, p. 33) apontam que, atualmente, os movimentos globalizados, como o de antiglobalização e o Fórum Social Mundial (FSM) estão em fase de decadência, em detrimento de movimentos e de fóruns mais focalizados, regionais e temáticos²³⁶ e, ainda, no que se refere ao FSM este tem sido alvo de intensas críticas por não ser capaz de congrega a participação de todos os segmentos da sociedade civil e de se centralizar em algumas intelectualidades europeias e esquerdas latino-americanas, reivindicações retratadas na versão de 2009 do FSM. Contudo, interessa-nos apenas apontar que essas são algumas das novas formas de resistência à lógica do capital que ganham expressão no início do século XXI.

A escolha de Porto Alegre, em 2001, para sediar o I Fórum Social Mundial, em oposição ao Fórum Econômico Mundial que ocorreria em Davos, deu-se pela experiência do Partido dos Trabalhadores na prefeitura da cidade na implantação do orçamento participativo²³⁷. O FSM em torno do lema *Um outro mundo é possível* congregou diferentes frentes dos movimentos sociais: ONGs, entidades civis, associações, sindicatos, intelectuais e pessoas de diferentes lugares do mundo, o que indica o novo modo de se organizar.

É nessa heterogeneidade do FSM que se forma o Grupo Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro) composto por redes e organizações de uma diversidade de práticas associativas populares solidárias, tais como: entidades de assessoria, igrejas, estudantes, sindicatos, representantes governamentais e universidades envolvidas com o trabalho associado²³⁸. Dessa multiplicidade de entidades representantes de movimentos sociais de diferente natureza e no contexto do FSM haverá a demanda, a partir do GT-Brasileiro, por

²³⁶ Há uma pluralidade de lutas transnacionais centradas em eixos mais específicos, como o movimento recente ocorrido em 2009 contra a cúpula do clima em Copenhague (BRINGEL; MUÑOZ, 2010). No caso do Fórum Social Mundial há críticas quanto a sua forma organizativa e há em Belém outros fóruns paralelos ao fórum mundial em sinal de resistência.

²³⁷ Sader (2007, p. 85) menciona que membros de ONGs brasileiras procuraram o jornalista Bernard Cassen, do *Le Monde Diplomatique*, no início de 2001, propondo realizar o FSM na Europa. Cassem sugeriu que a sede fosse na periferia do capitalismo, em Porto Alegre, Brasil, onde um partido de esquerda realizava uma reforma democrática de Estado por meio do orçamento participativo.

²³⁸ As doze entidades que participaram do GT Brasileiro de Economia Solidária foram: Rede Brasileira de Economia Solidária (RBES); Instituto Políticas Alternativas do Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômica (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST-CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituição de Micro-Crédito (ABCRED) e; alguns gestores públicos que futuramente constituirão a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Disponível em: <<http://cirandas.net-fbes>>. <Acesso em: 20.04.2011>

política pública para Economia Solidária e, em decorrência desse processo, será criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Entre as diversas oficinas do FSM²³⁹, a proposta pelo GT-Brasileiro denominou *Economia Popular Solidária e Autogestão* e contou com 1.500 participantes (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011). Nesta diversidade se definiu a Economia Solidária como o conceito aglutinador da diversidade de experiências que ali se apresentavam com a preocupação de se constituírem em interlocutores neste campo. Assim se expressa o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011): “O GT-Brasileiro²⁴⁰ buscou a unidade na diversidade, favorecendo a construção da identidade no campo da denominada ‘Economia Solidária’ [...]”.

A preocupação em torno da temática *Economia Popular Solidária e Autogestão* está retratada na própria pauta do evento que são dois dos quatro itens centrais do programa de debate, sendo: *Produção e a reprodução social e; Acesso às riquezas e à sustentabilidade*. Isso porque, como apontaram Santos e Rodrigues (2002, p. 26), acredita-se que tais experiências tenha caráter antissistêmico – ainda que incipiente – ao demonstrarem potencial de desenvolvimento. Mas a questão é saber como tais movimentos, comunidades e organizações resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas.

Cleaver (1981) diz que para se proceder na análise das lutas dos trabalhadores é preciso basear-se nas próprias lutas, uma vez que a ação das organizações dos trabalhadores pode ou não expressar com precisão as lutas do trabalho, em geral, está em confronto com elas. E completa:

²³⁹ O FSM contou com várias edições, três delas, consecutivamente, ocorreram em Porto Alegre, em 2001, 2002 e 2003, depois voltaram em 2005 e em 2010. Em 2004 foi em Mumbai, na Índia; em 2006, foi policêntrico, realizado de forma descentralizada em Bamako (Mali-África), em Caracas (Venezuela) e em Karachi (Paquistão); em 2007 realizou-se em Nairóbi, Quênia; em 2008 o evento foi substituído por um dia de mobilização e ação global; em 2009 realizou-se em Belém, com intensa resistência a sua organização e houve a formação do antifóruns paralelos ao Fórum Mundial (BRINGEL; MUÑOZ, 2010); em 2011 realiza-se em Dacar (África).

²⁴⁰ Sader (2007, p. 87) menciona que o fato do Fórum Social Mundial ter optado pela “sociedade civil” é excludente porque deixa de fora o partido e o Estado. Esse fato para o autor é grave porque não só principalmente porque se abstrai da temática do poder, do Estado e da esfera pública, da direção política e até mesmo da luta ideológica, que priva o movimento de apoio e restringe sua ótica. Contudo, cabe questionar: se as forças públicas, o Estado, estavam distantes do FSM como pode a Economia Solidária tornar-se política pública a partir desse *locus*, a ponto de se constituir em Secretaria no Governo Lula e anunciada pelo próprio presidente no próprio evento? Acreditamos que parece estar ocorrendo novas formas de manifestação dos movimentos sociais que retratam a heterogeneidade da composição desses movimentos que são distintos do partido como forma de organização.

[...] Como a classe não é monolítica, mas está dividida – o capitalismo domina pela divisão – o exame dessas lutas exige uma análise dos diferentes setores da classe e suas inter-relações, especialmente como as lutas de um setor circulam, ou não, até outros. (CLEAVER, 1981, p. 57).

Desse modo, não podemos compreender as lutas do trabalho associado, em especial, da Economia Solidária existente hoje como decorrência natural das demais lutas históricas dos trabalhadores e com o mesmo potencial de subversão da ordem. Mas, é necessário entender esse movimento na sua especificidade e pelos elementos que o constituem e o determinam a partir de dentro. Pautados nisso é que buscaremos compreender o sentido dos elementos constituintes nessa luta e questionar em que medida ela tem viabilizado a aglutinação e a circulação das demais lutas do trabalho. É com essa cautela que procuramos analisar as experiências de Economia Solidária contemporânea. Nesse momento, iremos retomar a discussão da trajetória do movimento de Economia Solidária no governo federal para apontar, em seguida, os aspectos contraditórios que perpassam essa inclusão e a repercussão em alguns órgãos do movimento e no projeto de formação que emana desse processo.

Retomando o contexto de surgimento da SENAES, temos que considerar a abrangência que o tema assume no GT-Brasileiro, no qual se propõe a constituição de um fórum, que somente em junho de 2003, na III Plenária da Economia Solidária, viria a se consolidar sob a denominação de “Fórum Brasileiro de Economia Solidária” (FBES). Desde o início, a posição do GT-Brasileiro era de que “[...] faltava uma política pública nacional de Economia Solidária e um processo de enraizamento, constituído principalmente através de empreendimentos de Economia Solidária e empresas de autogestão nas diversas regiões do país” (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011).

Movidos por essa perspectiva, no final de 2002, com a vitória de Lula para Presidente da República, o GT-Brasileiro elabora uma carta – aprovada na I Plenária Brasileira de Economia Solidária, ocorrida em São Paulo, em 2002²⁴¹ – ao Governo Lula, intitulada *Economia Solidária como estratégia política de desenvolvimento*, que apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação de uma Secretaria Nacional

²⁴¹ Kruppa (2005, p. 134) menciona que a primeira articulação das entidades que constituíram a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, tendo em vista a criação da SENAES, ocorreu na reunião de Porto Alegre, em novembro de 2002. Havia apoio dos governos da cidade de São Paulo, de Recife e de Belém, de representantes do governo gaúcho, assim como do Ministro da Reforma Agrária, o que resultou na articulação da representação (governos, entidades de fomento da economia solidária e universidades) na I Plenária Brasileira de Economia Solidária.

de Economia Solidária (SENAES)²⁴², a qual é lida na II Plenária Nacional de Economia Solidária pelo professor Paul Singer, realizada durante o FSM (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011). Neste mesmo evento, o presidente Lula anuncia o compromisso de criar a SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)²⁴³ e tendo como secretário Paul Singer²⁴⁴. A Secretaria começou a funcionar em meados de 2003 e passou a ter dotação orçamentária a partir de 2004, quando ocorreu a inclusão da Economia Solidária no Plano Pluri-Anual (PPA) do Governo Federal 2004-2007 (SINGER, 2004).

Novaes e Lima Filho (2011, p. 117) salientam que um sintoma bem claro da pouca relevância do movimento de Economia Solidária para o Governo Lula está na forma como foi criada a SENAES, quatro meses depois do primeiro dia de governo – ao que tudo indica só foi criada devido à pressão do movimento. Para os autores, em continuidade com a política econômica e social dos governos Collor e FHC, o desafio de iniciar uma transição rumo a uma sociedade autogovernada pelos produtores associados não entrou e dificilmente entrará na pauta do Governo Lula devido à prioridade que tem atribuído à reprodução do capital financeiro e à garantia da super-exploração do trabalho. Por ora, basta indicarmos que a declaração de Singer (2004, p. 4) sobre a missão da SENAES de difundir e fomentar a Economia Solidária por todo o Brasil significa uma meta muito audaciosa e fora dos propósitos reais do Estado, principalmente se considerarmos que a política de Economia Solidária sequer consegue orientar-se em direção à universalização, ao contrário, atende de modo pulverizado e bastante focalizado como procuraremos demonstrar.

²⁴² Um dos conflitos que irá perpassar a atuação da SENAES no MTE deve-se ao fato de haver consenso no GT brasileiro e, depois, o FBES recém formado, pela do Ministério de Economia solidária, entretanto, conforme um dos entrevistados, não se teve tempo de elaborar a proposta nessa direção e o fato de terminar com uma secretaria gerou certa animosidade na relação da SENAES dentro do MTE, principalmente em decorrência da diferença entre elas. (Ex- membro 13 da SENAES, em entrevista concedida à pesquisadora em 10 set. 2011). Esse assunto será pauta de discussão e votação na I Plenária (2006).

²⁴³ A SENAES foi criada no âmbito do MTE com a publicação da Lei n. 683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto n. 4.764, de 24 de junho de 2003. Na I Conferência Nacional de Economia solidária (I CONAES), em 2006, promoveu-se uma votação para decidir se a Economia Solidária deveria continuar como secretaria no MTE, tornar-se uma secretaria especial da Presidência da República ou ser criado um ministério próprio. Na votação venceu a opção da SENAES continuar no MTE.

²⁴⁴ A Economia solidária consta no Plano Plurianual (2004-2007) do Presidente Lula após a criação da SENAES.

3.1.1 A política de formação para Economia Solidária da SENAES

Entendemos que a formação para Economia Solidária deve ser compreendida no bojo da política mais ampla que envolve a SENAES no governo federal, pois somente a partir daí podemos apontar seus avanços e limites, bem como identificar o potencial que tal projeto de formação tem para se constituir em instrumento de proliferação e aprofundamento das experiências de trabalho associado na perspectiva de enfrentamento à lógica do capital.²⁴⁵

Assim como expusemos no Capítulo 2, parte do discurso hegemônico da Economia Solidária, no qual inclui Singer, considera que a experiência concreta de Economia Solidária tal como ela se apresenta é uma alternativa já em curso na constituição de um novo modelo de sociedade, em oposição à lógica hierárquica e de exploração do trabalho. Munido dessa convicção, Singer afirma que, hoje, a formação é a principal atividade da Economia Solidária e que “[...] nós estamos de alguma maneira, fazendo a revolução social no país [...]” pelas novas formas de trabalho associado (MEMBRO 12 SENAES, 2011). Por outro lado, Mészáros (2005), em uma postura analítica completamente oposta à de Singer (NOVAES, 2011), compreende a necessidade de organizações horizontais dos trabalhadores atreladas a um processo educativo que se oponha às formas de internalização próprias do capital e se introduza novas formas na ótica do trabalho, capaz de fortalecer a associação dos trabalhadores no confronto contra o capital, bem como contribua na destruição do sociometabolismo que se reproduz em todos os planos da vida social.

[...] o que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente. (MÉSZÁROS, 2005, p. 47).

Os CFES foram criados como estratégia política de fortalecimento do movimento de Economia Solidária. De acordo com alguns membros da SENAES, a expectativa inicial que

²⁴⁵ Como indicamos no capítulo 2, parte do discurso hegemônico da Economia solidária, no qual inclui Singer, considera a Economia solidária tal como ela se apresenta como experiência concreta como uma alternativa já em curso na constituição de um novo modelo de sociedade, em oposição à lógica hierárquica e de exploração do trabalho no capitalismo. Munido dessa convicção, Singer afirma que está em curso a revolução social no país pelas novas formas de trabalho associado. Por outro lado, Mészáros (2005), numa postura completamente oposta a de Singer, compreende a necessidade de organizações horizontais dos trabalhadores atreladas a um processo educativo que se oponha às formas de internalização próprias do capital e se introduza novos mecanismos de internalização na ótica do trabalho entre produtores associados, capaz de fortalecer o movimento dos trabalhadores no confronto com o capital e destituir seu sociometabolismo que se reproduz em todos os planos da vida social.

se tinha na implantação dos Centros de Formação era de que pudessem se constituir em espaço de referência na formação em Economia Solidária:

Porque eu vejo o CFES bem mais como uma centralidade, uma governabilidade, uma autonomia bem maior do que nossa relação com o PNQ. Eu vejo o CFES muito mais como hegemonia do que pra formar e qualificar, tem a parte técnica, mas é bem político também. E pode ser também que o CFES se propôs a fazer formação de formadores e não diretamente para os trabalhadores, enquanto o PNQ está voltado para a base, pra chegar ao empreendimento direto. Tem ainda o fato de que o CFES é uma política da SENAES de se reafirmar [...]. (MEMBRO 1 SENAES, 2011)

A Cáritas e os Maristas, por exemplo, têm suas pretensões, eu me lembro que quando a gente estava na atividade do CFES a gente deduzia que o papel do CFES nacional era de excelência, eu deduzia da experiência que eu tinha no Cajamar, ou seja, tinha seis escolas da CUT e elas iam ao Cajamar pra aprofundar as questões pedagógicas e estratégicas, era tudo de formação lá, e a gente achava que o CFES nacional tinha que ser isso também e não foi. Aí você contrata o pessoal da Unissinos com doutorado que tinha uma discussão pedagógica avançada, o pessoal de Pernambuco também, pessoas com larga experiência [...] E o CFES Nacional não conseguia fazer isso, eu acho que o CFES nacional não tem que ficar dando curso, porque nós ficamos fazendo atividades porque estávamos começando, mas o Nacional tinha que ser um espaço para aprofundar a sistematização e não fazer curso, mas estava no projeto que se tinha que fazer processo formativo, o comitê metodológico do CFES discutia essas coisas. [...]

Tem as singularidades, mas tem o tronco comum de concepção filosófica e pedagógica. Nós não criamos o CFES para fazer um projeto político pedagógico pro CFES, o CFES é um meio, um instrumento, um espaço, em que no momento em que o Fórum Brasileiro não tem condições, por diversas razões para desenvolver a política de formação pública como fomento na área da Educação se utilize desse instrumento. [...]

O papel do nacional tinha que ser de qualidade na discussão pedagógica e ter uma equipe que desse conta disso. A equipe não foi pensada nesse sentido pelo que me parece [...] E tinha dificuldade porque a SENAES se pensava de um jeito e chegava no CFES era de outro. (MEMBRO 6 SENAES, 2011)

[...] mas eu diria hoje que estamos em um momento de repensar os centros de formação em Economia Solidária, faz parte da dialética da vida pensar em várias perspectivas. Eu particularmente tenho duas preocupações com o CFES: a nossa proposta estratégica é que eles virassem centros de referência e isso significa que nossos parceiros governamentais deveriam olhar pro CFES e falar que ali era um espaço pra se fazer formação e a nossa esperança, talvez até ilusão, era de que esses outros parceiros também juntassem esforços e recursos para fortalecer aquele espaço de formação pra formar formadores, inclusive os seus formadores. (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

Esperava-se que o CFES nacional se constituísse em centro de referência na discussão em Economia Solidária, com potencial teórico de aprofundamento baseado nas experiências de formação e difusão de metodologias próprias às especificidades desse movimento social. Notamos que, apesar dos gestores públicos entenderem de modo diferente a função de um centro de referência e suas expectativas estarem ligadas à compreensão que têm desse

movimento social²⁴⁶, a ideia do CFES assumir o protagonismo da formação em Economia Solidária é elemento comum entre eles. Apesar da expectativa depositada no CFES, no sentido de que ele poderia contribuir, para alguns, no fortalecimento da formação política do movimento social, para outros, como forma da SENAES ganhar legitimidade entre os parceiros governamentais pelo reconhecimento no governo federal por se tornar uma política pública estratégica. As duas expectativas têm sido frustradas pelo caráter assumido pelo CFES na formação de formadores.

No que se refere à primeira perspectiva, apesar de ter havido discussão política nos cursos de formação e discussões voltadas às formas de produção e comercialização, os relatos indicam que o CFES nacional não avançou na direção do aprofundamento teórico e na sistematização das experiências no sentido de compreensão do movimento, do seu potencial de ação diante dos mecanismos do capital, suas estratégias de luta e discussão das tecnologias apropriadas para a formação no trabalho associado, mesmo considerando o estágio incipiente dessas discussões.

Uma das participantes do processo de formação no CFES, embora considere que o CFES nacional, em relação aos demais, priorize mais a formação política, considera que no processo de formação houve a necessidade de:

[...] ferramentas que a gente possa desenvolver com a comunidade [...] mas a gente entende que vem de acúmulo, a gente já teve uma referência a partir das discussões com os fóruns de Economia Solidária e até o ano passado a gente não tinha essa perspectiva de como desenvolver processos metodológicos de uma questão mais ampla. [...] Eu acredito que a gente precise ter um entendimento sobre o que é o sistema capitalista e nem todos dominam esse histórico, essa construção, especialmente os empreendimentos. Até mesmo para que eles possam se compreender como verdadeiros agentes de formação de uma sociedade de outro processo de sistema econômico. É claro que no dia a dia isso não interfere muito na produção, mas na construção de uma percepção política, enquanto agente social isso é importante pra se perceber no processo como transformador do ponto de vista econômico, do ponto de vista social [...].(PARTICIPANTE CFES NACIONAL, 2011)

De alguma forma, a necessidade de formação política voltada para a compreensão de suas práticas de luta e do sistema do capital está latente para alguns dos trabalhadores associados que participam das atividades no CFES, assim como compreendem a necessidade de oferecer esses instrumentos para a base do movimento pensar em suas estratégias de luta. A impossibilidade de ocorrer o aprofundamento teórico, tendo em vista o fortalecimento da

²⁴⁶ Um deles enfatiza a função de formação política para o movimento enquanto o outro ressalta a necessidade de se consolidar um espaço de formação que seja reconhecido pelos demais parceiros da política pública e atendam suas demandas de formação de formadores dentro de uma estratégia de desenvolvimento territorial sob a forma de trabalho cooperado.

luta é também dificultada pelo formato das atividades no CFES nacional, organizada por cursos e oficinas, assim como nos demais²⁴⁷.

No decorrer da história do movimento operário, muitas foram as discussões em torno da necessidade do desenvolvimento teórico dos militantes como instrumento de aprofundar a luta, desde as teorias que cogitavam o papel da vanguarda pelos partidos²⁴⁸, comissões de fábrica e sindicatos, como em Mandel (1974, p. 18),²⁴⁹ até as experiências autonomistas do movimento operário que pela luta minam com as organizações capitalistas e pela prática da autogestão coletivizam o poder entre os trabalhadores, as comissões de fábricas e comunas. Nesse confronto, o coletivo se instrumentaliza de fundamentação teórica e prática para avançar no processo de produção associada²⁵⁰.

Bernardo (2009) menciona que a luta permite aos trabalhadores entrar em contato com o fundamento do capitalismo, pois circunscritos na disciplina fabril em um processo que subtrai seu tempo de trabalho, os trabalhadores não podem contestar globalmente o capital e não possuem compreensão genérica dos mecanismos econômicos. Assim, a exploração da mais valia não é apenas uma extorsão de valor, mas uma provação de conhecimento.

A compreensão que os capitalistas manifestam do modo de produção decorre da sua capacidade de comandá-lo e organizá-lo centralmente. Quanto mais elevada for a posição de um capitalista na hierarquia da desigual repartição da mais-valia, tanto mais diretamente controlará os centros econômicos decisivos e, assim, tanto mais global será o seu entendimento do modo de produção. Os trabalhadores, porém, só

²⁴⁷ De acordo com o Termo de referência para implantação dos CFES estão previstas as seguintes atividades formativas: Cursos nacionais de Formação (120 horas para 40 participantes, sendo 80 presenciais e 40 à distância); Cursos regionais de formação (40 horas para 40 participantes); Cursos estaduais de formação (16 horas para 20 participantes).

²⁴⁸ Tragtenberg (1986, p. 6-7) opõe-se radicalmente aos movimentos socialistas que se sustentam na teoria da vanguarda inspirada pelas discussões de Kautsky na II Internacional pois impede a emancipação da classe, assim a “[...] a vanguarda da classe é a própria classe. O autor observa que a criação dos partidos políticos operários ou socialistas deu-se com a II Internacional, logo depois de terem esmagado a comuna de Paris. As implicações disso foi o desenvolvimento da tecnocracia no seio da classe operária que subtraia o poder política, por essa razão o autor não considera essa a autêntica história do movimento operário”.

²⁴⁹ Mandel (1974, p.18-19) menciona que a vanguarda não tem o poder de provocar situações pré-revolucionárias e fazer a revolução, mas deve preparar as condições propícias para que os trabalhadores abram uma brecha até o socialismo fazendo desembocar no período revolucionário até a conquista do poder. Para o autor essa preparação conjuga quatro fatores: 1. A difusão no seio da classe operária de temas programáticos que preparem para reagir revolucionariamente no momento em que se instale a luta generalizada; 2. A educação de militantes de vanguarda para empreender a luta pela direção das massas quando se instalar o combate generalizado; 3. agrupamento desses militantes dentro de uma organização nacional e internacional onde se fundem os trabalhadores manuais e intelectuais, estudantes, camponeses pobres e revolucionário e outras fábricas para superar o horizonte estreito da luta dentro de um país e se generalizar; 4. capacidade de superar a etapa de crítica acadêmica para mostrar de maneira prática aos trabalhadores o sentido das estratégias revolucionárias socialistas que os marxistas opõem ao reformismo.

²⁵⁰ Além disso, é importante essa percepção da necessidade de aprofundamento teórico em torno das práticas de luta, principalmente, em um momento em que a própria esquerda no século sofreu revisões doutrinárias de sua matriz marxista, sendo substituídas por outras que não dão coesão e unidade ao movimento, como traz Fiori (2006, p. 98).

se romperem a disciplina vigente e instaurarem relações de outro tipo poderão deparar-se com as esferas da decisão econômica. (BERNARDO, 2009, p. 437).

O acesso ao conhecimento das estruturas de funcionamento do capital e das lutas operárias concomitante ao processo de organização do trabalho fundamentado no poder dos trabalhadores são condições para se avançar nas estratégias de enfrentamento, na condução da organização do trabalho associado e para se colocar a tarefa de integrar as lutas valendo-se de uma concepção ampla da vida social. Esse, como apontou Bernardo (2009), é um saber caro aos capitalistas, uma vez que sua aquisição depende do lugar que ocupa na hierarquia social e também é com base nesses saberes que se reproduzem enquanto classe do capital por meio da tecnocracia.

A questão que aqui nos interessa é saber em que medida essas práticas de formação caminham no sentido de fomentar e fortalecer a luta dos trabalhadores associados e a que tipo de luta estamos nos referindo. A luta autônoma dos trabalhadores para instaurar processos de auto-organização do trabalho na perspectiva de enfrentamento do capital, segundo Bernardo (2009, p. 441), é condição fundamental no combate de seus mecanismos, pois, para que o pensamento seja crítico e radical, é imperativo conduzir a luta de uma forma imperativa e ativa. E, complementa o autor, que ao desenvolver as formas radicais de luta em relações coletivas e igualitárias e pelo inter-relacionamento social genérico que representa a conexão entre as lutas, a classe trabalhadora apresenta um modelo social alternativo ao capitalismo.

Assim, cabe questionarmos o sentido da formação política e se há avanços nessa perspectiva nas discussões do CFES nacional em direção ao enfrentamento do capital. Sobre a formação política assim expressam:

Dentro de cada movimento, tem se trabalhado a formação de acordo com a sua linha política, que é um debate bem interessante que a gente tá fazendo junto com a Escola Nacional Florestan Fernandes [...] Até mesmo na questão dos termos: a gente fala formação de formadores e eles falam quadros políticos que são lideranças que vão, a partir do que veio pela base, fazer a liderança de luta, de combate. Ou seja, uma visão do educador muito mais pra uma liderança política, enquanto a gente muitas vezes não tem a visão do educador tão politizada nesse sentido, mas como multiplicar a proposta, não como uma liderança. (MEMBRO 8 FBES, 2011)

Se fez também várias terapias comunitárias que ajudaram as pessoas a se encontrar, a melhorar o convívio com o outro, porque é muito difícil viver com o outro que tem uma cultura diferente da sua. [...] a gente vive muito pelo o que a mídia fala, eu fui fazer uma formação com o MST e fiquei com medo de ir, eles passam que são baderneiros e tal, e se você ver a organização que eles têm para com os trabalhadores rurais é muito grande e aí quando você convive é que se vê que é bem diferente [...]. É importante dizer que o Centro de formação possibilitou esse intercâmbio de um Estado para o outro e de se conhecer a realidade do outro, a gente enquanto empreendimento tem as associações e cooperativas, mas se tem dificuldade em se fazer projetos, aí você

vê que o outro já fez e tem uma solução para o seu problema, então esse intercâmbio é muito interessante. (PARTICIPANTE 15 CFES NACIONAL, 2011)

Se a gente for pegar o que o projeto diz, ele vai falar de inclusão social, mas eu vejo que a gente está muito mais no âmbito da transformação social do que da inclusão – que era o que o termo dizia e a gente seguiu, todo o debate que a gente faz é de contraposição, de pensar uma lógica de educação, de finanças, então é um projeto de transformação social muito além de criar um espaço de inclusão nessa sociedade que explora a todos e todas [...]. Conseguir construir metodologias e uma consciência crítica entre os formadores. Uma das discussões não se separa questão política e técnica e por isso tem um caráter político-metodológico. A formação política precisa estar presente em todas as atividades, pois mesmo algo que se pode parecer técnico ele tem uma questão política também, existem elementos em torno de criar condições que você consiga interpretar a realidade e desvelar a realidade que por vezes alguns conhecimentos podem ajudar a fazer isso, a formação política é formar consciência, perceber a realidade, fazer uma análise de conjuntura, formar um olhar crítico em diferentes temas. No aspecto econômico é fundar um outro tipo de mercado, pautado em outros princípios, o princípio da solidariedade e da cooperação, pensar a Economia Solidária e criar essas condições e ainda consumidores que são conscientes. (MEMBRO 11 CFES NACIONAL, 2011)

São projetos separados, mas com os mesmos objetivos. Então o projeto político pedagógico e a sistematização são temas que estão sendo discutidos em todos os CFES, já a formação política em alguns. (MEMBRO 9 CFES NACIONAL, 2011)

No que se refere aos conteúdos das discussões desenvolvidas, pudemos notar que o CFES nacional, ainda mais que os outros, contemplou a discussão política, conforme está previsto no Projeto político pedagógico que concorreu ao edital e no Termo de referência de implantação dos CFES (BRASIL, 2007, p. 5-6) e conforme o eixo três da I Conferência Temática²⁵¹ (2010, p. 6).

Apesar disso, a formação política é uma das principais carências quanto à formação. Os entrevistados envolvidos especificamente nesse processo de formação política ressaltam a importância da vivência na Escola Florestan Fernandes²⁵², contudo, ficou evidente também o desconhecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e certo estranhamento quanto aos seus instrumentos de luta. Esse fato chama a atenção porque, de um lado, indica o afastamento em relação a esse movimento dos trabalhadores e, por outro, porque

²⁵¹ A conferência temática propõe que os conteúdos tenham em vista a demanda e sugere cinco eixos: Eixo 1. Qualificação técnica para a produção a partir das demandas dos empreendimentos econômicos solidários; Eixo 2. A economia solidária como estratégia de desenvolvimento; Eixo 3. formação sócio política e constituição dos sujeitos; Eixo 4. Formação e Assessoria técnica; Eixo 5. Processos de produção, comercialização, consumo e finanças.

²⁵² Houve um curso de formação política pelo CFES nacional que foi realizado na escola Florestan Fernandes que se dedica à formação de liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

membros da SENAES, do FBES e nas atividades do próprio CFES esse movimento é citado como parte do movimento da Economia Solidária, ainda que haja controvérsia a respeito²⁵³.

Esse fato indica a dificuldade de se atrelar aos demais movimentos dos trabalhadores, pois, conforme abordado no 2º módulo do seminário de sistematização do CFES nacional (CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011), dos quatro centros de formação, dois deles, o CFES Centro-Oeste e o CFES Sul indicaram que não há uma relação estreita entre os movimentos, embora façam parte das atividades de formação do CFES. Nesse sentido, no seminário do CFES nacional esse fato foi percebido como uma dificuldade que restringe a atuação do movimento em direção a uma postura mais combativa²⁵⁴. Essa dimensão não é considerada entre os objetivos e metas nos principais documentos oficiais, dessa forma, apenas indicam a articulação dos formadores que atuam em Economia Solidária.

Além disso, tais documentos (I e II CONAES 2006 e 2010; I e II Oficina 2006 e 2007; IV Plenária do FBES, 2008), quando tratam do fortalecimento dos empreendimentos de Economia Solidária, têm como horizonte a promoção do desenvolvimento sustentado como um novo modelo de desenvolvimento e não a luta dos trabalhadores. Nessa medida, as estratégias formativas têm o propósito de auxiliar na promoção da sustentabilidade dos empreendimentos com base na ação do próprio coletivo, incluindo a busca por políticas públicas, o que denominam de *empoderamento*. As diretrizes do Termo de Referência para implantação dos CFES (BRASIL, 2007, p. 2) trazem essa dimensão:

Desenvolver processos formativos voltados a estratégias de desenvolvimento sustentável e solidário por meio do fortalecimento da ES e da autogestão; [...] [Sobre a concepção de formação] A formação em Economia Solidária é definida como uma “construção social” inerente aos processos autogestionários, como elemento fundamental para viabilizar as iniciativas econômicas, para a ampliação da cidadania ativa e do processo democrático, como um movimento cultural e ético de transformação das relações sociais e intersubjetivas como base de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, orientando ações político-pedagógicas autogestionárias e solidárias. Uma formação em Economia Solidária é caracterizada como uma das estratégias para o desenvolvimento sustentável de um novo tecido social por meio da educação em todos os níveis. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 21).

Deve-se também garantir a inserção da temática ambiental nas ações formativas em Economia Solidária, orientando os empreendimentos econômicos solidários urbanos e rurais quanto aos impactos gerados pelas atividades produtivas na natureza e na

²⁵³ Dal Ri (2004) menciona que o Movimento dos trabalhadores sem terra não se denominam pertencentes a Economia solidária e manifestam ressalva a esse movimento.

²⁵⁴ Esse aspecto foi incluído entre os desafios a superar, mas não conseguimos ter acesso aos encaminhamentos a partir dessa constatação. Apenas podemos indicar que a formação na escola Florestan Fernandes, onde ocorreu a formação política, teve a preocupação de levar os participantes a conhecer de perto esse movimento social.

saúde de trabalhadores(as) [...]. Nesse sentido, também são fundamentais as lutas por políticas de segurança e educação em saúde para os trabalhadores(as) e para incentivo às práticas produtivas com base nas matrizes tecnológicas de base sustentável. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010, p. 28).

Ao eleger como horizonte da ação formativa o que se considera *outro modelo de desenvolvimento* pautado na sustentabilidade ecológica da sociedade que temos, sem problematizar a questão, sobressai a crença de que as ações coletivas e individuais podem contribuir para salvar o sistema sem antes destruir seus fundamentos pela luta e auto-organização dos trabalhadores. Ao converter o desenvolvimento sustentado em meta e excluir o confronto com a lógica do capital do horizonte do movimento dos trabalhadores em processo de formação contribui-se na difusão do discurso de aprimoramento das condições de vida no sistema e retira a radicalidade da luta e das organizações criadas e alimentadas a partir dela. Assim, a perspectiva de formação para Economia Solidária, embora se utilize de termos como transformação social, autonomia e autogestão, tem em vista inserir-se no capitalismo com algumas adaptações para torná-lo menos excludente, ou ainda, conservar elementos do capitalismo que são imprescindíveis como a concorrência, a tecnologia para transpô-lo a uma outra sociedade mais sustentável. O horizonte socialista que se fundamenta na crítica radical não pode ter a sustentabilidade dentro do sistema do capital como meta, ao contrário, entende que é incompatível qualquer projeto humanizador ou preservacionista dentro dessa perspectiva que tem a exploração e o lucro como fundamento. Mészáros (2002, p. 987-988) problematiza por que somente agora a questão ecológica se colocou como urgência e menciona que há dez anos a ecologia podia ser ignorada ou desqualificada como totalmente irrelevante, mas atualmente ela é obrigada a ser exageradamente reforçada unilateralmente com tom cataclísmico para que as pessoas desviem-se dos problemas sociais e políticos. Assim, continua o autor, americanos, africanos e latino-americanos, em especial os últimos, não devem se multiplicar como quiser, dado que o desequilíbrio demográfico poderia resultar em tensões ecológicas intoleráveis. Não se trata de se opor simplesmente à questão ecológica, mas de inseri-la nos propósitos que este discurso assume atualmente, como indica Mészáros (2002, p. 988):

[...] as pessoas deveriam esquecer tudo sobre as cifras astronômicas despendidas em armamentos e aceitar cortes consideráveis em seu padrão de vida, de modo a viabilizar os custos da “recuperação do meio ambiente” [...]. Para não mencionar a vantagem adicional que constitui o fato de se compelir a população em geral a custear, sob o pretexto da “sobrevivência da espécie humana”, na sobrevivência de um sistema socioeconômico que se defronta agora com deficiências derivadas da crescente competição internacional e de uma mudança crescente de sua própria estrutura de produção, em favor dos setores parasitários.

Nesse sentido, cabe ao processo formativo explicitar as contradições envolvidas no discurso ecológico da sustentabilidade para, com base neste, vislumbrar formas de atuação e posicionamento do coletivo perante a questão²⁵⁵. No que diz respeito ao processo formativo no CFES nacional, devemos considerar, ainda, que é muito inicial o trabalho de formação política, inclusive em razão da experiência piloto de três anos; mas também a forma como os trabalhadores compreendem a luta, os demais movimentos sociais e o sentido da Economia Solidária depende do modo como eles têm se inserido nessas relações de trabalho, principalmente porque, em um primeiro momento, a razão da união dos trabalhadores é a geração de trabalho e renda e não outra, o que por si só não invalida o potencial de luta desses movimentos, mas não é suficiente. Assim como somente a associação entre os trabalhadores e a propriedade coletiva não garantem a mudança da forma capitalista de organização e podem vir a contribuir para a restauração do sistema, como afirma Mészáros (2004, p. 19) ao salientar que as formas pós-capitalistas nas quais se alteram as relações de propriedade estão muito longe de ser suficientes. A discussão da superação do capitalismo circunscrita à mudança na forma de propriedade também foi alvo de oposição de Marx a Proudhon (MARX, 2009).

Nesse sentido, deve-se também balizar melhor a discussão acerca do que representa a forma associada de produção contemporânea, pois algumas leituras dão exagerado relevo às experiências que compõem a Economia Solidária como constituindo uma “Outra economia” que decorre das trajetórias que os trabalhadores constroem para sobreviver. Ainda que digam estar integradas à economia capitalista, acreditam que as múltiplas estratégias de sobrevivência dos trabalhadores nas quais o trabalho é o fundamento da organização situam essas experiências como constituintes de “outros mundos do Trabalho”, onde o trabalhador não é mercadoria.²⁵⁶ A discussão realizada sob essa perspectiva não avança na compreensão

²⁵⁵ Nos relatórios e relatos que tivemos acesso, notamos que existe a discussão em torno do respeito a natureza e o meio ambiente e a crítica da sociedade do consumo nos moldes capitalistas, mas não tivemos acesso a dados que procurem problematizar a perspectiva do desenvolvimento sustentável, presentes nas orientações das SENAES, no documento final do II CONAES e do FBES, os são referências das ações de formação no CFES.

²⁵⁶ Tiriba (2004, p. 80) refuta a classificação dos economistas por desconSIDERAR as especificidade da economia popular e desconhecer esse mercado repleto de variedades na forma de gerar a subsistência. A autora ilustra a discussão citando como exemplo os professores das instituições públicas e privadas de ensino que, além do trabalho formal do magistério, vende mercadorias diversas no intervalo. Para a autora “[...] os trabalhadores podem ter, ao mesmo tempo, várias ocupações que em nosso entender, situam-na no mundo da economia informal, ora no mundo da Economia popular. Sendo que, a Economia popular seria a esfera da “Outra Economia” que nasce dentro da Economia capitalista, pois essa é uma totalidade em nosso tempo. Somos céticos a esse posicionamento da autora que considera a economia popular como outra economia. Ainda que, como mostra Cruz (2006) muitos dos empreendimentos identificados como sendo de Economia solidária seja informais somente no início da sua constituição e logo assume outra forma de identidade, eles estão

do trabalho associado em sua relação com o sistema do capital por desconsiderar que a sua inter-relação com esse sistema é mais orgânica do que parece e que a diferença na forma de organização do trabalho, a abolição da figura do capitalista e a gestão coletiva, embora sejam elementos significativos a considerar como estratégia de oposição dos trabalhadores, por si só não é elemento de emancipação dos trabalhadores, pois há outros determinantes e contradições que merecem ser melhor analisados em experiências particulares ou em um conjunto delas.

Apesar das boas intenções e do fato de suprir a necessidade de sobrevivência dos trabalhadores, pode alimentar o sistema do capital que deve ser compreendido como um sistema reprodutivo total. A afirmação de que a força de trabalho deixa de ser mercadoria quando se encontra em relações de trabalho associadas, é válida apenas em algumas experiências de associação e mesmo no interior destas, como já demonstraram Vieitez e Dal Ri (2002), a qualquer momento os associados podem retornar às relações de trabalho tradicionais.²⁵⁷

Tendo em vista tais aspectos é que nos propomos a situar a experiência de formação do CFES nacional no conjunto das atuações concretas dos participantes, especificamente, dos propósitos em termos políticos que orienta a formação no movimento. Entendemos que a discussão em torno da proposta de formação política no CFES não pode se limitar aos conteúdos discutidos nos cursos, às metodologias empregadas, isso porque desejamos ultrapassar a discussão pouco precisa da formação da consciência de classe e compreender o alcance da oposição. Ao compreendermos os objetivos em termos políticos que perpassam a

completamente inscritos no circuito do capital e o trabalhador apenas não desempenha a função de mercadoria dentro da organização pois ao sair dela continua sendo capital variável, principalmente, se considerarmos a necessidade de sobrevivência e o atrativo de maior remuneração do mercado formal. Além disso, no exemplo citado pela autora, a atividade de venda de mercadorias no recreio das escolas encontra-se completamente inserida no mercado capitalista, pois tais mercadorias são produzidas neste mercado, assim como, a remuneração que se obtém dessa atividade volta-se para a aquisição de bens de consumo que incrementam o valor da força de trabalho que se destina à subtração de valor no mercado de trabalho onde se insere.

²⁵⁷ Pudemos visualizar um exemplo típico dessa fragilidade em que se encontram os trabalhadores da Economia solidária a partir de um caso ocorrido na Rede Abelha, discutida no capítulo anterior. Diante do arrefecimento do mercado apícola na região que, segundo os entrevistados, decorre da mudança de bioma, um dos membros, que tinha na apicultura atividade complementar as demais produções agrícolas, para sobreviver é impulsionado a buscar uma relação de trabalho assalariada e temporária e temporária em um refeitório de uma empresa que ficaria por tempo determinado na cidade. Após trabalhar por alguns meses, o trabalhador, que não queria abandonar a cidade para seguir a empresa, via-se novamente desempregado. Esse fato explicita a condição objetiva de inserção dos trabalhadores no capitalismo e mostra como o empreendimento coletivo como organismo isolado não é capaz de se opor a lógica totalizante do capital. Além disso, desmistifica a crença de alguns de que a força de trabalho sob as formas de Economia solidária deixa de ser mercadoria. Por isso, podemos dizer que apenas internamente não é capitação de mais valia em benefício do capitalista, mas como essa condição está o tempo todo sendo ameaçada pela reprodução do capital, o trabalhador ao ver-se fora do empreendimento por diversas razões volta a se reproduzir enquanto mercadoria.

política pública de formação, podemos visualizar melhor o alcance do processo de internalização no CFES nacional.

Para essa discussão consideraremos o horizonte das lutas na perspectiva dos documentos oficiais da SENAES e do FBES, de algumas discussões no CFES nacional e da concepção dos entrevistados a esse respeito. Os entrevistados expressam-se a respeito:

De tudo o que se tem feito nesses últimos tempos, o trabalho do CFES contribuiu muito nesse um mês e meio das audiências públicas que foi a discussão contra o PL 865. O que significa saber, primeiro, que o trabalho do CFES na contribuição da identidade do movimento repercutiu pra afirmação do movimento. Do outro lado, o que nós estamos ganhando é a experimentação de uma confrontação com o governo e isso é processo de formação política, porque é a reflexão sobre a prática que vai nos ajudar a perceber que em outros momentos nós também seríamos capazes de enfrentar o governo. (MEMBRO 6 CÁRITAS, 2011)

Os empreendimentos econômicos solidários devem ser empoderados para acessar as políticas públicas, o que requer a formação sistemática dos trabalhadores e de seus familiares, além dos aspectos técnicos, nas práticas educacionais. Dessa forma, além de permitir melhor resultado na produção, a educação ampliada aos familiares dissemina o conceito de Economia Solidária mesmo antes da implantação das políticas públicas. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010, p. 27).

[Na análise de conjuntura no Seminário Nacional de Sistematização do CFES nacional] É preciso o fortalecimento do fórum e mais nesse momento: a característica principal é de incidência política e teremos condições de fazer essa incidência na medida em que tenhamos uma base. [...] [A partir da fala sobre o fato do PL 865 ter sido levado ao Congresso sem consulta ao movimento considera que o movimento não deve]

- [...] ter nenhum prejuízo e não perder os ganhos em torno das ações do governo federal que foram conseguidos até o momento.
- [...] Há um consenso na coordenação do FBES: nós não estamos contra a Micro Empresa, mas nossa reação é de nos incluir num espaço de política, que é o da Economia Solidária e não da MEP. Temos que afirmar nosso projeto de lei da Economia Solidária.
- [...] Precisamos aprofundar nossa relação com o FBES e com a própria SENAES. [...] (CENTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011, p. 7-8).

O CFES foi construído como espaço destinado a operacionalizar a política pública em Economia Solidária e, nessa perspectiva, assume a função de refletir e oferecer subsídios à sua construção. Nesse sentido, as ações empreendidas no CFES traduzem a política pública da SENAES, ao menos os empreendimentos, rede de gestores e instituições de assessoria que fazem parte deste projeto de formação têm como propósito norteador de sua atuação alcançar políticas públicas. Pelos dados acima, notamos que tanto os documentos oficiais quanto os relatos vão em direção à ampliação de políticas públicas e os embates referidos dão-se com o intuito de ampliar a esfera de atuação junto aos órgãos do Estado responsáveis pelas políticas.

As pautas do FBES sobre educação traduzem essa dimensão que estamos considerando, entre elas consta: financiamento público a pesquisas e tecnologias para a melhoria da produção e outras temáticas da economia; fomento à criação e manutenção de Centros Públicos de apoio à Economia Solidária; inclusão da Economia Solidária na educação formal; campanhas e programas públicos de divulgação e comunicação da Economia Solidária; e programa nacional de assistência técnica em Economia Solidária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 24-29). Estas são algumas das bandeiras do FBES, considerado principal interlocutor com a SENAES entre as entidades do movimento de Economia Solidária. Desse modo, ao menos as entidades que o FBES representa têm a intenção de tornarem-se cada vez mais beneficiárias de política pública e orgânica ao Estado.

Temos a intenção única de questionarmos qual o impacto que a opção pelo atrelamento ao Estado tem para prática de luta e capacidade de oposição radical à lógica do capital, ou dizendo de outra maneira, o que significa para a Economia Solidária ter como horizonte de suas lutas a conquista de políticas públicas e o desenvolvimento sustentável.

As experiências históricas de lutas autônomas que mencionamos acima, embora tenham tido período de duração restrito se comparado ao tempo de vigência do capital, todas se desenvolveram de forma independente do Estado, inclusive opondo-se à sua forma de organização e a qualquer interferência dele na organização dos trabalhadores. Tragtenberg (1986, p. 40) traz que, na Rússia, no governo de Kerenski – entre o governo de Czar e Lênin –, no congresso dos trabalhadores do campo em Alexandrovka, os congressistas rejeitam a legitimidade dos comitês comunais de coalizão e o primeiro passo para desprivilegiar o poder do Estado foi substituí-lo pela auto-organização livre dos trabalhadores do campo. Para o autor, a degeneração do sistema soviético ocorreu por conservar o capitalismo de Estado, que mantém a centralização estatal sob o controle do partido e sindicato, esse fato recompôs a hierarquia na gestão do Estado e nas fábricas com o

taylorismo e assalariamento. Menciona também a limitação da autogestão Iugoslava que se caracterizou pelo formalismo das empresas, na medida em que manteve o aparelho político e o poder do Estado (TRAGTENBERG, 1986, p. 49). A análise das experiências socialistas feitas por Tragtenberg aponta que a real democratização das relações sociais aconteceu quando os trabalhadores assumiram a organização social independente do Estado e do partido centralizado.

Em uma perspectiva de análise marxista diferente da defendida por Tragtenberg, Mandel (1974) assinala que apenas a descentralização econômica excessiva e a utilização da “economia socialista de mercado”, em que a autogestão existe apenas internamente nas empresas, como foi o caso da Yugoslávia²⁵⁸, não é suficiente para se generalizar e se opor aos mecanismos de Estado e organização do sistema capitalista. De acordo com Mandel (1974, p. 40-41) “[...] *hemos señalado que una verdadera autogestión económica sólo es posible en nivel de la economía en su conjunto (por un congreso de los consejos obreros)*”. Mandel (1974, p. 26) critica as perspectivas reformistas que acreditaram que a adesão ao governo pela coalizão constituiriam em uma etapa até os governos puramente socialistas, uma vez que:

[...] La experiencia ha demostrado que estos gobiernos “obreros”, al funcionar dentro del contexto del Estado burgués e no poner en tela de juicio de los fundamentos mismos del régimen capitalista, no podían sino defender los intereses de clases fundamentales del capital. En realidad, los gobiernos de coalición, lejos de constituir una etapa hacia la “conquista del Estado burgués” por parte da clase obrera, constituían etapas hacia la integración de los “partidos obrero” dentro del Estado burgués. Y lo que es cierto respecto al Estado, lo es mil veces más en relación a la economía. La economía capitalista solamente puede funcionar sobre la base de la búsqueda de la ganancia máxima. Toda la participación por parte dos representantes de los trabajadores en la gestión de la economía, dentro deste contexto, los obliga a “participar” en uno esfuerzo continuo de racionalización, lo que implica, particularmente la reducción periódica en el volumen de empleo [...] una etapa última de transformación de instrumento de defensa de los trabajadores frente a la burguesía, en un instrumento de defensa de los intereses de la sociedad burguesa frente a los trabajadores.

Nesse sentido, está claro que se não houver radicalidade na luta dos trabalhadores em direção a auto-organização de toda a vida social – mas, ao contrário, sua luta remeter à autogestão das propriedades coletivas isoladas e, ainda, no âmbito do Estado, ter em vista a

²⁵⁸ Para o autor (MANDEL, 1974, p. 40) a verdadeira autogestão exige o respeito aos princípios da democracia socialista dentro do domínio político, respeito que não existe de modo algum na Yugoslávia. Para ela as deformações da autogestão Iugoslávia reside no fato de que se modificaria as relações de produção apenas a nível interna das empresas enquanto no estado prevaleceu a tecnocracia monopolizando as decisões e subordinando as demais organizações. Assim confundiu-se a autogestão como o direito dos trabalhadores participarem na votação dos assuntos de distribuição os demais assuntos ficariam encarregados aos técnicos. Parece-nos que esse é um problema real para as lutas que se limitam a atuarem na esfera do Estado e reivindicarem apenas por maior participação nesse organismo de poder.

participação na elaboração de políticas públicas –, tendem a reproduzir as relações sociais capitalistas e defender, ainda que sem intenção, o Estado moderno burguês.

Bernardo (2009, p. 440) menciona que quando os trabalhadores desenvolvem a luta coletiva e igualitária, apresentam um modelo societal alternativo ao capitalismo, mas, para isso, é necessário romper com as lutas individuais ou passivas, pois o capitalismo consegue recuperá-las. A luta, para o autor, deve abarcar a proposta prática de reorganização da globalidade da sociedade, sendo este o percurso concreto que segue a partir do local da sua eclosão, por isso é das relações sociais de luta que se desenvolvem as relações sociais globais.

Bernardo (2009), Tragtenberg (1986), e incluímos também Mészáros (2002) e Cleaver (1981) nessa discussão, falam da necessidade de uma luta radical que por nascer da contradição do capital tem o potencial de se opor a seus fundamentos a partir da inversão da lógica hierárquica e de seus mecanismos de controle. Ao se configurar pela radicalidade, essa prática de luta encontra-se também em oposição à lógica do Estado, o qual se situa na esfera da reprodução do sistema do capital e, por isso tende a preservar o sistema.

Nessa perspectiva, quando a política de formação em Economia Solidária circunscreve sua atuação na busca por ampliação das políticas públicas, tem seu potencial de luta também reduzido. Então, neste caso, o papel que a formação tem desempenhado no âmbito dos CFES não vai em direção ao fortalecimento das lutas autônomas, mas das lutas pela expansão da esfera de atuação do Estado e da interferência nas decisões em políticas públicas. Esse fato indica uma orientação qualitativamente diferente daquela que esteve pressuposta nos movimentos autonomistas acima indicados. As dificuldades vivenciadas na política pública da SENAES decorrem dessa inserção na esfera do Estado, cuja lógica assemelha-se a das empresas no que se refere à contenção de recursos²⁵⁹, como podemos verificar:

[Sobre as dificuldades] Porque nosso governo hoje é um governo capitalista, é um governo que depende da propriedade privada, que não apoia a Economia Solidária na sua proposta de desenvolvimento. A SENAES é uma política muito pequena lá dentro, por conta desse contexto global e nacional de desenvolvimento. Então a própria SENAES tem dificuldade por conta disso, por causa das questões político partidárias lá dentro, enfim ela está querendo colocar o socialismo dentro de um ministério que coloca a carteira assinada, então já tem muita dificuldade nisso [...] a gente coloca as coisas de um jeito eles fazem de outro [...] a gente também entra agora em um período de novo governo que quer retraindo gastos: ele coloca 20 milhões na mão de grandes empresas, mas para projeto que tem outra perspectiva de desenvolvimento ele coloca migalhas, infelizmente porque não é a perspectiva de desenvolvimento desse governo [...]. (MEMBRO 8 FBES, 2011)

²⁵⁹ Referimo-nos ao termo contenção de recursos e não racionalização, porque o segundo remete às formas de exploração do trabalho e, no caso do Estado, embora haja também exploração não é o fundamento desse aparato e sim a burocratização que significa um sistema de dominação nas suas diversas expressões e não só formal, conforme Tragtenberg (1996, p. 234).

[...] Então o desafio sempre não é da visão da SENAES, é por conta das limitações das estruturas de poder do Estado, são convênios e têm que ser respondidos com metas e produtos e aí se tem que trabalhar com resultados e produtos e, ao mesmo tempo, se trabalhar processos e isso é limitador, por exemplo, na educação é um processo educativo. (MEMBRO 6 FBES, 2011).

A falta de um maior diálogo com o movimento [...] eu acho que, às vezes, a SENAES pensa o espaço o CNES, mas tendo dificuldade de aproximação do que realmente o movimento precisa [...] às vezes se pensa mais pro governo do que pro movimento. É isso, se eu pudesse resumir as dificuldades diria que é a necessidade de um diálogo maior e aí uso a palavra afinamento, falta afinamento com o movimento e como é uma Secretaria que foi no começo pensada e sua institucionalização foi pedida pelo movimento ao Lula, não foi uma coisa separada. (MEMBRO 9 CFES NACIONAL, 2011)

Os relatos acima indicam os desafios enfrentados pelo movimento da Economia Solidária no âmbito da política pública. Alguns dos sujeitos entrevistados ressaltam a dificuldade do movimento ser ouvido que se traduziria na falta de *afinamento* entre o Estado e o movimento, outros se reportam à lógica de organização do Estado. Em quaisquer das duas abordagens há um traço comum que é a forma como a organização do Estado vai impondo sua forma de organização às entidades que adentram sua esfera de atuação por meio das políticas públicas, isso porque elas têm que se adequar às exigências desse órgão para serem beneficiárias dessas políticas. Um dos entrevistados salienta que para se concorrer a editais é montada uma estrutura administrativa e adequação dos projetos às diretrizes exigidas, o que significa para muitas das associações um investimento muito grande, tendo em vista as suas condições de sustentabilidade:

Nós entramos no edital do EAD [...] o nosso projeto foi bem avaliado, passou muito tempo para isso acontecer, quer dizer, você manter uma estrutura de organização, porque tem isso, nesses editais você mantém uma estrutura de organização antes do edital para elaborar, e depois você tem uma estrutura para acompanhar a publicação do edital, e aí você vê o processo de execução. Então os empreendimentos e as ONGs gastam muitos recursos financeiros e de pessoal nesse processo, nesse processo que é montando o arcabouço dos programas. E eu acho que talvez essa relação das SENAES com o Ministério seja um ingrediente que deveria ser tratado. Porque o que ocorre é que os projetos são definidos e espera-se que o Ministério do Trabalho dê o aval final. Ao passo que se as SENAES produzissem os programas e tivessem uma relação com o movimento, com a sociedade, mas elas só fazem depois de receber o aval do Ministério do Trabalho. Então isso leva um tempo, isso talvez atrase muito e isso, de certa maneira, respinga nos movimentos, que ficam elaborando os projetos, esperando que os projetos sejam aprovados, esperando, depois que é aprovado, que o recurso saia de Brasília e chegue aos empreendimentos, então um tempo grande. Aí é que aconteceu com a gente, no EAD, super importante, nós conseguimos aprovar e foram só seis no BR, e o recurso vai sair e disseram para nós, depois de muito tempo, depois de constituída essa base na instituição para elaborar, disseram que o projeto não ia ser implementado. E a

desculpa foi a mais descabida. E aí todo um planejamento que a gente fez, porque o EAD ia apoiar dois anos a rede, então, todo o planejamento que a gente construiu para que a rede pudesse estar bem durante dois anos, a partir do EAD e de outras instituições foi por água abaixo. (MEMBRO REDE ABELHA, 2011)

Como alvo e dependente de política pública para ampliar suas ações, entre elas as de formação, as entidades de Economia Solidária adequam-se às exigências de organização requeridas pelo Estado, bem como dependem da lógica de funcionamento hierárquica própria dessa estrutura para executar suas ações, essas são condições para que possam competir nos editais e executar a política pública. Como foi parte do movimento de Economia Solidária que demandou pela criação da SENAES, também podemos considerar que o objetivo deste era a conquista de políticas públicas específicas e, nesse aspecto, temos até certo ponto uma sintonia de objetivos entre o Estado e o movimento social, apesar das discordâncias pontuais²⁶⁰. Ao se tornar alvo de política pública, a ação do movimento é no sentido de ampliá-la e torná-la mais contínua, como indicamos, o que demonstra que suas reivindicações se dão dentro da estrutura do Estado.

Outro aspecto a considerar: é próprio da política no interior do Estado orientar-se pelos conflitos partidários cotidianos, enquanto as transformações mais estruturais estão sendo processadas numa perspectiva mais ampla do papel que Estado exerce junto às empresas transnacionais e à mobilidade dos capitais. Gramsci (apud COUTINHO, 2010, p. 29), a esse respeito denomina de pequena política aquela que:

[...] compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política.

Se a grande política cada vez mais é acordada na esfera da reprodução do capital em sentido amplo, em que os processos de reestruturação da produção, com seus deslocamentos, centralizações e financeirização vão sendo combinados, a pequena política destina-se a promover os arranjos numa esfera micro, por isso a reforma vai tornando-se característica do

²⁶⁰ Dizemos até certo ponto porque a forma de inserção do Estado na sociedade difere daquela dos movimentos sociais que, apesar de muitas vezes circunscrevem suas lutas à essa esfera, sua intenção com a conquista de políticas públicas é, a princípio, ampliar as condições de sobrevivência por meio da aquisição de valor de uso na ótica dos trabalhadores, conforme aponta Cleaver (1981). Já o Estado tem sua estrutura intimamente ligada aos mecanismos do capital, como discutimos, e sua atuação junto aos movimentos sociais dá-se no limite da sua capacidade de ampliação, inclusive, constitui-se também em mecanismos de governabilidade e na preparação das condições objetivas para o capital operar. Esse fato não exclui, pelo contrário, integra a característica que assume o Estado de voltar-se para a pobreza e universalizar o acesso, porém não a qualidade, se alguns direitos sociais.

Estado moderno. É essa pequena política que irá caracterizar os órgãos do governo e o cotidiano da vida parlamentar no estabelecimento das políticas públicas. A esse respeito Mészáros (2002, p. 112) assinala que o Estado, como agente totalizador da criação da circulação do global, valendo-se das unidades socioeconômicas internamente fragmentadas do capital, deve se comportar de modo bastante diferente daquele que utiliza na política interna. Na política interna é necessário evitar que a tendência inexorável de centralização e concentração do capital conduza a eliminação prematura das unidades de produção e, com isso, afete a força combinada do capital nacional.

Outro aspecto que nos ajuda a compreender o que se processa com a inserção dos movimentos sociais neste universo de política de Estado, no qual prevalece a pequena política, é o conceito de revolução passiva, também introduzido por Gramsci (apud COUTINHO, 2010, p. 33):

[...] o fato de que a ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de “restaurações” *que acolhem uma certa parte das exigências que vinham de baixo*; trata-se, portanto, de “restaurações progressivas”, ou “revoluções-restaurações”, ou ainda “revoluções passivas”.

Para Coutinho (2010, p. 37), não se pode encontrar na época neoliberal a dialética de restauração-revolução que caracteriza as revoluções passivas²⁶¹, pois não temos o acolhimento de “*uma certa parte das exigências que vêm de baixo*”, característica essencial das revoluções passivas. O autor aponta que, na época neoliberal não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas há neste momento a tentativa bem sucedida de eliminar esses direitos e desconstruir as formas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva do *Welfare State*.

Opomo-nos em dois aspectos à leitura do autor, o primeiro porque entendemos que é evidente que há na época neoliberal o desmonte dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores em outro momento do capitalismo, no *Welfare State*, mas assim como ele não vigorou plenamente na periferia e algum nível de reivindicação foi assimilado pelo Estado

²⁶¹ Coutinho (2010, p. 33-34) resume as principais características da revolução passiva como sendo: 1. as classes dominantes reagem às pressões que provêm das classes subalternas, capaz de impor um novo comportamento á classe dominante; 2. essa reação, embora tenha a finalidade de conservar os fundamentos da velha ordem, implica na assimilação “de uma parte” das reivindicações vindas dos debaixo; 3. ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se modificações que abrem caminho para novas modificações.

para conter o movimento trabalhista²⁶², também atualmente há formas de assimilar as demandas dos movimentos sociais com base nas políticas focalizadas. O Estado tem, em parte, se rendido aos propósitos dos debaixo, como diz Coutinho (2010), mas impõe limites de expansão das políticas e oferece atendimento restrito (ações pontuais, descontínuas e focalizadas) a determinado público específico. Com essa atuação, viabiliza o atrelamento dos movimentos sociais, ainda em um estágio de coesão muito incipiente, aos órgãos e políticas dentro da esfera do Estado. No caso específico do movimento da Economia Solidária, a própria criação da SENAES representa essa forma de atuação do Estado.

O segundo, porque se considerarmos os diferentes movimentos dos trabalhadores, tanto no território brasileiro como em outras esferas do globo, ele não se encontra na defensiva como argumenta o autor. Isso provavelmente deva-se ao fato de Coutinho restringir o movimento do trabalho ao sindicato e ao partido e não mencionar, o que nós compreendemos ser a forma mais autêntica do movimento, a auto-organização dos trabalhadores, ainda que alguns casos contem com o apoio de sindicatos na luta. Sendo assim, estamos diante, ao mesmo tempo, de conquistas do movimento, mas também de concessões do Estado à pressão dos “debaixo” e, nesse processo, há a atuação do movimento dentro da esfera estatal. Essa dimensão ficará ainda mais explícita quando consideramos a atuação do FBES junto à SENAES.

Podemos dizer que o Estado comporta-se de forma restrita porque está a serviço da reprodução do capital e isso extrapola o governo Lula, embora esse tenha reforçado esse papel em prol do capital financeiro, como discutimos. O Estado não pode ser autenticamente socialista, pois o socialismo pressupõe sua abolição, como aponta Tragtenberg (1986). Embora fosse genuíno o Estado incrementar ações de fortalecimento da Economia Solidária, no sentido de ampliar significativamente e investir no desenvolvimento das formas de cooperação entre os trabalhadores, ele só faz de modo muito limitado, até porque, como indica Mészáros (2004, p.19), ele não tem como atender a todos, o que requereria uma soma exorbitante de recursos, comprometendo a sobrevivência de qualquer sistema. Assim, as políticas públicas de Economia Solidária nascem portadoras de uma grande contradição que, pelo posicionamento dos movimentos sociais que integram o FBES e o CFES, tende a se resolver na direção da adequação ao Estado capitalista.

²⁶² Um exemplo bastante claro disso é quando o governo Vargas, por um lado, reprime o movimento comunista, na maior parte composto por imigrantes, no Estado novo; por outro lado, expande políticas públicas como a educação estatal para abrigar os filhos dos imigrantes conforme a ideologia do Estado, além de criar mecanismos de controle mais institucionalizado ao aparelho do Estado de controle do movimento, como os sindicatos corporativos.

A seguir discutiremos alguns aspectos que perpassam a formulação da política pública na SENAES. Para isso, propomos uma discussão sobre: a) a transversalidade e a intersectorialidade na proposta de gestão da SENAES²⁶³; b) o financiamento da SENAES; e c) a interlocução entre a SENAES e o FBES.

3.2 A Política Transversal e os Desafios à Universalização

Um primeiro aspecto que pretendemos abordar refere-se ao carácter transversal da política de Economia Solidária, traço comum também de outras políticas do Ministério, e para que se efetive é necessário estabelecer diálogos e parcerias entre os ministérios e órgãos do governo. Esse processo nem sempre se consolida e, no caso da SENAES, que tem suas políticas bastante dependentes dessas parcerias, tal fato compromete o alcance de sua ação.

De acordo com o programa Economia Solidária em Desenvolvimento, único programa da SENAES (Anexo B), seu objetivo principal é “promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário” (BRASIL, 2003). Barbosa (2005, p. 235-236), ao pesquisar a Economia Solidária como política pública, identificou que a característica de transversalidade e de parceria com ministérios e com outros órgãos tem duas faces interligadas: uma delas expressa a fragilidade de poder da SENAES para fazer frente às negociações de governo e a necessidade de elevar a Economia Solidária à condição de política pública; a outra se deve ao desenho institucional voltado para reunir os vários interesses, embora saliente que a primeira face é a preponderante. Para a autora, dada a pouca condição de poder institucional, a SENAES tende a empregar políticas pulverizadas e, com isso, pode contribuir para fragmentar ainda mais o cenário atomizado como o da Economia Solidária e também do trabalho precário. Assim, como cada órgão governamental tem um pouco a dizer, ninguém se responsabiliza, de fato, pela política pública para Economia Solidária (BARBOSA, 2008, p. 122-123).

A conclusão de Barbosa (2008) remete a outras questões não mencionadas por ela, mas que envolvem a política pública de Economia Solidária, uma delas refere-se à prioridade que o projeto de governo do presidente Lula tem estabelecido e como esse fato repercute na

²⁶³ As duas dimensões caracterizam a política pública da SENAES. Transversalidade corresponde a sua atuação articulada aos programas dos demais ministérios, como demonstramos no Anexo C. Intersetorialidade aplica-se, neste caso, quando a SENAES, juntamente com outro departamento ou secretaria, compartilha de determinado programa ou recurso.

forma como a SENAES se constituiu. Como o governo Lula não ousou em romper com a orientação da política econômica dos governos Collor e FHC, o foco no âmbito da geração de postos de trabalho foi aquele com carteira assinada, inclusive o mais divulgado pela mídia, e não as organizações dos trabalhadores. Novaes e Lima Filho (2011, p. 118) assinalam que, do ponto de vista da geração de trabalho e renda, a visão hegemônica do governo é a de acenar com a esperança da retomada do emprego com carteira assinada e cabe ao cooperativismo apenas o papel de trabalho temporário, passageiro, até que atravessemos a recessão. Kruppa (2005, p.135) menciona a dificuldade de se discutir a questão do trabalho dentro do MTE devido à defesa que se faz do emprego de carteira assinada ao entendê-la como mais progressista do que propor a organização dos desempregados. Assim se expressa a autora: “[...] É difícil romper com a visão de que a SENAES representa uma mera política de assistência” (KRUPPA, 2005, p. 135).

A questão que se evidencia retrata a diferença de objetivos entre esses órgãos do governo federal, pois o MTE tem como centro de suas preocupações a regulação da relação capital e trabalho e não o trabalho associado nas suas várias expressões e, quanto à SENAES, a preocupação se manifesta pelo fomento das experiências de Economia Solidária por meio do auxílio financeiro e técnico a essas experiências.

A dificuldade de trânsito que a Economia Solidária tem encontrado dentro do MTE é ainda mais saliente com a SPPE, e suas parcerias mais promissoras são com outros ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, entre outros, como já citamos no Capítulo 2.

A diferença de concepções que perpassam o diálogo entre a SPPE e a SENAES podem ser percebidas na operacionalização do PNQ. A primeira, em consonância com a lógica do PNQ, interessa-se pelas metas de inserção no mercado de trabalho que a Economia possa vir gerar, como discutiremos mais à frente. A SENAES, como se pode observar pelos relatos de seus membros²⁶⁴, aproxima-se mais da segunda vertente indicada por França Filho (2006)²⁶⁵ ao acreditar no potencial de desenvolvimento local e na mudança

²⁶⁴ Entre os membros que compõem a SENAES há visões divergentes a respeito do que representa o movimento de economia solidária e da orientação teórica das críticas a serem feitas ao processo de implantação no governo federal. Entretanto, podemos dizer que apesar das divergências, os gestores públicos entrevistados, acreditam no potencial de desenvolvimento e mudança social que essa forma de organização do trabalho possa trazer.

²⁶⁵ França Filho (2006) aborda dois enfoques que segundo ele marcam fortemente as concepções acerca da política pública de Economia solidária, conforme consta no relato acima, podemos identificar entre os membros da SENAES a presença do segundo enfoque. Para o autor, as ações de política pública²⁶⁵ de geração de trabalho e renda, que passa a abarcar a heterogeneidade do público e das instituições inseridos na denominação de Economia solidária²⁶⁵, passam a se caracterizar também pela heterogeneidade no modo de consecução. O autor sintetiza duas visões distintas que permeiam as orientações da política pública para

social da Economia Solidária. A tensão entre essas concepções encontra-se expressa quando o membro da SENAES relata que há uma dificuldade em se justificar as especificidades no atual PNQ, devido a um choque de cultura, pois a lógica do plano é a empregabilidade (MEMBRO 4 SENAES, 2011). Outro membro da SENAES (MEMBRO 15 SENAES, 2011) expressa a dificuldade em aproximar a especificidade do público da SENAES com aquele tradicionalmente alvo das políticas da SPPE:

O Lula criou um Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico Social [...] e lá o Singer teve a ideia de um fórum de informalidade que terminou junto com a microempresa, e o interessante é que voltou essa questão da microempresa. Então a gente chamou mais de setenta pessoas com experiências mais variadas na informalidade, isso dentro da CUT e dentro do Ministério, que também era muito CUT [...] foi uma dificuldade porque a gente chamou o marisqueiro, motoboy, índio, pessoal que trabalha com carga pesada, profissionais do sexo [...] a Secretaria era um pouco “estranho no ninho” porque ali o negócio era a CUT, movimento sindical e trabalho assalariado, então era uma coisa difícil de ser conquistada [...] além da dificuldade com a cultura sindical que tinha ali dentro [...] os outros estavam querendo um espaço muito maior do que a gente teve, criou-se certa animosidade com o Ministério do Trabalho, certo atrito, porque também era outra cultura, os sindicalistas, um pessoal da Unicamp, tudo gente muito boa, mas teve um problema nesse sentido de entender. (MEMBRO 15 SENAES, 2011)

Do relato acima podemos inferir que as diferentes concepções e objetivos da SPPE e da SENAES sobre o papel da Economia Solidária no mercado de trabalho decorrem da identidade e da prioridade de cada secretaria e também, por essa razão, a meta de inserção pela geração de trabalho e renda de forma autônoma torna-se o centro da preocupação da SPPE na execução do PNQ.

De alguma forma, o reconhecimento do pequeno espaço que a SENAES ocupa no MTE, principalmente tendo em vista os limitados recursos desta secretaria e seu pequeno poder de barganha junto aos órgãos públicos, foi observado pelo FBES e se constituiu em

Economia solidária: a insercional- competitiva e a concepção sustentável solidária. A primeira insiste ainda na importância da qualificação profissional, mas sem considerá-la suficiente por si mesma e enfatiza a necessidade de organização da economia informal numa perspectiva de inserção socioeconômica por meio da disseminação de valores do empreendedorismo. A política de trabalho e renda teria uma função inclusiva no sentido de acreditar “[...] nas possibilidades de promoção do desenvolvimento via inserção da massa de desempregados e subempregados, sobretudo o público vivendo precariamente na economia informal, na economia de mercado sob a forma de micro e pequenos empreendedores”. A segunda abordagem é uma visão que defende a Economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento centrado em contextos territoriais de desenvolvimento procurando fortalecer uma outra dinâmica econômica por meio dos circuitos socioprodutivos locais integrados a relações sociais, culturais e políticas de um lugar, pois “Mais do que simplesmente uma política de geração de trabalho e renda para parcelas marginalizadas da sociedade, trata-se, portanto, de uma concepção de política estratégica, na medida em que pensa o desenvolvimento centrado em contextos territoriais específicos” (FRANÇA FILHO, 2006, p. 261-262). Essa compreensão acerca da Economia solidária está relacionada ao contexto contemporâneo e não necessariamente salienta o fato de ser a Economia solidária expressão do processo rumo ao socialismo, como acreditam outros membros da SENAES. Dos 5 membros SENAES atuantes entrevistados dois deles salientaram compreender a Economia solidária como estratégia de construção do socialismo.

objeto de síntese no documento final do CONAES de 2010, no qual se reforçou a reivindicação existente desde a fundação da SENAES, de criação de um Ministério de Economia Solidária²⁶⁶ e um Fundo Nacional de Economia Solidária. De acordo com o documento final (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010), essas medidas estariam dando os primeiros passos para a formação de um Sistema Nacional de Economia Solidária.

Apesar dos documentos que orientam as ações da SENAES e de seus membros objetivarem maior organicidade a partir da integração entre as ações e da ampliação dos recursos – conforme podemos visualizar pela própria atuação da Secretaria ao qualificar os gestores públicos e os demais parceiros que possam vir a contribuir financeiramente – estas ações não têm sido suficientemente fortes para sequer vislumbrar, a curto prazo, a formação de um Sistema Nacional de Economia Solidária. Um sistema²⁶⁷ não se constrói de cima para baixo e, mesmo que assim fosse, já seria um desafio à SENAES, dado o pouco prestígio dentro do Ministério e do governo como um todo. Outro aspecto diz respeito ao fato do principal articulador da SENAES ser o FBES, pois ele não representa o conjunto dos movimentos de Economia Solidária, pelo contrário, é bastante restrito em termos de representatividade ao compor-se de apenas sete entidades, como discutiremos adiante. Assim, a existência de um Sistema Nacional de Economia Solidária parte da sua disseminação pela sociedade, de traços ideológicos comuns, apesar da diversidade de experiências e valores. Essa não parece ser hoje a situação dos movimentos que integram a Economia Solidária,

²⁶⁶ Em audiência pública recente a deputada Luiza Erundina do Partido Socialista Brasileiro (PSB) apontou a limitada atuação da Economia Solidária decorrente também da sua inserção no Ministério do Trabalho e Emprego: “Não é indiferente que se esteja num espaço institucional ou no outro, porque o arcabouço determina o quanto uma atividade ou setor esteja posicionado ele terá maior ou menor poder na definição de políticas públicas, por exemplo, a gente pode até permanecer no Ministério do Trabalho, é melhor até que se fundir com outro retrato que vai mudar o nosso retrato, vai mudar nossa cara, vai mudar nossa identidade, então fiquemos lá. Nós não queremos permanecer lá, ser um apêndice do Ministério do trabalho porque é um limitador também como seria limitador estar no Ministério da Pequena e Micro Empresa. Mas, enquanto isso vamos acumular força para conseguir aquilo que a gente quer”. Referimo-nos à Audiência pública ocorrida em 17 de maio de 2011, cuja pauta era sobre a inclusão da economia solidária no Ministério da Micro e Pequena Empresa, recém-criado no Governo Dilma Rousseff. Pela proposta, a SENAES, que hoje funciona dentro do MTE, passaria a ser uma secretaria deste órgão. O movimento social de economia solidária, por meio do FBES, vem se posicionando contra.

²⁶⁷ É preciso considerar que os documentos como I e II Conaes não são resoluções, portanto, não tem natureza de normatizar a execução, embora constituem-se nos referenciais de princípios e metas a serem buscados pela SENAES. A questão é que embora o documento da Conferência Nacional de Economia Solidária (2006) sintetize as contribuições que constituirão as diretrizes para as regulamentações da política de Economia Solidária, em si não regulamenta a política pública. Os documentos oficiais têm diferentes naturezas, havendo aqueles que são expressão de síntese de uma visão coletiva dos segmentos representativos e aqueles que efetivamente se tornam políticas públicas via resoluções. Neste caso, o alcance da concretização dessas diretrizes e metas traçadas no documento para se tornarem resoluções depende da mobilização social, mas também de sua viabilidade operacional, inclusive em termos de recursos, como iremos discutir em seguida. Ao citarmos o documento no decorrer do texto temos em vista essa discussão.

inclusive, os mais atuantes no cenário nacional e internacional, como é o caso do MST, não se incluem e têm ressalvas a ele.

A transversalidade adotada na gestão da política pública não tem a pretensão de contribuir para formação do sistema nacional de Economia Solidária, mas sua articulação decorre de necessidade de incremento orçamentário e ampliação das políticas. Mesmo assim, a integração entre os setores governamentais é bastante fragmentada e pouco orgânica na política da SENAES. Um exemplo é a dificuldade de articulação da SENAES com as políticas do MEC, uma vez que a parceria ocorre apenas com algumas secretarias desse Ministério, como a SECADI. Nas demais, o tema não entra na pauta de discussão. Esse fato tem repercussão direta nas políticas de formação da SENAES, inclusive, no CFES que, embora tenha previsto em seu projeto político pedagógico inicial a ampliação da escolaridade, não conseguiu atrelar o aumento da escolaridade com a formação para Economia Solidária. Esse é um caso típico em que deveria haver a parceria.

O diálogo e as parcerias entre as esferas do governo põem em evidência as divergências nos rumos da política entre esses órgãos e salientam a importância que o governo federal atribui a algumas ações em detrimento de outras. Para Draibe (1990), isso se deve à acentuada fragmentação institucional da política pública brasileira, como observou desde 1980. A fragmentação é um efeito da própria constituição do Estado moderno liberal, uma vez que não é a prioridade deste e nem é capaz de generalizar os bens sociais, ainda que em alguns momentos históricos tenha ampliado os direitos sociais em alguns países, em decorrência da necessidade de expansão do capital e da luta dos trabalhadores para aumentar a aquisição de valor de uso²⁶⁸, como foi o *Welfare State*.

No decorrer do processo histórico, como discutimos no Capítulo 1, a marginalização vai se constituindo paralelamente à consolidação do sistema formalizado de trabalho, o que demonstra essa incapacidade do Estado de abrigar a todos. Dentro desse contexto da vocação estrutural do Estado e da sua expressão de retração dos gastos e distanciamento das ideias de universalização que ele mesmo difunde, é que a fragmentação tende a se agravar no atual contexto de gestão pública, pois cada órgão do governo disputa por recursos, tendo como prioridade as políticas específicas de sua esfera de atuação. Assim, no caso específico da Economia Solidária, o que se destina às parcerias é aquilo que resta e que, por algum motivo, não se pode aplicar, como vimos:

²⁶⁸ Temos a clareza de que valor de uso no capitalismo é também valor de troca, não podendo ser compreendido separado, mas utilizamos apenas o valor de uso para se à percepção e o interesse que a força de trabalho tem nas mercadorias, embora esse consumo seja concebido como valor de troca.

[Sobre se a gestão de recursos é objeto de discussão com o FBES] Não, não dá tempo. Quando finalmente é liberada uma porção generosa do recurso lá no fim do ano, começa-se a receber vários telefonemas de outros Ministérios oferecendo mais dinheiro, porque tem uma data, que é meia-noite do dia 31 de dezembro, não se pode gastar nada depois, tem que voltar tudo para o Tesouro [...] é uma coisa desesperadora, em 2008, por exemplo, nós devolvemos mais da metade do orçamento pro governo [...]. (MEMBRO 12 SENAES, 2011)

[...] quase todos os ministérios que estão aqui dirigem, secretariam outros conselhos e outras políticas, então, por exemplo, a Economia Solidária não é a política entende? Os outros ministérios também têm suas políticas e estão construindo-as. O MDS está aqui, mas ele está construindo sua política de assistência social, a política de segurança alimentar e nutricional, da inclusão produtiva. O MDA está aqui, mas ele está construindo a política de reforma agrária, de desenvolvimento territorial, de agricultura familiar. Então, não adianta, a Economia Solidária não é a política, os representantes de governo que têm aqui tentam fazer um diálogo, mas não transformar a Economia Solidária na política. Algumas pessoas do movimento não põem o pé no chão pra ver que se está dialogando com outras políticas. Eu não conheço ninguém que afirme: a Economia Solidária tem que ser a única política! Não, não é isso que estou dizendo. Digo que tem que ser uma política de diálogo, mais estratégica, que tenha influência e exerça algum tipo de coordenação com outras. Mas nem sempre é assim, às vezes, é a outra política que têm incidência sobre a política de Economia Solidária e não o contrário. (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

Tal efeito de fragmentação é ainda reforçado pela pouca expressão da SENAES diante dos demais ministérios e órgãos já consolidados e estratégicos ao governo federal, do ponto de vista político e econômico.

O que temos observado por meio dos documentos oficiais de referência para a SENAES e de algumas contradições apresentadas é que uma coisa é o que pensa o referido secretário e também os outros quadros técnicos da Secretaria, havendo diferenças entre eles, outra coisa é o que se materializa como política pública na SENAES²⁶⁹.

Toda a política da SENAES é pensada em termos de parceria e sob o eixo transversal, conforme demonstrou Barbosa (2005, p. 222, Anexo C). A autora aponta mais dois problemas do enfoque transversal na política pública que nos interessam: um deles se refere às dificuldades em se fazer as *interfaces* no interior do MTE, o que é claro na dificuldade de inserção do tema “Economia Solidária no PNQ em suas versões regionais senão por intermediação direta da SENAES em alguns estados e municípios” (BARBOSA, 2005,

²⁶⁹ Um exemplo é a visão do secretário da SENAES sobre o papel que deve ter a Economia Solidária, pois ressalta que a visão de que a economia solidária como política pública teria um caráter residual e passageiro - uma vez que a prioridade seria pelos postos de trabalho com carteira assinada - é contestada por Singer no documento elaborado na Conferência Nacional de Economia Solidária (2006). Ao expressar sua concepção de política pública no documento, diz ser necessário que a economia solidária “[...] deixe de ser vista como residual, subordinada ou quando muito, compensatória dos impactos da crise do capitalismo [...]” (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 14).

p. 223); e o outro, onde adentraríamos ao segundo tópico, refere-se à insuficiência de recursos financeiros e de poder, o que pode tornar inexpressiva a participação da SENAES junto aos demais projetos governamentais.

O primeiro aspecto é evidenciado na execução do PNQ, pois há um esforço de aproximação da SPPE para ter acesso e ampliar as ações destinadas à Economia Solidária no âmbito do plano.

Nessa fase até 2006, nós tivemos um forte diálogo com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e também em outras áreas desse Ministério [...] E com a SPPE a nossa iniciativa era internalizar a Economia Solidária dentro do PNQ [...] tanto é que nós falamos do trabalho autogestionado, de cooperativas, etc. fizemos um termo de referência e apostamos nossas fichas no PNQ [...]. (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

A necessidade de intermediação da SENAES para conseguir financiamento no PNQ e a dificuldade de inserção do tema Economia Solidária neste mesmo plano, segundo Barbosa (2005), é expressão do pouco trânsito que a Secretaria tem dentro do MTE e com os órgãos deste, uma vez que a SENAES tem apontado que precisa avançar na parceria com esta Secretaria.²⁷⁰ Os dados revelam que, embora tenha havido mudanças na relação da SENAES com SPPE no âmbito do PNQ a partir de 2006, quando se realizou o primeiro PLANSEQ com 4.050²⁷¹ educandos, no momento atual, a lógica da empregabilidade tem dificultado a adesão pela Economia Solidária ao plano, como discutimos no Capítulo anterior. Para a SENAES, esse trânsito é estratégico devido à captura dos projetos no âmbito do PNQ, como nos referimos²⁷². Isso ocorre apesar do direcionamento de recursos aos segmentos que integram a Economia Solidária estar, a princípio, previsto no plano, como no art. 8º, inciso III do PNQ: “[...] pessoas que trabalham em condições autônoma, por conta própria, cooperativada, associativa ou autogestionada.” (BRASIL, 2003).

A partir do exposto, consideramos que a transversalidade como característica da política pública brasileira expressa a necessidade de cobrir os vazios deixados pela insuficiente capacidade do Estado ampliar suas políticas. Desse modo, conta-se com o remanejamento de recursos como estratégia de contemplar diferentes segmentos da população

²⁷⁰ Diferente do que parece ocorrer nas parcerias da secretaria com as instâncias descentralizadas, que são as Delegacias Regionais Trabalho (DRTs), pois estas “[...] vêm contribuindo nas ações de articulação, mobilização e sensibilização da sociedade em torno da economia solidária, no apoio dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária (constituídos ou em constituição) e na implantação do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária - SIES, entre outras” (Documento de circulação interna da SENAES).²⁷⁰

²⁷¹ O entrevistado ressalta que esse número de beneficiados deveu-se ao reduzido recurso. Informação fornecida pelo membro 4 da SENAES, em entrevista concedida à pesquisadora em 29 ago. 2011.

²⁷² A SPPE é o órgão através do qual o MTE firma os convênios de parceria com outros órgãos governamentais, entidades e associações no âmbito do PNQ, com a intervenção do CODEFAT para o repasse dos recursos do FAT aos seus beneficiários, art. 1º (BRASIL, 2008b).

e suas reivindicações em torno do acesso aos direitos que não são respeitados, mesmo que isso ocorra por parte das ações governamentais de modo focalizado e sem a possibilidade de universalização, como é o caso, por exemplo, do direito à educação profissional²⁷³ no PNQ.

Os relatos a seguir expressão a existência de um diálogo tranquilo entre as esferas do governo, devido ao interesse de ambos em potencializar suas políticas pelo acréscimo de recursos:

A princípio, não há dificuldades, pois essas políticas são parcerias desejadas pelos dois lados, ninguém está forçando ninguém, então no geral ocorrem bem as relações mútuas, porém como são muito frequentes as mudanças de ministros isso cria dificuldades, pois os novos ministros geralmente colocam outras pessoas nos cargos de confiança de direção do Ministério e leva algum tempo até que os novos tomem pé do que tá sendo feito, etc. (MEMBRO 12 SENAES, 2011)

[...] trabalhamos com cerca de 4.050 educandos porque o recurso era limitado, juntando recursos da SPPE, PNQ e SENAES teve uma adição de recursos, a SENAES sempre injeta recursos e partilha com a SPPE nossas metas. (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

Com isso, temos que o elemento essencial não é a qualidade do diálogo em si, mas o movimento de intercâmbio necessário para que as políticas públicas somem recursos e ganhem maior proporção quanto ao público beneficiário.

A insuficiência de recursos da SENAES é um fator que limita os programas desenvolvidos e tem sido avaliada não apenas pelos seus beneficiários, mas também pelos seus executores e gestores públicos no Conferencia Nacional de Economia Solidária (2010). “[...] as políticas públicas existentes ainda são limitadas, fragmentadas e com pouca abrangência, aquém da necessidade real. Os programas da Economia Solidária sofrem com a limitação de recursos financeiros e de estrutura institucional” (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010). A partir dessa compreensão é que o documento final irá propor a instauração de um Fundo Nacional da Economia Solidária.

Apesar dos esforços de interlocução no âmbito da intersetorialidade e da política transversal, temos a insuficiência de recursos como o maior limitador da política, como podemos verificar:

[...] Aí na prática tem muita limitação, faltam políticas para vários campos ainda, o recurso é limitado, enfim [...] criam-se bancos comunitários sem fundos [...] então tem muita limitação. (MEMBRO 8 FBES, 2011)

²⁷³ Machado (2008) menciona que o direito à educação profissional e tecnológica, entre eles, a qualificação consta na constituição federal de 1988 de forma indireta a partir do direito à profissionalização, ao aprimoramento profissional, entre outros artigos dos quais dos quais pode se subtrair esse direito, embora permaneçam os desafios para sua concretização.

[...] uma vez aprovado o orçamento, ele geralmente é maior do que o proposto pelo Ministério, particularmente nessa área que você está interessada que é a formação [sobre a suficiência do orçamento] de fato não e nunca foi. O que aconteceu foi o seguinte, nós começamos com um orçamento pequeno – e do jeito que tem que ser mesmo –, mas com o próprio crescimento da Economia Solidária no país foi muito intenso, as demandas cresceram junto e o nosso orçamento não acompanhou. A partir do segundo ano, quando já tivemos um orçamento próprio, o orçamento já era insuficiente pra atender as demandas como nós gostaríamos de atender. (MEMBRO 12 FBES, 2011)

[Sobre a frequência das reuniões do CNES] [...] Nós vamos fazer a 12ª, deveria ser quatro por ano, mas nós não conseguimos fazer, inclusive por questões financeiras [...] o conselho é muito grande [...] Plenamente insuficientes! [referindo-se aos recursos] Temos consciência disso e temos uma batalha enorme para a ampliação dos recursos [...]. (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

Sem dúvida não é suficiente, o recurso que se tem é muito pequeno, a demanda que a gente tem é muito maior, a gente não tem pernas pra acompanhar. E olha que eu sou servidora do Estado, sou gestora pública apesar de ocupar o cargo de coordenadora aqui. E eu já passei por outro Ministério e tenho contato com vários outros gestores e o que a SENAES consegue fazer com o recurso que tem é muito, porque realmente o recurso é muito pequeno. [...] a CATAFORT, por exemplo, a gente está formando 10.650 catadores [...] num universo de 800 mil. Se tivesse mais recurso, mais equipe, com certeza teria mais demanda ainda. (MEMBRO 10 SENAES, 2011)

Podemos observar como a limitação orçamentária dificulta o trabalho de formulação das políticas públicas da SENAES, assim como as reuniões do CNES e a extensão de suas ações. Esse último fato demonstra como a ideia de universalização das políticas públicas com qualidade²⁷⁴ é bastante contraditória e difícil de ser operacionalizada pelo Estado. Quando isso ocorre do ponto de vista quantitativo, como no caso do ensino fundamental, por exemplo, que tem 99,9% da demanda atendida (OLIVEIRA, 2007), a universalização da qualidade não ocorreu e está muito distante de se efetivar (FREITAS, 2007). No caso da SENAES, observamos a limitação orçamentária diante da demanda e, em decorrência disso, são feitas escolhas e focaliza-se em determinado público, como dar preferência para as iniciativas organizadas em rede, por exemplo, assim como suas políticas caracterizam-se por projetos com tempo determinado, que pode ser maior ou menor conforme o programa, mas de qualquer forma sequer conseguem ainda institucionalizar ações de Economia Solidária. O CFES é um exemplo típico desse processo, pois foi previsto para três anos com um período de

²⁷⁴ Temos clareza de que o termo é bastante impreciso e pode se referir a diferentes questões. Tendo em vista, a esfera de possibilidades da atuação estatal estamos utilizando o termo neste caso de modo bastante pragmático, como meio de aprofundamento das condições de formação requerida pelo público beneficiário, infraestrutura adequada e condições de trabalho dos formadores também suficientes, acompanhamento contínuo e sistemático dos processos formativos de modo que integre mecanismos de avaliação local e geral como instrumento para se repensar as políticas públicas e redirecioná-las junto com os parceiros.

prorrogação de mais seis meses para fechamento das atividades, no entanto, não há certezas quanto à sua continuidade e é muito provável que tal ação seja descontinuada. (MEMBRO 11 CFES NACIONAL, 2011; MEMBRO 3 SENAES, 2011).

Mészáros (2004, p. 19) discute a incapacidade do Estado universalizar os direitos sociais com qualidade e ressalta que imaginar que o Estado – qualquer tipo de Estado – possa assumir o controle de todas as funções reprodutivas particulares é uma grande ilusão, sendo inclusive esse o equívoco das sociedades pós-capitalistas na esfera da produção, pois atribuiu as funções controladoras do metabolismo a um Estado centralizado quando ele não é mais indicado para a tarefa que envolva a atividade diária do indivíduo. Além disso, o Estado não tem recursos materiais próprios, ele deve adquiri-los do corpo social e só pode fazê-lo se esses recursos forem efetivamente produzidos por este corpo social.

Tendo em vista que a sociedade capitalista se movimenta em direção à reprodução do capital e que a exploração sobre o trabalho é o fundamento dessa sociedade no processo de acumulação, resta ao Estado apenas uma parcela diminuta do excedente produzido pela sociedade civil. Mesmo que o Estado contribua para o processo de reprodução, subtraídos os gastos com a estrutura do próprio Estado e todos os desperdícios e desvios de recursos que nele existe, resta uma quantia muito reduzida para retornar à sociedade. Por essa razão, qualquer que seja a forma de Estado, ainda que amplie sua ação voltada à população, não pode generalizá-la plenamente de modo a atender efetivamente as necessidades da população.²⁷⁵

A organização burocrática da gestão do Estado implanta mecanismos de gestão que têm em vista o controle orçamentário e frear os gastos, ainda que em tese estejam previstos e liberados pelo governo. O secretário da SENAES demonstra esse procedimento quando diz:

[...] então nós recebemos no começo do ano, algo como 1/5 do orçamento total que é o que podemos gastar nos 3 ou 4 primeiros meses, depois não recebemos nada por muito tempo, é no segundo semestre que vem mais 1/5 e, no fim do ano, quando já não dá mais tempo de gastar é que vem o resto da quantia. Esse é um grande problema, é pra não gastar mesmo! É um grande montante de dinheiro chamado de “restos a pagar” e não tem tempo pra gastar porque o dinheiro foi liberado entre o natal e o ano novo e é uma forma de dizer isso: não gaste! É isso com todos os Ministérios não só com a SENAES. (MEMBRO 12 SENAES, 2011)

Essa forma de gestão do recurso público pode ser verificada nos recursos direcionados aos CFES. Cabe indicar que, conforme o Anexo E (Tabelas dos anos 2008 e 2009), constam

²⁷⁵ Para Mészáros (2004, p. 19) a crise no âmbito do Estado decorre justamente do rompimento entre os recursos reprodutivos materiais da sociedade e o papel do Estado fazer uso deles e, nesse caso, o Estado não consegue se impor às demandas que lhes são apresentadas.

apenas os recursos que os CFES receberam no momento de sua implantação (1ª parcela). Entretanto, alguns centros receberam a primeira parcela apenas no ano de 2009, como foi o caso do centro da UFPA, o que de certa forma esclarece o fato de não constar no orçamento anual de 2009, uma vez que havia ainda um *déficit* pendente desde 2008 referente à primeira parcela.

Outra prática recorrente no interior dos órgãos governamentais é utilizarem-se do trabalho voluntário para expandirem seu alcance. A SENAES, assim como as demais Secretarias, que dirigem suas políticas ao enfrentamento da pobreza, tem nessa prática como condição fundamental para atender um percentual maior de sujeitos, como expressam os entrevistados:

[...] a gente só tem conseguido colocar recursos em questões pontuais como itens de alimentação, hospedagem, a gente não tem conseguido dar o transporte e isso é uma dificuldade [...] mas com relação à questão mais pedagógica isso ainda deixa muito a desejar, porque não temos recurso que dê conta disso, então é tudo na base do trabalho voluntário. (MEMBRO 5 CFES NACIONAL, 2011)

[...] O governo federal sustenta a pastoral da criança, sempre sustentou, mas se não fosse esse sistema de trabalho voluntário, nem 10% teria sido conseguido [...]. (MEMBRO 12 SENAES, 2011)

[...] porque todo mundo que fez os cursos, que ministrou, que fez as gestões das formações fez com base na militância, não foi remunerado nada, então tem esse outro lado também, o que por um lado é uma política pública que também nos beneficia, mas tem umas críticas que as pessoas colocam: ah, a gente tá trabalhando de graça para o governo. Penso que não, tem que olhar no sentido de que a gente tá usando o projeto de Economia Solidária. (MEMBRO 8 FBES, 2011)

A presença do trabalho voluntário no âmbito do Estado é condição para expansão dos benefícios sociais e, nesse momento, estabelece-se consenso com a sociedade civil contando com a participação desta nas ações do Estado. Utiliza-se das formas de solidariedade existente na sociedade para promover a ajuda mútua na perspectiva de completar o serviço do Estado, já que, sem isso, como expressou um dos entrevistados acima, a ação seria inexpressiva.

Mészáros (2004, p. 19) assinala que projeções e exortações voluntaristas feitas pelas autoridades do Estado não funcionam porque “O Estado é essencialmente uma estrutura hierárquica de comando”. Sendo assim, sua legitimidade advém da capacidade de se impor às demandas apresentadas a ele e não da sua natureza constitucional. Com isso, podemos perceber como as lutas dos trabalhadores, que têm como horizonte a conquista e a ampliação dos direitos no âmbito do Estado centralizado, estão fadadas ao fracasso no sentido de contribuir para a emancipação do trabalho. Ainda que imediatamente essas lutas sejam

necessárias, o movimento dos trabalhadores de toda natureza deve se colocar com finalidade mais radical e audaciosa, caso contrário, será engolido pela conformação à estrutura do sistema de controle que combate.

No próximo item centraremos a discussão ao orçamento SENAES, embora esse orçamento represente o microcosmo, está completamente integrado à discussão que fizemos sobre a característica mais geral dos recursos públicos no âmbito do Estado moderno e na reprodução capital.

3.3 O Recurso SENAES e os Desafios Concretos para Expansão da Política de Formação

Discutiremos aspectos do orçamento SENAES a fim de indicar as dificuldades orçamentárias que repercutem diretamente nas ações da Secretaria, sendo incapaz de atender à demanda por formação e caminhar em direção à universalização do direito à educação dos trabalhadores associados. Com isso, expomos os desafios concretos da proposta de formação da SENAES, inserida como política pública de Estado que, pela sua lógica de organização, tende a se constituir de forma cada vez mais focalizada e por ações pulverizadas.

O Anexo D traz o orçamento da SENAES, verba anual que a Secretaria utiliza para fomentar seus projetos, tendo em vista o que lhe é repassado pelo governo federal. Entretanto, a esse montante do orçamento e ao número de beneficiados podem vir a somar outros recursos advindos das negociações travadas com os demais Ministérios e outros setores do governo, das parcerias estabelecidas com os projetos como Banco do Brasil, FINEP, os recursos do FAT, sendo que, segundo alguns entrevistados (MEMBRO 10 SENAES, 2011), o recurso proveniente deste último representa quantidade ínfima se comparada com o advindo do tesouro nacional. Deve-se considerar, ainda, que a execução de algumas ações, como aquelas no âmbito do PNQ, contam com uma contrapartida da instituição beneficiária. As características intersetorial e transversal da política vigente relacionam-se diretamente com a gestão dos recursos. No caso do PNQ para Economia Solidária, o FAT é o principal financiador e a ele a SENAES acrescenta recursos próprios advindos do Tesouro Nacional para desenvolver ações complementares, isso ocorre devido à rigidez da Resolução que não está adequada à realidade das experiências típicas da Economia Solidária, como intercâmbio de experiências entre os formandos durante o processo formativo.

A intermediação junto ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Fundação Banco do Brasil e Banco do Nordeste, por exemplo, constitui o divisor de águas em termos de amparo de unidades produtivas, feiras, seminários e reuniões na área. Muito embora a destinação de recursos seja difusa porque está dispersa por todas as iniciativas daqueles Ministérios mencionados anteriormente no quadro. Um balanço específico sobre os recursos exclusivos da SENAES é ainda de difícil conclusão porque não corresponde de fato ao fomento global da Economia Solidária no governo. Chama bastante atenção os recursos que estão sendo destinados ao programa de Desenvolvimento Socioeconômico do MSD, no conjunto, baseado na geração de renda com trabalho autogestionado e onde a SENAES tem o papel de relevo fazendo parte da seleção dos projetos que concorrerão ao fomento, num recurso total da ordem de 200 milhões oriundo do FAS (Fundo de Assistência Social) (BARBOSA, 2005, p. 230).

Com base nos dados expostos no Anexo D, notamos que é compatível a ampliação dos recursos com o aumento dos beneficiados e, ainda, que há acréscimo no seu montante em alguns anos, o que faz os anos de 2007 e de 2009 quadruplicarem o ano de 2005, que apresenta o menor indicador de recurso. Sendo assim, não há uma simetria no orçamento da Secretaria, o que repercute diretamente na sua capacidade de atender ao público a que se propõe, pois compromete parte da execução das metas e objetivos almejados no cumprimento do seu papel de fomento e de apoio ao desenvolvimento da Economia Solidária.

Para os membros da SENAES entrevistados, a Economia Solidária teria um papel estratégico a desempenhar na política pública voltada para superação da miséria, por seu caráter de política de desenvolvimento territorial, embora ainda não seja reconhecida pelos pares, principalmente, por falta de dados quantitativos que impressionem o governo.

Do ponto de vista do governo federal, que extrapola o quadro de membros da SENAES, temos um discurso semelhante às exigências de uma nova versão do discurso neoliberal, conforme a definição de Draibe (1993, p. 93): a de eliminação da pobreza por meio de políticas duradouras que capacitem os setores destinados a produzirem e a adquirirem independência, inclusive do assistencialismo emergencial²⁷⁶, isso porque:

[...] a pobreza e o não acesso aos bens e serviços básicos é um entrave à modernização das economias e sua conversão a formas mais descentralizadas, mais abertas, mais adaptáveis e dinâmicas do ponto de vista tecnológico. [...] Mas a eliminação da pobreza, a diminuição dos graus mais gritantes de desigualdade e a ampliação do acesso das camadas desfavorecidas aos beneficiados do crescimento econômico constituem também condições de estabilidade política. A estabilidade estará comprometida se os piores desequilíbrios não forem eliminados antes mesmo de se transformarem em desequilíbrios políticos. (DRAIBE, 1993, p. 93).

O problema que se coloca é o da fratura social, como apontou Castel (2008), e nessa medida alguns ajustes são realizados na estrutura governamental, como as ações desenvolvidas pela SENAES na política pública a que se propõe. Contudo, apenas valendo-se desse indicador genérico, porém representativo de sua capacidade de materializar ações, podemos dizer que a política pública implantada pela SENAES apresenta suficientes contradições e limitações que comprometem o seu alcance junto ao público a que se destina.

Do ponto de vista do MTE, observamos um discurso de acolhimento da SENAES ao entendê-la como alternativa de desenvolvimento. Perspectiva essa que também expressa contradição e levanta dúvidas sobre sua inserção no projeto de desenvolvimento deste

²⁷⁶ Na audiência pública ocorrida em 17 de maio de 2011, a deputada Luiza Erundina afirma que a Economia Solidária será bem vista pela atual presidente Dilma Roussef porque ela é uma estratégia eficaz de combate a pobreza e esse é um dos objetivos que guiará o governo da presidente. (AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2011)

Ministério que, como mencionamos, prioriza as relações de trabalho assalariado. Devemos considerar, também, que a política pautada na transversalidade encontra muita dificuldade em ser operacionalizada.

O montante do orçamento acima referido tem direcionado recursos aos vários projetos apoiados pela SENAES. Entre os projetos estão aqueles direcionados especificamente a subsidiar as ações das entidades e das associações que oferecem assistência técnica aos empreendimentos de Economia Solidária. A captação dos recursos da SENAES pode ocorrer por variados mecanismos, que se constituem nas fontes das quais se extraem os recursos; além disso, algumas dessas fontes estão ligadas a programas específicos da SENAES, como é o caso do PRONINC, do Brasil Local, do SIES, do Pronasci²⁷⁷ ou, ainda, pode ser fruto de emenda parlamentar que indique o beneficiário. Neste caso, a forma de execução pode ser o convênio (instituições privadas) ou o termo de cooperação (instituições públicas federais).

Focalizaremos a análise nos recursos direcionados à assistência técnica, pois desenvolve ações de formação²⁷⁸, embora exista atualmente na SENAES a discussão sobre se a assistência técnica deve se localizar no departamento de fomento ou no departamento de Estudos e divulgação. O documento da Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica (2010, p. 1) ressalta a necessidade de integração entre formação e assistência técnica.

Em um primeiro momento, nosso objetivo é identificar como têm se configurado os repasses de recursos às instituições de assistência técnica e, com base nesses dados, apontarmos algumas diretrizes subjacentes à política pública da SENAES. Em um segundo momento, centralizar-nos-emos nos investimentos realizados em educação-formação por meio da criação dos CFES, os quais serão *locus* de formação de formadores em Economia Solidária e de desenvolvimento de metodologias de formação, de pesquisas relacionadas à área e de elaboração de materiais didáticos.

O Anexo E traz as Tabelas 2, 3, 4 e 5, relacionadas à totalidade dos convênios e dos termos de cooperação SENAES, classificados segundo a ordem do maior para o menor na captação dos recursos, a fim de que visualizemos o conjunto dos repasses da SENAES à assistência técnica.

²⁷⁷ Surgiu do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológica de Cooperativas (PRONINC), vinculado à FINEP, FBB, COEP, em 2003 passa para ser coordenada pela SENAES em articulação com outros ministérios.

O Brasil Local é fomenta a organização de empreendimentos geridos pelos trabalhadores, facilitando o acesso a políticas públicas de incentivo, como capacitação, crédito comunitário, equipamentos formalização e escoamento da produção e é coordenado pela UNB (Universidade de Brasília).

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) destina-se a prevenção e controle de acidentes, criminalidade, para isso desenvolve cursos em temas como ética, direitos humanos, cidadania e direciona-se à grupos vulneráveis. (BRASIL, 2011c).

²⁷⁸ Devemos considerar que nos demais projetos da SENAES, como o Brasil local, entre outros há muitas atividades de formação. Alguns entrevistados da SENAES consideram que

Dos dados expostos no Anexo E (Tabelas 2, 3, 4 e 5) podemos inferir que há dois movimentos antagônicos: de concentração e de pulverização dos recursos. O primeiro pode ser visualizado nos anos de: 2003 (2 instituições); 2005 (6 instituições); 2006 (6 instituições) e; 2007 (5 instituições), em que o número de instituições beneficiadas foi bastante reduzido, apesar de os anos de 2007 e 2009 terem sido os anos com os maiores orçamentos durante todo o período de existência da Secretaria. Vale ressaltar, também, que a maior captadora de recursos do ano de 2007 foi a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), por meio do Sistema Nacional de Informação de Economia Solidária (SIES) e do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), ano que coincide com o processo de elaboração do Atlas da Economia Solidária, para o qual foram mobilizadas 200 entidades e também realizados trabalhos de campo em 14.954 empreendimentos econômicos solidários, com o objetivo de construir a base de dados eletrônicos de acesso ao público, sob coordenação deste instituto de pesquisa (BRASIL, 2006a, p. 9). É muito provável que essa tenha sido a razão da concentração dos recursos na FINEP. Entretanto, cabe observar como uma atividade de grande monta, como a elaboração do Atlas, extrapola a média orçamentária da Secretaria e absorve, sobretudo, a maior parte da sua capacidade orçamentária em prejuízo dos demais projetos antes beneficiados, ainda que dentro do projeto FINEP existam várias entidades que recebem fomento. Se compararmos com o ano de 2009, em que a Secretaria atendeu 29 instituições com um orçamento próximo, isso fica evidente a descontinuidade do público atendido, uma vez que ele não aparece neste orçamento. Esse fato torna mais concretos os desafios que a SENAES tem enfrentado cotidianamente em termos orçamentários.

Trata-se de um “cobertor curto” pelo qual, a todo o momento, a Secretaria tem que optar. Neste caso, há duas questões que emergem como centrais: Qual a centralidade que a SENAES tem assumido no Governo Lula, tendo em vista essa limitação de recursos?; e Quais são as escolhas que a Secretaria tem feito no que se refere à formação, nesse universo de recursos restritos? Essa é uma discussão que faremos ao tratar dos CFES.

O segundo movimento, de pulverização dos recursos, pode ser observado uma vez que se duplica o número de beneficiários, mas não o número de recursos, não havendo uma proporcionalidade. O orçamento do ano de 2004 (15 instituições) se comparado com o orçamento de 2005 (6 instituições) e de 2006 (6 instituições) mostra isso.

O resultado desse duplo movimento é a descontinuidade das parcerias e dos termos de compromisso estabelecidos entre a SENAES e as entidades de assistência técnica. Com base nas tabelas expostas, podemos notar que raras são as entidades em que aparece a manutenção

do convênio por mais de duas vezes, o que nos remete a questionar sobre a continuidade dos projetos nos empreendimentos e nas entidades que vinham recebendo o recurso para o desenvolvimento dessas atividades. Esse fato compromete o caráter de fomento a que a Secretaria se propõe ao colocar que irá estimular o desenvolvimento da política pública de Economia Solidária, bem como promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e para a divulgação da Economia Solidária, como apontamos no Anexo A acerca das suas competências. Neste caso, não é necessário haver mudanças de orientação política no governo para que a descontinuidade se processe na política pública, pois os próprios mecanismos disponibilizados para o funcionamento dos órgãos governamentais do sistema político promovem essa descontinuidade, como mostra o caso da SENAES.

O que denominamos aqui de descontinuidade não é consenso entre os entrevistados membros da SENAES, pois um posicionamento compreende que não se trata de descontinuidade, posto que há editais e os cumprem, outro aponta a inadequação da lógica de editais para a política de Economia Solidária, pois acarretam a descontinuidade das ações. A esse respeito, assim se expressam:

[...] hoje se criou um discurso que várias entidades falam: Ah, nós vamos ter descontinuidade, o que a SENAES fala é descontinuidade sim porque nós compactuamos por três anos, por exemplo. Quando o instituto Marista de solidariedade foi selecionado pro CFES sudeste nós assinamos um contrato de três anos, o que não é pouco tempo! É pouco pro nosso objetivo, mas é bastante para a gestão pública. Então essa questão da continuidade e descontinuidade, ela é colocada pela entidade como se nós devêssemos compactuar de que tal entidade devesse executar pelo infinito [...] obviamente se uma entidade vai participar de um processo de seleção pública com o acúmulo de experiência que ela já tem, desde que ela demonstre isso, já se tem uma pontuação garantida [...] mas não se pode haver monopólios. (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

A gente enfrenta um problema que não é nem das SENAES e nem do Ministério do Trabalho, que é a gente ter que operacionalizar as políticas públicas via convênio e os convênios têm prazo. Quando ele acabar, a nossa assessoria, que aplica o mesmo edital pra contratos e pra convênios, pode dar mais 25% no máximo e acabou. E a partir daí você tem que fazer outra chamada pública, então por mais que você continue a política, você não tem nenhuma segurança de que a mesma entidade vai ganhar o edital e se outra entidade ganhar, você não tem nenhuma segurança de que ela vai dar continuidade ao trabalho que essa entidade primeira estava fazendo. A quebra está muito mais aí, de que no orçamento em si. Por exemplo, o CFES, eu garanto que desde que eles começaram eles não tiveram problema com isso, porque a gente garante o pagamento durante o convênio, o problema é quando o convênio acaba. (MEMBRO 10 SENAES, 2011).

As ações de formação implantadas pela SENAES são desenhadas sob o aspecto descontínuo ou não permanente, assim oferece cursos e ações de formação dispersas entre os empreendimentos beneficiários. Toda a ação da SENAES ocorre por meio de editais públicos

com prazo determinado. Entretanto, há um aspecto subjacente à lógica de editais, muitas vezes não percebida ou mencionada pelos executores da política, que é justificar a ausência de recursos para atender a todos, bem como encobre a incapacidade de universalizar um tipo de política própria para Economia Solidária, como é o caso da política de formação.

A lógica de lançar editais procura dar legitimidade à ação de seleção das entidades, no caso que nos interessa, dos executores da política de qualificação. Com isso, encoberta-se a incapacidade do Estado em financiar amplamente essas ações, como por exemplo, oferecer infraestrutura e atender os demandantes. Neste caso, o que impera é a racionalização dos recursos combinados com ações focalizadas e pulverizadas entre as entidades beneficiárias. Notamos que o Estado, ao não colocar a perspectiva futura de universalização dessas políticas, tende a naturalizar a questão dos editais e, com isso, demonstra que não tem o propósito ou condições objetivas de se expandir em direção à generalização do serviço prestado e, por isso, na sua forma de organização, constrói dispositivos que se autojustificam.

A impossibilidade da Economia Solidária se generalizar enquanto política pública não decorre da falta de institucionalização da política, mas resulta do movimento do Estado. No caso específico da política de formação, mesmo quando a SENAES assume papel complementar, como no PNQ, a política de qualificação para Economia Solidária não caminha em direção à sua ampliação e, muito menos, sinaliza para a generalização.

Desse modo, a orientação sobre as diretrizes de formação para Economia Solidária quando trata de direito dos trabalhadores(as) e função do Estado, a garantia de recursos permanentes para o processo formativo continuado e universalização de modo a atender a todos os trabalhadores (OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO-EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2007, p. 19) fica no plano do discurso e vislumbra um ideal distante e sem fundamento na realidade, uma vez que caminha em outra direção.

Essa dificuldade da SENAES implementar políticas públicas com mais organicidade na sociedade e ultrapassar o formato de cursos e experiências piloto, como o CFES, conduzem seus membros a não identificarem as ações da Secretaria voltadas para a formação como política pública:

[...] não podemos dizer que temos uma política de formação em Economia Solidária, mesmo porque temos um problema estrutural quanto à política. Você tem de um lado a discussão sobre a formação social e profissional dos trabalhadores da Economia Solidária, mas no governo se tem uma política de formação e qualificação social e profissional que não é da SENAES, é do Ministério do Trabalho pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. O primeiro dilema é como se fazer formação e qualificação social e profissional dos trabalhadores na ponta sem se sobrepor à política já existente, então todo o esforço foi de incidir sobre essa política social e profissional; segundo, há uma demanda do movimento de inserção das

políticas da Economia Solidária em educação. E políticas de educação já existem e não é a SENAES que faz política de educação, quem coordena e executa isso é o Ministério da Educação. No Ministério da Educação nós conseguimos fazer crescer o diálogo do Fórum do EJA com o FBES, esse não foi um processo espontâneo da base, nós fizemos interlocução e um esforço político pra que isso acontecesse. Então, isso é pra dizer que como nós não somos gestores da política de formação de trabalhadores e da política de educação, nós temos que estar articulados com quem é gestor da política. (MEMBRO 3 SENAES, 2011)

[...] claro que a gente tá num momento inicial dos projetos, algo piloto, não é uma política pública, pois não é universal, são debates que não são tranquilos de fazer, a gente sabe que a sociedade civil está trabalhando com vigor e propõe ações para o Estado e o Estado coloca migalhas para determinadas ações e coloca a sociedade civil para fazer o trabalho e cria uma série de exigências. (MEMBRO 11 CFES NACIONAL, 2011)

O caráter transversal da política pública em Economia Solidária somado ao problema da insuficiência orçamentária, como discutimos, dificulta que a SENAES eleja um aspecto prioritário e permanente na sua atuação; em contrapartida, há entrada e saída de projetos com tempo determinado. Desse modo, a qualificação para Economia Solidária não se configura como direito social devido aos condicionantes que determinam a proposição desta política.

Do exposto acima, evidencia-se que a dotação orçamentária destinada à SENAES como receita principal fornecida pelo governo federal explicita o caráter de pouca importância que lhe é atribuído de fato, para além do discurso, entre os demais órgãos do governo. O pouco recurso não consegue ser suprido com o esforço de articulação da Secretaria para divulgar a Economia Solidária entre os demais gestores públicos.

Mesmo em períodos em que ampliam as atividades da SENAES, os recursos mantêm-se, como ocorreu com a convocação do CONAES (2010) e o desenvolvimento de projetos importantes como o mapeamento da Economia Solidária, a criação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) que permitiu a elaboração do Atlas brasileiro da Economia Solidária, além da criação mais recente dos CFES. Por essa razão, discute-se a necessidade de um fundo financeiro que complemente a dotação orçamentária (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010), sendo pauta de reivindicação do FBES e de alguns conselhos de Economia Solidária nos Estados. Entre os conselhos, um exemplo foi o conselho de Economia Solidária popular de Pernambuco que se adiantou e aprovou um Fundo Financeiro de Economia Solidária do Estado de Pernambuco (BRASIL, 2011c).

Essa ausência de recurso define, junto com outros fatores que discutiremos, a característica da formação no CFES nacional. Um primeiro aspecto evidencia-se pelo número de Centros, uma vez que no processo de discussão de implantação dos Centros cogitavam-se

haver um para cada Estado²⁷⁹ e, em razão, da ausência de recursos para que isso se efetivasse foram implantados seis CFES.

De um lado, repercute diretamente no trabalho pedagógico do centro de formação que se organiza por meio de cursos e módulos de discussão sem, muitas vezes, poder continuar o processo de formação com atrelamento às experiências concretas. Por outro lado, repercute na organização do trabalho nos Centros, pois o CFES nacional funciona com uma estrutura bastante reduzida em termos de recursos humanos, que, conforme o termo de referência para implantação dos CFES (BRASIL, 2007, p. 10) estão previstos três membros, sendo duas coordenadoras: uma responsável pela condução pedagógica e outra com incumbências relacionadas à sistematização, documentação e publicação de materiais formativos e informativos e um apoio técnico-administrativo. Além disso, em decorrência da falta de recursos, verifica-se a dificuldade de consolidar a rede de formadores do CFES (MEMBRO 11 CFES NACIONAL, 2011) e a previsão de término conduz a SENAES a fazer escolhas entre as ações que irá fomentar. Os relatos a seguir confirmam tais aspectos:

[...] uma dificuldade grande é não ter perna pra voltar lá na comunidade e ver os resultados, acho que isso seria muito importante, dar uma continuidade. Aqui no Distrito Federal a gente conseguiu fazer isso com uma oficina e ver lá na comunidade que a semente brotou é muito legal. O recurso limitado faz com que a gente não consiga fazer várias coisas, como por exemplo voltar à comunidade. (PARTICIPANTE 15 CFES NACIONAL, 2011).

Todos eles [referindo-se ao PLANSEQ, CFES] têm limitações em conseguir incorporar todas as diretrizes desde a concepção até a execução, dessa forma as ações ficam dispersas, o problema são recursos limitados, equipes limitadas e até tempo limitado e ações pontuais, precisamos de trabalhos mais processuais, quando um grupo consegue realizar um trabalho, tem que tomar um cuidado para não formar uma elite, né? Tipo o que é a equipe do CFES nacional, são quatro pessoas [...] o que se começou a discutir é que continuem tendo projetos do governo federal que garantam essa ação, então discutimos como articular as atividades, a SENAES diz que haverá um aditivo de tempo e recurso, que podem chegar até três meses, porém não existe os 25% para o CFES, o que queremos é que o CFES continue suas ações para dar tempo de lançar outro edital sem paralisar as atividades, porém a gente precisa de recurso e o governo fala que não tem recurso. (MEMBRO 11 CFES NACIONAL, 2011).

²⁷⁹ Esta ideia era defendida pelo FBES no início da construção do projeto CFES, conforme uma das entrevistadas. Um dos entrevistados (Informação fornecida pelo membro 11 do CFES, em entrevista concedida à pesquisadora em 30 ago. 2011) menciona que a primeira proposta advinda do GT de formação composto pela SENAES e FBES faz críticas ao projeto CFES que previa a formação de 5 centros, no GT defende-se a ideia de fossem seis centros porque o centro-oeste iria ficar com sobrecarga de atividade e os fóruns estavam muito ligados às capitais, por essa razão, seria necessário um centro de formação nacional separado do centro-oeste para dar conta de toda a atividade de coordenação dos centros. Por essa razão, tornaram-se seis centros, sendo que o CFES Nacional tem recurso maior que os demais gastos com passagens aéreas para trazerem membros de vários lugares do país.

Os dados acima expressam os desafios para se implantar ações formativas para Economia Solidária no espaço público, o que indica que, embora a SENAES entenda que a formação é central na sua atuação e para essa finalidade despense maior parte do seu tempo e quantidade de recursos, ela se materializa com grande dificuldade na área pedagógica, de infraestrutura e descontinuidade nas ações. Todas essas questões estão relacionadas à insuficiência de recursos. Os dados expostos até aqui indicam que a formação para Economia Solidária, tanto no PNQ como nas ações criadas pela SENAES, não é prioridade do governo federal que disponibiliza a essa área pouco recurso, além de, numa perspectiva mais ampla, demonstrar que a política pública é marcada pela incapacidade de atender a demanda e por isso seleciona e focaliza suas ações.

3.4 A Interlocução entre SENAES e FBES na Definição das Diretrizes da Política Pública de Formação da Secretaria

A SENAES tem no FBES seu principal interlocutor na elaboração das políticas públicas, como podemos perceber:

[...] dialogavam-se dentro dos GTs na elaboração de ações de Economia Solidária e dialogava diretamente com a comissão executiva e a comissão nacional quando elas foram criadas – antes eram outros nomes, outras estruturas – então o fórum era não apenas o mais importante como o único interlocutor da SENAES com a política pública em Economia Solidária. Com a criação do conselho nós criamos uma esfera pública onde o FBES tem forte representação e nós passamos a compreender que o espaço de formação da política pública não era mais os grupos de trabalhos da SENAES com o fórum, mas eram os comitês temáticos, os comitês permanentes e o Conselho Nacional de Economia Solidária e que o fórum como maior parte de representação no conselho tinha que se preparar para fazer o diálogo [...]. (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

Ele vai mudando [referindo-se ao diálogo] até pelo avanço que vai tendo. Que no começo, até a própria Secretaria aqui era na SENAES, então a coisa era ainda muito umbilical, imagina no mesmo espaço físico, então a coisa era muito unificada [...]. (MEMBRO 8 FBES, 2011)

Por outro lado, nós da SENAES tivemos o mesmo processo que o FBES, no âmbito do FSM e que daí resulta a SENAES e o FBES. O FBES tem se constituído uma organização privilegiada no diálogo com a SENAES, nessa relação de chamar governo e sociedade. Ao mesmo tempo em que se tem o FBES como interlocutor privilegiado [...]. (MEMBRO 3 SENAES, 2011)

O que a gente percebe é que o fórum demanda muito mais ação, protagonismo, influência nas políticas e que só a participação no conselho não basta. Por exemplo, a gente lançou um edital pegou elementos muito imbricados com a resolução da conferência e mesmo assim eles reclamaram que não participaram do diálogo para a confecção desse edital, pra você ter uma ideia do nível que chega a reivindicação deles. (MEMBRO 10 SENAES, 2011)

[...] nesses três anos que nós fomos criados e a formação do conselho nós trabalhamos com o fórum, então havia comitês temáticos SENAES/Fórum [...] e uma série de outros temas importantes sempre em parceria, o fórum é nosso grande parceiro, todas as nossas políticas foram acertadas com o fórum, muitas foram iniciativas que o fórum tomou, outras foram coisas que nós inventamos e o fórum aceitou [...]. (MEMBRO 12 SENAES, 2011).

Com base nos relatos, percebemos o atrelamento entre a SENAES e o FBES na definição de políticas pública em Economia Solidária, inclusive o FBES localizava-se no mesmo espaço físico que a SENAES dentro do MTE. No início das atividades da SENAES as políticas públicas de Economia Solidária eram discutidas e suas diretrizes definidas em grupos de trabalhos de diferentes temáticas (GTs), uma vez que não se tinha a institucionalização do CNES. Os GTs eram considerados mistos (SENAES/FBES), que é um indicador de que a atuação do FBES na política pública tinha a mesma expressão que a SENAES. Outro fator é que até 2008 a SENAES era o principal financiador das atividades do FBES, quando ela é impossibilitada de continuar financiando tais ações. Sobre o apoio financeiro ao FBES, temos que:

De 2003 a 2007 forte apoio financeiro, não de manutenção do fórum, mas para desenvolver os processos de concertação entre a SENAES, o governo federal e os setores organizados da Economia Solidária, em que o fórum tinha recurso para uma secretaria executiva, pessoas, telefone, eventos, passagens. E o fórum precisava, sim, desse recurso. Bom, nós sofremos aqui denúncias na SENAES e respondemos a todos sem nenhum escândalo, graças a Deus. E uma era assim: a SENAES mantém o FBES, como se estivéssemos mantendo uma base social para sustentar nossa política, então nós tivemos muito trabalho para mostrar para os órgãos de controle que não se tratava disso, que não era um repasse direto, nós tivemos que justificar que aqueles eram espaços de construção dialogada e de participação social para o controle e aplicação da política e nós caímos numa armadilha porque a resposta imediata que veio é: façam isso num conselho e não num fórum. (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

Podemos extrair do relato a relação estreita entre essas duas instâncias e como o FBES caracterizou-se como o principal e, muitas vezes o único, interlocutor da sociedade civil junto à SENAES, embora represente apenas algumas entidades, como discutiremos. É provável que esse entrelaçamento entre SENAES e FBES deva-se a suas origens, uma vez que tanto a SENAES quanto o FBES decorrem de um mesmo processo iniciado com o GT-Brasileiro no

FSM. Podemos dizer que o FBES nasce de uma reivindicação por políticas públicas no âmbito da Economia Solidária e sua atuação junto à SENAES expressa o objetivo de se constituir como representante do movimento social e interlocutor privilegiado da SENAES.

No Anexo A, vimos que uma das competências elencadas pela SENAES é justamente articular-se com a representação da sociedade civil para traçar diretrizes e prioridades (MEMBRO 3 SENAES, 2011). Embora alguns dos entrevistados mencionem haver diálogo com outros movimentos sociais que extrapolam o FBES, notamos que é o FBES e as entidades que ele representa que exercem maior incidência nas diretrizes da política pública da SENAES, inclusive do CFES. Notamos, ainda, que muitas das reivindicações do FBES têm sido assimiladas pela SENAES, o que pode ser visualizado pela adesão aos princípios da carta de princípios e na plataforma do FBES.

No decorrer do processo, a incidência do FBES na política pública modificou-se, mas não alterou o papel de interlocutor privilegiado da sociedade civil e com maior interferência nas políticas da SENAES. A criação do CNES em 2006, após a I Conferência Nacional de Economia Solidária, foi sucedida de discussões sobre a necessidade do FBES repensar sua atuação junto à SENAES, uma vez que a instância privilegiada de debate seria dentro deste órgão recém-criado e não mais nos GTs²⁸⁰. Em 2008, a IV Plenária²⁸¹ coincide com a impossibilidade da SENAES financiar as atividades do FBES. Todos esses fatores impulsionam a reformulação interna do FBES, a partir da mudança do relacionamento que estabelecia com a SENAES.

Os estudos de Barbosa (2005, p. 259-260) nos permitem visualizar a importância que o financiamento SENAES tinha para o FBES, pois era sua principal fonte de receita. Para a autora, o compromisso de diálogo que a SENAES estabelece com o fórum retrata a concepção de gestão e o entendimento de que a Secretaria seria um prolongamento desse movimento ao mesmo tempo que a autonomia política é exigida pelos governantes (BARBOSA, 2005, p. 259-260):

²⁸⁰ O relatório da IV Plenária Nacional (FBES, Relatório... 2008, p.5-6) traz que a motivação inicial que levou o FBES a se repensar foi a criação do CNES. A discussão na VI Reunião Nacional do FBES considerou que a criação que a criação do CNES suprimiria o papel do FBES como espaço de interlocução entre sociedade civil e governo dentro da estrutura governamental.

²⁸¹ De acordo com o relatório da IV Plenária o FBES desencadeou um amplo processo de debate em todos os estados do país durante 2 anos a partir de 2006 quando foi criado o CNES que, de acordo com o relatório da IV plenária, esse fato teria levado o FBES a se repensar. Os locais de debate foram: VI reunião da coordenação nacional do FBES e encontros regionais de reestruturação (2006-2007); VII Reunião da coordenação nacional do FBES (2007); Caravana rumo à IV Plenária Nacional (2007); atividades preparatórias e plenárias estaduais (2007-2008). (FBES, Relatório..., 2008, p.5-6) De acordo com um dos entrevistados (Membro 4 da SENAES, em entrevista concedida à pesquisadora em 29.08.2011), a IV Plenária estava programada para ser uma continuidade das demais plenárias ocorridas conjuntamente entre SENAES e FBES, mas o FBES é quem dá o tom da reunião e a transforma em I Plenária do FBES.

Esse envolvimento é bastante acentuado de modo que a agenda pública que vimos falando e seus encaminhamentos são tratados em Grupos de Trabalho (GTs) com integrantes tanto do governo quanto das entidades participantes do fórum. O caso do mapeamento dos empreendimentos de Economia Solidária e entidades de apoio é um exemplo expresso dessa gestão (e execução) partilhada.

A junção é tão ajeitada que a maioria das atividades do fórum são pagas com recursos da SENAES ou que ela intermedeia junto a outros órgãos. Isso diz respeito ao pagamento da sede e pessoal que trabalha na secretaria executiva do fórum, em Brasília, e, conjunto de reuniões nacionais. Como se vê a questão da sustentabilidade do FBES é também um ponto crítico para o movimento em torno da Economia Solidária. As estratégias tomadas têm sido no sentido de buscar entidades internacionais com quem possa captar recursos, o que ainda não rendeu nada de positivo. Outro caminho que tem sido tomado são contatos com Ministérios que tenham propostas próximas da Economia Solidária e que possam subsidiar projetos de sustentabilidade da secretaria executiva [...]. Entretanto, por enquanto, além dos auxílios anteriores de entidades nacionais como a FASE e a ADS, o apoio mais incisivo tem sido da própria SENAES. (BARBOSA, 2005, p. 259-260).

A dependência do FBES à SENAES justifica em grande parte sua proximidade. Essa condição de dependência é claramente visualizada tanto pela SENAES como pelo FBES. Do lado do movimento social, acabou por gerar uma descaracterização do movimento enquanto tal, ao se cindir no governo nessa condição de dependência, análogo ao depoimento do representante da ADS-CUT (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2005, p. 3 apud BARBOSA 2005, p. 261), ao dizer que o movimento tinha suas críticas à política do governo e que não sabia como se posicionar, além de mencionar a dificuldade do movimento de se mover orientado por um projeto de política pública de Economia Solidária que vá além daquela política forjada no âmbito do governo. Diferente da leitura de Oliveira (2005), para nós, o maior problema não é a sustentabilidade do FBES que fica comprometida e sim o fato de a dependência financeira do governo federal impulsionar o FBES para reivindicações adstritas à conquista de política pública. Ao fazer disso a luta fundamental para sua própria manutenção no movimento, o FBES compromete sua legitimidade junto aos diversos segmentos dos movimentos sociais.

Apesar das modificações que a relação FBES e SENAES irá sofrer a partir da institucionalização do conselho e do corte de recursos SENAES direcionado a ele, a incidência do FBES ao governo permanece e também o atrelamento das pautas defendidas com a política executada pela SENAES. Além disso, o fórum tem atuando ativamente na execução da política da SENAES, tanto participando dos projetos, como ocorre nos cursos do CFES nacional, como se colocando como avaliador, ainda que informal, da política implantada pela SENAES.

Do ponto de vista da sustentabilidade do FBES, ele continua dependente de políticas públicas, pois sua maior receita atualmente, que financia sua estrutura, advém dos convênios com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) (informação verbal)²⁸². Outras despesas menores relacionadas à manutenção da infraestrutura são financiadas pelo Instituto Marista de Solidariedade (IMS), Cáritas Brasileira com maior destaque.

[...] mas a grande maioria sempre foi ou pela SENAES ou pelo, agora no caso, o MDA. E a coordenação maior, a nacional, que são 100 pessoas, aí é muito cara uma reunião com 100 pessoas de 3, 4 dias as atividades regionais e microrregionais. Antes eram recurso da SENAES, 2009 e 2010 pra cá, MDA e SDT. (MEMBRO 7 FBES, 2011)

O FBES não recebe nenhum recurso da base dos empreendimentos, sua sustentabilidade dependeu, no primeiro momento, da SENAES e agora depende de outros órgãos do governo como MDA e SDT. Primeiramente, esse fato permite evidenciar que a autonomia que o movimento busca do governo não está identificada pela autonomia financeira, ao contrário, nesse aspecto busca estabelecer parcerias para garantir sua sustentabilidade. Em segundo, as orientações sobre formação estabelecidas pelo FBES não se constituem em propostas alternativas àquelas estabelecidas pela SENAES, uma vez que há dificuldade de sustentar um outro projeto de formação a partir de um centro de formação próprio, como indicou um dos entrevistados ao dizer: “[...] nós queríamos ter recurso para o fórum, o fórum não tem recurso pra poder pensar em formação. (EX MEMBRO 13 SENAES, 2011)

A orientação sobre a formação estabelecida pelo FBES tende a se confluir com a proposta de formação da SENAES. Ainda que muitas vezes existam críticas há alguns aspectos da elaboração e execução do projeto de formação, muitas das orientações do FBES são assimiladas pela SENAES que, de acordo com os dados obtidos, podemos dizer que não as executa por falta de condições materiais e pelo desenho da própria política pública no governo federal, como discutimos anteriormente. Um exemplo disso é a reivindicação pelo caráter de educação permanente em Economia Solidária e o aumento da escolaridade daqueles que estão em formação nos programas de Economia Solidária. Os demais aspectos, conforme consta nas orientações da IV Plenária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008,

²⁸² Informação fornecida pelo membro 7 do FBES, em entrevista concedida à pesquisadora em 01 set. 2011. Os demais gastos com manutenção da infraestrutura referem-se a: equipamentos, limpeza, pequenos gastos com a sustentabilidade do espaço, telefone.

p. 21), são também referência para a SENAES.²⁸³ Também, no se refere à finalidade das lutas, o FBES ressalta a incidência sobre as políticas públicas como um dos dois objetivos estabelecidos, de acordo com o documento da IV Plenária, o que não indica vislumbrar autonomia no sentido de se constituir a parte do Estado²⁸⁴.

Para compreendermos o alcance das reivindicações impulsionadas pelo FBES no país e o sentido que assume a Economia Solidária na perspectiva dessa organização, destacamos dois aspectos contraditórios de sua atuação: um deles é o objetivo explícito de atingir políticas públicas; e o outro trata de questionarmos a legitimidade do FBES enquanto instrumento do movimento de Economia Solidária²⁸⁵. Essas duas dimensões nos oferecem melhor precisão acerca do rumo da Economia Solidária de acordo com o fórum.

O FBES desde a sua consolidação vislumbrou atingir políticas públicas, isso pode ser observado pelo contexto de sua criação e pela pressão para a criação da SENAES. No decorrer do processo de funcionamento da SENAES atrelou-se a ela de tal modo que se tornou instância de articulação do governo, inclusive, com a presença física dentro do mesmo espaço. No processo da IV Plenária, conforme o relatório (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008) e os relatos dos membros da SENAES (MEMBRO 4 SENAES, 2011) e do FBES (MEMBRO 7 FBES, 2011), este último diz buscar maior autonomia em relação à primeira e procura construir sua identidade como instrumento do movimento social. No nosso entender, ao contrário de buscar autonomia, transforma a

²⁸³ De forma resumida podemos listar: formação emancipatória, contextualizada e engajada com difusão dos conceitos de Economia solidária; concepção de educação popular e metodologias emancipatórias voltadas para a autogestão conforme a segunda oficina (que é referenciada também para a SENAES construir seus documentos); valorizar os saberes populares e promover o encontro com saberes científicos; formação que contemple todos os segmentos da economia solidária; práticas de economia solidária que promova o acesso às novas tecnologias; associação dos métodos alternativos e terapias comunitárias (como podemos identificar em uma das citações anteriores é praticada no CFES nacional); sistematização de experiências e socialização dos conhecimentos produzidos; incorporar as dimensões de gênero, raça, etnia como estruturantes da desigualdade; combater linguagem sexista e racista formação como estratégia para o desenvolvimento sustentável; e compartilhamento do trabalho (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 21).

²⁸⁴ Não pudemos apreender o sentido do conceito de autonomia utilizado pelo FBES, uma vez que suas propostas estão plenamente atreladas as da SENAES.

²⁸⁵ O FBES autodenomina-se como instrumento do movimento social de Economia solidária e não representante dos movimentos, introduzimos essa terminologia com o intuito de pensarmos seu nível de atrelamento com os movimentos sociais. Encontramos entre os entrevistados duas concepções distintas: uma delas afirma que o FBES não é movimento de Economia solidária, mas sim instrumento desse movimento (Membro 7 do FBES em entrevista concedida à pesquisadora em 01 set.2011); outro aponta que a reformulação do FBES teve como um dos objetivos deixar de ser uma plataforma onde os movimentos se ligassem para se constituir enquanto movimento de Economia solidária (Membro 8 do FBES em entrevista concedida à pesquisadora em 31 ago. 2011). O documento da IV Plenária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 42) define o FBES como instrumento do movimento de Economia solidária, um espaço de diálogo entre os diversos atores e movimentos sociais pela construção da Economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio-econômico do país. Essa diferenciação não modifica a essência do que representa o FBES e os princípios na defesa da Economia Solidária.

participação na política pública em uma das duas metas prioritárias, como podemos observar valendo-se de uma das finalidades do FBES:

1. Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com os diversos atores e outros movimentos sociais ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais.

O FBES busca a confluência entre as forças existentes no movimento de Economia Solidária e a sua participação ativa em GTs, Comitês, no Conselho Nacional de Economia Solidária e outras instâncias de proposição e construção de políticas públicas. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 42).

Imbuído do propósito de participar da política pública, o FBES realiza um balanço dos avanços e desafios das políticas públicas de Economia Solidária desde 2006, no qual considera, entre os avanços: o crescente reconhecimento e visibilidade da Economia Solidária em vários setores do governo e movimentos sociais; o fato de conquistarem leis de Economia Solidária em vários municípios e Estados; e a aprovação da lei de merenda escolar que garante que 30% da merenda escolar deva ser comprada localmente da agricultura familiar, o que tem aberto espaço importante para as redes e cadeias solidárias. Entre as dificuldades o FBES ressalta o fato da Economia Solidária ser marginal nas políticas públicas e se concentrar como programa social relacionado à geração de trabalho e renda e não consta na agenda do desenvolvimento brasileiro; o irrisório orçamento dedicado às políticas federais de Economia Solidária, somado à falta de planejamento estratégico junto à baixa priorização do conselho, reduziu a Economia Solidária a programas dispersos, isolados, sem integração estratégica dentro da SENAES e nos outros Ministérios (como MDA e MDS) e acrescenta que “Efetivamente, não avançamos na construção de um desenho de política pública para a Economia Solidária[...]” (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 2). Como um dos focos importante para a II Conferência o FBES defende:

Jogar firme na proposta de articulação das políticas de Economia Solidária e no desenho estratégico de políticas públicas centrando foco em nossos quatro eixos: Marco legal, Formação, Produção, Comercialização e Consumo Solidários, e Finanças Solidárias²⁸⁶. É fundamental que as conferências consigam pautar eleições, e não o inverso, ou seja, que tenhamos um foco forte na questão da Economia Solidária como perspectiva diferenciada de desenvolvimento para buscar incorporar

²⁸⁶ Estes eixos foram definidos na IV Plenária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008) de Economia solidária em substituição aos sete eixos que vigoravam anteriormente nas bandeiras de lutas do FBES.

isso a programas eleitorais dos candidatos progressistas. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 2).²⁸⁷

No 2º módulo do Seminário de sistematização, um dos membros da coordenação nacional do FBES, ao realizar a análise de conjuntura, focalizou a discussão no PL 865²⁸⁸ e considerou que “É preciso o fortalecimento dos Fóruns e mais neste momento: a nossa característica principal é de incidência política e teremos condições de fazer essa incidência na medida em que tenhamos base” (CENTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011, p. 6). Tais dados são claros quanto ao objetivo do FBES integrar-se às políticas públicas. Sendo assim, o seu horizonte de transformação social é pela conquista de espaço nas esferas governamentais que fortaleçam o movimento na perspectiva do desenvolvimento local e territorial sustentável.

Nesse sentido, percebemos que o FBES não se coloca a meta de contraposição aos mecanismos de exploração do capital, assim como não vislumbra a construção de uma sociedade socialista baseada na luta pela destruição das estruturas vigentes na sociedade capitalista. Também não faz a crítica ao Estado dentro dessa perspectiva, mas, ao contrário, seu objeto encerra-se em um projeto de desenvolvimento sustentável baseado nas formas associativas de produção existente nessa sociedade. Na ótica do FBES, trata-se de um aprimoramento da sociedade que temos e das relações que nela vigoram, de modo que o trabalho associado passe aos poucos a conquistar espaço estratégico nas políticas públicas e, com isso, ter-se-ia outro modelo de desenvolvimento.

Sobre essa concepção dois aspectos merecem ser considerados: um deles é o caráter reformista e, em parte, Proudhoniano que toma a discussão e prática do FBES. No primeiro caso, temos uma posição próxima a Bernstein, criticada por Rosa Luxemburgo (2005, p. 9), ao defender que a revolução era desnecessária, pois se poderia chegar ao socialismo por meio de reformas graduais ao capitalismo, com a multiplicação de cooperativas de produção e consumo, o aumento do poder sindical e a democracia parlamentar, o discurso potencializou o enquadramento de movimentos dos trabalhadores ao capitalismo.²⁸⁹ No segundo caso, a

²⁸⁷ Este documento do FBES traz alguns elementos de balanço das políticas públicas de Economia Solidária desde a I CONAES em 2006, o qual foi apresentado na VI reunião do CNES e como subsídio à IX reunião da coordenação nacional do FBES no segundo semestre de 2009.

²⁸⁸ Projeto de lei que levaria a Economia solidária para o recém-criado Ministério da microempresa.

²⁸⁹ De acordo com Luxemburgo (2005, p. 9) os trabalhos de Bernstein ofereceram a base doutrinária que legitimavam, no final do século XIX, a crescente integração do partido social democrata à ordem capitalista, uma vez que as coalizões eleitorais exigiam cada vez mais concessões pragmáticas, a burocracia sindical centrava sua preocupação em aumentos de salários e melhoras de condições de trabalho e, com isso, o capitalismo se tornava um sistema organizado capaz de banir os conflitos e crises. Essa leitura que Luxemburgo faz de Bernstein é importante neste momento da discussão contemporânea sobre Economia solidária porque se constitui em uma experiência histórica que nos ajuda em dois aspectos: primeiro, tomar

semelhança com o pensamento de Proudhon ocorre em um aspecto, pois este filósofo foi mais radical na sua crítica ao Estado²⁹⁰. Referimo-nos apenas à crença de considerar possível eliminar o lado mau do capitalismo e conservar e potencializar o lado bom, sem ter que destituir plenamente todas as suas estruturas.

Ao transformar seu horizonte de luta na aquisição de política pública, o FBES não critica o capitalismo, pois ainda que possamos vir a fazer considerações a esse respeito não vislumbramos uma oposição radical pela sua forma de organização atrelada aos organismos do governo, bem como suas estratégias e motivações para luta.

O seu afinamento com a proposta da SENAES somado ao propósito de ser protagonista das políticas públicas no campo da Economia Solidária conduz o movimento a tecer críticas apenas quando não se vê consultado e, principalmente, quando as instituições que o constituem não ocupam posição de destaque na coordenação e operacionalização das políticas, como podemos verificar pelo conteúdo da crítica a um dos programas da SENAES:

[sobre o Brasil local] a gente era radicalmente contra a forma como ele foi instalado. Era um grupo cuja estratégia era contratar a área de projetos da UNB pra ser a barriga de aluguel, depois esse grupo chamava todas as pessoas que interessava e depois o projeto acontecia pelo resto do país sem nenhuma discussão com o fórum, por isso a gente foi tão contra a isso, principalmente quando se constrói um projeto desses seis meses antes das eleições. A gente não era contra os princípios porque esses são bem válidos, que é o de valorizar os agentes locais; no primeiro momento a Cáritas e outros movimentos levantaram esse mundo de voluntariado que a Cáritas tem como base, ver se tinha agentes voluntários pra se fazer a mobilização na base; a gente colocou tudo isso na mão da SENAES pra depois ela decidir quem ela contratava [...] mas num segundo momento a SENAES viu que não dava mais,

os acontecimentos história como referência para compreendermos as razões pelas quais muitas das lutas dos trabalhadores têm fracassado; por outro, para identificarmos as semelhanças de rumo e do discurso no movimento dos trabalhadores no seu enquadramento à lógica do capital, apesar do contexto histórico específico.

²⁹⁰ Algumas vertentes da Economia solidária podem até assemelhar-se ao pensamento de Proudhon no que se refere a focalização na crítica à propriedade como fundamental e, por isso, crêem no potencial emancipatório em curso introduzido pelas experiências contemporâneas de Economia solidária, como são traços que aparecem na análise de Singer. Porém, quando consideramos a atuação do FBES e seu objetivo de participação no Estado notamos uma perspectiva muito diferente de Proudhon, o qual foi crítico dessa postura assumida pelo socialismo político de sua época. Para Proudhon (apud MOTTA, 1981, p. 97-100) o Estado, em qualquer uma de suas formas, enquanto não se submeter à sociedade de iguais significará a condenação do povo. Desse modo, critica toda forma de centralismo do Estado e de governo das outras, bem como advoga em defesa do federalismo como instrumento de igualdade e liberdade e da reorganização econômica a partir da livre associação dos produtores. Munido dessa perspectiva, Proudhon opõe-se aos seus contemporâneos representantes do socialismo governamental, entre eles Louis Blanc, Cabet e Blanqui que propõem um socialismo pelo alto, centralizado, assim “[...] Para Proudhon, o objetivo da luta revolucionária é a destruição do Estado centralizado” (MOTTA, 1981, 101). Ao criticar que os democratas pretendem chegar à revolução de 1848 pela política, Proudhon defende a ideia de que o Estado é apenas uma expressão alienada das forças coletivas, por isso mudar o pessoal do governo é apenas reforma e em nada mudará a situação social. “Pior ainda, uma vez que se faça apenas uma reforma política que reforce o poder do governo, estar-se-á reforçando a apropriação das forças coletivas, em benefício da minoria governamental. Proudhon entende que todas essas colocações ignoram a precedência do social face ao político e, por isso, levam a um aumento da alienação do primeiro pelo último [...]” (MOTTA, 1981, p. 101).

fechou o convênio com a UNB e dialogou com o fórum, com as ações mais descentralizadas e foi esse diálogo que a Cáritas foi chamada a ser articuladora Nacional [...] Antes mesmo de a gente ser cogitada pra ser articuladora, o fórum só deve entrar nesse processo com tais condições. E a gente botou 5 ou 6 condições que hoje fazem parte do Brasil Local [...]. (MEMBRO 6 FBES, 2011 e MEMBRO CÁRITAS, 2011)

Notamos o poder de incidência sobre a política pública que tem o FBES, pois é capaz de influenciar a indicação dos beneficiários da política e das diretrizes constitutivas destas, como vimos.

Outro aspecto que merece destaque é a compreensão do FBES de que a Economia Solidária constitui estratégia diferenciada de desenvolvimento. Embora o FBES saliente que se trata de uma perspectiva diferente da que vigora no capitalismo, desconsidera os elementos que estão pressupostos na ideia de desenvolvimento. Entendemos ser necessário explicitar as estratégias de enfrentamento e os mecanismos de luta ao modelo de desenvolvimento que temos, pois não está claro como outra perspectiva de desenvolvimento seria gestada no seio do capitalismo sem corromper-se e reproduzir o sistema.

Dizemos isso porque, como o FBES tem como perspectiva a conquista de políticas públicas, almejar outro modelo desenvolvimento no qual o trabalho fosse o centro do processo por si só não é capaz de romper com a perspectiva de desenvolvimento capitalista. Caso os mecanismos de luta não sejam radicais e se coloquem a tarefa de enfrentamento da lógica do capital tende a se inserir no desenvolvimento capitalista, ainda que a organização do trabalho seja associada.

Dizemos isso porque temos que considerar o capital como totalidade e, como assinala Mészáros (2002), possuidor de força centrífuga que determina toda a extensão da vida social e tende a impulsionar a reprodução ampliada do conjunto da vida social e as diferentes formas de inserções no mundo do trabalho, ainda que esse processo não seja um movimento unilateral e não exista sem resistência do trabalho organizado.

Subjacente à perspectiva de desenvolvimento está a integração de diferentes formas de organização do trabalho, sobretudo nesse estágio de desenvolvimento do capitalismo. Arrighi (1997, p. 187) menciona que as organizações corporativas transnacionais e as atividades desenvolvidas em diferentes localidades nacionais são parte do mesmo processo integrado e combinado que torna essas distinções irrelevantes²⁹¹. O autor acrescenta que é ilusão acreditar que o desenvolvimento possa generalizar as condições de riqueza do núcleo orgânico, pois

²⁹¹ Arrighi (1997, p. 187) aponta que as únicas distinções relevantes são aquelas que demarcam a divisão do trabalho entre as atividades que envolvem tomadas de decisão e as de pura execução.

não pode ser generalizada, uma vez que são processos relacionais de exploração que pressupõem a reprodução contínua da pobreza.

Essa discussão nos ajuda a perceber que, sustentando suas pautas em defesa da estratégia de desenvolvimento sustentável, sem se opor radicalmente aos mecanismos de reprodução do capital, há tendência objetiva de se integrar ao desenvolvimento capitalista, ainda que desejem e digam o contrário.

Sobre as concepções nacional-desenvolvimentistas que orientam a atuação da esquerda, Fiori (2006) menciona que a maior parte desses partidos e organizações defenderam teses sustentadas no desenvolvimento nacional e acabaram afirmando as mesmas perspectivas de alguns governos de direita. Considerando a experiência histórica, reafirmamos a necessidade do FBES explicitar seus pressupostos, já que o discurso de outro modelo de desenvolvimento por si só não é suficiente para contribuir na superação de um modelo societal.

O segundo aspecto que discutiremos sobre a atuação do FBES diz respeito à sua legitimidade junto aos movimentos sociais de Economia Solidária. Para isso, iremos considerar sua constituição.

Quando o FBES se constituiu, em 2003, na III Plenária Brasileira de Economia Solidária, era composto por 16 entidades nacionais²⁹² advindas da composição do GT-Brasileiro no I FSM, distribuídos entre os três segmentos constituintes do fórum, que são empreendimentos de Economia Solidária, entidades de assessoria, pesquisa e fomento e rede de gestores públicos. Tendo em vista as instâncias deliberativas, de gestão e de apoio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2008, p. 47)²⁹³ que organiza a estrutura de poder e gestão, temos que as 16 entidades nacionais faziam parte da coordenação nacional do fórum. Essas entidades compunham a coordenação nacional.

²⁹² Até a IV Plenária em 2008 faziam parte da composição do FBES: 1. Dos empreendimentos: Abcred, Anteag, Concrab, Unicafe, Unisol Brasil; 2. De assessoria, pesquisa e fomento: ADS/CUT, Cáritas brasileira, FASE Nacional, Ibase, IMS, PACS, Rede ITCP, Rede Unitrabalho; 3. Rede mistas (Rede brasileira de Socioeconomia solidária) e Rede de Gestores.

²⁹³ Essa estrutura conta com quatro instâncias, sendo a: a) Plenária Nacional o órgão máximo de deliberação e que acontece de três em três anos; b) Coordenação Nacional, onde estão os representantes dos fóruns estaduais, da rede de gestores e as entidades nacionais e dentre as funções que cabe a esse órgão estão a de deliberar, em última instância, sobre decisões políticas, operacionais e administrativas e mediar à interlocução política, incidir sobre o CNES e formular políticas estratégicas do FBES; c) Coordenação Executiva encarregada de fazer a gestão política cotidiana com outros movimentos sociais e governo federal e acompanhar a secretaria executiva; d) Secretaria Executiva encarregada, principalmente, das funções administrativas; e e) Grupos de trabalho como instância de debate. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 47-49). Queremos indicar a importância da Coordenação Nacional do FBES na formulação da política do FBES, principalmente, se considerarmos que a Plenária Nacional acontece apenas de três em três anos, dado o extenso intervalo tende a tornar-se o órgão de maior expressão do FBES.

A partir da IV Plenária dirigida pelo FBES, que culminou na sua reestruturação, houve a redução do número de entidades nacionais na composição da coordenação nacional, passando de 16 entidades em 2008 para 7 entidades, sendo elas: 2 incubadoras, (Rede Unitrabalho e rede ITCP); o IMS; a Cáritas brasileira; 3 representações de empreendimentos (UNISOL, UNICAFES E ANTEAG²⁹⁴). De acordo com as entrevistadas do FBES, essa redução de entidades deveu-se à implantação do critério de que, para se constituir como entidade nacional, deveria ser indicada por pelo menos 7 fóruns estaduais, caso contrário, não seria considerada entidade nacional e, por isso, não comporia o FBES:

Até a IV Plenária tinha as entidades históricas que construíram o Fórum, que participaram desde o 1º Fórum Social Mundial, no grupo de discussão de Economia Solidária, que eram consideradas as entidades nacionais: o IBASE, do Rio de Janeiro; o PACs; a FASE, que tem no Rio, no Pará e Espírito Santo; ADS/CUT; Concrab, enfim várias entidades que participaram do espaço do FBES. E elas saíram porque, nesse processo de reestruturação a partir de 2008, no final da Plenária foi votado para ser uma entidade nacional [...] porque até então elas eram consideradas nacionais, mas elas não tinham sede, por exemplo, o IBASE tinha sede no Rio de Janeiro e ponto, não tinha sede em outros Estados, a CUT tinha sede em alguns Estados, mas não em todos. Nesse processo ficou decidido que teria que ser indicado, pelo menos, por 7 fóruns estaduais de Economia Solidária, por isso que essas entidades saíram, porque elas não tiveram indicação de quem estão em 7 Estados. (MEMBRO 7 FBES, 2011)

Então a gente tem a participação dos movimentos sociais e faz uma parceria com outros movimentos sociais: da agricultura familiar, quilombolas, de catadores, mas eles não estão dentro da condução da gestão do movimento. Isso pra gente se considerar enquanto movimento, assim como os catadores, a Economia Solidária não estão na gestão dos catadores, não está na gestão do MST, então pra gente se fortalecer enquanto movimento organizado. (MEMBRO 8 FBES, 2011)

Embora o relatório final da IV Plenária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008) defina o FBES como instrumento do movimento de Economia Solidária, a redução das entidades na sua composição indica que o fórum é instrumento apenas de algumas entidades. Assim, ao mesmo tempo em que o fórum se coloca como instrumento do movimento de Economia Solidária, ele não representa o movimento na sua amplitude, pelo contrário, há uma parcela de entidades bastante seleta que o compõe. Ao representar algumas entidades, o FBES coloca-se na condição de interlocutor com os demais movimentos, podendo se efetivar ou não conforme a predisposição e inclinação política, mas não os integra na sua estrutura. Com isso, seu caráter de fórum, enquanto espaço que congregue os diferentes

²⁹⁴ De acordo com uma das entrevistadas até momento da pesquisa a Anteag integrava o FBES, porém falava-se na saída em decorrência de fatores internos dessa entidade (MEMBRO 7 FBES, 2011).

representantes dos diferentes segmentos da sociedade e promova a interlocução entre eles, é questionado uma vez que só algumas entidades estão contempladas nessa estrutura.

A questão que mais nos chama atenção é o fato do FBES ser o principal articulador junto à SENAES, na proposição de política pública. Ainda que seja, muitas vezes, considerado apenas um dos movimentos de Economia Solidária existentes no país, é ele que assumiu papel de destaque na participação das políticas públicas da SENAES e, especificamente, na de formação, que nos interessa:

Nós construímos uma proposta de política nacional de formação em Economia Solidária junto com o FBES. Nós começamos em 2005, realizamos a primeira oficina nacional, juntamos o máximo de entidades, não só de fóruns, mas também de entidades de outras organizações que fazem parte do que chamamos mobilização do movimento e começamos um diálogo. (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

Essa organização enxuta do FBES, que o leva a ser um instrumento de apenas alguns movimentos sociais, repercute na qualidade da interlocução que estabelece com o fórum, uma vez que essa representação está perpassada das concepções dos movimentos sociais que representa. É importante essa distinção para indicar quais entidades e sujeitos têm se colocado enquanto interlocutores da política pública via fórum, bem como ressaltar que o caráter participativo que os entrevistados salientam na condução do trabalho da SENAES, muitas vezes, referindo-se ao FBES, retrata alguns segmentos do movimento social. Tendo em vista esses aspectos, o FBES não pode ser compreendido como “[...] instância de articulação da sociedade civil, de articulação de todos os atores pra incidir quando ao fortalecimento da Economia Solidária [...]” (MEMBRO 7 FBES, 2011), como argumentam alguns de seus membros e apesar das manifestações e “bandeira de lutas transversais” (MEMBRO 8 FBES, 2011).

O relato abaixo expressa essa tendência do FBES se caracterizar como movimento da Economia Solidária:

A SENAES sempre teve um discurso muito franco: o fórum é o principal espaço de articulação dos atores de Economia Solidária, tem que ser aberto pra ser fórum, como espaço de discussão, debate [...], mas o fórum não quer ser só isso! Não que isso esteja na IV Plenária, mas alguns querem que o fórum seja um espaço de representação e aí começamos a ter problemas, porque o fórum não é o movimento de Economia Solidária, o movimento é algo muito mais amplo! É a adesão de vários movimentos sociais em torno da Economia Solidária. (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

É curioso que o FBES busque afirmar-se como representante do movimento de Economia Solidária, ao mesmo tempo que reduz o número de entidades que representa e passa a se constituir de uma parcela restrita de entidades integrantes. A discussão em torno da representatividade do FBES leva-nos a questionar a sua legitimidade junto aos movimentos de Economia Solidária, bem como sua condição de integração às pautas mais combativas trazidas por outros movimentos dos trabalhadores não inclusos na denominação Economia Solidária. Embora o documento da IV Plenária aponte a necessidade de articulação das lutas, temos que considerar que o foco privilegiado de atuação do FBES para o qual tende a confluir sua reivindicação é pela participação na política pública. Tendo em vista essa finalidade, questionamos a potencialidade real do FBES compor as lutas mais ofensivas à lógica do capital, aquelas que não se circunscrevem à reivindicação por incidência na política pública.

Se considerarmos que a tarefa de um fórum é constituir-se em espaço privilegiado para que os diversos empreendimentos de trabalho solidários se encontrem, troquem informações acerca das pautas de luta e se fortaleçam com base na inter-relação que estabelecem, então o FBES não tem se constituído nesse espaço devido às ausências na sua composição.

Alguns dos entrevistados (MEMBRO 8 FBES, 2011) ressaltaram o caráter transversal e complementar das lutas do FBES, bem como a articulação dele com os demais fóruns locais e outros movimentos sociais, sendo os principais, atualmente, a ANA e o Fórum de Segurança Alimentar, assim como demonstraram a compreensão de haver necessidade da

[...] transversalidade de bandeira para outro modelo de desenvolvimento, a gente sabe que sozinha a Economia Solidária não vai fazer a transformação que a gente quer, rumo ao mundo justo, solidário e sustentável, precisa de várias outras bandeiras que complementem essa proposta. (MEMBRO 8 FBES, 2011)

Apesar do reconhecimento da importância da integração das lutas e do fato de participarem de várias reivindicações conjuntas com outros movimentos²⁹⁵, não identificamos na organização do FBES uma atuação mais incisiva na direção de um maior entrosamento e pautas confluentes com os demais movimentos, principalmente tendo em vista os aspectos discutidos.

Se considerarmos que somente por intermédio da circulação das lutas, na qual os vários setores de classe se interligam para se tornarem complementares é que a unidade real contra o capital se realiza, como afirma Cleaver (1981, p. 57), temos que o FBES não evolui

²⁹⁵ Alguns deles são o Grito dos excluídos, que geralmente acontece na semana da pátria e originou-se das alas consideradas progressistas da igreja católica, entre elas, a Cáritas; a Marcha das margaridas, movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que conta com a organização da CONTAG, além das federações e sindicatos; entre outras reivindicações de outros movimentos sociais.

no sentido de viabilizar tais condições, o inverso, ao se centrar em alguns segmentos contribui para a fragmentação da classe e não sua união. Independente do critério administrativo que eleja, o FBES não se autojustifica e, como aponta Tragtenberg (2006, p. 260), as soluções que podem ser adequadas do ponto de vista administrativo, em geral, são incompetentes do ponto de vista político.

3.5 Entraves na Constituição do CNES como Instância Decisória da Política Pública da SENAES

Na estrutura da SENAES há, ainda, um Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)²⁹⁶ de caráter consultivo e propositivo “[...] que tem por finalidade realizar a interlocução e buscar consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da Economia Solidária” (BRASIL, 2006b). Embora a legislação defina o caráter propositivo do conselho, na sua atuação, de acordo com o secretário da SENAES, o CNES é deliberativo porque “[...] é decisivo em toda área dele, assim ele toma decisões, desde a sua agenda como as suas manifestações, inclusive pode criticar nossas políticas e sugerir mudanças” (MEMBRO 12 SENAES, 2011). Dentro do CNES há o Comitê Temático de Formação e Assistência Técnica (CTFAT) que é responsável pela deliberação dos assuntos relacionados à formação.

O CNES foi uma demanda da I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006) e sua função era justamente ser *locus* privilegiado de interlocução com outros órgãos do governo e com a sociedade civil para o fortalecimento das políticas em Economia Solidária. Entre as competências do CNES estão:

- I- Estimular a participação da sociedade civil e do governo no âmbito da política de Economia Solidária;
- II- Propor diretrizes e prioridades para a política de Economia Solidária;
- III- Propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação, com vista ao fortalecimento da Economia Solidária;
- IV- Avaliar o cumprimento dos programas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego e sugerir medidas para aperfeiçoar seu desempenho;

²⁹⁶ O CNES foi criado pelo Decreto n. 5.811 de 21 de junho de 2006. A estrutura do CNES (BRASIL, 2006b) que é composta I. Plenário; II. Comitê Permanente; III. Secretaria; IV. Comitês temáticos. Vinculado a este último está o Comitê Temático de Formação e Assistência Técnica (CTFAT), criado pela resolução nº 1 de 12.07.2006, e que tem como competência realizar tarefas de aprofundamento e elaboração de propostas para subsidiar sobre a formação e assistência técnica em Economia Solidária.

A criação do conselho é compreendida pelos membros da SENAES como um importante momento no processo de institucionalização da Economia Solidária, uma vez que com a criação desse órgão, ainda que haja mudança de orientação no governo, consolidou-se um espaço de diálogo e de definição de políticas para Economia Solidária.

O CNES tem caráter tripartite, pois é composto por representantes do governo e da sociedade civil organizada e pelos empreendimentos de Economia Solidária, sendo o maior número desta última, como podemos notar:

- a) Um representante do Ministério do Trabalho e Emprego, que o presidirá;
- b) Um representante da Secretaria Nacional de Economia Solidária;
- c) Um representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- d) Um representante do Ministério das Cidades;
- e) Um representante do Ministério do Meio Ambiente;
- f) Um representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- g) Um representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- h) Um representante do Ministério da Fazenda;
- i) Um representante do Ministério da Integração Nacional;
- j) Um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- l) Um representante do Ministério da Educação;
- m) Um representante da Secretaria-Geral da Presidência da República;
- n) Um representante da Secretaria Especial de Apicultura e Pesca da Presidência da República;
- o) Um representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República;
- p) Um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- q) Um representante da Caixa Econômica Federal;
- r) Um representante do Banco do Brasil S.A.;
- s) Um representante indicado pelo Fórum de Secretarias Estaduais do Trabalho;
- t) Um representante indicado pela Rede de Gestores de Políticas de Fomento à Economia Solidária.

II - Empreendimentos Econômicos Solidários:

- a) Um representante da Associação Nacional de Cooperativas de Crédito e Economia Solidária - ANCOSOL;
- b) Um representante da Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão - ANTEAG;
- c) Um representante da Confederação Nacional de Cooperativas da Reforma Agrária - CONCRAB;
- d) Um representante indicado pela União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL;
- e) Um representante indicado pela União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES;
- f) Quinze representantes de empreendimentos econômicos solidários indicados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES.

III - outras organizações da Sociedade Civil e Serviços Sociais:

- a) Um representante indicado pela Articulação do Semiárido - ASA;
- b) Um representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
- c) Um representante indicado pelo Grupo de Trabalho da Amazônia - GTA;
- d) Um representante indicado pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC;
- e) Um representante indicado pela Rede Cerrado;
- f) Um representante indicado pela Rede Economia e Feminismo;

- g) Um representante da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO;
- h) Um representante indicado pelo Movimento Nacional Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR;
- i) Um representante indicado pela Confederação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ;
- j) Um representante indicado pela Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCP's;
- l) Um representante indicado pela Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária;
- m) Um representante da Cáritas Brasileira;
- n) Um representante indicado pela FACES do Brasil - Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário;
- o) Um representante indicado pela Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares - ABCRED;
- p) Um representante indicado pela Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB;
- q) Um representante indicado pela Organização das Cooperativas do Brasil - OCB;
- r) Um representante indicado pela Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores - ADS/CUT. (BRASIL,2006b)

Desde a sua criação, o CNES foi pensado como possibilidade de institucionalização da política pública de Economia Solidária e como elemento que favoreceria o diálogo com os demais Ministérios e órgãos do governo, a fim de forjar tais políticas dado seu caráter transversal.

O conselho foi criado em 2006, mas o que eu estou te dizendo é que desde 2003 a gente faz isso, essas articulações. E em 2006, com a criação do conselho como espaço de diálogo e interlocução das políticas públicas fortalece assim o caráter de transdisciplinaridade da Economia Solidária. (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

A princípio, é bastante positivo haver significativa participação da sociedade num órgão deliberativo como um conselho, principalmente, se considerarmos as diversidades das experiências que se incluem no conceito de Economia Solidária.²⁹⁷ Além disso, concebê-lo como espaço de interlocução e coesão de propostas pode significar traços também positivos. Entretanto, os dados obtidos demonstram que apenas o fato de haver massiva representação da sociedade civil no CNES e se constituir em instância decisória de uma Secretaria não é suficiente para que tenha poder de implementação de políticas. Há outros condicionantes que perpassam a organização do conselho, como podemos abstrair dos relatos:

O conselho está em formação, em estruturação e nem sempre os órgãos governamentais tem assiduidade e dado centralidade aos espaços do conselho, se

²⁹⁷ Cruz (2006, p. 37) menciona que o conceito de Economia solidária não nasce de idealizações de novas relações sociais, mas da compreensão do fenômeno a partir dos anos 80 e adverte que o conceito muitas vezes é empregado de forma inadequada ao se referir a diversas experiências que não correspondem às experiências de Economia solidária, isso porque ela tende a referir-se aos empreendimentos com mínimo de formalização e se pautam na autogestão na organização do trabalho de modo que exclui o trabalho informal, o terceiro setor.

não é uma pauta prioritária do governo. Mesmo assim, em vários momentos, no Conselho de Economia Solidária houve órgãos de governo presentes e tiveram uma interlocução envolvendo PPA e temas prioritários [...] o conselho ainda precisa se fortalecer perante o governo como um todo, se fortalecer politicamente pra incidir mais na agenda governamental. (MEMBRO 3 SENAES, 2011)

[...] a gente vem conversando há um tempo sobre o fortalecimento do conselho porque ele está enfraquecido [...] A minha percepção é que existe o diálogo, mas a proposta dele está muito além do que a gente consegue fazer de fato, a participação dos outros Ministérios, a própria participação do Fórum fica aquém do que a gente gostaria, porque assim, o Fórum não traz tantas discussões sistematizadas e fica com falas muito dispersas e quanto aos Ministérios a participação não é muito significativa embora na primeira reunião do Conselho desse ano a gente tenha conseguido trazer mais gente de outros Ministérios, mas o próprio Fórum reclama que essas pessoas não têm direito de decisão dentro das instituições. A gente tem muita relação com outros Ministérios, mas isso não passa tanto pelo âmbito do Conselho [...] mas eu acho a sua criação foi um avanço no sentido da institucionalização, ter um espaço pra se discutir Economia Solidária, mas eu acho que ele não é tão bem aproveitado quanto poderia ser. (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

[...] porque o problema não é a divergência dentro do conselho, o problema é a fragilidade do conselho na relação da política pública em Economia Solidária. Ela é frágil no sentido de que, em relação à SENAES ele consegue ter certa incidência no diálogo, mas em relação à política pública ele não tem a menor incidência no governo federal, que a estratégia é que, de fato, a Economia Solidária seja levada em consideração nas decisões centrais do governo [...]. O conselho não tem força suficiente pra isso! Então existem as fragilidades, mas que não estão relacionadas às divergências internas. Estão relacionadas à própria capacidade e à forma como o conselho está formado e precisamos repensar nisso. [...] Temos três problemas com relação ao governo: há uma rotatividade grande de representação e, por outro lado, ainda, às vezes, vêm representantes da parte técnica – eu não estou fazendo nenhuma crítica aqui – mas, às vezes, vem sem essa força do secretário ou diretor, sem essa delegação mais forte. (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

[...] embora ele seja muito frágil, tem muita falta de quórum, não tem uma secretaria executiva constante que organize, que faça documentos [...], então tem muitas dificuldades, desde a operacional até políticas, muitos Ministérios não vão, às vezes não participam, não levam suas representações, suas pautas e contribuições então, isso é uma dificuldade. (MEMBRO 8 FBES, 2011)

Podemos extrair dos dados acima que o CNES tem sido um espaço de pouca expressão na formulação e implantação das políticas públicas em Economia Solidária. Ainda que formalmente seja a instância de maior poder dentro da estrutura da SENAES e tenha sido concebido como espaço de articulação para que a secretaria expanda suas políticas. A interação entre Ministério e órgãos do governo ocorre fora do conselho, o que indica que, na realidade, ele não tem poder de decisão sobre as políticas a serem implementadas.

O pouco poder do CNES reflete o papel secundário que a SENAES ocupa na estrutura do governo federal, o que pode ser observado pelo fato de os demais Ministérios não

atribuírem importância a esse momento de interlocução. São indicativos disso: a) a falta de assiduidade dos Ministérios nas reuniões e, mesmo quando estão presentes, é por meio de representantes com pouco poder político de tomada de decisões e frágil articulação com as demais Secretarias de seu Ministério de origem; e b) a dificuldade que o conselho tem de se reunir devido à ausência de recursos financeiros e, algumas vezes, não consegue cumprir o mínimo de quatro reuniões previstas para o ano e acaba promovendo duas ou três reuniões anuais, conforme os entrevistados (MEMBRO 7 CFES NACIONAL, 2011). Por essa razão, é comum alguns dos membros do conselho (MEMBRO 10 SENAES, 2011) afirmarem que os assuntos tratados são de pouca relevância na política pública como um todo e giram em torno de questões internas à própria SENAES, de modo que se fecha em si mesma.

Tendo em vista tais contingências que limitam o poder do CNES como instância estratégica e tripartite na formulação, introdução, avaliação e redirecionamento das políticas, o fato de haver maior quantidade de membros da sociedade civil, embora à primeira vista relevante, não significa interferência real nos rumos das políticas públicas para Economia Solidária. Nesse sentido é que os diálogos dentro do CNES tendem a ser fragmentados, dispersos e, sobretudo, com pouca repercussão para além da SENAES. No que se refere à ausência de poder real de decisão, notamos que há a percepção dos membros sobre esse fato, ainda que muitos deles atribuam a falta de institucionalização do conselho à sua recente existência.

Motta (1982) traz que a ideia de participação é repleta de contradições porque pode servir tanto aos propósitos de cooptação nas empresas capitalistas, como pode significar ou não a interferência de fato no poder. Na maioria das vezes, a discussão sobre a necessidade de participação é cogitada justamente pelo fato do coletivo estar afastado do poder, o que significa que se trata de um conceito relacional que requer maior precisão ao identificar sua relação com *locus* de poder. No caso da participação no CNES, é necessário ter como pressuposto o grau em que as entidades de assessoria e os empreendimentos aproximam-se do poder de fato. Essa é uma questão bastante controversa se considerarmos que o CNES não tem se constituído em *locus* de poder de decisões estratégicas sobre a política de Economia Solidária. Embora exista diálogo com algumas frentes do movimento de Economia Solidária, falta poder para se concretizar as políticas. Por essa razão, é comum os membros dizerem que as interlocuções mais importantes ocorrem paralelamente ao conselho.

O CTFAT chamou a discussão na conferência, prévia a conferência nacional de Educação, tem até um documento bastante rico que dá as diretrizes para a assessoria técnica em educação na Economia Solidária, então esses documentos e essa

discussão acumulada a gente usa muito mais como referência para formular políticas públicas do que a própria discussão que se tem hoje no conselho [...] De um ano pra cá, desde que eu entrei na SENAES não foram temas muito estratégicos e só se teve uma reunião forte do CTFAT nesse período e foi bastante esvaziada. Mas as resoluções das conferências, de fato é o que a gente usa pra formular as políticas. (MEMBRO 10 SENAES, 2011)

O CNES apenas formalmente é lugar estratégico de tomadas de decisões sobre a política pública em Economia Solidária, pois, na realidade, a sua implantação depende mais da intensidade das discussões nos outros espaços da SENAES e decorrente das concertações estabelecidas com outros Ministérios e órgãos do governo. Como vimos, a principal referência na elaboração de política não são as reuniões do CNES, mas o documento final das conferências. Assim, apesar da expressão do número de participação da sociedade civil no CNES, não significa que de fato todas essas entidades e empreendimentos interfiram na definição das diretrizes da política.

“[...] outro elemento é que os representantes do governo geralmente é uma área esvaziada, é um espaço para a sociedade civil discutir e você vê a sociedade civil discutindo consigo mesma, então como que faz? [...]” (MEMBRO 11 SENAES, 2011)

Dos movimentos com maior incidência na política da SENAES está o FBES, que, embora tenha um número expressivo de representantes do CNES, totalizando 15. (MEMBRO 8 FBES, 2011), sua interlocução ocorre em outros espaços que extrapolam os limites do conselho, incluindo as instâncias de execução da política, como sua presença no CFES.

A SENAES respeita muito o FBES, por exemplo, a SENAES é governo e sempre ela quis saber o que o fórum achava, tanto que teve várias reuniões aí de acompanhamento entre sociedade civil e governo pra incidir com relação ao PL 865, sempre se buscou o posicionamento do fórum, dizendo que o que o fórum queria era o que eles defendiam. (MEMBRO 7 FBES, 2011)

Como dissemos anteriormente, apenas alguns representantes do movimento têm maior interferência na política pública, como é o caso do FBES.

Assim como o conselho não atua plenamente, também o Comitê Temático de Formação e Assistência Técnica (CTFAT), que é parte da estrutura do conselho, não tem demonstrado atuação diferente daquelas que ocorrem no conselho como um todo. As discussões sobre a política de formação para Economia Solidária, de acordo com os entrevistados, encontram-se paralisadas e o comitê pouco tem se reunido, como podemos perceber:

Mas na prática acho que foi muito esvaziado o conselho [...] como o conselho não foi atuante acho que isso hoje é tranquilo [referindo-se aos rumores de que CNES

substituiria o FBES quando iniciou], inclusive o fórum tira que é por meio do Conselho que sai as deliberações de algumas pautas [...] legitima que o Centro de formação que tem uma câmara técnica de formação [...] essa comissão nunca se reúne, o comitê temático que tem o pessoal do CTFAT [...]. (MEMBRO 7 FBES, 2011)

[...] o único que funcionou bem durante algum tempo foi o CTFAT, a gente tá até querendo discutir o CTFAT porque eles não vêm, têm outros compromissos, então não é uma coisa que eles dão prioridade para isso [...]. (MEMBRO 10 SENAES, 2011)

Tendo em vista os aspectos discutidos, percebemos que o CNES não desempenha plenamente nenhuma das competências estabelecidas, pois não se constitui em espaço promotor da participação da sociedade civil e do governo, encontra dificuldade de propor diretrizes e prioridades para a política pública e de aperfeiçoamento da legislação; tem dificuldades operacionais quanto à avaliação dos programas que desempenha e, ainda, quanto à adequação da política pública. O relato abaixo é elucidativo a respeito dessa não concretização do papel do CNES:

[...] as pautas não são pautas de avaliação, monitoramento e planejamento de políticas públicas, mas todos esses projetos que a SENAES vai colocando aí na rua não passa pelo conselho, eu acho que isso é um limitador na atuação do conselho, no caso da SENAES há algum tempo que se solicita orçamento da Secretaria, então tem coisas que dificultam o trabalho do conselho [...] Olha a situação, agora teve oito anos da SENAES, teve um seminário de avaliação que não se deu dentro do conselho [...]. (MEMBRO 11 CFES NACIONAL, 2011)

Para finalizar essa discussão, gostaríamos de apontar que o fato dos debates no conselho não primarem pelo conflito ou divergência de ideias²⁹⁸, ainda que possa se referir aos objetivos comuns entre entidades, empreendimentos e governo, parece-nos que decorre justamente do fato do CNES ser uma instância com pouco poder e vitalidade na definição de política. Em decorrência desse fato, tende a haver poucos embates porque não há protagonismo a ser disputado.

²⁹⁸ Os relatos a seguir indicam essa dimensão: “[...] O conselho não é polarizado em nada e assim surgem as falas que nos permitem entender o que está acontecendo tanto do lado do governo como da sociedade civil, o conselho está aqui para fomentar, sustentar a Economia solidária, e nenhuma das sessões que eu dirigi do conselho desde 2006, houve qualquer votação, ou seja, as três partes não são antagônicas, é diferente de patrão e empregado” (Informação fornecida pelo membro 12 da SENAES, em entrevista concedida à pesquisadora em 29 ago. 2011). Outro relato confirma essa ideia: “[...] Agora, no nosso conselho não há tantos conflitos. Existem as diferenças, mas não há tantos conflitos que levem a questionar e viabilizar sua existência [...] diferente de outros conselhos que eu conheço [...] no nosso aqui há muita convergência porque a maior parte dos membros é indicada pelo FBES, todas as entidades de apoio são membros do FBES, ligados organicamente a ele. Agora, dentro do FBES tem conflito e disputas acirradas [...] e isso vem pro conselho”. (Informação fornecida pelo membro 4 da SENAES, em entrevista concedida à pesquisadora em 29 ago. 2011).

3.6 O CFES Nacional sob a Coordenação da Cáritas Brasileira

O CFES nacional encontra-se sob a coordenação da Cáritas brasileira, que assumiu essa atividade por meio da seleção realizada em edital público, em 2008, e cujos critérios²⁹⁹ constam no Termo de Referência (BRASIL, 2007, p. 11).

Além da infraestrutura³⁰⁰ adequada à realização das atividades do CFES, outro fator que influenciou a escolha da Cáritas deve-se à sua trajetória de fomento às experiências de Economia Popular Solidária.³⁰¹ Assim, levou-se em consideração a capacidade que a entidade tem de convergir e aglutinar experiências diversas em Economia Solidária, embora inicialmente a equipe nacional tenha demonstrado muita dificuldade em executar a tarefa de formação (MEMBRO 0 SENAES, 2011). A capacidade da Cáritas aglutinar pessoas em torno dos projetos comunitários e de associações e cooperativas solidárias foi salientada por Gaiger (1996, p. 269-271 apud SINGER, 2002a) ao apontar que apenas no Rio Grande do Sul estima-se que a entidade tenha atingido diretamente cerca de 17 mil pessoas. Os relatos abaixo confirmam essa perspectiva:

[...] mas a Cáritas tinha um longo histórico com os PACs, os projetos alternativos, eu mesmo sou exemplo disso, porque em 85 [referindo-se a 1985] eu fazia formação

²⁹⁹ Os critérios de seleção dividem-se em dois aspectos: 1. Perfil institucional (adequação aos objetivos, diretrizes e prioridades dos CFES); 2. Justificativa e intencionalidade institucional para implantação do CFES. Dentre os critérios estão: a experiência acumulada, qualificação da equipe técnica institucional e infraestrutura, entre outros. Destacamos esses critérios porque, de acordo com uma das entrevistas ainda durante a pesquisa exploratória (Informação fornecida pela Técnica da Anteag em entrevista concedida à pesquisadora em 2009), a escolha da Cáritas deveu-se a sua capilaridade em diversos setores de experiências de economia popular e solidária e as condições financeiras para manter a infraestrutura. Houve três entidades que concorreram para o edital de execução do CFES Nacional e a Cáritas foi selecionada segundo pontuação, conforme o termo de referência. Um dos entrevistados que participou do processo de seleção das entidades diz que “Os critérios são objetivos: comprovação de acúmulo de experiência e o plano político pedagógico. Na SENAES nós sempre dividimos em duas partes, a qualificação técnica e capacidade profissional, o outro é o mérito da proposta, incluindo aspectos orçamentários e financeiros. Nenhuma entidade teve pontuação distante da outra, era assim milésimos, décimos [...], é isso, toda seleção gera tensionamento”. (Informação fornecida pelo membro 4 da SENAES, em entrevista concedida à pesquisadora em 28 ago. 2011).

³⁰⁰ A fala da técnica da ANTEAG, entrevistada na fase de pesquisa exploratória em 2009, expressa a dificuldade que tiveram para concorrer ao edital e as razões que fizeram com que a Cáritas vencesse o edital público: “O edital das licitações é muito fechado e não é qualquer tipo de associação que se enquadra nas exigências dele. Consideram nos editais a estrutura física da associação e o montante de recursos. Com isso, tem ganhado as licitações aquelas associações com mais capilaridade, que possui uma rede ampla e uma estrutura mais condizente com o perfil exigido no edital. O programa do governo de assistência técnica por estado, o Planseq, tem priorizado entidade que tem grande estrutura, como a Cáritas, que venceu o último edital. Os cursos desenvolvidos pela Cáritas, que versou sobre formação de formadores para a economia solidária, poderiam ser desenvolvidos também Anteag”. A pesquisa de Toledo (2010, p.51) também evidenciou essa denúncia feita pelas entidades executoras sobre a rigidez burocrática dos contratos do PNQ, o que impede que as entidades sérias, mas com poucos recursos executem ações. Para autora isso explica a concentração de ações nas mãos do SENAC.

³⁰¹ Termo utilizado pela Cáritas para se referir às iniciativas de organização alternativa do público excluído das relações formais de trabalho e de outros espaços sociais (BERTUCCI; SILVA, 2003).

nesses projetos da Cáritas no Rio Grande do Sul pra debater [...], com certeza eles são um dos pioneiros. Outro projeto bem articulado também é aquela Rede Esperança, em Santa Maria, que se tornou uma feira internacional, tinha seminários e tudo mais [...] A Cáritas tinha todas as condições e já tinha experiência em gestão regional e tinha também as condições de criar uma infraestrutura já que o nacional tinha que ser em Brasília. (MEMBRO 13 SENAES, 2011)

Além dos critérios objetivos, um dos entrevistados menciona o apoio do FBES para que a Cáritas assuma a coordenação do CFES. O espaço do FBES é importante na estratégia da entidade de luta pela participação nas instâncias decisórias do Estado e por políticas públicas para o público da Economia Popular Solidária (ESP).

Alguns entrevistados mencionam que a Cáritas brasileira é apenas executora do projeto CFES nacional e que não há interferência direta da ideologia e da proposta de formação dessa instituição nos Centros, bem como ressaltam que se trata de um projeto do Estado laico. Em contraposição a essa percepção, outros entrevistados salientam a impossibilidade de se executar um projeto educativo sem que seja influenciado pela ideologia e proposta educativa da entidade executora. Podemos identificar essas diferentes compreensões nos relatos a seguir:

Nós temos dificuldades de atribuir a entidades porque se tem espaços colegiados. A Cáritas hoje tem uma função muito mais administrativa e financeira do que, sobretudo, política porque a política do CFES é definida pelo Conselho gestor, é ele que decide o que vai ser feito, quando e com quem. (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

A atividade de formação não é da Cáritas, é uma execução do projeto do governo que tem metas, prazos e conteúdos que estão lá especificados e se não estão especificados, o conselho gestor vai definir e o conselho gestor são quinze pessoas e a Cáritas não tem um poder diferenciado dentro desse conselho. (MEMBRO 11 CFES NACIONAL, 2011)

Em conformidade com o Termo de Referência (BRASIL, 2007, p. 9), os entrevistados salientam, além dos documentos considerados oficiais da SENAES,³⁰² o papel do conselho gestor como o principal articulador das diretrizes do CFES nacional³⁰³.

Outros entrevistados apontam a imbricação entre a execução do CFES nacional e a proposta de formação da Cáritas:

³⁰² Esses documentos são os abordados neste capítulo, sendo: I e II CONAES; I e II Oficina Nacional de Economia Solidária; o Termo de Referência para implantação dos CFES. Neste capítulo mencionamos o documento da IV Plenária do FBES.

³⁰³ De acordo com o Termo de Referência (BRASIL, 2007, p. 9) compõem o conselho gestor: representantes da entidade executora do convênio que dá suporte ao CFES nacional; representação do comitê de formação e assistência técnica do conselho nacional de Economia solidária; representação FBES, um representante de cada CFES regionais, representações de projetos nacionais apoiados pela SENAES e que desenvolvem ações formativas.

É claro que cada uma tem formas de trabalhar, tem metodologias, tem clareza de como executa a formação, mas acaba que dá uma cara de quem está executando. A questão dessa diversidade: de Universidades, da Igreja, de entidades que têm carga de formação sindical, acaba que sendo muito rico nisso e não há divergências porque todas são militantes da Economia Solidária e todos defendem o pilar da autogestão [...] apesar das práticas diferenciadas, todas acreditam na educação popular.³⁰⁴

Eu me lembro de um desses encontros nacionais onde cada CFES ia apresentar o seu trabalho da construção da proposta pedagógica, quando chegou a vez do nacional, o nacional apresentou a proposta pedagógica da Cáritas [...] Eu falei várias vezes isso com o Ademar e nos encontros: a Cáritas está gerindo o nacional é uma gestão, ela não é proprietária do CFES nacional, então tem que rever a proposta pedagógica da rede CFES e não trazer a proposta da Cáritas, que também é de articular e tem um histórico imenso [...]. (MEMBRO 13 SENAES, 2011)

Ainda que prevaleçam na execução os eixos comuns que orientam a formação do CFES, conforme os documentos SENAES e as diretrizes emanadas do conselho gestor, identificamos que a imbricação com as concepções da Cáritas não ocorre na execução, mas na definição das políticas da SENAES, em especial, da política de formação, que é nosso interesse. Isso se deve aos espaços que a entidade ocupa nos órgãos de consulta e deliberação da SENAES, como: no CNES³⁰⁵, no FBES, como membro da Coordenação nacional e executiva, e no CFES por meio do conselho gestor. Além disso, a entidade executa três projetos da SENAES: o Brasil Local, considerado por um dos entrevistados (informação verbal)³⁰⁶ como projeto significativo em termos de recursos disponibilizados; o Fundo Solidário; e o CFES (MEMBRO 11 CFES NACIONAL, 2011). Tal quantidade de projetos é bastante significativa tendo em vista o orçamento SENAES, o número de projetos existentes e a quantidade de entidades de assessoria técnica nas experiências de Economia Solidária. Há ainda, no quadro de gestores da SENAES, os membros identificados com a proposta da Cáritas brasileira, como podemos notar:

A SENAES são pessoas que vieram de diferentes trajetórias, inclusive da Cáritas, pelo menos duas pessoas, o que é da Cáritas também está dentro da SENAES, não dá pra fazer uma análise que faz relação apenas CFES-SENAES, pois existe algo anterior, uma construção no campo da Economia Solidária que é representado pela SENAES. Então o que tu tem? Pessoal da USP, o Singer que trouxe mais pessoa [...], então não é apenas CFES. O CFES vai trazer o impacto dessa questão de afirmar uma educação popular, com exercício da autogestão [...] Dessa relação mais direta entre CFES-Cáritas é preciso pegar elementos anteriores, a Universidade, a Igreja, democracia socialista, setores do PT, faltando o campo sindical. Então pra perceber esses impactos das diferentes concepções de Economia Solidária seria

³⁰⁴ Na mesma entrevista há contradição ao dizer que “É muito esse balaio de gente que constrói e acaba tendo uma diversidade, que não acaba tendo tanto a cara da instituição” (MEMBRO 7 FBES, 2011)

³⁰⁵ No caso da participação no CNES a incidência tende a ser menor na definição política em decorrência dos aspectos que envolvem a atuação desta instância, como discutimos anteriormente.

³⁰⁶ Informação fornecida pelo membro 7 do FBES em entrevista concedida à pesquisadora, em 01 set. 2011.

preciso olhar a própria SENAES e as relações de força que estão lá dentro. Uma questão mais pontual, uma atividade de construção de um projeto político pedagógico, o que o CFES nacional leva para a Cáritas, a percepção de educação, aí poderíamos fazer uma leitura, que o CFES interfere no conceito de educação, agora outros processos não passam por aí. [...]. (MEMBRO 11 CFES NACIONAL, 2011)

Assim, a influência da Cáritas sobre a política pública da SENAES, que se materializa também na atuação do CFES, acontece em diferentes espaços e momentos nos quais se definem as diretrizes. Por essa razão, notamos a imbricação da concepção de Economia Solidária e formação entre a Cáritas e a SENAES, de modo que fica difícil de diferenciar tais concepções, exceto os aspectos mais específicos como a mística religiosa.³⁰⁷

Por essa razão, é recorrente os relatos salientarem a pouca diferenciação entre o projeto formativo da Cáritas e o do CFES:

Não sei te dizer porque eu conheço a Cáritas há muito tempo e sei que eles sempre prezaram muito pela formação, tinha uma coisa até estruturada sobre formação. Como a Cáritas já adotava o processo PMAS - Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização, do que eu conheço a concepção pedagógica que tinha na Cáritas, predominantemente, era a educação popular e buscava o protagonismo dos excluídos, então não tem muita diferença não [...]. (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

Mas nas outras coisas acho que é tudo bem parecido, porque a gente vai falar sobre o trabalho, trocar experiências, as metodologias são muito parecidas. (MEMBRO 9 CFES NACIONAL, 2011).

[...] a gente tem uma orientação nacional que seja pra qualquer atividade que a Cáritas tenha deve seguir na linha da Educação popular ou dos grupos excluídos que é o termo que a gente usa. A organização que se pretende nos grupos excluídos é a autogestão como perspectiva da Cáritas, uma forma de emancipação dos grupos excluídos socialmente é a emancipação dos sujeitos de direitos a partir de uma perspectiva de auto-organização. Então a Cáritas entende que, se nas outras atividades nossas o processo emancipatório supõe autonomia dos grupos, na Economia Solidária isso se daria mais ainda [...]. (MEMBRO 6 DO FBES, 2011)

No que se refere aos principais eixos da proposta de EPS da Cáritas, identificamos que há coerência com as orientações da política pública da SENAES discutidas até aqui. A experiência da Cáritas com os PACs foi marcada pela utilização de metodologias de educação popular, autogestão no sentido de organização comunitária das relações de trabalho,

³⁰⁷ Bertucci e Silva (2003, p. 61) mencionam que a mística da Cáritas refere-se à espiritualidade libertadora que animou os PACs a partir da fé e esperança para a construção do Reino de Deus. Uma das entrevistadas menciona que a Cáritas trouxe a mística para dentro do CFES, mas transformada porque a ênfase não é religiosa. No relatório de sistematização de (CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011) pudemos observar elementos dessa mística referindo-se à sintonia e respeito com a natureza denominado de “mãe terra” (MEMBRO 9 CFES NACIONAL, 2011).

solidariedade em rede e desenvolvimento sustentável, principalmente a partir da década de 1990, quando os PACs são substituídos pelas experiências de EPS³⁰⁸ (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 70). Quando comparamos as diretrizes políticas e metodológicas da SENAES (BRASIL, 2007, p. 4-5) podemos ver a correlação com os pressupostos da formação nas experiências EPS fomentadas pela Cáritas, em especial, nos itens: gestão participativa, educação popular, pedagogia da alternância, intersetorialidade e complementaridade.³⁰⁹

Um dos instrumentos utilizados pela Cáritas para incidir na política pública, como dissemos, é o FBES, no qual a entidade é membro da coordenação nacional. Por meio do FBES, junto com outras entidades, a entidade contribui para a implantação das diretrizes de políticas públicas da SENAES, como podemos perceber:

Participa no Conselho, a Cáritas tem assento no grupo de trabalho de formação. Eu faço parte do conselho e faço parte da coordenação do conselho, que não é só formação. A gente está na área de formação do grupo, na área de finanças solidária e na coordenação, tem outro nome lá, mas é efetivamente o grupo coordenador que prepara as agendas das reuniões do Conselho. [...] [Sobre a articulação do projeto Cáritas de formação com a proposta da SENAES] Pra não dizer que é total. Como se sabe na história do movimento foi se construindo a SENAES e esta a nós. [...] As pessoas que estão na SENAES, como o Singer vem do movimento, as definições dos programas da SENAES são praticamente a definição do Fórum brasileiro [...] um edital é sempre uma concorrência e eu me lembro que trabalhei um bocadinho pra convencer os amigos que deveríamos fazer um edital de convergências, o FBS foi afunilando isso e que a Cáritas deveria ser a entidade de convergência nacional [...] o Brasil local que hoje a Cáritas está na articulação, essa foi uma formação precipitada com questionamentos que aconteceu dentro da SENAES e o fórum bateu muito nisso e depois foi se incorporando e dividindo até que chegou um ponto que a SENAES entendeu que não era a melhor forma aquela que estava sendo feita, ela chamou o fórum e pediu para que ele assumisse a gestão política e nessa estratégia aconteceu um pouco de outra maneira, mas também disso da discussão dentro do FBES, das instituições que poderiam estar assumindo o Brasil local e da Cáritas como articuladora nacional. (MEMBRO 6 FBES, 2011)

³⁰⁸ O termo popular reforçado pela Cáritas representa a natureza do projeto voltado aos excluídos. Para Bertucci e Silva (2003, p.70), o primeiro como assessor nacional da Cáritas brasileira, menciona que a compreensão de Economia popular solidária da Cáritas nasce de uma postura crítica frente ao atual modelo de exclusão e se guia por um mercado solidário, ainda que dentro do modelo capitalista hegemônico, baseados nos valores de autonomia, igualdade e democracia. A Cáritas, assim como outros adeptos da Economia solidária acredita que as experiências de EPA está abrindo a possibilidade de expansão dentro de um mercado não capitalista, fundado na cooperação entre unidades de trabalho entre si e destas com os consumidores conscientes (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 70). Essa é uma visão recorrente mesmo entre alguns membros da SENAES entrevistados, assim como é uma visão predominante entre os adeptos da Economia solidária, como apontam Vieitez e Dal Ri (2009).

³⁰⁹ No que se refere à complementaridade, o termo é empregado pela Cáritas ao tratar da mudança de enfoque na sua atuação, a partir da década de 1990. A rede de complementaridade viria substituir a concepção dos PACs de subsistência sem articulação das cadeias produtivas (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 7). Não há referência ao termo intersetorialidade na discussão de Bertucci e Silva (2003), mas há o indicativo de que se deve articular-se verticalmente com os vários níveis de governo e estabelecer parcerias com os movimentos sociais, além de se articular pela transversalidade horizontal no âmbito da política pública. Com isso, notamos que a forma como a Cáritas orienta seus projetos é adequada e semelhante à organização da política pública em Economia solidária, que se constitui pela transversalidade e intersetorialidade como discutimos.

O relato acima explicita como a Cáritas tem incidido sobre a política pública da SENAES e, especificamente na política de formação, ao considerarmos que, conforme a II Oficina Nacional de Formação-Educação em Economia Solidária (2007, p. 20), são eixos estruturantes da formação a Rede de formadores/Grupo de Trabalho de formação, o CTFAT, a SENAES e o FBES. O fato da Cáritas conceber o FBES como instrumento privilegiado para atuar na política pública explica a coerência e sintonia entre os documentos do FBES, em especial a IV Plenária, com as orientações da SENAES e as concepções que vigoram na Cáritas brasileira.

Com o intuito de demonstrar a correlação existente entre algumas diretrizes estratégicas da SENAES, com repercussão na política de formação do CFES, e a configuração da Cáritas a partir da década de 1990 remeter-nos-emos à trajetória da Cáritas brasileira na Economia Solidária.

A Cáritas brasileira foi criada, no Brasil, em 1956 e, nesse momento, sua atuação é fortemente marcada pelo trabalho assistencial de atendimento à população miserável por meio da destinação de donativos.³¹⁰ Souza (2007) aponta que, após o II Concílio do Vaticano (1962-1965), há um maior destaque nas questões sociais com a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das pastorais sociais na década de 1960. Na América Latina a CEBs foi o pilar das ideias inspiradas na teologia da libertação, que tinha na população pobre e excluída o seu foco de atuação³¹¹ e cumpriu papel de destaque na resistência à ditadura militar, assim como essa frente da Igreja acolheu os militantes esquerdistas. A partir desse momento, as atividades formativas da Igreja católica nos CEBs e pastorais sociais, em conformidade com a ala mais progressista da teologia da libertação, passam a assumir um caráter político destinado à conscientização da população marginalizada³¹².

³¹⁰ A Cáritas foi criada no Brasil por Dom Helder Câmara, durante a 3ª Assembleia da CNBB, inspiradas pelas mudanças com o concílio Vaticano II, iniciado em 1962, que previa a mudança de concepção e presença da igreja mais sintonizada com a miséria do mundo e do Brasil. “[...] Essa Assembleia determinou como objetivos principais da Cáritas articular, em plano nacional, todas as obras de ação social católicas ou de inspiração católicas e planejar, executar e fiscalizar a distribuição dos donativos do povo brasileiro à Igreja, através da CNBB” (BORGHETTI, 2007, p. 57-58). Para executar o segundo objetivo, a Cáritas recebia donativos dos Estados unidos para serem empregados aos refugiados da segunda guerra mundial e, depois, foram direcionados para as regiões subdesenvolvidas do terceiros e quartos mundos distribuídos aos escritórios diocesanos que repassava para as obras de caridade pelo Brasil (BORGHETTI, 2007).

³¹¹ Borghetti (2007, p. 58) observa a mesma igreja que apoiou a ditadura militar volta-se para a população pobre e oprimida.

³¹² Borghetti menciona que a Cáritas figurou como uma instituição eclesial de grande alcance no Brasil e forte poder de contestação. De 1964 a 1969 a Cáritas encontrava-se espalhada em várias Dioceses e passou a chamar a atenção dos fiéis católicos, por meio da educação voltada para a conscientização utilizando pretextos como a criação de cursos como pintura, costura, higiene, cozinha, entre outros (CNBB apud BORGHETTI, 2007, p. 59).

Há na teologia da libertação³¹³ uma orientação clara para a educação libertadora, que será criada por Paulo Freire que esteve próximo às CBEs (BORGHETTI, 2007, p. 63). Assim, Kisara (apud BORGHETTI, 2007, p. 64) menciona que de 1970 a 1981 ocorreu nas entidades membros da Cáritas uma ênfase na promoção humana pautada nos princípios freireanos de dialogicidade que derivou de um planejamento articulado da pastoral social e das CBEs. De acordo com Borghetti (2007, p. 64-65), consolidou-se o principal objetivo da Cáritas brasileira de assistir, educar e promover pessoas e comunidades mais necessitadas à luz da teologia e da educação libertadora.

Como desde a década 1960 a Cáritas se aproxima da educação libertadora. Tudo indica que a trajetória educacional da instituição nesse campo, baseada nas experiências de Economia Solidária que assessora, será incorporada nos documentos que orientam a formação no CFES (OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO-EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 9; OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO-EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2007, p. 66; BRASIL, 2007, p. 5)³¹⁴, ainda que haja outras entidades que tenham influenciado nessa sistematização das experiências. Um dos entrevistados expressa a tradição que a instituição tem na Educação popular como um estímulo para executar o projeto CFES:

E aí como a Cáritas nunca trabalhou e nem vai trabalhar numa perspectiva financeira, mas numa perspectiva educativa, então todo processo de trabalhar com Economia Solidária na Cáritas é processo educativo. É mais do que cursos em sala de aula, mas sim ação e reflexão. (MEMBRO 6 DO FBES, 2011)

Apesar do caráter considerado progressista das CBEs, Souza (2007, p. 165) menciona que as experiências voltadas para o cooperativismo foram esquecidas pela esquerda católica, embora as experiências de mutualismo e cooperativismo católicos tenham surgido nos círculos operários na década de 1930 e ganhado maior expressão a partir da década de 1940, quando, entre 1955-1967, houve a maior experiência econômica católica com a cooperativa de fabricação e comércio de móveis denominada Unilabor.³¹⁵

³¹³ A teologia da libertação surgiu na América Latina como fruto das reflexões de Leonardo Boff (1976), Gustavo Gutierrez (1975) e John Sobrinho (BORGHETTI, 2007, p. 60).

³¹⁴ As orientações da I e II Oficinas Nacionais de Formação-Educação em Economia Solidária (2006; 2007) irão integrar o termo de referência para a implantação dos CFES “[...] o processo de formação em Economia Solidária deve ser orientado pelos fundamentos, princípios, práticas e metodologias da educação popular, o que requer intercâmbio com organizações e redes que se constituem a partir dessa perspectiva educativa” (BRASIL, 2007, p. 5).

³¹⁵ O circulismo, como parte da Ação Católica Brasileira, voltou para os trabalhadores urbanos com cursos de capacitação e demais práticas comunitárias para além do sindicato e partido (SOUZA, 2007, p. 165).

Apenas com os PACs é que os processos de organização da produção de forma comunitária ou cooperativada vão se estruturar com maior ênfase. Os PACs,³¹⁶ entre outras instituições de assessoria, terão na Cáritas uma importante articuladora e fomentadora das experiências voltadas para a subsistência da população pobre e excluída das relações formais de trabalho.

Entre as décadas de 1980 e 1990, a orientação dos PACs modifica-se até serem substituídos pela EPS³¹⁷. Bertucci e Silva (2003, p. 15) mencionam que até 1980 os recursos dos PACs eram considerados fundo perdido, pois não se acompanhava sua aplicação e não se avaliava os resultados³¹⁸. A partir de 1989 há o enrijecimento das entidades financiadoras de cooperação internacional, o que impulsiona a Cáritas a buscar novas formas de financiamento por meio de convênios com o poder público e depender mais dos fundos das campanhas de fraternidade.

Para Bertucci e Silva (2003), esse processo de modificação dos meios de financiamentos dos PACs é concomitante à mudança de orientação da natureza dos projetos alternativos. Do lado das fontes financiadoras tem-se que as instituições internacionais que financiavam os PACs por meio da Cáritas imbuem-se cada vez mais da lógica de mercado e passam a cobrar juros inacessíveis ao público popular e encurtam-se os prazos para a restituição do montante aplicado. Com essa modificação nas formas de financiamento, a Cáritas entende que tal concepção não se adequava à natureza dos PACs, os quais se

³¹⁶ PACs foram os projetos alternativos comunitários. O surgimento dos PACs decorre da busca por alternativa à condição de seca vivida no Nordeste na década de 1980. Nesse momento, há o Seminário intitulado “O homem e a seca no nordeste” que culmina com a criação dos PACs no Nordeste tendo em vista a subsistência das pessoas e saída da condição de miséria. As ações no âmbito dos PACs voltam-se para a construção de cisternas e iniciativas comunitária de produção. Nesse momento, o viés assistencial permanece forte, uma vez que se destina às estratégias de sobrevivência da população pobre (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 13-15).

³¹⁷ As razões que impulsionam a modificação de orientação dos PACs decorrem, principalmente, da mudança de perspectiva das entidades financiadoras quanto ao PACs. Na década de 1990 há acentuado declínio por parte da cooperação internacional em decorrência da crise social nos países centrais; ao número alarmante de desemprego na Europa; fim da guerra fria e ações voltadas ao leste europeu e disputa das ONGs pelos recursos no mercado. Todos esses fatores irão impulsionar, no caso brasileiro, a uma mudança de atuação das instituições de cooperação internacional, como a Misereor. Bertucci e Silva salientam que se na década de 1970 parte significativa dos doadores dava grande apoio aos programas de conscientização e mobilização política na tentativa de realizar transformações estruturais, na década de 1990 a intenção é apoiar projetos que produzam impactos mais imediatos na vida do pobre. Por essa razão, irão apoiar as iniciativas de apoio aos empreendimentos produtivos, pois para os europeus tais investimentos gerariam investimento, pois criariam capacidades empresariais (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 23).

³¹⁸ As principais entidades de cooperação internacional que apoiavam os PACs eram: Cáritas (Suíça/Alemã); Misereor, Zentrastelle Fur Entwicklungshilfe, Cordaid (Holanda) e Entraid et Fraternité (França) (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 20). Bertucci e Silva (2003, p. 2) mencionam que aos poucos os PACs foram sendo identificados como iniciativas produtivas com a finalidade de geração de ocupação e renda e, a partir da avaliação dessas experiências, constatou-se que a geração de renda era mais clara quando os recursos públicos dos PACs complementavam outros fundos públicos, entre eles, o PRONAF, O FAT, FNO, FNE, FCO e os Programas de Combate a pobreza rural do Banco Mundial.

destinavam aos excluídos que não podiam adequar-se às normas mercadológicas³¹⁹ empregadas pelos financiadores, bem como se definiu que o objetivo era a sobrevivência e o fortalecimento das experiências solidárias.

A partir desse momento, a atuação da Cáritas busca compreender os projetos alternativos não apenas como estratégia de sustentabilidade, mas como meio de propiciar a ampliação da qualidade de vida dos cooperados, valendo-se do fortalecimento das práticas democráticas de organização, denominadas de autogestão, tendo em vista outro projeto de desenvolvimento sustentado. Na perspectiva da entidade, isso ocorreria por meio das redes de cooperação que auxiliariam na produção e, principalmente, nas estratégias de comercialização. É justamente nesse momento que passam a defender o termo EPS como sinal de avanço aos PACs (BERTUCCI; SILVA, 2003).

Nesse momento, a atuação é incisiva quanto à necessidade de buscar políticas públicas que ultrapassem o caráter complementar, mas que se constituam na fonte principal de financiamento dos projetos alternativos de EPS. Em 1999, na 43ª Reunião do Conselho Nacional Cáritas, salienta-se a importância de acessar outros fundos, entre eles estão recursos públicos, os recursos de campanhas de solidariedade e da campanha da fraternidade. Em defesa do conceito de EPS, a Cáritas assume uma metodologia participativa que inclui, entre outros aspectos, a participação em fóruns e conselhos como instrumentos de conquistas das políticas públicas (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 72).

Na perspectiva da Economia Popular Solidária, as redes passam a ser compreendidas como um dos instrumentos fundamentais para o fortalecimento das iniciativas econômicas e para a ampliação da capacidade política dos setores populares no sentido de conquista de políticas públicas [...]

[...] [sobre as redes que estão sendo valorizadas pela Cáritas no apoio ao cooperativismo] As redes de organização associativas com vista à intervenção nas políticas públicas, reforçando os movimentos sociais e populares no sentido de conquista ao acesso a recursos e serviços, na participação e negociação de programas governamentais e na proposição de políticas para a EPS a partir das perspectivas exitosas.

[...] é na perspectiva da sustentabilidade e da solidariedade que vem orientando as ações da Cáritas brasileira para a *construção de um projeto de sociedade, a partir dos excluídos, contribuindo para a conquista da cidadania plena para todos.* (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 74-78, grifo nosso).

Com base nesse breve resgate da atuação da Cáritas brasileira, podemos verificar como a conquista de política pública orienta a atuação da instituição que busca, por meio da participação nos conselhos públicos e nos fóruns, os mecanismos de influenciar na sua

³¹⁹ Nesse momento, a Cáritas irá criticar a perspectiva liberal de empreendedorismo e empregabilidade e defender uma educação emancipatória (BERTUCCI e SILVA, 2003, p. 66).

definição. Ao menos no que se refere à política de Economia Solidária, tem tido êxito nessa tarefa. Souza (2007, p. 162) menciona que mesmo sem todo o poder de influência desejado pela Igreja Católica ela é uma instituição ouvida e respeitada nas políticas governamentais de caráter social.

O relato abaixo explicita que o objetivo de luta da instituição circunscreve a conquista de políticas públicas:

[...] a gente criou a SENAES não é só pra fazer projetinho não, é pra ela fazer incidência no governo e criar um espaço de compreensão da economia solidária no governo. Eu posso até falar com certo otimismo exagerado que do jeito que as coisas com a Economia Solidária estão indo a gente consegue até derrubar um projeto de lei do governo [...] porque tem 20 Ministérios que têm ações de proximidade com o nome da Economia Solidária, tem 20 movimentos que vêm procurando o Fórum porque se identificam com o FBES. É claro que quando eu falo disso, eu quero dizer que se está num momento conjuntural muito rico e de necessidade de convergência pra projetos políticos que superem a sociedade cujo desenvolvimento econômico é excludente. (MEMBRO 6 FBES, 2011)

O horizonte da luta da Cáritas por meio dos projetos alternativos que compõem a EPS encerra-se na conquista de política pública, pois embora critique o empreendedorismo como fruto do liberalismo, sua concepção de alcançar a cidadania plena no capitalismo não difere dos fundamentos desse modelo. A atuação da Cáritas sustenta-se em noções não agressoras à ordem do capital, na medida em que: não questiona a estrutura hierárquica do Estado; propõe o desenvolvimento sustentado no seio da sociedade capitalista e fundamenta nessa perspectiva a concepção educação ecológica; não questiona nem ataca a própria estrutura burocrática e hierárquica que fundamenta a instituição, como CNBB e a organização da igreja centralizada no Vaticano; e, principalmente, acredita que é possível desenvolver experiências solidárias locais imersas na ordem hegemônica do mercado capitalista. Desse modo, a instituição fundamenta-se em práticas que contribuem para a reprodução das relações capitalistas, ainda que seu discurso e suas ações se voltem para o excluído.

Outro aspecto que merece consideração é o poder de incidência que a instituição tem na definição das diretrizes da política pública em Economia Solidária, isso pode ser observado pelas próprias terminologias introduzidas nos documentos oficiais, como por exemplo, a noção de “*empoderamento*” para indicar a participação dos sujeitos na política pública e a maior autonomia para elaborar projetos para participar de editais públicos, de acordo com a última dimensão da Conferência Nacional de Economia Solidária (2010) e da Cáritas (BERTUCCI e SILVA, 2003, p. 59).

Não desconsideramos que as CEBs, os PACs e as experiências de EPS animadas pela Cáritas tenham importância fundamental na vida de muitas pessoas, famílias e grupos comunitários, muitas vezes, livrando-os da morte, da fome, da miséria extrema e da indignação. Porém, o que questionamos aqui é o potencial que essas experiências, estruturadas sob a perspectiva acima apontada, têm para se constituir em mecanismos reais de oposição à lógica do capital. Nesse caso, os elementos indicados apontam para a adaptação ao sistema do capital, ainda que haja reivindicações a serem viabilizadas pela expansão e universalização das políticas públicas. O problema é que a impossibilidade de universalização das políticas e de emancipação humana na lógica do capital é desconsiderada por completo nessa abordagem.

Os interesses que orientam a atuação da Cáritas na Economia Solidária são assim expressos:

A Cáritas ganhou algum dinheiro com isso? Dinheiro não. Agora é claro, como a gente também tem uma diretriz e as pessoas que vêm para o projeto na Cáritas, elas se incorporam na ação da Cáritas como um conjunto, mesmo que ela assuma outras atividades além do projeto e outra coisa que interessa mais ainda é que ela está dentro de um projeto que não é uma prestação de serviços da Cáritas ao governo, é um projeto que está dentro da missão da Cáritas e o que se vem fazer nesse projeto é reforçar as ações que a Cáritas já tem nesse campo [...] As bases da Cáritas estão contribuindo nos núcleos de formação. (MEMBRO 6 FBES, 2011)

Financeiro ninguém tem porque quem entra nisso só tem problema. Mas tem o ganho político pedagógico, se pega Cáritas e Maristas: a Cáritas coordena nacionalmente o CFES, coordena possivelmente alguma região no Brasil Local; os Maristas nacionalmente coordenam feiras, coordenam o Brasil Local também. Então, se tem essas duas, tem uma presença forte na Economia Solidária, então tem-se o ganho político pedagógico e acho que a Cáritas mais que os Maristas, porque ela tem mais experiência formativa pelo que eu sei. Dentro do FBES também, ela está lá. (MEMBRO 13 SENAES, 2011)

Eu acho que existe um elemento de atuação na Economia Solidária em diálogo com organizações do Brasil todo, pois se por um lado a Cáritas já participava como entidade no fórum brasileiro, esses projetos vão colocar a Cáritas em diálogo com organizações que ela ainda não era tão próxima, acho que isso é um elemento positivo, outro elemento é conseguir trazer pessoas que trabalham e que têm experiência com Economia Solidária, pois são projetos que exigem uma experiência no trabalho de Economia Solidária no Brasil, então quando se faz seleção tem que ter pessoas com esse perfil e isso é algo que acrescenta para a Cáritas. (MEMBRO 11 CFES NACIONAL, 2011)

A intenção da Cáritas na execução dos projetos da SENAES, entre outros do governo federal, deve-se a duas razões: uma delas é a penetração nas instâncias de decisão política da sociedade para incidir sobre as diretrizes das políticas delineadas, em especial aquelas de caráter social; a outra, refere-se à ampliação do número de pessoas identificadas com o catalocismo e, nesse sentido, busca ampliar sua base social. Esse último aspecto insere-se no

contexto de arrefecimento da teologia da libertação na década de 1990 em razão do movimento de renovação para atrair fiéis³²⁰. Entretanto, identificada com a linha da teologia da libertação, a Cáritas tem buscado ampliar sua base social de forma diferente daquelas introduzidas pelos movimentos de renovação carismáticos e outras formas contemporâneas de expressão da igreja, como apontou Souza (2007). Porém, a intenção de conquistar adeptos à fé católica permanece no horizonte da igreja, ainda que centre seu foco de ação nos excluídos e nas alternativas comunitárias de organização popular, como são as experiências em EPS.

No decorrer da pesquisa, um dos entrevistados da Rede Abelha do Estado da Paraíba, (MEMBRO REDE ABELHA, 2011) no qual a Cáritas compunha a coordenação junto com outras instituições, ressaltou a importância do apoio oferecido pela instituição desde a formação do assentamento e as primeiras experiências de coletivização da produção. Por outro lado, outro entrevistado (MEMBRO 1 REDE ABELHA, 2011) indicou que, muitas vezes, a assessoria desta instituição e de outras entidades impede que o coletivo autonomize-se plenamente, porque ficam na dependência dessas assessorias que acabam controlando os processos de definição política e as tecnologias geradas nessas experiências.

Esse exemplo, embora seja apenas ilustrativo, remete à discussão de Marx (1993) sobre a questão judaica, ao dizer que o problema da emancipação humana não está na emancipação do judaísmo em relação ao Estado, porque os sujeitos apenas trocam a tutela de um para outro. A emancipação humana é a emancipação dos próprios sujeitos dessas duas esferas. Essa discussão é importante para pensarmos no potencial de enfrentamento ao sistema do capital que tem as experiências sob tutela da igreja e do Estado.

3.7 Importância da Educação para o Trabalho Associado

Antes de tratarmos da criação dos CFES em Economia Solidária como um projeto da SENAES, é fundamental que se tenha clareza sobre o que representa a educação para os empreendimentos de trabalho associado em geral. No interior dessas organizações há uma variedade de ações que podemos caracterizar como práticas de caráter educativo, ainda que

³²⁰ Temos que considerar que a estratégia de participação nas políticas públicas e nos órgãos de poder do Estado, de alguma forma sempre estiveram presentes nas atuações da Igreja como forma de se auto-afirmar na sociedade. Atualmente, esse fato ocorre no contexto de reformulação das práticas da igreja católica para atrair os fiéis, assim como a década de 1990 é marcada pelo arrefecimento da teologia da libertação e a proliferação da vertente carismática para concorrer com a expansão das igrejas evangélicas buscando atrair fiéis (SOUZA, 2007).

muitas delas, em especial as que se referem à formação para autogestão, não se encontrem formalizadas e sistematizadas como tal, isso porque a prática de autogestão é em si um processo de educação dos trabalhadores em sentido amplo. Nas organizações de trabalho associado, em princípio, as práticas educativas são em essência diferentes daquelas das demais organizações onde o trabalho é hierarquizado e funciona sob o comando do capitalista. Isso ocorre devido à alteração da estrutura de poder nessas organizações que, em vez de as decisões estratégicas sobre os rumos da organização centralizarem-se no capitalista e no seu quadro gestorial, estão sob o controle dos trabalhadores, embora, na prática, vários estudos apontem o caráter ainda embrionário e contraditório de muitas dessas experiências de organização do trabalho em decorrência da sua inscrição na divisão social do trabalho capitalista (ALANIZ, 2007; VIEITEZ; DAL RI, 2001; MARTINS, 1997).

Neste momento, referimo-nos à importância da educação para o trabalho associado e para a autogestão de modo genérico, ou seja, sem retratar a heterogeneidade dos diversos setores de atividades da economia e sem nos remetermos, neste item, à expressão “Economia Solidária”, com o intuito de não generalizarmos experiências com potencial distinto de desenvolvimento e que entendemos que seriam melhores explicadas por outra linha interpretativa, como a de Vieitez e Dal Ri (2001, 2009), indicada anteriormente.

Tiriba (2001, p. 211) aponta que, diferente do que ocorre na escola, na produção associada não é necessário eleger o mundo do trabalho como princípio educativo, uma vez que ele é o princípio e o fim educativo, fonte de produção de bens materiais e espirituais, de conhecimento e de novas práticas sociais. Para Vieitez e Dal Ri (2009, p. 172) “o *locus* de trabalho por si mesmo é um agente de socialização e educação dos indivíduos”. Mészáros (2005) menciona que dois conceitos principais devem ser postos em primeiro plano para que se realize a tarefa histórica que envolve, simultaneamente, a mudança qualitativa das condições objetivas de reprodução da sociedade, no sentido de reconquistar o controle total do próprio capital, sendo eles: a universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana autorrealizadora.

Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a “*concebida sociedade de produtores livremente associados*”. Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a “*efetiva transcendência da auto-alienação do trabalho*” seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional. (MÉSZÁROS, 2005, p. 65)

As associações de trabalho associado³²¹, desde o primeiro instante em que se constituem como tal, sentem na prática e explicitam a centralidade que a educação tem para funcionar sob o princípio escolhido da autogestão. As pesquisas de Martins (1998) sobre a Markeli, uma fábrica de calçados localizada na cidade de Franca-SP e de Silva (1999) sobre a Wallig-Coomec, fábrica de fogões industriais do Rio Grande do Sul, retrataram o início do processo de recuperação de duas fábricas e mostraram a importância da educação para se constituírem novas formas de relações de poder pautadas na auto-organização dos trabalhadores. Ambos os estudos indicam como a ausência de educação formal e política voltada para o autogoverno dificultou a consolidação da estrutura de poder horizontalizada pela participação direta dos trabalhadores. Martins (1998) observou que a escolaridade e o saber técnico foram utilizados como justificativa para exclusão dos cooperados do processo decisório na Markeli. Para Silva (1999), o uso da palavra continuava não fazendo parte da experiência dos trabalhadores assim como quando a fábrica não era gerida pelos trabalhadores.

Em pesquisa que realizamos em uma fábrica recuperada pelos trabalhadores do segmento de confecções, verificamos a centralidade que ocupa a educação na vida da organização (ALANIZ, 2007). Nesse tipo de empreendimento, em que a estrutura de poder, ao menos a princípio,³²² foi alterada, é fundamental a educação ampla dos trabalhadores em uma perspectiva que conceba como dimensões integradas a formação geral e técnica, assim como a política voltada para os princípios da autogestão³²³.

³²¹ Por essa expressão estamos considerando principalmente as fábricas recuperadas na maioria sob a figura jurídica de cooperativa. Mas neste momento também utilizamos a expressão para nos referirmos a outras experiências de trabalho solidário, tendo em vista que a nossa preocupação é promover uma discussão mais abrangente, uma vez que são muito heterogêneas as instituições objeto de políticas públicas.

³²² Dizemos, a princípio, porque já havíamos demonstrado em pesquisa anterior (ALANIZ, 2007) que a alteração das relações de poder em uma organização de trabalho associado é um processo bastante contraditório. Seja porque a propriedade, apesar de coletiva, não perde seu caráter de propriedade produtora de mercadorias e, com isso, insere-se no ciclo da reprodução ampliada do capital pela via da circulação; seja porque não se rompe de uma vez só com a cultura advinda das relações de subordinação capitalista, as quais, inclusive, podem vir a ser reforçadas pela tendência que os grupos dentro da organização, geralmente aqueles ligados às instâncias de direção executiva, têm de se autonomizarem do coletivo e de se assumirem como gestores. Todas essas relações, em organizações em que os trabalhadores são associados, não são vivenciadas sem conflito, pelo contrário, são a razão de intensos debates e de discussões no interior da fábrica, muitas vezes ocasionando a troca da equipe administrativa pelo coletivo que decide pela destituição da equipe administrativa ou fiscal em assembleia.

³²³ Por *Educação voltada para os princípios da autogestão* estamos denominando as formas de formação política voltadas para o autogoverno dos trabalhadores, que se fundamentam na crítica ao capitalismo e ao sistema de organização do capital a partir do resgate histórico das experiências de lutas dos trabalhadores que demandaram formas autênticas de resistência e de constituição de alternativas à lógica hierárquica de estruturação do poder.

No que diz respeito à ampliação da formação geral e técnica³²⁴, torna-se fundamental que os trabalhadores se apropriem dos fundamentos da organização do trabalho na sua totalidade, que antes se encontrava cindida pela divisão do trabalho entre planejar e executar e, em decorrência disso, restringia os trabalhadores a utilizarem apenas o espaço demarcado pela atividade técnica que lhes competia realizar, desconhecendo por completo os conhecimentos relacionados à gestão. Quando os trabalhadores assumem ou se coletivizam para iniciarem um novo empreendimento que ocorre em decorrência de diferentes fatores, como nos referimos³²⁵, em geral, exceto nos casos em que há motivadores de ordem ideológica,³²⁶ o grupo de associados, por se encontrar em condições de vulnerabilidade no mercado de trabalho, está também bastante precarizado quanto a sua formação geral e técnica. Isso tende a ocorrer até mesmo naqueles empreendimentos que sofreram maior impacto dos processos de reestruturação produtiva em decorrência da modernização técnica e organizacional, como foi o caso da Remington, citada por Tiriba (2001).

Essa fragilização da força de trabalho no mercado sob a condição precarizada ou em vias de precarização constitui-se na maior parte do público-alvo da Economia Solidária, como pode ser verificado nos setores em que se desenvolvem tais empreendimentos. Desse modo, podemos dizer que, do ponto de vista do mercado de trabalho, há uma depreciação do capital variável em decorrência da ausência de atributos intelectuais e comportamentais advindos da educação formal e técnica atualizada para esta etapa da competição capitalista. Com isso, não estamos defendendo que a ampliação da qualificação seja um fator para inserção aos postos, mas apenas indicando a condição em que se encontra o trabalhador associado quando inicia a organização coletiva, pois este se encontra, no mercado de trabalho, submetido às formas mais perversas de extração da mais-valia absoluta, em que a exploração sobre o trabalho ocorre pela intensificação do trabalho simples e os mecanismos utilizados pelo capitalista para extrair mais valor, neste caso, são a extensão da jornada de trabalho e a desregulamentação das relações trabalhistas.

³²⁴ Separaremos nesta apresentação a educação formal e técnica da discussão em torno da educação política para facilitar a exposição, mas entendemos que tal dimensão não se separa.

³²⁵ De acordo com o Atlas de Economia Solidária (BRASIL, 2006a), aqui está considerado o indicador total dos empreendimentos nos diferentes setores da atividade econômica nas cinco regiões do país e classificado em ordem crescente, apontando que as razões para a formação dos empreendimentos solidários são: 1º) alternativa ao desemprego (= 6.746); 2º) obter maior ganho (=3.339); 3º) Complementar a renda (= 3.060); 4º) Acesso a financiamentos (=2.870); 5º) Motivação para trabalho associado (=1.571) e; 6º) Recuperação de empresa (=89).

³²⁶ Vieitez e Dal Ri (2001, 2009) mostram que nas pesquisas que fizeram em vinte fábricas recuperadas pelo Brasil apenas uma teve essa motivação.

Tais trabalhadores, em geral, trazem um repertório educacional advindo da escolaridade formal com poucos níveis de escolarização e quando avançam nos níveis escolares submetem-se à precariedade do sistema educacional oferecido às classes populares. Mesmo naqueles setores da atividade produtiva em que o tipo de trabalho pressupõe um corpo técnico mais especializado, com engenheiros e outros técnicos de nível médio ou superior, muitas vezes, o mercado de trabalho acena com condições mais promissoras de carreira e se torna mais atrativo à realização profissional dos trabalhadores, sendo que ficam na organização apenas aqueles motivados por razões ideológicas, como pudemos observar em pesquisa anterior (ALANIZ, 2007).

Além disso, há os trabalhadores que se encontram marginalizados porque são excluídos dos postos de trabalho ou, ainda, desempenhando atividades bastante depreciadas socialmente nas quais vigora um alto índice de informalidade, como, por exemplo, aquelas relacionadas aos catadores de lixo, cujo público também será alvo da política pública em Economia Solidária.

De modo bastante genérico, é muito provável que grande parte dos trabalhadores, antes de adentrarem as diversas formas de trabalho associado, esteja vivenciando ou em vias de vivenciar processos de desqualificação social em decorrência da exclusão do mercado de trabalho e da situação de pobreza, conforme Paugam (2003 apud SILVA, 2007). A desqualificação social remete à constituição de uma identidade social sob o estigma da inferioridade porque alicerçado em um *status* desvalorizado na hierarquia social (PAUGAM, 2003 apud SILVA, 2007, p. 25)³²⁷.

São com essas referências interiorizadas a partir das contingências vividas que os trabalhadores, em grande parte, adentram o universo do trabalho associado e, nesse sentido, as novas relações de trabalho que se iniciam no interior das organizações assim como os novos vínculos coletivos advindos dos laços de solidariedade que se estabelecem têm se constituído em importantes elementos na formação da identidade e na ampliação da qualificação dos trabalhadores (SILVA, 2007).

³²⁷ Apesar desta perspectiva não ser a nossa abordagem na pesquisa, tendo em vista esta questão pontual da desqualificação, ela é adequada. Contudo, Silva (2007) está se referindo a um fenômeno específico: uma pesquisa que fez com catadores de duas cooperativas de materiais recicláveis em que observou os dois processos, quais sejam, o de desqualificação social e o de qualificação. O processo de qualificação deu-se a partir do momento em que o grupo de cooperados assumiu a posição de resistência e passou a se utilizar das estratégias ambientais, controlando as informações sobre meio ambiente como forma de se inserir no debate público e no convívio social (SILVA, 2007, p. 29-30).

Nas organizações de trabalho associado, do ponto de vista da estruturação formal das relações de poder, apesar dos diferentes formatos jurídicos de empreendimento que existem, podemos dizer que a instância máxima de poder decisório é a assembleia, composta pela totalidade dos associados, sendo a única com poder deliberativo. Para se tomar decisões em assembleias, são realizadas plenárias com caráter de orientação e de esclarecimento da pauta a ser aprovada. Nos cargos executivos da organização, que têm a função de operacionalizar as decisões no cotidiano, está o conselho administrativo eleito pelo coletivo dos trabalhadores e, ainda, há um órgão de fiscalização, também escolhido em assembleia, que é o conselho fiscal.

Esta é a estrutura formal da organização, mas a sua característica democrática depende do coletivo, ao se assumir enquanto sujeito de seu trabalho e passar a decidir sobre todas as instâncias de poder que agora lhe competem: elaborar o estatuto da auto-organização do trabalho com propriedade e na perspectiva de um projeto coletivo de organização; estabelecer canais de comunicação que se constituam em orientações e em meios fidedignos de diálogo, a fim de encaminhar e de fazer emergir as divergências e os conflitos em torno dos rumos a seguir; apropriar-se dos processos de funcionamento e de conhecimento do mercado e do ramo e; inteirar-se das discussões acerca da adequação sociotécnica, bem como apropriar-se dos métodos de organização do trabalho e do faturamento assim como articular-se com as políticas públicas vigentes. Em todas essas atividades, a formação geral e técnica é necessária, embora isolada e inserida na perspectiva da escolarização formal do sistema de ensino insuficiente para as exigências do trabalho associado.

Tendo em vista a nova configuração do poder que se coloca como possibilidade para as organizações de trabalho associado, embora nem sempre a apropriação dos espaços decisórios se efetive pelo coletivo, o grau de democratização das relações de uma determinada organização condiciona a ampliação ou não da qualificação de seus trabalhadores. A ampliação da qualificação profissional ocorre na medida em que novos atributos intelectuais, comportamentais e afetivos passam a compor o perfil do coletivo dos trabalhadores, decorrentes das relações sociais ainda embrionárias que começam a se estabelecer a partir do momento em que agem sobre a gestão da organização nos seus fundamentos.

Ao se ampliar a qualificação do coletivo dos trabalhadores abre-se, também, maior possibilidade para se aprofundar a democracia direta tendo em vista a auto-organização nas relações de trabalho, pois à medida que os trabalhadores se apropriam de conhecimentos acerca da gestão, maiores condições eles terão para interferir no processo decisório (ALANIZ, 2007, p. 274-275).

Na empresa de autogestão, a qualificação transcende a parte técnica e deixa evidente que a qualificação remete à forma como se estabelece a relação social na fábrica. A qualificação para a empresa de autogestão torna-se central, já que a gestão coletiva requer que todos participem do processo decisório, com a capacitação de todos os cooperados para optarem pelas melhores estratégias, visualizarem as possibilidades de investimentos futuros, possibilitando à cooperativa, o desenvolvimento e a sobrevivência no mercado.

Nesse caso, podemos dizer que se trata de um conceito de qualificação profissional intimamente imbricado à dinâmica das novas formas de relações de poder que apontam como possibilidade nas organizações de trabalho associado.

Ainda no que se refere à educação formal e técnica, o modelo de qualificação capitalista não se adéqua às necessidades dos empreendimentos de trabalho associado, porque os desafios a serem superados por essas organizações são de grande monta, como demonstrou Novaes (2007, p. 314-315). O autor critica a corrente marxista e a visão dos adeptos da Economia Solidária que consideram forças produtivas como um veículo de emancipação humana, uma vez que a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção as conduziria mecanicamente ao rompimento do capitalismo como modo de produção. Os críticos a esta compreensão, na qual se situa o autor, indicam que a classe trabalhadora terá uma tarefa árdua pela frente em uma possível e necessária transição socialista. Isso quer dizer que apesar de muitas organizações de trabalho associado atualmente não se colocarem frente à questão da adequação sociotécnica³²⁸, ela é necessária como horizonte para que tais organizações caminhem em direção oposta aos rumos tomados pela sociedade capitalista. Para isso se concretizar, a educação também se coloca como uma questão fundamental, sendo necessária uma educação que permita aos trabalhadores criarem formas de organização e tecnologias adequadas à sua natureza de trabalho coletivizado. Por isso, o sistema formal de educação, seja pelos conteúdos que ensina, seja pela fragmentação do conhecimento com o mundo do trabalho, ou, ainda, seja pela hierarquia da organização do trabalho pedagógico, tende a não satisfazer as necessidades da produção que se quer constituir de forma autogestionada.

Esse é um importante indicador apontado pela produção associada, qual seja, o questionamento objetivo da funcionalidade do sistema educacional. Ainda de forma muito incipiente, as organizações de trabalho associado, quando avançam em direção à democracia

³²⁸ Utilizamos o conceito de Bijeker (apud NOVAES, 2007, p. 36). De acordo com essa perspectiva, a construção sociotécnica é um processo mediante o qual os artefatos tecnológicos vão adquirindo suas características a partir da negociação entre grupos sociais relevantes, com interesses distintos que trocam estratégias diversas até atingir uma estabilização. A tecnologia não é fruto de um processo evolutivo com base em inovações.

direta, passam a reivindicar outro modelo de educação no quadro das transformações de suas relações de trabalho. Mészáros (2005, p. 25) assinala que “[...] uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente funções de mudança [...].”

Outra dimensão central da qualificação dos trabalhadores associados, que se articula às demais e que não pode ser compreendida de modo separado, refere-se à formação política ou formação para a autogestão. Embora esta dimensão seja crucial para a sobrevivência das organizações sob os pressupostos do trabalho associado e da democracia, pouco se tem observado em termos de investimento educacional para este fim. Isso pode ser verificado por meio da literatura (VIEITEZ e DAL RI, 2009), como também pela observação em *lócus* de uma cooperativa de produção do segmento de confecção realizada em pesquisa anterior (ALANIZ, 2007, p. 263), apesar de, para esta última, esse tipo de formação ser compreendida pela quase totalidade dos entrevistados como condição imprescindível para a resolução dos conflitos e para a organização do trabalho na cooperativa.

A fala de um cooperado (vice-presidente da cooperativa) é elucidativa a esse respeito:

[Referindo-se aos conhecimentos ou às habilidades que precisam para tomar as decisões, na cooperativa]. Primeiro, eles precisariam não ter sido empregados, porque numa empresa você é bitolado, se numa empresa eles já tivessem um mínimo de uma educação assim, na cooperativa seria diferente, ou a cooperativa teria que haver alguma coisa diferente. Como alguém como a gente que sempre foi da produção vai fazer eles entenderem isso [...] seria o lado do aperfeiçoamento, aquela coisa. Será que a gente teria que envolver esse lado também? Eu acho que teria que fazer uma coisa paralela, né? Por exemplo, para você entrar na faculdade você faz um cursinho, precisaria de uma educação cooperativista, porque até hoje teve a educação do empregado. Então, seria a educação cooperativista mostrando. (COOPERADO DA COPERJEANS apud ALANIZ, 2007)

Contudo, no interior das organizações de trabalho associado praticamente não há investimento para sistematizar práticas educacionais que tenham como objetivo informar os trabalhadores acerca da tradição autogestionária e luta política mais ampla. Além disso, apesar de a ANTEG desempenhar esse tipo de formação junto às empresas que assessora, pudemos verificar que na Cooperjeans os cursos localizaram-se mais nos conselhos administrativo e fiscal e, raras vezes, se dirigiram ao coletivo dos trabalhadores (ALANIZ, 2007).

A educação para autogestão para esses empreendimentos é algo inerente à sua vida produtiva, pois o movimento de auto-organização do trabalho já se iniciou quando os trabalhadores assumem coletivamente sua organização. Todavia, a presença de elementos herdados da cultura de relações de trabalho anteriores se sustenta em bases objetivas ao se reforçar esses elementos pela contingência de ser propriedade produtora de mercadoria, fator que funciona como força centrífuga que se afasta do objetivo do autogoverno. A esse respeito Tiriba (2008, p. 85) explica que, na Remington, indústria de máquinas de escrever do Rio de Janeiro que viveu um processo autogestionário entre 1990 e 1994, foi possível perceber que os trabalhadores continuavam fazendo a prática da cera, mesmo depois de se tornarem proprietários dos meios de produção.

Vieitez e Dal Ri (2009) mencionam que é imprescindível que as organizações de trabalho associado rompam com o imediatismo de apenas gerar trabalho e renda e busquem se atrelar à luta mais ampla do movimento dos trabalhadores, caso contrário, haverá a tendência a um refluxo dessas iniciativas de auto-organização.

Acreditamos que a educação política, fundada na crítica ao capitalismo e na proposta de sua superação mediante o socialismo ou a democracia real, constitui-se em uma das forças capazes de induzir as OTAs a participarem do movimento social dos trabalhadores. Paradoxalmente, nas OTAs que examinamos, seja diretamente *in loco*, seja indiretamente mediante o exame da literatura, não pudemos isolar um único exemplo no qual esteja suficientemente clara a ação da educação política

formal como catalisador da participação das OTAs no movimento geral dos trabalhadores. Nas OTAs, é comum encontrar algum tipo de atividade educativa mais ou menos formalizada, tais como cursos de alfabetização, de ensino fundamental, cursos técnicos de curta duração e vários outros. Já os cursos voltados para o estudo e difusão da autogestão democrática estão praticamente ausentes nas OTAs. Atividade educacional desse tipo foi desenvolvida, por exemplo, pela Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG). No entanto, os cursos destinados esclarecer o que é autogestão ou a cooperativa, quando ocorrem estão centrados no trabalho associado e em seu desenvolvimento econômico. A necessária conexão entre o TA e as lutas mais gerais dos trabalhadores geralmente encontram-se ausente (DAL RI; VIEITEZ, 2008). Nas OTAs examinadas, não encontramos cursos de educação política dignos de nota que tivessem como foco uma visão de largo espectro do capitalismo ou as lutas atuais ou históricas da classe trabalhadora. (VIEITEZ; DAL RI, 2009, p. 67).

Gaiger (2004) assevera que as experiências do movimento de trabalho associado, imersas em histórias individuais e coletivas, não surgem espontaneamente e somente em casos especiais podem ter seu nascimento abreviado. Para o autor, os fatores negativos, como aqueles que eliminam as iniciativas de trabalho ou que reduzem à condição de sobrevivência e levam os trabalhadores a apostarem em alternativas incomuns tendem a se colocar como alternativa. Entretanto, apesar das razões pelas quais o grupo cria o empreendimento coletivo sejam de diversas ordens, movidas por fatores objetivos e também por fatores subjetivos, o que importa, segundo o autor, é perceber que em diversas experiências o processo de virada tende a arrefecer ou a retroceder sem chegar a se transformar em um novo empreendimento, sempre que estiver movido por pressões negativas, como escapar das contingências da vida econômica sem, contudo, contar com fatores positivos de convencimento moral e de atração material exercidos pela Economia Solidária. E completa:

Dos relatos de experiência que venceram as primeiras provações, depreende-se ademais que a escolha consciente do solidarismo, quando reafirmada diante de outras opções (que cedo ou tarde terminam reaparecendo ou atenuando as pressões negativas), passa a ser o principal motor do empreendimento, a razão mesma pela qual não sucumbe às dificuldades de permanecer autogestionário e cooperativo ou, vendo por outro ângulo, não se rende às comodidades de retornar às formas de vida econômicas antes praticadas, nas quais os laços solidários ficam mitigados ou dissolvidos. (GAIGER, 2004, p. 377-379)

Diante do exposto, torna-se claro o papel central que a educação para a autogestão tem a desempenhar nas organizações de trabalho associado, ao propor a crítica ao sistema de reprodução do capital. É urgente para que tais organizações possam vir a se constituir em uma possibilidade concreta de alternativa ao sistema do capital, caso contrário, ao permanecerem apenas como unidade econômica de geração de trabalho e de renda, caso sobrevivam sob essa condição, há a tendência de se inscreverem na lógica de reprodução do capitalismo e de serem

utilizadas pelo capital como forma de extração de mais-valia via desregulamentação das relações de trabalho, como têm apontado alguns autores ao se referirem aos empreendimentos solidários e às cooperativas de produção (BARBOSA, 2005; SALAZAR, 2008).

Entretanto, vale ressaltar que o mais significativo desse fenômeno é que para as cooperativas se desenvolverem, estas prescindem de uma educação contrária àquela destinada a reproduzir as relações de produção das organizações capitalistas, pois a disciplina, a hierarquia e mesmo os conteúdos disciplinares apartados dos fundamentos do trabalho demonstram-se insuficientes. No que diz respeito à formação técnica, na prática, essa contradição ainda não se colocou de forma objetiva porque a maior parte do processo de trabalho reproduz os padrões de organização da produção capitalista condicionando essa formação, embora se tenha demonstrado que a tecnologia capitalista começa a ser questionada pelos trabalhadores como inapropriada (ALANIZ, 2007).

3.8 Trajetória da Constituição dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES)

A criação dos CFES expressa as reivindicações presentes na pauta do movimento social de Economia Solidária a partir do FSM, consolidadas na plataforma do FBES na defesa da criação de uma Escola Nacional do Cooperativismo e estarão previstos a criação de centros de formação e comunicação e um programa nacional de formação em Economia Solidária nos demais documentos oficiais a partir da I Conferência Nacional de Economia Solidária (2006, p. 72). Além disso, também se constitui em um desejo expresso do secretário da SENAES³²⁹.

Os CFES começaram a ser inaugurados com esse propósito a partir do início do ano de 2009, iniciando por alguns CFES regionais, conforme indicamos pelas datas de inauguração. O processo de implantação dos CFES ocorre por meio de convênio, quando se trata de instituições privadas, e termo de cooperação, no caso de instituições públicas. De acordo com o termo de implantação dos CFES, após o processo seletivo é realizada a oficina nacional para a formulação dos projetos de implantação dos CFES e para as orientações necessárias ao processo de conveniamento (BRASIL, 2007, p. 10).

³²⁹ Singer (2004, p. 5) havia defendido a ideia de se criar um centro nacional de preparação de agentes de desenvolvimento, “em que os conhecimentos gerados pelas experiências de desenvolvimento comunitário, nas diversas regiões do país, possam ser reunidos e sistematizados.” Para Singer (2004, p. 5) um centro nacional de preparação de agentes de desenvolvimento teria a função de promover o entrosamento entre as especializações das comunidades, fortalecendo-as.

Antes da criação dos CFES, a SENAES junto com o FBES organizaram eventos nos quais a Educação em Economia Solidária era objeto de debate e reflexão, dentro desse objetivo aconteceram a I Oficina Nacional de Formação - Educação em Economia Solidária, em 26, 27 e 28 de outubro de 2005³³⁰, e a II Oficina Nacional de Formação - Educação em Economia Solidária³³¹ denominada *Uma outra prática educativa acontece*, entre 16 a 18 de abril de 2007. Ambas são importantes porque as contribuições sintetizadas nestes eventos orientaram os documentos que regulamentam os CFES, pois eles expressam uma parte da trajetória de constituição dos centros e nos ajudam a compreender um pouco das opções, no plano dos documentos oficiais, feitos em termos de formação no decorrer deste percurso.

Como nosso objetivo é apontar algumas contradições, sem a pretensão de esgotarmos a análise das oficinas, remeter-nos-emos apenas aos aspectos que nos saltam aos olhos e podem se constituir em indicadores importantes na análise dos CFES. Com base nessa oficina as principais linhas metodológicas são definidas, como a Pedagogia da Educação Popular de Paulo Freire, a Pedagogia da Alternância e a Pedagogia Autogestionária.

Sobre a plataforma do FBES³³², que será referência para as oficinas de formação, no eixo³³³ Educação, constava que deveria haver centros de referência públicos onde fossem ofertados cursos e treinamentos específicos para agentes do associativismo e cooperativismo na perspectiva da Economia Solidária, com formação, capacitação e assistência técnica adequada às características dos empreendimentos e práticas da Economia Solidária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003ab). Ainda que muitas das reivindicações deste documento não tenham sido alcançadas³³⁴, os centros tornaram-se objeto de política

³³⁰ A I Oficina Nacional de Formação, Educação em Economia Solidária (2006) reuniu 40 representantes de 22 Estados de diferentes lugares do país para socializarem e debaterem experiências.

³³¹ Participaram em 2007, 50 formadores-educadores nos debates do grupo de trabalho e plenárias. No ano de 2006, o grupo de trabalho de formação em Economia Solidária da SENAES-FBES continuou o debate promovendo oficinas regionais reunindo fichas com experiências de formação de 200 processos formativos. (OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO- EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2007)

³³² Nos principais documentos elaborados pelo FBES, como a Plataforma da Economia solidária³³² e na IV Plenária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 21), a Educação para Economia solidária é uma das bandeiras de luta. Tais documentos são referência na interlocução deste com a SENAES e irão subsidiar a posição do FBES nas I e II Conferência Nacional de Economia Solidária (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, 2010), da I e II Oficina Nacional de Formação-Educação em Economia Solidária (2006, 2007) e, de alguma forma, o Termo de Referência (BRASIL, 2007) e a I Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária (2010). É importante remetermos a esses documentos porque, mesmo que alguns deles não tenham força de lei, constituem nas principais referências para a elaboração da política pública SENAES. A constituição dos CFES demonstra essa trajetória de reivindicação e interlocução entre FBES e SENAES, uma vez que os centros de formação eram almeçados desde a criação da secretaria.

³³³ A plataforma estrutura-se em sete eixos: finanças solidárias; marco legal; educação; comunicação; rede de produção, comercialização e consumo; Democratização, conhecimento e tecnologia; organização social de economia solidária.

³³⁴ Um exemplo é a defesa da inclusão da Economia solidária nos currículos da educação básica.

pública e, atualmente, existem 6 CFES implementados³³⁵. Os CFES dividem-se em cinco, conforme as regiões do país, mais um centro nacional, coordenado pela Cáritas brasileira (nacional), são eles: Escola Centro-Oeste da Central Sindical Única dos Trabalhadores - CUT ECO-CUT (Região Centro Oeste); Universidade Federal do Pará - UFPA (Norte); Universidade Rural de Pernambuco - UFPE (Nordeste); Instituto Marista de Solidariedade - IMS (Sudeste); e Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos (Sul).

Em tradução à orientação da plataforma, o documento final do Conferência Nacional de Economia Solidária (2006, p. 72), dentro de um conjunto de propostas para a Educação em Economia Solidária, destaca a necessidade de uma educação que transforme a mentalidade cultural dominante de competição para a construção de um espírito de cooperação, além do desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento econômico e solidário. Para atingir tal finalidade, o documento final almeja uma formação que tenha em vista o “*empoderamento*” do sujeito, o despertar a consciência crítica, a capacitação técnica, a inclusão digital e a prática da autogestão; que tenha em vista formar os gestores públicos de diversos níveis governamentais; que atenda à necessidade de inserir a Economia Solidária nos currículos escolares da educação infantil à universidade, cuja meta já estava prevista na plataforma, sendo necessário, portanto, formar os professores das redes de ensino. Nesse contexto, emerge a necessidade de criação dos centros de formação e comunicação da Economia Solidária, bem como de programas nacionais de Formação em Economia Solidária (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 72) que será confirmado a partir da II Oficina Nacional de Formação-Educação em Economia Solidária (2007).

O documento final da Conferência Nacional de Economia Solidária (2010, p. 27)³³⁶ apresenta muitas das ideias que constavam no documento da Conferência Nacional de Economia Solidária (2006), mas se caracteriza pelo maior nível de detalhamento e, também, pela objetividade da proposta, ao menos no que se refere ao item intitulado Tecnologia, Formação e Assistência técnica. Para que possamos perceber o detalhamento no documento

³³⁵ O número de CFES foi objeto de polêmica na SENAES, de acordo com um entrevistado do FBES a reivindicação inicial era de um centro de formação para cada estado da federação, devido à insuficiência orçamentária a SENAES propôs 5 CFES, fator que gerou reivindicação, em especial do FBES, para um CFES Nacional separado do Centro-Oeste, sendo, portanto criado em Brasília o CFES Nacional.

³³⁶ De acordo com o documento final da Conferência Nacional de Economia Solidária (2010) esta Conferência foi convocada pelo Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) em 2009 e contou com a mobilização dos fóruns estaduais que realizaram uma série de Conferências regionais e temáticas antecedentes com o intuito de fazer um balanço do caminho percorrido e identificar os avanços e limites da Economia Solidária no Brasil. Foram ao todo 187 conferências regionais ou territoriais abrangendo 2.884 municípios brasileiros, com 15.800 participantes dos segmentos locais da economia solidária (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010).

final da Conferência Nacional de Economia Solidária (2010), no que se refere à formação, a princípio, podemos indicar apenas um dado quantitativo: constam 15 itens discutindo a temática, em contrapartida, há sete no documento anterior.

É genuíno que a SENAES tenha um projeto de formação para Economia Solidária próprio, distinto do projeto de âmbito nacional abarcado pelo PNQ, uma vez que este não supre suas necessidades de formação, pois, de um lado, há divergências de concepções entre esses órgãos governamentais, cujo reflexo é a inadequação do PNQ à realidade da Economia Solidária como vimos; e de outro, o PNQ não é suficiente para atender à demanda de público da Economia Solidária. Além disso, o foco do CFES é a formação de formadores com uma proposta de formação voltada para a sistematização das práticas de formação já existentes e o fortalecimento das experiências de Economia Solidária e esta não é a ênfase prioritária no PNQ e, embora esteja prevista essa modalidade no projeto PROESQ, há escassez orçamentária que reduz o atendimento do público prioritário, como discutimos.

Em uma análise mais contingencial dos desafios para a consolidação de um programa de formação em Economia Solidária na SENAES no governo federal podemos citar: a pouca expressão da SENAES se comparada a outras Secretarias e Ministérios do governo federal, a pequena dotação orçamentária que repercute nas ações de formação, o incremento do financiamento na formação concebido com base no eixo intersetorial, o que pressupõe poder de barganha e articulação para viabilizar e expandir suas políticas, o que nem sempre ocorre e, ainda, as oscilações a que os programas de formação estão sujeitos, como por exemplo, no caso do CFES o futuro é incerto e prevê a possibilidade de extinção.

Todos esses fatores são efeitos da forma como se organiza e da prioridade que estabelece o Estado burocrático no capitalismo e, no caso brasileiro, o fato do governo Lula manter intactas as relações com capital financeiro em detrimento de mudanças mais estruturais indica o pouco espaço que ocupam as políticas de Economia Solidária e, por isso, a dificuldade de institucionalização. Gaiger (2006, p. 231) explica que a Economia Solidária tem vocação plural e policêntrica, mas é fundamental recuperar as prerrogativas da esfera político-institucional, revertendo a excessiva politização da vida pública. “Tanto melhor se os programas dos partidos vitoriosos reconhecem a Economia Solidária, desde que não intervenham no sentido de se tornar seu epicentro, mas visem a alimentar um sistema de fluxos dinâmicos, onde se expressem e transitem diferentes projetos” (GAIGER, 2006, p. 232).

Considerando a exposição que fizemos até aqui, podemos dizer que não se trata apenas de mudança na esfera político-institucional ou de reformas no sentido de priorizar a Economia Solidária, pois embora fosse positiva, com o intuito de ampliar até um determinado

nível as ações de formação nessa área, a orientação dessas ações não necessariamente caminhariam para o aprofundamento das lutas e do processo autogestionário tendo em vista a contraposição ao capital. A questão subjacente é que esta esfera político-institucional não é autônoma aos mecanismos de reprodução do sistema do capital, ao contrário, apesar de suas especificidades e capacidade de ampliar e reduzir as políticas focalizadas traduz, o Estado nacional assume uma função no movimento mais amplo do Estado capitalista e, no caso brasileiro, é pela continuidade e aprofundamento dessa lógica. Sendo assim, ainda que tal política viesse a se institucionalizar, as contradições hoje presentes na sua constituição tenderiam a evoluir em direção à conformação da lógica deste Estado.

Diante dos fatores apontados e discutidos neste capítulo, ressaltamos a dificuldade que a SENAES enfrenta para institucionalizar suas ações de modo que as tornem permanentes ou contínuas e, gradualmente, caminhe para expansão. O movimento que observamos, na verdade, é inverso, pois embora se instituem programas e ações eles têm natureza descontínuas por serem projetos localizados.

Os CFES nascem herdeiros dessa condição de ser um projeto com duração de três anos, cuja organização acontecerá por cursos, módulos, oficinas temáticas e seminários. Além disso, trabalha com um quadro funcional reduzido e atende a um público também reduzido se considerarmos a demanda por formação.

Desse modo, há uma situação ambígua e controversa, pois, se de um lado, os idealizadores do CFES na SENAES nutriam expectativas em relação à função de sistematização, pesquisa e desenvolvimento de metodologias que poderiam vir a desempenhar, como trazem alguns entrevistados (informação verbal)³³⁷, por outro, os condicionantes materiais e políticos citados impedem que os CFES se constituam em conformidade com as expectativas.

Quando os CFES foram criados previa-se que sua função fosse:

[...] sistematizar, articular e multiplicar. Vou usar esses três porque era o que estava na nossa cabeça na hora da montagem do CFES. O CFES é um espaço de referência para sistematizar experiências formativas em Economia Solidária, sistematizar significa discutir, refletir conteúdos e práticas, nesse sentido produzir materiais que ajudassem a fortalecer os empreendimentos. Segundo: articular, articular os formadores, articular com outros espaços de formação, construir redes de formadores de Economia Solidária e virar referência [...] Terceiro: multiplicação de formadores, pessoas que ao participarem do processo de formação, sistematização, fortaleçam sua ação, inclusive membros dos empreendimentos que viram

³³⁷ Informação fornecida pelo membro 4 da SENAES, em entrevista com a pesquisadora em 28 ago. 2011; Ex membro 13 da SENAES, em entrevista com a pesquisadora em 10 set. 2011 e Membro 3 da SENAES, em entrevista com a pesquisadora em 30 ago. 2011.

multiplicadores da Economia Solidária. Então é isso, pra que os CFES virem centros de referência em Economia Solidária, e por isso tem que se recuperar um pouco esses três pontos. (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

Do ponto de vista dos gestores da SENAES, as expectativas foram frustradas nesses três anos de CFES, muitos dos entrevistados identificam que, de espaço de formação de formadores, multiplicadores e elaboradores de metodologias e materiais didáticos atualmente desempenham a função de sistematização das ações formativas e de elaboração do projeto pedagógico.

Imbuídos do propósito de se tornar um centro de referência é que o termo de referência para a implantação dos CFES define como competência da SENAES:

- Desenvolver processos formativos voltados a estratégias de desenvolvimento sustentável e solidário por meio do fortalecimento da ES e da autogestão;
- Formação de agentes que realizam atividades formativas e de acompanhamento junto a empreendimentos econômicos solidários;
- Experimentar e desenvolver metodologias de formação de multiplicadores e trabalhadores(as) cooperados em gestão coletiva dos empreendimentos; e
- Disseminar conhecimentos e metodologias para subsidiar processos formativos junto aos empreendimentos econômicos solidários inseridos em estratégia de desenvolvimento. (BRASIL, 2007, p. 2).

Além dessas competências a I Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica (2010) em Economia Solidária detalha as atividades que a SENAES deve executar para promover a sensibilização, a mobilização e a articulação das ações de formação em Economia Solidária junto aos vários órgãos governamentais³³⁸:

- a) Sistematização de maneira permanente do debate sobre os princípios e diretrizes metodológicas da formação em Economia Solidária para a elaboração de uma referência nacional baseada na *pedagogia da autogestão*;
- b) Ações de formação de formadores;
- c) Execução das ações, de âmbito nacional, de formação-educação;
- d) Produção e socialização de material pedagógico, subsídios para a formação (textos, cartilhas, vídeos);
- e) Implantação de sistemas de informação atualizado sobre as experiências de formação-educação em Economia Solidária;
- f) Articulação com demais Centros e Escolas Nacionais de Formação;
- g) Articulação com demais políticas e ações de educação. (CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE FORMAÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA, 2010,p. 10)

Apesar do destaque às inovações metodológicas, que decorre também de pesquisas no campo da formação, e no desenvolvimento de materiais didáticos nos documentos oficiais da

³³⁸ Para desenvolver as ações formativas a SENAES é auxiliada pelo Departamento de Estudos e Divulgação (DED) que também tem atribuições em relação à formação no campo da Economia solidária em articulação com a SPPE. (BRASIL, 2007).

SENAES, com base nos dados coletados, podemos dizer que a função principal estabelecida pela Secretaria não tem sido cumprida. Sobre o desenvolvimento de metodologias adequadas à Economia Solidária pouco se avançou nesse campo, ainda que fizessem uso no curso de abordagem participativa, na condução do processo pedagógico denominado de Autogestão na Pedagogia. O relato abaixo é elucidativo a esse respeito:

E também de ferramentas que a gente possa desenvolver na comunidade. É claro que tem toda uma construção que vem da base e que a gente precisa subsidiar essa construção metodológica dentro do CFES. Mas assim, a gente entende que vem de um acúmulo. A gente já teve uma referência a partir das discussões com os fóruns de Economia Solidária e até no ano passado a gente não tinha essa perspectiva de como desenvolver processos metodológicos e de uma questão mais ampla. (PARTICIPANTE 5 CFES NACIONAL, 2011).

Essa ausência de inovação metodológica explica a frustração da maior parte dos membros da SENAES em relação ao papel desempenhado pelo CFES nacional,³³⁹ contudo, conforme indicado acima nos documentos, temos que considerar que é tarefa da SENAES fomentar e acompanhar o processo de execução das atividades nos centros de formação. Além disso, a não efetivação das orientações para desenvolvimento metodológico também esclarece como a organização dos CFES, perpassada pelas contradições apontadas até aqui, repercute diretamente na qualidade da sua atuação.

Embora esteja legalmente definida a função do CFES, na prática, ela não se materializa dessa forma e outras ações passam a ganhar maior destaque nos centros, como por exemplo, a elaboração do projeto pedagógico. Não discutimos a importância dessa atividade, mas ressaltamos a não efetivação das diretrizes previstas para os centros de formação.

Ainda que a maior parte das atividades da SENAES, hoje, seja a formação, como aponta um dos entrevistados (MEMBRO 12 SENAES, 2011) ao dizer que “[...] porque eu cheguei a conclusão recentemente que essa é nossa atividade central, a formação, mas eu tenho que atender as demandas daqui [...]”, ela não se efetiva como o previsto e não tem possibilitado desenvolver os principais processos que deram origem ao CFES.

A seguir, podemos visualizar o conjunto das principais atividades formativas desenvolvidas pela SENAES:

- Qualificação social e profissional de trabalhadores(as) da ES no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), a cargo do Departamento de Qualificação da SPPE-MTE;

³³⁹ Apenas um dos membros da SENAES destacou a importante função que os CFES vêm cumprindo para o movimento de Economia solidária (Informação fornecida pelo membro 12 da SENAES, em entrevista realizada com a pesquisadora em 28 ago. 2011).

- Educação de Jovens e Adultos e Elevação de Escolaridade de trabalhadores(as) da ES por meio de parcerias com Ministério de Educação;
- Comitê Metodológico de Formação em ES nos vários programas e ações da SENAES; [Aqui se situa o CFES]
- Formação de gestores públicos da ES que atuam nas esferas federal, estadual e municipal, em parceria com a rede de gestores públicos de ES;³⁴⁰
- Formação de agentes ES que fomentam, assessoram, acompanham e apoiam empreendimentos econômicos solidários. (BRASIL, 2007, p. 2-3).

É claro o compromisso assumido pela SENAES com as atividades formativas e podemos observar também que estas atividades não se centralizam em uma política exclusiva da Secretaria, mas estão articuladas às ações de diversos órgãos governamentais e de diferentes Ministérios. Este é o caso da sua participação nos programas do PNQ e do EJA. Apesar de haver a política de intersetorialidade e complementariedade, a SENAES impulsiona um projeto próprio de formação de formadores em Economia Solidária por meio da implantação dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES) destinados especificamente à formação de formadores, educadores(as), gestores públicos em Economia Solidária, membros de conselhos de políticas públicas de emprego, desenvolvimento territorial sustentável de Economia Solidária e áreas afins, bem como e sistematização, socialização de metodologias e materiais didático-pedagógicos (CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE FORMAÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA, 2010, p. 9). O boletim informativo SENAES traz que os “Centros de Formação foram criados com intuito de formar educadores populares, agentes de desenvolvimento, gestores, públicos, conselheiros de políticas públicas de geração de trabalho e renda e formadores que atuam com Economia Solidária” (SENAES..., 2009, p. 3).

A variedade das ações elencadas não tem sido suficiente para que a SENAES atinja seu objetivo quanto à formação. São várias ações pulverizadas nas parcerias, mas mesmo assim os problemas relacionados à ausência de desenvolvimento metodológico, em que os CFES deveriam assumir o protagonismo, e a falta de atrelamento com o aumento da escolaridade, resultado da parceria com o MEC, não têm sido atendidas.

Na fase de consolidação do CFES, após a implementação dos centros, as orientações advindas da Conferência têm em vista garantir ações de educação, formação, pesquisa e

³⁴⁰ O Boletim Acontece no SENAES anunciou que a secretaria completou a última etapa de dois cursos de formação sobre a experiência de Mondragón direcionados um para os gestores públicos federais, o outro para os técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “No BNDES, o curso contou com a participação de 35 gestores do Departamento de Economia Solidária e da diretoria da área social do banco, resultando em uma agenda de diálogo para a construção de políticas públicas de fomento á economia solidária. Na ENAP [...], na avaliação final, apontaram, para a continuidade de ações de formação em economia solidária para o próximo ano” (SENAES..., 2009, p. 3). A divulgação da economia solidária tem sido uma das formas encontradas pela secretaria para estreitar as parcerias.

assessoria técnica e qualificação prevista na política nacional de Economia Solidária. Assim como a elevação da escolaridade, formação permanente em Economia Solidária e cidadania, direitos humanos, práticas da autogestão e qualificação técnica e tecnológica para a criação dos empreendimentos econômicos solidários. Além disso, prevê a elaboração de planos estratégicos no âmbito municipal, estadual, territoriais e federais de formação nacional. (CONFERÊNCIA NACIONAL EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010, p. 27). Sobre esse mesmo eixo da consolidação avança na definição do espaço onde devem ocorrer as experiências de formação sistematizadas de trabalhadores e gestores públicos em Economia Solidária: “[...] serão realizadas, prioritariamente, de forma descentralizada, em instituições de ensino, centros de formação em Economia Solidária, no ensino profissionalizante, em entidades da sociedade civil [...]” (CONFERÊNCIA NACIONAL EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010, p. 28)

Outro ponto refere-se a uma maior definição da proposta de formação:

- a) Define a educação em Economia Solidária como “construção social” ao envolver uma diversidade de sujeitos orientados para a promoção do desenvolvimento sustentável (CONFERÊNCIA NACIONAL EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010, p. 27). Nesse aspecto podemos observar que se utiliza da terminologia atribuída à qualificação pelo PNQ cujo documento demonstrou a preocupação de romper com a perspectiva tecnicista que orientava o plano anterior, o PLANFOR, ao ser fundamentado em termos de habilidades e competências atitudinais, comportamentais e cognitivas desconexas, como havia discutido Batista (2002). Esta também parece ser uma preocupação na operacionalização da política pública de formação em Economia Solidária, tal como expressa o Comitê Temático de Formação e Assistência Técnica (CTFAT):

O desafio que se apresenta ainda no processo de construção de um referencial teórico-metodológico próprio para o processo de educação em Economia Solidária, pois as estratégias de formação e assessoria técnica que predominam hoje ainda são muito carregadas do conteúdo tecnicista, inerentes aos processos educativos voltados para as organizações de base capitalista. (CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE FORMAÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA, 2010, p. 1).

Contudo, o tecnicismo indica ser uma dimensão prevista no processo de formação em Economia Solidária, principalmente, porque entre as instituições que assessoram e estabelecem convênios para prestar assistência técnica aos empreendimentos solidários consta o SEBRAE, de caráter privado e com vocação empreendedora, voltado para o setor

do pequeno e microempresário³⁴¹. E essa parceria no processo de formação é, contraditoriamente, vislumbrada pela própria plataforma do FBES (FÓRUM..., 2003).

- b) Concebe os processos de formação como práxis de aprendizagens coletivas, construção e partilha de saberes, reflexões e pesquisas (CONFERÊNCIA NACIONAL EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010, p. 28).
- c) Define as metodologias apropriadas à Economia Solidária como sendo aquelas participativas com conteúdos apropriados às perspectivas da autogestão e da educação popular em todas suas formas e modalidades (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010, p. 29).

Observamos que, no caso específico do CFES nacional, há uma tendência a acentuar a participação plena no âmbito da atividade pedagógica e, no que diz respeito à política pública, exclui-se a participação na destinação orçamentária. Além desse fator, o afastamento dos empreendimentos das atividades formativas no CFES é talvez o maior desafio a ser enfrentado no processo de formação de formadores.

Dizemos isso porque o processo de formação em autogestão deve partir do pressuposto que não pode acontecer sem estar organicamente ligado aos processos de trabalho. Sendo assim, a discussão das metodologias participativas pressupõe que a aprendizagem dos trabalhadores decorra da natureza da função, da tecnologia apropriada, da estrutura da organização e dos comportamentos sociais, conforme traz Mothé (apud NASCIMENTO, 2011a, p. 122). Nesse aspecto, a prática da autogestão é o terreno onde ocorrem as experiências e se constrói a aprendizagem. Então, não podemos compreendê-la como espaço separado da organização do trabalho e das relações que os trabalhadores

³⁴¹ O Serviço de apoio às pequenas e medias empresas (SEBRAE) criado em 1972, conforme define a própria instituição, volta-se para o estímulo do empreendedorismo para a promoção do desenvolvimento sustentável (SEBRAE apud NEVES, 2009, p. 91). Neves (2009, p. 98) analisou os cursos difundidos pelo SEBRAE e apontou sua adequação dos cursos à realidade da empresa capitalista e a formação do pequeno e médio empresário para atuar no mercado e a não compatibilidade com os interesses da Economia solidária. Além disso, como toda ação formativa do SEBRAE volta-se para a formação do empreendedor, os programas de formação, do ponto de vista dos interesses da Economia solidária, indica retrocesso ao não se avançar na discussão das tecnologias sociais próprias para as formas de cooperação coletiva, conforme Neves (2009). Concordamos com essa interpretação da autora, mas nos interessa indicar como os conceitos de empreendedorismo, ao defender o SEBRAE como agente formador e, principalmente, à concepção de desenvolvimento sustentado é amplamente utilizado nos documentos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2008) e repercute diretamente nas concepções difundidas nos documentos da SENAES citados acima. Os dados que coletamos na com o membro 1 da Rede Abelha corrobora com visão da inadequação das estratégias de formação despendida pelo SEBRAE na capacitação do público da Economia solidária, uma vez que os propósitos e objetivo desse público é completamente distinto por ter a necessidade de aprimorar as formas de trabalho a partir da organização coletiva. Além disso, o mesmo membro da Rede Abelha, que o SEBRAE monopoliza as estratégias de formação, centraliza a tecnologias de produção e organização dos empreendimentos e, com isso, não promove a ampliação dos saberes dos produtores.

estabelecem na vida social como um todo. Em um processo educativo que tem em vista a autogestão, todos esses aspectos devem estar sob suspeição e serem reinventados a partir da experiência constante.

Se levarmos em consideração esse aspecto no processo de formação do CFES nacional, percebemos o distanciamento das organizações de trabalho associado, local que deve ser o ponto de partida e de chegada.

E com relação às questões metodológicas a gente ainda tem dificuldades. Articula o CFES no Estado, a rede dinamiza a constituição da rede de formadores e quando a gente vai pro campo fazer a atividade formativa não tem conseguido garantir efetivamente a participação dos empreendimentos. A gente tenta fazer os processos mais amplos no curso tentando trazer os empreendimentos, mas não se consegue trazer para dentro da realidade dele ainda. (PARTICIPANTE 5 CFES NACIONAL, 2011)

[...] ou quando a gente pensa que os formadores estão passando pra base e se conversa com as pessoas dos regionais e vê que isso não foi passado. (MEMBRO 9 CFES NACIONAL, 2011)

No nosso entendimento os CFES tinham que planejar de acordo com a demanda dos empreendimentos, sobretudo pela sustentabilidade de suas iniciativas e os CFES deveriam formar, ajudar na formação dos formadores que estão envolvidos ou que possam estar envolvidos com as demandas. (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

Dois aspectos merecem ser destacados: a) a dificuldade de atrelamento com as experiências concretas de autogestão e, por isso, muitas vezes, é insensível à demanda; b) e o caráter não permanente das atividades do CFES nacional que decorre também dessa impermeabilidade com as questões trazidas pelos empreendimentos.

Nascimento (2011a) menciona que uma dimensão fundamental da Pedagogia autogestionária é o caráter de formação permanente, pois, conforme Ulburghs (apud NASCIMENTO, 2011a, p. 117) “[...] A autogestão é, assim, impossível sem uma formação permanente que ponha o conhecimento à disposição de todos. Esta formação supõe uma dimensão política solidária e global”

Ulburghs (apud NASCIMENTO, 2011a, p. 117) fala de uma formação técnica, social e política, cultural e moral, o que envolve a socialização dos meios de produção, a socialização política e a afirmação da solidariedade no plano intersubjetivo. Percebemos que formação permanente não diz respeito à continuidade no tempo apenas, mas à continuidade do processo educativo com base nas necessidades postas para a disseminação do trabalho associado e da vivência autogestionária. A organização do CFES e o afastamento que

estabelece com os empreendimentos não contemplam a formação permanente. A afirmação da gestão participativa tende a ficar num plano abstrato ao ser vivenciada apenas no processo pedagógico, devido à dificuldade de atrelamento com a organização do trabalho associado.

Ao conceber o local de formação em estreita relação com o de trabalho é que problematizaremos a terminologia “participação” também citada no Termo de Referência³⁴². Devemos considerar que a gestão participativa é vulnerável à forma como as relações sociais estão instituídas, isso implica em dizer que ela pode sofrer variações quanto à sua proporção. Motta (1982, p. 16) menciona que a participação tem tantos significados quantos são os contextos específicos em que ela se desenvolve, assim, as feições das diversas formas de participação variam conforme as diferentes formações sociais, isso quer dizer que as estruturas social e econômica prevalecentes, as instituições jurídico-institucionais, os fatores culturais influem no significado da participação.

Sendo assim, em si mesmo o conceito de gestão participativa pouco informa sobre a maneira como o poder de uma organização está estabelecido de fato, pois o grau de aproximação do poder pode ser maior ou menor conforme as relações sociais que estejam se estabelecendo no *locus* de trabalho. Os canais de participação também são perpassados por estratégias de persuasão, convencimento, como mostrou Tomassetta (1972), ao se referir às estratégias patronais de controle do movimento operário; e Motta (1982), ao falar da participação funcional que é a administrativa propriamente dita. Para a autogestão, a participação para ter um sentido e se tornar mais plena tem que partir de uma relação social modificada ou em processo de alteração das relações de poder.

A concepção de gestão participativa é fundamental para as políticas que se direcionam às diferentes iniciativas de trabalho associado, mas no âmbito do Estado identificamos limites para essa atuação, uma vez que as políticas de formação da SENAES ocorrem conforme as regras desse aparato, o que pode ser verificado pela não interferência na destinação orçamentária. Diante dos limites para extensão da participação para os locais de trabalho e nas instâncias decisórias efetivas do Estado, há uma tendência de priorizar a participação pedagógica separada das organizações de associado.

Uma discussão amplamente debatida nas duas Oficinas foi a metodologia autogestionária, porém o termo é suprimido tanto do texto final do documento da I

³⁴² De acordo com o termo de referência as diretrizes políticas e metodológicas da formação em Economia solidária dos CFES são: a) Reconhecimento das experiências e dos saberes dos trabalhadores (as) envolvidos nos atos formativos autogestionários; b) Valorização dos acúmulos, da diversidade e da pluralidade de iniciativas de formação em Economia Solidária; c) Gestão Participativa; d) Educação popular; e) Pedagogia da alternância; f) Intersetorialidade e complementaridade.

Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica (CTFAT) quanto do Termo de Referência para a Implantação dos CFES em Economia Solidária. Embora esse conceito seja central na discussão da II Oficina Nacional de Formação-Educação em Economia Solidária (2007), não foi assimilado pelos documentos legais e, portanto, não será um princípio orientador da formação de formadores.

Em termos metodológicos, o documento da II Oficina Nacional de Formação-Educação em Economia Solidária (2007) traz:

[...] Incorpora a participação, não como uma técnica [...], superando, pela prática educativa, a separação entre trabalho manual, trabalho intelectual, trabalho produtivo e reprodutivo. A metodologia autogestionária une e humaniza o que o capitalismo divide e desumaniza em suas hierarquias valorativas. A pedagogia da metodologia autogestionária supõe o cuidado na seleção e uso das técnicas que apoiam os processos educativos. Trabalhando a dimensão das relações humanas e dos conflitos no ato pedagógico, utilizando técnicas apropriadas.

Nascimento (2011a, p. 111-115), que foi um dos defensores do termo Pedagogia da autogestão e da sua introdução como metodologia orientadora nos CFES, tem uma compreensão aprofundada do termo fundamentando-o em Gramsci e outros autores socialistas, como Mothé e Ulburghs. Toma como espaço de implantação da Pedagogia da autogestão as experiências de organização do trabalho de forma autônoma pelo coletivo de trabalhadores, que se constitui em uma experiência maravilhosa de formação política e administrativa, sendo condição para a classe subalterna tornar-se dirigente.

[...] É que na escola do trabalho e, em especial, nas vivências de trabalho associado, as pessoas atribuem sentidos ao vivido ou realizado; assim, de forma mais abrangente é fundamental que transformem suas vivências pregressas e atuais em experiências propriamente formadoras. (GRAMSCI apud NASCIMENTO, 2011a, p. 113).

Para Nascimento (2011a, p. 13), nessa concepção está sintetizada a ideia de experiência autogestionária, Pedagogia da autogestão e autogestão da Pedagogia.

Apesar dos pressupostos teóricos coerentes que demandou a introdução do termo nos documentos que fazem parte da trajetória inicial de formação dos CFES, quando observamos o pouco atrelamento das experiências concretas de autogestão nos processos formativos dos centros de formação e o emprego do termo para se referir aos processos metodológicos descolados das experiências de luta e organização do trabalho associado, que nem sempre estão imbricados com a atuação social, o sentido da autogestão tende a se esvaír.

Temos um novo emprego quando a categoria autogestão é adotada para se referir aos processos metodológicos que deverão orientar as atividades de formação em Economia Solidária. Tiriba (2008) menciona que categorias como “autogestão”, “produção associada”, entre outras, estão sendo ressignificadas e ganhando novas concretudes. Das citações acima sobressai o caráter pragmático que se reveste o termo autogestão ao propagar a ideia de que o método pedagógico, via prática educativa, pode fazer a união entre trabalho manual e intelectual sem atrelar-se organicamente às organizações de trabalho associado. Este é um grande desafio a ser rompido na formação realizada no CFES nacional.

Por si só, deslocado das experiências concretas de autogestão no trabalho por diversas razões³⁴³, o método pedagógico não significa uma alternativa emancipatória em oposição aos modelos pedagógicos que vigoram no capitalismo. Mesmo os autores liberais, como Dewey³⁴⁴, propunham a vivência na democracia no espaço escolar como condição para se instaurar a sociedade democrática. Restringir-se ao limite das metodologias de ensino participativas ou democráticas não indica que se tem como pressuposto a construção de um outro projeto de sociedade, para isso, é preciso que ele seja explicitado e organizado conjuntamente com as relações de trabalho autogestionárias de modo que a experiência educativa contribua para o aprimoramento dos processos de autogestão, assim como o trabalho coletivo associado seja o fundamento da organização da experiência educativa.

Se tomarmos como referência as experiências educativas que se constroem na perspectiva socialista como, por exemplo, a das escolas do MST discutidas por Dal Ri (2004), a luta do movimento social e a organização cooperativa do trabalho são os fundamentos do trabalho na escola, inclusive nas escolas infantis, como na escola Construindo Caminho. Sendo assim, os conteúdos escolares e a organização do trabalho do interior da instituição de ensino estão submetidos ao autogoverno dos alunos, os quais se constroem cotidianamente enquanto sujeitos autônomos valendo-se de sua inserção no movimento social. A educação está completamente imersa na prática social, porque é pensada e concebida em função desta. Tais ressalvas em torno das dificuldades que perpassam a formação em Economia Solidária

³⁴³ Os entrevistados mencionam que a dificuldade de realizar a multiplicação das expediências, já que o objetivo do CFES nacional é formar formadores para atuarem nos locais de trabalho, deve-se a problemas de agenda, excesso de compromissos dos membros participantes dos CFES e dificuldade de despendere do tempo de produção para realizar atividades formativas. Todos esses fatores são empecilhos para uma maior organicidade do processo de formação nos CFES com a prática da auto-organização dos empreendimentos (PARTICIPANTE 5 CFES NACIONAL, 2011; MEMBRO 9 CFES NACIONAL, 2011).

³⁴⁴ Dewey defendia a experiência como condição necessária a todo processo educativo, uma vez que o processo educativo remetia a vida. Sendo assim, é artificial qualquer processo pedagógico que não se fundamente na experiência real da sociedade. Para o autor a construção da sociedade democrática pressupunha a vivência na democracia desde a mais tenra idade, para isso a escola seria o espaço da experiência na democracia.

nacional não excluem o caráter inovador do processo pedagógico no CFES ao se pautar pela organização coletiva das atividades formativas.

A metodologia tem como desafio unir teoria e prática numa nova práxis de avaliação crítica coletiva tendo a sistematização como instrumento. [...] Elas são instrumento da cultura e da história, dando um novo sentido de viver em sociedade (OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO- EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2007).

Ao se transportar a categoria autogestão para a prática didática, no processo de ressignificação, ela pode vir a ser submetida há um exacerbado tecnicismo pedagógico, compreendido no sentido restrito de valorização das técnicas de ensino em detrimento do fundamento teórico-metodológico que o informa³⁴⁵. Cabe apontar como a discussão da separação teoria e prática contamina outros aspectos da metodologia:

A discussão apresentada acima sobre a função da metodologia como instrumento para unir teoria e prática não deveria colocar-se quando falamos de trabalho associado, principalmente por se tratar de um trabalho que, a princípio, sofreu uma inversão profunda pela auto-organização dos trabalhadores. Sendo assim, o trabalho seria o fundamento da ação pedagógica, assim como o processo educativo voltar-se-ia para o aperfeiçoamento das relações de trabalho sob os princípios da autogestão. Na perspectiva em que está posta a pedagogia autogestionária suscita desconfiança sobre a possibilidade de se voltar plenamente à organização de luta e aos processos de trabalho associado. Caso não caminhe nessa direção, pode limitar-se a propagar técnicas pedagógicas esvaziadas de um sentido mais coerente com o cabedal teórico anunciado³⁴⁶.

O papel da metodologia na formação é unir teoria e prática, o que nos parece bastante contraditório se considerarmos que o objeto, que deve orientar a formação em Economia Solidária, é o próprio local de trabalho dos que estão em formação. Essa discussão em torno da metodologia é bastante presente nas instituições escolares, o que é compreensível porque se encontram apartadas do *locus* de produção na sociedade capitalista. Mas não deveria ser um problema para as organizações de trabalho associado, pois em uma organização de

³⁴⁵ O tecnicismo pedagógico enquanto tendência pedagógica, cuja expressão predominou a partir do final dos anos 60 e 70 no Brasil, tem uma teoria psicológica e uma orientação pedagógica que o conduziu, porém não estamos nos referindo a essa tendência em especial. Utilizamos o termo para nos referirmos ao destaque dado aos instrumentais didáticos, às técnicas, inclusive aquelas utilizadas no universo empresarial, como as dinâmicas de grupo, entre outras.

³⁴⁶ Na primeira I Oficina Nacional de Formação-Educação em Economia Solidária (2006) há um maior detalhamento ao se referir à Pedagogia Autogestionária, pois entende como a participação radical nos processos decisórios de planejamento, execução e avaliação das práticas de Economia solidária e adverte que essa metodologia não se refere apenas à formação, mas é a natureza fundante das relações econômicas e políticas de quem pratica a autogestão.

produção que funciona sob o princípio da autogestão o local de produção também é o ponto de partida e chegada da atividade educativa sob o autogoverno dos trabalhadores. A condição de autogoverno demandaria conhecimentos sobre os fundamentos e organização da atividade produtiva, os quais constituiriam no próprio objeto de formação, sendo assim teoria e prática é uma unidade nesse processo.

Por essa razão, quando o Termo de Referência (BRASIL, 2007, p. 5-6) lista um rol de conteúdos detalhados a serem considerados nos cursos ministrados nos CFES, cabe questionar se tais conteúdos não devem ser forjados junto os formadores de formadores, levando em consideração as histórias dos empreendimentos, as trajetórias e as especificidades do público em formação. Se assim fosse, seria mais compatível com a perspectiva da pedagogia popular de Paulo Freire escolhida. É muito provável que na prática de capacitação dos CFES tais conteúdos sejam reorientados e redimensionados com base nas especificidades locais, como já foi indicado por um dos gestores das SENAES (EX MEMBRO SENAES, 2011), mas isso não invalida o que questionamos aqui a respeito das escolhas que constituirão as diretrizes para orientar a política pública em Economia Solidária, que inclui a seleção dos conteúdos.

Outro aspecto a ser ressaltado é o ecletismo do discurso pedagógico, principalmente nos documentos da I e II Oficinas. Ao mesmo tempo que se enfatiza a pedagogia popular freireana e as práticas voltadas à participação traduzidas na ideia de autogestão da Pedagogia (NASCIMENTO, p. 2011a), traz orientações pedagógicas pautadas nas técnicas de gestão do mundo empresarial, assim como difunde conceitos neoliberais de educação por meio da ideia do “aprender a aprender”³⁴⁷ (OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO-EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 43)³⁴⁸. Essas perspectivas misturam-se, ainda, às propostas de alternância, cuja matriz guarda semelhança com as teorias educativas do movimento escolanovista de viés liberal, mas também com aquelas correntes de esquerda, como apontou Nawroski (2010).

³⁴⁷ Esse é um conceito que passou a orientar às políticas de Educação nos países ocidentais com base no relatório de Jaques Delors publicado pela Unesco em 1996, sendo que desde 1993 o então relator vinha trabalhando na elaboração de diretrizes para Educação Mundial. No relatório, há um capítulo intitulado os quatro pilares da Educação, os quais devem sustentar a educação no Ocidente, são eles: aprender a conhecer; aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a viver com os outros; e aprender a ser. No segundo pilar a noção de competência encontra sustentação. Duarte (2004, p. 51) menciona que o lema aprender a aprender é desdobrado nesses quatro pilares de Jacques Delors, o qual traduz o ideário do neoliberalismo na educação e adaptação aos imperativos de exploração do sistema mundial do capitalista.

³⁴⁸ Trata-se do anexo V, documento que tem por objetivo definir os elementos que constituem o processo de sistematização do programa Economia solidária em desenvolvimento da SENAES.

Ainda que não seja nuclear no documento da I Oficina Nacional de Formação-Educação em Economia Solidária (2006)³⁴⁹, temos que considerar os elementos pressupostos a noção de “aprender a aprender” que se difundiu no discurso educacional mundial sob aparência progressista e sustentado em importantes teorias epistemológicas da educação, como o construtivismo desde Piaget aos neoconstrutivistas e interacionistas. Para Duarte (2004, p. 52-56), a noção de “aprender a aprender” expressa a constante adaptação a um mundo que passa por intensas e rápidas transformações e é central na maioria dos ideários pedagógicos contemporâneos, sendo assim, desempenha papel importante na adequação do discurso pedagógico às necessidades do processo de mundialização do capital “[...] pela sua vinculação à categoria de adaptação que ocupa lugar de destaque tanto no discurso político econômico neoliberal como nas teorias epistemológicas, psicológicas e pedagógicas de cunho construtivista” (DUARTE, 2004, p. 56).

Notamos que a concepção político-pedagógica que sustenta, ao menos em parte, o discurso da SENAES não ficou imune à tendência homogeneizante do discurso educacional e do empreendedorismo nos marcos do neoliberalismo. Ao contrário, o primeiro consta na Plataforma do FBES e o segundo na I Oficina Nacional de Formação-Educação em Economia Solidária (2006).

Tendo em vista o caráter hegemônico que as orientações baseadas no lema “aprender a aprender” assumem, a ponto de tornar-se consenso entre educadores, especialistas e nas diretrizes das políticas públicas, é que se sobressai a dimensão totalizadora desse discurso. Dizemos totalizadora porque, embora seja um discurso ideológico que se fundamenta na inversão da realidade, ele não está apartado dos mecanismos de reprodução do capital, assim como as práticas educacionais, tanto na escola como fora dela também não estão. É por estar integrado aos mecanismos de reprodução do capital que se fundamenta na adaptação à sociedade que temos e transfere para aos indivíduos a responsabilidade de se inserir de forma empreendedora no mundo do trabalho. Assim, a Economia Solidária e outras formas de trabalho associado que não se incluem nessas experiências deveriam opor-se e confrontar esse ideário e discurso e sustentar concepções e práticas pedagógicas em outra perspectiva que vislumbre a emancipação.

Como estamos diante de um discurso hegemônico, ou os demais conceitos condicionam-se a ele ou então encontram pouco espaço para se desenvolverem, uma vez que,

³⁴⁹ O emprego do termo aparece no Anexo A (OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO-EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006) nas orientações a ser consideradas na sistematização das experiências de formação em Economia solidária.

para que se afirmem, têm que se contrapor ao lema “aprender a aprender” em todas as dimensões. Assim, não acreditamos que seja suficiente, por exemplo, o destaque da educação popular entre as diretrizes metodológicas, pois ou ela não se desenvolve em direção aos seus propósitos de contraposição radical ou ela é distorcida para se adequar ao discurso e aparecer sob a forma de multiculturalismo e respeito às diferenças, como apontou Duarte (2004, p. 44):

Aqueles que pensam que desenvolvem mecanismos de resistência à mundialização do capitalismo por meio da defesa dos direitos das chamadas minorias e da defesa do multiculturalismo não percebem que a dinâmica da universalização do mercado possui uma plasticidade que lhe permite assimilar os fenômenos culturais locais, transformando-os em mercadorias e utilizando-se deles de forma ideológica, para legitimar do ponto de vista ético a manutenção das desigualdades [...].

Ainda que a SENAES justificasse contemplar as diferentes abordagens devido à existência de experiências diversas no campo da Economia Solidária, o ecletismo pedagógico que caracteriza os documentos da Secretaria não auxilia no direcionamento das experiências formativas no campo da Economia Solidária. Assim, a SENAES não afirma um referencial de educação com tradição na esquerda e no movimento operário, cujas experiências vão desde os movimentos anarquistas aos modelos implementados com base na Revolução russa.³⁵⁰ Em contraponto a essa imprecisão da SENAES na afirmação de sua proposta de formação, podemos mencionar as experiências do Estado cubano que a partir da revolução assumiu a proposta socialista de educação para orientar o sistema nacional de ensino e buscou nas teorias de Vygotski os instrumentos teórico-metodológicos que orientarão as diretrizes de formação no Estado. No caso de Cuba, inclusive os institutos e universidades destinados à formação dos professores têm a preocupação de aprofundar o conhecimento em torno das teorias socialistas.³⁵¹

Esse ecletismo das diretrizes teórico-metodológicas da formação em Economia Solidária aponta para dois caminhos de interpretação, por um lado indica a independência que a SENAES assume perante a proposta de formação construída na trajetória do movimento dos trabalhadores no decorrer da história. Ainda que algum membro³⁵² da SENAES tenha introduzido conceitos trazidos das experiências educacionais da esquerda, não é a perspectiva

³⁵⁰ Nessa perspectiva podemos citar Pistrak, Makarenko, Krupskaya, Vygotski, entre outros educadores russos que tinham como preocupação a educação a partir da conjuntura de revolução social do país e um projeto socialista de sociedade.

³⁵¹ Curso proferido por Beatón em 2007 na UNESP, campus de Marília, sobre o pensamento de Vygotski.

³⁵² Referimos ao Ex membro 13 da SENAES que concedeu entrevista á pesquisadora em 2011, o qual indicou que a concepção de pedagogia da autogestão e autogestão da pedagogia tem como pressupostos os educadores de esquerda e as experiências educativas do movimento operário.

que prevalece, pois, no intuito de abraçar as diferentes experiências de formação advindas da Economia Solidária, contemplam orientações pedagógicas que são contrárias à perspectiva de emancipação humana baseada em um modelo socialista de educação. Por outro lado, se considerarmos a interlocução que a SENAES estabeleceu, em especial, com o FBES na definição das diretrizes de formação, podemos apreender disso que as orientações que advêm dos documentos SENAES traduzem os rumos que conduzem as experiências de formação em Economia Solidária na percepção do FBES.

Nesse sentido, embora tragam alguns conceitos, como autogestão da Pedagogia e Pedagogia da autogestão e Educação popular na perspectiva de Paulo Freire, o ecletismo que envolve a diretriz de formação da SENAES permite que apontemos a inexistência de uma Pedagogia socialista como orientadora dos processos de formação para o trabalho associado.

Em contraposição à perspectiva assumida pela SENAES, entendemos que seja importante considerarmos, além das teorias e experiências específicas da Educação socialista, a perspectiva mais geral que deve conduzir a formação para o socialismo e para o enfrentamento do capital. Mészáros (2005, p. 74-75) considera que uma educação para além do capital não pode ser confinada a alguns anos de vida do indivíduo, mas deve abarcar a todos num processo de educação continuada, em que não exista educação geral para desenvolver nos indivíduos habilidades de pensamento e muito menos educação vocacional que delega o indivíduo ao desenvolvimento de atividades utilitaristas. O autor considera que todo processo de educação deva partir e voltar-se para a autogestão pelos produtores livremente associados como um empreendimento progressivo e em mudança e, por isso, pressupõe a educação continuada como elemento constituinte fundamental dos princípios reguladores de uma sociedade para além do capital. Ainda segundo Mészáros (2005, p. 75), a educação é inseparável da prática de autogestão e deve perpassar toda a vida do indivíduo e constituir-se em meio para que os indivíduos enriquecidos aprimorem a produção livremente associada de modo equitativo e orientado para os objetivos da sociedade.

A imprecisão teórico-metodológica, que denominamos de ecletismo, das diretrizes que orientam a política de formação da SENAES conduzem as práticas educativas que não estão a serviço da construção do socialismo, bem como propagam alguns membros da SENAES, mas estão suscetíveis aos mecanismos de adaptação ao sistema do capital. Se tomarmos como referência as diretrizes amplas da formação, notamos que não se vislumbra o socialismo como horizonte da proposta de formação.

Se no campo das concepções e diretrizes de formação a política da SENAES se caracteriza pelo ecletismo, na execução de sua ação os desafios são ainda maiores. No caso

específico do CFES, embora previsto no projeto político pedagógico inicial, não se avançou na articulação com as políticas de Educação para elevar a escolaridade dos participantes, apesar da necessidade de escolarização dos membros, fator que dificulta alguns participantes compreenderem a discussão no CFES nacional (MEMBRO 15 CFES NACIONAL, 2011)

3.9 A Dificuldade de Contemplar as Tecnologias Sociais na Formação

Como discutimos no Capítulo 2, para que as experiências de trabalho associado evoluam em direção à contraposição ao sistema do capital, a organização das lutas dos trabalhadores e o processo educativo voltados para a emancipação dos trabalhadores devem estar atrelados à construção de tecnologias sociais apropriadas aos empreendimentos solidários. As tecnologias de organização do trabalho devem também ser repensadas, uma vez que não podem ser transplantadas de um tipo de sociedade ao outro como se fossem neutras. Repensar a tecnologia e adequá-la à necessidade do trabalho associado é uma tarefa urgente para se pensar a transição socialista, como apontou Novaes (2007).

O processo formativo em Economia Solidária deve contemplar a discussão da adequação sociotécnica, uma vez que deve estar intimamente atrelado ao mundo do trabalho. Sendo assim, todo processo de formação deve se desenvolver com base no aprimoramento da organização do trabalho e ter em vista a especificidade da organização de trabalho associado. Isso remete a repensar os modelos organizacionais, a técnica empregada, a organização da estrutura de poder no sentido de revê-la constantemente de modo a aprimorar os processos participativos e decisórios, as relações interpessoais, os valores, o questionamento das especialidades e da divisão do trabalho que se sustenta na divisão de saberes e se reproduz pelas diferenças de remunerações. Todos esses aspectos devem ser repensados na perspectiva do poder coletivo e da autogestão pelos trabalhadores.³⁵³

Ao pensarmos nos espaços de formação para o público da Economia Solidária, cabe questionarmos o quanto os processos formativos têm contemplado e avançado nessa discussão, principalmente quando estamos nos referindo à formação de formadores que

³⁵³ Autogestão está sendo entendida como um processo que remete à tradição de lutas do movimento dos trabalhadores que ocorreu em diferentes momentos históricos e tinha na implementação do autogoverno nas unidades de produção a arma de resistência ao capitalismo. Todo processo de autonomia e, portanto, de autogestão, na tradição do movimento socialista envolve a luta operária contra a exploração do capital e, por isso, ela é instituinte de uma nova ordem de relação social uma vez que a classe trabalhadora dirige a si mesma. Bruno (1990, p. 25-26) diz que não são pelos objetivos em si mesmos que fazem de um luta revolucionária, mas quando cria relações sociais que permitem a união dos trabalhadores. “Quando viabiliza a associação dos homens livres que é, ao mesmo tempo, forma de luta e condição da transformação social.”

deveria se fundamentar nos avanços da discussão sobre ciência e tecnologia, na perspectiva do desenvolvimento de tecnologias sociais e da adequação sociotécnica, ainda que seja muito incipiente no Brasil. Na perspectiva de viabilizar o debate, é fundamental a interlocução com as experiências que têm aproximado os trabalhadores associados das pesquisas em ciência e tecnologia.

Formar formadores para Economia Solidária pressupõe que o conteúdo da formação contemple tais aspectos, assim como os formadores sejam fomentadores do debate, articuladores e socializadores dos avanços e recuos na discussão e implementação das experiências em tecnologias sociais.

Está em discussão na SENAES a articulação entre assessoria técnica e formação, hoje concebidos como processos separados. Nesse sentido, o documento da Conferência de formação e assessoria técnica em Economia solidária (2010, p. 1) assinala para a integração e articulação dessas duas dimensões, assim como o FBES e os membros da coordenação do CFES têm defendido essa aproximação.

Apesar da importância da discussão em torno das tecnologias sociais ser urgente e fundamental e de estar prevista no Termo de implantação do Centro de Formação em Economia Solidária (2007, p. 5-6), com base nos relatos dos entrevistados não observamos a existência dessa discussão nos CFES, e identificamos, ao mesmo tempo, a necessidade e dificuldade dos centros em orientar a formação nessa perspectiva, como vemos:

Então tem muita coisa pra fazer, tem área tecnológica que a gente pode inserir na parte de formação de formadores, de conhecimento tecnológico, formação política. (MEMBRO 11 SENAES, 2011)

A relação entre formação e capacitação inclusive nós tínhamos um campo separado para discussão técnica, enquanto assistência técnica, e a parte formativa de valores, e essa separação está sendo superada dentro do CFES, e não é no sentido de negar as duas necessidades, mas de superar no sentido de não desintegrar. (MEMBRO 6 SENAES, 2011)

Nosso entendimento do CFES tinha que planejar de acordo com a demanda dos empreendimentos, sobretudo pela sustentabilidade de suas iniciativas e os CFES deveriam formar, ajudar na formação de formadores que estão envolvidos com essas demandas, e são graves essas demandas, porque muitos empreendimentos deixam de existir porque não têm suas demandas atendidas e isso é o que se vê na realidade [...] Eu esperava que o CFES pudesse ter desenvolvido o projeto político pedagógico da Economia Solidária de formação e assessoramento, mas a partir dessa fase teríamos que ter um diálogo mais completo pra formar formadores de acordo com essa demanda [...] Agora têm também alguns conteúdos que se tem que trabalhar naquele processo formativo, e aí eu acho que a gente tem um problema porque a autogestão não é apenas o processo político de tomada de decisão no empreendimento ou na sociedade, a autogestão tem o cotidiano e isso tem uma complexidade enorme, eu não posso diferenciar o controle financeiro da própria autogestão, mas tem que ter uma

especificidade que é o controle contábil. Tanto na linha de trabalho quanto na área administrativa do empreendimento, eu preciso compreender minimamente o controle contábil pra fazer autogestão, então como faz adequação sociotécnica com a perspectiva da autogestão numa empresa? Assim se constrói os conteúdos. Eu acho que isso não é muito considerado no processo de formação para a autogestão. Eles são estanques, separados, quando eu faço um curso de controle contábil ele é só isso, quando eu faço um curso de autogestão, ele é só de autogestão e eu não consigo juntar essas duas coisas. (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

Como hoje a gente tem várias iniciativas de cursos acho que é uma fragilidade nossa enquanto fórum o pensar no todo [...] aquilo que mais nos interessa em Economia Solidária, acho que as políticas contribuíram muito pra gente ficar especialista em muitas coisas, por exemplo, nós executamos o projeto de comercialização, então nós somos especialistas em comercialização [...]. (MEMBRO 7 FBES, 2011)

Dessa experiência toda há o desafio da questão da formação e do assessoramento técnico, que nós vamos ter que encaminhar ainda, não está resolvido, porque na Secretaria enquanto o assessoramento técnico é da responsabilidade do departamento de fomento, a formação é nossa responsabilidade. Há necessidade da interação dessa ação e organizá-la melhor. (MEMBRO 3 SENAES, 2011)

Com base nos relatos podemos dizer que os processos de formação para Economia Solidária têm ocorrido sem contemplar discussões aprofundadas sobre as formas de organização do trabalho, na perspectiva das tecnologias sociais e adequação sociotécnica. Nessa medida, as discussões têm sido insensíveis ao cotidiano do trabalho associado e da produção, assim como não têm promovido uma interlocução mais aprofundada com universidades e centros de pesquisas na perspectiva de atrelar o processo de formação a essas discussões.

Entendemos que essa dificuldade é um indicador bastante grave sobre o processo formativo no CFES nacional a partir da proposta SENAES. Ainda que a implantação do CFES seja recente, não identificamos um movimento inicial nessa direção, embora os membros tenham se atentado para a dificuldade dessa perspectiva materializar-se.

Embora não tenha sido mencionado, baseados nos dados expostos até aqui, é provável que a dificuldade de se contemplar esse aspecto esteja relacionada diretamente à dificuldade orçamentária da SENAES, ao formato de um projeto com tempo determinado e por cursos organizados em módulos de 40 em média, além das atividades de seminário. O exercício de pensar em tecnologias sociais e aprofundar a discussão demanda processos contínuos e orgânicos, bem como interlocução permanente com centros de pesquisa e universidades voltadas para essa finalidade.

Todos esses aspectos repercutem diretamente no desenho da formação do CFES nacional que fica evidenciado no trabalho de formulação do projeto político pedagógico, que tomou grande parte da atividade do centro nesses três anos, ainda que a SENAES assinalasse a necessidade de repensar o formato do CFES prevendo, até mesmo, sua extinção. Um dos

entrevistados, referindo-se ao CFES nacional menciona que “[...] eu sei que não funciona porque a estratégia adotada foi outra: a de voltar-se pra dentro, pra se fortalecer internamente. Essa é minha primeira crítica ao CFES” (MEMBRO 4 SENAES, 2011)

Contrariamente, ao que menciona o membro da SENAES, tudo indica que o fortalecimento do CFES dependa muito mais do papel social que ele venha cumprir junto aos empreendimentos solidários do que a qualquer processo de estruturação interna que se proponha. Ou seja, é justamente no momento em que volta “para fora” e atende as discussões necessárias para os empreendimentos solidários que ele conquista a legitimidade junto aos trabalhadores e justifica sua existência para o coletivo.

Temos que considerar, ainda, que somados aos desafios de recursos e de orientação política apontados acima, a ausência de processos avaliativos que incorporem aqueles aos processos existentes no âmbito das atividades pedagógicas e, a partir daí, construam referenciais para aprimorar a política pública, é um indicador a ser pensado na relação que a SENAES estabelece com o CFES.

Tendo em vista os aspectos discutidos até aqui sobre a experiência do CFES, seria muito prematuro e sem fundamento declararmos que “os processos educativos inspirados na Economia Solidária anunciam uma nova sociabilidade, uma nova sociedade, uma nova forma de produção da vida”, como defende a I Oficina Nacional de Formação-Educação em Economia Solidária (2006, p. 15).

CONCLUSÕES

A política pública de formação para Economia Solidária no Brasil, tanto no PNQ como no CFES nacional, foi compreendida neste estudo inserida no cenário de reconfiguração do capitalismo em nível mundial que, contraditoriamente, suscitou a criação de formas autênticas e inovadoras de oposição ao sistema do capital pelos trabalhadores, sendo uma dessas formas o trabalho associado. Como a luta de classe é incessante, no decorrer do processo de expansão do capitalismo, ela tende a se refazer e eclodir em cada momento histórico sob forma nova. O potencial de enfretamento do capital deve ser analisado com base nas lutas concretas, a fim de vislumbrar o alcance e limites dessas iniciativas de organização. Sob essa perspectiva, analisamos as experiências de formação em Economia Solidária na política pública delineada pela SENAES e pelo PNQ.

Delimitamos o período que coincide com a estruturação do mercado de trabalho, caracterizado pelo predomínio da relação assalariada e constituição de serviços de seguridade social no âmbito do Estado de bem-estar-social, e o período de fragmentação, que culmina com o abandono das referências construídas no período anterior de vigência do fordismo para introduzir um novo modelo de acumulação identificado por Harvey de acumulação flexível. O período de fragmentação corresponde ao processo de remodelação do capital em nível mundial, no qual não se separa dimensão política e econômica, pois atrelada ao processo de reestruturação da produção está a reforma do Estado que iniciou-se com a disseminação do neoliberalismo entre os países centrais e periféricos do sistema mundial.

No período de estruturação do mercado de trabalho, a expansão do capital deu-se, predominantemente, pela exploração sobre a força de trabalho submetida ao processo de homogeneização decorrente do predomínio do trabalho semiqualficado do fordismo e taylorismo. Ao mesmo tempo que o capital beneficiou-se dessa homogeneidade, principalmente pela padronização da produção e pela redução do poder de barganha dos semiqualficados, defrontou-se com a resistência do movimento dos trabalhadores. Do lado do trabalho, a aglutinação dos trabalhadores em decorrência da produção em massa fez emergir fortes movimentos de contestação. Assim como no período pós-guerras que, estrategicamente, resultou no crescimento e renovação do capitalismo, por um lado, mas houve ondas de oposição dos movimentos dos trabalhadores por outro lado, como apontou Silver (2005).

Para amenizar os conflitos sociais decorrentes do fortalecimento da oposição operária e da marginalização de parcela da população excluída das relações de trabalho formais,

constantes no processo de desenvolvimento do capital, o Estado introduzirá para essa parcela da população que ficou à margem da sociedade salarial, principalmente nos países centrais onde vigorou o *Welfare State*, a ampliação dos serviços de seguridade social e assistência social com intuito de controlá-los e inseri-los no consumo. Assim, o Estado busca evitar a fratura social que poderá advir da revolta da massa dos desvalidos. Diferente dos países centrais, em que estes serviços iniciam no início do século, no Brasil, é a partir da década de 1970 que irão ser instituídos os primeiros serviços com a finalidade de prestar assistência aos desempregados, e alguns deles não funcionam plenamente até os dias de hoje, como trouxe Pochmann (2005).

Atualmente, os mecanismos para garantir a governabilidade também são acionados pelo Estado, especialmente quando se volta para segmentos da sociedade civil, estabelecendo formas de parcerias e delegando a ela a responsabilidade pelo oferecimento de alguns serviços sociais. Tendo em vista que o Estado configura-se como instrumento de poder político do capital é que consideramos que as políticas públicas no interior desse aparato encontram limites claros para se desenvolver, assim como a concepção de universalização encontra dificuldade de se efetivar e, quando ocorre, é em prejuízo da qualidade do atendimento prestado.

A partir da década de 1990, os efeitos da flexibilização das relações de trabalho são percebidos com maior nitidez, à medida que os direitos trabalhistas são suprimidos e os trabalhadores sujeitam-se às formas inovadoras de intensificação e precarização do trabalho. Desse modo, desenha-se no cenário mundial, ainda que com maior ênfase na semiperiferia e periferia, a profunda heterogeneidade da força de trabalho decorrente da complexificação das organizações produtivas que implementam processos de terceirização, quarterização em decorrência dos novos deslocamentos e arranjos produtivos coordenados no âmbito do sistema mundial. Ainda que a heterogeneidade seja um traço típico do mercado de trabalho brasileiro desde o seu primórdio e decorra da sua posição na divisão social do trabalho é no processo de reestruturação do capital em nível global que ocorre a fragmentação generalizada e cujos principais traços evidentes são a precarização das relações de trabalho e o desemprego estrutural generalizado. O contexto de fragmentação do mercado de trabalho é marcado por: intensificação dos monopólios e das fusões; centralização das áreas de pesquisa e desenvolvimento em alguns países centrais; intensa exploração do trabalho com o predomínio da mais valia relativa sob a absoluta, ainda que vigorem as formas combinadas de exploração; e supressão do Estado nacional como esfera de poder de decisão estratégico, mesmo que não o suprima.

Diante do desemprego estrutural e atrelado à reforma da educação profissional, que foi amplamente criticada, as políticas públicas passivas, que vinham aos poucos se constituindo desde meados da década de 1970, perdem destaque em detrimento das políticas ativas. No Brasil, iniciam-se as políticas públicas de qualificação em massa da força de trabalho com a introdução do PLANFOR. Num primeiro momento, o plano tem o propósito de formar para a empregabilidade por meio do desenvolvimento de competências e, para isso, se sustenta na ideia de que a desqualificação era o motivo da não inserção nos postos de trabalho. Após, a ineficácia comprovada do plano e, num contexto de eleição de Lula à presidência, que tinha trajetória como líder de um partido popular de massa considerado de esquerda, embora haja controvérsia, conduziu à introdução do PNQ, o qual salienta o caráter social em oposição ao anterior.

O PNQ destacará, entre outros alvos prioritários da política, a Economia Solidária com o propósito de substituir o PLANFOR – cuja ineficácia para promover a inserção no mercado de trabalho foi reconhecida oficialmente pelo governo federal – e contemplar, ao menos no discurso, setores do movimento dos trabalhadores e segmentos sociais pauperizados. Para adequar-se a esses segmentos sociais vulneráveis e superar a ideia de inserção que vigorou nos primeiros anos do plano anterior, o PNQ exclui o termo empregabilidade e passa a se sustentar na ideia de geração de trabalho e renda.

Apesar de estar prevista a universalização do direito à qualificação no PNQ, ao confrontarmos com a execução do plano, constatamos o movimento inverso, ou seja, ele tem se caracterizado pela redução abrupta e significativa de recursos, se comparado ao PLANFOR e atendido uma parcela restrita da população. Embora, no discurso, a política focalizada seja concebida como estratégia para priorizar o público excluído de modo a universalizar o direito, na execução do PNQ, notamos que é uma opção feita em decorrência da pouca condição de expandir as ações de qualificação em razão da insuficiência de recursos e da atuação cada vez mais restrita do Estado.

O discurso em torno do caráter social do PNQ ganha sentido se o compreendermos inserido no governo Lula, o qual cooptou os seguimentos tradicionais do movimento operário e, nesse processo, tem buscado contemplar minimamente as novas frentes dos movimentos dos trabalhadores. Além disso, esse governo procura atender às orientações de minimização da pobreza e à inserção no consumo dos organismos internacionais. A retração orçamentária no governo Lula deixa claro que a prioridade não é o trabalho associado e, muito menos, a preocupação com a qualificação dos trabalhadores, mas sim a política de superávit primário e

a expansão das exportações de *commodities*, fator que aprofunda a posição subordinada do país na divisão social do trabalho.

Diante da ofensiva do capital contra o trabalho que repercute diretamente na redução do poder de barganha da esquerda tradicional organizada em sindicatos e partidos, contraditoriamente, emergem novas formas de contestação aos mecanismos de opressão do sistema do capital. São estes, os movimentos antiglobalização que eclodem em diferentes lugares do mundo e se posicionam contrários à ofensiva neoliberal, no qual a manifestação de Seattle e o Fórum Social Mundial são expressão; as ondas de contestações populares na América Latina que culmina na destituição de chefes de Estado identificados com o governo neoliberal; e o fenômeno que nos interessa neste estudo que são as novas formas de associação entre os trabalhadores a partir da organização coletiva dos meios de produção e da implantação de mecanismos identificados com a autogestão. A autogestão introduzida por esses empreendimentos refere-se à propriedade coletivizada e à prática de decisão coletiva na organização do trabalho e não remete, necessariamente, à tradição de lutas autonomistas históricas dos trabalhadores, as quais se configuraram pela oposição radical ao sistema do capital, apesar do curto período em que a maioria dessas experiências vigorou.

O trabalho associado que se difunde pelo continente latino-americano, como também pelos demais países, embora tenha traços distintos, decorre, dentre outras motivações de caráter político-ideológico e comunitário, da auto-organização do trabalho como forma de garantir a sobrevivência e resistir aos mecanismos de precarização decorrentes da retração massiva dos postos de trabalho. No Brasil, esses movimentos começam a surgir em meados da década de 1980, com as experiências de recuperação de fábricas falidas e em processo falimentar pelos trabalhadores, além de outros processos sociais de caráter comunitário que se afirmam pela forma solidária e cooperativa com que estabelecem as relações de produção e comercialização. Neste último caso, uma das experiências pioneiras deu-se a partir dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), muitos deles assessorados pela Cáritas brasileira. Tal fenômeno foi identificado pelo termo Economia Popular Solidária. Atualmente, o conceito Economia Solidária é utilizado de forma bastante abrangente e sem muita precisão em relação às experiências que o integram, conforme indica Cruz (2006). Em geral, refere-se às experiências de auto-organização dos trabalhadores em diversos setores da produção e apresenta potencial distinto de oposição ao capital.

Assim como em outros países, a Economia Solidária torna-se objeto de políticas públicas a partir da reivindicação feita pelo GT brasileiro, no Fórum Social Mundial (FSM).

Desse modo, a SENAES é criada, em 2003, no novo cenário político brasileiro de eleição do presidente Lula, com o objetivo de fomentar e estimular o desenvolvimento das iniciativas de Economia Solidária. Nesse mesmo contexto, é criado o FBES, que se torna o principal interlocutor da SENAES na definição das políticas públicas para Economia Solidária.

A SENAES dedica maior parte de seu tempo e esforço às políticas de formação em Economia Solidária, pois mesmo nos projetos de fomento há iniciativas de formação. Dessas ações de formação da SENAES destacamos sua inserção no PNQ e a criação dos CFES. Entendemos que a educação é central para os empreendimentos de Economia Solidária, seja porque é condição para sua sobrevivência, seja porque é fundamental para aprofundarem as práticas democráticas e vislumbrarem processos de adequação sociotécnica e criação de tecnologias sociais adequadas às necessidades dessas organizações e aos propósitos de superação das relações capitalistas. Assim, a Educação para o trabalho associado têm sentido ampliado ao atrelar-se às novas relações sociais que se iniciam nesses empreendimentos (ALANIZ, 2007). Entretanto, é necessário que a prática educativa que seja contrária aos processos de internalização vigentes no capitalismo e, para isso, deve partir dos processos dos de trabalho associado concretos e a eles retornar com o intuito de aprofundar as relações autogestionárias e aprimorar os processos de trabalho, tendo como horizonte a interconexão das lutas dos trabalhadores e a superação das relações capitalistas.

Quando tomamos como referência o PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha e o CFES nacional defrontamo-nos com contradições e insuficiências que impedem um processo de formação permanente, entendida como prática educativa atrelada aos processos de trabalho livremente associado no qual a autogestão é o fundamento e cujo objetivo é constituir processo de internalização voltado para emancipação humana a partir da oposição e confronto radical aos mecanismos de reprodução do capital. Desse modo, a educação nessa perspectiva do trabalho associado é fator central porque é condição para que os processos democráticos e os mecanismos de oposição ao capital desenvolvam-se.

A experiência da Rede Abelha-RN no projeto PROESQ/PNQ, considerada a instituição que mais avançou no desenvolvimento de metodologias alternativas, materiais didáticos e no processo pedagógico como um todo, evidencia os limites advindos da opção de se inserir no mercado capitalista, mesmo que de forma alternativa, e ter como horizonte de luta por políticas públicas. O limite para o desenvolvimento dos mecanismos democráticos coloca-se, apesar do material pedagógico e das metodologias desenvolvidas primarem pelo reconhecimento do saber da comunidade e pela participação plena no processo pedagógico,

cujo resultado são processos pedagógicos sintonizados com a realidade dos apicultores da região.

Os elementos contraditórios que emanam do processo formativo no âmbito do PROESQ/PNQ refletem, por um lado, ao fato do PNQ não se constituir em um instrumento adequado à realidade dos empreendimentos de Economia Solidária, muito menos, aos propósitos de uma educação radicalmente oposta aos processos de internalização vigentes no modelo educacional capitalista; por outro lado, a forma de inserção da rede na produção e circulação demarcada pela divisão social do trabalho, bem como a orientação política e ideológica que tem direcionado a atuação da rede, ocasiona a adequação à ordem capitalista. Tal fato é agravado porque a rede não tem como horizonte o rompimento dessa relação, ao contrário, objetiva a conquista de política pública e de porção maior no mercado. Tendo em vista o horizonte da rede, as maiores contribuições advindas do processo formativo do PNQ referem-se ao aprimoramento das formas coletivas de cultivo das abelhas, aos fatores ambientais relacionados a essa prática, à participação dos apicultores de um processo formativo pautado em decisões coletivas no âmbito da atividade pedagógica e aos meios para acessar as políticas públicas.

Ainda que esse processo tenha sido bastante significativo para os apicultores, cuja trajetória é de exclusão dos direitos sociais, como por exemplo, da educação, no que se refere à constituição de alternativas educacionais que objetivem construir mecanismos adequados à auto-organização dos trabalhadores, não tem se constituído e há limites para que isso se realize. Como a rede vislumbra sua expansão no mercado capitalista e o acesso às políticas públicas como reivindicação central, embora as relações interpessoais no trabalho sejam motivadas por laços afetivos e de ajuda mútua entre os trabalhadores, a cooperação existente objetiva o aumento da produtividade como condição para sobreviver e concorrer com médios ou grandes produtores na esfera da circulação. Neste caso, a propriedade coletiva, a ajuda mútua e a solidariedade por si só não constituem mecanismos de emancipação do trabalho, tais características isoladas das demais lutas, de meios de produção alternativos e desligadas de um projeto amplo de constituição da sociedade socialista não são suficientes para romper com o mecanismo de reprodução ampliado do capital e podem até ser apropriadas como forma de ampliar a exploração.

Os fatores objetivos vivenciados pela Rede Abelha-RN combinam-se, em parte, às orientações que advêm do governo federal pelo PNQ, no que diz respeito aos mecanismos de adaptação à sociedade.

Além disso, o PNQ concebido dentro dos propósitos de focalização explicita as contradições advindas da insuficiência do Estado expandir suas ações. Esse fato pode ser percebido na dificuldade da formação para Economia Solidária articular-se à educação básica, no caráter descontínuo da formação ao ser submetido à prática de editais e na insuficiência da avaliação que desconsidera elementos essenciais do processo formativo, inclusive a repercussão que as políticas introduzidas têm nos empreendimentos solidários. Essas características somadas à inexistência de políticas voltadas para o desenvolvimento de tecnologias sociais e a limitação orçamentária do PNQ impedem que a formação no âmbito do projeto PROESQ/PNQ seja perpassada pela discussão dos fundamentos da produção associada. A adaptação à sociedade é salientada, também, na perspectiva de defesa do desenvolvimento sustentável, sem submeter a uma crítica mais profunda a que isso representa.

Todos esses aspectos indicam a dificuldade que as ações formativas para Economia Solidária, viabilizadas no âmbito do Estado, têm para aprofundar os mecanismos envolvidos na autogestão, uma vez que não é essa a lógica de organização e atuação do Estado. A adesão ao PNQ, pela própria natureza do Estado, impõe desafios para o aprofundamento da educação para autogestão, uma vez que, como afirmou Mészáros (2002, p. 106-107), o Estado é a única estrutura compatível com os parâmetros estruturais do capital porque se constitui de modo análogo a ele no que se refere às estruturas básicas de reprodução, qual seja: a hierarquia e o poder burocrático.

Os CFES foram constituídos a partir da necessidade da SENAES implementar processos educativos voltados para formação de formadores em Economia Solidária, devido à incapacidade de o PNQ atender essa demanda e porque tal modalidade não estava plenamente contemplada no plano. Com a introdução do CFES houve a expectativa – considerada frustrada pelos membros entrevistados – de que os centros se tornassem referência na difusão de metodologias e pesquisa em educação para Economia Solidária, assim como viesse fortalecer os empreendimentos solidários, para alguns, em direção à construção da sociedade socialista, para outros, como um novo modelo de desenvolvimento alicerçado nos processos territoriais.

A forma como a SENAES está instituída – em termos dos espaços decisórios, da articulação com os movimentos sociais e com o FBES, do lugar que essa política ocupa no governo federal, tendo em vista a dotação orçamentária e a falta de sintonia com outras políticas TEM – reflete as diretrizes da formação do CFES e o modo como ele tem se constituído.

A definição das diretrizes de formação nos CFES, assim como as demais políticas da SENAES, ultrapassa o espaço do conselho e do CTFAT, uma vez que estes não têm conseguido constituir-se como instância decisória privilegiada, pois há o esvaziamento deste espaço. Assim, as diretrizes da política pública da SENAES e a captação de recursos, com base na compreensão da Economia Solidária como política transversal, ocorrem pela prática de *concertação* entre alguns órgãos do governo com os quais a Secretaria conseguiu maior articulação. Além disso, há o diálogo com o FBES e a influência da Cáritas brasileira que, atualmente coordena três programas da SENAES, incluindo o CFES. A Cáritas, desde a criação da SENAES, tem incidido sobre a política de formação em Economia Solidária a partir dos espaços que conquista no governo federal e por meio da coordenação nacional do FBES. Por essa razão, pudemos identificar objetivos e terminologias nos documentos da SENAES que se originam das experiências de Economia Popular Solidária que sucedem os PACs, ainda que outras instituições também tenham influenciado essas diretrizes.

No que diz respeito ao FBES, ele é o principal interlocutor da SENAES na definição de suas políticas públicas, embora se identifique como movimento da Economia Solidária, sua composição restrita a sete entidades nacionais demonstra a pouca legitimidade que tem para se colocar como instrumentos dos demais movimentos de Economia Solidária que extrapolam as entidades que compõem a coordenação nacional. O FBES, assim como a Cáritas, tem como objetivo de luta política a conquista de políticas públicas e, nessa medida, sua atuação volta-se para a interlocução com a SENAES e reivindicação pela participação nas esferas decisórias de definição dessas diretrizes. Na sua constituição, o FBES atrelou-se à SENAES, que ofereceu o financiamento inicial, o espaço físico para instalação no prédio do MTE e estabeleceu uma parceria mista na definição da política. O FBES está profundamente atrelado às políticas públicas, pois, da parceria que estabelece com os órgãos do governo decorre sua sustentabilidade, assim como suas lutas, que têm como horizonte a conquista de participação nas instâncias do poder público e a conquista de políticas públicas. O conceito de *empoderamento*, tanto no FBES como na Cáritas brasileira, reflete sua identidade, uma vez que se refere à necessidade dos empreendimentos capacitarem-se para concorrer a editais públicos.

Ainda que esses processos formativos tenham especificidades, especialmente porque na Rede Abelha-RN a formação ocorra atrelada aos processos de trabalho dos empreendedidos, notamos que as diretrizes que orientam a formação no CFES nacional e na Rede Abelha-RN são semelhantes e advêm das orientações dos documentos formulados pela SENAES e daqueles que a Secretaria considera como referência para a definição da política. Tanto as

metodologias utilizadas, como a compreensão de que a Economia Solidária é uma estratégia de desenvolvimento, o não atrelamento aos processos de formação básica e a discussão em torno das tecnologias sociais são recorrentes nas duas experiências. Embora existam nos cadernos de formação da Rede Abelha-NE textos que tragam a discussão das tecnologias sociais, verificamos que sua constituição não se efetiva. Isso se deve ao fato de que a crítica que perpassa o processo educativo é inócua, caso não se atrele aos instrumentos que viabilizem a sua consolidação no espaço social.

Ao colocarmos em destaque a tendência das políticas públicas de Economia Solidária, não temos a intenção de apontar um modelo de autogestão a ser seguido, e sim, pretendemos contribuir no debate sobre a direção de tais estratégias formativas que têm sido referência para algumas organizações de trabalhadores. Com isso, apontamos os desafios postos para que a educação para autogestão viabilizada no âmbito do governo federal constitua-se em um meio de negação aos processos de reprodução do capital. Por compreendermos que na constituição de outra forma de sociedade é imprescindível um novo processo de internalização oposto ao que temos hoje e combinado à perspectiva de autogestão radical dos meios de produção e da vida social, é que tecemos tais considerações. Assim, evidenciarmos as contradições do processo como forma de compreensão da realidade, uma vez que é fundamental para incidirmos sobre ela e auxiliar na mudança de rumo dos acontecimentos.

Entendemos que a afirmação de que educação é central para as organizações dos trabalhadores, por si só não remete a práticas educativas coerentes com os propósitos da autogestão, entendida como um processo radical capaz de construir novas relações sociais e não uma questão ideológica, simplesmente. Ela deve estar imbricada a uma proposta de formação suficientemente radical para se constituir em mecanismos de oposição à estrutura de organização do sistema do capital, caso contrário, estará a serviço da reprodução da sociedade que temos. Santillán (1980) ressalta que a nova economia, que não é a economia de classe, tem de fomentar uma cultura verdadeira voltada à emancipação humana.

Além disso, na história das lutas autonomistas, temos pistas fidedignas que demonstram a condição revolucionária que têm os trabalhadores de assumirem a reprodução da sua vida social e introduzir modelos autênticos de educação que não primem pela obediência servil e opressão humana. Na história, notamos que as experiências educacionais inovadoras e que se colocaram em oposição aos processos de internalização da cultura de dominação ocorreram justamente nos períodos de revolução social, como foi o caso da guerra civil na Espanha e dos novos modelos pedagógicos e teorias epistemológicas que surgiram na russa revolucionária. Além disso, há as lutas mais contemporâneas, como por exemplo, o

MST no Brasil que constituiu suas escolas de forma paralela e sob a negação das estruturas hierárquicas existentes nas instituições de ensino.

Tendo em vista as limitações que apontamos até o momento, podemos dizer que tanto o CFES nacional como o projeto PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha-RN indicam a dificuldade de orientar a formação em direção à formação permanente, de modo que mecanismos de aprofundamento da prática de autogestão e de organização da luta do trabalho comecem a ser pensados e introduzidos numa perspectiva radicalmente oposta à reprodução do capital.

REFERÊNCIAS

A EVOLUÇÃO e constituição das políticas públicas de emprego, trabalho e renda. Brasília: MTE; São Paulo: DIEESE, 2007.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ALANIZ, E. P. **Qualificação Profissional**: Um estudo das práticas educacionais em uma empresa de autogestão. São Paulo: UNESP, 2007.

ALMEIDA, M. L. **Da formulação á implementação**: análise das políticas governamentais de Educação profissional no Brasil. 2003. Tese (Doutorado em Política científica e Tecnológica) – Instituto de Geociência, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ALMEIDA, M. H. T. de. A política social do governo Lula. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 70, p. 7-17, nov. 2004. Disponível em:
<http://socialsciences.scielo.org/pdf/s_nec/v1nse/Maria_Herm%EDnia_Tavares_de_Almeida.pdf>. Acesso em: 30 fev. 2012.

ALVES, G. **O (novo) e precário mundo do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

AUDIÊNCIA Pública Ocorrida em 17 de maio de 2011. Disponível em:
<<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 17 maio 2011.

AZEREDO, B. **Políticas Públicas de Emprego**: a experiência brasileira. São Paulo: ABET, 1998.

BALTAR, P. E. A; SANTOS, A. L. dos et al. **Trabalho no governo Lula**: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. Berlin: Global Labour University Papers, 2010. p. 1-46.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estratégias para la educación**: examen Del Banco Mundial. Washington, EUA: Banco Internacional de Reconstrucción, 1996.

BARBOSA, A. F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

BARBOSA, N. C. B. **A Economia Solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BATISTA, R. L. **A educação profissional na década neoliberal: o caso do PLANFOR.** 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

BEATÓN, G. A. **La persona en el enfoque histórico-cultural.** São Paulo: Linear, 2005.

BEER, M. **História do socialismo e das lutas sociais.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BEHRING, E.R; BOSCHETTI, I. **Política Social: história e fundamentos.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010. v.2

BERNARDO, J. **Economia dos conflitos sociais.** 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

BERTUCCI, A. A.; SILVA, R. M. **20 anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas brasileira dos PACs às EPS.** Brasília: Venâncio, 2003.

BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

BOITO JR., A. **A hegemonia neoliberal no governo Lula.** 2003. p. 1-25. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/54662901/A-hegemonia-neoliberal-no-governo-Lula-Armando-Boito-Jr>> Acesso em: 30 fev. 2012.

_____. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Xamã, 1999.

BORGHETTI, R. **Limites e possibilidades de uma alternativa de educação: análise do projeto Barracão da Cáritas Diocesana de Marília.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

BRAGA, R. Apresentação. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: política e cultura na era da servidão financeira.** São Paulo: Boitempo, 2010. p. 37-14.

BRASIL. **Atlas da Economia solidária.** Brasília: MTE, SENAES, 2006a.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_objetivos.asp>. Acesso em: 03 mar. 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Departamento de Qualificação Profissional. **PLANFOR-Plano Nacional de Qualificação.** Brasília: FAT, 2001.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Edital da Chamada Pública n. 11/2008: Plano Setorial de Qualificação- Anexo II-B,** Brasília (DF): MTE, 2008a

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Resolução nº 258**, de 21 de dezembro de 2000. Estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador. Disponível em: <www.mte.gov.br/legislacao/resolucoes/2000/r_20001221_258a.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Resolução nº 575**, de 28 de abril de 2008b. Estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador. Disponível em: <www.mte.gov.br/legislacao/.../2008/r_20080428_575b.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2010.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Departamento de Qualificação. **Plano Nacional de Qualificação - Termo de Referência**. Brasília: MTE/SSPE/DEQ, 2008c.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho de Economia Solidária Popular de Pernambuco se reúne em Recife, 2010c. Disponível em: <[Minishttp://portal.mte.gov.br/imprensa/conselho-de-economia-solidaria-popular-de-pernambuco-se-reune-em-recife/palavrachave/sine.htm](http://portal.mte.gov.br/imprensa/conselho-de-economia-solidaria-popular-de-pernambuco-se-reune-em-recife/palavrachave/sine.htm)> Acesso em: 03 mar. 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Departamento de Qualificação. **Plano Nacional de Qualificação - Termo de Referência**. Brasília, 29 set 2011a. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A32DC115D013303FE673C4386/termo_referencia_679.pdf>. Acesso em: 30 fev. 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária em Desenvolvimento**, 2004. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao.htm>>. Acesso em: 20 maio 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Conselho de Economia Solidária Popular de Pernambuco se reúne em Recife**. 2010a. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/conselho-de-economia-solidaria-popular-de-pernambuco-se-reune-em-recife/palavrachave/sine.htm>>. Acesso em: 02 jun. 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Termo de Referência para implantação dos Centros de formação em Economia Solidária - CFES**. Brasília: MTE/SENAES, 2007.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Termo de Referência em Economia Solidária: Plano Nacional de Qualificação (2003-2007)**. Brasília: MTE/SENAES, 2005.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.811**, de 21 de junho de 2006b. Dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm> Acesso em: 02 jun. 2011.

BRASIL. Resolução nº 333 de 10 de julho de 2003. **Plano Nacional de Qualificação (PNQ)**. Brasília: MTE, SPPE, 2003.

_____. Resolução nº 638 de 12 de abril de 2010. Brasília: MTE, SPPE, 2010b.

_____. Resolução nº 672 de 28 de julho de 2011. Brasília: MTE, SPPE, 2011b.

BRINGEL, B.; MUÑOZ, E. E. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 28-36, jan./abr. 2010.

BROWN, J. **La dominación liberal**: ensayo sobre el liberalismo como dispositivo de poder. MADRID: Tierradenadie, 2009.

BRUNO, L. N.B. Educação, Qualificação e desenvolvimento econômico. In: BRUNO, L. (Org.). **Educação e trabalho no capitalismo real**. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **O Combate pela Autonomia Operária**. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1982.

_____. **O que é autonomia operária**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Poder político e sociedade: qual sujeito, qual objeto? In: FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 81-120.

_____. Reorganização econômica, reforma do estado e educação. In: HIDALGO, A. M.; SILVA, I. L. F. **Educação e Estado**: as mudanças no sistema de ensino no Brasil e Paraná na década de 90. Londrina: Eduel, 2001. p. 3-20.

CACCIAMALI, M. C. Processos de informalidade, Flexibilização das relações de trabalho e Proteção social na América Latina: perdas na contribuição à seguridade social no Brasil. **Programa de Estudos de Pós-graduandos em Economia Política PUCSP**, São Paulo, out. 2001. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/Ecopol/2001/TD1001.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2011.

CADERNO de Formação PLANSEQ. Manual do educando do projeto setorial de qualificação social e profissional em economia solidária. Natal, RN: Rede Abelha-NE/Grupo Colméias de Assessoria, s.d.

CANO, W.; SILVA, A. L. G. Política industrial do governo Lula. In: MAGALHAES, J. P. A. et al. **Os anos Lula**: um balance crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Gramond, 2010. p. 181-208.

CARDOSO, A. M. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTIONI, R.; MEDEIROS, I. A. de; PAULINO, L. A. As tentativas de “enquadrar” a oferta de cursos de qualificação no âmbito do PLANFOR: a experiência de São Paulo. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/quem-e-quem/docentes/r/remi/publicacoes/10_Experiencia_SERTSP_PEQ.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2012.

CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Projeto Técnico para implantação do Centro Nacional de Formação em Economia Solidaria**. Cáritas Brasileira: Brasília, 2008.

CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Relatório**. Síntese. 2º Módulo do Seminário Nacional sobre Sistematização. Brasília, 2011. Disponível em: <http://caritas.org.br/novo/wp-content/uploads/2011/04/sem_nac_sistematizacao.pdf>. Acesso em: 30 fev 2011.

CHAUÍ, M. S. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CHESNAIS, F. **Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLEAVER, H. **Leitura política do capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2006. Brasília. **Anais...** Brasília: SENAES, 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_anais.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2011.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2., 2010. Brasília. **Documento final**. Brasília: MTE/SENAES, 2010. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/conaes/documento_final.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2012.

CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE FORMAÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA. 2010. Brasília. **Caderno Temático da II Conferência Nacional de Economia solidária**. Brasília: MTE/SENAES, 2010.p. 11-19.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-46.

CRUZ, A.C. M. da. **A diferença da igualdade**: a dinâmica da Economia solidária em quatro cidades do MERCOSUL. 2006. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

DAL RI, N. M. (Org.) **Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

_____. **Educação democrática e o trabalho associado no contexto político- econômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2004. Tese (Livre Docência em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. **Educação democrática e trabalho associado: no movimento dos trabalhadores rurais sem terra e nas fábricas de autogestão**. São Paulo: Ícone; Fapesp, 2008.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL ROIO, M. O governo Lula e a derrota da esquerda. **Revista do Instituto de Estudos Sociais**, São Paulo, n. 10, p. 69-88, 1º sem. 2004.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Anuário de qualificação social e profissional: 2006**. São Paulo: DIEESE, 2006.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Anuário de qualificação social e profissional: 2007**. São Paulo: DIEESE, 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Anuário de qualificação social e profissional: 2008**. São Paulo: DIEESE, 2008.

DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o neoliberalismo. **Revista da USP**, São Paulo, n. 17, p. 86-101, 1993. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/17/07-sonia.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2012.

_____. Políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO GOVERNAMENTAL. **Para a Década de 90: prioridades e estratégias**. Instituto de planejamento Econômico e Social. Políticas sociais e Organização do Trabalho. Brasília: IPEA-PLAN, 1990. v. 4, p. 1-68.

DRUCK, G. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. OSAL - Observatório da América Latina, CLASCO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, ano VII, n. 19, jul. 2006.

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria Vigotskiana. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

FARIA, C. F. Participação, sociedade civil e governo Lula (2003-2006): construindo uma sinergia positiva? In: ANGELO, V. A.; VILLA, M. A.(Orgs.). **O partido dos trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)**: uma história revisitada. São Carlos: Edufscar, 2009. p. 153-182.

FERRAZ, M. B. Retomando o debate: a nova política industrial do governo Lula. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, MTE/IPEA, n. 32, p. 227-264, jan/jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/17>>. Acesso em: 29 fev. 2012.

FIGUERIRAS, L.; GONÇALVEZ, R. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FIORI, J. L. Um olhar para a esquerda. **Margem Esquerda: ensaios marxistas**, São Paulo, n. 7, p. 87-112, maio 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. 2003b. **Plataforma**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=62&Itemid=59>. Acesso em: 02 jun. 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Balanço dos avanços e desafios das Políticas Públicas de Economia Solidária desde 2006. p. 1-2. Disponível em: <www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc...>. Acesso em: 02 mar. 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. III Plenária Nacional da Economia Solidária. **Carta de Princípios**. 2003a. Disponível em: <<http://www.cdcc.sc.usp.br/CESCAR/Atualizacao/7.pdf>>. Acesso em: 30 fev. 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. IV Plenária Nacional de Economia Solidária. **Relatório final**. 2008. Disponível em: <www.fbes.org.br/?option=com_docman&task=doc...gid=746>. Acesso em: 02 mar. 2012.

FRAGA, L. Autogestão e tecnologia social: utopia e engajamento. In: BENINI, E. et al. (Orgs.). **Gestão pública e sociedade**: fundamentos e política pública da Economia Solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 101-124.

FRANÇA FILHO, G. C. Avaliação de políticas de economia solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G. C. et al. **Ação pública e Economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006. p. 259-268.

FREITAS JR., E. **Olhar orientado sobre as redes**. Rede Abelha: Salvador, 2005.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade de ensino. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 965- 987, out. 2007.

GAIGER, L. I. (Org.). As emancipações no presente e no futuro. In: _____. **Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 371- 403.

GAIGER, L. I. A Economia Solidária e o espaço público. In: FRANÇA FILHO, G. C. F. et al. **Ação pública e econômica solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2006. p. 223-236.

GALLO, F. O Governo Lula é Nefasto. **Folha.com**, São Paulo, 01 ago. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/775984-governo-lula-e-nefasto-afirma-plinio-de-arruda-sampaio.shtml>>. Acesso em: 29 fev. 2012.

GORDON, D. M.; EDWARDS, R; REICH, M. **Trabajo segmentado, trabajadores divididos**. Madrid: Ministério de Trabajo y Seguridad Social, 1986.

GRAMISCI, A. Americanismo e Fordismo. In: _____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. p. 275-413.

GREAGH, R. Miséria da economia, economia da miséria. **Libertários: Revista de expressão anarquista**, São Paulo, n. 2, p. 5-9, 2º sem. 2003.

GUILHON, M. V. M. **Avaliação do PLANFOR entre a adesão de sujeitos sociais e a acomodação de interesse em torno da política: uma trajetória em torno da tecnificação**. 2005. Tese (Doutorado em Economia aplicada) – Instituto de Economia Aplicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

HARVEY, David. **Condições pós-moderna**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

INVERNIZZI, N. **Novos rumos do trabalho**. Mudanças na forma de controle e qualificação da força de trabalho brasileira. 2000. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociência, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996. p. 9-51.

KRUPPA, S. M. P. A Secretaria Nacional de Economia Solidária - uma boa nova! In: MELLO, S. L. de. (Org.). **Economia solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: Nesol-USP-ITCP, 2005. p.129-137.

KUENZER, A. Z. A Educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada nas políticas de inclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 877-910, out. 2006. (Especial).

_____. As políticas de Educação profissional. In: MOLL, J. (Col.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões, possibilidades**. Porto Alegre: ArtMed, 2010. p. 253-270.

LEITE, M. P. O desfile dos atores no enredo da nova institucionalidade no Brasil: um samba articulado? In: SEMINÁRIO TEMÁTICO INTERDISCIPLINAR, 1999, São Paulo. **Tópico Temático**. São Paulo: USP, 1999. p.1-13.

_____. **O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária**. São Paulo: Scritta, 1994.

LESSA, S. E. C. **A sofisticação da aprendizagem simples e a abordagem da pobreza: políticas de formação para o trabalhador pobre**. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

LOJKINE, Jean. **A classe operária em mutação**. Belo Horizonte: Nosso Tempo, 1990.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LUQUE, C. A. Teoria macroeconômica: evolução e situação atual. In: PINHO, D. B.; SANDOVAL, M. A. (Orgs.). **Manual de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 261-268.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MAAR, W. L. Política como práxis: hegemonia às avessas, um exercício teórico. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 351-368.

MACHADO, L. R. S. A carta de 1988 e a educação profissional e tecnológica: interpretação de um direito e balanço aos vinte anos de vigência. **Competência: Revista da Educação Superior do SENAC-RS**, Porto Alegre, v. 1, p. 11-28, 2008.

Disponível em: <<http://www.mestradoemgsedl.com.br/wp-content/uploads/2010/06/A-CARTA-DE-1988-E-A-EDUCA%C3%87%C3%83O-PROFISSIONAL-E-TECNOL%C3%93GICA.pdf>> Acesso em: 29 fev. 2012.

_____. **Pedagogia fabril e qualificação do trabalho: Mediações educativas do realinhamento produtivo**. 1995. Tese (Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995. (Tese apresentada a Banca Examinadora do Concurso Público para Professor Titular).

MAGALHÃES, J. P. A. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MANDEL, E. **Control obrero, consejos obreros, autogestión**. Madri: Editora Era, 1974.

MANACORDA, M.A. **Marx e a Pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1986.

MARTINS, L. H. S. Autogestão: sua atualidade, suas dificuldades. In: VIEITEZ, C. G. (Org.). **A empresa sem patrão**. Marília: Unesp, 1997. p. 9-24.

MARTINS, L. H. S. **Reflexões sobre um acontecimento social na área fabril**. 1998. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998.

MARX, K. A questão judaica. In: _____. **Manuscritos econômicos - filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993. p. 35-76.

_____. **Miséria da Filosofia**: resposta á filosofia da miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. Livro III, v.IV.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Livro I, v. 1.

_____. **O Capital**: o processo de circulação do capital. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Livro II.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

_____. Como repensar o trabalho em meio à crescente desigualdade social e ausência de crescimento sustentado? In: SEMINÁRIO TEMÁTICO INTERDISCIPLINAR, 1999, São Paulo. **Tópico Temático**. São Paulo: USP, 1999. p. 1-20.

_____. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. In: OLIVEIRA, C. E. B. de; MATOSSO, J. E. L. (Orgs.). **Crise e trabalho**: modernidade de volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996. p. 27-49.

MELLO, R. E. S. **Economia Solidária**: de movimento social á objeto de políticas públicas. Limites e possibilidades da relação com o Estado. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MENDONÇA, S. É prematuro entoar o canto do pleno emprego e do apagão da mão de obra. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 já. 2011. Mercado, Caderno B8.

MÈSZÀROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MINEIRO, A. S. Desenvolvimento e inserção externa: algumas considerações sobre o período 2003-2009 no Brasil. In: MAGALHÃES, J. P. de A. et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 133-160.

MORAES, E. L. de. **Relação gênero e raça na política pública de qualificação profissional.** Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005.

MOTTA, F. C. P. **Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Participação e co-gestão: novas formas de administração.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

NASCIMENTO, C. Experimentação/autogestionária: autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão. In: BATISTA, E. L.; NOVAES, H. T. (Orgs.). **Trabalho, Educação e Reprodução Social: as contradições do capital no século XXI.** Bauru, SP: Canal 6, 2011a. p.107-132.

_____. “Momentos e idéias decisivas” para uma história da autogestão. In: _____. **Experimentação/autogestionária: autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão,** 2011b. Disponível em: <cirandas.net/rede-de-formadores-em.../cartilha-autogestao.pdf?...>. Acesso em: 03 mar. 2012

NAWROSKI, A. **Aproximações entre a escola nova e a Pedagogia da alternância.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis, 2010.

NEVES, E. F. **A capacitação para a gestão de empreendimentos de Economia Solidária: experiências e propostas.** 2009. Dissertação (Mestre em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, 2009.

NOVAES, H. T. **O Fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **O retorno do caracol a sua concha: alienação e desalienação em associação de trabalhadores.** São Paulo: Expressão popular, 2011.

NOVAES, H. T.; LIMA FILHO, P. Uma pedra proto-socialista num colar pró-capital financeiro: notas sobre o papel da SENAES no governo LULA. In: NOVAES, H. T. (Org.). **A alienação em cooperativas e associações de trabalhadores: uma introdução,** s.d. p. 117-137. Disponível em:

<http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/P&T_Novaes%20A%20alienacao%20em%20cooperativas%20de%20trabalhadores%20uma%20introducao.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2011.

OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO-EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, Brasília. Educação em Economia Solidária. **Documento final**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES, DEQ, 2006.

OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO-EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2007, Brasília. Uma outra prática educativa acontece. **Documento final**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES, DEQ, 2007.

OLIVEIRA, A. U. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In: MAGALHÃES, J. P. de A. et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 287-328.

OLIVEIRA, F. Hegemonia a la inversa. In: ARCEO, E.; BASUALDO, E. (Comp.). **Los condicionantes de la crisis en América Latina: inserción internacional y modalidades de acumulación**. Buenos Aires: Clasco, 2009. p. 53-58.

_____. Hegemonia às avessas. O avesso do avesso. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010a. p. 21-28.

_____. O avesso do avesso. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010b. p. 369-376.

OLIVEIRA, R. V. de. Momento atual da política pública de qualificação profissional no Brasil: inflexões e desafios. **Árius**, Campina Grande, v. 13, n. 1, p. 121-132, jan./jun. 2007.

_____. **A qualificação profissional como política pública**. Brasília: MTE/SPPE/DEQ, 2005. v. 3.

PEIXOTO, P. **Do PLANFOR ao PNQ: uma análise comparativa sobre os planos de qualificação no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Econômicas) – Instituto de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

PIMENTEL, A. G. **Reestruturação nas telecomunicações: um estudo sobre o trabalho no setor de instalação e manutenção das linhas telefônicas do Rio de Janeiro**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

POCHMANN, M. **A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Desenvolvimento capitalista e divisão do trabalho. In: _____. (Org.).

Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 15-62.

_____. **Desenvolvimento, trabalho e renda: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

_____. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** 2. reimp. São Paulo: Boitempo, 2005.

POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação.** São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** São Paulo: Contexto, 1999.

PONCE, A. **Educação e luta de classes.** 20. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PORTES, I. Novo plano de qualificação começa com investimentos de R\$ 52 mi. **Folha.com,** São Paulo, 15 jul. 2003. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u70326.shtml>>. Acesso em: 13 out. 2005.

RELATÓRIO de Supervisão Técnico e Nota Administrativa. Memo nº 4561 / DEQ / SPPE / TEM, MTE/SPPE/DEQ, 2010.p. 7 de 8.

RODRIGUES, A. T. Neoliberalismo, gênese, retórica e prática. **Filosofia, Sociedade e Educação,** Campinas, Ano I, n. 1, p. 193-225, 1997.

RODRIGUES, F.; LIMA FILHO, P. A. de. Notas sobre a formação histórica do Brasil e seus desafios contemporâneos - a contribuição de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes. In: BENINI, E. et al. **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária:** São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 253-274.

SADER, E. **A vingança da história.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

SALAZAR, S. N. **Trabalho e Educação nas práticas de economia solidária: uma sociabilidade na perspectiva emancipatória?** 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SAMPAIO JR., P. A. **Entre a nação e a barbárie: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente.** 1997. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

_____. Los gobiernos progresistas em debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay. In: ELIAS, A. (Comp.). **Los gobiernos progresistas em debate**: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay. Buenos Aires: CLASCO, 2006. p. 34-39; p. 82-85; p. 161-164.

_____. **Notas sobre o PAC**: um passo atrás. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/ced/artigo_plinio_seminario_pac.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2012.

SANTILLÁN, D. A. **Organismo econômico da revolução**: a autogestão na revolução espanhola. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTOS, B. de S.; RODRIGUEZ, C. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 13-78.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 33. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SCHIOCHET, V. Políticas Públicas de Economia Solidária- breve trajetória e desafio. In: BENINI, E. et al. (Orgs.). São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 443-452.

SCHIOCHET, V. et al. **Formação para a Economia Solidária (2003-2008)**. Brasília: MTE/SENAES, s/d.

SEMINÁRIO NACIONAL DE SISTEMATIZAÇÃO. **Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional**. Brasília: MTE/SPPE/DEQ, 2008.

SENAES inaugura o Centro de Formação em Economia Solidária da Região Centro-Oeste. **Boletim informativo Acontece SENAES**, Brasília, n. 2, p. 4, mar. 2009.

SILVA, P. P. Somos uma Rede Abelha. In: COLETÂNEA de textos didáticos da Rede Abelha: projeto PLANSEQ Ecosol. Rio Grande do Norte, s/d. p. 8-16.

SILVA, A. P. A Qualificação social nos empreendimentos econômicos solidários de reciclagem. **Economia Solidária e Ação Cooperativa**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 23-34, jan.-jun. 2007.

SILVA, L. H. **Operários sem patrões**. Estudo da gestão das cooperativas industriais Wallig. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SILVER, B. J. **Forças do trabalho**: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

SINGER, P. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. **Economia Solidária e Educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. p.13-20.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. p. 81-130.

_____. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?** Brasília, DF, maio 2004. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimento_comunidadespobre.pdf> Acesso em: 02 jun. 2011.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002b.

_____. **Utopia militante: repensando o socialismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SOUZA, A. R. Igreja católica e mercados: ambivalência entre a solidariedade e a competição. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p.156-174, 2007.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TANGUY, L. Competência e integração social na empresa. In: TANGUY, L.; ROPÉ, F. (Orgs.) **Saberes e competências**. O uso de tais noções na escola e na empresa. Campinas: Papirus, 1997. p. 169-200.

TAUTZ, C. et al. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: MAGALHÃES, J. P. de A. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 249-286.

THEODORO, M. Participação social em políticas públicas: os conselhos federais de política social - o caso do COODEFAT. **Texto para discussão**, n. 931, Brasília, dez.2002.

TIRIBA, L. Ciência econômica e saber popular: reivindicar o “popular” na economia e na educação. In: TIRIBA, L.; PICANÇO, I. (Orgs.). **Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da Economia Popular Solidária**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004. p. 75-103.

_____. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 69-94, jan.-jun. 2008.

_____. **Economia Popular e Cultura do Trabalho: pedagogia da produção associada**. Ijuí: Unijuí, 2001.

TOLEDO, F. **O Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e a formação da mulher trabalhadora**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

TOMASSETTA, L. **Participación y Autogestión**. Buenos Aires: Amorrortu, 1972.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986.

_____. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **Trabalho associado**: cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

VIEITEZ, C. G. A empresa sem patrão: temas de autogestão dos trabalhadores. In: _____. (Org.). **A empresa sem patrão**. Marília: Unesp, 1997. p. 09 - 26.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N, M. **Mudança social na América latina**: trabalho associado e Educação. Araraquara: Junqueira & Marins, 2009.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N, M. **Trabalho associado**. Cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas**. 2. ed. Madri: Visor, 1997. v. II.

WALLENSTEIN, I. **O Sistema mundial moderno**. Porto: Afrontamento, 1974. v. 1.

YAHOO! anuncia resultados modestos para o 4º tri de 2010. **Folha.com**, São Paulo, 25 jan. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tec/865682-yahoo-anuncia-resultados-modestos-para-o-4-tri-de-2010.shtml>>. Acesso em: 01 maio 2011.

ZILBOVÍCIUS, M. Modelos de Produção e Produção de Modelos. In: ARBIX, G.; ZILBOVÍCIUS, M. **De JK a FHC**: a reinvenção dos carros. São Paulo: Escrita, 1997.

ANEXOS

ANEXO A - Entrevista com Membro da Rede Abelha concedida em 2005 a entrevistador indeterminado.

Olhar orientado sobre as Redes

Salvador, 1/09/2005

Eliel Freitas Jr

Rede Abelha do Rio Grande do Norte – RARN

Autonomia

- Ação da sociedade civil - A Rede tem participado ativamente de alguns espaços importante da Sociedade Civil em seu campo de ação. Esse é o caso da atuação na coordenação da Rede Abelha Nordeste, da participação no Fórum Estadual de Economia Solidária, e do Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Norte. Também merece destaque o diálogo iniciado com a Via Campesina no Estado.
- Qualidade de relação com o governo - A Rede, apesar do curto espaço de tempo, conseguiu se consolidar como referência em seu campo de ação no Estado. Neste sentido, ela tem se relacionado com diversos gestores públicos na construção de agendas específicas e de cobrança de políticas públicas adequadas para o setor.
- Construção de agenda própria – A Rede tem internalizado a compreensão de que é necessário construir internamente quais os projetos e políticas defendidas enquanto Rede, para que cada organização individualmente e também na representação em Rede possam a seu tempo dialogar e disputar com as forças políticas presentes.

A ação em rede contribuiu para maior autonomia da sociedade civil na relação com o poder publico? (definição de papéis entre sociedade civil e estado, qualidade da relação com o governo)

A partir de qual prisma falamos de autonomia?

Antes de darmos inicio a essa estão, faz-se necessário explicitar que quando falamos de autonomia estamos partindo dos seguintes primados:

Explicitado essas questões, podemos mencionar que ao analisar a trajetória da Rede Abelha do RN vamos perceber que os primeiros passos foram trilhados são marcados pelo ingrediente de princípios da vivência de uma autonomia em relação ao poder publico na medida em que:

- a) as atividades vão acontecendo vai ficando claro a existência de uma sociedade civil organizada, no caso a Rede Abelha e suas filiadas, o Estado em suas manifestações nas instituições governamentais e a sociedade. A primeira e a terceira geralmente são confundidas entre seus personagens, isto porque trata-se do lugar que durante muito tempo não foi feita a indistinção nos processos organizativos. Especialmente, fica evidente a partir das práticas e posicionamento frente às situações: a Rede Abelha

manifesta-se representando os apicultores e meliponicultores, defendendo interesses sociais, políticos e econômicos; quando realiza a defesa da preservação ambiental, o faz a partir dos interesses, da visão e do lugar que ocupa no tecido social. Ou seja, o faz a partir de uma organização que reúne interesses de um coletivo. Um coletivo que vai se manifestando em rede. O Estado, quando faz a defesa do meio ambiente, o faz, geralmente, privilegiando grupos políticos ou econômicos que tem interesses privados. A defesa do interesse da sociedade na maioria das vezes nas última décadas só tem surgido por cauda da ação coletiva que assume papel de cobrança no sentido que o Estado defenda o interesse da sociedade. Mas, esse Estado foi capturado pelas Elites, então suas ações não têm significância reveladora do todo dos interesses da sociedade organizada ou da sociedade.

- b) as práticas introduzem nos integrantes desse sujeito coletivo que é a Rede Abelha os sentimentos de pertencimento, de coletividade, de solidariedade, de busca por se realizar na realização do direito. Os indivíduos vão se percebendo e compreendendo que seu crescimento como humano se dá em função de algo bastante profundo: as relações sociais que emergem no interior do tecido social.
- c) Esse sujeito coletivo vai elaborando suas compreensões, suas simbologias, definindo sua trajetória, criando suas articulações, lendo o mundo. Por tanto, se exercer uma autonomia, certamente, foi a partir de uma pedagogia, que lhe permite internalizar e externalizar nas múltiplas práticas sua visão de mundo, tanto para o mundo, como para os que compõem o próprio sujeito coletivo.
- d) na rede é perceptível a vivência de uma sociabilidade, de um tipo de falar, de fazer, de escutar, de festejar, ..., entre os pares marcadamente pela participação, pela tolerância, mas também pela ousadia de ser e gerar esse tipo de filiação dentro desse campo político;
- e) em sua trajetória, esse sujeito coletivo Rede Abelha que possui limitações as reconhece, seja descobrindo pela auto-análise de sua prática, seja por escutar outros falando de sua prática. Mas, esse exercício de dialogo com instancias governamentais “para cobrar que as áreas de reserva nas áreas de assentamento devam ser preservadas, inclusive sendo recuperadas e conservadas”, constitui-se como atitude ativa. Ativa porque, por que cobra do Estado uma posição de realizar ações que sejam direcionadas para a conservação das áreas de reservas. Mas, ao mesmo tempo, não espera que o Estado decida-se a fazer, pois no caso específico do RN, a Rede abelha vem cobrando do INCRA e do IBAMA que realizem um plano de ação visando atingir tal objetivo. Mas, entanto esse dialogo se arrasta, a Rede Abelha incentiva as associações a montarem apiários dentro das áreas de reserva e abrirem o dialogo com as famílias assentadas sobre a importância da área ser preservada. Na prática desse exercício vai sendo gestado um tipo de comportamento e posicionamento conceitual, mas especialmente, um “código de caráter ecológico, ético, justo e solidário” seja no interior da Rede Abelha, seja na sociedade.
- f) no cotidiano da Rede Abelha do Rn no âmbito do Governo Estadual Potiguar, seja no cotidiano da coordenação da Rede Abelha do NE junto ao Governo Brasileiro, a postura assumida é de dialogo a partir dos eixos propositivos definidos coletivamente em eventos que compõem um planejamento estratégico da cadeia da apicultura e da meliponicultura; deve-se dizer, que esses atores tem assumido o dialogo sem encostar-se em nenhum ente – partido, sindicato, -. Não se trata de querer fazer uma trilha pura, sozinha, mas de romper as barreiras com suas forças. Evidente, que tem participado de fóruns estaduais e nacionais onde as demandas são explicitadas e percebe-se que forma-se quórum pela atuação em coletivo. Na medida em que as proposições são explicitadas nos fóruns representativos, esse ator emerge como representação social.

Hoje, para falar em apicultura no Rio Grande do Norte não se pode desconhecer o papel assumido pela Rede Abelha e seus filiados. Da mesma maneira, a nível nacional, a Rede Abelha Nordeste constitui-se como um expoente importante que tem expressado os interesses desse campo. No entanto, isso está acontecendo nessa conjuntura quando os novos movimentos sociais, as Redes, entram em cena.

- g) Identifica que o governo começa a perceber a identidade da Rede Abelha que é marcada pela autonomia e pela participação. No início das relações de diálogo, muitas ocasiões, o tratamento era como se “a Rede fosse igual a outro movimento social”, ou como a “Rede não tivesse importância ou significado revelador de um coletivo”. Mas, na medida em que a Rede Abelha continua viva e atuante em sua trajetória, sendo propositiva, sendo crítica, falando a partir da expressão de um coletivo, a compreensão do que é Rede vai sendo transformada também no espaço governamental, especialmente, naqueles que ocupam as instâncias públicas, pois vão percebendo a ação é de um ator coletivo que vem em nome da sociedade civil articulada em Rede coletiva.

Estratégias x hipóteses

- A Rede foi estabelecendo estratégias de diálogo com gestores públicos. Em um dos encontros da Rede foi definido lutar por diversos eixos. Outra definição foi que para viabilizar esses eixos, a rede compreendeu que a política pública poderia ser o canal natural do atendimento das reivindicações. Terceiro, apresentou formalmente proposições contendo os eixos em Editais públicos ou em projetos de demanda espontânea. Um quarto foi o convite às representantes das instituições que lidam com as políticas públicas para participar de momentos de aprofundamento temático promovido pela Rede Abelha.
- Uma “tática” construída pela Rede é que ao participarem dos encontros promovidos por esta, tanto os gestores conheciam mais de perto as questões e interesses da Rede, quanto se comprometiam a implementar ações que respondessem a estas demandas.
- Uma “tática” conseguinte era a cobrança por representantes da Rede a estes gestores públicos, seja na forma de projetos apresentados para concorrerem com editais públicos, seja na forma de cobrança por políticas públicas.
- Esse é um processo não tão fácil – No caso dos diálogos com “editais públicos” há projetos que passam meses para que se obtenha uma resposta; há também editais e projetos que são disponibilizados, porém seus prazos não são divulgados, “sua papelada é imensa demandando muito tempo para sua elaboração”, há acordos que não são cumpridos por pressão de forças políticas contrárias.

Que estratégias de intervenção em políticas públicas deram certo? Por quê? Qual a relação com o tipo de rede?

- a) A definição de intervenção nas políticas públicas somente após terem sido analisadas e consideradas como adequadas e capazes de receberem a intervenção propositiva da Rede; Essas deveriam atender aos eixos definidos pela Rede. A Rede não participou de políticas que não fazia parte da lista dos seus interesses;
- b) A definição de intervenção em políticas públicas com verdadeiros parceiros. Não trabalha com parcerias ocasionais e temporais. Mas, sim com as quais vem constituindo uma identidade;

- c) As definições de intervenção em políticas públicas, trazendo para o debate no interior da rede abelha aquelas instituições públicas que possuem responsabilidade em conduzir a política pública. Nesse contato, a rede conhece mais a política pública, bem como, o “condutor” da política pública passa a conhecer os propósitos da Rede; e isto tem um reflexo positivo no momento do julgamento das proposições de política pública, na montagem dos fóruns públicos [...] onde a conduta da Rede é levada em consideração.
- d) A definição de intervenção em políticas públicas tendo como base a participação dos interessados diretamente. A coordenação da rede pode abrir o diálogo, mas tem sido fundamental a participação dos próprios interessados nas negociações;
- e) A definição de intervenção em políticas públicas precisa ter um organismo de suporte institucional que seja atualizado com a temática das políticas públicas que esteja sempre juridicamente de forma legal, por tanto, apto para qualquer momento, poder satisfazer com os critérios burocráticos instituídos nesses processos;
- f) A definição de intervenção em políticas públicas deve seus eixos serem definidos junto ao coletivo, e nunca, pelas minorias no interior do campo. Os integrantes do sujeito coletivo precisam recolher os anseios e ideias sendo capaz de converter em proposições a serem apresentadas seja para as políticas públicas ou outro ator.

Quais eram as hipóteses iniciais dos projetos ao armar suas estratégias de intervenção em PP? Foram confirmadas? Que lições podem ser extraídas daí? Que recomendações?

1. Por reconhecer que o diálogo entre Rede e Governo se constitui como algo fundamental para o exercício da democracia brasileira. Democracia que é vivida no interior da Rede com eleições para a coordenação, reuniões coletivas. E para tal, aqueles que estavam dirigindo instituições foram chamados para o diálogo coletivo no fórum coletivo da Rede Abelha. Isto foi importante, pois esse ator com o qual a Coordenação dialoga passa a saber de onde vem as proposições da organização social;
2. Por perceber que as políticas públicas poderiam ser uma alternativa para viabilizar a minimização dos impactos da miserabilidade vivida pelo povo. A apresentação de projetos de caráter social e produtivo propiciaria organização social e produção;
3. Por compreender que a ação coletiva é fundamental para a geração de um ator coletivo que busca sua realização na busca de defender suas bandeiras e seus princípios. Que é capaz de transformar ideias em projetos sociais e econômicos visando conquistar algo para mudar as condições objetivas materiais que interfere diretamente na vida social das famílias e no meio ambiente;

Em termos de lições pode-se enumerar algumas:

- a) faz-se necessário que o grupo de base expresse a carência sentida, dialogue sobre as alternativas de soluções, que seus membros possam construir as linhas das proposições e acompanhe todo o desenrolar do processo
- b) que existe um organismo capaz de: ao receber a confiança do grupo de base, consiga traduzir com competência os interesses do grupo de base em proposições em projetos sistematizados;

- c) que exista um organismo que tenha idoneidade perante a sociedade, a sociedade civil e o Estado, inclusive, esteja apto aos pré-requisitos lançados pela ordem burguesa que preside os editais públicos;
- d) que os projetos sejam executados de acordo com os cronogramas propostos e que suas alterações sejam comunicadas ao proponente; que as contas dos projetos executados sejam auditadas e destaquem o caráter de aplicação justa dos recursos;

Intervenção em PP:

A ação em Rede vem se mostrando relevante na construção de identidade coletiva do grupo e ao mesmo tempo vem possibilitando o desenvolvimento nos grupos da noção de “ser capaz”, o que tem permitido que estes passem a dialogar com gestores públicos cobrando ações e políticas públicas adequadas a suas realidades. O dialogo e a pressão da Rede serviu para que diversas demandas da Rede fossem assumidas – apoiadas – por essas instituições.

Essa intervenção ainda não possibilitou mudanças ou criação de políticas públicas específicas, mas vem possibilitando aos grupos de bases e à própria Rede o acesso a algumas destas políticas, o que anteriormente era praticamente impossível.

Alguns exemplos desses processos podem ser observados nos seguintes exemplos:

- Negociação com representantes do poder público, especialmente gestores estaduais (PDS, INCRA).
- Negociação com M.T.E.- PNQ de projeto de desenvolvimento tecnológico.
- Negociação com Senaes - de projetos para infra-estrutura de Casa de Mel para grupos de produção da Rede Abelha NE.
- Diálogo com organizações que estão construindo o Sistema Brasileiro de Comércio Ético e Solidário.

O trabalho em rede potencializou a intervenção em P.P. governamentais e não governamentais?

Sim, pois nota-se que o exercício do dialogo na apresentação dos projetos, a apresentação dos projetos, a sua execução e posteriormente prestação de contas, vem demonstrando o caráter ético e solidário que caracteriza a Rede Abelha. As políticas publicas governamentais e não-governamentais tem sido esse instrumento que, ao ser exercida com critérios da aplicação justa dos recursos, passa a conferir um distintivo a Rede Abelha: ser uma organização social que trilha na perspectiva da justa. E como essa vivencia é publicizada no interior da rede,

seus membros sabem a existência dos projetos, então vai sendo gerado, pela troca solidária de informações, um comportamento democrático e ético a partir de projetos de políticas públicas. Assim, não são as políticas públicas que tem sido um espaço para fortalecer o sujeito coletivo rede.

Por que potencializou? Qual o diferencial da ação em rede?

A potencialização da rede dar-se porque: a) pelo fato de interiorizar a mudança da ação isolada para a coletiva; essa mudança muitas vezes não acontece no plano do fazer consciente, mas por ser algo deliberado coletivamente gera uma consciência da importância do decidir e fazer coletivo; b) pelo fato de definir as estratégias a partir de uma demanda real; o diálogo e a sua defesa se dava a partir de táticas operacionais que tinha destino e objetividade; c)

O diferencial em rede é: a) o agir e o pensar coletivo; b) a busca de materializar a proposição respeitando o que fora definido pela rede e não simplesmente pela instância da coordenação ou da assessoria c) a rede coloca-se como um espaço onde pode reunir produtores, assessores e representantes de coletivos. Todos são atores fundamentais para a cidadania e implementação dos posicionamentos; noutros processo, a assessoria “diz” que apenas acessória, mas acaba controlando as instâncias com suas reflexões; d) o processo organizativo é ampliado e a instância tem abrangência ampla; na verdade, a rede abelha consegue implantar o direito a ter direito, bem como, exercitar uma nova cidadania.

A atuação em rede foi capaz de alterar o processo de formulação, gestão e controle de P.P.?

Observando como tem sido a relação da rede abelha com as políticas públicas e suas instâncias governamentais executoras, percebe-se que nos espaços de atuação específicos tem colocado suas proposições. E em alguns casos tem conseguido: a) que determinada demanda seja incluída na agenda governamental – Exemplo: infraestrutura para processo de produção como construção de casa de mel, apiários, formação de educadores, material didático voltado para atender demandas da cadeia da apicultura. Ora, essas questões não estavam na ordem do dia das políticas públicas. A temática da apicultura encontrou na agenda governamental, seja por que é um componente importante que sua implementação condições para elevar os mínimos sociais, - por meio da elevação da gerar renda, alimenta, criar mercado -, seja para fazer o equilíbrio ambiental, seja porque passou a dar mídia. Mas, há um componente muito importante: a temática foi trazida com muita propriedade pelos atores que estão no interior da cadeia da apicultura, dentre estes, o sujeito coletivo Rede Abelha. Apicultura é milenar no

mundo. No nordeste passa a ser utilizada racionalmente e de maneira ampliada nos anos 1970-80. Mas, num primeiro instante, são os empresários que assumem a ponta da produção e pequenas experiências isoladas. A Rede Abelha formou técnicos e apicultores na temática, estruturou organizações de base, alimentou teoricamente, criou um jeito de proceder de caráter ecológico e solidário, promoveu a elevação de eixos propositivos e tornou-se assim um sujeito coletivo no interior da cadeia da apicultura que dialoga com a esfera pública e privada. Esse é um diferencial: conseguiu trazer a temática para o centro das políticas públicas, torna-la algo que receba a atenção das instâncias de fomento do Estado. No RN, somente o Programa de Desenvolvimento Solidário – PDS aprovou projetos para apicultura família na ordem de R\$_____.

A atuação em rede foi capaz de introduzir temas novos na agenda pública?

No GT 8, introduziu-se junto ao SENEAS e MTE as necessidades de:

- a) tema: “a educação apícola” –ter material didático para apicultura, formação de jovens apicultores;
- b) tema “registro da profissão de apicultor - que a profissão de apicultor no Brasil seja “oficializada” como categoria profissional;
- c) tema “certificação os produtos da economia solidária e comércio justo” – que esses empreendimentos recebam uma certificação como tal e conseqüentemente um selo;

No Conselho Gestor da Mata Atlântica do RN:

- a) temas: “flora apícola” – expressou a necessidade de ser feito um levantamento sobre a flora apícola;
- b) temas: “preservação das espécies nativa de abelhas” – uma necessidade de identificação via diagnóstico das espécies de abelhas nas matas do RN e providências;

No INCRA:

- a) temas: “legislação apícola” - a necessidade dos assentados do RN discutirem a legislação apícola brasileira, para que conheçam e melhorem suas práticas observando os critérios técnicos já identificados como normas para a prática apícola;
- b) Tema: “legislação apícola para o RN” – a necessidade formular proposições para uma legislação do Estado do RN, inclusive reunindo os produtores apícolas das áreas de assentamentos rurais;
- c) Tema: “acompanhamento técnico”. Para que seja contratada equipe com o caráter técnico em apicultura, pois na história dos assentamentos do RN muitos apiários foram fundados, mas o acompanhamento especializado não tem sido prestado pelas equipes de assistências técnicas contratadas, que são apelidas de ATES.
- d) Tema: “preservação das áreas de reserva legal dos assentamentos”. Esse tem sido um tema recorrente das pautas com o INCRA. O mesmo liderou uma comissão

intergovernamental para regularizar o uso dessas áreas, mas sem a presença da sociedade civil. A comissão evaporou-se. E os desequilíbrios estão sendo aprofundados

Junto aos organismos populares e movimentos Sociais:

- a) Tema: “Criação de um fórum” – expressou-se para um coletivo de entidades e movimentos – mst, ileaô, pjmp, sar ...- a importância da existência da criação de um espaço para o diálogo seja para agir em conjunturas, seja para ajuda mútua em processos.
- b) Tema: “alerta a aspectos jurídicos e administrativos”. Tem sido fundamental o alerta prestado às entidades no interior da rede abelha para que cumpram a legalidade de seus estatutos – assembleias, prestação de contas, transparência, reuniões, - bem como, para que tenham vida organizativa ativa.
- c) Ampliação dos espaços públicos:

A Rede Abelha tem consolidada a sua ação em vários espaços públicos no Estado. Isso é um resultado do processo de consolidação da Rede enquanto ator coletivo. Ainda existem limitações em termos de representação nestes espaços pois todos concentram suas reuniões na capital, o que dificulta a presença constante de representantes das bases.

A Rede está presente no Fórum Estadual de Economia Solidária, integrando o Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Norte. Vários grupos de base possuem membros em Conselhos Municipais de Política Pública.

A Rede tem estabelecido relações com as organizações que têm como referencial a luta popular. Merece destaque a relação com o MST, com o ILEAÔ, com a PJMP, e com a CPT. Houve recentemente um convite para a Rede participar da Via Campesina.

Em que medida a ação em rede contribuiu para maior presença nos espaços públicos existentes, para a ampliação dos espaços públicos, e para a participação mais efetiva nesses espaços?

A presença maior no espaço público dar-se por alguns aspectos:

- a) pelo posicionamento corajoso e destemido de representar os eixos definidos na rede abelha de forma pública;
- b) pelo exercício de práticas marcadas pelo caráter participativo, ético, ecológico, justo e solidário;
- c) pelo comportamento assumido nos fóruns ser de diálogo com outras instâncias governamentais e não-governamentais, mas sempre deixando claro a autonomia de estar participando, bem como, cobrando para que o Estado, por exemplo, assumas suas funções de atender as demandas da sociedade;

- d) pelo fato de explicitar os resultados das ações, inclusive tais resultados não são manifestados apenas pela coordenação, mas por aqueles que estão na base do processo constituindo o tecido social da Rede Abelha;
- e) pelo dito e pela prática sem conchavo político, sem conchavo prático, sem deixar-se aliciar, sem perder de vista que esses espaços devem ser democráticos e neles, se for possível, identificar parceiros dos processos que nos percursos podem vir a serem aliados; mas também ter claro, que se trata de um jogo com partes que trazem interesses diferentes.

A ação em rede potencializou a ocupação/ampliação de espaços públicos governamentais ou não? Por que potencializou? Qual foi o diferencial da ação em rede?

Em primeiro lugar, o diferencial pode ser percebido pelo fato da Rede Abelha ter construído eixos estratégicos e ações táticas sendo propositiva e tendo conseguido despertar o interesse daqueles com a qual estabeleceu o diálogo; O revelado em propostas apresenta algo que expressa sentimentos e ideias do mundo vivido, emerge do real;

Em segundo, o diferencial pelo caráter dialógico que presídio a comunicabilidade fomenta a vivencia democrática seja no interior da rede, seja nas relações com diversos outros atores ou na interação com a sociedade. Esse caráter dialógico é fator decisivo para a construção coletiva do conhecimento no interior da rede, para o estabelecimento da confiabilidade nas instancias de coordenação. Essa vivencia fundamentada no dialogo democrático certamente influencia no tecido social. Ou seja, a dialogicidade de caráter libertador nutre o processo da vivencia da democracia na Rede Abelha e em sua relação com a sociedade. Percebe-se pois, que a atuação da Rede Abelha, mesmo diante de suas limitações, vem transformando-se e também conseguindo transformar a opinião publica – exemplo: quando publicamente defende as abelhas de maneira ecológica ; A rede Abelha vai gerando em sua prática uma força de pressão ao sistema institucional e aos quadros dominantes contrários aos princípios que fundamentam os processos e Carter ecológico, justo, solidário. Na continuidade dessas práticas a Rede vai se constituindo como fonte de pressão tanto no campo cultural e no campo político.

Terceiro, a execução das proposições operando nos eixos definidos coletivamente nos planejamentos; por tanto, a execução de projetos que tem como objetivo o atendimento da demanda; e evidente, que essa demanda é real é conjuntural, o que possibilita que noutra conjuntura a demanda seja renovada;

Esses aspectos são expressos como significados nas falas, nos materiais didáticos. Assim, os produtos e seus produtores são capazes de explicar determina identidade que expressa uma representação. Na medida em que o sujeito coletivo rede abelha vai ao espaço publico, e se

expressa, ele está se legitimando e legitimando o esse espaço. Esse espaço pode ser criado por ele ou pelo Estado. Assim, é a instalação desses espaços que o estabelecimento de links entre a proposição, os propositores e aqueles que irão recolher e sistematizar o processo. A rede abelha vai aos poucos empoderando-se e mandar corporificando o significado do empoderamento. Ou seja, o empoderamento não vai significar apenas quem promoveu o convite, mas aqueles que estavam no cenário.

ANEXO B - QUADRO 1: QUADRO SINTÉTICO DAS COMPETÊNCIAS E ORGANIZAÇÃO DA SENAES PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

<p>1.Competências</p>	<p>No campo da Economia Solidária deve:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Subsidiar a definição e coordenar a política pública e estimular seu desenvolvimento; - Articular-se com a representação da sociedade civil para traçar diretrizes e prioridades; - Avaliar, controlar e planejar programas; - Colaborar com outros órgãos do governo em programas de desenvolvimento e combate a pobreza e articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua competência; - Criação, manutenção e ampliação do trabalho e acesso a renda; - Estimular relações sociais de cooperação, solidariedade, valorização do ser humano e meio ambiente; -Estímulo a microfinança e cooperativismo de crédito; - Promover estudos, pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação, bem como sugerir adequação na legislação; -Supervisionar e avaliar as parcerias com outros órgãos do governo federal e dos governos estaduais e municipais, bem como com os movimentos sociais, agências de fomento e entidades representativas; -Apoiar tecnicamente o MTE em sua área de competência;
<p>2.Estrutura da SENAES</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Estudos e Divulgação (DED)*³⁵⁴ -Departamento de Fomento à Economia Solidária (DEFES)
<p>3.Linhas de Ação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Funcionamento do Conselho Nacional em Economia Solidária; - Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária; - Constituição e Consolidação de Políticas Públicas de Economia Solidária; -Promoção do Consumo Ético;

Fonte: Item 1: Elaborado a partir da documentação do MTE-SENAES (Decreto 5063 de 08.05.2004)

Item 2 e 3: consta em Barbosa (2005, p. 215). A SENAES conta ainda com o apoio das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), atualmente denominada Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE), que passaram a representar e difundir a economia solidária em nome da secretaria e do ministério localmente. (BARBOSA, 2005, p. 215).

³⁵⁴* A proposta de alteração da estrutura administrativa do MTE o DED passaria a ser denominado Departamento de Formação e Divulgação para caracterizar de forma mais adequada à prioridade da formação como sua atribuição na política nacional de economia solidária (BRASIL, 2007).

ANEXO C - QUADRO 2: DEMONSTRATIVO DA TRANSVERSALIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GOVERNO

ORGÃO	PRINCIPAIS AÇÕES – PROGRAMAS INTERFACE COM SENAES
1)Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Fomento ao cooperativismo através de capacitação tecnológica, educação associativista, estímulo a exportação, formação e ocupação de incubadoras de cooperativas populares, desenvolvimento de ações de cooperação de cooperativas e financiamento de cooperativas (DENACOOP- Departamento Nacional de Cooperativismo da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo do Ministério)
2)Ministério das cidades	Programa de Crédito Solidário – Programa habitacional com juros zero e pagamento em até 240 meses, para famílias que ganham até 3 salários mínimos, organizadas em associações ou cooperativas habitacionais (Portaria 361-24-8-24-recursos do fundo de desenvolvimento social)
3)Ministério do Desenvolvimento Agrário	Projeto de Comércio Ético e Solidário – promoção de feiras e mostras para a realização de redes solidárias de produção e comércio e de articulação das potencialidades locais como alternativa concreta de negócios (SRA- Secretaria de Reordenamento Agrário) Desenvolvimento local de regiões de reforma agrária e agricultura familiar onde se destaca o fortalecimento de sistemas associativos e cooperativos (SDT- Secretaria de Desenvolvimento Territorial) Fortalecimento da produção e comercialização da agricultura familiar através do PRONAF (SAF- Secretaria da Agricultura Familiar)
4)Ministério do Desenvolvimento Social e combate a Fome	Programa Fome Zero- a) Geração de Emprego e Renda: aumento do volume de crédito do BNDES, CEF, BB para pequenas empresas e fortalecimento de agências de microcrédito solidárias; b) Incentivo à Agricultura Familiar por meio de cooperativas de produção e comercialização; c) Amazônia Solidária, voltado para fortalecimento econômico e social sustentável da Amazônia através de associações e cooperativas agroextrativistas.
5) Ministério da Educação	Programas de extensão de apoio e-ou fomento a iniciativas de economia solidária e incubagem – incubadoras Tecnológicas de cooperativas populares. Ações educativas escolares no âmbito de atividades curriculares de educação profissional e educação do campo.
6) Ministério do meio Ambiente	De modo difuso no conjunto de ações do desenvolvimento sustentável e agroextrativismo
7) Ministério da Ciência e Tecnologia	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares- PRONINC- destinado ao fomento de incubadoras universitárias para cooperativas populares
8) Ministério de Minas e Energia	Formação de cooperativas junto a setor de mineração
9) Secretaria Nacional Especial para Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial	Ações de natureza produtiva e de consumo que favoreçam a igualdade racial, étnica e de gênero, com destaque para as comunidades Quilombolas.

**ANEXO D - RECURSOS A SEREM DIRECIONADOS À ASSISTÊNCIA TÉCNICA:
TABELA 1: ORÇAMENTO ANUAL SENAES (2003-2009)**

ANO	ORÇAMENTO EXECUTADO (R\$)	Nº DE TRABALHADORES BENEFICIADOS
2003	476.089,00	611
2004	18.654.312,00	44600
2005	12.411.376,00	24300
2006	14.251.666,00	27300
2007	46.963.497,00	89750
2008	21.499.584,00	56139
2009	49.140.140,60	112000
TOTAL	163.396.664,60	354.700

Fonte: SENAES (s.d).

ANEXO E - TABELA 2: ORÇAMENTO SENAES DIRECIONADO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA (2006)

PARCERIA	ABRANGÊNCIA	AÇÃO	VALOR TOTAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL	NATAL	DIVERSOS	479.000,00
VISÃO MUNDIAL	RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, PARANÁ, ESPÍRITO SANTO, MINAS GERAIS, PERNAMBUCO, MARANHÃO, GOIÁS E BAHIA	DIVERSOS	220.000,00
ASSOCIAÇÃO DO TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	PELOTAS	DIVERSOS	168.400,00
INSTITUIÇÃO SUPERIOR E CENTRO EDUCACIONAL LUTERANO BOM JESUS-IELUSC-SC	JOINVILE	DIVERSOS	135.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA	JOÃO PESSOA	FORMAÇÃO	111.882,00
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE LUÍS ALVES-CRESOL	LUÍS ALVES	EMENDA PARLAMENTAR	56.000,00

Fonte: Dados extraídos do orçamento anual SENAES em tabela elaborada pela autora.

TABELA 3: ORÇAMENTO SENAES DIRECIONADO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA (2007)

PARCERIA	ABRANGÊNCIA	AÇÃO	VALOR TOTAL
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP	NACIONAL	SIES+PRONINC	25.800.000,00
GOVERNO DO ACRE	ACRE	EMENDA DE BANCADA	8.866,795,00
FUNDAÇÃO DE APOIO A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO- FUSP	SÃO PAULO	EMENDA PARLAMENTAR	1.000.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE JALES	JALES	DIVERSOS	240.000,00
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE LUÍS ALVES-CRESOL	LUÍS ALVES	EMENDA PARLAMENTAR	80.100,00

Fonte: Dados extraídos do orçamento anual SENAES em tabela elaborada pela autora.

TABELA 4: ORÇAMENTO SENAES DIRECIONADO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA (2008)

PARCERIA	ABRANGÊNCIA	AÇÃO	VALOR TOTAL
FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-FUB	NACIONAL	BRASIL LOCAL	8.200.000,00
UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO-UBEE	NACIONAL	COMERCIALIZAÇÃO	5.999.000,00
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	NORDESTE	CENTRO DE FORMAÇÃO* (FORMAÇÃO DE FORMADORES)	2.306.445,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA	LUÍS ALVES	CENTRO DE FORMAÇÃO	621.434,00
CÁRITAS BRASILEIRA	NACIONAL	CENTRO DE FORMAÇÃO (FORMAÇÃO DE FORMADORES)	1.696.117,00
ESCOLA CENTRO -OESTE DE FORMAÇÃO DA CUT ECO-CUT	DISTRITO FEDERAL, GOIÁS, MATO GROSSO DO SUL E MATO GROSSO.	CENTRO DE FORMAÇÃO (FORMAÇÃO DE FORMADORES)	1.577.040,00
UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO-UBEE	ESPÍRITO SANTO, SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS	CENTRO DE FORMAÇÃO (FORMAÇÃO DE FORMADORES)	1.575.435,60
INSTITUTO INTEGRAL PARA O DESENVOLVIMENTO	SÃO PAULO	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	760.078,00
CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DO BRASIL-UNISOL	SUL E SUDESTE	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	750.000,00
CENTRAL DE SERVIÇOS DO SISTEMA CESCOPER	SUL, SUDESTE E NORDESTE	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	646.305,00
ASSOCIAÇÃO DE APOIO ÀS COMUNIDADES DO CAMPO DO RIO GRANDE DO NORTE-AACC	RIO GRANDE DO NORTE	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	291.720,00
CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA	FLORIANÓPOLIS	EMENDA PARLAMENTAR	100.000,00

Fonte: Dados extraídos do orçamento anual SENAES em tabela elaborada pela autora.

TABELA 5: ORÇAMENTO SENAES DIRECIONADO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA (2009)

PARCERIA	ABRANGÊNCIA	AÇÃO	VALOR TOTAL
COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES RURAIS E AMBIENTAIS - VIA DO TRABALHO	ALAGOAS, BAHIA, PARAÍBA, PERNAMBUCO E SERGIPE	BRASIL LOCAL	1.918.000,00
CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DO BRASIL-UNISOL	ESPÍRITO SANTO, MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO	BRASIL LOCAL	1.853.000,00
FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS-COPPETEC	RIO GRANDE DO SUL, PERNAMBUCO, PARANÁ, SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, ESPÍRITO SANTO, BAHIA, MINAS GERAIS, MARANHÃO, PARÁ, GOIÁS E AMAZONAS	BRASIL LOCAL	1.777.306,66

AVESOL-ASSOCIAÇÃO DO VOLUNTARIADO E DA SOLIDARIEDADE	NACIONAL	BRASIL LOCAL	1.688.175,10
ASSOCIAÇÃO DE APOIO ÀS COMUNIDADES DO CAMPO DO RIO GRANDE DO NORTE-AACC	PIAUÍ, CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE	BRASIL LOCAL	1.562.624,88
GUAYI	RIO GRANDE DO SUL	BRASIL LOCAL	1.521.730,00
ADESC- ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOEDUCATIVO E CULTURAL DA BAHIA	BAHIA	PRONASCI	1.457.360,56
JOVENS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL	GOIÁS, DISTRITO FEDERAL E MATO GROSSO DO SUL	BRASIL LOCAL	1.353.879,20
ADSMAR-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO SUSTENTÁVEL DE MARITUBA	AMAPÁ, PARÁ E TOCANTINS	BRASIL LOCAL	1.310.380,30
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO RIO DOS SINOS- UNISINOS	RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E PARANÁ	CENTRO DE FORMAÇÃO (FORMAÇÃO DE FORMADORES)	1.199.438,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA	GOIÂNIA	EMENDA PARLAMENTAR	717.090,44
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO	RIO BRANCO	EMENDA PARLAMENTAR	622.856,19
ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO-PE-IAHD	NACIONAL	PRONINC	583.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO	RIO BRANCO	EMENDA PARLAMENTAR	526.010,62
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO	SÃO FRANCISCO	EMENDA PARLAMENTAR	416.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	SÃO CARLOS	EMENDA PARLAMENTAR	380.884,00
OSCIP TERCON BRASIL	FORTALEZA	EMENDA PARLAMENTAR	367.500,00
OSCIP TERCON BRASIL	CEARÁ	EMENDA PARLAMENTAR	312.524,00
FUNDAPE- FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ACRE	ACRE E RONDÔNIA	SIES	245.799,98
INSTITUTO DE PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO ESTADO DO AMAPÁ- IEPA	MACAPÁ	EMENDA PARLAMENTAR	166.800,00
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS	TOCANTINS	SIES	134.778,48
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA	SANTA MARIA	EMENDA PARLAMENTAR	129.600,00
REDE INTERNACIONAL AÇÃO COMUNITÁRIA – INTERAÇÃO	SÃO PAULO	PRONASCI	1.457.360,56
INSTITUTO PALMAS	FORTALEZA	EMENDA PARLAMENTAR	104.200,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO	SÃO FRANCISCO	EMENDA PARLAMENTAR	102.702,01
FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL MURAKI	AMAZONAS E RORAIMA	SIES	100.000,00
MISSÃO SAL DA TERRA	UBERLÂNDIA	EMENDA PARLAMENTAR	50.000,00
APARU-ASSOCIAÇÃO DOS PARALELEPIPEDOS DE UBERLÂNDIA	UBERLÂNDIA	EMENDA PARLAMENTAR	50.000,00

Fonte: Dados extraídos do orçamento anual SENAES em tabela elaborada pela autora.